

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

HUGO HRUBY

***O SÉCULO XIX E A ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL: DIÁLOGOS
NA OBRA DE TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE (1867-1895)***

Porto Alegre
2012

HUGO HRUBY

**O SÉCULO XIX E A ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL: DIÁLOGOS
NA OBRA DE TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE (1867-1895)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em História da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Área de Concentração: **História das Sociedades Ibéricas e Americanas**

Linha de Pesquisa: **Sociedade, Ciência e Arte**

Orientador: **Dr. Charles Monteiro**

Grupo de Pesquisa: **Cidades, cultura urbana e elites letradas**

Porto Alegre
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H873s Hruby, Hugo
O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). / Hugo Hruby. – Porto Alegre, 2012.
371 f.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Charles Monteiro.

Área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Ciência e Arte.

1. História. 2. Historiografia - Brasil. 3. Brasil – História. 4. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Bibliografia. 5. Araripe, Tristão de Alencar - Crítica e Interpretação. I. Título.

CDD 981.00072

Bibliotecária responsável: Cíntia Borges Greff - CRB 10/1437

HUGO HRUBY

**O SÉCULO XIX E A ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL: DIÁLOGOS
NA OBRA DE TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE (1867-1895)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em História da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aprovada em: 9 de março de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Charles Monteiro – PUCRS (*orientador*)

Prof. Dra. Lucia Paschoal Guimarães – UERJ

Prof. Dra. Rebeca Gontijo Teixeira – UFRRJ

Prof. Dr. Temístocles Cezar – UFRGS

Prof. Dr. Jurandir Malerba – PUCRS

Porto Alegre
2012

*Aos meus filhos: para que saibam
trabalhar com a informação,
produzir conhecimento e
viver em sabedoria.*

AGRADECIMENTOS

Depois da graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul despontou como momento de inflexão em minha formação acadêmica. Ali, recebi o incentivo para ampliar minha visão do conhecimento histórico. Tenho uma dívida intelectual para com os professores do curso de pós-graduação dessa Universidade e em especial ao orientador da tese por afiançar a proposta de pesquisa. Sou grato aos demais colaboradores na instituição pela maneira sempre respeitosa e prestativa como fui tratado em seus mais diferentes setores.

Aos historiadores que me motivaram nas sendas historiográficas. Aos acadêmicos que me ajudaram a acreditar na produção do conhecimento como processo lento, coletivo e refutável, integrado às minhas práticas para transformar o senso comum, sem perder a humildade. Em especial aos participantes do Grupo de Trabalho de Teoria da História e Historiografia da ANPUH/RS.

Aos membros das bancas de qualificação e de avaliação final por aceitarem debater minha pesquisa.

Aos colaboradores nas várias instituições (institutos históricos e bibliotecas) e empresas (livrarias e fotocopiadoras) por onde circulei, pela presteza no atendimento às solicitações de textos imprescindíveis à consecução da pesquisa.

A um país que, em meio a tantas faltas, propiciou-me educação superior gratuita e de qualidade, bolsas integrais de pós-graduação (CNPq) e rica biblioteca.

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
– Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.
– A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –
mas pela curva do arco que estas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
– Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.
Polo responde: – Sem pedras o arco não existe.

Ítalo Calvino
As cidades invisíveis (2003, p. 81)

RESUMO

A reflexão sobre a produção do conhecimento histórico no Brasil oitocentista se assenta em duas questões fundamentais: o momento inicial em que houve uma preocupação conjunta mais efetiva dos letrados com o passado das *cousas pátrias* e a implantação de amplo, difuso e longo projeto político de enredamento das suas partes (províncias/estados). Da Independência à queda do trono e conseqüente proclamação do novo regime de governo em 1889, passados, presentes e futuros foram ressignificados, assim como novas exigências foram imputadas aos que por eles se interessavam. O cearense Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) foi um dos obreiros neste vasto canteiro em construção, representado principalmente pelo trabalho coletivo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A tese analisa a escrita da história do Brasil por meio da obra desse homem de letras em seu tensionamento espacial e temporal. A busca por compreender o que tornava alguém historiador no século XIX permite asseverar o caráter irrevogável dos *argumentos de provincialismo* nas narrativas ao longo de três momentos historiográficos: 1867 (Ceará), 1880 (Rio Grande do Sul) e 1895 (Capital Federal).

Palavras-chave: *Cultura histórica. IHGB. Tristão de Alencar Araripe.*

RESUMEN

La reflexión sobre la producción de conocimiento histórico en Brasil de 1800 se apoya en dos puntos fundamentales: el momento inicial en que existió una preocupación conjunta más efectiva de los letrados con el pasado de las *cosas de la patria* y la implantación del amplio, difuso y largo proyecto político de vinculación de sus partes (provincias/estados). Desde la Independencia hasta la caída del trono y consecuente proclamación del nuevo régimen de gobierno en 1889, pasados, presentes y futuros ganaron un nuevo significado, así como nuevas exigencias fueron imputadas a los que se interesaban por los mismos. El cearense Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) fue uno de los obreros en esta vasta área en construcción, representada principalmente por el trabajo colectivo en el Instituto Histórico y Geográfico Brasileño (IHGB). Esta tesis analiza lo escrito sobre la historia de Brasil por medio de la obra de este hombre de letras en su tensión espacial y temporal. La búsqueda por comprender lo que hacía que alguien se volviera historiador en el siglo XIX permite aseverar el carácter irrevocable de los *argumentos de provincialismo* en las narrativas a lo largo de tres momentos historiográficos: 1867 (Ceará), 1880 (Río Grande do Sul) y 1895 (Capital Federal).

Palabras clave: *Cultura histórica. IHGB. Tristão de Alencar Araripe.*

ADVERTÊNCIAS

- 1) As citações foram atualizadas ortograficamente, assim como os títulos das publicações. Os nomes de alguns autores e publicações também foram modificados e unificados para facilitar o acesso aos sistemas de busca nos catálogos das bibliotecas e arquivos (Z por S, CH por QU, PH por F, e eliminação de letras duplas).

- 2) Homônimos:
 - ✎ José Martiniano de Alencar (1794-1860) – padre, “Senador Alencar”, o pai do literato José de Alencar.
 - ✎ José Martiniano de Alencar (1829-1877) – “Júnior”, filho do Senador Alencar, assinava José de Alencar, o “Conselheiro Alencar”, primo de Tristão de Alencar Araripe.
 - ✎ Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877) – padre, colega de Tristão de Alencar Araripe no jornal *O Cearense*, “Senador Pompeu”.
 - ✎ Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1852-1929) – filho do Senador Pompeu.
 - ✎ Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (1789-1824) – irmão do Senador Alencar, o “herói” assassinado no Ceará.
 - ✎ Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) – filho do herói assassinado, autor dos textos analisados nesta pesquisa, o “Conselheiro Araripe”.
 - ✎ Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911) – crítico literário, filho do Conselheiro Araripe.

ABREVIATURAS

ABN – Anais da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

IAGP – Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (Recife).

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro).

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

RIAGP – Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

RIC – Revista do Instituto do Ceará (Fortaleza).

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

RIHGRGS – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

De onde parti: caminhos da pesquisa	10
Os estudos sobre a escrita e os escritores de histórias	10
Um estudioso entre tantos (desconhecidos) no século da História	17
A historiografia brasileira no Oitocentos: além de palavras	20
As partes no todo: <i>argumentos de provincialismo</i> para a História do Brasil	27
Estrutura da tese: Tristão de Alencar Araripe em momentos historiográficos	34

PARTE I

CAPÍTULO 1 – A PRIMEIRA HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ

1.1 Dívida da escrita: história em suspenso	36
1.2 Gerando expectativas e críticas: itinerários da história pelos textos	57
1.3 “Retirante” cearense: candidato a historiador e burocrata em ascensão	68

CAPÍTULO 2 – COMO SE DEVE ESCREVER A HISTÓRIA DAS PROVÍNCIAS

2.1 Textos catalisadores: programas para as províncias	80
2.2 Comissões investigadoras: permutas entre a província e a Corte	103
2.3 De romances a crônicas: registros das cousas passadas da província	123

A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA – CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

146

PARTE II

CAPÍTULO 3 – A PRIMEIRA MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE

3.1 Pagamento da dívida: memória com documentos	152
3.2 Provocando controvérsias: itinerários da memória pelos textos	166
3.3 Junto ao trono: historiador reconhecido e burocrata de prestígio	183

CAPÍTULO 4 – ESCRITAS HÍBRIDAS SOBRE A REVOLUÇÃO PROVINCIAL

4.1 Na pena dos forasteiros: receio para com os vencidos e apologia do vencedor	192
4.2 Na pena dos provincianos: tarda o tempo da História	207

A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO – CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

224

PARTE III

CAPÍTULO 5 – O PRIMEIRO ENSAIO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA REPÚBLICA

5.1 Como cumpre escrever a História na jovem República	231
5.2 Deixado no esquecimento: vestígios esmaecidos do ensaio pelos textos	241
5.3 Caindo no ostracismo: historiador monarquista e burocrata republicano	245

CAPÍTULO 6 – COMO CUMPRE ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL APÓS 1889

6.1 No Instituto Histórico: diretrizes em desarmonia para os estados	265
6.2 Novas sínteses: chegou o momento de escrever o grande livro?	287

A SÍNTESE NA REPÚBLICA – CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

317

NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

324

BIBLIOGRAFIA

334

INTRODUÇÃO

De onde parti: caminhos da pesquisa

Em 2007, ao findar a dissertação de mestrado, várias perguntas sobre a historiografia brasileira continuaram a me instigar. Naquela oportunidade, analisei a produção do conhecimento histórico no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na cidade do Rio de Janeiro, diante da tensão entre experiências e expectativas no momento de profundas e amplas transformações entre 1889 e 1912.¹ Após aprender com as polêmicas sobre a escrita da história nacional na instauração e afirmação da República no Brasil, propus-me examinar o trabalho coletivo realizado no Instituto Histórico – a mais importante instituição cultural no país – em seus primeiros cinquenta anos (1838-1888).

A produção do conhecimento histórico no Brasil oitocentista se assenta em duas questões fundamentais: o momento inicial em que houve uma preocupação conjunta e efetiva dos letrados com o passado das *cousas pátrias*, e a implantação do amplo, difuso e longo projeto político de enredamento de suas partes. Da independência à queda do trono, e consequente proclamação do novo regime de governo em 1889, passados, presentes e futuros foram ressignificados, assim como novas exigências foram imputadas àqueles que por eles se preocupavam nos mais ignotos rincões do país. À vista disso, me interessa como problema geral de pesquisa investigar quem eram e como atuavam esses estudiosos no Brasil oitocentista a partir das províncias. O que tornava alguém historiador no Brasil do Dezenove? Partindo do que acontecera à cultura histórica na derrocada do trono, resolvi selecionar um sujeito no universo letrado – na nossa *República das Letras* – e percorrer sua trajetória intelectual na contracorrente. Assim, às páginas da dissertação se somam as desta tese sob uma reflexão maior (recuperando e aprofundando questões) quanto ao ofício do historiador e suas práticas.

Os estudos sobre a escrita e os escritores de histórias

Antes de definir o obreiro naquele canteiro de construção, diversas alternativas se apresentaram a fim de me permitir esboçar respostas ao problema geral. Atualmente, os estudos sobre aqueles letrados estão sendo elaborados por competentes colegas com diferentes perspectivas de abordagem. A biografia, a história intelectual ou dos intelectuais, a história

¹ HRUBY, H. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

das ideias e a história das ciências se constituem em formas de conhecermos as atividades daqueles homens de letras. Não desprezando a legitimidade do conjunto de conceitos, métodos e técnicas (não exclusivos desses campos de estudos), acredito ser mais produtivo enveredar pela análise historiográfica.² O que tornava alguém historiador no Brasil do Dezenove? Seus textos me dirão. Meu trabalho tem por objetivo indicar uma possibilidade de estudo dos textos oitocentistas. Trata-se de uma entre várias que, em razão do tempo e lugar onde me encontro e da peculiaridade das fontes, se afigura como a mais profícua.

Os meus estudos sobre a historiografia brasileira, desde 2004, partem de problemas epistemológicos discutidos por colegas em diferentes grupos de pesquisas vinculados a programas de pós-graduação. De Norte a Sul do Brasil qualificados pesquisadores estão debatendo a história da historiografia. O contato com esse heterogêneo grupo nacional, facilitado pela publicação de livros e acesso digital a teses, dissertações, artigos e anais de eventos, me orienta na escolha de categorias, métodos, técnicas, lugares, nomes, fontes e problemas. São estudos que transformam a escrita da história em objeto problematizado da própria História. A história da historiografia brasileira, como bem podemos observar nessas publicações e eventos, ultrapassou a fase de simples constatação, catalogação e ordenação de escritos com ênfase nos autores canônicos. De forma pujante, problematiza as práticas tanto de historiadores consagrados, bajulados, idealizados como as de letrados desmerecidos e esquecidos pelos congêneres no longo e polêmico caminho de construção e afirmação de um campo do saber que se legitimaria como disciplina.

Perscrutando a dinâmica da prática historiográfica na atualidade e relacionando-a com a produção do letrado escolhido, resolvi estruturar parcimoniosamente a pesquisa articulando *texto, autor, contexto e leituras*. Meu desejo de partir da escrita da história para chegar aos três outros elementos se deve aos instigantes estudos de François Hartog sobre os textos de Heródoto de Halicarnasso (c. 485-420 a. C) e de Fustel de Coulanges (1830-1889).³ Os caminhos propostos e percorridos nessas pesquisas me causaram grande surpresa ante as profundas, turvas e revoltas águas abaixo da aparentemente rasa, límpida e calma lagoa textual dos estudiosos do passado: estratégias narrativas, semântica histórica, regras de inteligibilidade, marcas de enunciação, efeitos de credibilidade (busca por *fazer-creer*), graus de interpretação, escrituração da oralidade, efeitos de alteridade, grades ou fios condutores na

² A reivindicação por uma agenda autônoma, mas não ensimesmada ou surda de investigação da historiografia: NICOLAZZI, F. F.; ARAUJO, V. L. de. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: VARELLA, F. F.; MOLLO, H. M.; MATA, S. R. da; _____. (Org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 7-14.

³ HARTOG, F. *O espelho de Heródoto, ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999; Id. *O século XIX e a História, o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003a.

narrativa, aforismos, lugares-comuns, polêmicas, ressentimentos. A partir dessas leituras, elegi textos específicos na produção mais ampla do Brasil oitocentista para lê-los não somente como meros relatórios finais de pesquisas. Não abordo o texto pelo texto. A leitura de cada um deles (com idas e vindas) está amparada no que pude averiguar nos três outros elementos (autor, contexto e leituras). Julgo que nenhum método exclusivo é suficiente. Em razão disso, prescindindo do tecnicismo semiótico.⁴

Ao estudar um texto, não consigo deixar de me perguntar sobre aquele que o produziu. De onde e para quem o autor fala? Como ele (des)aparece no texto? Com quem dialoga? Qual a sua experiência na escrita e na pesquisa? É possível averiguar a intenção do autor? Minha abordagem não resgata a vida do autor, mas traz elementos de sua trajetória familiar e profissional que permitam melhor elucidar a construção historiográfica. Não deixo, entretanto, de examinar como alguns comentaristas explicaram o texto pelo que se sabia, correta ou incorretamente, do autor. A cautela ante o abuso de certas abordagens contextuais não me isenta da necessidade de examinar a conjuntura histórica na qual o texto foi produzido e pôde (ou não) circular. Além de examiná-los, me esmero em situar os textos do autor em momentos historiográficos distintos. Acredito ser pertinente trazer o contexto por outros textos para não enquadrá-los em referências genéricas. Assim, trabalho com a intratextualidade sem esquecer a transtextualidade.⁵ Vejo a necessidade de sair do texto e confrontá-lo com outros textos para melhor avaliá-lo. Visualizo os pontos de tensão, desequilíbrio, contradições, fissuras entre eles. Concebo os textos transpassados por saberes compartilhados. Encaro-os como discursos competidores em uma polifonia muitas vezes dissimulada. Averiguo condições de possibilidade e contextos de enunciação comuns a eles. São reflexões que me permitem retornar à narrativa problematizada (geradora) e ver a pluridimensionalidade do que fora redigido pelo autor.⁶ Dessa maneira, costurei os fios que unem textos e contextos numa trama que julgo sustentável.

⁴ A busca pelo rigor na análise de um texto de História pode ser visto em CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. História e análise de textos. In: _____. (Org.). *Domínios da História, ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.

⁵ Entendo por *transtextualidade* ou transcendência textual tudo que coloca o texto em relação, manifesta ou não, com outros textos. Os cinco tipos de transtextualidade não se apresentam em classes estanques, sem comunicação ou interseções. São eles: intertextualidade (alusão, citação, plágio), paratexto (título, notas, prólogos), metatextualidade (comentário), arquitekstualidade (qualidade genérica dada pelo leitor), hipertextualidade (dizer a partir de um texto ou se inspirar nele). GENETTE, G. *Palimpsestos, a literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. Na escolha desse caminho de pesquisa, parti dos estudos de Julia Kristeva e Gerard Vigner sobre a intertextualidade (os respectivos textos examinados estão listados na bibliografia final).

⁶ *Dimensão* como aspecto significativo da obra.

Afora analisar o texto produzido, examinar a experiência e expectativa do autor, costurar o momento com textos, me dedico em seguir os rastros historiográficos. Diante da expressividade ou não das narrativas selecionadas, percorro as diferentes leituras realizadas (e julgadas) pelos congêneres em impressões escritas. É preciso interrogar os caminhos próprios tomados pela leitura em sua intensa troca com a escrita, pois esta é modificada por aquela. Busco, assim, descortinar “a história das andanças do homem através de seus próprios textos”.⁷ Para isso, parto das ricas reflexões sobre a relação dialógica entre texto e leitor. A implicação histórica entre eles se manifesta na possibilidade de, numa cadeia de recepções, as primeiras leituras continuarem, se transformarem de geração em geração e decidirem o próprio significado do trabalho. Investigo o “experienciar dinâmico” do texto pelos leitores para apropriar, sobrepujar ou refutá-lo. O texto, ao surgir, não se apresenta como novidade absoluta num espaço vazio. A maneira pela qual, no momento de sua aparição, o texto atendeu, superou, decepcionou ou contrariou as expectativas dos leitores oferece um critério para a determinação de seu valor na produção do conhecimento histórico. A reconstrução do horizonte de expectativa em que a obra foi criada e recebida possibilita perscrutar as questões para as quais o texto buscou respostas e descortinar, assim, a maneira pela qual o leitor de outrora encarou e compreendeu determinado registro do passado.⁸ A historicidade da escrita da história se revela, portanto, na análise diacrônica e sincrônica. Essa abordagem me leva além da historiografia do século XIX, me faz chegar ao limiar do XXI e me possibilita entender como é construída a “memória disciplinar”.⁹

No final da década de 1960, número crescente de historiadores começou a encarar com seriedade o problema da constituição linguística da vivência humana. O descompasso espacial e temporal de tais problematizações gerou uma confusão designativa entre *linguistic turn*, pós-estruturalismo e pós-modernidade. Os debates ainda se apresentam copiosos na comunidade dos pesquisadores interessados na escrita da história.¹⁰ Neles, uma leitura me é

⁷ CERTEAU, M. de. Uma atividade desconhecida: a leitura. In: _____. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1, p. 262-265.

⁸ JAUSS, H. R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994 e ISER, W. *O ato da leitura, uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 1. As reflexões de Jauss e Iser, com aproximação e afastamento de outros estudos que priorizam a participação/experiência do leitor na escrita do texto, são analisados em textos específicos por Luiza Lobo, Regina Zilberman, Antoine Compagnon e Luiz Costa Lima (seus textos estão listados na bibliografia final).

⁹ GUIMARÃES, M. L. S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003b. p. 9-24; GUIMARÃES, M. L. S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, J. M. de (Org.). *Nação e cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-122.

¹⁰ A pertinência do debate pode ser observada nos textos reunidos em: MALERBA, J. (Org.). *A história escrita, teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

cara, a partir do momento em que comecei a estudar a historiografia brasileira. Entendo que as atividades daqueles que têm no passado motivo de preocupação científica devam ser problematizadas como frutos de uma *operação historiográfica*. A estrutura da pesquisa ao articular *texto, autor, contexto e leituras* se originou desse pensamento primeiro, ou seja, a escrita da história como operação na relação entre lugares, práticas e textos. Nela se imbricam locais de produção, procedimentos de pesquisa, análise e construção de narrativas. A escrita da história é controlada pelas práticas das quais resulta. Essa operação me permite visualizar o encadeamento dos atos produtores no texto a ser recebido ou descartado pelos pares (eventuais leitores). Possibilita-me, também, perscrutar a criação e organização de disciplinas por grupos reunidos em instituições, perpassadas por interesses e privilégios, imbuídas de missões e prerrogativas. Saber e poder se realimentam. Cientifica-me, sobremaneira, que nem sempre o discurso dá a ver essas relações que alicerçam programas de pesquisas: permissões e interdições quanto a fontes, métodos, técnicas e questionários.¹¹ Deparo-me não somente com o que pode ser dito, mas com a maneira de dizê-lo.

Partindo dessa leitura fundamental chego aos estudos da história dos conceitos para não nos esquecermos das longas e importantes modificações no que hoje conhecemos como História. Como singular plural ou coletivo, a História passa a designar, entre as décadas de 1750 e de 1850, em sentido moderno, numa só palavra, os fatos, o relato destes e o conhecimento científico.¹² Abstenho-me em aceitar esse sentido moderno por não conseguir visualizá-lo nas argumentações dos homens de letras no Brasil. Entretanto, pelo uso nos textos, há quatro possíveis acepções: *história* como passado, algo ocorrido, vivido (*res gestae*); *história* como exposição escrita do ocorrido, relato (*historia rerum gestarum*); *História* como campo do saber, área do conhecimento em construção; e *História* do Brasil como a grande narrativa que seria escrita, reunindo, depurando, sintetizando, amalgamando, redirecionando os vários relatos parciais. Essa variedade gera imprecisões, tendo em vista que não são poucos, nem recentes, os esforços de delimitar o que se entende e o que se pretende com o termo *historiografia*. As expressões derivam da polissemia da palavra história/História: história da História, escrita da História, escrita da história, história da historiografia, história

¹¹ CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006; Id., 1998, p. 211-276.

¹² KOSELLECK, R. *historia/Historia*. Madrid: Editorial Trotta, 2004; Id. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001 e Id. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1997.

geral da historiografia, teoria da historiografia, Historiologia.¹³ Parto da historiografia como a *escrita da história*.

A crítica historiográfica me leva a questionar, segundo as reflexões acima, o próprio estatuto dado aos textos. A condição histórica ou historicidade da disciplina mostra a contínua ação de seleção, exclusão ou inclusão, do que foi escrito em determinados lugares por determinados autores. Por isso, entendo que os estudos historiográficos devam ampliar os horizontes analíticos pelo que foi convencionalmente chamado de *cultura histórica*.¹⁴ Dessa forma, essa categoria me permite analisar o conjunto de iniciativas representativas do modo como certo grupo de letrados lida com a temporalidade e promove usos do passado. Meu escopo é mais amplo, considerando diferentes possibilidades de construções narrativas. Trabalho, assim, com textos em que a ficção e a imaginação não implicam mentira, mas em possibilidades de criação para se atingir o vivido, o ocorrido, a realidade passada, a verdade, em razão das lacunas nos arquivos.¹⁵ Por isso, a produção do conhecimento sobre as ações passadas ultrapassa os chamados textos de História. Os limites definidos entre campos de estudos (estabelecidos muitas vezes pelo olhar anacrônico como História, Geografia, História Natural, Estatística, Economia Política, Etnografia, Arqueologia, Literatura, Sociologia) são desconstruídos e o escopo de atuação dos letrados é ampliado. Basta lembrar que, ao longo do século XIX, as ditas ciências particulares estavam se separando do tronco geral da Filosofia e, particularmente quanto aos estudos do passado, a Filosofia da História, cujo elemento

¹³ Delimitações das diferentes nomeações em torno da palavra foram feitas, por exemplo, em: ARÓSTEGUI, J. A *pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006. p. 23-37; ARRUDA, J. J.; TENGARRINHA, J. M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 11-15; MALERBA, 2006, p. 11-26. A problematização conceitual de “historiografia” na recente crítica brasileira é analisada por: GODOY, J. M. T. de. Formas e problemas da historiografia brasileira. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 66-77, jan./ abr. 2009 e MALERBA, J. *Historiografia: conceito e prática*. In: _____. *Ensaio: teoria, história & ciências sociais*. Londrina: Eduel, 2011. p. 155-175.

¹⁴ Expressão de Bernard Guenée em *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval* (1980) e utilizada por Jacques Le Goff. LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 47-48. Foi retomada por Ângela de Castro Gomes, utilizada e discutida por vários pesquisadores do Núcleo de Pesquisas em História Cultural (NUPEHC), vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). A noção de cultura histórica, considerada como conceito e objeto, é trabalhada nas recentes publicações: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 e SOIHET, R. et al. (Org.). *Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Decisivos para o meu entendimento foram os textos: GUIMARÃES, M. L. S. Apresentação. In: _____. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 7-16; Id., 2007, p. 93-122; GUIMARÃES, M. L. S. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./ jun. 2005.

¹⁵ A verdade como aporia (dificuldade ou dúvida racional decorrente da impossibilidade objetiva de obter resposta ou conclusão para uma determinada indagação) na escrita da história e sua relação com a ficção e a literatura é repensada por COSTA LIMA, L. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

essencial e constituinte era a questão do sentido (da finalidade, *télos*), ainda orientava decisivamente os artífices no saber-fazer.

Há um último elemento que convém problematizar nos estudos sobre a escrita e os escritores de histórias. Ao longo dos séculos, a narrativa na história assumiu “roupagens peculiares”.¹⁶ As avaliações (classificação e hierarquização) dos textos redigidos no século XIX não foram homogêneas.¹⁷ Nem todo o labor escriturário foi chancelado como narrativa específica do campo do saber designado de História. Abordo essa diversidade pelas escritas plurais: histórias, memórias, biografias, artigos, crônicas, esboços, resumos, anais, romances históricos. Uma pluralidade que abarca certo hibridismo. É possível, assim, falar em *gênero* dos textos produzidos por determinada cultura histórica. Como taxonomia em construção, o gênero das escritas plurais permite aos autores e leitores classificarem os textos e inseri-los num esquema de recepção. A proposta do autor e a leitura crítica estão ligadas às imposições ou restrições do gênero. Como código literário, conjunto de normas, de regras do jogo, o gênero predispõe o autor e informa o leitor sobre a maneira pela qual o texto foi escrito e deve ser lido. Tamanha variedade de escritas me leva a ressaltar as divergências entre *história* e *crônica*.

Diferenciadas nas reflexões de intelectuais como Benedetto Croce e Hayden White,¹⁸ opto por seguir as de José Honório Rodrigues, pois se assemelham aos critérios entendidos mas nem sempre seguidos pelos letrados da época.¹⁹ Os textos dos cronistas pertencem a um gênero menor, sem pretensão de obra acabada, limitada a uma missão, a um episódio. Já o historiador generaliza os motivos, as ligações com outros fatos e as consequências. Enquanto os cronistas redigem trabalhos conjecturais (baseados em evidências incompletas), os historiadores apresentam obras estruturais (consideradas dentro de um conjunto organizado). Para o historiador cearense Capistrano de Abreu, contemporâneo aos textos aqui pesquisados, história não era crônica. Entretanto, segundo ele, era mais fácil dizer do que determinar com

¹⁶ IGLÉSIAS, F. Comentário, a narrativa em questão. In: RIEDEL, D. C. (Org.). *Narrativa, ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 148.

¹⁷ A divisão entre fontes primárias e secundárias não é suficiente para abarcar e delimitar os textos redigidos na enormidade de escritas manuseadas e preparadas pelos estudiosos do passado. Cada caso (texto) será um caso a ser analisado.

¹⁸ CROCE, B. História e crônica. In: GARDINER, P. *Teorias da História*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 275-283; WHITE, H. A questão da narrativa na teoria contemporânea da História. *RH Revista de História*, Campinas, n. 2/3, p. 47-89, 1991. p. 71-72 e Id. *El contenido de la forma, narrativa, discurso y representación*. Barcelona: Paidós, 1992. p. 31.

¹⁹ RODRIGUES, J. H. Prefácio. In: _____. *História da História do Brasil, historiografia colonial*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1979. p. XVII-XVIII. A crônica como registro do passado não se confunde com o texto literário breve com motivos geralmente extraídos do cotidiano imediato como é analisado, por exemplo, em: CANDIDO, A. et. al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

precisão onde começava uma e onde acabava outra. Igualmente difícil era mostrar um livro que tivesse exclusivamente características de um ou outro gênero.²⁰ Outra tentativa de precisar os escritos dos estudiosos do passado é o estudo de Alcides Bezerra na década de 1920. Com certa arrogância, conclamava para deixarmos em paz os cronistas que “morreram com a ilusão de que tivessem feito história”. Mero repositório de notícias mal redigidas, as crônicas revelavam esforço e perseverança no trabalho, mas com total falta de método.²¹

As histórias e crônicas, na avaliação de José Honório e Alcides Bezerra, se reúnem aos anais, esboços, ensaios, memórias, notícias, resumos e apontamentos. Semelhantes divergências e dificuldades de classificação estão presentes nas críticas de época ao longo da tese. Cada caso é um caso, cada texto é um texto. Ele pode, de acordo com o debate, ser rubricado como crônica, memória ou história. Aclarados os caminhos da pesquisa, levantado o problema geral a ser respondido, instigado por teorizações orientadoras para organizar a pesquisa, inserido no debate, mostrada a pertinência da discussão, ressaltada a indefinição semântica de artifícios e práticas, fica faltando um nome. Qual é o obreiro pelo qual investigarei, a partir das províncias, quem eram e como atuavam os estudiosos do passado no Brasil oitocentista?

Um estudioso entre tantos (desconhecidos) no século da História

Diante de minha trajetória de pesquisador, das possibilidades da crítica historiográfica e da aposta nos historiadores menos conhecidos, tenho como objetivo específico de pesquisa de doutoramento analisar a escrita da história do Brasil por meio da obra do cearense Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) no tensionamento espacial e temporal, isto é, entre a Corte e as províncias, e da derrocada do Império à consolidação da República. Entendo *obra* como o conjunto heterogêneo de textos redigidos e não necessariamente publicados (livros, artigos, panfletos, discursos, traduções, poesias, notas, apresentações, atas, relatórios, catálogos, rascunhos). Obra como espaço inacabado, interminável, incessante, reelaborado, distorcido, que extrapola as datas de existência do autor, ultrapassa as pretensões daquele que escreveu, afasta-se do criador e incorpora, pelas leituras críticas, os comentários e as interpretações de outrem.

²⁰ ABREU, J. C. de. Apenso sobre o Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1906a [1882]. p. 438.

²¹ BEZERRA, A. *Os historiadores do Brasil no século XIX. Separata do relatório anual da Diretoria do Arquivo Nacional referente a 1926, apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, 1927. p. 10.

Por que a produção desse letrado? O Conselheiro Araripe, em meus estudos de mestrado, despontou como um dos sócios que mais escrevera no periódico e atuara na Diretoria e nas principais Comissões da Casa da História (IHGB). Afora o Instituto Histórico, o dedicado político, historiador e juriconsulto monárquico se apresentou como um dos mais ardorosos e atuantes burocratas na nascente República. A disputada trajetória de historiador não dispensou experimentalmente a de geógrafo e poeta. Essa eclética personalidade integrou um grupo muito peculiar ao transitar por dois regimes de governo e problematizar o conhecimento histórico, em que passados, presentes e futuros tiveram os significados alterados. Não satisfeito com a atuação do letrado no Instituto Histórico durante a transição tumultuada desde 1889, questionei-me por conhecer os caminhos que o levaram até ali e a partir dali. Quais espaços de construção do conhecimento histórico existiam fora do IHGB? De que maneira os letrados espalhados pelas mais distantes províncias, nas pequenas pátrias, dialogavam com os doutos da Corte preocupados com a grande pátria? O que tornou Tristão de Alencar Araripe historiador? O que possibilita que ele, hoje, seja lido ou não como historiador? A sua produção me permitiu esboçar coerentes respostas e romper com homogeneidades aparentes ao revelar conflitos que presidiram à constituição de práticas historiográficas.

É importante ressaltar que o *nome* do autor está envolto numa confusão homonímica. A troca se dá comumente com seu pai e seu filho. Tristão Gonçalves (Pereira) de Alencar Araripe (1789-1824) é o pai herói/criminoso revolucionário nos movimentos de 1817 a 1824 no Norte e que após no nome os encantos pelo espaço da terra natal. O sobrenome derivou da opção patriótica ao assumir termos da toponímia regional (Serra dos Araripe).²² Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911) é o filho que, pela atividade de crítico literário, anuvia e embaralha as referências letradas ao pai na bibliografia.²³ Nem os catálogos das bibliotecas universitárias e da Biblioteca Nacional escapam da confusão. Entre as armas e as letras, dei ao nome a autoria adequada. Por ser integrante de tradicional família do Norte e pela reconhecida trajetória profissional em várias províncias, pensei que facilmente encontraria biografias sobre o autor. Enganei-me; não há trabalhos biográficos de monta. No acervo pessoal de Tristão de Alencar Araripe no IHGB constam somente documentos específicos de suas pesquisas. Assim, esboçar uma cronologia, uma trajetória, uma lista de publicações, se constituiu em um quebra-cabeça com muitas peças faltantes.

²² Além dos Araripes, derivam dessa escolha por nomes indígenas os Ibiapinas e Mororós.

²³ Araripe Júnior é, ao lado de Sílvio Romero e José Veríssimo, um dos nomes que dominou a crítica literária no Brasil até o segundo decênio do século XX.

Dos trabalhos específicos, encontrei apenas os de dois comentaristas: *A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe* (1998), livro de João Alfredo de Sousa Montenegro, professor titular na Universidade Federal do Ceará (UFC); e *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará* (2006), monografia de graduação na Universidade Estadual do Ceará (UECE), transformada em livro, de autoria de Ítala Byanca Morais da Silva.²⁴ Minhas dívidas e críticas a eles serão feitas ao longo do texto. As poucas pesquisas se unem às menções fragmentadas e dispersas sobre a produção do historiador e a atuação do político/burocrata/jurisconsulto. Além de uni-las, problematizei-as e não desprezei a questão que motivou e se tornou, depois, a carga maior para o autor: a origem familiar. Nos estudos sobre o primo de Tristão de Alencar Araripe, o literato José de Alencar, deparei-me com o estigma que perpassa todos os momentos historiográficos analisados: “Os sofrimentos unem mais do que as alegrias. Batidos pelos reveses de 1817, 1824, e, recentemente, o de 1842, os Alencar permaneceram solidários no infortúnio político que os atingira. Preparavam-se, porém, para novas lutas. E, para vencê-las, eles se instruíram.”²⁵ Tristão e José pesquisaram, escreveram, debateram por diferentes meios no longo processo de catarse para libertação, expulsão, purgação dos ressentimentos familiares.

E como separar as memórias de sentimentos negativos, humilhações, afetos ressentidos, rancores e desejos de vingança das evocações da parte sombria, inquietante e frequentemente terrífica da história? Essa indagação abre o livro organizado por Stella Bresciani e Márcia Naxara do *Núcleo de história de linguagens políticas: razão, sentimentos e sensibilidades* com sede no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. A publicação contém valiosos textos sobre a pertinência de abordarmos a produção do conhecimento histórico no Brasil do Dezenove pelo viés do ressentimento; esse sentimento duradouro, não fugaz, cultivado e acalentado. Tanto é válido pensar o ressentimento individual como o coletivo (familiar e provincial/regional).²⁶ Os relatos dos episódios passados da família Alencar no Norte deveriam integrar o grande livro de História do Brasil para apagar as nódoas e lhes dar novo significado. Entretanto, a “existência do

²⁴ Aguardamos a conclusão da pesquisa de mestrado de Leandro Maciel Silva intitulada *Cultura historiográfica brasileira do XIX: Varnhagen e Tristão de Alencar Araripe*. Ela está sendo desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desde 2011, e deverá aportar importantes problematizações à produção do historiador cearense.

²⁵ VIANNA FILHO, L. *A vida de José de Alencar*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 37.

²⁶ BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. R. C. Apresentação. In: _____. (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 9-13.

ressentimento mostra o quanto é artificial o corte entre passado e presente, um vive no outro”.²⁷

A historiografia brasileira no Oitocentos: além de palavras

As noções aprendidas nos países europeus ou norte-americano não valem numa terra de contrastes, pois nela o antigo se mistura com o novo. As épocas históricas se emaranham uma nas outras e é necessário, em lugar de conceitos rígidos, descobrir “noções de certo modo líquidas, capazes de descrever fenômenos de fusão, de ebulição, de interpenetração, noções que se modelariam conforme uma realidade viva, em perpétua transformação”.²⁸ A advertência não pode ser ignorada para um século tão complexo como o Oitocentos e para um país tão heterogêneo e ignoto como o Brasil recém-independente. Essa ressalva faz com que eu fique vigilante aos reducionismos e priorize meu olhar para as indefinições em vez das certezas.²⁹ Na leitura cautelosa dos textos do Dezenove, determinadas palavras exigem atenção ao se impor como conceitos. Das que percorrem a tese do início ao fim, alerta para: *civilização, Tribunal da História, crítica, Moral, arquivo*.

O termo *civilização* surgiu na segunda metade do século XVIII, na França e Inglaterra, e passou a ser um dos conceitos centrais no discurso do Iluminismo. Designa o esforço coletivo de levar o indivíduo a observar espontaneamente as regras de convivência e de transformar os costumes da sociedade. Indica lento processo de educação e de refinamento (polidez). O emprego da palavra *civilização* está relacionado, também, à segurança pessoal e da propriedade.³⁰ De maneira mais ampla, o conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si e resume tudo o que, nos últimos séculos, a sociedade ocidental vem se julgando superior às sociedades mais antigas ou às sociedades contemporâneas mais primitivas.³¹ Porém, importa o fato de que, ao chamar *civilização* o processo fundamental da História e ao designar com igual palavra o estado final resultante desse processo, utilizamos um termo que contrasta de maneira antinômica com um estado supostamente primeiro, ou seja, natureza,

²⁷ FERRO, M. *O ressentimento na História*. Rio de Janeiro: Agir, 2009. p. 14. O recente trabalho partiu dos estudos de Friedrich Nietzsche e Max Scheler no século XIX.

²⁸ BASTIDE, R. *Brasil, terra de contrastes*. 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 15.

²⁹ O perigo das generalizações no estudo do século XIX: BROCA, B. *A vida literária no Brasil, 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. p. 352; LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983. p. 173 e 191.

³⁰ BENVENISTE, É. *Civilização: contribuição à história da palavra*. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1991. p. 371-381.

³¹ ELIAS, N. *O processo civilizador, formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 1, p. 23-27. Por ser de origem francesa e inglesa, se refere a fatos políticos, econômicos, religiosos, técnicos, morais ou sociais. Diferencia-se de *Kultur* alemão.

selvageria e barbárie.³² Por trás de todas as avaliações que o Instituto Histórico apresentou sobre a sociedade brasileira estava o par conceitual civilização e barbárie.³³ As pesquisas de Alencar Araripe mostraram, explicaram e compreenderam, justamente, a difícil e incompleta caminhada das províncias e do país nesse processo civilizador, baseado na ordem e no progresso, para superar a barbárie. Ciente de onde provém e do que pode abranger, cabe lembrar que, como tantas outras expressões, *civilização* se transformou em clichê na retórica oficial.³⁴

Temos a História e a civilização como gêmeas siamesas no século XIX. Uma não existe sem a outra. A História é o estudo da evolução das sociedades humanas. Civilização é a explicação geral do rumo seguido pela Humanidade através dos tempos. Penso que esse processo acoberta uma dúvida racional. Os pesquisadores acreditavam conhecer o estado civilizacional pela intuição, isto é, pela visão direta e imediata que captava por inteiro o objeto estudado e dispensava as provas para se saber o que se desejava conhecer. Paralelamente, partiam da civilização pelo raciocínio dedutivo para, então, encontrar as provas que a justificassem. Nesse processo investigativo, uma “verdade” já conhecida (o estágio civilizacional nos países do oeste europeu) era usada para mostrar que se aplicava a casos particulares (Brasil e províncias). Ia-se do geral para o particular. O processo civilizador era ponto de partida e se queria de chegada dos estudos históricos para grande parte dos pesquisadores no Oitocentos. A aproximação e o afastamento provincial do pretense degrau civilizacional (por meio das ações de determinados sujeitos), além de impregnar o raciocínio dos letrados envolvidos em registrar o passado do país, engendraram a lógica das narrativas, ou seja, a maneira coerente e inteligível pela qual necessariamente se encadeavam, nos textos, os episódios relatados.

³² STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 16.

³³ GUIMARÃES, M. L. S. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 102.

³⁴ Detalhado levantamento sobre as transformações e uso do conceito na Corte, de 1844 a 1877, foi realizado por André Azevedo. Imbricam-se as leis, urbanidade, desenvolvimento, evolução e progresso (tanto avanço material como cultural). AZEVEDO, A. N. de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. 2003. 327 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Centro de Ciências Sociais, PUCRio, Rio de Janeiro, 2003. Em especial, as observações feitas nos capítulos 2.5, 2.6 e 2.8. Sobre período anterior, tendo como foco o IHGB: DOMINGUES, H. M. B. A noção de civilização na visão dos construtores do Império. 1989. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 1989. O estudo sintético sobre o uso dessa expressão no Brasil Imperial, próximo aos estudos de Benveniste e Elias, porém sem referência específica aos indígenas: ABREU, M. Civilização. In: VAINFAS, R. (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 141-143.

Quanto à segunda expressão recorrente, *Tribunal da História*, observo que a comparação entre o historiador e o juiz se tornou senso comum.³⁵ Os estudos históricos e os jurídicos se imbricam desde a Grécia clássica. A História é inseparável do método jurídico: “tudo o que se reconhece como o pensamento ocidental na experiência da racionalidade traduz exatamente essa indistinção entre História e Direito.”³⁶ Em trabalho de maior fôlego e em defesa de causa recente, Carlo Ginzburg aponta uma série de elementos comuns nas duas atividades: indícios, provas, testemunhos, fase de instrução, aspecto acusatório, confissões, culpa e arrependimentos. Se a palavra *historia* procede da linguagem médica, a capacidade argumentativa que implica vem do âmbito jurídico. De acordo com a primeira, ela examina casos e busca suas causas naturais; conforme as regras da segunda, ela os expõe: a arte de persuadir nascida nos tribunais. Tribunais como o lugar onde se busca o convencimento pela argumentação eficaz, capaz de comunicar a “ilusão da realidade” e não somente pela produção de provas ou da valorização daquelas produzidas por outros.³⁷

Em Paul Ricoeur, a comparação entre os dois processos investigativos é de duas ordens: fase deliberativa do processo e fase conclusiva do julgamento. Na primeira fase, o processo consiste essencialmente na cerimônia de linguagem apoiada na confrontação de argumentos. A controvérsia organizada pretende ser modelo de discussão no qual as paixões, que alimentam o conflito, são transferidas para dentro da arena da linguagem. Na fase conclusiva, por seu caráter definitivo, a sentença marca a diferença mais evidente entre a abordagem jurídica e a abordagem historiográfica de iguais fatos. A função do juiz é julgar, concluir, decidir, reinstaurar a distância justa entre culpado e vítima. Essa não é a função do historiador, pois, se assim age, corre o risco de confessar um julgamento parcial e militante à mercê da crítica da sua corporação e do público.³⁸ As palavras proferidas pelo filósofo francês ao findar o século XX podem ser ligadas às de Lucien Febvre no seu alvorecer: “o historiador

³⁵ Por exemplo, o historiador, juiz e moralista em: CADIOU, F. et. al. *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 114-119. A questão dos julgamentos morais sobre as ações públicas em: CARR, E. H. *Que é história?* 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 110-113. História e jurisprudência em: HADDOCK, B. A. *Uma introdução ao pensamento histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989. p. 49-65. As ligações entre as profissões: BANN, S. A História e suas irmãs: Direito, Medicina e Teologia. In: _____. *As invenções da história, ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. p. 27-50. O advogado e o historiador em: HARTOG, F. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001a. p. 143-186.

³⁶ NERHOT, P. No princípio era o Direito... In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 100.

³⁷ GINZBURG, C. *El juez y el historiador: consideraciones al margen del proceso Sofri*. Madrid: Anaya, 1993. A parcial contiguidade entre a ótica do historiador e a ótica do juiz foi desenvolvida em: GINZBURG, C. Provas e possibilidades, posfácio a Natalie Zemon Davis. In: _____. *Relações de força, história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 311-335.

³⁸ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 335.

não é juiz”.³⁹ Entretanto, no Brasil do Oitocentos, significativo número de estudiosos do passado estava muito longe dessa aquiescência: o historiador era juiz. O historiador agia como uma espécie de “juiz dos Infernos, encarregado de distribuir o elogio ou o vitupério aos heróis mortos”.⁴⁰ Olegário Herculano de Aquino e Castro, por exemplo, Presidente do IHGB na sua fase mais difícil, dizia que a História não era ciência de datas ou dedução cronológica dos fatos passados, nem tão pouco a nua exposição limitada à narração dos acontecimentos – deveria, sim, julgá-los. Para ele e seus colegas de corporação, julgar era a missão da História.⁴¹ Provas, testemunhos, indícios integravam a atividade do historiador, como também, a organização das controvérsias na arena da linguagem (escritas plurais), a instrução do processo, a formalização de acusações e a definição do julgamento (veredito). Esse entendimento estava articulado ao objetivo maior do trabalho dos estudiosos do passado. O grande livro de História, que seria escrito no futuro, funcionaria como o longo processo que conteria a sentença do tribunal da posteridade. Para isso, julgamentos parciais de historiadores e leitores subsidiariam o processo, condenando ou absolvendo sujeitos e episódios.

A semelhança entre os dois ofícios, agravada pela formação acadêmica e atividade profissional de grande parte dos letrados brasileiros envolvidos em revolver os tempos pretéritos, suscita outro elemento recorrente: a crítica.⁴² Ela consiste na arte de julgar: “em interrogar a autenticidade, a verdade, a correção ou a beleza de um fato para, a partir do conhecimento adquirido, emitir um juízo.”⁴³ Nos debates analisados nesta tese, a crítica é tão abrangente como a formulação acima, sendo comum, nos argumentos, os juízos de valor estarem misturados à apuração dos fatos.⁴⁴ Por isso, a delimitação da crítica histórica à “arte de discernir nos relatos o verdadeiro, o falso e o plausível” não pode ser aceita sem

³⁹ FEBVRE, L. *Combates pela história*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 111.

⁴⁰ BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 125.

⁴¹ Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1892. *RIHGB*, t. 55, parte 2, p. 429-432, 1893. A História para o sócio Visconde de Ouro Preto era a “grande justiceira”. Sessão em 7 de dezembro de 1900. *RIHGB*, t. 63, parte 2, p. 525, 1902.

⁴² A análise dos níveis de educação formal de 172 letrados nascidos entre 1803-1908 mostrou a proeminência do curso de Direito: MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da república das letras, sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo: Grijalbo; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. Quadro X, p. 247-252.

⁴³ KOSELLECK, R. *Crítica e crise, uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 93. Em nota a esta citação, o autor apontou a historicidade da palavra *crítica* contraposta à *crise* (nota 154, p. 202-204).

⁴⁴ Entendo *juízo* como ato mental de julgamento pelo qual atribuímos a alguma coisa certas propriedades e lhe recusamos outras. Pelos juízos, estabelecemos os elos internos e necessários entre um ser e as qualidades, as propriedades, os atributos que lhe pertencem. Os juízos de valor, por sua vez, são avaliações de coisas, pessoas, ações, experiências, acontecimentos, sentimentos, estados de espírito, intenções e decisões como bons ou maus, certos ou errados, desejáveis ou indesejáveis para o julgador.

restrições.⁴⁵ Por efeito do uso exagerado, não definido e da apropriação por várias disciplinas no século XIX, o conceito de crítica foi objeto de refinada e extensa análise por um dos literatos mais polêmicos no período: Sílvio Romero (1851-1914). Ele perguntou: Que é a crítica? É uma ciência? É uma arte? É um capítulo da estética? É um capítulo da lógica aplicada? Tem métodos próprios ou emprega os processos comuns a todas as ciências? Aplica-se somente à literatura e à arte ou pode ser aplicada a todas as criações da Humanidade? Qual o sentido de crítica filosófica, crítica científica, crítica política, crítica jurídica, crítica social, crítica histórica, crítica artística e crítica literária? Conforme o polemista, na linguagem popular, crítica é sinônimo de censura, sátira, descompostura e até maledicência. Pela etimologia da palavra (grego *krinein*), crítica tem o significado de juízo, modo de julgar, gosto, opinião, modo de ver e apreciar. Não é sistema, teoria, doutrina, ciência; ela é apenas processo, método, controle que se deve aplicar às criações do espírito, em todos os ramos de sua atividade, em toda a área do pensamento, a todas as criações humanas. Assim, se alguém escreve uma história do Brasil, faz obra de cultor da ciência da História. Se alguém, por exemplo, estuda as obras de Varnhagen, corrigindo e ampliando-as em determinados pontos, está em pleno domínio da crítica.⁴⁶ O Presidente do Instituto Histórico, em 1896, balizou o gradiente da crítica no momento em que as paixões afluíam. Segundo ele, a crítica não era a complacente bonomia (a extrema credulidade), nem a severa mordacidade (rigor excessivo): “Um e outro extremo devem ser cuidadosamente evitados”.⁴⁷

Pela constatação de que, nos primórdios do IHGB, a diferença entre o falso e o verdadeiro não era produto de melhor conhecimento documental, e sim da melhor posição para julgar o valor moral das ações dos antepassados, chegamos ao quarto vocábulo a considerar: Moral.⁴⁸ Os julgamentos no Instituto Histórico eram externados pela crítica moralizadora.⁴⁹ Crítica moral se refere explicitamente, na acepção francesa, ao código de normas universais da conduta.⁵⁰ Esse código advém de um conjunto de valores, individuais ou

⁴⁵ BLOCH, M. Crítica histórica e crítica do testemunho. In: _____. *História e historiadores*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998. p. 22.

⁴⁶ ROMERO, S. Conceito de crítica. In: COUTINHO, A. (Org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Americana, 1974. p. 68-84.

⁴⁷ Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 351, 1897.

⁴⁸ ARAUJO, V. L. de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008a. p. 46-47. A contribuição do historiador para “temperar a civilização com a firmeza dos valores morais” foi reafirmada pelo autor em trabalho recente: Id. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: NEVES, L. M. B. P. das et. al. (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 90.

⁴⁹ Sessão em 27 de setembro de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 287, 1897.

⁵⁰ LEVY, N. *Ética & história*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 14-15.

coletivos, considerados como norteadores das relações sociais dos homens.⁵¹ Na observância do cumprimento dessas regras de conduta em construção, o historiador moralizante se via como juiz filosófico: a Moral se temporalizava na História como processo.⁵² Os juízos morais são, portanto, normativos, ou seja, enunciam obrigações, permissões e interdições que dizem como devem ser os bons sentimentos e as boas ações. Os homens de letras, de posse de tal leque difuso de valores da civilização ocidental, julgaram sujeitos e episódios no passado para exemplarmente incluí-los ou excluí-los da grande História do Brasil. A crítica moral estava impregnada, também, por valores políticos (patriotas fiéis ao regime) e religiosos (devotos católicos tementes a Deus). O Instituto Histórico era o lugar privilegiado para difusão de tais ensinamentos no Brasil oitocentista: a Escola Superior de Moral.⁵³ Lá a História se efetivava na “grande página de Moral”.⁵⁴ Exemplar da prática dessa crítica moralizadora na instituição foi o parecer da Comissão de História na avaliação de *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha por lhe destacar o alto valor moral que se sobrepunha aos valores científico, histórico e literário.⁵⁵ Como mostrarei, as argumentações dos estudiosos não prescindiram mas ultrapassaram os juízos morais para buscar nos arquivos a força na afirmação da verdade.

Considerando que o poder de veto das fontes é fundamental nos debates aqui analisados, cabe esclarecer o que entendo por *arquivo*. Diferentemente da etimologia da palavra, arquivo não deve se restringir ao espaço físico de guarda de documentos. Compreendo o arquivo como um conjunto amplo e disperso de fontes orais e visuais espalhadas pelas distintas regiões do país. Penso o arquivo em sua constituição considerando os testemunhos, pois a oralidade começava a ser escriturada nas províncias. E, nesse afã, pela precariedade da situação arquivística e pela busca por alicerçar seus argumentos nos debates, os pesquisadores se viram afetados pelo *mal de arquivo*: uma paixão, um não sossego, um desejo compulsivo,

⁵¹ *Moral* faz parte dos conceitos permanentemente discutidos pela Filosofia, pois basilar, desde o seu surgimento. Transpassou igualmente os debates dos letrados na Europa Ocidental durante o século XIX. Em inglês, francês e italiano, moral como adjetivo passou a significar “espiritual”, como, por exemplo, na expressão “ciências morais”, que são as “ciências do espírito”. ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 1998. v. 4, p. 682; LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 703-705; PAIM, A. *Modelos éticos: introdução ao estudo da Moral*. São Paulo: IBRASA, 1992. p. 21. Os termos *ética* e *moral* são utilizados indistintamente por vários autores. Ética vem de duas palavras gregas: *éthos*, que significa “o caráter de alguém”, e *ethos*, que significa “o conjunto de costumes instituídos por uma sociedade para formar, regular e controlar a conduta de seus membros”. Apesar da tendência contemporânea, desde 1789, de libertar o estudo do homem e da sociedade de toda a tentação normativa, as ciências passariam a ditar as normas de comportamento. A ciência conduziria à moral. TODOROV, T. *As morais da história*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1991. p. 7-21.

⁵² KOSELLECK, R. De la moralización a la procesualización de la historia. In: Id., 2004, p. 60-65.

⁵³ Sessão em 9 de novembro de 1900. *RIHGB*, t. 63, parte 2, p. 511, 1902.

⁵⁴ FLEIUSS, M. Centenários do Brasil. *RIHGB*, t. 64, parte 2, p. 111, 1901.

⁵⁵ Sessão em 20 de março de 1903. *RIHGB*, t. 66, parte 2, p. 131, 1905.

repetitivo, irreprimível que moveu Alencar Araripe e seus congêneres.⁵⁶ Mas os provincianos acorriam aos arquivos motivados por inquietações datadas, cabendo averiguar para qual pergunta eles procuravam respostas e quais eram as fontes mais pertinentes para respondê-las.⁵⁷ As perguntas variaram nos momentos historiográficos, mas um tipo de fonte sobressaiu para suprir a falta de meios para respondê-las.

As disputas historiográficas que envolveram principalmente as sedições, rebeliões, revoltas e revoluções provinciais no passado do país tiveram os arquivos judiciários como fonte privilegiada. Eles colocaram o tribunal dos homens na presença do Tribunal da História e permitiram a contestação dos julgamentos passados. Dessa maneira, a escrita da história apareceu como meio de recorrer às instâncias judicativas mais nobres e perenes. Bons e maus exemplos puderam ser ressignificados para compor a História do Brasil. Porém, os arquivos judiciários compeliram os debatedores a uma armadilha: os pesquisadores estiveram tão absorvidos pelo arquivo, procurando subsídios para condenar ou absolver, a ponto de nem saberem mais como interrogá-lo.⁵⁸ A glosa, o mimetismo, a repetição das fontes (arquivo-reflexo e arquivo-prova) apequenaram as narrativas, quando não as preteriram. Pela obra de Tristão de Alencar Araripe é possível observar a oscilação entre a ausência e o excesso de arquivo.⁵⁹ A constituição de arquivos no Brasil oitocentista (públicos e privados para a pesquisa histórica e apoio à administração) perpassa a produção de Araripe.⁶⁰ Ao refletir sobre o papel dos arquivos no processo de construção da Nação, não podemos esquecer o significado que o documento adquiriu quando o parâmetro jurídico-normativo (Direito) passou a ser elemento fundamental na formulação do conhecimento e na própria organização da sociedade.⁶¹

⁵⁶ DERRIDA, J. *Mal de arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. p. 118.

⁵⁷ ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 1-7, 1996. p. 6. A pergunta compõe o tripé do conhecimento histórico juntamente com o rastro e o documento. RICOEUR, 2007, p. 188.

⁵⁸ FARGE, A. *O Sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 71. Os arquivos judiciários com que trabalho são do século XIX ao passo que os da autora pertencem ao século XVIII. Apesar de contextos distintos, suas reflexões foram pertinentes para o meu objeto de estudo.

⁵⁹ ROUDINESCO, E. O poder do arquivo. In: _____. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 7-29.

⁶⁰ A par do processo de institucionalização ocorreu a disciplinarização da *Arquivística* e a sua inserção nas ciências pelo “princípio da proveniência”. Atualmente o termo corrente é *Arquivologia*. Com a institucionalização da consulta após 1889, o acesso aos documentos brasileiros só foi legalmente estabelecido no país pela Constituição de 1988 e, posteriormente, pela Lei nº 8.159, a lei geral de arquivos, sancionada em janeiro de 1991. A questão é atual como se observa na reivindicação por uma política nacional para os arquivos. Em dezembro de 2011, em Brasília, antecedida por debates regionais, foi realizada a I Conferência Nacional de Arquivos (I CNARQ).

⁶¹ COSTA, C. M. L. *Memória e administração: o arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. 1997. 242 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997. p. 12.

Sabedor que a escrita da história se vincula à semantização oriunda da interlocução com a sociedade e o poder, meus esforços de expor introdutoriamente a abrangência dos termos utilizados e problematizados na pesquisa estavam me conduzindo a um “quadro movediço do vocabulário político”.⁶² Pinçadas de textos específicos, que as singularizam em demasia, ou pinçadas de verbetes de dicionários de época, que as generalizam forçosamente, palavras como pátria, nação, povo, cidadão, são por demais fugidias. Essa semantização, vista no longo processo de adequação das coisas às palavras e vice-versa, não é solucionada pela minha pesquisa, mas apontada como questão presente, difusa e fluida na historiografia do Dezenove.⁶³ Não ignoro que essa margem de incerteza entre o indagado e o interdito tenha sido explorada pelos letrados nos seus escritos, entre os quais os do Conselheiro Araripe, visando atender expectativas de certos leitores. A constituição disciplinar passou por esse debate de encontrar ou impedir que experiências passadas pudessem traduzir ou externar experiências presentes em palavras (democracia, república, tirania, ditadura, demagogia, opressão, participação popular).

As partes no todo: argumentos de provincialismo para a História do Brasil

A bibliografia do e sobre o século XIX está encharcada pela obsessão do nacional: nação, nacionalismo, nacionalidade, caráter e identidade nacional, brasilidade são termos

⁶² Semantização significa “temas e linhas de interesse, que demarcam, de um lado, o passível de indagação, de outro, o interdito ou sequer cogitável (não porque proibido senão porque historicamente ignorado)”. COSTA LIMA, L. *A aguarrás do tempo, estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 37.

⁶³ A complexidade da questão pode ser observada, por exemplo, em: PINTO, E. P. (Org.). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos. Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: EDUSP, 1978; JANCÓS, I.; PIMENTA, J. P. G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: história*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 127-175; FERES JÚNIOR, J. (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009 e NEVES, L. M. B. P. das. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, J. M. de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 43-70. Sobre o mapeamento das nações na nação brasileira: KODAMA, K. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 107-123. A historicidade das percepções e classificações raciais (amplitude histórica do campo semântico) são examinadas por: LIMA, I. S. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Os conceitos de Estado e Nação em “permanente mutação, devendo ser constantemente repensados, problematizados e imaginados”: CARVALHO, J. M. de; NEVES, L. M. B. P. das. (Org.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos, cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 e CHIARAMONTE, J. C. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANOTTI, M. de L. M. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 61-91. A reconstrução dos contextos dos debates sobre a nação: PALTÍ, E. J. *A nación como problema. Los historiadores y la cuestión nacional*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica S.A., 2002. A emergência dos conceitos de nação e povo no Brasil do século XIX sob o viés da literatura: CANO, J. *O fardo dos homens de letras: o ‘orbe literário’ e a construção do império brasileiro*. 2001. f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2001. No vocabulário político e social, os termos pátria, patriota, revolução, radical, radicalismo, demagogo, liberal: RODRIGUES, J. H. *Independência: revolução e contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. v. 1 (A evolução política), p. 49-60.

recorrentes nos projetos políticos em construção. São expressões para as quais os estudiosos do passado, um pequeno e limitado círculo letrado, elaboraram reiteradamente significados, assimilaram e descartaram referentes (povo, língua, território, raças, Estado, governo, cultura). Para o todo esboçado, para esse país por fazer com sentimentos de pertencimento entre seus habitantes por construir, as partes tiveram de ser ligadas, costuradas e submetidas ao poder central. A aproximação e o afastamento de *nós* dos *outros*, dos nacionais dos estrangeiros, deu-se concomitantemente com a aproximação e afastamento de *nós* dos *outros*, dos nacionais dos provincianos.

As províncias preexistiam ao país independente. Portugal, durante a política recolonizadora das Cortes de Lisboa, fragmentou o reino num “feixe heterogêneo de províncias”, dependentes diretamente do ultramar, sem subordinação ao foco de poder situado no Rio de Janeiro. Dessa forma, o Império brasileiro, no momento da ruptura dos laços com a Metrópole, não dispunha de um território unificado prévio, mas de um “conjunto heterogêneo de territórios coloniais”.⁶⁴ Após setembro de 1822, D. Pedro I soldou “as províncias mal congregadas, dissolvendo-lhes a autonomia na imantação monárquica, unitária e centralizadora”.⁶⁵ O soldar das partes no todo perduraria após a abdicação do primeiro Imperador, em 1831, e pode ser facilmente observado nas delimitações cartográficas e no constrangimento semântico do sentimento particular dos habitantes das províncias.

Em 1861, a complicada questão da delimitação desse conjunto heterogêneo permanecia, levando o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen a sugerir uma divisão mais racional das províncias, incluindo a terra natal de Tristão de Alencar Araripe, o Ceará.⁶⁶ Até então, não se tinha a representação geral do território do país como um todo. Somente em 1868 houve a primeira visualização do território nacional por meio do *Atlas do Império do Brasil* de Cândido Mendes de Almeida.⁶⁷ Ao final do período monárquico, Augusto Fausto de Souza

⁶⁴ MAGNOLI, D. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, I. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 294.

⁶⁵ FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 361-362.

⁶⁶ VARNHAGEN, F. A. de. Carta ao Imperador (Recife, 18 abr. 1861). In: _____. *Correspondência ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p. 281, nota 1. Essa divisão é exposta e defendida mais detalhadamente no seu *Memorial Orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro. Dado a luz por um amante do Brasil* (1849). Uma segunda parte desse texto saiu no ano seguinte: *Memorial orgânico em que insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil*. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Domínguez, 1850. Os dois textos, refundidos, foram publicados na revista *Guanabara*, Rio de Janeiro, p. 356-370, 384-402, out./nov. 1851.

⁶⁷ ALMEIDA, C. M. de. *Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias*. Rio de Janeiro: Litografia do Instituto Filomático, 1868. A afirmação deste trabalho como o primeiro no gênero: MAGNOLI, D. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 111.

criticou a divisão das províncias em seu *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil*: os limites indefinidos, as irregularidades nas dimensões e nas formas, a circunscrição incongruente e caprichosa. Fausto de Souza, ao longo da narrativa ancorada em mapas, redesenhou o país de Norte a Sul: “É, portanto, incontestável a necessidade de uma revisão dos limites entre todas as províncias do Império e a subdivisão de algumas.”⁶⁸ Ao final do Império, a síntese geográfica do mito nacional da *Ilha-Brasil* teimava em não se concretizar perante o debate em aberto do *Arquipélago-Brasil*.⁶⁹ Com Alencar Araripe veremos que, antes da definição geográfica das províncias, seus passados começaram a ser registrados como forma de luta, de justificativa, de defesa para existirem política e administrativamente.

Apesar da indefinição espacial, o sentimento particular dos provincianos pelo torrão pátrio foi defendido arduamente sob o que denominavam *provincialismo*. Nos Anais do Parlamento brasileiro estão reproduzidos os discursos de vários representantes das províncias nos quais o termo foi utilizado. Na tribuna, ante os ataques por interesses locais, os Deputados se defendiam alegando que o provincialismo não afetava a união do Império. O provincialismo era uma fonte fecunda de bens para as províncias e, também, “o mais sólido fundamento da integridade do Império”. O provincialismo significava o amor à província, o interesse pelo seu futuro, a dedicação ao seu serviço. Tais sentimentos brotavam espontaneamente no coração dos que nasceram na província e no daqueles que a ela se ligavam pelos laços de família, de propriedade e pelos frutos do trabalho.⁷⁰ José de Alencar defendia que o espírito de provincialismo encerrava um elemento salutar e benéfico da sociedade. O amor natal, o respeito filial do homem pelo canto onde nasceu, consistia em um dos mais generosos impulsos da criatura racional. O amor da província gerava o santo amor da pátria, o entusiasmo da nacionalidade. Para educar o povo no sincero patriotismo, o provincialismo deveria ser cultivado: “não é bom cidadão, o homem que não for provinciano.”⁷¹

Havia, contudo, um “bairrismo funesto” que, não se confundindo com o provincialismo, deveria ser extirpado para alcançar o todo. Os perigos do demasiado sentimento em prol da província foram apontados por Varnhagen. Escrevendo ao Imperador, ele explicou o motivo principal da escrita do *Florilégio da Poesia Brasileira* (1850): enfeixar as províncias e fazer

⁶⁸ SOUZA, A. F. de. *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil*. *RIHGB*, t. 43, parte 2, p. 27-113, 1880.

⁶⁹ O mito da *Ilha-Brasil* e seu reflexo no sentido de destino nacional construído a partir da Independência: MAGNOLI, 1997, p. 113-116.

⁷⁰ Sessão em 24 de julho de 1860. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1860. t. 2, p. 260. O termo apareceu, também, nas atas das sessões em 14 de julho de 1860 e 20 de julho de 1864.

⁷¹ ALENCAR, J. de. *O sistema representativo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1868. p. 132.

“bater os corações dos de umas províncias em favor dos de outras, infiltrando a todos os nobres sentimentos de patriotismo de nação, único capaz de desterrar o provincialismo excessivo”. Colocaria, dessa forma, um “dique a tanta declamação e servilismo à democracia”, bem como disciplinaria “certas ideias soltas de nacionalidade”.⁷² Na *História Geral do Brasil* (1857), Varnhagen criticou novamente o provincialismo excessivo, pois a ele se associavam somente ideias de interesses provinciais, egoístas, enquanto as ideias de glória andavam anexas ao patriotismo.⁷³ Ainda que usado frequentemente, o termo não aparece nos dicionários de língua portuguesa no século XIX e nos atuais. No momento de constituição e afirmação da língua nacional, curiosamente, aparece somente nos dicionários de língua espanhola (castelhana) com o significado de “espírito de província”, “predileção aos usos e produções da província em que se nasceu”, “apego indiscreto às pessoas e coisas da província em que se nasceu”. O uso do vocábulo pelos brasileiros se aproxima, mas não se reduz ao expresso nos dicionários espanhóis.⁷⁴ No período de acirrados desencontros (e ressentimentos) entre as propostas nacionais e locais, o provincialismo foi, muitas vezes, de encontro ao patriotismo e à nacionalidade. E é nesse sentido ambíguo de oposição e integração, disjunção e conjunção, que ele aparece nos argumentos das fontes examinadas na pesquisa.

Essa reflexão introdutória me leva a abranger outros termos que se embaralham na discussão das partes com o todo. Dentro do processo de centralização política e construção da nação, o *regional* entrava em tensão com o nacional.⁷⁵ A *região* integrava a “luta das

⁷² VARNHAGEN, F. A. de. Carta ao Imperador (14 jul. 1857). In: _____. *Correspondência ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p. 246.

⁷³ VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. J del Rio, 1857. v. 2, p. 392.

⁷⁴ O descompasso, na década de 1920, entre a elaboração linguística do brasileiro e os dicionários da língua portuguesa (publicados na sua maioria em Portugal) foi exposta por: MONTEIRO LOBATO, J. B. R. O dicionário brasileiro. In: _____. *A onda verde. O presidente negro*. São Paulo: Brasiliense, 1946. p. 101-107. Dos dicionários espanhóis, foram consultados: ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nuevo diccionario de la lengua castellana*. 2. ed. Paris: Librería de Don Vicente Salvá, 1847. p. 891; NUEVO DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA, que comprende la ultima edicion de la Academia Española; aumentado ... con un suplemento que contiene el diccionario de la rima y el de sinonimos. Paris: Libreria de Rosa y Bouret, 1864. p. 996; REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. Madrid: D. Gregorio Hernando, 1884. p. 874; RODRIGUEZ NAVAS, M. *Diccionario completo de la lengua española*. Madrid: Saturnino Calleja, 1906. p. 1195; REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. 17. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1947. p. 1041.

⁷⁵ Considerando textos pontuais no debate, visualizo três grandes domínios nos quais os termos região/regional estão presentes na tese: 1) como espaço natural (pelo uso cotidiano); 2) na delimitação de fenômenos pelos campos do saber (História, Literatura, Geografia, Arqueologia, Etnografia, História Natural, etc.); 3) como unidade ou conjunto das unidades administrativas (capitanias e províncias, Norte e Sul). SILVA, M. A. da. *República em migalhas. História regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. Principalmente, nesta última representação, que os debates acerca da escrita das histórias, entre as parte e o todo, serão contemplados. Além da preocupação conceitual, os autores nessa publicação mostraram as dificuldades metodológicas das pesquisas sob essa abordagem. Parto igualmente das contribuições de: CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. *Revista Regional de História*, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000 e WEINSTEIN, B. Regional vs. National

classificações” na busca do fazer ver, do fazer crer, do estabelecimento de fronteiras, da identidade e unidade dos grupos, da autoridade daquele que anunciava (discurso de consagração), da imposição de percepções, da inversão dos estigmas, do acesso ao reconhecimento e à existência.⁷⁶ A construção literária de regiões no Norte visava reunir as províncias sob a força de uma mais proeminente, o que acabava avivando as singularidades de suas partes. No Sul, por sua vez, a dissolução cultural do provincial na região platina servia para alimentar o preconceito para com a singularidade provincial. Dessa maneira, a relação nacional-provincial se tornava mais complexa e rica com essa terceira instância, o regional. O debate sobre a região nos espaços em construção nos induziria a outra discussão na cultura histórica oitocentista: o *regionalismo*. Vendo-o somente pelo caráter do texto literário, que se baseia em costumes e tradições locais, é um fenômeno datado e posterior ao período de minha pesquisa.⁷⁷ Como veremos ao final da tese, ele começaria a aparecer nos argumentos. Porém, faço minha ressalva, pois a palavra é problemática por si.⁷⁸

Apesar da indefinição das partes, não só quanto aos limites como também à razão de existir de determinadas províncias pela singularidade pretérita, o todo se antecipou e sobressaiu a elas. A primeira edição de uma história geral do Brasil, escrita por um brasileiro, foi de 1854-1857. A *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen foi publicada antes da divulgação das histórias das províncias.⁷⁹ Como disse o Visconde de Porto

history: rethinking categories from a comparative perspective. *Territórios e fronteiras*, Cuiabá, v. 4, n. 1, p. 23-31, jan./ jun. 2003.

⁷⁶ BOURDIEU, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 107-132.

⁷⁷ O *Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo* ocorreu na cidade do Recife (PE) em fevereiro de 1926. O movimento visava à reabilitação dos valores regionais e tradicionais do Nordeste. Preocupava-se com a superação do estadualismo com o foco no “modo regional e não apenas provincial de ser alguém de sua terra”. FREYRE, G. *Manifesto regionalista*. 6. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976. Em 1922, Alceu Amoroso Lima, no ensaio sobre Afonso Arinos, colocou o regionalismo como a terceira fase da evolução literária, após o americanismo e o brasileirismo: “no Norte, e especialmente no Ceará, se operava essa evolução decisiva, que aí se caracterizara pela formação da literatura das secas, tão característica, alastrava-se o movimento por todo o Brasil, animado, talvez, por certa tendência atávica ao provincialismo.” LIMA, A. A. *Estudos Literários*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966. v. 1, p. 607. Esse texto foi considerado um “dos mais lúcidos estudos sobre o regionalismo brasileiro”. LEITE, 1983, p. 219. A crítica a essa tradição pelo levantamento das condições históricas de possibilidade dos vários discursos e práticas que deram origem ao recorte espacial Nordeste: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

⁷⁸ FISCHER, L. A. *Literatura brasileira: modos de usar*. Porto Alegre: L&PM, 2007. p. 55-62. Concordo com a ressalva de ser o *regionalismo* um rótulo insuficiente, redutor e anticrítico, nos estudos literários.

⁷⁹ Das incipientes narrativas provinciais, cito: *Anais da Província de São Pedro* (1819-1822, 1839) do Visconde de São Leopoldo; *Compêndio das eras da província do Pará* (1838) de Antônio Ladislau Monteiro de Baena; *Memórias históricas e políticas da província da Bahia* (6 v., 1835-1852) de Inácio Accioli de Cerqueira e Silva; *Anais do Rio de Janeiro contendo a descoberta e conquista deste país, a fundação da cidade, com a história civil e eclesiástica até a chegada d’El Rei D. João VI, além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas* (7 t., 1834-1835) de Baltazar da Silva Lisboa; *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas* (2 v., 1860-1874) de Cândido Mendes de Almeida.

Seguro, com seu trabalho se fez “a primeira resenha geral ou antes o primeiro enfeixe” dos fatos passados no país recém-independente. A integridade do Brasil veio representada por uma história nacional. Outras sínteses lhe seguiram. Pelo imperativo político, apesar de toda a incompletude arquivística, a síntese do passado do país foi esboçada antes da análise do de suas províncias.⁸⁰ Dessa forma, na segunda metade do século XIX, o registro dos tempos pretéritos das províncias colocou em disputa os provincianos e os doutores da Corte. Os estudiosos locais deram maior expressão ao provincial e ao regional. Embora com tal fragmentação/decomposição escriturária, uma nova síntese (corrigida e ampliada) continuaria como objetivo primordial dos letrados preocupados com o passado do país, principalmente ao migrarem para a Corte/Capital Federal.

O choque entre o que os doutos da Corte escreviam e o que os provincianos sabiam levou estes últimos, ainda que não unanimemente, a apresentar seus *pontos de vista* em narrativas inaugurais sobre os sujeitos e episódios passados em sua região. Essa contrariedade comprometia a posição dos letrados quanto à imparcialidade, neutralidade e abstenção nos debates. Passava a ser decisivo o fato de uma história ser avaliada pela perspectiva dos envolvidos nos acontecimentos ou de um forasteiro, de um amigo ou de um inimigo, de um homem da Corte ou de um provinciano, de um partidário ou de um adversário político, de um súdito fiel ou de um agitador republicano. Assim, o ponto de vista de um pesquisador era mais um sob a pluralidade de muitos.⁸¹ Penso que *ponto de vista* não é sinônimo de *opinião* (ideia não verificada, sem fundamento, presunção, achismo). Ambos se misturavam nos debates, pois alguns comentaristas faziam passar opinião por ponto de vista. Dessa forma, defendo a tese de que a escrita da história do Brasil fazia parte de um trabalho coletivo que ultrapassava o projeto escriturário elaborado na Corte com as pretensões incipientes de histórias gerais. Ela era constituída pelos esforços parciais e conflitantes dos letrados de Norte a Sul do país em formação, jogando para o futuro a concretização da grande síntese sobre o passado brasílico.

E nesse vasto canteiro de pesquisas e escritas, nas disputas de poder-provar para poder-dizer, os letrados inseriram nos debates seus *argumentos de provincialismo*. Argumentos são razões apresentadas de acordo com evidências numa disputa, discussão, debate, contenda,

⁸⁰ Entendo *análise* como método de separação (decomposição) do todo nos elementos que o compõe para exame minucioso. *Síntese* como operação de reunir elementos diferentes, concretos ou abstratos, e fundi-los num todo coerente.

⁸¹ KOSELLECK, R. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade. In: _____. *Futuro passado, contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006a. p. 161-188. A noção de perspectiva como metáfora cognitiva “poderosa” e sua importante função na tradição intelectual ocidental: GINZBURG, C. Distância e perspectiva, duas metáforas. In: _____. *Olhos de madeira, nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 176-198.

como elemento de sustentação de um ponto de vista para convencer outrem.⁸² Entendo que, no Brasil, a História se afirmaria como campo de conhecimento quando os estudiosos do passado, com a ampliação das controvérsias, começassem a exigir provas e justificações racionais, e a suspeitar das fábulas, mitos, tradições. Mais do que persuadir por palavras, eles buscavam convencer por provas. O conhecimento histórico só é racional quando um argumento, num debate, tem sentido e respeita certas regras de coerência do pensamento para chegar a conclusões que podem ser compreendidas, discutidas, aceitas e respeitadas pelo grupo. Por *argumento de provincialismo* entendo a inserção de razões próprias na produção de um discurso de acordo com evidências geradas pela experiência na província. O ponto de vista, focalizado no local, se apresentaria como principal fundamento e garantia do saber para compor a História do Brasil. Nos textos analisados, foi comum os provincianos argumentarem segundo o que sabiam, pois lá viviam, vendo, ouvindo e coletando documentos sobre os sujeitos e episódios passados. A construção de relatos sobre o vivido colocou, dessa maneira, o conhecimento empírico ou experiência sensível em tensão permanente com o raciocínio hipotético-dedutivo (civilização) e hipotético-indutivo (provincial).

Considerando todas essas informações, minhas análises e interpretações permitem asseverar o caráter irrevogável dos *argumentos de provincialismo* nas contribuições daqueles pesquisadores para a escrita da História do Brasil no século XIX. Tristão de Alencar Araripe utilizou, combateu e, por fim, extinguiu, após 1889, os argumentos de provincialismo de Norte a Sul sob nova *retórica da nacionalidade*: um discurso destinado a persuadir os brasileiros que partilhavam de um passado republicano em comum e de um presente com a mesma identidade em prol da defesa dos ideais democráticos.⁸³

⁸² Os estudos sobre a argumentação podem ser divididos quanto à organização clássica dos saberes e à questão do seu estatuto como prática discursiva. Sob a primeira, a argumentação está vinculada à lógica (a arte de pensar corretamente), à retórica (a arte de bem falar) e à dialética (a arte de bem dialogar). Esse conjunto forma a base do sistema no qual a argumentação foi pensada de Aristóteles ao fim do século XIX. Quanto à segunda abordagem, os estudos de argumentação ressurgiram, nos anos 1950, na busca de um discurso democrático racional, como rejeição aos discursos totalitários. Na década de 1970, ocorreu a reintrodução e a renovação do conceito de argumentação nas pesquisas em Ciências Humanas, principalmente na França, mais pontualmente nas Ciências da Linguagem. A complexidade e diferenças conceituais podem ser observadas, por exemplo, nos estudos de Oswald Ducrot, Philippe Breton, Christian Plantin, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (os principais textos desses autores que examinei estão listados na bibliografia final). A argumentação ou racionalidade argumentativa nesses autores aparece sob ou se contrapondo à retórica (nova retórica) e necessitando ou não de evidências. A partir dessas leituras, formulei meu entendimento de argumentação em contraposição à retórica.

⁸³ Na escrita da história no Brasil oitocentista, a retórica da nacionalidade consiste na produção de um discurso destinado a persuadir os brasileiros de que partilhavam um passado em comum e um presente com mesma identidade. CEZAR, T. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 29. Estendo (temporalmente), amplio (discursivamente) e me apropriio (simplificadamente) dessa fundamental constatação.

Estrutura da tese: Tristão de Alencar Araripe em momentos historiográficos

Na produção do Conselheiro Araripe, não há grandes sínteses nem livros volumosos. Sua obra, porém, é longa, intermitente, persistente, representativa e não menos contraditória, ambígua, heterogênea, porosa (sujeita à retificação). Assim, para a estruturação da tese, elegi três textos do letrado cearense: *História da província do Ceará* (1867), *Guerra civil do [no] Rio Grande do Sul* (1880) e *Indicações sobre a História Nacional* (1895). Inserindo-os em *momentos historiográficos*, tem-se respectivamente a primeira história daquela província, a primeira memória daquela revolução e o primeiro ensaio teórico-metodológico para os historiadores na República. Por que *momento* e não período ou fase historiográfica? Momento como algo mais fluido, permeável, não compartimentado, não excludente, não delimitador, não progressivo/evolutivo, não totalizante nem generalizador. Em cada momento, parti de publicação específica de Alencar Araripe para chegar à experiência do autor e seguir o itinerário do texto por meio das leituras. E, em movimento de idas e vindas, de aproximação e afastamento, relacionei a narrativa geradora com outros textos envolvidos em semelhantes problemas de pesquisa e escrita. Concebi os textos do Conselheiro Araripe como centrais para, depois, acessar outros textos, outros autores, outros espaços na cultura histórica oitocentista.

A prática atual dos historiadores na sociedade brasileira foi a preocupação maior que me levou aos séculos passados. Concordo com a advertência de que o desconhecimento de nosso século XIX é menos indicador de uma ruptura entre sua cultura e sociedade em frente a nossa do que “sintoma de nosso embaraço ante nossa própria paternidade cultural”.⁸⁴ E, por que não, um certo embaraço ante nossa “paternidade disciplinar”? A fim de superar tal embaraço, utilizei um anacronismo controlado para ir ao “passado com questões presentes para voltar ao presente, com o lastro do que se compreendeu do passado”.⁸⁵ E a obra de Tristão de Alencar Araripe foi o fio condutor. Resgatando a epígrafe no início da tese (o diálogo do observador-viajante com o rei), é possível aprender significativamente com os escritos parciais de Alencar Araripe, também observador, viajante e Conselheiro do rei no século da História. *História da província do Ceará*, *Guerra civil do [no] Rio Grande do Sul* e *Indicações sobre a História Nacional* podem ser consideradas pedras de tamanhos diversos no arco da ponte de acesso aos conflituosos passados brasílicos: uma ponte para experienciar passados, sustentar o presente e viabilizar futuros.

⁸⁴ COSTA LIMA, L. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 31.

⁸⁵ LORAUX, N. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, A. (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 61.

PARTE I

(Ceará – 1867)

*Intentei escrever a história do Ceará, uma das
esperançosas províncias do império brasileiro,
para dar testemunho de amor ao solo pátrio.*

Tristão de Alencar Araripe em *História da província do Ceará* (1867)

*O Ceará é dos Estados do Norte, quiçá de todos da União, o que com
mais afinco se entrega ao estudo das suas coisas passadas.*

Capistrano de Abreu em *Sobre uma História do Ceará* (1899)

1

A PRIMEIRA HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ

Sexta-feira, 12 de agosto de 1870, final de tarde no Paço Imperial. Com a presença do Imperador D. Pedro II, em meio às comemorações pelo término da Guerra do Paraguai, realizou-se mais uma sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O parecer referente ao primeiro volume da *História do Ceará*, escrita pelo Desembargador Tristão de Alencar Araripe, foi lido e aprovado.⁸⁶ Na sessão de 21 de outubro, o candidato – juiz, parlamentar e homem de letras – foi proclamado sócio correspondente do IHGB.⁸⁷ Para obter o título fora necessário que o candidato oferecesse ao Instituto uma “obra de valor” sobre o Brasil e comprovasse ter “suficiência literária”.⁸⁸ Que obra de valor era essa? Como o autor obteve a habilitação de historiador? O “retirante” chegou à Corte como o primeiro historiador do Ceará; sua narrativa, a pioneira no gênero. Perscrutemos essa narrativa valorosa, analisemos seus meandros, sigamos sua trajetória pelo ambiente letrado e deslindemos a relação com outros textos coetâneos e posteriores que fizeram referências ao passado provincial.

1.1 Dívida da escrita: história em suspenso

Publicada em 1867, no Recife (província de Pernambuco), a *História da província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850* se divide em 8 capítulos.⁸⁹ O prefácio, assinado pelo autor, está datado de 11 de novembro de 1862. Os títulos dos capítulos se constituem em pequenos sumários que listam os temas na ordem em que são tratados nas divisões do livro. Muitos assuntos são recorrentes ao longo da narrativa. A partir do quinto capítulo, foram aprofundados muitos já levantados nos anteriores. Existem três questões basilares, não

⁸⁶ Parecer da Comissão subsidiária de trabalhos históricos. Sessão em 12 de agosto de 1870. *RIHGB*, t. 33, parte 2, p. 381, 406-407, 1870. A comissão foi composta por João Maria da Silva Paranhos Júnior (futuro Barão do Rio Branco) e João Ribeiro de Almeida (futuro Barão de Ribeiro de Almeida). Consta erroneamente, na página 381, como 2ª Comissão de Geografia.

⁸⁷ Parecer da Comissão de Admissão de Sócios. Sessão em 21 de outubro de 1870. *RIHGB*, t. 33, parte 2, p. 393 e 406, 1870. Parecer de 7 de outubro assinado por Agostinho Marques Perdigão Malheiro, Manoel Ferreira Lagos e Manoel Duarte Moreira de Azevedo.

⁸⁸ Artigo 6º. IHGB. *Novos estatutos*. Rio de Janeiro: Tip. de F. de Paula Brito, 1851. O artigo permitia, igualmente, a oferta de uma obra sobre outra parte da América ou algum presente importante para o museu do Instituto. Quando Alencar Araripe foi recebido como sócio do Instituto, vigoravam os estatutos de 1862 que não alteraram o referido artigo. IHGB. *Novos estatutos*. Rio de Janeiro: Tip. Domingos Luiz dos Santos, 1862.

⁸⁹ ARARIPE, T. de A. *História da província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850*. Recife: Tip. do Jornal do Comércio, 1867. 130 p. Houve duas outras edições: uma pela Tipografia Minerva de 1958 (174 p.) e outra pela Editora Demócrito Rocha de 2002 (236 p.), ambas de Fortaleza. Especificamente, nesta parte da pesquisa, utilizo a terceira edição.

estanques, pois fortemente imbricadas, que perpassaram a narrativa: civilização, propriedade e indígenas. A *civilização* era o ideal a ser buscado e para onde estavam focadas todas as ações dos colonizadores e administradores como as de exploração, ocupação, colonização e organização daquele espaço ao longo de dois séculos e meio. A *propriedade* da terra, aparentemente excluída a escravidão (a propriedade das gentes), se constituía no princípio básico para se manter o convívio entre as pessoas, e entre as instituições e a população. Era o elemento-chave civilizacional. E os *indígenas*, os selvagens a serem civilizados, a raça a ser absorvida. Era o outro no jogo da alteridade. Como essas três questões compuseram a intriga?

No capítulo primeiro, predominou a força da natureza a ser conhecida e vencida com as expedições exploratórias, a concessão das sesmarias, a implementação das lavouras e criação do gado, e o levantamento detalhado do espaço. O espaço desconhecido em extensão e profundezas, o espaço a ser delimitado e enquadrado por convenções demarcatórias (latitudes e longitudes). A natureza, antes de opor obstáculos, forneceria condições para vicejar a civilização do colonizador: vistosas serras, agrestes pastagens, arbustos frutíferos, fértil solo alagadiço, atmosfera puríssima, temperaturas agradáveis, constante brisa a amainar o sol dardejante, rios com correntes vistosas, variada fitologia, diversificada fauna e abundância mineralógica. Nas digressões poéticas (descrições detalhadas), o narrador se aproximou do viajante ao relatar as cenas da natureza em “quadros naturais eufóricos”.⁹⁰

Entre os parágrafos dedicados à fauna e à flora, constou uma breve alusão a outros seres: “Os habitantes aborígenes da província eram, como em todo o Brasil, na época do seu descobrimento, selvagens sem indústria, nem civilização, vivendo da caça, da pesca e dos frutos silvestres.”⁹¹ Apesar de ser uma discussão de longa data, somente no Dezenove foi colocada de forma mais enfática pelos letrados a questão de serem os selvagens humanos ou não para justificar o seu extermínio.⁹² Nesse trecho da narrativa de Araripe, eles integravam a fauna brasílica quando da chegada dos “civilizadores”. Outra explicação estava no “aprendizado da paisagem” através do índio, inserindo-o nas digressões poéticas dos quadros naturais eufóricos.⁹³ A pequena referência aos indígenas no capítulo primeiro foi desproporcional à recorrência com que foram tratados ao longo do livro. O capítulo segundo,

⁹⁰ SÜSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 56-84.

⁹¹ ARARIPE, 2002, p. 52.

⁹² CUNHA, M. C. da. Política indigenista no século XIX. In: _____. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.

⁹³ KODAMA, 2009, p. 52 e 181. Na década de 1880, era difícil enquadrar os índios na História do Brasil. No Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881, a etnografia e a linguística estavam dentro da História natural e a civilização dos índios, na História econômica. GALVÃO, R. (Org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1981. v. 2, p. 997-1021, 1265-1268.

Tribos indígenas, conquista, a aldeia das mesmas e seu estado presente, é um dos mais extensos. A variedade de nomenclaturas para as quinze tribos não escondeu as dificuldades de sistematização pelo pesquisador. A designação foi seguida da localização e do comportamento dos grupos. A conduta dos aborígenes para com os europeus ensejou caracterizações: “dóceis e facilmente acomodaram-se com os europeus”; “assaz, bravios e indóceis”; “os que melhor vontade consentiram nos estabelecimentos dos europeus em suas terras”; “valentes e guerreiros”. A diversidade de nações indígenas levou a comparações com a população primitiva encontrada em outros pontos da América (mexicanos, tlascaltecas, muíscas e peruvianos), onde a “adiantada civilização ali anuncia dotes morais e intelectuais, que os indígenas do Brasil não possuíam”.⁹⁴

Esse atraso permitiu que, segundo a “lei providencial do seu destino”, a raça caucásica (branca) absorvesse as demais, a saber, a mongólica (amarela), a malaia (vermelha) e a etiópica (preta). Levando a civilização do nascente para o poente, estava a raça mais poderosa, a caucásica.⁹⁵ Os indígenas no Ceará pertenciam à raça malaia com, possivelmente, mescla da mongólica. Apesar de “povoadíssimo” no tempo do descobrimento e conquista, a população indígena no Ceará, na atualidade, era “insignificantíssima”, “quase totalmente desaparecida”, “já se não fazem notáveis pelo número”. Essa constatação serviu para comprovar que, em todos os tempos, a “raça inteligente” dominava a “menos feliz” pela força das faculdades. Por essa lei providencial, a colonização europeia crescia exuberantemente por toda a América, enquanto a raça indígena desaparecia sensivelmente sem esforço do povo colonizador.⁹⁶ De igual modo, no Ceará, era só deixar a lei inexorável seguir seu caminho.

A variedade de tribos, porém, não correspondeu à diversidade de costumes. Os indígenas foram mostrados de forma quase homogênea quanto aos sentimentos religiosos, autoridade das chefias, matrimônio, instrumentos de caça e guerra, ação dos pajés, disposições para a guerra, organização das habitações, alimentação e festividades. Casos de “indígenas cearenses” foram apresentados como exemplos a preencher ou a corroborar com as generalizações. A caracterização genérica, que incluía desprezo por nomes cristãos, usos selváticos, nudez, superstições de ânimos fracos, embrutecimento pela ignorância, ausência de propriedades, falta de fidelidade conjugal, artefatos rudimentares, paixão por licores embriagantes, instrumentos de ossos humanos, conduziu a narrativa à inevitável ação de sujeição dos indígenas pelas armas e missões. O “progresso” dessas ações no Ceará foi

⁹⁴ ARARIPE, 2002, p. 59.

⁹⁵ Ibid., p. 60.

⁹⁶ Ibid., p. 64.

apontado desde o primeiro expedicionário, Pero Coelho de Souza, em 1603, até a última enviada pelo governo da província em 1814. Ano de realização, comandante da expedição e tribos atacadas foram arrolados parágrafo por parágrafo. Mortes e prisões aterrorizaram os ora “tímidos indígenas”, ora “hordas bravias”. A ação de um fomentou a reação do outro por mais de dois séculos de relações beligerantes.

Depois de demonstrados os problemas desse tipo de sujeição com a propagação do temor, espanto e destruição dos índios, apontou-se os resultados “verdadeiramente benéficos” dos meios evangélicos ao chamar “os selvagens incolos ao grêmio da religião e aproveitando-os para a civilização”.⁹⁷ De forma semelhante à exposição anterior das expedições, a narrativa seguiu a ordem cronológica das catequizações desde os trabalhos pioneiros dos jesuítas Luiz Figueira e Francisco Pinto, a partir de 1606, passando pela realização das missões e a fundação dos presídios e aldeamentos até o final do século XVIII. Os “louváveis esforços” dos missionários foram recorrentes ao longo da exposição na difícil arte de falar aos corações dos gentios para passarem da vida errante e agreste para o estado de civilização.⁹⁸ O reconhecido zelo dos jesuítas e as vantagens da catequese sobre os indígenas foram acompanhados do constante e decidido empenho do governo da Metrópole. A administração pública avançou, segundo a narrativa, do aldeamento para infiltrar o hábito do trabalho e os costumes da civilização nos índios para o estabelecimento de leis igualitárias, a permissão para o casamento dos brancos com as índias (visto como vantajoso para os gentios) e a proibição das guerras ofensivas.

Apesar de todas essas ações, o capítulo terminou com duas constatações ratificadas por afirmações de autoridades do governo. O decréscimo da raça e a mescla com a outra parte da população era sensível e extraordinário. Os indígenas não eram numerosos, era impossível lhes dar regime diferente e segregá-los da comunhão dos cidadãos.⁹⁹ Igualdade e civilização foram concedidas aos índios pela paulatina incorporação. Pela insignificância numérica, eles estavam “confundidos na massa geral da população sem formar classe distinta na sociedade brasileira”.¹⁰⁰ A segunda constatação está nas atividades infrutíferas das autoridades, em razão da inteligência pouco desenvolvida dos gentios e do amortecimento para o trabalho.¹⁰¹ A incapacidade e a menoridade intelectual perpétua dos “infelizes” indígenas foram minimizadas pelos constantes decretos de proteção até 1850. Entretanto, apesar das tentativas,

⁹⁷ Ibid., p. 74.

⁹⁸ Ibid., p. 78.

⁹⁹ O texto afirmava que, com a Constituição de 1824, os indígenas passaram “a ser governados sem distinção alguma como os demais brasileiros”. Ibid., p. 86 e 89.

¹⁰⁰ Ibid., p. 90.

¹⁰¹ Ibid., p. 84.

o pendor para a ociosidade, o amor aos bosques, os costumes grosseiros, o desconhecimento do valor das terras doadas em seu benefício mostravam “a impossibilidade de progredir semelhante raça no meio de uma população civilizada como a nossa”.¹⁰² Se a fauna e a flora do Ceará ainda deveriam ser trabalhadas para alicerçar a civilização na região, demandando uma série de ações, os indígenas eram, pelo contrário, um caso resolvido. As medidas de absorção, pela espada, pela cruz e pela miscigenação, alcançaram êxito.¹⁰³ Resolveu-se o assunto, sem polêmica, com o sumiço do *outro*.

Descortinados o palco e seus ornamentos no capítulo primeiro, demonstradas as medidas de ajuste e a solução da questão indígena no segundo, a terceira parte quantificou os sujeitos da ação civilizadora na região. Embora carecesse de dados, o texto arrolou estimativas populacionais do século XVIII ao XIX (até 1852). O autor clamou por um recenseamento perfeito da população da província e criticou o pouco zelo das autoridades em conhecer a alma, a força, o poder, a riqueza, a glória do país – sua população. A certeza da absorção dos gentios no capítulo anterior se contrapôs à incerteza do crescimento populacional dos colonizadores. Naquele espaço, o incremento civilizacional deveria ser quantificado, contudo, faltavam estatísticas.¹⁰⁴ Se o terceiro capítulo deixou a desejar ao mostrar o nível de civilização alcançado ao longo do tempo, o seguinte, *Administração da capitania nos tempos coloniais*, demonstrou categoricamente a consolidação da estrutura governativa que abrangeu o território do Ceará desde os primeiros momentos da colonização na América portuguesa, a organização do espaço pelo colonizador e a maneira pela qual foi empregada a autoridade pública. O capítulo quarto deu ênfase à descrição e análise das funções das autoridades judiciais, indicando como a região foi civilizada por leis, regimentos e decretos. Há uma observação singular que subsidiou a estrutura repressiva do governo. Causou admiração ao autor que, em território tão vasto, o governo manteve a ordem social e o policiamento dos povos. A explicação estava no influxo da religião sobre os indivíduos que, por sua vez, diminuía o emprego da força física pela autoridade civil: a moral religiosa.¹⁰⁵

¹⁰² Loc. cit.

¹⁰³ A narrativa destacava a inclinação dos índios aos mulatos, pardos e negros. A mestiçagem do índio com a raça branca era rara. Ibid., p. 80.

¹⁰⁴ O censo de 1852, organizado pelo governo imperial, foi prejudicado pelas revoltas populares nas províncias do Norte. A necessidade da realização de censos demográficos pela elite letrada, no interior do IHGB, para preparar o país rumo à civilização: BOTELHO, T. R. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998. 248 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1998. Parte da tese foi publicada em: Id. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, jun. 2005. As estatísticas populacionais no Império foram abordadas também por KODAMA, 2009, p. 195-198. Somente em 1870, foi aprovado o projeto de realização do que viria a ser o último censo durante o governo monárquico em 1872.

¹⁰⁵ ARARIPE, 2002, p. 126-127.

Não só aos gentios estava destinada a palavra de Deus. Além da missão salvadora, a religião tinha um papel fundamental no estabelecimento da ordem na sociedade do homem branco. A religião aparecia como elemento básico na constituição de valores morais.

O capítulo quinto expôs a expansão dos colonizadores pela região. As empreitadas expedicionárias pelos sertões levantaram uma série de informações para a organização da terra. As concessões das sesmarias ocorreram com o prosseguimento das bandeiras. A propriedade da terra gerou, no entanto, inúmeros conflitos entre concessionários, peticionários, posseiros, antigos e novos sesmeiros, herdeiros e o poder público. A lei de 1850 regularizou a aquisição de terras através de forte interferência do governo imperial. Enquanto o sertão era civilizado pelo caminhar, ocupar e cultivar do homem branco, houve outro elemento a ser vencido. Quase dois terços do capítulo foram destinados aos indígenas. A escravidão dos gentios era vista como ato de reprovada prepotência dos primeiros povoadores, princípio errôneo, chaga. A culpa recaía sobre o arbítrio dos colonos. Como no capítulo segundo, em que pesem os esforços dos governos e a tenacidade dos jesuítas, os resultados não corresponderam às esperanças e ao empenho deles, pois a índole do indígena era antipática aos “princípios da civilização europeia” e eles jamais responderiam aos esforços empregados para encaminhá-los à vida civilizada. Segundo o autor, *quem estudou os fatos* não condenaria nossos antigos governantes pelo fracasso de civilizar os índios. O insucesso procedeu da natureza do próprio selvagem, cujas faculdades “não aceitavam todo o desenvolvimento da nova sociedade”. Nos aldeamentos, não se conseguiu mudar a índole do selvagem cearense, dando-lhe “estímulos de propriedade”. Ele sempre conservou a inclinação à vida simples, sem o pensamento de adquirir e conservar os bens da fortuna: “a propriedade é a ideia que fixa e desenvolve o homem social; tirado esse liame, não há sociedade possível.”¹⁰⁶

O trecho transcrito condensa as três questões basilares na escrita dessa história: *civilização, propriedade, indígenas*. Esses elementos funcionaram como um eixo de leitura no qual as informações colhidas foram sistematizadas. As palavras acima do autor, apostas nas páginas centrais, foram enfáticas e amarraram os demais assuntos. E mais, foi a afirmação de alguém que declaradamente estudou os fatos pretéritos – *o historiador*. O especialista que perdoou as ações das autoridades portuguesas. A absolvição no presente se deu pelas palavras do estudioso do passado. A questão indígena apresentou um problema que por si só foi solucionado no embate com a força civilizatória. Não houve o que fazer. Redimiou-se a ação civilizadora. A ideia de propriedade, ausente no gentio, ao se constituir em elemento de

¹⁰⁶ Ibid., p. 145-146.

ligação entre os civilizados, explicava sua natureza oposta à formação da sociedade. O capítulo terminou com a reiteração de não ter havido ato contra a justiça, segundo as regras vigentes do Direito Civil e do Direito das Gentes, na ocupação e apropriação pelos colonizadores portugueses das terras incultas e desaproveitadas. A terra pertencia à raça capaz de vencer a natureza.

É pertinente introduzir algo muito peculiar ao Ceará neste momento em que, pelas leis, a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para ser uma questão de terras. Na década de 1860, houve um indicador significativo do deslocamento do programa de catequese e civilização até então desenvolvido pelo Estado brasileiro. As ações foram transferidas da pauta do Ministério dos Negócios do Império para a da subdivisão da Repartição de terras públicas do Ministério da Agricultura.¹⁰⁷ A província do Ceará foi a primeira entre as do Império a negar a existência de índios identificáveis nas aldeias para se apoderar das suas terras em 1850. Durante cerca de quinze anos, extinguiram-se vários aldeamentos no Ceará e nas províncias vizinhas. Em 1854, quando a Corte exigiu o arrolamento dos índios e do patrimônio das aldeias (Alvará de 18 de dezembro de 1854), já estava em pleno curso o processo de extinção. A disputa pelas terras se arrastaram por mais de trinta anos. As controvérsias suscitavam nova pergunta: a quem passaria a pertencer as terras? Ao município, à província ou ao Império?¹⁰⁸ Assim, podemos inferir o quanto a primeira história do Ceará auxiliou na justificativa da espoliação das terras indígenas. Fez desaparecer o índio (do passado ao presente) e perdoou as ações contra eles (do presente ao passado). A argumentação jurídica embasou e absolveu as sanções governamentais. As vozes do historiador e do jurista ecoaram em uníssono. A história expropriadora fez sumir o índio enquanto agente/sujeito no presente e lhe ensejou na escrituração, como mostrarei a seguir, uma imagem exótica e heroica no passado. O historiador compensou o sumiço do gentio, dando-lhe outro lugar. O historiador pôs em prática a escrita conquistadora: “Os caros desaparecidos entram no texto porque não podem mais fazer mal nem falar. Esses espectros são acolhidos na escrita sob a condição de se calarem para sempre.”¹⁰⁹

O capítulo sexto expôs de forma mais detalhada assuntos citados anteriormente nas ações colonizadoras nos séculos XVII e XVIII. Entretanto, a narrativa arrolou os acontecimentos fazendo-os girar em torno de um elemento central: o agir de determinados sujeitos. Eram rostos humanos em meio à natureza, num ato de nomeação dos agentes

¹⁰⁷ KODAMA, 2009, p. 214.

¹⁰⁸ CUNHA, 1992, p. 133-145.

¹⁰⁹ CERTEAU, 2006, p.14.

civilizadores. O período inicial se baseou nas pretensões dos três donatários das capitâneas que abrangeriam as terras da futura província do Ceará: João de Barros, Aires da Cunha e Fernão Álvares de Andrade. Posteriormente, apareceu Pero Coelho de Souza, o homem que buscou encontrar o Eldorado. A intrepidez se mesclou com seu procedimento cruel e desumano, levando-o ao cárcere na Metrópole. Fim de um homem, final de uma fase no passado da região. Os maltratos perpetrados pelo insigne expedicionário fizeram com que se iniciasse a empresa pacífica dos jesuítas a partir de Pernambuco.

O trabalho religioso de Francisco Pinto e Luiz Figueira representou nova fase no relacionamento com os indígenas: a paz geral. Preparado o terreno pelos missionários para catequização dos gentios, foi enviado e nomeado capitão-mor do Ceará o oficial Martim Soares Moreno. Martim Soares, o “lançador da primeira pedra da grandeza futura do torrão cearense”, era considerado o verdadeiro fundador do Ceará. O trabalho conjunto da cruz e da espada foi destacado. Os missionários incutiram nos selvagens as ideias de paz e harmonia com os colonos e facilitaram a obra do guerreiro que veio assentar as bases materiais do poderio dos novos ocupantes do país. Martim Soares e Francisco Pinto eram considerados dois símbolos da transformação da província do Ceará, a quem cumpriria homenagear.¹¹⁰ As bases espirituais e as bases materiais foram assentadas para a transformação da terra. Entretanto, o texto não apontou nem a origem nem o destino dos dois símbolos nessa fase da história do Ceará. Deveriam permanecer com desfecho em aberto? Um sebastianismo em terras cearenses? Antes de uma história de vida, um ideal: “Os homens iniciadores de grandes fatos exigem o acatamento e veneração dos pósteros, que recebem o benefício e proveito da ideia fecunda e da semente fertilizada no solo.”¹¹¹ Se Martim Soares apareceu na fase inicial da guerra contra os holandeses, em 1630, a narrativa sobre a ocupação batava prosseguiu com as peripécias de Antônio Felipe Camarão, o índio Poti batizado como cristão, amigo dos missionários Francisco Pinto e Luiz Figueira, irmão do chefe Jacaúna, companheiro de Martim Soares. Subida glória da expulsão dos holandeses, o herói Felipe Camarão ensinava o que o texto apontou como “questão histórica”: o ilustre indígena era cearense? Após confrontar diversas fontes, o capítulo encerrou em tom louvador. Caberia ao Ceará a satisfação de ser a pátria do “campeão da guerra libertadora de Pernambuco”, da guerra patriótica onde as três “castas primárias” do país foram representadas sob os nomes de André

¹¹⁰ ARARIPE, 2002, p. 167. Além do trabalho do missionário Francisco Pinto, “o fervoroso conquistador de almas em prol da salvação celeste dos gentios”, o texto destacou a ação de sujeição dos indígenas à obediência terrena, como vassalos do rei.

¹¹¹ Loc. cit.

Vidal e João Fernandes (brancos), Antônio Camarão (índio) e Henrique Dias (negro).¹¹² As glórias do filho da pátria cearense, que na narrativa superaram a dos demais, seriam perpetuadas na história da pátria maior. O Ceará começava a esboçar seu panteão de heróis.

O penúltimo capítulo recupera e complementa informações. Essa parte do livro preencheu desordenadamente o que faltara nas anteriores. Não foi bem “costurada”. Assim como o capítulo segundo, com trinta e sete páginas, o penúltimo é um dos mais extensos do livro. A narrativa arrolou cronologicamente os capitães-mores (nomes e datas), o processo de autonomia a partir do Maranhão e Pernambuco, a criação e organização do governo regular no Ceará, a sucessão dos governadores (nomes e datas) com pequenas informações adicionais dos respectivos governos, as relações conflituosas entre as pessoas. Entre essas controvérsias, as lutas entre famílias receberam destaque. Tais desavenças em meio aos poderosos do sertão, ao afrontarem a aplicação da justiça, voltaram a ensejar críticas do autor. A tibieza da ação dos governos nos sertões permitia a doutrina da vindicta particular. Por ela, os homens fortuneiros decidiam as questões à viva força, o que significava geralmente o assassinato dos antagonistas.¹¹³ Nessas “estranhas correrias” entre brancos, destacou-se a impotência do governo da capitania em pôr termo a elas. Apesar dos assuntos intercalados, escritos talvez em momentos diversos, de forma apressada e/ou não revisados, o capítulo poderia ter o título de “as controvérsias pelo sertão”: entre luso-brasileiros e índios, entre famílias, entre autoridades, entre os da terra e os metropolitanos, enfim, um capítulo para mostrar “quão disputador permanecia o espírito humano”.¹¹⁴ A violência atrasava a solução de assuntos graves e de grande alcance como a construção da civilização no sertão. Após o sumiço dos índios, o *outro* começava a ser delineado: o fora-da-lei.

O último segmento do livro, capítulo oitavo, abrangeu sob o título geral de *Estado material e moral da Capitania* pequenas informações adicionais aos assuntos maiores tratados anteriormente. Apesar dos esforços para a organização da capitania do Ceará, o “adiantamento da cultura” se encontrava em “princípios rudimentares” ao final do século XVIII. Sem dúvida, não era nada animador o panorama da capitania apresentado ao final da narrativa: segurança individual vacilante, comércio limitadíssimo, indústria insignificante, riqueza pública e individual escassa, sertões ínvios, justiça sem valor, despotismo dos governadores exercido sem contestação, nenhuma instrução civil e pouquíssima doutrina religiosa.¹¹⁵ Um dos principais motivos de desordens pelo sertão estava na questão dos limites

¹¹² Ibid., p. 183.

¹¹³ Ibid., p. 212.

¹¹⁴ Ibid., p. 204.

¹¹⁵ Ibid., p. 233.

das propriedades. Ela gerava intrigas, desforços, roubos, furtos, homicídios. A invasão violenta da propriedade originou lutas sangrentas entre os antepassados cearenses. Um verdadeiro estado de transtorno de ideias – a perversão do sentimento moral – campeava pelos sertões. O respeito à propriedade foi defendido pelo autor como indício de nobres instintos. Nesse esforço apaziguador entre a população, o autor destacou os prudentes e criteriosos conselhos dos juristas. O homem da lei foi louvado pelo historiador.

Ao final do livro, permanece a constatação do liame civilização-propriedade-indígenas. A propriedade era o principal elemento a ser respeitado na busca do ideal de civilização no sertão. O leitor se convenceria de que a questão indígena, como empecilho à propriedade, estava solucionada. O quadro desalentador ao final do século XVIII criaria no leitor a expectativa por conhecer o que fora feito, como fora feito e quais foram os resultados das ações civilizatórias no século XIX, ao menos nos seus primeiros cinquenta anos. O estado caótico permaneceu? A narração do “falta muito a fazer” avalizaria as ações revolucionárias nas primeiras décadas do século XIX? O descaso pelo poder metropolitano/imperial justificaria as insurreições engendradas pela família do autor? O leitor deveria aguardar a continuação da narrativa em que Araripe encetaria a exposição dos fatos mais recentes e de que “mais abundantes vestígios subsistem”. A narração dos sucessos no presente século estaria mais “circunstanciada”, sobretudo os importantes acontecimentos políticos.¹¹⁶

A cautela do autor ao narrar os sucessos do presente século não impediu que o Dezenove aparecesse na escrita da história do Ceará. Embora figurassem episódios dos séculos XVI, XVII e XVIII, isso não inibiu que o “hoje” e o “presentemente” comparecessem na maioria dos capítulos.¹¹⁷ As referências temporais extrapolaram, entretanto, as sinalizadas pelo uso dos advérbios acima. A questão temporal é observável na flexão verbal. No caso específico do presente, muitas coisas *eram e não são mais*, enquanto outras *não eram e agora*

¹¹⁶ Loc. cit.

¹¹⁷ O capítulo primeiro abrange o “descobrimto inesperado” do Brasil, em 22 de abril em 1500, às resoluções da Assembleia Provincial do Ceará, em 1839, sobre os limites com a província do Piauí. O segundo capítulo, de igual forma que o anterior, inicia pelo tempo do descobrimto até o acórdão de 1851 sobre as disputas de terras envolvendo sesmeiros, posseiros e indígenas. Na parte seguinte, apesar da alusão ao descobrimto, a narrativa está focada nos anos de 1720 até 1852, quando do relatório do Presidente da província sobre a falta de dados populacionais. O capítulo quarto baseia-se no envio de Tomé de Souza em 1549 à situação em 1822 do batalhão de tropa de linha e da milícia do Ceará. Apesar da menção à antiga lei de sesmarias de Portugal em 1375, o quinto capítulo centra sua narrativa na implantação das mesmas no Ceará em 1663 até a criação da Junta da Real Fazenda em 1799. Há quatro remissões ao século XIX nesse capítulo mais precisamente a 1808, 1823, 1825 e 1850. A problematização do tempo presente está na constatação da falta de exames geológicos (orológicos e mineralógicos) e fitológicos, na não resolução dos problemas fronteiriços entre Ceará e Piauí e no não conhecimento da superfície exata da província (capítulo I); na ausência de estudos fisiológicos das raças indígenas cearenses e na situação populacional decrescente dos indígenas (capítulo II); na necessidade do arrolamento exato da população (capítulo III); na falta de uma salutar influência religiosa via sacerdócio moralizado (capítulo IV); na pacificação das famílias (capítulo VIII).

são. Mudaram, tornaram-se. A atualidade dessas questões, principalmente a ausência de ações das autoridades, fez com que aparecessem reivindicações no texto. Reivindicar a quem? Demonstração e pedido endereçados para onde? Transparece-me não um apelo aberto à população tampouco aos letrados interessados no passado do Ceará, mas aos da Corte. O discurso se dirigia aos ouvidos do governo monárquico: aos que tinham os meios de implementar a civilização na terra esquecida pelos doutos do Sul. O autor tinha a intenção de mostrar, pela narrativa, o quão conhecedor era da região? Tal nível de sapiência o autorizaria aos níveis superiores nas letras e na burocracia? Mesmo com o caráter de reclame contra problemas atuais, a história do Ceará esteve balizada, primordialmente, entre os séculos XVII e XVIII. O século XIX permaneceu em aberto, a contar, a historiar.

O trânsito lacunar por diferentes épocas foi acompanhado da constante ligação entre o geral e o particular. Ao longo do livro, as análises situaram as ações locais no espaço e no tempo do Brasil (colônia e depois país independente), nos da Metrópole e, em alguns casos, nos das demais regiões da América. As comparações não foram feitas ao acaso, mas de forma a reforçar semelhanças e diferenças com acontecimentos ocorridos *aqui e lá*. A peculiaridade da mescla dos indígenas no Ceará em relação aos do Mato Grosso, Goiás e Amazonas, e a colonização tardia e não direta em relação a algumas regiões litorâneas da colônia foram exemplos dessas comparações.¹¹⁸ As legislações foram trabalhadas também nessa dinâmica, das específicas às gerais. As bandeiras no sertão foram similares às da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. As relações entre o local e o nacional, entre os do Ceará e os do Brasil, foram esboçadas de forma clara na construção narrativa. A reificação do Ceará poderia supor a homogeneização das diferentes localidades. Porém, as dinâmicas comerciais e a distribuição dos indígenas, entre outras, foram mostradas de forma díspar. O Ceará foi apresentado em processo de formação política, administrativa e jurídica no Norte do Brasil.

Os parâmetros temporais e espaciais, bem como a importância dos fatos e sujeitos narrados, estiveram diretamente relacionados à existência de fontes. No texto, os limites das afirmações foram recorrentes: “não sabemos”; “presume-se”; “não podemos saber”; “não temos certeza”; “a falta de memórias contemporâneas e o desaparecimento dos roteiros de navegação desses primeiros nautas do Brasil, nos traz a incerteza acerca de fatos”; “é provável”; “não nos chegaram ao conhecimento observações exatas e escrupulosas”; “o primeiro arrolamento que conhecemos”; “assim nada pode-se dizer de positivo e certo acerca”; “conjecturas prováveis”; “não nos foi possível descobrir vestígios”; “nenhum escritor contemporâneo, nem documento algum de nosso conhecimento comprova”; “ignoramos”;

¹¹⁸ ARARIPE, 2002, p. 89-90.

“não encontrei”; “apenas conjecturo fazer”; “infiro”; “não achei nos registros”; “não é presumível”; “não pude achar os preciosos elementos para dar o quadro exato”, “suposições mais do que averiguados exames são o que nos deixaram alguns escritores”. Desse modo, a história do Ceará não foi somente um relato em aberto por seu final, mas também pelas lacunas no poder-dizer. Chama a atenção o uso da primeira pessoa do plural, quando o autor falou como parte de um grupo de pesquisadores em que as limitações eram comuns. A posição titubeante de forma alguma suplantou a constante remissão às fontes pesquisadas, ainda que o autor se desculpassem por aquilo que encontrou e utilizou. Ele disse ter exposto sucintamente os episódios dos primeiros tempos, escassos de registros públicos e de memórias particulares. Essa carência não permitiu “individualizar os acontecimentos” como, talvez, exigisse a curiosidade do leitor.¹¹⁹ Se as fontes eram poucas, a solução estava em perscrutar o que já fora escrito e publicado por outros autores.

Ressalto três pontos nas publicações mencionadas pelo autor no texto. Na transcrição do *Caramuru*¹²⁰ e do poema não identificado,¹²¹ Alencar Araripe fez o índio falar pelo poeta. Pelas falas imaginadas, lemos as palavras do selvagem inspiradas, sentidas e traduzidas pela ilustração do colonizador. O segundo ponto a levantar está no uso e na discussão da bibliografia de forma mais intensa justamente sobre as sociedades ágrafas. Os indígenas foram historiados, obviamente, não pelo que escreveram, e sim pelo que fora escrito sobre eles: por Manuel Aires de Casal,¹²² Milliet de Saint-Adolfe,¹²³ Barão de Montesquieu,¹²⁴

¹¹⁹ Ibid., p. 233.

¹²⁰ Araripe fez referência aos versos do poema *Caramuru* (não cita autoria), em dois momentos, para mostrar, pelo que seriam as próprias palavras dos gentios, as superstições dos tupinambás e o sentimento guerreiro das hordas brasílicas. ARARIPE, 2002, p. 65-66, 68-69. O autor do poema épico *Caramuru* foi o padre Santa Rita Durão (1722-1784) sobre o naufrago Diogo Álvares Correia na costa brasílica nas primeiras décadas do século XVI. Foi publicado em 1781 pela Régia Oficina Tipográfica de Lisboa. Por volta de 1860, o poema estava na sua 3ª edição (1837), a primeira no Brasil, pela Tipografia de Serva e Comp. de Salvador (Bahia). Os trechos utilizados por Alencar Araripe foram as partes XXXI, XXXVI e LXVII do Canto III em que o chefe indígena Gupeva conversa com o naufrago: “Pasmado Diogo do que atento escuta/ Não crê que a singular filosofia/ Possa ser da invenção da gente bruta [...]”. Cotejei com: DURÃO, J. de S. R. *Caramuru, poema épico do descobrimento da Bahia*. São Paulo: Martin Claret, 2004. p, 73, 76-77, 85.

¹²¹ Araripe fez alusão a um poema (não intitulado e de autoria não declarada) para mostrar as palavras de indignação dos tapuias contra os invasores: “Três vezes o tapuia a testa coça./ Convulso bate o queixo, e diz raivoso:/ ‘Qual terra de Cabral!... A terra é nossa?’.” ARARIPE, 2002, p. 153. Não encontrei, até o momento, a obra de origem e autoria.

¹²² Araripe citou o relato de um viajante (não nomeado) por Aires de Casal na *Corografia Brasílica* para, em duas ocasiões, retratar os aborígenes da América: ARARIPE, 2002, p. 54-55, 182. A *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, do padre Manuel Aires de Casal, foi o primeiro livro editado no Brasil, em 1817 (2 volumes). Em 1845, foi publicada a segunda edição pela *Eduardo & Henrique Laemmert* no Rio de Janeiro, também em dois volumes.

¹²³ O dicionário de Milliet de Saint-Adolfe foi utilizado pelo autor para situar as tribos indígenas: ARARIPE, 2002, p. 56. A referência completa: SAINT-ADOLFE, J. C. R. M. de. *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil contendo a origem e história de cada província, cidade, vila e aldeia; sua população, comércio, indústria, agricultura e produtos mineralógicos; nome e descrição de seus rios, lagoas,*

Visconde de São Leopoldo,¹²⁵ e Simão de Vasconcelos.¹²⁶ A deficiência de tais trabalhos e a ausência de documentos dos sujeitos estudados levaram o autor a contrapor outros registros: “Fazendo a enumeração das tribos indígenas, que percorriam o território cearense, afastei-me da nomenclatura de escritores, que tenho lido. Todavia segui documentos oficiais coevos, de cuja exatidão não devemos duvidar.”¹²⁷ Esses documentos não foram apontados. A divergência encontrada nos escritores referenciados (não descarto outros não citados) levou o autor a criticar a maneira como o colonizador esquematizou os primitivos habitantes da região, a facilidade da mudança de nomes pelas tribos, a alteração do lugar das habitações, o uso alternado da designação da tribo ou da nação, a designação vangloriosa ou afrontosa entre os gentios. Os “selvagens” foram o tema mais abordado e o menos conhecido. O terceiro uso mais intenso das narrativas por Alencar Araripe esteve no resgate da origem do índio Poti, batizado como Antônio Felipe Camarão.¹²⁸ Além do auxílio nos chamados “escritores modernos”, Araripe recorreu a documentos de época, “escritores antigos”, e à tradição para mostrar a verdade incontestável da serra de Ibiapaba (no Ceará) como pátria de Felipe Camarão. O uso da tradição, questão deveras recorrente na argumentação dos letrados no Ceará, é observável nas declarações de Araripe ao utilizar expressões como “sabemos que”,

serras e montes; estabelecimentos literários, navegação e o mais que lhes é relativo. Paris: J.P. Aillaud, 1845. 2 v.

¹²⁴ O pensamento do Barão de Montesquieu (obra não nomeada) sobre a utilização das terras da América pelos índios constou em: ARARIPE, 2002, p. 62. Acredito que o autor fez referências ao livro *O espírito das leis* (1748), mais especificamente à terceira parte, livro décimo oitavo (Das leis em sua relação com a natureza do solo), capítulos IX (Do solo da América) e X (Do número dos homens em relação com o modo como conseguem sua subsistência). MONTESQUIEU, C. de S. (Barão de). *O espírito das leis*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 298-299.

¹²⁵ Os Anais do Rio Grande do Sul foram atribuídos por Araripe a um “sábio autor” para atestar o incomparável zelo apostólico dos jesuítas na catequese dos indígenas: ARARIPE, 2002, p. 78. Trata-se do livro de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (1774-1847), primeiro presidente do IHGB. Acredito que Alencar Araripe fez referência à segunda edição dos *Anais da província de São Pedro*, publicada em 1839. Justamente a parte que Araripe deve ao livro de Pinheiro, elogios à ação catequizadora dos jesuítas, não foi apreciação desse autor e sim de uma publicação citada, mais precisamente o livro do abade Raynal. Referiu-se ao exame sobre a primeira época da ação catequizadora, antes que “a ambição aumentara-lhes a fortuna e o poder”. RAYNAL, G. T. F. *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les deux Indes*. Geneve: Chez Jean-Leonard Pellet, 1781. 10 v.

¹²⁶ As *Notícias Curiosas do Brasil* do padre Simão de Vasconcelos foram utilizadas para descrever o aborígine brasileiro e suas relações com a propriedade: ARARIPE, 2002, p. 146-147. A segunda edição teve a introdução escrita pelo cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro: VASCONCELOS, S. de. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo e algumas notícias antecedentes curiosas e necessárias das cousas daquele Estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia de João Inácio da Silva, 1864. 2 v. A primeira edição é de 1668.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 57.

¹²⁸ Afora a citada publicação de Aires de Casal, Araripe fez referência aos trabalhos que debateram a origem de Poti: As *Memórias diárias de la guerra del Brasil* foram publicadas em 1654, em espanhol, de autoria do donatário Duarte de Albuquerque Coelho; *Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* do padre Manoel Calado foi publicado em Lisboa (1648); os *Anais do Estado do Maranhão* de Bernardo Pereira de Berredo e Castro foi publicado em Lisboa (1749) e a 2ª edição em 1849 com introdução de Gonçalves Dias; a *Geografia Universal* de Basílio Quaresma Torreão foi publicada em Londres (10 v./1824).

“dizem que”, “conta-se que”, “sabe-se que”, “sei que”, “dizem frequentemente os antigos”. A tradição oral foi considerada “fonte importantíssima” da verdade histórica pelo autor, mais especificamente os depoimentos dos índios que disseram ser descendentes de Poti.¹²⁹ Assim, a escrituração da fala indígena se transformou em arquivo, satisfazendo a condição primeira de sua inserção em um tempo histórico.¹³⁰

Todas as referências às publicações foram feitas no corpo do texto. Não houve uso de notas de rodapé. O autor utilizou variados documentos na pesquisa: cartas topográficas e hidrográficas, solicitações dos governos do Ceará aos Governos Gerais, cartas régias, ordenações do reino, provisões, petições e registros de concessões de sesmarias, decretos imperiais, bulas pontifícias, estatuto da Companhia das Índias Ocidentais, relatórios dos Presidentes da província à Assembleia, leis provinciais, requerimentos diversos. As cartas régias foram as fontes mais citadas. Longas transcrições desses documentos apareceram nos relatos. Seu uso fez a narrativa assumir um tom de obrigações: “cumpria-lhes”, “competia-lhes”, “tinham”, “deviam”. Tal utilização acarretou a imprecisão de sabermos se o que constou como fato previsto ocorrera. A narrativa seguiu um calendário de ordenações jurídicas. Da flexão verbal do modo imperativo dos decretos se passou para o tempo pretérito (perfeito e imperfeito) ou participio. Do a fazer para o realizaram, realizavam, realizado. As ordens foram cumpridas conforme estabelecia a legislação? O vivido pelas gentes do sertão correspondeu ao previsto nos regulamentos? Vilas, freguesias, hospícios e cargos podem ter sido criados somente no papel? Considerando a deficiência própria da estrutura burocrática na capitania, quantos relatórios utilizados como fonte já não haviam transformado as intenções oficiais em fatos históricos?

Repetidas vezes, afora o tipo de fonte, foi apontado o nome da autoridade declarante. Porém, apareceram afirmações sem precisar nomes: “um presidente desta província”, “na frase de um rei português”, “na frase de um antigo cronista”, “conforme li em uma antiga memória”, “encontrei nos antigos registros da capitania”. Mesmo sem o nome, a legitimidade do narrado se deu pela função desempenhada do que anunciou, pela antiguidade do autor ou do material utilizado. A certeza do acontecido, baseada nos documentos, foi apontada pelo

¹²⁹ ARARIPE, 2002, p. 179-182.

¹³⁰ TURIN, R. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. p. 65, nota 135. Agradeço ao autor a gentileza de me enviar seu trabalho. A complexidade desse arquivo linguístico abrangia a “língua geral”, denominação imprecisa para um português misturado com línguas indígenas, falada pelas gentes do sertão até o começo do século XIX. A polêmica sobre a língua nacional em Gonçalves Dias e José de Alencar foi examinada no capítulo “Entre tupi e a ‘geringonça luso-africana’, eis a língua brasileira” em LIMA, 2004, p. 133-201. Os debates sobre problemas linguísticos no Brasil do Segundo Reinado são analisados em: RODRIGUES, J. P. C. de S. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. 2002. 314 f. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP, Campinas, 2002.

autor quando, ao tratar dos constantes cuidados do governo português para com os indígenas, afirmou que “percorrer os antigos registros é reconhecer esta verdade”.¹³¹ A autoridade adveio do passado. A verdade era lançada, seguidamente, ao leitor sem a indicação da origem do relatado. A autoridade estava no narrador.¹³² Estabeleceu-se um pacto de confiança entre o leitor e o narrador. A cautela demonstrada em vários momentos desapareceu em pontos da narração sem indicar o material consultado: “é porém certo que”; “é verdade que”; “é bem fácil de ver que”, “é incontestável”. A história foi narrada de forma contínua, o acontecido foi desvelado, o narrado foi o vivido. É dúbio saber se os juízos expressos na relação dos capitães-mores e governadores são do autor ou das fontes consultadas: “homem ativo e animado de bons desejos”, “mereceu o amor de seus governados”, “passou aos pósteros como símbolo de infrene e louco despotismo”, “caráter fraco”. Imprecisa, igualmente, é a origem de muitos números fornecidos. De onde foram tirados?¹³³

A discussão sobre a origem do homem nas Américas foi outro exemplo de falta documental. Constaram frases como: “na sensata opinião de alguns autores”, “os fatos humanos indicam”, “avaliando graves autores” (no sentido de estudiosos sérios), “o estudo das notícias mais exatas sobre o Brasil leva-nos a crer”. O tom polêmico do assunto tratado, juntamente com a falta de nomes de estudiosos da matéria, foi aventado pelo autor. Era impossível verificar as opiniões sobre a transmigração das raças asiáticas pelo estreito de Bering e ilhas Aleutinas. O autor ressaltou, porém, que a hipótese era ao menos “tão provável e verossímil” quanto a razão baseada na indução.¹³⁴ Na narrativa dos conflitos familiares, a plausibilidade na busca da verdade foi novamente invocada. A cautela do autor foi exposta ao declarar que “sem afiançarmos qualquer das origens referidas, diremos que nos parecem plausíveis e razoáveis”.¹³⁵ A memória conservada na tradição das secas de 1724, 1728, 1736, 1772 e 1793 foi contestada pelo autor por entender que havia exagero. No entanto, os argumentos de Araripe se basearam em conjecturas.¹³⁶ Antecipando o contexto de discussão nos primórdios da historiografia brasileira, outro pesquisador lembrou que os vestígios na história conduzem “a conjecturas que, subindo pelos graus da probabilidade, muitas vezes nos aproximam de fatos, que o tempo tem coberto com o seu pesado manto”.¹³⁷ Com isso, temos a

¹³¹ ARARIPE, 2002, p. 145.

¹³² Não foi citada a origem do material consultado para: descrever os costumes indígenas; retratar as lembranças (boas e persistentes) dos índios após a morte do missionário Francisco Pinto e suas crenças nos milagres após o assassinato do missionário; afirmar o amor entre o índio Jacaúna e Soares Moreno.

¹³³ Em especial os dados quantitativos sobre o estado material da província no capítulo VIII.

¹³⁴ ARARIPE, 2002, p. 60.

¹³⁵ Ibid., p. 215.

¹³⁶ Ibid., p. 223-224.

¹³⁷ BARBOSA, J. da C. Relatório. *RIHGB*, t. 3, p. 525-526, 1841.

narrativa de Araripe ancorada em fontes, mas anuviada por incertezas. Houve variadas estratégias discursivas para se contar a história, embora com a ausência de fontes. As dúvidas que exíguos documentos não foram capazes de testificar seriam esclarecidas com o tempo. Na discussão sobre a origem de Poti, por exemplo, o tempo consagraria a opinião sobre a pátria cearense.¹³⁸

O último ponto a ressaltar nesta análise do texto é a voz do homem das leis.¹³⁹ Seja no uso constante das ordens régias como fonte ou na construção da civilização no sertão pelo ordenamento jurídico, o trabalho do historiador se deu *pari passu* ao do jurista. Conforme o capítulo sétimo, o espírito humano era deveras disputador. As diatribes ao longo de dois séculos e meio de colonização reforçaram a ação da plêiade nas leis: juristas, advogados, jurisconsultos, magistrados. O processo civilizador na história do Ceará, e quiçá do Brasil, deu-se pelo confronto do interesse das pessoas contra as leis instituídas. O ponto de vista do homem das leis na escrita do historiador é observável quando a narrativa afirmou quão regulado era o processo estabelecido pela legislação portuguesa. Ao deixar às partes os meios para provar a sua intenção e defesa, a ciência e a integridade do juiz eram imprescindíveis para a garantia do direito das partes litigantes e o bom regime da justiça.¹⁴⁰ Os esforços legislativos dos governantes para regular o agir dos súditos foram reconhecidos, narrados e louvados pelo historiador-jurista.

A História da província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850 propiciou ao letrado cearense ingressar no IHGB e ser reconhecido como o primeiro historiador do Ceará. Pela leitura, se constata que civilização, indígenas e propriedade foram questões basilares que sustentaram a intriga;¹⁴¹ o livro integrou a primeira parte da narrativa a ser finalizada e ancorada em fontes documentais ainda não mostradas; o passado mais remoto da província foi privilegiado, o que não impediu que questões do passado recente fossem cautelosamente aventadas; a narração atestou, nomologicamente, a sujeição do sertão à raça branca e

¹³⁸ ARARIPE, 2002, p. 179.

¹³⁹ Parto da acepção genérica de *voz do narrador* como manifestação da sua presença ao nível do enunciado narrativo que ultrapassa sua primordial função de mediador da história contada.

¹⁴⁰ ARARIPE, 2002, p. 121.

¹⁴¹ Em carta datada de 30 de junho de 1875, a Joaquim Pinto de Campos, o autor ratificou suas atenções para com a propriedade e com a propagação das luzes e ideias religiosas. Contra os perigos do pensamento socialista, o proletariado e o comunismo, a união da razão com a religião aparece como antídoto: “A ilustração dá ao homem o conhecimento dos seus direitos, e das suas obrigações; ele torna-se ente social, e fácil de ser dirigido, porque sabe harmonizar os seus fins individuais com os fins gerais da sociedade”. ARARIPE, T. de A. Carta a Joaquim Pinto de Campos. In: LEITE, A. A. de S. *Fanatismo religioso, memória sobre o reino encantado na comarca de Villa Bella*. 2. ed. Juiz de Fora: Tipografia Mattoso, 1898. p. 13. O impacto da Comuna de Paris permite perceber, nos primeiros anos da década de 1870, registros de preocupação anticomunista. LEMOS, R. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). *O Brasil Imperial (1870-1889)*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 404.

reivindicou maior atenção à província; o espaço do Ceará recebeu maior atenção que o cearense; em vez do povo, a humanização se deu pelos heróis, principalmente, pelo convertido Poti; o problema de acesso aos documentos e a organização de fontes heterogêneas foram destacados; as publicações de outros estudiosos do passado socorreram o autor na construção da narrativa, inclusive as poesias; na mingua de documentos, os testemunhos orais receberam especial atenção juntamente com a autoridade do narrador; a visão jurídica instrumentalizou o autor na sua história, quando absolveu as ações pretéritas, privilegiou certo tipo de fonte e teve a ordenação de leis como meio civilizador.

O livro publicado destoou do planejado. Datado de 11 de novembro de 1862 e escrito no Recife cinco anos antes da publicação do livro, o prefácio traz informações riquíssimas para tangenciarmos as intenções declaradas (mas suspeitas) do autor. Nesse texto preliminar, foram mencionados: a pretensão maior do trabalho; a comunidade de historiadores e a historicidade da História; a relação passado-presente; a relação passado-futuro; os motivos da escrita e as expectativas do autor; a organização do livro e o aporte documental. O autor esclareceu seus desejos pelo gênero do trabalho, da expressividade provincial, da seleção dos episódios, da credibilidade do narrado. Araripe planejou escrever a história do Ceará, “uma das esperançosas províncias do Império brasileiro, para dar testemunho de amor ao solo pátrio”. A história se constituía na “modesta e sincera narração dos fatos mais notáveis acontecidos na minha província, autenticados por documentos insuspeitos e cuidadosamente verificados”. A afirmação categórica eliminava dúvidas: “na Verdade faço consistir o mérito do meu singelo trabalho.”¹⁴² As afirmações pessoais nesses curtos parágrafos foram feitas em tom de humildade que, por sua vez, não relegou o esforço criterioso e ambicioso do autor.¹⁴³ A menção ao solo pátrio deixa dúvidas por se referir tanto ao solo do Ceará como ao do Brasil.

O autor acentuou as pretensões de seu fazer: oferecer exemplos de patriótico civismo aos leitores por meio da narração ingênua, isto é, sem ornamentos, adornos, enfeites. O autor falou como integrante de uma congregação maior de historiadores. Não do grupo de letrados cearenses ou brasileiros, e sim como praticante do ofício de longa data e por terras longínquas: da antiguidade clássica (Roma e Grécia) às maiores nações na atualidade (Inglaterra, França e Estados Unidos). O autor advertiu que a História, no momento, era compreendida de forma diversa. No passado, ela foi apenas o registro de crimes, loucuras e infortúnios do gênero humano, das batalhas e conselhos dos reis. No presente, a História ia

¹⁴² ARARIPE, 2002, p. 23.

¹⁴³ Essa postura de comedimento fechou o prefácio ao citar parte do poema de José de Anchieta, *Poema da Virgem*: “Musa, perdoa a quem a pátria exalta; se é culpa, a culpa é leve, é leve a falta.” ARARIPE, 2002, p. 33.

além para se ocupar do “modesto cidadão”. Segundo Araripe, não foi somente a narrativa que mudou seus temas, o mundo se transformou do antigo tempo de convulsões para a calma da civilização. A escrita da história acompanhou essas alterações. A narração se transformou com o vivido. Das ações dos guerreiros se passou a exaltar as dos sábios. De um passado conturbado se chegou a um presente ordenado: das incultas selvas para as cidades, dos ínvios sertões para as cômodas estradas, dos terrenos pantanosos para as profícuas culturas, das hordas miseráveis e minguadas para a população rica e numerosa, da fraqueza dos indígenas à inteligência dos intrépidos portugueses. Enfim, pela escrita da história se mostrou como se processou, no Brasil, a marcha providencial da Humanidade do Oriente para o Ocidente.

A narrativa, ao “recordar as ações egrégias”, ligava os tempos idos aos atuais. Pretendia-se venerar a memória e recordar as nobres ações. Perante os esforços dos antepassados, o autor colocava as obrigações presentes dos cidadãos. O Império tinha uma dívida com o passado. Tanto o louvor como o vitupério (ato vergonhoso ou criminoso) foram colocados como grandes estímulos do homem social: os bons e os maus exemplos. Esse passado, igualmente, era apresentado para responder às perguntas da posteridade. Por isso, ao historiador, como intermediador temporal, cumpria assinalar “o caminho que trilhamos na pomposa marcha do povo brasileiro e mostrar a parte que tivemos na obra da nossa majestosa nacionalidade”.¹⁴⁴ Um *nós* em que o historiador se imiscuía com os destinatários da narração. A incompletude do texto foi reconhecida pelo estudioso, dada à escassez de fontes. Como nação recente, de acordo com Araripe, “falta-nos tempo para ter a verdadeira história”. O passado ainda era breve demais. Somente no futuro, indeterminado em sua consecução e por quais agentes, a História do Brasil seria escrita. Para tanto, os materiais para a grande obra estavam nas histórias parciais das províncias. Aqui estava o valor do seu livro, do seu trabalho, do seu esforço, da sua narração. Consistia num pequeno bloco para “o artefato monumental de nossas glórias”. De acordo com o candidato a historiador, além de tempo e documentos, faltava sapiência. Tratava-se de um saber que viria com o tempo: um aprender a fazer. É pertinente pensar que, às tentativas de definição do que seria a nação e do papel de seus obreiros, corresponde uma concepção de Literatura como soma das escritas produzidas pelos letrados nascidos no Brasil. Nesse aprender a fazer, as letras eram “um marcador bastante objetivo do grau de civilização/perfeição alcançado por um corpo social e político”.¹⁴⁵ A escrita da primeira história do Ceará foi apresentada por Araripe como fruto do pretenso grau de civilização no Norte.

¹⁴⁴ ARARIPE, 2002, p. 26.

¹⁴⁵ ARAUJO, 2008a, p. 107-108.

A maior parte do prefácio foi dedicada à explicação dos motivos particulares que levaram o autor a escrever o livro. Àquelas mais gerais expostas no início do texto de apresentação, estiveram reservadas, ao final, as causas peculiares: no que o autor foi tocado como cearense e integrante da família Alencar na década de 1840. Quando cursava as aulas preparatórias para ingressar na faculdade, o autor disse que teve em mãos um compêndio de História do Brasil. Ao tratar da proclamação da Independência nas províncias do Piauí e Maranhão, o livro considerou os cearenses como horda de vândalos, invasores e causadores de tropelias e latrocínios.¹⁴⁶ As palavras chocaram-no, magoaram-no e lhe causaram grave impressão. Embora não conhecendo os fatos, o autor afirmou não ter acreditado nas infames expressões. Esta leitura o levou, após concluído o curso de Direito, a pesquisar os documentos para verificar como os cearenses se portaram por ocasião da Independência do Brasil. Partindo do que chamou de narração desnaturada, da exposição de fatos deturpados, das falsidades que desvirtuaram sacrifícios e macularam ações generosas, da falta de informações sinceras, das palavras de um escritor que injuriou toda a província, o autor partiu atrás de documentos para descobrir os importantes serviços prestados pelos cearenses com “desinteressado arrojo”. Da narração que depreciara o passado, o jovem pesquisador saiu em busca e encontrou documentos que o enalteciam. No entanto, o autor declarou a não consecução dos seus objetivos iniciais de desenvolver e dar forma regular às suas anotações de pesquisa. As atividades profissionais afastaram-no de tal intuito. Outras atribuições relegaram, na ocasião, as pretensões do historiador.

E se o vitupério aos brios de cearense não foi suficiente para estimular o iniciante historiador a dar forma às informações coletadas, uma nova publicação injuriosa lhe fez rever as anotações. Em artigo não especificado publicado no *Diário de Pernambuco*, de autor e data não ditos, repetiu-se a “injustiça das apreciações errôneas pela insistência dos fatos”. A memória de dois nomes foi maculada ao invés de merecer “amor e veneração”: Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e José Martiniano de Alencar. Irmãos e, respectivamente, pai e tio do autor. Uma escrita deturpadora novamente estimulou os ímpetos de justiça no jovem historiador. Ambos os textos, o do compêndio escolar e o artigo do jornal, destratarem a atuação dos cearenses nos acontecimentos no início do século XIX, em especial na Independência e na Confederação do Equador (1824). Comentários inexatos e narrações adulteradas vilipendiaram o nome do pai do autor. A absolvição das ações passadas se daria

¹⁴⁶ O autor não especificou qual compêndio leu. Pressupõe-se tratar de José Inácio de Abreu e Lima no *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843. 2 v. Mas consultando a publicação, não encontrei referências aos cearenses em 1822.

no Tribunal da História em vez de no tribunal dos homens. O autor não escondeu as pretensões republicanas do pai.¹⁴⁷ Todos, a terra natal, o progenitor e o país, foram unidos em um esforço de veneração, de respeito, de dever de memória pela ordenação dos fatos mencionados nos documentos.

Porém, a ação de organizar acontecimentos e registrá-los em uma escrita ordenada, antes de dar um veredicto final, pretendia fornecer elementos para que cada leitor pronunciasse sua sentença: “julgue cada um por si e, com a verdade, respeitarei o juízo dos homens sinceros”.¹⁴⁸ O jurista fazia seu trabalho de historiador. O historiador aceitaria a avaliação dos leitores como um juiz aos jurados. O tribunal da posteridade condenaria ou absolveria os réus em questão. Como último elemento no prefácio, há a exposição da organização do livro e da origem das fontes consultadas. O autor pretendia dividir o trabalho em duas partes: a narrativa e os documentos. Pela leitura dos historiadores antigos, Araripe disse estar convencido da necessidade de documentar a história, pois escrever era proferir contínuos julgamentos. Os fundamentos da sentença deveriam ser conhecidos a fim de verificar se esta era justa. O historiador era “juiz em causa muito augusta e elevada, decidindo o pleito da verdade”.¹⁴⁹ Essa metodologia de exposição do trabalho do historiador confronta novamente o homem das leis com o historiador.

Há a divisão tripartite do pleito da verdade: leitores, tribunal da posteridade e historiador. As conclusões do historiador moderno estavam fundamentadas nos documentos. O critério do historiador, segundo o autor, se coadunava com as fontes pesquisadas. Os juízos estavam alicerçados. Trabalhando como homem da lei, o historiador se aproximaria do leitor de sua escrita: “Parece-nos, pois conveniente deixar ao leitor o direito de comentar por si os fatos e apreciar os caracteres em face dos próprios documentos; assim o leitor se identificará mais intimamente com o narrador, corroborando assisados alvitres.”¹⁵⁰ A “modesta e sincera narração dos fatos” por Alencar Araripe prescindiria da força da ornamentação das frases,

¹⁴⁷ A imprecisão do termo “republicano” e alterações na sua acepção no século XIX foram destacadas por: HOLANDA, S. B. de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico: do Império à República*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. t. II, v. 5, p. 259-260. Os distintos significados do conceito de “República” nas primeiras décadas do século XIX foram analisados por: FONSECA, S. C. P. de B. O conceito de República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigação das ideias políticas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 323-350, jan./ dez. 2006 e STARLING, H. M. M.; LYNCH, C. E. C. República/ republicanos. In: FERES JÚNIOR, J. (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 225-242. Alencar Araripe somente mencionou “movimento republicano”. ARARIPE, 2002, p. 31.

¹⁴⁸ Ibid., p. 30.

¹⁴⁹ Ibid., p. 31.

¹⁵⁰ Ibid., p. 32.

mas encontraria a autoridade nas provas em anexo. A ligação seria feita pelos números no texto, indicando a remissão aos documentos no final do livro.¹⁵¹

Os oito capítulos do livro e o prefácio não estão de acordo. Apesar da maneira concludente do prefácio, ele foi escrito antes da finalização do livro. Trata-se de uma pretensão sem efetivação. Escrito pela mesma pessoa, o prefácio coloca o autor como interlocutor de si: o que pretendeu fazer e o que não conseguiu, como pensou ter feito e o que realmente foi feito. São momentos distintos na mesma publicação. Não chegarei ao ponto de chamar os prólogos de “mentirosos”, como afirmou Luiz Joaquim de Oliveira e Castro, o tradutor da *História do Brasil* de Robert Southey (1862).¹⁵² Se consegui encontrar, nos capítulos da *História da província do Ceará*, questões renunciadas no prefácio, outras tantas ficaram em suspenso. O prefácio permite também saber um pouco mais sobre o autor, de suas motivações pessoais, dos caminhos seguidos para edificar seu trabalho. O leitor entra na narração subsidiado de informações e acompanhado do autor. Contudo, a expectativa do leitor diante da promessa do autor pode se transformar em decepção.

Da confrontação entre os dois textos, o prefácio (1862) e o restante da publicação (1867), emergiram os seguintes pontos. Vê-se claramente a pendência de um livro por finalizar, de uma publicação em aberto. Ficou-se no aguardo daquilo que motivou o autor a mostrar as injustiças das escritas que injuriaram o Ceará e os cearenses. O prometido no prefácio era aguardado ao longo do livro, pois havia remissões aos tempos atuais. A promessa foi reiterada no parágrafo final do livro.¹⁵³ A narração dos sucessos do presente século (XIX) seria feita oportunamente. Se, no prefácio, o autor apontara a mutabilidade do mundo e da narrativa histórica, nos capítulos, em especial no sétimo, prevaleceu o registro de crimes, loucuras e infortúnios, como nas histórias antigas que criticou. A pecha de vandalismo, tropelias e latrocínios dada aos cearenses, que motivara a escrita por Araripe, esteve presente na sua narrativa sobre a província. Antes de uma história de sábios, a história do Ceará foi retratada como a de guerreiros e malfeitores. O prefácio gerou a expectativa de que os fatos do Dezenove a narrar seriam desse mundo alterado; depois das convulsões, a calma. Talvez a continuação da narrativa sobre os conflitos no início do século destoasse da caminhada em

¹⁵¹ No prefácio do autor, nas três edições, constou: “Notas convenientes no texto histórico indicam a remissão ao documento competente.” Somente na primeira página da 1ª edição, constou, ao final do parágrafo, a indicação de uma referência – “(1)” – mas não houve, ao final da página, capítulo ou livro, alguma fonte citada. As duas edições posteriores também não apresentaram tais documentos.

¹⁵² CASTRO, L. J. de O. e. Ao leitor. In: SOUTHEY, R. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862. v. 1, p. 1.

¹⁵³ O pai não foi citado ao longo do livro, mas o tio sim. José Martiniano de Alencar apareceu na narração como responsável pelo relatório da Presidência da Província à Assembleia Provincial em 1836 e a lei provincial de 5 de setembro de 1836. Não foram feitas apreciações morais, nem julgamentos sobre sua participação nos movimentos revolucionários.

direção à ordem. Os episódios na província não conseguiriam exemplificar a nova fase de calma entre os povos. O Ceará, na primeira metade do século XIX, corria o risco de ser mostrado quão afastado do patamar civilizacional alcançado pelos demais. Eu me pergunto se as duas partes da história do Ceará, a escrita e a por escrever, marcariam essa mudança no mundo e na narrativa histórica? Ficaria como primeira parte (apresentada ao IHGB) a que representaria o modo antigo e a segunda (inérita), o novo?

Reivindicado no prefácio, o dever de memória foi demonstrado no texto pelas ações dos sujeitos, em especial, Francisco Pinto, Martim Soares Moreno e Felipe Camarão. Cobrou-se uma dívida dos cidadãos de então com seus antepassados e se construíram exemplos de denodo a serem seguidos. Outro ponto que destaco está na exemplificação da lei providencial. Não no sentido divino do termo, mas no caráter inevitável: a marcha inexorável da civilização do homem caucasiano do Oriente para o Ocidente. Uma província que se dobrou por efeito da civilização. Com sua flora e fauna, incluindo os indígenas, os sertões foram transpostos por intrépidos homens de valor. Para finalizar, destaco a percepção de falta na leitura, quando não encontramos os documentos prometidos e considerados metodologicamente fundamentais. A nova maneira de historiar, propagada pelo autor, acabou por se restringir às citações das fontes no corpo do texto, à autoridade de antigas fontes não nomeadas, à sinceridade do autor pela falta de documentos e às afirmações sem comprovação. O livro de Tristão de Alencar Araripe comportou, assim, dois textos, onde o publicado se aproximou e se afastou do prometido. Em razão das intenções do autor e das lacunas do texto, as diferentes leituras desde então nos mostrariam como se constrói a “memória historiográfica”.

1.2 Gerando expectativas e críticas: itinerários da história pelos textos

Logo após a publicação e antes da chegada ao IHGB, o livro foi enviado por Alencar Araripe a Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (1837-1918), sócio do Instituto desde 1859. Em carta datada de 4 de janeiro de 1868, Homem de Melo agradeceu ao autor da *História da província do Ceará* o envio do trabalho e fez algumas considerações.¹⁵⁴ Além de influente político, Homem de Melo era jurista e foi professor de História no Colégio Pedro II.¹⁵⁵ O autor foi saudado como um dos “mais laboriosos obreiros de nossa história” e o livro

¹⁵⁴ Carta publicada posteriormente em: MELO, F. I. M. H. de. Juízo crítico sobre a ‘História do Ceará’. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 211-213, 1897.

¹⁵⁵ Até o envio da missiva, Homem de Melo, formado em Direito pela Faculdade de São Paulo (1858), havia sido nomeado, por concurso, professor de História Universal do Colégio Pedro II, em 9 de novembro de 1861 e exonerado, a pedido, em 20 de fevereiro de 1864. Presidiu as províncias de São Paulo (1864), Ceará (1865-1866) e Rio Grande do Sul (22/01/1867-13/04/1868). Foi desse último local, da capital Porto Alegre, que Homem de

comparado aos *Anais da província de São Pedro* do Visconde de São Leopoldo pelo esforço de historiar o passado da pátria por meio de monografias das províncias. Afora a utilidade para o empreendimento maior, o livro foi elogiado pelo critério seguro e investigação severa na apuração da verdade dos fatos com documentos. O trabalho certificava o princípio do Visconde de São Leopoldo da História como magistratura: o historiador era um juiz. Provar para julgar. O julgamento envolvido nas escritas provinciais se amparava no jogo entre a crítica documental e a crítica moral. Homens das leis, historiadores, leitores, instituições comporiam o Tribunal da História se coadunando ou enfrentando o tribunal dos homens.

O método utilizado por Alencar Araripe de expor a legislação colonial para mostrar as origens históricas das instituições foi comparado por Homem de Melo ao utilizado pelo maranhense João Francisco Lisboa (1812-1863), também sócio do IHGB, falecido há pouco. Comparação assaz representativa em razão das atividades desse letrado – o príncipe dos historiadores brasileiros – na pesquisa e na escrita de trabalhos históricos.¹⁵⁶ A construção da narrativa foi elogiada, “cheia de verdade e interesse”, pela maneira como os fatos foram “deduzidos logicamente em sua contextura”. Homem de Melo expôs, igualmente, sua expectativa pela publicação da segunda parte do livro. Como ex-Presidente da província do Ceará disse possuir vários documentos que ajudariam Alencar Araripe na empreitada.¹⁵⁷ No momento, Homem de Melo disse não dispor de tempo para divulgar o grande serviço que o livro faria para a história geral do país. Finalizou a carta com ardentes felicitações ao autor e o elogiou como “um dos mais abundantes e conscienciosos cultores de nossa história”.¹⁵⁸ De

Melo enviou a correspondência a Araripe. Apesar de não integrar a diretoria ou as comissões do IHGB quando do envio da carta, Homem de Melo já havia delas participado. Por exemplo, em 1865 foi secretário suplente e membro da Comissão de trabalhos históricos. Sessão de Assembleia Geral de eleições em 21 de dezembro de 1864. *RIHGB*, t. 77, parte 2, p. 386-389, 1864.

¹⁵⁶ Seus trabalhos foram reunidos e publicados, logo após a sua morte, em: LISBOA, J. F. *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão*. São Luiz do Maranhão: Tip. de B. de Mattos, 1864-1865. 4 v. As considerações de Capistrano de Abreu à qualidade dos trabalhos de Francisco Lisboa estão em: ABREU, J. C. de. Apenso sobre o visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1906a. p. 437-438. Sílvio Romero, por sua vez, deu a Francisco Lisboa o título de “príncipe dos historiadores brasileiros”: ROMERO, S.; RIBEIRO, J. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 2001. p. 329. A análise sucinta da obra de Lisboa em meio a de outros historiadores: IGLÉSIAS, F. *Os historiadores do Brasil, capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 98. Um estudo abrangente da vida e obra de Lisboa: JANOTTI, M. de L. M. *João Francisco Lisboa, jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977. Sobre suas atividades nos arquivos: RODRIGUES, J. H. João Francisco Lisboa. In: _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Nacional, 1982. p. 59-69.

¹⁵⁷ Conforme o biógrafo: “O governo do Ceará foi para o Barão Homem de Melo um verdadeiro sacrifício. A intriga partidária, a calúnia soez cercava-o por todos os lados para enfraquecê-lo e destituí-lo da autoridade que mantinha [...]” E nas palavras de Homem de Melo: “O administrador que visita o arquivo de nossas secretarias quase desanima, vendo inteiramente perdidos e atirados ao olvido tantos esforços generosos, tanta ideia útil e fecunda”. MATTOS, A. *O Barão Homem de Melo perante a história: apontamentos históricos, bibliográficos, e críticos de sua vida e de sua obra*. São Paulo: [s.n.], 1937. p. 78-79.

¹⁵⁸ MELO, 1897, p. 213.

1865 a 1866, o Barão Homem de Melo presidiu a província do Ceará. Por isso, não descarto a possibilidade do contato pessoal entre Melo e Araripe, que então trabalhava em Pernambuco.¹⁵⁹ Tal fato explicaria a escolha de Araripe por Homem de Melo para enviar o livro pioneiro ao IHGB. Possivelmente, essa recepção inicial e o incentivo fervoroso auxiliaram a circulação da publicação fora das províncias setentrionais e a fizeram chegar à Corte. Em 8 de outubro de 1869, o livro serviu como título de admissão na proposta apresentada para Tristão de Alencar Araripe ser recebido como sócio correspondente do Instituto.¹⁶⁰ Não descarto que Homem de Melo agiu como padrinho de Araripe ao apresentar seu nome e o livro aos proponentes da candidatura na instituição, que comprovaria e divulgaria a competência do historiador e a seriedade do trabalho.

A chancela do trabalho viria das Comissões nomeadas na Casa da História. A certificação do livro foi dada pelo parecer da Comissão Subsidiária de História ao elogiar os “dados preciosos e interessantes” e a “narração dos sucessos” sobre o descobrimento e a povoação da província. A Comissão lamentou, no entanto, a falta da segunda parte do livro, com a história circunstanciada dos acontecimentos e lutas políticas no Ceará, desde o começo do século XIX até 1850, e permaneceu na expectativa dos documentos inéditos prometidos pelo autor que conseguiu “desenterrar dos arquivos de sua província natal depois de muitos anos de laboriosas pesquisas”.¹⁶¹ Estava registrada a promessa. Pelo parecer, a atividade nos arquivos recebeu maior consideração do que a escrita do texto. A diplomação do letrado veio pelo parecer da Comissão de Admissão de Sócios. Pelo livro *História da província do Ceará*, não obstante as lacunas, o juriconsulto cearense Tristão de Alencar Araripe foi proclamado sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Se o ingresso na Casa da História era um dos intentos do autor ao escrever o livro, acredito possível. Difícil é medir se as pretensões políticas foram maiores que as letradas. Talvez uma estivesse atrelada à outra. O livro lhe abriu as portas do campo cultural e político na cidade do Rio de Janeiro.

O mapeamento das menções ao livro de Alencar Araripe em publicações posteriores nos traz informações importantes sobre a leitura da primeira história do Ceará. Começamos por seu conterrâneo Capistrano de Abreu (1853-1927). Em artigo publicado na *Gazeta de Notícias* de 17 de abril de 1880 (Rio de Janeiro), assinado por Honório, Capistrano de Abreu, antes de

¹⁵⁹ Homem de Melo foi nomeado em 8 de abril de 1865, tomou posse em 10 de junho e foi exonerado a pedido por decreto de 22 de setembro de 1866.

¹⁶⁰ A proposta, com o livro em anexo, estava assinada pelos sócios Pedro Torquato Xavier de Brito, Carlos Honório de Figueiredo, José Ribeiro de Souza Fontes e Maximiano Marques de Carvalho. Sessão em 8 de outubro de 1869. *RIHGB*, t. 32, parte 2, p. 279-280, 1869. Pelo estudo biobibliográfico que fiz sobre esses quatro sócios, não encontrei afinidade alguma com a trajetória pessoal e profissional de Alencar Araripe.

¹⁶¹ Parecer em 1º de julho de 1870 da Comissão Subsidiária de trabalhos históricos. *RIHGB*, t. 33, parte 2, p. 406-407, 1870.

integrar o quadro de sócios do IHGB, avaliou os homens de letras envolvidos nos estudos históricos, entre os quais Alencar Araripe. Capistrano, segundo a notícia de que o Ministro da Agricultura, Manuel Buarque de Macedo (1837-1881), organizava uma Comissão para escrever a história física e política do Brasil, expôs as vantagens da origem da proposta por ser o lugar “pouco favorável para um dos elementos mais deletérios de nossa sociedade: os bacharéis em direito”. Capistrano, ao precaver o Ministro, indicou o Conselheiro Araripe, pela história do Ceará, como um dos seus candidatos preferidos para integrar a referida comissão. Apesar de citar outros letrados que não pertenciam ao IHGB, a análise recaiu majoritariamente sobre os integrantes dessa instituição. O balanço final, entretanto, não foi nada promissor: “Assim vemos que de 187 sócios do Instituto podem servir e servir bem 26; podem servir condicionalmente 3; são perfeitamente inúteis 158.”¹⁶² Contudo, a quase totalidade dos aprovados por Capistrano foi constituída por bacharéis em Direito.

Na análise da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada na *Gazeta de Notícias* de 21 a 23 de novembro de 1882, Capistrano apontou o crescente debate sobre os estudos históricos no país. Entre os pesquisadores e seus temas, ele citou os preparativos de Alencar Araripe sobre a história do Ceará e as revoluções regenciais.¹⁶³ Em correspondência enviada a João Brígido dos Santos, datada de 20 de janeiro de 1883, Capistrano sugeriu o desenvolvimento do tema das sesmarias no Ceará, pouco explorado por Brígido. Alertou-o para que fizesse isso com brevidade, pois Alencar Araripe publicaria, nos próximos três anos, a segunda edição da *História da província do Ceará*, “muito melhorada e aumentada” e “com desenvolvimento do assunto”.¹⁶⁴ Capistrano de Abreu, em carta de 5 de fevereiro de 1900, solicitou auxílio a Guilherme Studart (1856-1938). Para atender a ordem recebida do Ministro da Fazenda, Joaquim Duarte Murinho (1848-1911), de dar continuidade à coleção de documentos sobre a História do Brasil, Capistrano precisava do levantamento de documentos sobre o Ceará publicados, entre outros, por Alencar Araripe.¹⁶⁵ Considerando esses artigos e cartas de Capistrano, se percebe a expectativa gerada pelo livro de Araripe. A relevância do

¹⁶² ABREU, J. C. de. Uma grande ideia. In: _____. *Ensaio e estudos: crítica e história, 4ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 89-92.

¹⁶³ ABREU, J. C. de. Apenso sobre o visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1906a. p. 444 e ABREU, C. de. *Ensaio e estudos, crítica e história, 1ª série*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 147.

¹⁶⁴ RODRIGUES, J. H. (Ed.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. v. 1, p. 53-54. No índice onomástico no volume 2, que faz referência ao conteúdo desse primeiro volume, constou erroneamente citado Tristão de Alencar Araripe Júnior. Por essa alegação de Capistrano de Abreu, parece que, além da 2ª parte, era aguardada nova edição da 1ª parte da *História da província do Ceará*.

¹⁶⁵ *Ibid.*, 1977, v. 1, p. 149. Os outros dois historiadores citados foram João Brígido e João Batista Perdigão de Oliveira.

que tinha sido feito em 1867 e a espera de seu prosseguimento foi atestada 33 anos depois. Há também uma carta de Capistrano a Oliveira Lima, transcrita por José Honório Rodrigues. Fez referência à tão aguardada narrativa. Datada de 27 de outubro de 1900, Capistrano, ao aludir à publicação de uma coleção sobre a história do país, apontou que “tinha falado com o velho Araújo [?] para dar nela a *História do Ceará*. Prometeu, mas ultimamente anda se esquivando. Talvez influência da família, que não gosta de mim, por causa de uns artigos que escrevi sobre o ministério Lucena”.¹⁶⁶ Em vez do velho “Araújo”, a redação correta é “Araripe”. Dos conhecidos escritores da história do Ceará ao final do século XIX, o único sobrenome a começar por “Ar...” é Araripe.¹⁶⁷ Capistrano de Abreu escreveu um artigo sobre a História do Ceará na *Revista Brasileira*, em 1899, e publicado também na *Revista do Instituto do Ceará*.¹⁶⁸ Ele citou, sem criticar, o trabalho incompleto de Tristão de Alencar Araripe.

Nas correspondências enviadas a Capistrano, é possível observar, considerando a ampliação das pesquisas e publicações, como o livro de Araripe começava a ser discutido pontualmente.¹⁶⁹ Nos diálogos envolvendo os demais estudiosos no Ceará, se verifica a dinâmica historiográfica, no final do século XIX, de relatos, de exposição de provas e de indagações sobre o passado local tendo o livro de Araripe como referência.¹⁷⁰ A grande História do Brasil passaria por esse trabalho metódico, e pouco conhecido, dos homens de letras em relação circular de constante reavaliação dos trabalhos feitos anteriormente (principalmente por Varnhagen e Pereira da Silva) e do estabelecimento de verdades provinciais antes de verdades gerais, entendam-se nacionais, sobre os tempos pretéritos. Do final do século XIX até os primórdios do século XXI, a *História da província do Ceará* continuaria a ser referenciada pela historiografia no Ceará, principalmente no Instituto

¹⁶⁶ RODRIGUES, 1977, v. 3, p. 6.

¹⁶⁷ Não consegui apurar se o erro foi de Rodrigues ou de Capistrano. A designação de “velho” serviria para lhe diferenciar do filho, com semelhante nome. Tristão de Alencar Araripe Júnior, padrinho de casamento de Capistrano, passou, posteriormente, a seu desafeto. O ministério Lucena foi o último organizado pelo primeiro presidente da jovem República, Marechal Deodoro da Fonseca, do qual fez parte Alencar Araripe. As relações da atuação de Araripe no governo republicano com a cultura histórica serão analisadas na terceira parte da tese.

¹⁶⁸ ABREU, J. C. de. Sobre uma História do Ceará. *RIC*, t. 13, p. 22-33, 1899.

¹⁶⁹ Em carta de 9 de abril de 1883, João Brígido dos Santos apontou o engano de Araripe sobre a data de povoamento da região do Cariri no Ceará. Guilherme Studart, em carta de 10 de junho de 1894, ao aludir à publicação de trabalhos na *Revista do Instituto do Ceará*, disse que iria apresentar vários documentos mostrando o capitão-mor Manoel Francês “muito outro que o descrito nas crônicas de Araripe”. O capitão não agira de maneira tão tímida e indiferente com o vandalismo que ocorria na capitania. RODRIGUES, 1977, v. 3, p. 151 e 271

¹⁷⁰ FONSECA, P. N. B. Execução de Pinto Madeira perante a História. *RIHGB*, t. 50, parte 1, p. 125-212, 1887; OLIVEIRA, J. B. P. de. Um capítulo da História do Ceará, ligeiras retificações. *RIC*, t. 4, p. 118-154, 1890; STUDART, G. *Notas para a História do Ceará*. Brasília: Senado Federal, 2004. A 1ª edição foi publicada pela Tipografia do Recreio de Lisboa em 1892.

Histórico provincial (criado em 1887), como por uma historiografia nacional, a partir dos centros editoriais e acadêmicos no Sul do país.¹⁷¹

Nem todos os trabalhos fizeram leituras críticas do livro tampouco retificações com remissões. Uma louvação bairrista foi recorrente. Os escritos de 1898 de Antônio Bezerra, publicados em 1906, mencionaram o livro de Alencar Araripe pela contribuição ao estudo dos indígenas.¹⁷² Ao final da década de 1940, o livro de Araripe sobre o Ceará permanecia como “um dos melhores repositórios de informações sobre a povoação da terra e a civilização dos índios”.¹⁷³ O amplo e meticuloso trabalho de José Honório Rodrigues contemplou as contribuições do livro de Tristão de Alencar Araripe para a historiografia brasileira. Pela *História da província do Ceará*, Rodrigues considerou Araripe como o primeiro historiador cearense. Destacou, apesar de não citar a fonte, que Varnhagen havia avaliado o livro como “exemplo de boa história estadual”.¹⁷⁴ Na realidade, no prólogo da segunda edição da *História Geral do Brasil* (1877), o Visconde de Porto Seguro citou em dois momentos as contribuições do Desembargador Alencar Araripe, “nosso ilustre magistrado”.¹⁷⁵ Na primeira menção, Varnhagen transcreveu as palavras do prefácio da *História da província do Ceará* em que Araripe exaltara os esforços para se recordar as ações dos grandes homens e a importância do conhecimento do passado para as nações.¹⁷⁶ No segundo momento, Varnhagen, ao mencionar sua dívida com vários “impressos modernos”, citou Araripe.

As críticas pontuais ao livro e o seu caráter inaugural na “historiografia regional” lhe valeram duas outras edições. Em 1958, dentro da coleção *História e Cultura* dirigida pelo

¹⁷¹ Para um panorama da produção historiográfica local: FIUZA, R. P. *A produção literária do Ceará*. Fortaleza: [s.n.], 2001; AMORA, M. A. *A academia cearense de letras: síntese-histórica 1894-1956*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1957; CARDOSO, G. P. *As Repúblicas das Letras Cearenses, literatura, imprensa e política (1873-1904)*. 2000. 263 f. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH, PUCSP, São Paulo, 2000; SOUZA, S. (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007; NOGUEIRA, A. *O pensamento cearense na segunda metade do século XIX*. Fortaleza: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1978. A abrangente coleção *História geral da civilização brasileira* faz menção ao livro de Araripe na relação bibliográfica final: HOLANDA, 1985, p. 362. A questão da incapacidade dos indígenas de se tornarem proprietários apontada por Araripe seguiu um curioso caminho de Norte a Sul. Oliveira Vianna, no clássico *Populações meridionais do Brasil* (1920), fez referência a esta mesma deficiência utilizando-se do texto de Joakin Catunda sobre a história do Ceará (1919) que, por sua vez, recorreu ao livro de Alencar Araripe. As referências completas são: OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1952. v. 1, nota 123, p. 160; CATUNDA, J. *Estudos de história do Ceará*. Fortaleza: Tipo-Lito Gadelha, 1919. nota 8, p. 44, nota 1, p. 70.

¹⁷² BEZERRA, A. *O Ceará e os cearenses*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 [1906]. p. 23.

¹⁷³ LINHARES, M. *História literária do Ceará*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1948. p. 35.

¹⁷⁴ RODRIGUES, J. H. O Ceará e sua Historiografia. In: _____. *Notícia de Vária História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951. p. 178 e Id. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. *RIC*, t. 70, p. 166-349, 1956. p. 180.

¹⁷⁵ VARNHAGEN, F. A. de. *Historia Geral do Brasil*. 2. ed. cor. aum. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1877. t.1, p. VII e XV.

¹⁷⁶ Cotejando a menção de Varnhagen com o texto de Araripe, as palavras se encontram em: ARARIPE, 2002, p. 23-24.

Instituto do Ceará em Fortaleza, a segunda edição do livro foi prefaciada por José Aurélio Câmara. A não consecução dos intentos particulares do autor da *História da província do Ceará* foi inexplicável para Câmara. De igual forma, o prefaciador apontou o mistério da não publicação dos documentos que seriam anexados à narrativa. Apesar das faltas e do caráter eminentemente descritivo do livro, Câmara enalteceu a narrativa de Tristão de Alencar Araripe como pioneira, não somente da historiografia cearense, mas da brasileira.¹⁷⁷ Câmara não analisou infelizmente a narrativa de Araripe. O livro foi lido, naquele momento, dentro do movimento de “revisão histórica”.¹⁷⁸ Houve semelhante reexame na edição de trabalhos do “mestre” Capistrano de Abreu durante a chamada “efervescência historiográfica”.¹⁷⁹ Dos vários comentários e retificações inseridos por uma seleta equipe na segunda edição da *História da província do Ceará*,¹⁸⁰ destaco: o alerta de que instituições citadas por Araripe foram criadas somente no papel;¹⁸¹ a confirmação da incapacidade do selvagem cearense em se tornar proprietário;¹⁸² o desconhecimento pelos revisores de alguns documentos citados pelo autor que o levou a afirmações infundadas no texto.¹⁸³

A terceira edição, também em Fortaleza, dentro da coleção *Clássicos cearenses* da Fundação Demócrito Rocha, de 2002, teve introdução de Francisco José Pinheiro. Afora uma pequena biografia de Tristão de Alencar Araripe e a reconstrução do contexto histórico, o livro foi visto como um dos textos fundamentais para compreensão do processo de ocupação da capitania do Ceará e dos conflitos entre os europeus e os povos indígenas. Pinheiro ressaltou a incongruência entre o título e a abrangência temporal da narrativa. O trabalho de Araripe se restringiu aos séculos XVII e XVIII. A primeira metade do XIX fora abordada de forma lacunar no clássico cearense. O comentarista entendeu que o capítulo segundo foi o mais importante do livro, apesar da visão preconceituosa do autor, e contribuiu para os debates sobre os 500 anos do Descobrimento do Brasil. Pinheiro destacou o valor da

¹⁷⁷ CÂMARA, J. A. S. Apresentação. In: ARARIPE, T. de A. *História da província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. 2. ed. anot. Fortaleza: Minerva, 1958. p. VII-XII.

¹⁷⁸ STUDART FILHO, C. O revisionismo histórico e a história do Ceará. *RIC*, t. 80, p. 166-176, 1966.

¹⁷⁹ JUCÁ, G. N. M.; SILVA, Í. B. M. da; BATISTA, P. V. P. A trajetória de um acervo: explanação sobre a organização dos Fundos Capistrano de Abreu e Sociedade Capistrano de Abreu. *RIC*, v. 120, p. 115-127, 2006.

¹⁸⁰ A segunda edição conteve anotações de Tomás Pompeu Sobrinho, Carlos Studart Filho, Raimundo Girão, Mozart Soriano Aderaldo e do prefaciador José Aurélio Câmara. Foram 106 notas com correções e complementações factuais e bibliográficas. Sem dúvida, quase um século após a publicação da primeira edição, com a ampliação das fontes consultadas e dos debates decorrentes, em que os anotadores tinham consideráveis pesquisas, muito foi acrescentado e retificado nas pesquisas iniciais de Araripe.

¹⁸¹ A Relação criada na Bahia em 1587 não chegou a ser instalada, apesar da nomeação dos ministros que a deveriam compor. ARARIPE, 1958, nota 39, p. 88. Nota de José Aurélio Câmara. Isto corrobora minha hipótese de que as Ordens Régias contêm o que fora previsto e não o realizado.

¹⁸² *Ibid.*, 1958, nota 49, p. 108. Nota de José Aurélio Câmara.

¹⁸³ *Ibid.*, nota 45, p. 99; nota 67, p. 139; nota 100, p. 157. Quando o autor escreveu, eram ignorados muitos documentos sobre a invasão holandesa ao Brasil.

publicação nos estudos sobre as relações entre os povos indígenas e a sociedade nacional, e sobre as concepções acerca dos aborígenes na segunda metade do século XIX.¹⁸⁴

No caminho que o livro percorreu desde a publicação aos tempos atuais, não desconsiderando outras apropriações, críticas e comentários, analisei três estudos recentes sobre a *História da província do Ceará*. Em *Urbanidade e cultura política, a cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX*, Pimentel Filho tratou das manifestações culturais das elites cearenses na capital entre 1840 e 1890.¹⁸⁵ Da abrangência da pesquisa, em que a diversidade de temas foi tratada com muita propriedade pelo autor, interessa-me como Araripe e seu livro foram situados. Pimentel Filho colocou Araripe dentro da tradição liberal, hegemônica no Ceará. A escrita do historiador cearense foi explicada pelo seu liberalismo progressista (chimango). Tratava-se da narrativa de alguém pertencente à elite cearense, a uma classe senhorial autoritária, que estaria migrando do espaço rural para o urbano. Apesar da tradição liberal, Pimentel Filho situou a narrativa sobre o Ceará num entremeio, como “ritual de passagem do liberalismo cearense rumo à prática imaginária e social da exclusão”.¹⁸⁶ A abordagem progressista mostrava o destino dos vencidos como tragédia. A história do Ceará de Alencar Araripe, portadora de racionalismo objetivista, explicou o passado provincial segundo o naturalismo teleológico que apontava para o progresso e a civilização.¹⁸⁷ Pimentel Filho colocou o trabalho de Araripe a serviço da cultura erudita local para constituir a modernidade naquele espaço e fomentar o imaginário de exclusão.

As pesquisas de João Alfredo de Sousa Montenegro sobre Tristão de Alencar Araripe são as mais completas até o momento. O livro *A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe* é referência para todos aqueles que se interessam pela produção do autor oitocentista.¹⁸⁸ Deter-me-ei, por ora, na análise que Montenegro fez da história do Ceará. Situada dentro da “historiografia romântico-liberal”, a publicação foi considerada a primeira

¹⁸⁴ PINHEIRO, F. J. Introdução. In: ARARIPE, T. de A. *História da província do Ceará, dos tempos primitivos até 1850*. 3. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. p. 7-21.

¹⁸⁵ PIMENTEL FILHO, J. E. *A aristocratização provinciana em Fortaleza (1840-1890)*. 1995. 253 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPe, Recife, 1995. Publicado posteriormente sem o capítulo quinto, “A supressão da memória e a história como tragédia”, em: Id. *Urbanidade e cultura política, a cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1998. O capítulo faltante foi publicado como: Id. História e literatura na província: Ceará nos anos 1860. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, v. 51, p. 141-162, 1995/1996. Agradeço ao autor o atendimento de meu pedido, enviando suas publicações.

¹⁸⁶ PIMENTEL FILHO, 1995, p. 178.

¹⁸⁷ Ibid., p. 164.

¹⁸⁸ MONTENEGRO, J. A. de S. *A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

“reconstituição sistemática” da história do Ceará.¹⁸⁹ Araripe foi o fundador da historiografia cearense, “focalizada em termos verdadeiramente científicos”. Foi o seu livro maior. A escrita da história do Ceará enalteceu o “paternalismo histórico” e robusteceu a concepção moral da História. A narrativa aliou o fortalecimento do Estado ao compromisso da razão ética. Entretanto, Montenegro apontou que o Estado foi tratado como abstração, onde ações isoladas se sobrepuseram às coletivas. O ferrenho individualismo preencheu o vazio do poder público. O discurso historiográfico de Araripe foi, de acordo com o comentarista, um discurso liberal.

Essa rápida apreciação de Montenegro precedeu capítulo específico intitulado *Crítica epistemológico-antropológica à História da província do Ceará*. O trabalho de Araripe foi explicado logo de início. Seu “modelo historiográfico” esteve ancorado em uma concepção do homem baseada no Liberalismo que “combina ideias progressistas com a salvaguarda da moderação, ensejando a recepção de diretrizes conservadoras nascidas provavelmente da incapacidade epistemológica de administrar os confrontos sociais, ou de fazer uma leitura mais segura da realidade social”. Sua Antropologia como visão de mundo empobrecida levou o escritor à “mitização das figuras protagônicas da História”.¹⁹⁰ Seguem-se outras observações quanto ao uso das fontes (distante da metodologia e epistemologia da historiografia positivista/científica); à adesão do autor ao colonialismo/imperialismo português; à vocação regionalista do trabalho; ao quadro fragmentado de conjuntos enunciativos; à exegese restrita de crítica; ao vocabulário político frouxo e inseguro; à falta de uma concepção estrutural da História; à influência decisiva do ideólogo do conservadorismo liberal, José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu); ao elitismo colonial e imperial; à abordagem obstaculizadora da ascensão das camadas sociais mais desassistidas; à fraqueza de argumentação da narrativa; ao racionalismo frouxo a serviço da elite dominante; e à operação mimética que revigora o paternalismo do pensamento. Enfim, a concepção de História de Tristão de Alencar Araripe era “inseparável de suas convicções políticas liberais”.¹⁹¹ O Liberalismo deu “forte coloração ideológica” ao livro.¹⁹² A historiografia praticada pelo autor, de acordo com o comentarista, era caracteristicamente política.¹⁹³

¹⁸⁹ Em trabalho recente, mais sintético que o anterior de 1998 mas na mesma direção de análise, Montenegro reafirmou que, com esse livro de Alencar Araripe, “se inaugura, de forma sistemática, a historiografia cearense”. Id. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2003. p. 28.

¹⁹⁰ MONTENEGRO, 1998, p. 80.

¹⁹¹ Ibid., p. 91.

¹⁹² Ibid., p. 92.

¹⁹³ Ibid., p. 131.

Mais recentemente foram publicados os trabalhos de Ítala Byanca Morais da Silva.¹⁹⁴ Oriundo da monografia de conclusão de graduação em História na Universidade Estadual do Ceará, o livro *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará* expôs o lugar social do historiador, identificou os critérios teóricos, metodológicos e temáticos de produção, o diálogo do texto com o espaço social e o lugar que ocupou na historiografia local e nacional. Reduzido nas dimensões, mas com análises refinadas e leituras teóricas instigantes, o livro de Ítala da Silva traçou a trajetória de Tristão de Alencar Araripe do Ceará à Corte, apontou e dialogou com poucos escritos que precederam e sucederam à história do Ceará durante a vigência do governo monárquico. Segundo a autora, Araripe escreveu a história para demonstrar as colaborações da província do Ceará para o reconhecimento do Brasil como uma nação civilizada. Na história escrita sob um projeto único durante o Império, o político conservador estava imbricado ao historiador.¹⁹⁵ De acordo com Silva, ao objetivar o ideal de progresso e civilização, o livro de Araripe, atrelado aos cânones do IHGB, atendeu a necessidade da construção do Estado Nacional através do compromisso entre o historiador e a política imperial.¹⁹⁶

Pelo exposto, de 1867 a 2007, a *História da província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*, foi lida, relida, analisada e discutida. As incertezas e contribuições, as falhas e os méritos, as lacunas e os excessos, as faltas e os acertos da escrita são apontados (e julgados) pelos praticantes de um ofício que se afirmam problematizando o fazer dos congêneres. Repassemos as análises acima expostas por blocos. A estratégia de Tristão de Alencar teve êxito ao se propor fazer algo ambicioso no prefácio e deixar em aberto sua efetivação no parágrafo final do livro. O aceite do livro pelos coetâneos derivou do que fora prometido antes do que foi feito. O reconhecimento do historiador se deu pelo esperado antes do realizado. Foi louvado pelo criterioso trabalho com as fontes que, na maioria, não foram arroladas. A inconformidade do prefácio com o todo da publicação foi ressaltada nos textos após a década de 1950, onde a espera já se mostrava indevida. Não viria a público a tão aguardada segunda parte. O elogio de Homem de Melo viabilizou voos maiores do livro de Araripe. Comparar a história do Ceará aos trabalhos do Visconde de São Leopoldo e

¹⁹⁴ SILVA, Í. B. M. da. *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006a. O prefácio foi escrito por Manoel Luiz Salgado Guimarães. Outros trabalhos da autora sobre o semelhante tema: Id. A trajetória de um bacharel no Império: uma análise da produção historiográfica de Tristão de Alencar Araripe (1846-1870). *Anais do I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea*, UFOP, Mariana, 2006b. 10 p. e Id. A História em folhetim: 'função autoral' e Historiografia de Tristão de Alencar Araripe no periódico 'O Cearense' (1846-1853). *Moanga*, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 45-59, jul. 2007. Agradeço a gentileza da autora por me enviar os seus preciosos trabalhos.

¹⁹⁵ SILVA, 2006a, p. 60.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 81.

Francisco Lisboa atestou a recepção ao grupo seletivo de letrados. Porém, fica a indagação: houve leitura minuciosa do livro por Homem de Melo ou simples palavras de praxe entre homens das letras, das leis e da burocracia? Ecoaram das palavras de Melo três características sobre o livro de Araripe: o caráter monográfico provincial, a narrativa bem construída e o uso dos documentos. Contudo, a pretensão de Araripe de amarrar a narrativa com os documentos, para bem embasar seus juízos, foi justamente motivo de críticas pelos pósteros.

A utilização e apreciação particulares mais recentes da história do Ceará trouxeram importantes reflexões sobre o livro de Alencar Araripe. Muitas destas conclusões me guiaram pelos textos do Norte. Entretanto, respeitando os comentários de Pimentel Filho, Montenegro e Silva, permito-me contestar, ao longo deste capítulo e dos próximos, sete questões. Primeiro: a dificuldade de mensurarmos o impacto do livro de Araripe no “imaginário excludente” da época. No entanto, não nego que tal exclusão, no caso a dos indígenas, não tenha sido privilegiada no texto de Araripe. Segundo: o enquadramento do texto em ideários, projetos ou escolas (liberalismo, romantismo, cientificismo, positivismo) pressupõe explicar a narrativa pelo contexto ou espírito de época. O caráter generalizante não traz para o debate as singularidades da prática por um grupo de pesquisadores a fim de escrever a história provincial. Terceiro: parece-me anacronismo exigir de determinados trabalhos realizados no passado o que as condições de pesquisa e escrita, de discussão e de formação não lhes proporcionavam. Quarto: entendo que pouco proveito há em pensar a escrita da história pela questão senhores versus dominados, de um texto a serviço da classe dominante. Quinto: colocar o livro como peça na construção do Estado Nacional ou sob o projeto político imperial, de igual forma padroniza a produção dos estudiosos do passado da pátria, espalhados, mas não isolados, por distintos cantões do Império. Lê-lo sob o manto do projeto monárquico pode nos dizer muito sobre como o livro foi recebido na Corte, mas pouco sobre as especificidades na sua construção na província. Sexto: analisar a obra de Araripe, considerando um ou poucos textos, também pode levar a uma apreciação homogênea de sua produção, desconsiderando mudanças sensíveis no fazer história. Nesse sentido, a publicação de um trabalho, onde o historiador tensionou não só entre dois regimes políticos mas entre os esforços de ressignificação temporais e reorientações metodológicas, pode ser mais bem analisada ao confrontá-la com outros escritos em momentos distintos de sua trajetória. Sétimo: a correlação historiador-político é essencial nesse momento, mas vincular os estudos sobre as cousas passadas a prescrições partidárias, parece-me pouco proveitoso.¹⁹⁷ Políticos,

¹⁹⁷ José Honório Rodrigues colocou Tristão de Alencar Araripe ao lado de Joaquim Manuel de Macedo como exemplo de letrado que militara no Partido Liberal, mas cujos trabalhos históricos foram “conservadores no

propostas, discursos, gabinetes, leis se misturavam, se intercalavam, ora nas hostes conservadoras, ora nas hostes liberais, ambos sob várias matizes. Variações partidárias estavam condicionadas, igualmente, às peculiaridades provinciais, nem sempre em uníssono com as prescrições da chefia na Corte. Conhecidas a escrita e as referências a ela pelas diferentes leituras, continuemos nesse esforço interpretativo pelas sendas de uma das histórias do Ceará, detendo-me, a seguir, em outros escritos do autor coetâneos àquela.

1.3 “Retirante” cearense: candidato a historiador e burocrata em ascensão

Averiguarei, a partir do seu primeiro livro de história, a experiência de Tristão de Alencar Araripe nos momentos imediatos que precederam e sucederam à publicação. Havia outras práticas em torno da escrita da história do Ceará? De que maneira contribuía na narrativa pioneira? Em 1845, Alencar Araripe finalizou o curso de Direito na Faculdade de São Paulo; estudos iniciados em Olinda, em 1841.¹⁹⁸ Ao retornar a Fortaleza, em 1846, fundou o jornal *O Cearense*. Foi nas páginas desse periódico que o jovem literato exerceu mais intensamente a verve patriótica e polêmica. O país vivia um período muito conturbado pós-Independência. O golpe da maioria teve ativa participação do tio de Tristão de Alencar Araripe, José Martiniano de Alencar.¹⁹⁹ A coroação de D. Pedro II, em julho de 1841, não amainou os ventos de agitação que assolavam o Brasil. Com as reviravoltas no poder, Martiniano de Alencar fundou a “Sociedade secreta dos patriarcas invisíveis” na Corte, com ramificações e filiados em São Paulo e Minas Gerais, a fim de sublevar as províncias para forçar a queda do regime conservador. Não tardou muito para que eclodissem, em maio e junho de 1842, revoltas liberais nessas duas províncias.

Em 1848, com a volta dos conservadores ao poder, a revolta da Praieira explodiu nas cercanias cearenses. Num ambiente de grande agitação política, em que as disputas na Corte alimentavam e eram alimentadas pelas dissensões nas províncias, o jovem bacharel iniciou a longa trajetória nas letras, na política e no aparato judiciário. Entre 1847 e 1850, afora os

espírito e na execução”. RODRIGUES, J. H. História e ideologia. A década de 1870 a 1880. In: _____. *História, corpo do tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 153.

¹⁹⁸ Somente em 1854, a Faculdade de Direito em Olinda foi transferida para Recife (PE). Sobre a atuação do “bom estudante” Araripe em São Paulo: NOGUEIRA, J. L. de. *A Academia de S. Paulo, tradições e reminiscências, 2ª série*. São Paulo: [s.n.], 1907. p. 66-95 e 139-141. A Academia de Direito de São Paulo teve papel importante no projeto de construção do Estado Nacional e na formação de um “mandarinato imperial” de bacharéis. O periodismo acadêmico nessa faculdade retornou à cena justamente em 1846, após o retorno de Araripe ao Norte. ADORNO, S. *Os aprendizes do poder, o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 77-89, 135 e 175-210.

¹⁹⁹ Antes da condução de D. Pedro II ao trono, no período regencial, eclodiram na região setentrional do país: a Balaiada (Maranhão e Piauí, 1838-1841), guerra dos Cabanos (Pernambuco, 1832-1835), Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840), Sabinada (Bahia, 1837-1838).

editoriais não assinados, Araripe foi, conforme os comentaristas, autor de cinco curtos trabalhos publicados no jornal *O Cearense*. Lendo os artigos diretamente no periódico, algumas dúvidas surgiram. O texto *O amor da pátria* foi assinado por “G”.²⁰⁰ Em outro, *Napoleão Bonaparte, sua origem e seus princípios*, não consta a autoria.²⁰¹ Foi atribuído, igualmente, a Alencar Araripe, *Uma página da história parlamentar francesa, profecias políticas realizadas*; entretanto, o artigo não estava assinado.²⁰² O uso de iniciais para assinar os textos era comum, como se pôde observar no periódico: J, L, V, A e Z. Outros letrados também escreveram matérias de interesse histórico, como Liberato de Castro Carreira (1820-1903), futuro sócio do IHGB. Artigos impressos na Revista do IHGB foram republicados nesse periódico de Fortaleza.²⁰³ Em razão disso, é suspeitosa a autoria daqueles três trabalhos. *A Vida dos homens ilustres, publicação literária* não era um artigo. Consistia num anúncio. Datado de 18 de abril de 1848, Tristão de Alencar Araripe solicitou a cooperação do público para publicar a tradução da obra de Plutarco sobre a vida dos homens ilustres.²⁰⁴ A longa cronologia *Quadro sinótico da Revolução da regeneração da Grécia* estava assinada por “T.A.A.” e aludia episódios recentes da história naquele país de 1821 a 1835.²⁰⁵ Dessa forma, essa foi parte da experiência inicial de Araripe na imprensa periodista.

Estudo específico sobre os periódicos cearenses, no século XIX, apontou o caráter liberal do jornal *O Cearense* de Fortaleza, que circulou entre 1847 e 1891. A análise minuciosa realizada em exemplares de 1847 a 1856 por Celeste Cordeiro mostrou a política como tema principal. Dos assuntos correlacionados, destaque: o papel do povo no projeto de liberdade (democrático), o atraso do país em relação ao mundo civilizado, o desafio político-administrativo para incremento da riqueza (prosperidade material), alerta para a necessidade de reformas para evitar a revolução, críticas ferrenhas aos governos saquaremas

²⁰⁰ G. O amor à pátria. *O Cearense*, Fortaleza, n. 17, p. 4, 17 jan. 1847. Esse periódico encontra-se microfilmado na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

²⁰¹ Napoleão Bonaparte, sua origem e seus princípios. *O Cearense*, Fortaleza, n. 101, p. 3, 15 nov. 1847. Continuação no jornal de 18 nov. 1847 (p. 3).

²⁰² Uma página da história parlamentar francesa, profecias políticas realizadas. *O Cearense*, Fortaleza, n. 156, p. 3-4, 5 jun. 1848. Prosseguiu no exemplar de 8 de junho de 1848 (p. 3-4). Tratava-se da transcrição do discurso do Conde de Chateaubriand em defesa da monarquia na França. Constou, ao final, a observação de que esse discurso fora mandado imprimir por ordem da Câmara local.

²⁰³ OLIVEIRA, M. R. de. Arqueologia Brasileira. *O Cearense*, Fortaleza, n. 544, p. 3-4, 4 jul. 1850. A publicação se estendeu por mais dez partes e foi encerrada em 22 de novembro de 1850. No periódico do IHGB aparece como: Novos indícios da existência de uma antiga povoação abandonada no interior da província da Bahia. *RIHGB*, t. 10, p. 363-373, 1870 [1848].

²⁰⁴ ARARIPE, T. de A. Anúncios: vida dos homens ilustres, publicação literária. *O Cearense*, Fortaleza, n. 144, p. 4, 24 abr. 1848. O planejado seriam dois grandes volumes com mais de quinhentas páginas cada, demandando grandes despesas de impressão. Essa tradução não chegou a ser publicada.

²⁰⁵ TAA. Quadro sinótico da revolução da regeneração da Grécia. *O Cearense*, Fortaleza, n. 145, p. 1-2, 27 abr. 1848. Prosseguiu, de maneira esporádica, até 17 de agosto de 1848. Dos textos publicados nesse jornal, esse foi o único artigo que o Barão de Studart, em seu levantamento biobibliográfico, atribuiu a Alencar Araripe: STUDART, G. Tristão de Alencar Araripe. *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, t. 13, p. 217-225, 1908a.

(conservadores), defesa da descentralização administrativa, vantagens de um governo republicano (apesar do papel importante da monarquia constitucional), independência entre religião e política, defesa da educação como condição de civilização, ressentimento pelo desprezo com que as províncias do Norte eram tratadas, e o caráter imoral e retardador da escravidão negra.²⁰⁶ A partir de 1848, Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), nome importante na política e nas letras, também se tornou editor do jornal *O Cearense*. Colega, portanto, de Araripe no periódico e na defesa dos interesses liberais. Alguns anos depois, Pompeu receberia de José Martiniano de Alencar a chefia do Partido Liberal na província.²⁰⁷

Enquanto escrevia nas páginas do jornal de Fortaleza, Araripe iniciou a caminhada parlamentar, como deputado provincial (de 1848 a 1849 chegou à Presidente da Assembleia Legislativa),²⁰⁸ e burocrática, como oficial da Secretaria da Fazenda. A nomeação como Juiz de Direito na comarca de Bragança no Pará, em 1854, o afastou do Ceará. Em 1858, após curto período como chefe de polícia no Espírito Santo, retornou a Pernambuco, onde iniciara os estudos jurídicos dezoito anos antes, para exercer funções na chefia da polícia e na Vara Especial do Comércio na cidade do Recife. Foi no desempenho dessa última atividade judiciária que Alencar Araripe finalizou e publicou o livro sobre a história do Ceará. O episódio maior a ressaltar na vida política do autor, nesse momento, foi seu afastamento do Partido Liberal em 1859. Desde então, seria eleito e nomeado pelo Partido Conservador.²⁰⁹

Verifiquei a informação de João Brígido de que, em 13 de novembro de 1862, Araripe começou a fazer conhecida a *História do Ceará* por partes no *Diário de Pernambuco*.²¹⁰ No exemplar do jornal naquela data, havia somente editais assinados por Araripe como Juiz de Direito Especial do Comércio de Recife. No número posterior, de 21 de novembro de 1862, na parte “Literatura”, sob o título *História do Ceará* apareceu o trabalho de nosso autor. Entretanto, nesse número e nos demais, o que encontrei não foi o trabalho que seria publicado em 1867 tampouco recortes. Trata-se da misteriosa continuação do livro, prometida no

²⁰⁶ CORDEIRO, C. As ideias políticas na imprensa liberal do Ceará na passagem para a segunda metade do século XIX (O Cearense). In: _____. *Antigos e modernos, progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume, 1997. p. 129-163. Vianna Filho, ao apontar que o jornal era “pouco inclinado aos Alencares [sic]”, devia estar se referindo ao momento posterior à saída de Alencar Araripe, com o agravamento da tensão política. VIANNA FILHO, 1979, p. 251.

²⁰⁷ FARIAS, A. *Senador Alencar*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. p. 129.

²⁰⁸ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. *Presidentes do poder legislativo do Ceará (1835-2002)*. 3. ed. Fortaleza: INESP, 2001. p. 34-37.

²⁰⁹ Constatou sua saída do Partido Liberal por desentendimentos com Antonio Vicente do Nascimento Feitosa (1816-1868). STUDART, G. Os mortos do Instituto: Tristão de Alencar Araripe. *RIC*, t. 22, p. 403-409, 1908b.

²¹⁰ SANTOS, J. B. dos. *Ceará: homens e fatos*. Rio de Janeiro: Tip. Besnard Frères, 1919. p. 62. Na bibliografia em homenagem ao centenário de nascimento de Araripe, em 1921, constatou igualmente que parte do livro de 1867 fora publicado no *Diário de Pernambuco*. *RIHGB*, t. 90, v. 144, p. 853, 1925 [1921]. Tais informações estão incorretas. Os exemplares do *Diário de Pernambuco* estão microfilmados no setor de periódicos da Biblioteca Nacional.

prefácio de 11 de novembro de 1862, lançado cinco anos depois.²¹¹ Na apresentação dos artigos, Alencar Araripe disse que começaria a publicar a narrativa sobre os fatos da proclamação da Independência e Confederação do Equador até a guerra civil de Pinto Madeira. Ele lançou um pedido às pessoas para enviarem reclamações ou retificações que “cientes dos fatos e conhecedoras dos caracteres se interessam pelas cousas da terra natal”. Ressaltou que o que seria publicado nas colunas do jornal fora escrito em 1849, não tendo, no momento, “espaço para rever documentos e consultar os fatos”.²¹²

Estranhamente, não sei se por erro de tipografia ou por assumir novo criptônimo, constava a autoria de “F.A.A.”.²¹³ Os demais artigos não estavam assinados. Talvez nesse pequeno detalhe esteja um dos motivos do escasso conhecimento que perdura até a atualidade sobre a continuação do primeiro volume da *História da província do Ceará*. Foram sete capítulos publicados até fevereiro de 1863.²¹⁴ Da leitura analítica dos artigos, destaco que: não obstante as seguidas referências “vide apêndice doc. n ...”, os documentos não foram citados; a segunda parte da história do Ceará iniciou com o capítulo de número VIII, apesar do livro publicado em 1867 terminar com essa numeração;²¹⁵ o limite temporal se estendeu até 1832; os episódios políticos foram privilegiados e envolveram a constante reorganização do governo provincial; a cidade de Icó, terra natal do autor, foi considerada o primeiro foco irradiador independentista na região;²¹⁶ as ações do pai nos atribulados momentos imediatamente anteriores e posteriores à Independência em 1822 foram destacadas.²¹⁷

²¹¹ As únicas referências com alusão à continuação: BLAKE, A. V. A. do S. *Dicionário Bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. v. 7, p. 322; VELHO SOBRINHO, J. F. Araripe, Tristão de Alencar. In: _____. *Dicionário Biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937. v. 1, p. 506.

²¹² ARARIPE, T. de A [F.A.A.]. *História do Ceará. Diário de Pernambuco*, Recife, p. 8, 21 nov. 1862.

²¹³ Os motivos determinantes do escondimento ou disfarce do autor nem sempre são apuráveis: timidez, prudência, etc. Estou ciente de que falar em “criptônimos” e “pseudônimos” é algo mais complexo, pois envolve outras designações como estignonímia, asteronímia, heteronímia, etc. NÓBREGA, M. *Ocultação e disfarce de autoria: do anonimato ao nome literário*. Fortaleza: Edições UFC, 1981. Utilizo “criptônimo” para aquele autor que dissimula ou oculta um nome real.

²¹⁴ Os exemplares do *Diário de Pernambuco* onde foram publicados os artigos sobre a História do Ceará: 21, 22, 24, 27 e 28 de novembro de 1862; 10, 15, 16, 26, 27 de dezembro de 1862; 2, 10 e 12 de janeiro de 1863; 5, 6 e 10 de fevereiro de 1863. Apesar de constar no último número a menção à continuação e faltar uma conclusão, não encontrei o prosseguimento nos exemplares seguintes. No entanto, posso afirmar que o capítulo XIV foi encerrado. A falta pode indicar erro de editoração (não haveria continuação) ou disposição inconclusiva e lacunar do trabalho do autor.

²¹⁵ O título do capítulo oitavo no jornal é “Período revolucionário desde a instalação da junta governativa até a proclamação da independência do império”. A repetição reforça a percepção de que o capítulo oitavo no livro, “Estado material e moral da capitania”, foi escrito após a elaboração do prefácio e dos artigos no *Diário de Pernambuco*.

²¹⁶ Conforme o historiador: “Foi a 17 de outubro [1821], que no Icó se levantou o primeiro brado da independência nacional da província.” ARARIPE, T. de A. *História do Ceará (continuação)*. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 8, 22 nov. 1862.

²¹⁷ As atividades do tio, José Martiniano de Alencar, também foram citadas, desde a suplência às Cortes em 1821, passando pela escolha à Constituinte até a posse como Senador do Império em 1832. Não foram emitidos juízos de valor pelo historiador-sobrinho ao familiar.

Alencar Araripe ressaltou o sofrimento de Tristão Gonçalves, a sua firmeza e resignação diante do despotismo real, o caráter decidido, a resolução pronta e perseverante como chefe da expedição ao Piauí e Maranhão e o tinha como principal promotor da Independência nacional. Na província, o revolucionário granjeou grande estima pelas maneiras afáveis, cavalheirescas, generosidade e moralidade sem mácula, jamais contestada mesmo no furor dos ódios políticos.²¹⁸ O autor citou o amor de Tristão Gonçalves aos princípios livres e a fidelidade aos amigos até a morte. Araripe não lhe chamou por pai. Era o historiador escrevendo sobre o sujeito de atuação destacada no passado da província. Além do resgate dessa personalidade histórica, os episódios de 1817 e 1824 eram dois movimentos contra os poderes instituídos que precisavam ser historiados. Uma história que se colocava contra certas lembranças a reconsiderar e a perdoar. De acordo com Araripe, os patriotas da Confederação do Equador não poderiam ser acusados de precipitados, ambiciosos, imprudentes. A contestação provincial, apesar de por em risco a integridade do país, não lhe foi contrária e antes a desejou para consolidar a Independência nacional. Se, por acaso, os patriotas erraram, mais notáveis foram os erros da Corte que acabaram por lançá-los na radicalidade.²¹⁹ Araripe censurou os excessos cometidos pelos representantes do Imperador, vencedores, mas ignorantes.²²⁰ Assim, antes de dar ao público a primeira parte da história do Ceará, Tristão de Alencar Araripe teve publicada a continuação em que tratou dos acontecimentos mais recentes e mais delicados da terra natal e da família.²²¹ Novamente, faltaram os tão prometidos documentos. Os leitores foram convidados a interagir no exercício narrativo preliminar, reclamando, ratificando, testemunhando. O pai do autor figurou como “principal motor” nos episódios no Norte, onde os movimentos contestatórios foram ao encontro e não de encontro ao espírito independentista e integrador nacional.

Cabe aqui fazer uma pausa na trajetória de Alencar Araripe e examinar como os historiadores nacionais, no afã de escrever as primeiras sínteses, trataram dos episódios revolucionários no Norte. No primeiro esforço de escrita de uma *História Geral do Brasil* (1854-1857) por um nacional, Varnhagen, com ironia, iniciou o texto sobre a revolução pernambucana de 1817 dizendo deixar ao leitor sensato a reflexão se houve motivos de se

²¹⁸ ARARIPE, T. de A. História do Ceará (continuação). *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 8, 16 dez. 1862.

²¹⁹ Loc. cit.

²²⁰ Id. História do Ceará (continuação). *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 8, 27 dez. 1862.

²²¹ Os documentos coligidos pelo Conselheiro Araripe demonstram que, ainda na década de 1880, ele se interessava por reunir aqueles relativos à história do Ceará. Após o falecimento vários documentos foram encaminhados pelo filho, Tristão de Alencar Araripe Júnior, a Max Fleiuss, então secretário do Instituto: IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe (ACP09)*. Lata 317. Vários documentos sobre a história do Ceará, entre 1817 e 1845, foram encaminhados pelo filho ao Instituto do Ceará: Relação dos documentos e notas sobre a História do Ceará coligidos pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe oferecidos ao Instituto Histórico do Ceará por seu filho Dr. T. A. Araripe Júnior. *RIC*, t. 25, p. 58-60, 1911.

fazer revoluções à vista da prosperidade do Brasil. De acordo com o historiador, a proclamação da república no Norte era assunto tão “pouco simpático” e, se lhe fosse permitido, o deixaria fora da narrativa. Dedicou poucas linhas ao episódio que se expandiu de Pernambuco ao Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte e criticou ferozmente as leituras dos episódios revolucionários: “Sabemos que está de moda adular os anais pernambucanos com a proeza dessa revolução. [...] Vão decorridos já quarenta anos depois desta insurreição, e os sucessos narrados com pouco exame a vão convertendo em um mito heroico de patriotismo, não brasileiro, mas provincial, sem fundamento algum.”²²² Conforme Varnhagen, a verdade era uma só em vista dos documentos. Recomendou prudência aos “gritadores apaixonados e parciais” na edificação de altares aos revolucionários para verem-nos, depois, derrubados e profanados. O autor dedicou poucas linhas ao Ceará e citou o tio de Alencar Araripe, o padre José Martiniano de Alencar.²²³ Ao finalizar o relato de má vontade, Varnhagen se disse contente, pois naquele momento o espírito público nas províncias era pela integridade e não pelas sofisticadas proposições que acobertavam ilusões e ambições pessoais: “Ao provincialismo associam-se apenas ideias de *interesses* provinciais, quando principalmente as de glória andam anexas ao patriotismo.”²²⁴ O provincialismo para Varnhagen era avesso ao patriotismo.

Na volumosa *História da fundação do Império brasileiro* (1864-1868), Pereira da Silva examinou os episódios de 1808 a 1825, da chegada da família real ao reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal.²²⁵ No livro oitavo, o autor tratou da revolução no Norte em 1817.²²⁶ Ao contrário de Varnhagen, Pereira da Silva se disse atraído pelo movimento revolucionário. As origens e causas, eventos e progressos, decadência e ruína final eram

²²² VARNHAGEN, F. A. de. *Historia Geral do Brasil*. Madrid: Impr. J del Rio, 1857. v. 2, p. 374. A segunda edição manteve inalterado o texto sobre a revolução pernambucana: Id. *História Geral do Brasil*. 2. ed. cor. aum. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1877. v. 2, p. 1115-1152. O amplo trabalho de Varnhagen não contemplou os episódios após a coroação de D. Pedro I. Mesmo alegando em sua viagem ao Norte que a “2ª edição da minha História ganhará muito não só desta digressão de 15 dias, como das estadas aqui e na Bahia”, o preconceito pelo movimento de 1817 permaneceu inalterado. VARNHAGEN, F. A. de. Carta ao Imperador (18 abr. 1861, Recife). In: _____. *Correspondência ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p. 280. Os trabalhos de Varnhagen sobre o período 1821-1825 foram publicados somente em 1917. No texto restaurado, organizado, anotado e publicado pelos sócios do IHGB, segundo a pesquisa do Barão do Rio Branco, a última parte foi dedicada às províncias do Norte. O Ceará, a cidade de Icó e a atuação de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe foram contemplados. Não foi feito nenhum juízo moral da ação dos revolucionários. VARNHAGEN, F. A. de. *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. *RIHGB*, t. 79, parte 1, p. 5-598, 1917 [1916]. Ao Ceará foram dedicadas as páginas 447-460.

²²³ VARNHAGEN, 1857, p. 386.

²²⁴ *Ibid.*, p. 392 (grifo no original).

²²⁵ SILVA, J. M. P. da. *História da fundação do Império brasileiro* Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864-1868. Catorze livros em sete tomos.

²²⁶ *Ibid.*, 1865, v. 4, p. 137-202.

materiais importantes para a história do país e exigiam acurado exame. Entre os que exaltavam os mártires da liberdade e do patriotismo e os que faziam de seus atores miseráveis desordeiros e anarquizadores do povo, Pereira da Silva disse que os homens da revolução de 1817 não mereciam tanta honra nem tanta humilhação. Houve loucos, medíocres, ordinários, como também, homens honrados e honestos. A revolução não teve fundamentos e se processou ao acaso. Originou-se da inépcia, frouxidão, covardia e falta de autoridade. Propiciou crimes e desordens. As tendências confusas de poucos não refletiram opiniões uníssonas. A revolução foi desencadeada pelos ciúmes entre militares brasileiros e portugueses. O governo republicano foi proclamado “sem que nenhum de seus autores soubesse exatamente a natureza e as condições deste regime”.²²⁷ Imprevidentes e entusiasmados agentes com arroubos revolucionários foram despachados para as províncias. No Ceará, segundo Pereira da Silva, os ímpetos da minoria revolucionária, capitaneada por José Martiniano de Alencar, logo foram abafados.²²⁸ Poucas linhas foram dedicadas ao malogrado movimento cearense. As ideias de liberdade no Norte tiveram prestígio e encanto mais pelas palavras do que pelos feitos.²²⁹ Passado “o período das ilusões”, a contrarrevolução criou o regime do terror.²³⁰ Após a justiça no tribunal dos homens, o autor apontou o início do processo de reversão da culpa dos criminosos políticos. Apesar da antipatia do povo pela revolução de 1817, Pereira da Silva mencionou que as perseguições e tormentos levantaram pouco a pouco a “piedade individual e a opinião pública em favor das vítimas” e exerceram “influxo nas ideias políticas dos súditos”.²³¹

Quando da aceitação da Independência nacional pelas províncias no Norte, Pereira da Silva indicou o papel do Ceará ao enviar tropas ao Piauí, mas não citou as ações de Tristão Gonçalves.²³² Nas revoltas generalizadas em razão da dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro I, o Ceará foi citado, como também a cidade de Icó, mas não os nomes dos Alencar.²³³ Ao narrar a crescente agitação que desembocou na Confederação do Equador, Pereira da Silva citou a nomeação de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe para Presidente do Conselho no Ceará e sua posição dúbia entre a lealdade ao Imperador e aos revoltosos de Pernambuco.²³⁴ Ao cair o governo revolucionário do Recife, sucumbiu o do Ceará e levou à morte Tristão Gonçalves, “o principal e mais prestigioso dos chefes cearenses da revolta”. E

²²⁷ Ibid., p. 162.

²²⁸ Ibid., p. 169-170.

²²⁹ Ibid., p. 176.

²³⁰ Ibid., p. 183-184.

²³¹ Ibid., p. 201-202.

²³² Ibid., 1868, v. 7, p. 38-39, 149,

²³³ Ibid., p. 257.

²³⁴ Ibid., p. 277-278.

aqui Pereira da Silva colocou uma nota de rodapé para mencionar a tentativa de fuga do chefe cearense. Tentativa que redundou no seu assassinato. Porém, ressaltou que não encontrou provas para esse episódio.²³⁵ As considerações de Pereira da Silva sobre a ação dos revolucionários no Norte foram demeritórias: “Reinara o arbítrio a pretexto de uma futura liberdade. Imperara o despotismo conquanto se proclamasse o regime republicano.”²³⁶ Para o historiador, tais ações foram crimes de superior categoria que deveriam ser severamente punidos; e o foram. O tribunal dos homens foi impiedoso, embora o perdão a alguns impusesse o esquecimento às dissensões. Apesar de tudo, Pereira da Silva louvou o fim de 1824 pela restauração da autoridade do Imperador nas províncias, o sufocamento e a extinção das ideias locais de separação e desmembramento. Dessa maneira, com a leitura da *História Geral do Brasil* e da *História da fundação do Império brasileiro* começamos a prospectar os motivos de cautela e comedimento, e não menos de ressentimento, do mero candidato a historiador Tristão de Alencar Araripe para com o passado recente da província cearense.²³⁷

Volto à trajetória do autor. Em 1869, Araripe foi eleito Deputado para representar o Ceará na Assembleia Geral na Corte.²³⁸ Com a representação parlamentar vieram novas designações para as funções jurídicas. No ano em que foi proclamado sócio do IHGB, ocorreram duas nomeações, uma para Desembargador da Relação na Bahia e, logo a seguir, para Desembargador da Relação na Corte. 1870 foi significativo na trajetória de Tristão de Alencar Araripe pela consagração na Corte como jurista, político e literato. Vejo o acesso à Corte e a busca por reconhecimento na trajetória de Tristão de Alencar Araripe, não só mas principalmente nas letras, como resultado de certa “racionalidade cortês”. A consciência pelo letrado de certa lógica nas relações entre a província e a Corte, através de sensatez e ponderação, fez com que houvesse uma planificação calculada do comportamento individual com vista a assegurar ganhos de estatutos e de prestígio. O indivíduo, ao depender da opinião dos outros integrantes da “boa sociedade”, só conseguiria integrá-la “na medida em que os outros estão *convencidos* disso, o consideram como *um dos seus*”.²³⁹

²³⁵ Ibid., p. 291, nota 1.

²³⁶ Ibid., p. 292.

²³⁷ No trabalho publicado em 1871, o alagoano Alexandre José de Melo Moraes não fez referências aos movimentos de 1817 e 1824: MORAES, A. J. de M. *História do Brasil-reino e do Brasil-império*. São Paulo: Itatiaia, 1982. 2 v.

²³⁸ Deputado pelo Ceará em quatro legislaturas: 11 de maio de 1869 a 22 de maio de 1872 (14^a), 21 de dezembro de 1872 a 10 de setembro de 1875 (15^a), 1^o de fevereiro de 1877 a 14 de outubro de 1877 (16^a), 3 de maio de 1886 a 17 de junho de 1889 (20^a). Nas eleições para a primeira legislatura de Alencar Araripe, os “deputados e senadores atentos aos interesses dos proprietários e avessos, naquele momento, à implementação de reformas muito ‘adiantadas’ nas relações escravistas” foram os favorecidos. PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos e escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 323.

²³⁹ ELIAS, N. *A sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987. p. 69 (grifo no original).

Araripe recebeu, em 1874, a chancela do poder monárquico. Agraciado pelo governo imperial com o oficialato da Ordem da Rosa, foi honrado também com o título do Conselho.²⁴⁰ Desde então, as referências ao autor seriam feitas por colegas, admiradores e desafetos, pelo título honorífico: o *Conselheiro Araripe*. Em 6 de agosto de 1875, o historiador participou pela primeira vez de uma reunião no IHGB. Sob a presidência do Visconde do Bom Retiro²⁴¹ e com a presença do Imperador, compareceram José Maria da Silva Paranhos (Visconde de Rio Branco), José Tito Nabuco de Araújo, Barão Homem de Melo, José Vieira Couto de Magalhães, Cândido Mendes de Almeida, Antonio Álvares Pereira Coruja, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, entre outros.²⁴² Eram nomes importantes nas letras e na hierarquia do poder monárquico. A nomeação para presidir a província do Rio Grande do Sul ocorreu no ano seguinte.²⁴³ Ao retornar à Corte, em 1877, Araripe se envolveu mais efetivamente nas atividades do Instituto Histórico. Em dezembro, foi eleito membro da Comissão de Estatutos e Redação da Revista. A partir de então, com exceção de 1885, quando governou a província do Pará, seria escolhido anualmente para compor a Mesa diretora e/ou as Comissões da Casa da História.²⁴⁴ O exercício das funções no Instituto não estava associado à remuneração alguma. Consistia em marca de distinção, prestígio e honraria para aquele que a exercia, podendo ser um ponto a mais no currículo do servidor do Estado.²⁴⁵

Como meu objetivo neste primeiro capítulo é situar a escrita do autor em torno de sua história do Ceará, me estenderei até 1880. Até lá, após a publicação da *História da província*

²⁴⁰ De acordo com Oliveira Torres: “A carta de Conselho (mesmo o título de conselho puramente honorífico) sempre se teve, e com justa razão, como um verdadeiro diploma de competência e conhecimentos especializados em questões administrativas e políticas”. TORRES, J. C. de O. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 391. Em 1874 foi instalada a Relação de Justiça de São Paulo, onde os primeiros desembargadores foram Tristão de Alencar Araripe (Presidente) e Olegário Herculano de Aquino e Castro, colegas no IHGB desde 1871. Aquino e Castro será o presidente do Instituto no período mais crítico de sua história, a gestão 1891-1906.

²⁴¹ Luis Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886) era professor na Faculdade de Direito de São Paulo desde 1839. Possivelmente fora professor de Alencar Araripe entre 1843-1845. VAMPRÉ, S. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977. v. 1, p. 204-206. Couto Ferraz assumiu a presidência do IHGB em 1875.

²⁴² Sessão em 6 de agosto de 1875. *RIHGB*, t. 38, parte 2, p. 353, 1875. A presença e o olhar do mecenas no IHGB, também homem das ciências, letras e chefe de Estado, foram significativos nas próprias palavras de D. Pedro II na 1ª sessão que presidiu: “[...] recomendo ao novo presidente que me informe sempre da marcha das comissões, assim como me apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será a geral, dos sócios que bem cumprem com os seus deveres; comprazendo-me aliás em verificar por mim próprio os vossos esforços todas as vezes que tiver a satisfação de tomar parte em vossas lucubrações.” Sessão em 15 de dezembro de 1849. *RIHGB*, t. 12, p. 552, 1973 [1849].

²⁴³ Nomeado em 23 de fevereiro de 1876, Araripe permaneceu na província de 4 de abril de 1876 a 5 de fevereiro de 1877. As atividades do autor no cargo serão trabalhadas na segunda parte da tese.

²⁴⁴ No IHGB, o Conselheiro Araripe, em 27 de dezembro de 1878, foi reeleito membro da Comissão de Estatutos e Redação da Revista; em 22 de dezembro de 1879 para a Comissão de Fundos e Orçamento; em 21 de dezembro de 1880 para a Comissão de Admissão de sócios. Demais atividades de Araripe, no IHGB, serão analisadas nos momentos historiográficos posteriores.

²⁴⁵ GUIMARÃES, M. L. S. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 135-143, jan./ jun. 1989. p. 140.

do Ceará, em 1867, seus trabalhos ficaram restritos aos escritos jurídicos, burocráticos e parlamentares.²⁴⁶ Entre 1871 e 1880, tivemos discursos como Deputado, relatórios como Presidente de província e cartas como candidato ao Parlamento.²⁴⁷ Muitos desses, como era comum na época, foram reproduzidos e publicados em separado. Em 7 de fevereiro de 1876, pouco antes de ser nomeado Presidente da província do Rio Grande do Sul, o Conselheiro Araripe proferiu uma conferência. Intitulada *Como cumpre escrever a história pátria*, a palestra na Associação Promotora da Instrução no Rio de Janeiro, dentro das famosas *Conferências Populares da Glória*, recebeu publicação em separado nesse ano na Corte.²⁴⁸ Apesar de não muito extenso, considero-o como seu segundo livro mais importante pelo esforço teórico-metodológico. A densidade das reflexões levadas ao cabo pelo autor merece análise detalhada. A erudição demonstrada parágrafo por parágrafo e o caráter propedêutico da explanação visaram apresentá-lo à sociedade letrada na Corte. Pelo local da palestra, vê-se que suas atividades intelectuais ultrapassaram o círculo do Instituto Histórico. Seu nome como conhecedor das cousas pátrias não ficou restrito aos consócios daquela agremiação. Apesar da explanação em conferência e a impressão em separado, a divulgação do trabalho teve maior repercussão ao ser publicado, quase vinte anos depois, na expressiva Revista do IHGB.²⁴⁹ Porém, com uma peculiaridade: adaptada aos novos tempos. Os propósitos foram alterados com a queda do antigo regime. O caráter magistral se destinou aos historiadores da

²⁴⁶ Das publicações em separado, listo: sob o pseudônimo de “Philopoemen” escreveu *Eleição de 1863 em Pernambuco* (1863) e *Males presentes* (1864); *Ligeira análise do folheto publicado na Corte sob o título O Rei e o Partido Liberal* (1869); *O elemento servil, artigos sobre a emancipação* (1871); *Questão religiosa, o beneplácito e a desobediência, considerações pelo verdadeiro crente* (1873). Os três primeiros trabalhos foram ofertados ao IHGB através do sócio Felizardo Pinheiro de Campos. Sessão em 5 de dezembro de 1873. *RIHGB*, t. 36, parte 2, p. 601, 1873. O último trabalho se tratou da publicação em livro dos artigos que estampou em jornais do Rio de Janeiro, em 1872, por ocasião da luta travada contra os bispos pela Maçonaria, associação de que fazia parte. O livreto *Negócios do Ceará em 1872* reuniu uma série de artigos publicados no *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), sob o pseudônimo de “Tabajara”, sobre questões partidárias envolvendo políticos no Ceará. Cito também: *Relações do Império, compilação jurídica* (1874); *Consolidação do Processo Criminal do Brasil* (1876); *Pode o cidadão brasileiro ser exautorado de sua nacionalidade por decreto do poder executivo?* (1877); *Julgamento de Nulidade na Relação* (1879); *Código criminal do Império do Brasil, completado com as leis penais subsequentes* (1880).

²⁴⁷ Dos que pude levantar, aponto: *Discurso defendendo o parecer para que seja examinada a denúncia apresentada contra três ministros de Estado acusados do crime de traição em 1º de setembro de 1871; Discursos nos Anais da Câmara dos Deputados e na Assembleia Provincial do Ceará* (defesa da Maçonaria na sessão de 24 de maio de 1873); *Discurso proferido na inscrição da relação de São Paulo no dia 3 de fevereiro de 1874; Discurso proferido na Câmara dos deputados sobre a liberdade de consciência em 17 de junho de 1875*. São Paulo: Tip. Allema, 1874; *Limites do Ceará e Piauí*. Discurso na Câmara Temporária em sessão de 22 de setembro de 1875. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1875; *Discurso sobre as providências relativas às secas do Ceará proferido na sessão da Câmara dos Deputados no dia 27 de junho de 1877*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1877; *Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe passou a administração desta Província [RS] ao Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º vice-presidente no dia 5 de fevereiro de 1877* (1877); *Carta circular como candidato à Assembleia Geral, expondo seu programa aos eleitores* (1881).

²⁴⁸ ARARIPE, T. de A. *Como cumpre escrever a história pátria*. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. de J. C. de Villeneuve & C., 1876d.

²⁴⁹ ARARIPE, T. de A. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, t. 57, parte 2, p. 259-290, 1895a [1894].

jovem República. Alterações no texto original readequaram a narrativa para novos propósitos. Em razão disso, destinarei a terceira parte de minha pesquisa para análise desse texto do Conselheiro Araripe. Posteriormente, o confrontarei com as histórias do Ceará e demais trabalhos.

Em 12 de março de 1876, nova conferência na Glória intitulada *Patriarcas da Independência Nacional*.²⁵⁰ De igual modo que a palestra anterior, foi publicada posteriormente na Revista do IHGB sob os novos tempos da República.²⁵¹ Da experiência de Alencar Araripe arrolada até aqui, temos poucas escritas sobre o passado e muitas sobre os problemas presentes. A grande maioria dos textos de Araripe, entre 1847 e 1880, consiste em reflexões sobre questões contemporâneas e polêmicas: extinção ou permanência da escravidão, discussão religiosa abrangendo o Bispado e o Imperador, desavenças partidárias. Ele esteve envolvido também com a catalogação das leis (as compilações jurídicas), as discussões na tribuna e as confecções de praxe dos relatórios burocráticos. A primeira parte da *História da província do Ceará* se manteve distante dessas delicadas questões mais atuais. Porém, o olhar presente do jurista, voltado aos tempos distantes, foi útil na construção narrativa: exposição exaustiva de ordenações jurídicas, tipo de fontes consultadas, busca da civilização no sertão pelo respeito às leis, provas e julgamentos no tribunal da posteridade.

Dessa forma, retomo a questão geral da tese: o que é ser estudioso e registrador do passado no Brasil durante o século da História? Lugares, práticas e narrativas foram construindo a imagem do Conselheiro Araripe como “historiador”. Mas o historiador não pode ser pensado, trabalhado ou esboçado afastado do publicista, do jurista, do político e do integrante de importante família local.²⁵² As muitas atividades desempenhadas em tão curto espaço de tempo, a partir de 1847, explicam o pouco tempo de Araripe para construir melhor a apressada narrativa pioneira. A publicação do livro, em separata ou por artigos no jornal de Recife, deveu-se igualmente à sua atuação jurídica naquela província. A autoridade local do candidato a historiador veio da experiência nas leis. Ao historiar o passado do Ceará, Araripe teve maior repercussão pelo que escreveria do que efetivamente escreveu. Sua trajetória

²⁵⁰ Id. *Patriarcas da Independência, conferência em 12 de março de 1876 na Escola da Glória na Corte*. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Comércio, 1876a.

²⁵¹ Id. *Patriarcas da Independência nacional*. *RIHGB*, t. 57, parte 1, p. 167-184, 1894b.

²⁵² No acesso às fontes utilizadas na *História da província do Ceará*, a sua atuação como juiz na cidade de Aquiraz permitiu-lhe a pesquisa. O capítulo VIII deteve-se, em grande parte, na disputa entre as vilas de Aquiraz e Fortaleza. Ser Deputado provincial em Fortaleza possibilitou-lhe, de igual modo, agir como pesquisador. Pressuponho, igualmente, que a atuação como juiz na Vara Especial do Comércio no Recife, em 1861, esteja relacionada com a sua sugestão para serem consultados os arquivos fiscais, a fim de se dar o quadro exato dos valores do comércio cearense.

política e jurídica supriu a deficiência como historiador, recebendo dos congêneres na Corte um voto de confiança pela empreitada futura de continuação da história do Ceará.

Se a escrita da história do Ceará surgiu da afronta à família, tal mácula esteve relacionada diretamente à segunda parte publicada, porém desconhecida para a maioria dos contemporâneos e pelos pósteros. O estado caótico ao final do século XVIII, apresentado ao final do livro, não serviria de justificativa para as mobilizações armadas em que sua família esteve envolvida na primeira metade do Dezenove? Os dilemas políticos, entretanto, silenciaram o “historiador”. O principal motivo da escrita também foi o da não consecução em livro. A *História da província do Ceará* foi escrita pelo bacharel em Direito, integrante da família Alencar, escritor dos editoriais e artigos em jornais, chefe de polícia, advogado, jurista, Deputado, assim como os trabalhos posteriores de história seriam escritos com essa bagagem de (in)formação colhida nas várias províncias pelas quais passaria o viajante Alencar. A experiência do historiador no Brasil, no século XIX, foi construída pela interação desses espaços de circulação e de redação.

Após analisar o texto produzido, as diferentes leituras e apropriações, como também a experiência (e indignação) do autor ao escrevê-lo, duas perguntas orientam o próximo passo da pesquisa. Os estudiosos nas províncias do Império conheciam os programas de pesquisas esboçados na Corte? Caso afirmativo, que espécie de intercâmbio arquivístico e historiográfico havia entre a Corte e o Ceará? Antes de esboçar conclusões (apressadas) sobre a escrita da *História da província do Ceará*, no primeiro capítulo dessa tese, expus questões para dialogar com outros textos, a fim de perceber características e relações não visíveis diretamente no livro examinado. Assim procederei nas outras duas partes da pesquisa, em que os capítulos iniciais gerarão problemas a partir de textos específicos (1880 e 1895) de Tristão de Alencar Araripe.

2

COMO SE DEVE ESCREVER A HISTÓRIA DAS PROVÍNCIAS

Os esforços de Tristão de Alencar Araripe, materializados na *História da província do Ceará*, se somavam a outras narrativas escritas nos mais distantes rincões do jovem país independente. Dissipadas por longínquas províncias do Império, as fontes para aclarar o passado da ex-colônia estavam sendo reunidas e sistematizadas. O trabalho metódico de organização documental era imprescindível para a tão aguardada síntese sobre o passado brasileiro. As diretrizes orientadoras emanavam para as províncias do locus privilegiado de discussão da história do Brasil – o IHGB. Com a primeira Comissão Científica “nacional” se intensificou a troca arquivística e historiográfica entre o Ceará e a Corte. Vindos do Rio de Janeiro, os “doutores científicos” chegaram à província e encontraram, ao final da década de 1850, letrados labutando na empreitada. Alencar Araripe foi somente um dos envolvidos, e o menos conhecido, na árdua tarefa de passagem do arquivo para a escrita. Mais um na articulação das fontes documentais em narrativas e mais um na sistematização de amplo e heterogêneo arquivo que reunia tradições, papéis velhos, lembranças, insipientes registros, testemunhos, dizeres, olhares. As provas documentais permitiriam aos estudiosos dos passados atestarem a tão almejada verdade. E foi justamente neste poder-dizer que outros textos integraram o empreendimento conjunto de narrar as ações pretéritas. As narrativas romanescas, biográficas e panfletárias contribuíram no acesso aos passados, reunindo mitos, lendas e histórias nos primórdios da historiografia cearense.

2.1 Textos catalisadores: programas para as províncias

A fundação do Instituto Histórico, em 21 de outubro 1838, na sede da Corte, propiciou lugar para reflexões profundas e conjuntas sobre o passado da sociedade brasileira. A publicação periódica da revista, ininterrupta desde 1839, permitiu a circulação permanente e de grande alcance das diretrizes ali discutidas.²⁵³ Minha hipótese é a de que esse grande conjunto de textos, com roteiros de pesquisas, levou o jovem cearense Alencar Araripe a descortinar, no início da década de 1860, outros horizontes para seus estudos sobre a

²⁵³ O exame dos títulos, epígrafes, vinhetas, periodicidade, numeração, impressoras, circulação, reedições, tiragem, organização interna e seções da Revista do IHGB foi feito detalhadamente por: SANCHEZ, E. C. T. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. 2003. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003. p. 51-113.

província do Ceará. A Revista do IHGB contempla enorme quantidade de informações. Ao conceber o periódico da Corte como fonte de leituras pelo provinciano, selecionei somente questões discutidas até 1867 e que são pertinentes ao texto de Alencar Araripe. Pelo nome da instituição e pela finalidade apontada no primeiro estatuto, História e Geografia mereceram atenção no IHGB. O objetivo do Instituto era reunir em coleção, sistematizar, publicar e arquivar documentos das duas grandes áreas do conhecimento, contando com o auxílio de sociedades fora do país e agentes ramificados pelas províncias do Império.²⁵⁴ Tristão de Alencar Araripe, estudioso da História e Geografia, seria candidato a um desses agentes.

O afã de despachar para as províncias orientações sobre a ampla empreitada constou na segunda proposta do cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) na primeira sessão do Instituto, após a fundação, em 1º de dezembro de 1838. Propôs instruções para os correspondentes enviarem manuscritos, objetos, notícias históricas e geográficas que possam ser úteis à instituição.²⁵⁵ A primeira delas foi elaborada por ele em 17 de dezembro com o título de *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro*. Foram dez recomendações divididas em duas partes. Na parte histórica, se solicitou notícias biográficas de brasileiros distintos desde o descobrimento; cópias de documentos; notícias sobre os indígenas; descrição ampla da província quanto ao comércio, indústria, literatura, caminhos, população, localidades, topografia; notícias de fatos extraordinários, que merecessem menção histórica, e notícias amplas sobre os animais, vegetais e minerais da região.²⁵⁶ A parte geográfica repetiu e detalhou informações solicitadas no segmento anterior que pudessem servir à “história geográfica” do país. As petições estavam vinculadas às necessidades da instituição-mãe do IHGB, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada em 1827, responsável pelo fomento da riqueza econômica no país.²⁵⁷

No imbricamento histórico-geográfico, resalto a segunda recomendação na primeira parte no que concerne ao périplo arquivístico a ser seguido pelos sócios nas secretarias,

²⁵⁴ Extrato dos estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, t. 1, n. 1, p. 22-24, 1839. A relação entre História e Geografia nos primórdios do IHGB foi analisada por: CARLOS, L. B. *Uma relação a dois: a História e a Geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2008. 81 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, UNISINOS, São Leopoldo, 2008 e CEZAR, T. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 79-99, jan./ jun. 2005.

²⁵⁵ Sessão em 1º de dezembro de 1838. *RIHGB*, t. 1, p. 57, 1839.

²⁵⁶ Na análise que realizou nos primórdios do IHGB, Barbato apontou o papel da “natureza” como patrimônio econômico e formador da identidade nacional. Em que pese a visão ambígua em relação à natureza, a visão positiva se sobrepôs à negativa. BARBATO, L. F. T. Natureza, ciência e progresso: a natureza brasileira no debate letrado do IHGB (1839-1845). *Aedos*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 97-114, 2009.

²⁵⁷ BARBOSA, J. da C. *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro*. *RIHGB*, t. 1, p. 141-143, 1839b.

arquivos, cartórios civis e eclesiásticos nas províncias.²⁵⁸ A ela se reunia uma série de diretivas nas páginas da Revista do Instituto. Os letrados espalhados pelas distantes regiões recebiam conselhos que, se aceitos, lhes facilitariam o reconhecimento na Corte. O caminho para isso estaria, num primeiro momento, em serem recebidos como sócios correspondentes na associação. Em discurso anterior, na inauguração do IHGB, Barbosa lançou outras tantas recomendações importantes para os obreiros iniciantes.²⁵⁹ Era premente tirar do esquecimento os fatos notáveis do passado acontecidos em diversos pontos do Império. Os elementos espalhados pelas províncias deveriam ser reunidos e organizados. A associação funcionava como o ponto centralizador das informações provinciais e difusor para as nações cultas. Era um trabalho conjunto sobre o tempo e contra o tempo por espaços geográficos distintos. A reunião das “memórias da pátria” seria facilitada pelos provincianos “atraídos ao nosso Instituto pela glória nacional”. Eles trariam para um “depósito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma história geral e filosófica do Brasil”. Segundo o cônego Januário, essas forças reunidas dariam resultados prodigiosos.²⁶⁰ As histórias particulares das províncias comporiam um todo, o “completo regular dos fatos”.

Januário citou os esforços realizados e que jaziam perdidos pela voracidade dos anos. Ao se preocupar com as cousas passadas, de igual modo, o Instituto Histórico se preocupava com os seus registradores: “seus nomes vagueiam por algum tempo sobre as suas campas, até que de todo se esvaecem, perdendo-se até mesmo dos lugares em que estes escritores nasceram ou honraram por suas gloriosas fadigas.”²⁶¹ Para evitar a perda deste cabedal penosamente reunido nas províncias por “incansáveis e distintos literatos”, sábios investigadores da marcha da nossa civilização, o Instituto se incumbiria de formar, desde as partes, o “corpo da história geral brasileira”. Na sessão do Instituto de 4 de fevereiro de 1839,

²⁵⁸ Na relação dos documentos enviados ao Instituto, discriminados nas atas das sessões, é considerável o volume de relatórios, leis, almanaques administrativos e periódicos das províncias do Império.

²⁵⁹ BARBOSA, J. da C. Discurso. *RIHGB*, t. 1, p. 10-21, 1839a. À importância dos trabalhos espalhados pelas províncias se reuniram considerações sobre os fins e os meios dos estudos históricos como: o critério na apuração da verdade, purificação de erros e inexatidões, a grande ignorância então existente, divisão e subdivisões entre história antiga e moderna, as lições a serem oferecidas, o tribunal e a justiça na posteridade, a biografia dos grandes homens, patriotismo e imparcialidade. Dos assuntos de “maior interesse” apontados pelo secretário, alguns nos são familiares: “intrépidos missionários”, “ações guerreiras”, riqueza, variedade e benignidade da natureza. Esteve presente a comparação entre o historiador e o juiz, tão utilizada por Alencar Araripe e destacada pelo Barão Homem de Melo. Análise minuciosa desse primeiro ensaio teórico-metodológico sobre a escrita da história publicada na Revista do IHGB: CEZAR, T. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, L. M. B. P. das et. al. (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 93-124.

²⁶⁰ BARBOSA, 1839b, p. 10.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 11. Dos literatos arrolados no discurso, a quem cumpriria honrar, alguns nos são conhecidos, pois já citados, como Berredo, Gaspar Durão, Cairu, São Leopoldo e Aires de Casal. São mencionados também Sebastião da Rocha Pita, Bispo Azeredo (Bispo de Pernambuco D. José Joaquim da Cunha Azeredo?), José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, Baltazar da Silva Lisboa, Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, Bellegarde (Pedro de Alcântara Bellegarde ou Guilherme Cândido Bellegarde) e “outros muitos” não nomeados.

foi sorteado outro programa de estudos sobre a civilização dos indígenas. De acordo com o autor, os índios eram aptos para o trabalho ao contrário do que arvoravam os “patronos da escravidão africana”. Para remediar a imagem negativa do autóctone, oriunda da insaciável cobiça e impiedade dos primeiros colonizadores, bem como das tiranias de muitos eclesiásticos, o autor propôs a catequese: a civilização para o indígena pela conversão cristã.²⁶²

Diretamente relacionada a esse programa, na sessão de 24 de agosto de 1839, foi sorteada outra questão a ser debatida: qual o melhor sistema de colonizar os indígenas no interior do país. O cônego Januário expôs seus estudos na sessão de 25 de janeiro do ano seguinte. Reforçou o que apontara nos escritos anteriores. Entretanto, podemos observar que, desde o discurso orientador de 1838, o autor passou paulatinamente das diretrizes para os estudiosos do passado da pátria para as governamentais quanto à política indigenista.²⁶³ O autor indicou a catequese como o meio mais eficaz, e talvez o único, de conduzir os índios da barbaridade para a sociabilidade. E muitos fatos na história do Brasil, segundo Barbosa, atestavam sua opinião. Os filhos da brenha deveriam ser domesticados antes pela catequese do que pelas armas. Deveriam ser utilizados meios para refutar “as ideias de alguns escritores” que aconselhavam a total destruição dos aborígenes.

Os feitos no passado da pátria, de acordo com o cônego Januário, atestaram o denodo e a valentia dos naturais. A história do Brasil estava repleta de exemplos da boa fé com que os índios cumpriram seus deveres. Apesar das ambições, perfídias e barbaridades impetradas a eles, nossos índios prestaram grandes serviços à pátria. Com respeito e admiração constavam, nas páginas da História, os nomes de Tibiriça, Araribóia e Camarão.²⁶⁴ Um desses fiéis, briosos e valorosos índios, ensinaria, como mostrarei, intensas discussões historiográficas. E para que eles viessem para os cômodos da civilização, o autor ressaltou as seguintes disposições: incentivar o estudo da língua dos indígenas; inculcar o espírito comercial, o amor à propriedade e ao trabalho; e estimular o casamento das índias com os brancos. Ao fazer referência à propriedade, numa nota, o autor melhor explicou a sua utilidade entre os

²⁶² BARBOSA, J. da C. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embarça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira? *RIHGB*, t. 1, n. 3, p. 159-172, 1839c.

²⁶³ O debate sobre o uso dos termos “indigenismo”, “política indigenista” e “indianismo” foi apresentado em LIMA, A. C. de S. *Um grande cerco da paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 12-18. Designo por *política indigenista* o conjunto de medidas incidentes sobre os povos indígenas levadas adiante pelo Estado, incluindo o estreito vínculo com o poder eclesiástico.

²⁶⁴ BARBOSA, J. da C. Qual seria o melhor sistema de colonizar os Índios entranhados em nosso sertões; se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperam melhores resultados do que os atuais. *RIHGB*, t. 2, n. 5, p. 3-18, 1840. p. 13-14.

índios.²⁶⁵ O texto do cônego conclamava todos a olharem para os sertões das províncias e a confessarem que os povos do interior careciam de doutrina religiosa.²⁶⁶ Confesso dos erros pretéritos, o registro do passado nas províncias do Império se daria *pari passu* com a catequização. A civilização viria pela difusão da “moral de Jesus Cristo”. Pelos escritos de Januário da Cunha Barbosa, a questão indígena se apresentava como um problema pendente a exigir soluções do Estado e reformulações por certos escritores. A polêmica nas letras atrairia ou afastaria os pesquisadores.

Ultrapassando rapidamente os limites das páginas do periódico do Instituto Histórico para mostrar a amplitude da polêmica sobre os índios nesse momento, resgato a introdução de Gonçalves Dias, redigida em dezembro de 1848, para a segunda edição dos *Anais históricos do Estado do Maranhão* (1849) de Bernardo Pereira de Berredo e Castro. De acordo com Dias, na história do Brasil, os índios deveriam ser tratados em primeiro plano. E não como fez Berredo, tendo-os como povo bruto e feroz, mas digno, heroico, prodigioso, livre e hospitaleiro. Eles foram os instrumentos de tudo quanto se praticou de útil e grandioso. Eles foram o princípio de todas as coisas e deram a base para o nosso caráter nacional em desenvolvimento. Deveriam ser reabilitados. Não degeneraram pelo contato com a civilização, mas pela servidão forçada. Gonçalves Dias apontou a calamidade da destruição dos indígenas e condenou o grande erro da escravidão. Esse livro foi utilizado por Alencar Araripe na sua história do Ceará e, possivelmente, esta edição.²⁶⁷ Após ler a introdução de Gonçalves Dias aos *Anais do Maranhão*, Varnhagen escreveu ao Imperador discordando das qualidades da raça tupi e de sua representatividade na formação da nacionalidade brasileira.²⁶⁸ João Francisco Lisboa, igualmente, discordou do “patriotismo caboclo” do conterrâneo

²⁶⁵ Disse a nota: “Escreve um célebre Filósofo moderno, que o estado da Sociedade Civil começara no mundo, do momento em que se usaram os termos *meu* e *teu*. Os índios, filhos da natureza, ainda não conhecem propriedade; em sua vida nômade todos os bens lhe são comuns; é preciso, com muito jeito e prudência fazê-los entrar na persuasão dos cômodos que resultam do trabalho, e da posse exclusiva de seus frutos. Esta operação mais se consegue pelo exemplo, do que pela doutrina; e se forem aldeados com divisão de famílias e de terras, gozando maiores cômodos à proporção de seus trabalhos, e administradas por uma polícia de boa fé e não violenta, a propriedade ganhará raízes, e a civilização fará progressos”. BARBOSA, 1840, nota 4, p. 16 (grifo no original). O cônego Januário pode estar fazendo referência ao parágrafo inicial da segunda parte do livro *Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755) de Jean-Jacques Rousseau ou aos *Pensamentos* (269/295) de Blaise Pascal.

²⁶⁶ BARBOSA, 1840, p. 18.

²⁶⁷ DIAS, A. G. Introdução. In: BERREDO E CASTRO, B. P. de. *Anais históricos do Estado do Maranhão: em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718 ao Augustíssimo Monarca D. João V, Nosso Senhor*. 2. ed. [São Luís do Maranhão]: Tip. Maranhense, 1849 [1749]. p. V-XX. O conteúdo dessa introdução começou a ser publicado em periódico, mas foi interrompido: DIAS, G. Reflexões sobre os *Anais Históricos do Maranhão* de Bernardo Pereira Berredo. *Guanabara*, Rio de Janeiro, tomo I, 1º semestre, p. 25 e 58, 1849-1851.

²⁶⁸ VARNHAGEN, F. A. de. Carta a D. Pedro II (18 jul. 1852, Madrid). In: _____. *Correspondência ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p. 188.

maranhense propagado na introdução.²⁶⁹ Em *Instinto de nacionalidade*, Machado de Assis, de maneira mais comedida, afirmou que a civilização brasileira não estava ligada ao “elemento indiano” nem dele recebera influxo algum. Seria errôneo excluí-lo em absoluto, como também, constituí-lo em exclusivo patrimônio da literatura. Nem como faziam os historiadores (citou Varnhagen) nem como os poetas. Os índios deveriam constar como legado em vez de patrimônio.²⁷⁰

Depois da publicação do livro de Araripe em 1867, a questão dos gentios continuava latente como podemos ler em *Ubirajara* (1874) de José de Alencar. Nesse romance histórico, o primo do Conselheiro Araripe criticou os comentaristas nos quais se ancoravam os estudos sobre os indígenas. Na advertência inicial do texto, o autor fez constar que os historiadores, cronistas e viajantes do período colonial deveriam ser lidos “à luz de uma crítica severa”. Duas classes de escritores forneciam informações: os missionários alardeavam a importância da sua catequese e os aventureiros buscavam se justificar ante a crueldade com que trataram os índios. Porém, ambos estavam de acordo num ponto: os selvagens eram feras humanas. Alencar fez tais advertências para que os leitores, ao lerem as palavras dos cronistas, não se impressionassem pelas “apreciações muitas vezes ridículas”. Era indispensável separar o fato dos comentários a fim de se ter a ideia exata dos costumes e da índole dos selvagens.²⁷¹

Voltando à Casa da História, a análise de Manuel Guimarães aponta que, até o final da década de 1850, trabalhos e fontes relativos à questão indígena “ocupam indiscutivelmente o maior espaço da Revista, abordando os diferentes grupos, seus usos, costumes, sua língua, assim como das diferentes experiências de catequese empreendidas e o aproveitamento do índio como força de trabalho”.²⁷² Tamanha ressonância nas páginas do periódico é explicada pela combinação de interesses históricos, políticos e econômicos.²⁷³ Lembro que, conforme examinei no capítulo anterior, a primeira parte da *História da província do Ceará* se dedicou majoritariamente aos indígenas no Norte do país. Por isso, destaco mais dois textos fundamentais nessa discussão em aberto. Lida na sessão de 1º de agosto de 1840, a *Memória*

²⁶⁹ LISBOA, 1865, v. 2, p. 202-271.

²⁷⁰ MACHADO DE ASSIS, J. M. *Instinto de nacionalidade*. In: _____. *Crítica*. Rio de Janeiro: Garnier, [1940?]. p. 7-28. Publicado, inicialmente, em 1873, na revista *O Novo Mundo* de Nova Iorque. Se, no começo da década de 1870, começava a se evidenciar as marcas de uma crise que transformaria definitivamente o perfil da literatura brasileira, os principais dilemas de tal crise tiveram excelente diagnóstico nesse artigo de Machado de Assis. PEREIRA, L. A. de M. A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do Império. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). *O Brasil Imperial (1870-1889)*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 273.

²⁷¹ ALENCAR, J. de. *Ubirajara*. Porto Alegre: L&PM, 2006b. p. 14-15.

²⁷² GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 20.

²⁷³ Id., 2011, p. 144.

sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil foi anterior à divulgação do premiado texto do bávaro von Martius e contemporânea aos de Januário da Cunha Barbosa. Por ela, Varnhagen propôs que o IHGB solicitasse ao governo providências, “com toda instância e urgência”, para a instalação nas províncias de escolas das diversas línguas indígenas. Além disso, ele sugeriu a impressão de dicionários sobre as línguas indígenas e a criação, no Instituto, de seção específica de Etnografia a fim de tratar dos nomes das nações, línguas e dialetos, localidades, emigrações, crenças, arqueologia, usos e costumes, os meios de civilizá-los.²⁷⁴ Tal preocupação estava longe de mostrar a maneira como o prestigiado historiador considerava os indígenas.²⁷⁵

Com o intuito de mostrar a pertinência e o imbróglio dos debates na década de 1860, aponto o artigo de José Gonçalves de Magalhães, *Os indígenas do Brasil perante a história*.²⁷⁶ Da preocupação não uniforme para com os indígenas demonstrada pelo cônego Januário, Dias, Lisboa, Machado de Assis, Alencar e Varnhagen, chegamos ao prestigiado autor de *Suspiros poéticos e saudades* (1836) e *Confederação dos Tamoios* (1856). Dos catorze pontos arrolados por Gonçalves de Magalhães, a narrativa iniciou advertindo que os documentos escritos sobre os indígenas do Brasil deveriam ser julgados pela crítica e não aceitos cegamente. O artigo teve por finalidade reabilitar os indígenas depreciados na *História Geral do Brasil* (1854-1857) do consócio Varnhagen. Das sugestões arroladas por Gonçalves de Magalhães, incluindo revisões historiográficas, uma me parece pertinente sobre a história da província do Ceará: destacar os grandes serviços prestados ao Brasil pelos naturais. Conforme o livro de Araripe, o índio Poti foi um deles. Se os ânimos estavam acirrados na reabilitação ou condenação dos indígenas, a solução encontrada por Araripe esteve em enaltecê-los no passado, pelo herói convertido à fé cristã, e dar o caso como resolvido, isento de discussões contemporâneas, pela pretensa incorporação deles à população atual.²⁷⁷

²⁷⁴ VARNHAGEN, F. A. de. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. *RIHGB*, t. 3, p. 53-63, 1841. Na ata da sessão em 27 de fevereiro de 1841 consta o parecer da Comissão de História, composta por Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Cândido José de Araújo Viana e T. J. P. de Serqueira, datado de 14 de novembro de 1840. Sessão em 27 de fevereiro de 1841. *RIHGB*, t. 3, p. 138-140, 1841.

²⁷⁵ Quanto às polêmicas sobre a representação e políticas de Estado para com os indígenas no interior do IHGB, considerando os trabalhos de Varnhagen, cito: OLIVEIRA, L. N. *Os índios bravos e os Sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. 2000. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2000; PUNTONI, P. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÓ, I. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 633-675; TURIN, 2009, p. 78-92.

²⁷⁶ GONÇALVES DE MAGALHÃES, D. J. Os indígenas do Brasil perante a história. *RIHGB*, t. 23, p. 3-66, 1860. p. 35.

²⁷⁷ Leitura mais ampla da dualidade na questão indígena: MONTEIRO, J. Entre o Gabinete e o Sertão: projetos civilizatórios, inclusão e exclusão dos índios no Brasil Imperial. In: _____. *Tupis, tapuias e historiadores*. 2001. 233 f. Tese (Livre Docência em Etnologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2001. p. 129-169.

Desde a fundação do IHGB até a década de 1860, muitas das propostas acima foram incorporadas ao primeiro estatuto regulamentador da instituição. Os novos estatutos de 1851 contemplaram disposições adicionais como no fundamental artigo primeiro. Afora coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos relativos à História e Geografia do Império, deveriam ser considerados os materiais concernentes à Arqueologia, Etnografia e língua dos indígenas.²⁷⁸ Essa ampliação formalizou a proposta apresentada na sessão de 2 de setembro de 1847 para criação da seção de estudos dedicada à Arqueologia e Etnografia. Destacou-se o caráter de urgência para ampliar os restritos estudos históricos e geográficos conforme a “civilização atual”. A nova seção assumiria categoria similar às duas existentes.²⁷⁹ Reiterou o que Varnhagen pedira em 1840.

Se os textos acima asseveram a prioridade do debate na metade do século XIX, pontual e intensamente a *História da província do Ceará* de Tristão de Alencar Araripe discutiu a naturalidade do índio Poti, convertido ao Cristianismo, batizado como Antônio e agraciado como Felipe: Antônio Felipe Camarão. Na incipiente historiografia, a origem espacial dos primeiros heróis tomou significativo tempo das pesquisas, sendo ainda desconhecida a origem temporal. Antes de datas, os pesquisadores buscaram lugares de origem. A expressividade das ações de Camarão nas guerras holandesas, apesar da dubiedade de propósitos – herói/traidor – já tinha sido apontada no artigo *O Brasil holandês* escrito pelo cônego Fernandes Pinheiro publicado na Revista do Instituto em 1860.²⁸⁰ Dois anos depois, no reiterado 1862, Pinheiro,

²⁷⁸ IHGB. *Novos estatutos*. Rio de Janeiro: Tip. de F. de Paula Brito, 1851. p. 3. O artigo 1º se mantém inalterado no estatuto posterior: IHGB. *Novos estatutos*. Rio de Janeiro: Tip. Domingos Luiz dos Santos, 1862. Em 1859, o termo “etnográfico” foi incorporado ao nome do Instituto e ao título do periódico (tomo 22).

²⁷⁹ Proposta assinada por Manuel de Araújo Porto Alegre, Manuel Ferreira Lagos, Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Sessão em 2 de setembro de 1847. *RIHGB*, t. 9, p. 441, 1869 [1847]. Em 1862, ingressou no IHGB o General José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), estudioso das contribuições dos indígenas com publicações importantes na década de 1870. Como foram posteriores a 1867, ano de publicação do livro de Araripe, não me deterei nos textos. Destaco o seu livro *O selvagem* (1876). O impacto de suas reflexões no Instituto Histórico, “divisor de águas”, foi assinalado por DORIGUELLO JÚNIOR, C. A. *Os indígenas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1873)*. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2008. p. 120-123. As importantes contribuições desse autor “menos notável” ou de “menor gabarito” na construção dos “mitos de nacionalidade” foram destacadas por: MACHADO, M. H. P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da História nacionalista do século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 63-80, 2000. Especificamente sobre o livro *O selvagem* ver: SIQUEIRA, C. H. R. de. *Poética, política e poder: a emergência da etnografia brasileira no século XIX*. 2001. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, UNB, Brasília, 2001. p. 44-89 e TURIN, 2009, p. 104-119. A análise do texto de Couto de Magalhães intitulado *Ensaio de Antropologia* (1873) é realizada por SOUSA, F. G. *Entre fronteiras e nações: Um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1870 a 1890*. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Centro de Ciências Sociais, PUCRio, Rio de Janeiro, 2008. p. 79-83.

²⁸⁰ Disse o autor: “O mais célebre dos guerrilheiros era certamente o índio Poti, mais conhecido por D. Antônio Felipe Camarão cuja presença, semelhante à lava do Vesúvio conhecia-se por extenso sulco de ruínas e devastações. Pois bem, esse homem, tão justamente célebre em nossos fastos, esse fidalgo, esse comendador de Castela, escapou de ser um nosso Calabar.” PINHEIRO, J. C. F. *O Brasil holandês*. *RIHGB*, t. 23, p. 67-111, 1860. p. 90-91. Não fez menção à sua naturalidade e ações no Ceará.

ao anotar a famosa publicação da *História do Brasil* de Robert Southey, a primeira em português, atestou: “A pátria do valente caudilho Felipe Camarão não era Pernambuco e sim o Ceará”.²⁸¹

Em 1869, o cônego Pinheiro, na biografia de Camarão publicada no periódico do Instituto, ratificou a origem sem, contudo, atestá-la documentalmente. Satisfez-se com um “crê-se que”. A origem foi aceita como verdadeira, embora “ignoramos quais foram as primeiras façanhas do ilustre guerreiro, que nos bronzes da brasílica pátria gravou seu nome”.²⁸² A morte permaneceu, de igual modo, não diagnosticada pelos cronistas. Exaltado como herói tebano nas Termópilas pernambucanas, sobre a memória de Camarão, entre origem incerta e desfecho desconhecido, ainda pairava uma “nuvem de traição”. Essa turvação foi oriunda do historiador Barleus ao afirmar que Camarão escreveu uma carta ao governador holandês (Nassau), oferecendo-lhe serviços.²⁸³ Fernandes Pinheiro alegou que faltavam dados para contestar tal dubiedade. No entanto, a dúvida injuriosa foi perdoada pelas ações do insigne guerreiro nas lutas posteriores: “corramos o véu da anistia sobre este doloroso quadro para assistirmos a reabilitação do destemido caudilho.”²⁸⁴

A respeito dessas discussões sobre a nacionalidade (nação indígena) de Felipe Camarão, foram publicados dois artigos, em 1867, na Revista do Instituto Histórico, de autoria do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen.²⁸⁵ Em correspondência ao Imperador D. Pedro II, ele catapultou tais estudos para dentro do círculo letrado no Instituto.²⁸⁶ No primeiro,

²⁸¹ Pinheiro corrigiu a informação de Southey no parágrafo em que este afirmava, nessa página, ser Camarão de Pernambuco: “Pelo mesmo canal escreveu João Fernandes também a Camarão, que estava então na fronteira de Sergipe, exigindo dele e das suas tropas indígenas essa cooperação que os pernambucanos sempre o haviam achado pronto a conceder, e que tanta razão tinham de esperar dele, como de quem nascera na mesma província, e ali tantas vezes se mostrara um dos mais bravos e leais súditos.” PINHEIRO, J. C. F. Nota 2. In: SOUTHEY, R. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862. p. 97.

²⁸² PINHEIRO, J. C. F. Biografia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. D. Antonio Felipe Camarão. *RIHGB*, t. 32, parte 1, p. 201-208, 1869. p. 201.

²⁸³ Gaspar van Barleus (1584-?), principal cronista do Brasil holandês, contratado por Maurício de Nassau para narrar os acontecimentos. Fernandes Pinheiro fez alusão à publicação de Barleus intitulada *Res Gesta sub comite Mauritio in Brasilia*. Na dedicatória, constou a data de 20 de abril de 1647 (Amsterdã). No livro, Barleus aludiu ao episódio em que “Camarão envia emissário ao Conde” e destacou o “caráter versátil de Camarão”. Consulte: BARLEUS, G. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940. p. 102.

²⁸⁴ PINHEIRO, 1869, p. 206.

²⁸⁵ Foi redigido, por Joaquim Norberto de Sousa Silva, uma pequena biografia sobre a esposa de Felipe Camarão, D. Clara Felipa Camarão, em que, seguindo Aires de Casal, acreditava na sua origem cearense: SILVA, J. N. da S. Biografia dos brasileiros ilustres distintos por letras, armas, virtudes, etc. *RIHGB*, t. 10, p. 387-389, 1870 [1848]. A esposa de Camarão foi, igualmente, biografada em: MACEDO, J. M. de. *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876. v. 1, p. 219-221.

²⁸⁶ De acordo com Varnhagen: “há tempos escrevi; seguro de que ninguém poderá melhor apreciá-lo e fazer que seja lido do seu Instituto e impresso convenientemente.” VARNHAGEN, F. A. de. Carta ao Imperador (11 jan. 1867, Lima/Peru). In: _____. *Correspondência ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. p. 306.

Varnhagen travou discussão historiográfica para asseverar o local de nascimento do guerreiro, ora cearense, ora pernambucano. Os argumentos de determinados autores fizeram-no acreditar que Felipe Camarão nascera no Ceará: Manoel Calado, Diogo de Campos, Berredo e Aires de Casal.²⁸⁷ Contudo, para Varnhagen o testemunho de Duarte de Albuquerque em *Memórias Diárias* foi concludente: “Se o herói fosse filho de Pernambuco o teriam chamado *Caité*; se das serras de Ibiapaba, *Tabajara*, e se das planícies da costa do Ceará *Tremembé*. Chamando-o Duarte de Albuquerque *Pitiguar* no-lo declarou positivamente do Rio Grande do Norte.”²⁸⁸ Na falta de documentos e pela existência de narrativas oscilantes, o pesquisador se amparou nos estudos filológicos. Estava resolvida toda dúvida acerca da naturalidade do “herói índio”. Varnhagen se disse orgulhoso dessa retificação e acusou “a virgindade em que se achava há poucos anos o campo da crítica histórica no nosso país”.

No segundo artigo de semelhante título, Varnhagen afirmou que suas suspeitas no artigo anterior (não estava convicto?) acabaram por se converter em certezas. Baseado nas designações em língua túpica constantes em mapas antigos, o autor ratificou etimologicamente as afirmações anteriores. Além da origem silábica, Varnhagen dissertou sobre a articulação gutural e nasal das palavras indígenas. Esse esforço comprobatório contínuo através da confirmação paulatina pela “harmonia que vão guardando entre si todas as provas” mostra a complexidade da questão no período. Varnhagen, no parágrafo final, disse conhecer a amplitude dos debates e os interesses políticos envolvidos ao mencionar os protestos por parte das províncias que se julgavam “deserdadas”.²⁸⁹ O Rio Grande do Norte era, de acordo com o autor da *História Geral do Brasil*, o berço do herói nacional.²⁹⁰ As províncias do Ceará e Pernambuco perdiam a herança heroica de Camarão. A *História da província do Ceará* viria para refutar tal assertiva e reivindicar a herança em litígio.

Vinculada à pendente questão indígena, há também a discussão sobre a Companhia de Jesus. Dos sessenta programas históricos propostos no IHGB entre 1838 e 1856, a maior incidência recaiu sobre a temática indígena e assuntos correlatos como a catequese. De forma

²⁸⁷ Desses nomes somente Diogo de Campos Moreno nos é estranho. Escreveu *Jornada do Maranhão por ordem de S. Majestade feita o ano de 1614*, publicada em 1812 pela Academia Real das Ciências de Lisboa com o título de *Memórias para a história da capitania do Maranhão*.

²⁸⁸ VARNHAGEN, F. A. de. Biografia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Felipe Camarão. *RIHGB*, t. 30, parte 1, p. 501-508, 1867. p. 505 (grifo no original).

²⁸⁹ Id. Biografia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Felipe Camarão. *RIHGB*, t. 30, parte 2, p. 419-424, 1867. p. 424.

²⁹⁰ Ao traçar a biografia de Camarão, Macedo apontou esta disputa entre o Ceará e o Rio Grande do Norte pelo berço do bravo índio, filho das selvas brasileiras. A conclusão de Macedo seguiu a de Varnhagen: MACEDO, 1876, v. 3, p. 123-127. Nas publicações sobre os grandes homens de João Manuel Pereira da Silva, somente em 1868 foram dedicadas algumas linhas a Felipe Antônio Camarão. O autor citou a Paraíba do Norte como terra natal do guerreiro e patriótico gentio. SILVA, J. M. P. da. *Os varões ilustres do Brasil: durante os tempos coloniais*. 3. ed. aum. cor. Rio de Janeiro: Garnier, 1868. v. 2, p. 311.

não harmoniosa, convergem nesses programas três polêmicas: a mão-de-obra escrava; a incorporação do nativo à sociedade imperial; a conveniência da volta dos jesuítas ao Brasil.²⁹¹ Na análise que fez do livro *História da República Jesuítica do Paraguai* do cônego João Pedro Gay, o sócio Fernandes Pinheiro apontou “o mais vivo interesse a tudo quanto é relativo aos jesuítas, cuja história divisamos rodeada pela auréola do maravilhoso”. Gay elogiou os que buscavam elucidar a verdade, “lançando uma réstia de crítica sobre os nebulosos Anais dessa célebre instituição”.²⁹² A representação dos jesuítas, nas páginas da Revista do Instituto Histórico, variou ao longo do Dezenove. Nos dez primeiros anos de atividades do IHGB, principalmente com o cônego Januário da Cunha Barbosa, houve valorização do trabalho dos inacianos.²⁹³ Entre as décadas de 1850 e 1870, a presença das ordens religiosas e seu poder de atuação foram reavaliados, apesar de não se dispensar a catequese como instrumento civilizacional. Na convulsionada década de 1870, se nota a exacerbação dos conflitos entre jesuitismo e antijesuitismo enquanto houve o arrefecimento dos debates no apagar das luzes da Monarquia. Sempre tendo o IHGB como espaço de leituras heterogêneas, a Companhia de Jesus adentrou as preocupações dos sócios seguindo temas destacados na política imperial: a catequese dos indígenas, a discussão sobre a escravidão e defesa da unidade do território herdado.²⁹⁴ De maneira semelhante como fez ao abordar a temática dos indígenas, Tristão de Alencar Araripe, ao narrar a ação dos jesuítas, produziu uma escrita que não gerasse conflitos, discussões, debates, réplicas. Construiu um livro não polêmico.

Prossigo na análise de textos proponentes de escritas, a partir do Instituto Histórico. Na sessão em 4 de fevereiro de 1839, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (1774-1847), presidente do Instituto e escritor de uma das primeiras narrativas

²⁹¹ A falta de fontes e o veto das comissões fizeram com que apenas 30% dos programas propostos chegassem às páginas da Revista do IHGB. DIAS, F. R. *Entre legados e demandas: considerações sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ, Rio de Janeiro, 2009. Agradeço à autora pela gentileza de me enviar seu trabalho.

²⁹² Sessão em 30 de maio de 1862. *RIHGB*, t. 25, p. 660-663, 1862. A historicidade das representações produzidas no contexto específico da evangelização torna relevante o estudo dos textos dos religiosos. Os mal-entendidos e contrassensos oriundos da “operação linguística” da catequese projetados numa longa continuidade foram destacados por: DAHER, A. *Cultura escrita, oralidade e memória: a língua geral na América portuguesa*. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 17-29. Certamente a representação dos indígenas no século XIX deve muito aos escritos jesuítas. A restauração e o uso de textos dos missionários jesuítas como uma das características mais marcantes da reflexão etnográfica desenvolvidos em meados do Oitocentos foram apontados por: TURIN, 2009, p. 56.

²⁹³ O colega de Januário e presidente do IHGB, Visconde de São Leopoldo, no citado trabalho provincial, não escondeu o rancor para com a atividade da Companhia de Jesus.

²⁹⁴ DOMINGOS, S. T. *Política e memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial*. 2009. 323 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2009.

provinciais, leu o trabalho *O Instituto Histórico é o representante das ideias de Ilustração*.²⁹⁵ O início de sua palestra aos consócios, ao citar as palavras do filósofo francês Victor Cousin (1792-1867), subsidia-nos com informações para entender a estrutura de muitos livros publicados neste momento historiográfico. De posse da carta de um país e das informações sobre clima, fauna, flora, águas era possível dizer “a priori qual será o homem deste país, e que lugar gozará na história, não acidentalmente, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas; enfim a ideia que este país é chamado a representar”.²⁹⁶ Os introitos da história do Ceará seguiram a proposta, ainda que as informações cartográficas fossem extremamente precárias. No século XIX, a questão espacial acabou por se sobrepor ao “homem deste país”. O território e não a sociedade emergiu como “traço definidor da nacionalidade”.²⁹⁷ O Brasil não foi concebido como um povo, e sim como “uma porção do espaço terrestre, não uma continuidade de indivíduos mas como um âmbito espacial”.²⁹⁸ Para o Visconde em seu programa histórico, a geografia exuberante permitiria o desenrolar de uma história em direção ao “centro de luzes e de civilização”. Essas propostas estavam relacionadas àquelas de Fernandes Pinheiro no prefácio da 2ª edição dos *Anais da província de São Pedro*, em 1839. Ele disse, ao mencionar as dificuldades para esmerilhar documentos autênticos espalhados por diversos arquivos provinciais, que a confiança pública seria obtida se tais papéis fossem depositados e estudados em um “colégio especial de literatos”. O lugar se incumbiria de recolher e transmitir os feitos da nação, e exercer grande influência sobre a conduta dos governos: “um tribunal dotado de sagacidade e critério para seleção dos instrumentos próprios à difusão das luzes”.²⁹⁹ O IHGB seria esse lugar.

Em meio às primeiras diretrizes expedidas nos primórdios do Instituto, a breve dissertação do Marechal Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), um dos seus fundadores, continha elementos importantes para os que se aventuravam nas sendas históricas

²⁹⁵ PINHEIRO, J. F. F. Programa histórico. O Instituto Histórico é o representante das ideias de Ilustração: que em diferentes épocas se manifestam em nosso continente. *RIHGB*, t. 1, n. 2, p. 77-87, 1839b.

²⁹⁶ COUSIN, V. *Cours de Philosophie*. Paris: [s.n.], 1828 citado por PINHEIRO, 1839b, p. 77. O livro foi traduzido e publicado no Brasil como *Curso de História da Filosofia* (v. 1, 1843 e v. 2-3, 1844). Cousin, de acordo com Carvalho, foi o autor de maior influência intelectual sobre a elite brasileira até 1870. CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 76. A complexidade das reflexões de Cousin, que ultrapassa minha singela referência, pode ser observada no texto: PAIM, A. *Escola eclética, estudos complementares à história das ideias filosóficas no Brasil*. Londrina: Edições CEFIL, 1999.

²⁹⁷ MAGNOLI, 1997, p. 290.

²⁹⁸ MORAES, A. C. R. *Território e História do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 93.

²⁹⁹ PINHEIRO, J. F. F. *Anais da Província de São Pedro. História da Colonização Alemão no Rio Grande do Sul*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 49. A epígrafe utilizada por São Leopoldo reproduz palavras de Montaigne para reforçar a necessidade das escritas parciais: “Precisaríamos de topógrafos que nos fizessem narrativas particulares dos locais em que estiveram... Gostaria que cada um escrevesse sobre o que sabe, não apenas neste gênero, mas em todos os outros.” MONTAIGNE, *Essais*, livro I, capítulo 3 (em francês no original).

e geográficas pelo interior do país. Respondendo à questão lançada pelo cônego Januário – quais são as verdadeiras épocas da História do Brasil – Cunha Matos redigiu a *Dissertação acerca do sistema de escrever a História antiga e moderna do Império do Brasil*.³⁰⁰ Do texto, destaco as referências à gigantesca empresa e à impossibilidade momentânea de se escrever “de um só jato” a história do país. Cunha Matos alertou para a complexidade da questão levantada pelo Visconde de São Leopoldo de que “por ora não estamos habilitados a escrever a História Geral do Império do Brasil, por nos faltarem muitos elementos provinciais para isso necessários”.³⁰¹ Em primeiro lugar, deveriam ser investigadas as histórias particulares ou provinciais. Cunha Matos criticou os feitos escriturários anteriores, pois as antigas capitanias “constituíam virtualmente outros tantos governos territoriais separados” e se viam inibidas no poder-dizer pelo poder metropolitano.

Grande parte das reflexões de Cunha Matos dizia respeito aos indígenas. A escrita da história do país se defrontava com esse tema, “a qual infelizmente andaremos quase às apalpadelas”, pois enterrada debaixo de “montanhas de fábulas”. Aos estudos arqueológicos e etnográficos se somavam os linguísticos a fim de mostrar a origem das tribos e nações. Conforme o sócio, naturalistas estrangeiros se arrogavam “conhecedores de tribos, que nunca viram, e de idiomas e dialetos, que nunca examinaram”.³⁰² Ao indicar uma série de fontes para os historiadores, Cunha Matos constatou, além da lacuna sobre os autóctones a ser preenchida pelos escritores nacionais, o descaminho e a dilapidação que ocorria nos arquivos pelo país. Não era somente contra as ações do tempo que os pesquisadores do Instituto deveriam se preocupar. Ele perguntou como escreveríamos a “História filosófica do Brasil” se ignorávamos os acontecimentos nas províncias? Por isso, não estávamos habilitados a escrever a “História geral cronológica” sem que antes escrevêssemos as histórias particulares das províncias. As palavras do autor reiteravam o caráter parcial do trabalho investigativo e escriturário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como elemento central na

³⁰⁰ Tratou-se da terceira proposta apresentada por Januário da Cunha Barbosa e aprovada pelos presentes na 1ª sessão em 1º de dezembro de 1838. A sessão seguinte foi em 15 de dezembro e nela foi discutida a questão com intervenções de, além de Cunha Matos, do Visconde de São Leopoldo e demais sócios presentes. Considerando essa discussão, Cunha Matos sistematizou sua fala, publicada posteriormente em MATOS, R. J. da C. *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil*. *RIHGB*, t. 26, p. 121-143, 1863. A discrepância entre o discutido e o publicado foi analisado em: DIAS, 2009, p. 90-96. A análise da trajetória intelectual de Cunha Matos foi feita no recente trabalho de: QUEIROZ, B. M. de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): a pena e a espada a serviço da pátria*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, UFJF, Juiz de Fora, 2009.

³⁰¹ MATOS, 1863, p. 122.

³⁰² *Ibid.*, p. 136.

organização do acervo para a escrita futura da obra maior.³⁰³ O alerta foi dado. Não faltaria serviço aos provincianos no vasto canteiro de obras.³⁰⁴

No programa sorteado na sessão em 24 de novembro de 1840 – *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?* – as admoestações do sócio Rodrigo de Souza da Silva Pontes fizeram coro às de Cunha Barbosa e Cunha Matos.³⁰⁵ Desse texto, me interessa apontar as considerações de Pontes, não sobre o envio de documentos para o Instituto, mas sobre a organização de excursões científicas para ir buscá-los. Era conveniente, segundo o sócio, a nomeação *ad hoc* de comissões a fim de redigir questões sobre conhecimentos diversos em cada província do Império e eleger pessoas incumbidas de examiná-las. As viagens científicas buscariam a solução das questões propostas nos lugares onde ocorreram os episódios, ouvindo, averiguando tradições e examinando documentos. De acordo com Pontes, havia assuntos que não se poderia ajuizar maior ou menor exatidão sem exame e conhecimento dos lugares em que ocorreram as cenas relatadas. Pelo Ceará, como abordarei a seguir, passariam os viajantes, coletores, observadores e ouvintes, cabendo indagar sobre os possíveis diálogos com os escritos de Tristão de Alencar Araripe.

Dos aconselhamentos de ofício partindo do IHGB, nenhum teve tamanha repercussão quanto o texto vencedor do *Plano de se escrever a História antiga e moderna do Brasil, organizada com tal sistema que nela se compreendam as suas partes política, civil, eclesiástica e literária*. O concurso foi lançado na sessão do segundo aniversário do Instituto em 27 de novembro de 1840. De autoria do naturalista bávaro Karl Friedrich Philip von Martius, a dissertação premiada intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil* sistematizou e redirecionou várias questões debatidas e orientou, declaradamente ou não, muitos trabalhos.³⁰⁶ Datada de 10 de janeiro de 1843 e escrita em Munique (Baviera), a

³⁰³ Ibid., p. 135. Nas palavras de Cunha Matos, a questão “parcial” reunia os recortes cronológicos e espaciais.

³⁰⁴ Cunha Matos foi autor de uma dessas histórias particulares: Corografia histórica da província de Goiás. *RIHGB*, t. 37, parte 1, p. 213-398, 1874; t. 38, parte 1, p. 5-150, 1875. Outros esforços de sistematização parcial pelo autor podem ser observados nos esboços publicados em: Épocas brasileiras ou sumário dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil. *RIHGB*, v. 302, p. 218-351, jan./ mar. 1974 (com atenção especial à província de São Paulo) e Épocas brasileiras - província da Bahia. *RIHGB*, v. 311, p. 122-186, abr./ jun. 1976.

³⁰⁵ PONTES, R. de S. da S. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? *RIHGB*, t. 3, n. 10, p. 149-157, 1841. Na sessão em 6 abril de 1839, Souza Pontes propôs como ponto a ser discutido no Instituto: “2º Quais são os vestígios existentes no Brasil, que possam provar uma civilização anterior à conquista dos Portugueses?” *RIHGB*, t. 1, p. 144, 1839.

³⁰⁶ MARTIUS, K. F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, t. 6, p. 389-411, 1844. Publicado, novamente, em: *RIHGB*, v. 219, p. 187-205, 1953. Houve uma edição recente em separata do Instituto: *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991. Minhas referências seguirão esta última publicação. Von Martius (1794-1868) e o colega Johann Baptist von Spix (1781-1826) empreenderam uma longa viagem e detalhada prospecção científica pelo Brasil entre 1817 e 1820. Os relatos foram publicados, logo a seguir, com o título de *Reise in Brasilien* (3 volumes) em Munique (1823-1831). A

explanação de Martius surpreende o leitor pela grandeza de propósitos e organicidade temática. No citado estudo sobre a produção de Tristão de Alencar Araripe, Montenegro afirmou a “poderosa influência” que Martius teve, pelo seu projeto historiográfico, na elaboração da *História da província do Ceará*. Essa ascendência atestaria o quanto Tristão de Alencar Araripe estava a par da iniciativa do Instituto Histórico.³⁰⁷

Não menosprezando as demais partes da dissertação, é na final que se encontra o cerne de indagações para pensar a escrita do texto de Araripe. De acordo com o naturalista, a escrita da história do Brasil não poderia ser colocada em ação sem as escritas parciais, ditas, particulares ou provinciais. Martius reconhecia o apreço inestimável dos trabalhos sobre as províncias publicados até então. Advogava, entretanto, que eles não satisfaziam as exigências da “verdadeira historiografia”, porque tinham “espírito de crônicas”. Tal espírito se caracterizava pelo excesso de fatos insignificantes e repetitivos, citações e autos de autenticidade histórica duvidosa.³⁰⁸ O letrado europeu foi perspicaz na avaliação da tensão entre o local e o nacional diante da diversidade e amplitude do território brasileiro. Para acomodar o conflito entre o geral e o particular, o autor sugeriu que inicialmente fosse representado o estado geral do país nas relações com Portugal e outras partes do mundo. De acordo com isso, se passaria para os segmentos internos, mas não província por província. Essas, pela analogia da natureza física, deveriam ser consideradas por porções.³⁰⁹ O Ceará, por exemplo, estaria ligado a um grupo natural composto por Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Assim, das diversas partes do país somente se deveria dar destaque ao que havia de importante, significativo e diferente do todo. O repetido em cada parte deveria ser omitido. A seleção não significava a generalização forçada e o apagamento das particularidades. Martius reconhecia a indispensável atenção ao “tom local” para despertar no leitor “um vivo interesse e dar às suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquele fogo”.³¹⁰ Quanto à escrita das particularidades das divisões gerais do Brasil, o naturalista apontou como indispensável que o historiador visse tais locais. Somente pela *autópsia* o

tradução para o português, *Viagem pelo Brasil*, foi feita somente em 1938 pelo IHGB para a comemoração do centenário. A fim de confrontar com a narrativa de Araripe, lembro que Martius e Spix fizeram rápidas referências quando passaram pelo Ceará. MARTIUS, K. F. P. von.; SPIX, J. B. von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]. v. II, p. 256, 268, 270. Desde março de 1839, Martius era sócio honorário do Instituto Histórico.

³⁰⁷ MONTENEGRO, 1998, p. 47.

³⁰⁸ MARTIUS, 1991, p. 51.

³⁰⁹ Em instituições acadêmicas, a preocupação dos letrados em reorganizar as unidades administrativas em macrorregiões era observável já no século XVIII, na então América portuguesa: KANTOR, I. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 156-158.

³¹⁰ MARTIUS, 1991, p. 52. Citou a utilização do recurso discursivo, a descrição das particularidades locais com ênfase na natureza física, por Heródoto.

estudioso poderia avaliar corretamente os acontecimentos históricos ocorridos pelo Império e explicá-los num “verdadeiro nexa pragmático” com os episódios da vizinhança.³¹¹ A presença física do especialista numa região específica se tornava fundamental para o acesso às conjunturas históricas. Se o primado da observação passou a embasar os projetos nacionais, variando apenas o ângulo de incidência do moralismo,³¹² a internalização do olhar do europeu, entretanto, deveria ser superada pela internalização do olhar do brasileiro vindo da Corte ou daquele presente nas províncias.

O reconhecimento da unidade na diversidade me parece uma tarefa árdua, complexa e dificultosa a alcançar. Eram muitos os retalhos provinciais a costurar. A falta de visitas *in loco* ocasionava, prossegue Martius, a formação de ideias errôneas sobre as particularidades e concorria para as perturbações políticas nas províncias. O historiador, conhecedor das particularidades, se transformaria no conselheiro dos governantes. Esse auxílio ultrapassaria o ato de subsidiá-los com informações úteis. O historiador teria papel importante e direto no convencimento dos governados. Os preconceitos e as ideias políticas imaturas, que campeavam pelas províncias, deveriam ser dobrados pelas virtudes cívicas. O amor à pátria deveria ser despertado. O convencimento da necessidade do regime monárquico deveria desbancar os projetos utópicos – as propostas diferenciadas e insulares. O Brasil deveria ser pensado e apresentado unido. O historiador patriótico deveria aproveitar todas as ocasiões para mostrar que “todas as províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente”. Apesar da vasta extensão do país, “os seus habitantes têm a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro”. O historiador não poderia esquecer que “para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”.³¹³ Na sua história provincial, o Visconde de São Leopoldo reiterou a questão da unidade ao se indignar perante as agitações nas províncias do Império: “Desgraçado Brasil! uma vez quebrado, quem será

³¹¹ Ibid., p. 53. A *autópsia* como princípio da presença cognitiva (“eu sei e provo, pois eu vi”) foi analisada em: PIRES, F. M. Tucídides: a retórica do método, a figura de autoridade e os desvios da memória. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. R. C. (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 95-128; HARTOG, F. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora UNB, 2003b. p. 57; Id. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001b. p. 11-41; HARTOG, 1999, p. 276-277. A autópsia como dispositivo extremamente importante para a escrita da história no Brasil oitocentista (fundamento metodológico elementar): CEZAR, T. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 49; CEZAR, 2006, p. 39; CEZAR, T. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul./dez. 2007. p. 173.

³¹² COSTA LIMA, L. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 217.

³¹³ MARTIUS, 1991, p. 54-55.

capaz de soldar este precioso vaso de porcelana!”³¹⁴ Enquanto a Nação não se apresentava como um corpo uno e indiviso, a integridade e indivisibilidade do Império se tornaria “dogma político”.³¹⁵ A força do “nunca esqueça” de von Martius, por isso, é indiscutível. Mais do que comunicar ideias, o texto alicerçou premissas. Mais do que recomendar abordagens, ele instituiu um programa historiográfico.

Após mostrar a importância da diversidade (das raças e das particularidades regionais), o texto se afinou nas categorias *legado português* e *monarquia-constitucional-unitária*; as partes para o todo, mas um todo depurado. Transpor tais ditames para as escritas provinciais me desperta especial interesse. Se a raça do outrem passava despercebida pelos literatos, pois ignorada ou tida como amalgamada, de que forma as acirradas disputas políticas em cada província afetariam a pena dos estudiosos dos passados locais? Por fim, as linhas finais da dissertação premiada foram dedicadas ao tipo de linguagem a ser utilizado. Mesmo voltado ao historiador da História do Brasil, entendo que o conselho serviria, de igual modo, aos que para ela contribuíssem. Assim como o meio-termo proposto entre o geral e o particular, a escrita deveria estar entre a razão e a emoção, entre a simplicidade da crônica e a erudição da investigação histórica. Deveria ser escrita de maneira popular para ser acessível a muitos. A História do Brasil para Martius deveria parecer a um *epos* (épos), ou seja, aos poemas antigos e orais que exaltavam os episódios da tradição heroica e consistiam numa forma rudimentar de poesia épica. O historiador de Martius – pragmático, filósofo, etnógrafo, arqueólogo, viajante, conselheiro, monárquico – deveria também ser poeta para falar aos corações e mentes do povo em formação.

A representação do historiador-poeta foi recorrente na cultura histórica. De acordo com Gonçalves de Magalhães: “O historiador há de ser filósofo para bem indagar e julgar; poeta para bem sentir; moralista para bem doutrinar, e político para bem aplicar.”³¹⁶ Para Gonçalves Dias, quem queria ser bom historiador deveria ter duas qualidades principais: ser político e poeta de sentimento, em prosa ou em verso. O historiador político resumia todos os indivíduos em um só indivíduo coletivo, generalizava as ideias e os interesses de todos, conhecia os erros do passado, as esperanças do futuro, tendo por fim a nação. Já o historiador poeta resumia as nações em uma só nação, simpatizava com todas as grandezas, condenava todas as indignidades, e generalizava todos os sentimentos, todas as aspirações do coração humano, tendo por fim a Humanidade. Se o historiador político escrevia o livro do povo, o

³¹⁴ PINHEIRO, 1978, p. 175.

³¹⁵ MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 85-86.

³¹⁶ GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1860, p. 35.

poeta historiador, o livro do homem e de todos os homens, do povo e de todos os povos: “o evangelho da Humanidade”.³¹⁷

Quase três anos após a publicação da dissertação de Martius nas páginas da Revista do Instituto, a Comissão encarregada de julgar os participantes do concurso deu seu parecer.³¹⁸ A leitura feita pelo grupo atesta a alta importância filosófica do texto pela maneira como o historiador deveria fazer as investigações e metodizar a narração. Enfatizou o “colorido local” com as particularidades nas diversas províncias e o poder do escritor de dar conselhos aos governos. O historiador, desse modo, deveria satisfazer aos fins políticos e morais da História. Contudo, por ser bom demais, o trabalho de Martius foi visto como inexecutável naquele momento. O texto levantou uma série de questões de difícil solução. Por ser de complicada execução, ficaria como “modelo para quando a coisa for realizável”.³¹⁹ A dissertação indicou a direção das investigações históricas no país enquanto a efetivação dependia do atendimento de amplo leque de questões. A exuberância do programa delineado iluminaria as peregrinações dos estudiosos pelo vasto e diversificado território do Império. Pelo exposto, entendo que havia muito a fazer, mas cada vez mais se apurava o esboço da grande construção. Os arquitetos – Pinheiro, Januário, Cunha Matos, Pontes e Martius – rascunharam a planta, restaria aos obreiros a busca pelos materiais. Tristão de Alencar Araripe, quando esse parecer foi publicado em 1847, era um dos candidatos ao canteiro de obras.

A bibliografia crítica da obra de Tristão de Alencar Araripe atesta quão nítida foi a “poderosa influência” que o projeto historiográfico de Martius teve sobre a produção do historiador cearense. Observarei alguns pontos nesse diálogo. Nas escritas de Martius e Araripe se observa o destaque pelos aborígenes. O conagraçamento racial se deu no Norte pelo panteão de heróis advindo da resistência aos holandeses (Vidal, Fernandes, Camarão e Dias). A história do Ceará recuou no tempo à chegada de Cabral e comparou o indígena daqui com o encontrado nos povos vizinhos. Na história não transpareceu o caráter de “povos em ruínas” e permaneceu a ideia de que os nossos selvagens sempre estiveram inclinados à vida simples e

³¹⁷ DIAS, 1849, p. VI.

³¹⁸ Sessão em 10 de junho de 1847. *RIHGB*, t. 9, p. 279-287, 1870 [1847]. A Comissão era formada por Francisco Freire Alemão, Monsenhor Joaquim da Silveira e Tomás Gomes dos Santos. O outro texto partícipe do concurso foi *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*, datado de 30 de setembro de 1843 (Rio de Janeiro) e escrita pelo cônsul da Rússia, no Brasil, Júlio de Wallestein. Foi publicado somente em 1882 na Revista do IHGB (t. 45, p. 159-160). Do pequeno texto, ressaltou somente a preocupação do autor com os fatos recentes: “Assim por diante pode a história do Brasil chegar até a independência e coroação do Sr. Pedro Primeiro. Parece justo, que a história termine aqui, porque escrever a história contemporânea nenhum historiador nacional o deve fazer para se não expor a juízos temerários, e a outros inconvenientes, que trazem consigo os respeitos humanos. Arquivem-se os documentos, e o tempo virá.”

³¹⁹ No entanto, quanto à exposição/organização temática de uma História do Brasil, no IHGB, a proposta de Martius não refletia consenso intelectual em torno da questão. CEZAR, 2006, p. 30.

singela.³²⁰ O conhecimento da língua dos índios, como documento mais geral e significativo, foi a lacuna mais visível nos estudos de Alencar Araripe. A questão da propriedade, tão recorrente na história, não constou na dissertação. Entretanto, Martius, em outro trabalho, ponderou que os indígenas não desconheciam a ideia.³²¹ Em ambos a força da lei providencial do destino da raça caucásica foi inquestionável. Para o futuro determinado, os dois textos proclamaram o passado em uníssono: nos pontos principais, a história do Brasil seria sempre a história dos portugueses. Mesmo sem esforço na história do Ceará, a cruz e a espada muito auxiliaram no cumprimento da predestinação racial preconizada na dissertação. A proposição de se estudar a legislação portuguesa transplantada para o Brasil e as relações eclesiásticas e monacais foi seguida na história do Norte.

A enormidade de lendas, contos, fantasias e mitos populares, que sobejava pelos sertões conforme a dissertação, não deixou de constar na história do Ceará de forma comedida. O apreço inestimável dos trabalhos provinciais, reconhecido no texto de Martius, se chocou com sua avaliação, pois muitos não satisfaziam a verdadeira historiografia pelo “espírito de crônicas”. Ao imaginar Martius leitor de Araripe, a repetição do que cada chefe/administrador fez ou deixou de fazer no Norte seria condenada, bem como todas as informações de autenticidade histórica duvidosa. Havia um impeditivo provincial na avaliação da dissertação sobre a tensão entre o local e o nacional. Aos esforços de Alencar Araripe de projetar o passado local na história nacional, Martius sugeria a unificação regional. Muitos letrados, sob variados argumentos de provincialismo, desconsideraram tal premissa, lutaram pela singularidade provincial e disputaram passados com os vizinhos.

A carta-prefácio ao romance *O cabeleira* (1876), em que o cearense Franklin Távora propôs a criação da literatura nortista, é representativa do confronto entre a singularidade provincial e a arregimentação forçada ao regional.³²² As letras como a política tinham, segundo Távora, um “certo caráter geográfico”. Os elementos para a formação da literatura “propriamente brasileira” existiam em mais quantidade no Norte do que no Sul. O motivo se devia, conforme o autor, à não invasão estrangeira. O Norte guardava a genuína expressão do que era ser brasileiro. O prefácio de Távora, antes de pretender a organicidade, a mistura, o

³²⁰ As implicações da utilização dos termos “decaída”, “degradada”, “degenerada” para os indígenas foram analisadas por TURIN, 2009, p. 65, nota 135.

³²¹ Em trabalho específico sobre o estado do Direito entre os indígenas brasileiros, Martius teve uma interpretação diferente das de Araripe e Barbosa sobre a propriedade: “Por inferior que pareça a civilização dos autóctones brasileiros por estes traços dos seus costumes em relação ao direito, todavia não lhes é desconhecida a ideia da propriedade, tanto em relação à comunidade como ao indivíduo.” Entretanto, Araripe aproximou-se de von Martius quando, nesta mesma obra, afirmou que a raça vermelha trazia visivelmente o “germe do desaparecimento rápido”. MARTIUS, K. F. P. von. *O direito entre os indígenas do Brasil*. São Paulo: EPB, 1938 [1832]. p. 65, 141 passim.

³²² TÁVORA, F. *O Cabeleira*. São Paulo: Melhoramentos, [1930?]. p. 185.

amálgama, o intercâmbio, o comércio de ideias, advogou a cisão. Proclamou uma “verdade irrecusável”: o Norte e o Sul eram irmãos, mas não deixavam de ser dois. Cada um deveria ter literatura própria, assim como já tinham gênio, aspiração, interesse e política. Ao ler a proposta de Távora, conjecturo se cada região deveria ter a sua história própria? O esforço de resgatar e apresentar os passados da província do Ceará deveria ficar subsumido na mais abrangente denominada História do Norte do Brasil? A cor local cearense se esmaeceria na cor nortista?

Para acirrar a tensão na narração das partes no todo, a 28 de janeiro de 1862 foi instalado o IAGP (Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano) na cidade de Recife: o primeiro Instituto no Norte similar ao IHGB. Conforme os estatutos, ele tinha a função de coligir, verificar e publicar os documentos, monumentos e tradições históricas pertencentes à história das províncias que formavam as antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época de seu descobrimento até os dias atuais.³²³ Um amplo espaço – a história peculiar do grande Pernambuco – onde se encontravam as terras pertencentes à província do Ceará. Nesse ano, na sessão de 23 de outubro, Araripe foi aprovado como sócio.³²⁴ Em outubro de 1863, o futuro primeiro historiador do Ceará, sem expor as razões, renunciou à sua nomeação. Contudo, como se observa nas atas das cerimônias, ele continuou a participar eventualmente delas e seu livro pioneiro foi apresentado ao Instituto Pernambucano em outubro de 1867.

Voltando ao texto propositivo de mescla do local ao regional e, por sua vez, ao nacional, a sugestão do naturalista bávaro – o historiador deveria ver os locais a historiar – deu grande vantagem aos provincianos. Não era o curto olhar do viajante que por lá passou, mas o longo daquele que lá nasceu e vivia. O conhecimento *in loco* legitimava o historiador como conselheiro dos governantes. A escrita da história pelo Conselheiro Araripe abonou-o como profundo conhecedor da região (de seu passado e presente), habilitando-o às letras e à burocracia imperial. O “nunca esqueça” de Martius era a frase que mais ecoava nos ouvidos do historiador cearense. A organicidade das províncias do Império, a ser defendida pelo autor unitário-monárquico-constitucional contra os projetos utópicos e politicamente imaturos, foi de encontro ao passado de Alencar Araripe. No passado recente da província do Ceará, a família Alencar foi o foco irradiador das ideias separatistas-republicanas-autoritárias. A escrita do historiador, situada entre a razão e a emoção, não estava sintonizada com a história do Ceará. O texto de Araripe era mal escrito e estava longe da maneira popular proposta na dissertação. Uma escrita acessível, conforme sugerido por Martius, seria atendida por outro

³²³ Art. 1º. Estatutos. *RIAGP*, t. 1, n. 1, p. 22, 1863.

³²⁴ *RIAGP*, t. 1, n. 1, p. 52, 1863.

Alencar, o José. Quando a Comissão do Instituto Histórico declarou que o trabalho de Martius era inexecutável naquele momento, talvez tal impeditivo estivesse na inovadora questão racial. Contudo, os esforços de Tristão de Alencar Araripe e dos letrados do Ceará nos mostrariam que, na aplicação teórico-metodológica do texto de Martius, havia um grande problema para acessar os tempos passados: os arquivos.

Prevista na Constituição de 1824, a criação do *Arquivo Público do Império* ocorreu em 1838, no ano de fundação do IHGB. Contudo, o trabalho de reunião de documentos para a escrita da história do país deveria ter começado logo após a publicação da primeira Carta. A decisão do governo do Império, de 10 de janeiro de 1825, recomendou aos Presidentes das províncias a remessa de cópias autênticas de todas as memórias, documentos e quaisquer outros papéis oficiais se servissem à história do país. O pedido estava relacionado diretamente à designação, ocorrida três dias antes, do Conselheiro José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835), para escrever a história dos sucessos contemporâneos do Brasil. De acordo com decisão do governo, o Imperador D. Pedro I desejou perpetuar a memória dos sucessos do Brasil, principalmente, desde o memorável 26 de fevereiro de 1821.³²⁵ A fim de dignamente transmiti-la à posteridade, foi encarregado o Conselheiro José da Silva Lisboa, “portador de distintos talentos e copiosas luzes, essenciais ao verdadeiro historiador”. Para isso, os verídicos documentos extraídos de todos os arquivos da Nação lhe serviriam de guias seguros. Sem demora os documentos deveriam ser remetidos à Secretaria de Estado dos Negócios do Império pelas diferentes autoridades provinciais.³²⁶

A possibilidade de remessa de tais documentos foi dificultada pelas intermitentes revoltas provinciais. Quanto às províncias do Norte, somente a partir do início da segunda metade do século XIX, os documentos começaram a chegar de forma mais constante aos arquivos na Corte. Chegaram, pois foram recolhidos pelo poeta Gonçalves Dias. Por exemplo, no relatório do Ministro do Império, em 1851, constava que, dos 275 documentos recolhidos

³²⁵ Em 26 de fevereiro de 1821 foi realizado o juramento à Constituição das Cortes de Lisboa pela família real no Rio de Janeiro.

³²⁶ Foram eleitos auxiliares para essa “laboriosa tarefa” o Frei Francisco de Sampaio e o Brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto: BRASIL. n. 6. Império. 7 jan. 1825. *Coleção das decisões do governo do Império do Brasil - 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. p. 5-6. O trabalho de Cairu saiu publicado como: LISBOA, J. da S. *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil Dedicada ao Sr. D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional, 1826/1830. 4 v. Particularmente, a introdução do livro contém importantes informações teórico-metodológicas. Hélio Vianna foi o primeiro a publicar o esboço desse texto em: VIANNA, H. A primeira versão da Introdução à História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil, do Visconde de Cairu. *Revista de História*, São Paulo, v. XXVI, n. 53, p. 35-51, jan./mar.1963. Estudo recente sobre esse “primeiro esboço de uma história da historiografia brasileira”: ARAUJO, 2011, p. 75-92.

ao Arquivo Público, 161 foram enviados pelo poeta do Maranhão.³²⁷ A corrida em busca de documentos nas distantes províncias colocou em disputa as duas instituições nascidas em 1838. Pelos vínculos políticos, organização material, dinâmica dos encontros periódicos, ramificação de sócios correspondentes, prestígio dos seus quadros, atenção dada pelo Imperador, não há dúvidas de qual delas teve melhor acesso aos acervos provinciais.³²⁸ A riqueza documental dos arquivos era imprescindível para a escrita futura da história do país. O botim era disputado por ávidos pesquisadores.

Nessa dinâmica arquivística entre a Corte e as províncias é importante ressaltar a institucionalização dos arquivos públicos locais. José Honório Rodrigues afirmou que, durante o Império, “a organização centralista do Governo impediu ou dificultou a criação de arquivos provinciais, que só vieram a estabelecer-se na República”.³²⁹ Entretanto, medidas incipientes foram esboçadas nas províncias antes da queda do trono. Na terra natal de Alencar Araripe, o *Arquivo Público do Império na província do Ceará* foi instalado em 25 de março de 1867, obedecendo à determinação do Ministério dos Negócios da Justiça de setembro de 1865.³³⁰ Com a calma nos ânimos políticos e a organização documental em arquivo próprio (centralização provincial), os futuros historiadores poderiam escrever as histórias do Ceará com mais facilidade. A dilapidação pelos homens, pela natureza e pelo tempo, ao menos não seria tão severa a partir de 1867. Entretanto, até a efetivação de uma instituição local para a guarda dos documentos e de uma política provincial de recolhimento sistemático, as diversas escritas – esboços, ensaios, memórias, resumos, apontamentos, crônicas e histórias – continuariam a ser os meios organizadores privilegiados das fontes espalhadas pelos sertões.³³¹ *A História da província do Ceará* foi uma delas. Escrever para arquivar o que fora redigido, lido, visto e ouvido até o momento.

³²⁷ CARVALHO, J. da C. *Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Visconde de Monte Alegre (1851)*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1852. p. 5.

³²⁸ Sobre a “divisão de tarefas” entre as agências culturais empenhadas no processo de construção da nacionalidade com a consequente superposição de funções e fragilização do Arquivo Público: COSTA, 1997 e Id. O Arquivo Público do Império, o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000. Cabe destacar também: SILVA, J. A. da. *Arquivo Nacional (1838-2004)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. A troca de documentos entre as duas instituições era prática comum conforme se pode observar nas atas das sessões do IHGB na década de 1860.

³²⁹ RODRIGUES, 1982, p. 190.

³³⁰ Sobre o Arquivo Público do Império na Província do Ceará, estão em andamento as pesquisas de Ana Carla Sabino Fernandes no curso de pós-graduação em História na UNISINOS (RS). Até o momento, do que foi publicado, analisei: FERNANDES, A. C. S. Entre papéis, pennas e livros: os arquivistas na Província do Ceará. In: SCHMIDT, B. B.; PESSI, B. S. (Org.). *Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2008. p. 357-370.

³³¹ As corografias são outro importante meio de difusão do conhecimento das províncias: PEIXOTO, R. A. *A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. 2005. 427 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de

Em razão do dificultoso escoamento de documentos ao centro organizador, foi proposto, em 1856, que o Instituto se dirigisse aos Presidentes das províncias para nomear pessoas habilitadas em coligir tradições e documentos relativos à história do Brasil. Havia necessidade de pesquisadores provinciais para investigar os arquivos públicos e particulares, nos quais estavam incluídas as “informações vocais” de pessoas em idade avançada com fatos ocorridos em eras passadas.³³² A coleta de informações orais se constituía numa ousada proposta que se unia às demais gestadas no IHGB envolvendo as províncias do Império num grande esforço de catalogação e constituição de um arquivo nacional. Tradições arraigadas, documentos empoeirados e experiências pessoais (memórias individuais) formavam um arquivo heterogêneo para a escrita da história do país. Apesar de aprovada de imediato, como tantas outras, essa proposta não se concretizou em ações práticas.

A permanência do problema de acesso aos arquivos nas províncias levou o sócio Homem de Melo a propor no IHGB, em 1860, um ambicioso projeto de organização documental. Ele solicitou a nomeação de uma comissão com três sócios do Instituto para “dar as bases sobre as quais se devem confeccionar uma coleção autêntica dos documentos da história do Brasil”. Eles deveriam ser organizados em ordem cronológica e impressos integralmente na revista da instituição. Por fim, a obra com todos os documentos seria propriedade do Instituto Histórico.³³³ Sem comissão específica, o trabalho arquivístico já vinha sendo feito pela boa vontade de alguns. Coincidentemente ou não, a viagem de uma Comissão Científica ao Ceará, naquele período, fez com que documentos sobre essa província fossem enviados ao Instituto.³³⁴

Das propostas (ou imposições) engendradas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, outras tantas estão impressas nas páginas da revista e chegavam, regularmente, ao conhecimento dos letrados no Norte. Nas páginas do *Diário de Pernambuco* foram publicadas

Janeiro, 2005. Para o Ceará, nesse momento historiográfico, não apareceu esse gênero de escrita: MACEDO, A. M. C. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

³³² Proposta assinada por Antônio Pereira Pinto, Francisco de Paula Menezes, Caetano Filgueiras e pelo cônego Joaquim Pinto de Campos na sessão em 11 de julho de 1856. *RIHGB*, t. 19, suplemento, p. 19, 1898 [1856].

³³³ MELO, F. I. M. H. de. Proposta de 6 de maio de 1860, Pindamonhangaba. Sessão em 3 de agosto de 1860. *RIHGB*, t. 23, p. 635, 1860. Apresentada pelo cônego Fernandes Pinheiro. Esta proposta foi remetida para o parecer da Comissão de História. Como não teve andamento, Homem de Melo novamente a reproduziu na Revista do Instituto 41 anos depois: MELO, F. I. M. H. de. *Necessidade de uma coleção sistemática de documentos da história do Brasil*. *RIHGB*, t. 64, parte 2, p. 149-151, 1901b. A proposta também fora publicada na *Revista Popular* em 1862.

³³⁴ Sobre as diretrizes às províncias nesse primeiro momento historiográfico, mas posterior à publicação do livro de Araripe, cito a proposta assinada por Antonio Pinto Junior e João Ribeiro de Almeida para que o IHGB indicasse uma de suas comissões para formular um plano para que cada província escrevesse um opúsculo acerca da Geografia, Etnografia e Estatística da respectiva província. A escrita seria feita por sócios correspondentes ou pessoas com o intuito de serem. Após breve discussão, foi incluída por sugestão de Cândido Mendes a história pátria de cada província. Sessão em 1º de junho de 1876. *RIHGB*, t. 39, parte 2, p. 366, 1876.

as atas das sessões do IHGB.³³⁵ Em razão disso, podemos depreender que pouco tempo passava da discussão no IHGB até sua divulgação nas províncias do Norte. Pressuponho que exemplares da Revista do Instituto foram despachados para as bibliotecas locais, incluindo a da renomada Faculdade do Recife. Os sócios do IHGB, por sua vez, tiveram artigos publicados no famoso jornal do Recife.³³⁶ Sugestões de temas, propostas de abordagens, estímulos com roteiros de pesquisa, indicação de fontes, discussões polêmicas, características do ofício, estilos de narrativa, enfim, pela relevância e abrangência no período, os textos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não podem ser descartados na análise da *História da província do Ceará* de Tristão de Alencar Araripe, bem como no exame das demais contribuições provinciais para a escrita da história do país. Acredito que o letrado cearense conhecia tais programas de estudos esboçados na Corte. O que incluir ou não e como abordar determinados assuntos orientaram as práticas do futuro historiador. Mas dar-me por satisfeito por ligar Araripe ao IHGB, antes de 1867, representa uma atitude precipitada de minha parte. De posse de tais projetos de estudos, dos letrados interessados nos tempos pretéritos da província, nesse momento, somente Alencar Araripe atenderia os chamados? E o Ceará, seu(s) passado(s), presente e futuro(s), ensejariam debates no Instituto? Enfim, de acordo com o que e quem posso esboçar diálogos entre o Ceará e a Corte?

2.2 Comissões investigadoras: permutas entre a província e a Corte

Antes de o Ceará chegar ao Instituto, foi o Instituto quem chegou ao Ceará. Na sessão de 30 de maio de 1856, com críticas aos trabalhos de geógrafos, naturalistas e viajantes estrangeiros, foi aventada a conveniência de uma viagem imediata ao interior do país dirigida por brasileiros.³³⁷ O presidente do Instituto, Visconde de Sapucaí, questionou se não chegou o

³³⁵ Por exemplo, a ata de 18 de novembro de 1859 do Instituto foi publicada no exemplar desse periódico do Recife em 30 de novembro de 1859 (p. 2).

³³⁶ Por exemplo, do cônego Fernandes Pinheiro, na seção de estudos históricos, o texto “Sobre a criação do mundo” foi publicado no *Diário de Pernambuco* em 22 de dezembro de 1862.

³³⁷ No relatório anual em 1843, o cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário do Instituto, fez um breve levantamento das Comissões Científicas estrangeiras no Brasil e suas relações com o IHGB. Foram citadas a francesa do Conde de Castelnau e do Visconde de Orsery, a norte-americana de Isaac Georg Strain, a siciliana de Pascuale Pacini. BARBOSA, J. da C. Relatório do secretário. Sessão em 10 de dezembro de 1843. *RIHGB*, t. 5, suplemento, p. 4-30, 1885 [1843]. Todos os chefes foram recebidos como sócios do Instituto. Destaco, além desses e do citado von Martius, Auguste Saint-Hilaire e Jean Ferdinand Denis, sócios desde 1839, e Jean Louis Rodolfe Agassiz, sócio desde 1864. As viagens científicas do IHGB numa perspectiva pós-colonial, examinando-as como parte de um processo mais amplo de mundialização da ciência e de construção de representações históricas e geográficas no Brasil imperial: FERREIRA, L. M. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 271-292, abr./jun. 2006.

momento de entramos “sem auxílio estranho, no exame e investigação deste solo virgem, onde tudo é maravilhoso? De desmentirmos esses viajantes de má-fé ou levianos que nos tem ludibriado e caluniado? De mostramos, finalmente, ao mundo, que não nos faltam talentos e as habilitações necessárias para as pesquisas científicas?”³³⁸ Na interiorização do olhar brasileiro, foi proposto, então, que o Instituto se dirigisse ao governo a fim nomear uma comissão de engenheiros e naturalistas para explorar “algumas das províncias menos conhecidas do Brasil”.³³⁹

Com o apoio pessoal do monarca e da estrutura do governo, os preparativos foram viabilizados. Pessoas e equipamentos, embalados pelo clima de otimismo, foram escolhidos e preparados para a grande missão de irradiar a civilização pelas pequenas pátrias. Consolidadas a Independência e a Monarquia, a Corte recebeu a missão de ser o foco de onde se espalharia a civilização para o conjunto do Brasil. Sob o reinado pessoal de D. Pedro II, “as pequenas pátrias provinciais devem apagar-se diante da grande, da qual o Rio de Janeiro representa o centro”.³⁴⁰ As viagens científicas, como a de 1859, foram certamente um desses elementos irradiadores. A Corte do Rio de Janeiro se apresentava como o “polo civilizador da Nação” e “motor do centralismo imperial”.³⁴¹ Não só de brasileiros mas igualmente de estrangeiros, olhares, simpatias e solidariedade acompanharam o empreendimento de interiorização da civilização. O célebre von Martius foi um deles.³⁴² A *Imperial Comissão Científica e Comissão Exploradora das províncias do Norte* foi composta por cinco seções, cada uma chefiada por um pesquisador: *Botânica* por Francisco Freire Alemão; *Geológica e*

³³⁸ Fala do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1856. *RIHGB*, t. 19, suplemento, p. 91, 1898 [1856]. No relatório final da Expedição redigido por Gonçalves Dias consta novamente esta crítica aos pesquisadores estrangeiros. DIAS, G. Parte Histórica. In: Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tip. Universal Laemmert, 1862. p. VII-XCI transcrito em BRAGA, R. *História da Comissão Científica de Exploração*. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2004. p. 182-183. As transformações em que de exemplar o viajante estrangeiro se converte no exemplo de trapaceiro, espoliador, da figura pouco confiável são mencionadas em SÜSSEKIND, 1990, p. 50-55.

³³⁹ Proposta assinada por todos os sócios presentes à reunião. Sessão em 30 de maio de 1856. *RIHGB*, t. 19, suplemento, p. 12, 1898 [1856]. Na sessão seguinte, o Imperador anunciou o aceite pelo governo da exploração do interior do Brasil por uma Comissão nacional. Sessão em 15 de junho de 1856. *RIHGB*, t. 19, suplemento, p. 12-13, 1898 [1856].

³⁴⁰ ENDERS, A. *A História do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008. p. 159.

³⁴¹ ALENCASTRO, L. F. Modelos da história e da historiografia imperial. In: _____. *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 10.

³⁴² Em carta de 6 de agosto de 1859 (Munique), dirigida a Manuel da Araújo Porto Alegre, Martius declarou: “É por isso objeto de minha mais viva simpatia a expedição científica, que o governo brasileiro nesse momento dirige para a exploração das províncias do Norte, e espero que no Ceará, tão pouco conhecida província, já se colheram faustos imensos. V. S. achará bem justificado o meu desejo de conhecer de vez em quando os resultados daquela expedição, e peço então que V. S. me honrasse de notícias a este respeito.” Sessão em 23 de agosto de 1861. *RIHGB*, t. 24, p. 738-740, 1861. A troca de correspondências entre von Martius e Freire Alemão: ALEMÃO [de Cisneiros], F. F. Os manuscritos do botânico Freire Alemão. *ABN*, v. 81, 1961. A demora e o descaso no atendimento das solicitações de Martius por Freire Alemão são citados por GAMA, J. S. da. Biografia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Alemão. *RIHGB*, t. 38, p. 51-126, 1875. p. 103. Essa resistência reafirmava o “caráter nacional” das pesquisas realizadas.

Minerrológica por Guilherme Schüch de Capanema; *Zoológica* por Manuel Ferreira de Lagos; *Astronômica e Geográfica* por Giacomo Raja Gabaglia (“brasileiro” nascido na província Cisplatina); e a *Etnográfica e Narrativa de Viagem* por Antônio Gonçalves Dias. As instruções para cada uma delas foram redigidas pelos respectivos chefes, com exceção de Gonçalves Dias e Raja Gabaglia que estavam na Europa.³⁴³ A chefia geral da Comissão ficou ao encargo de Freire Alemão. Institucionalmente, o Museu Nacional foi outro partícipe da empreitada.

Seja pela demora na vinda de livros e equipamentos, seja veladamente por mexericos ministeriais, somente para 1º de janeiro de 1859 foi marcada a partida da Comissão Científica. Entre as províncias menos conhecidas do Brasil qual seria escolhida e por quais motivos? Pelas supostas riquezas minerais, o Ceará foi a província selecionada. Interessante notar que, não obstante os motivos aventados na proposta inicial, em 1857, de formação de “uma coleção de produtos dos reinos orgânico e inorgânico, e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas”, o mote principal estava nas pedras preciosas. Voltava-se à febre do *Eldorado* dos séculos anteriores que motivou os primeiros exploradores em 1603, porém, agora, corria-se atrás do ferro, carvão, mármore, chumbo, calcário.³⁴⁴ Os “científicos”, com espírito de bandeirantes, chegaram à capital cearense em 4 de fevereiro de 1859.³⁴⁵ Durante dois anos e cinco meses, os estudiosos circularam pela província, incursionando rapidamente pelas de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí. Gonçalves Dias foi exceção: permaneceu seis meses no Ceará e por “falta de índios” viajou para o Amazonas. Com o andar das seções, que trabalhavam separadamente, houve coleta de materiais, anotações e contatos com estudiosos locais. Contudo, não deixaram de angariar desconfiança dos sertanejos, rugas com as autoridades locais, desavenças entre os integrantes das equipes, intrigas com os sócios do Instituto que permaneceram na Corte, ciúmes entre partidários locais (liberais e conservadores), descrença e anedotas nos periódicos do Sul pelos desafetos. Parte do material coletado pela Comissão

³⁴³ Sessão em 14 de novembro de 1856. *RIHGB*, t. 19, suplemento, p. 43-74, 1898 [1856]. As instruções da seção *Astronômica e Geográfica* foram redigidas por Cândido Batista de Oliveira e as da *Emográfica e Narrativa de Viagem* por Manuel de Araújo Porto Alegre.

³⁴⁴ Causa apontada por Gonçalves Dias no relatório final citado por BRAGA, 2004, p. 176-177. O livro que ele apontou como grande influenciador foi *Lamentação brasílica*, em 4 volumes, do padre Francisco Teles de Menezes. Lendo a Revista do Instituto, encontrei referências ao livro nas publicações ofertadas ao IHGB. Na sessão de 30 de maio de 1856 ele foi ofertado por Maximiano Marques de Carvalho. Na autoria somente constou “composto por um sacerdote, natural do Ceará, em 1807”.

³⁴⁵ Nesse ano e no seguinte, o Imperador esteve nas vizinhas províncias de Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Bahia. SCHWARCZ, L. M. *As barbas do Imperador, D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 357. Não encontrei referências a possíveis relações entre a viagem do monarca às províncias do Norte e a Comissão Exploratória de 1859.

foi exposta na exposição montada no Museu Nacional, em setembro de 1861, e na primeira Exposição Nacional em dezembro desse ano, ambas na cidade do Rio de Janeiro. Do Ceará para a Corte, a Comissão trouxe a província pouco conhecida, exótica, para mais perto dos olhos dos brasileiros do Sul.³⁴⁶ E da Corte, o Ceará – a “Terra da Luz” – por meio da Exposição Universal de Londres em 1862, foi catapultado ao centro da Civilização.³⁴⁷ Mas e o passado local, ficaria restrito à coleta etnográfica? Afora plantas, animais, rochas, céu, terra e selvagens houve interesse pelos estudos históricos da província?

As chacotas propugnadas pelos desafetos da Comissão apagaram os estudos posteriores sobre os êxitos alcançados pelas equipes viajantes. Os epítetos dados à Comissão – borboleta, defloradora, dos camelos – surtiram efeito na bibliografia. O trabalho de Renato Braga, de 1962, *História da Comissão Científica de Exploração*, advertiu para o “silêncio dos estudiosos cearenses”. Silêncio extensível aos pesquisadores nos demais estados do país. Posteriormente, com a expansão dos cursos de pós-graduação, a Comissão passou a ser objeto de estudos por geólogos, etnólogos/antropólogos e historiadores interessados nas ciências naturais e nos indígenas.³⁴⁸ Com as pesquisas levadas adiante nessas áreas do conhecimento, conheci um pouco mais sobre a história da Comissão; mas e a história na Comissão? O que

³⁴⁶ Após a Comissão Imperial de 1859, o Ceará voltou a ser palco da observação de novos viajantes, porém estrangeiros. Só em 1865 passariam por lá a expedição inglesa de J. Whitfield e a mais famosa, a norte-americana (expedição Thayer), comandada pelo suíço Jean Louis Rodolfe Agassiz. GARCIA, R. História das explorações científicas. In: IHGB. *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil, comemorativo do primeiro centenário da Independência*. 2. ed. Nendeln: Kraus Reprint, 1972. v. 1, parte 2, p. 856-910.

³⁴⁷ Conforme Kury, em parte graças à Comissão, o Ceará foi a província mais bem representada na Exposição Nacional de 1861. Ela foi preparatória da Exposição Universal de Londres, em 1862, a primeira em que o Brasil participou oficialmente. Segundo a autora, Londres foi “invadida” por produtos cearenses. KURY, L. Explorar o Brasil: o Império, as ciências e a nação. In: _____. (Org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2009b. p. 32. A “dimensão da universalidade” e os “monumentos à nacionalidade” nesta festa de modernidade e progresso: PESAVENTO, S. J. Do Brasil para o Mundo: o Universo está em Londres. In: _____. *Exposições universais: espetáculos da modernidade de século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997b. p. 98-115.

³⁴⁸ Além do referido trabalho de Renato Braga, que consultei em sua 2ª edição, cito: LOPES, M. M. Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 50-64, mar./ jun. 1996; KURY, L. A comissão científica de exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 29-53; ALEGRE, M. S. P. O Brasil descobre os sertões, a expedição científica de 1859 ao Ceará. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 200-216, 1989; Id. *Comissão das Borboletas: a ciência do Império entre o Ceará e a Corte*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003. Recentemente foi publicado o belíssimo livro organizado por Lorelai Kury com textos seus e de Maria Sylvia Porto Alegre, Maria Margaret Lopes, Silvia Figueirôa, Kaori Kodama e Magali Romero Sá. KURY, L. (Org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2009a. Não como objeto principal de pesquisa, mas por fazer referências a ela também cito: LEITÃO, C. de M. *História das expedições científicas no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941. p. 240-241, 312; SHADEN, E.; PEREIRA, J. B. B. Exploração antropológica. In: HOLANDA, S. B. de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico, reações e transações*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. t. 2, v. 3, p. 434; DOMINGUES, H. M. B. As ciências naturais e a construção da Nação brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, p. 41-60, 1996; Id. Viagens científicas e colonização no Brasil no Século XIX. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 55-75; KODAMA, 2009, p. 283-290.

explica os poucos estudos? De forma geral, nas pesquisas sobre os viajantes no século XIX, os estrangeiros são privilegiados em detrimento dos nacionais.

Em razão disso, minha intenção neste momento é analisar o quanto as pesquisas da Comissão Científica de 1859 podem estar relacionadas com a publicação da *História da província do Ceará* em 1867. Não tendo feito referências a ela, por meio do que e de quem os estudos de Tristão de Alencar Araripe se enredariam com a expedição? Para respondê-la pesquisei a Revista do IHGB na busca de vestígios que contribuíssem para a escrita da história do Brasil, a partir do Ceará. Nas instruções redigidas por Manuel de Araújo Porto Alegre para a seção etnográfica e narrativa de viagem, a preocupação primordial esteve na busca do “conhecimento perfeito dos autóctones”. Nos dezesseis itens do dispositivo orientador, dois me auxiliam a averiguar a preocupação historiográfica da Comissão. No de número XV, lê-se que em todas as cidades, vilas ou povoações por onde a Comissão passasse, cópias autênticas de documentos interessantes à história e geografia do Brasil deveriam ser obtidas; extratos de notícias compiladas nas secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis como eclesiásticos; e cópias de manuscritos importantes pertencentes a particulares, se não conseguissem levar “os próprios originais”.³⁴⁹ Desse modo, estava lá, como uma das incumbências da seção chefiada por Gonçalves Dias, a coleta de documentos na província do Ceará que contribuíssem para a história do Brasil.³⁵⁰ Cabe averiguar se foi cumprida. À busca pelo conhecimento das cousas passadas se somava a das cousas presentes. Na última recomendação constava “o conhecimento do comércio interno e externo da província, de todos os dados estatísticos que puder, da fundação, prosperidade ou decadência das povoações”.³⁵¹ Neste ambicioso projeto etnográfico, estatístico, geográfico e histórico, tais documentos chegariam à Corte? Sim, a partir do primeiro semestre de 1860, documentos começaram a ser encaminhados por Gonçalves Dias ao Instituto.³⁵²

Aproveito para mencionar o papel desempenhado por Gonçalves Dias como pesquisador nos arquivos no Norte. Antes de ser escolhido para *Imperial Comissão Científica* de 1859, o poeta indianista foi incumbido pelo Imperador, em 1851, para duas Comissões nas

³⁴⁹ ALEGRE, M. de A. P. Seção etnográfica e narrativa de viagem. Sessão em 14 de novembro de 1856. *RIHGB*, t. 19, suplemento, p. 73, 1898 [1856].

³⁵⁰ Sobre as entrevistas dos doutores da Corte e o recolhimento de depoimentos: KURY, 2009a, p. 202; BRAGA, 2004, p. 210.

³⁵¹ ALEGRE, M. de A. P. Seção etnográfica e narrativa de viagem. Sessão em 14 de novembro de 1856. *RIHGB*, t. 19, suplemento, p. 74, 1898 [1856].

³⁵² Na sessão em 11 de maio de 1860, constou nas ofertas por Gonçalves Dias o autógrafo (manuscrito original) da circular de Joaquim Pinto Madeira oferecido por João Brígido dos Santos. Dias alegou, também, que o sócio Manuel Ferreira Lagos receberia de Brígido o processo e julgamento de Pinto Madeira. *RIHGB*, t. 23, parte 2, p. 608, 1860. Esse e outros documentos sobre o Ceará foram remetidos por Gonçalves Dias e constaram em: Manuscritos oferecidos ao Instituto durante o ano de 1862. *RIHGB*, t. 25, p. 742-744, 1862.

províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Alagoas.³⁵³ Ele deveria examinar os estabelecimentos destinados ao ensino e coligir “todos os documentos concernentes à história do país” existentes nas bibliotecas, arquivos dos mosteiros e repartições públicas. Sobre os lugares de onde seriam extraídos os documentos relativos às histórias locais e considerando a sua experiência de pesquisador, Dias disse que nos tribunais judiciários e nos cartórios espalhados pelas províncias se encontrava o que havia de mais importante na história de um povo ou de um determinado círculo seguidor da civilização europeia. Nos processos, principalmente nos políticos, havia fatos e seus efeitos, homens e suas paixões. De acordo com Gonçalves Dias, não havia nesses papéis incidente que se desprezasse nem circunstância que se devesse omitir. Além dos processos judiciários, o pesquisador maranhense indicou o uso de cartas régias, de larga utilização por Alencar Araripe, como “preciosa indicação” para quem pretendesse escrever a história das províncias na segunda metade do século XVII e XVIII. Entretanto, à pretensa riqueza documental se contrapunha as péssimas condições de arquivamento. Ao estrago do tempo, Gonçalves Dias acresceu a negligência dos homens. O ambiente tormentoso do passado na província do Maranhão não poupou as fontes para as narrativas futuras: “experimentando repetidas comoções, já da invasão estrangeira, já do gênio turbulento dos seus habitantes, esses documentos desapareceram em todo ou em parte.”³⁵⁴ Por exemplo, sobre a revolta no Maranhão, no recente 1840, Dias constatou que nenhuma repartição escapara da fúria dos rebeldes. E nas últimas campanhas eleitorais na província do Rio Grande do Norte, a Câmara foi suspensa e o escrivão, por motivos políticos, escondeu não só os livros das atas, pelo valor eleitoral, como também os antigos registros.³⁵⁵

Às intempéries do espírito humano se somavam as da natureza. A chuva e a umidade também não pouparam os registros passados. Os que sobreviveram à água e ao fogo jaziam desorganizados, carentes de simples ordenamento cronológico. Há mais um elemento nessa visada do pesquisador sobre os arquivos no Norte que julgo fundamental para entendermos a

³⁵³ Interessante apontar a relação entre as viagens de estudos etnográficos e a criação poética do índio brasileiro por Gonçalves Dias. Das publicações de cunho etnográfico do autor, destaco: DIAS, A. G. Brasil e Oceania. *RIHGB*, t. 30, parte 2, p. 5-192, 257-396, 1867. Análise minuciosa desse trabalho, incluindo a visão do “historiador poeta” foi realizada por: KODAMA, 2009. Especificamente no capítulo 2.6 (p. 158-176). Outro texto de Gonçalves Dias publicado na Revista do Instituto situa-se entre a História e a Etnografia: Amazonas. *RIHGB*, t. 18, p. 5-66, 1896 [1855]. Como linguista cito o *Dicionário da língua Tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil*. Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858. O único trabalho que encontrei sobre a experiência arquivística do poeta nas províncias do Norte no início da década de 1850 foi o capítulo “A evolução da pesquisa pública histórica brasileira” em: RODRIGUES, 1982, p. 51-57.

³⁵⁴ DIAS, A. G. Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão. *RIHGB*, t. 16, p. 370-384, 1853.

³⁵⁵ Id. Catálogo dos capitães mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. *RIHGB*, t. 17, n. p. 22-55, 1854. p. 26.

difícil situação dos que se dedicaram a historiar o passado das províncias. No afã de coligir e conservar os documentos concernentes à história pátria, na primeira metade do século XIX, concomitantemente, houve a centralização arquivística nacional em detrimento da local. Reportando-se ao Ministro do Império, Gonçalves Dias questionou a necessidade de existir no Arquivo da Corte “todos os esclarecimentos precisos à nossa história”. Não era justo que as municipalidades e arquivos provinciais fossem “despojados de suas preciosidades”. O pesquisador ressaltou que deveria ser encontrada uma maneira pela qual os arquivos provinciais não sofressem com o engrandecimento do central.³⁵⁶ Reverberou a dilapidação e o descaminho citados por Cunha Matos nas reuniões do IHGB.

Ações menos nocivas, segundo Dias, deveriam envolver a confecção de cópias dos documentos em vez do envio dos originais. Mas nem todos os pesquisadores teriam paciência de transcrevê-los ou meios para contratar pessoas, copistas, escribas. A dilapidação dos arquivos provinciais dificultava a consulta e a escrita das narrativas pelos letrados na própria terra. A história das províncias só poderia ser feita na Corte? A pressa de Araripe por escrever e publicar a sua narrativa esteve relacionada ao esvaziamento dos mirrados arquivos locais? Havia o temor pelos provincianos de verem a escrita da história da sua terra levada adiante pelos doutos da Corte? A correspondência entre Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa sugeriu a opção do poeta pela maneira mais fácil de coligir os documentos locais para a história do país. Lisboa, escrevendo a Dias, disse: “V. Sa. deixou no arquivo da Câmara alguns livros interessantes, mas suponho que levou os melhores. A falta deles me tem causado, e há de causar embaraços nos trabalhos que trago entre mãos.”³⁵⁷ Entendo que essa situação, envolvendo arquivos e pesquisadores no Maranhão e Rio Grande do Norte, se assemelhava à presenciada no périplo da primeira Comissão nacional pelo Ceará.

Os documentos enviados pelos “científicos”, acompanhados por anotações, foram publicados na Revista da instituição logo em 1862. Neles apareceram referências aos irmãos Alencar, José Martiniano e Tristão, como tiranos. Fizeram alusão à cidade de Icó e houve transcrições de ofícios assinados por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.³⁵⁸ Lembro que

³⁵⁶ Id., 1853, p. 380.

³⁵⁷ Id. Carta de João Francisco Lisboa. 3 fev. 1854 (Maranhão) citado por RODRIGUES, 1982, p. 55.

³⁵⁸ Atas da Câmara do Crato de 11 de maio de 1817 até 27 de janeiro de 1823. *RIHGB*, t. 25, p. 43-61, 1862. Antes disso, sobre o passado cearense publicado na Revista do IHGB, encontrei somente o pequeno artigo *Criação da vila do Aracati, na província do Ceará e outras notícias* de autoria de José Liberato Barroso. Nele, o autor mencionou os efeitos da revolução de 1817 e 1824 na sua cidade e citou a presidência de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Citou, igualmente, os efeitos revolucionários sobre os arquivos locais quando os livros da Câmara foram rasgados para fazer desaparecer a cumplicidade de alguns para com o movimento rebelde. Avançou até os distúrbios em 1840, quando da administração do tio de Araripe na província: “os ódios produzidos por esse acontecimento não arrefeceram totalmente; a impressão causada ainda está muito viva; o fato é próximo, e ainda não há portanto a distância que produz a imparcialidade.” BARROSO, J. L. Criação da

esse ano foi o do prólogo da *História da província do Ceará* e da divulgação da sua desconhecida continuação. Nos extratos de documentos oriundos de vários arquivos do Ceará, também publicados no periódico do Instituto, figurou a situação política na cidade de Icó, documentos assinados por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e relatos de suas ações de 1822 a 1824. Tais menções não foram depreciativas nem laudatórias. Ao contrário do documento anterior, Tristão Gonçalves não foi adjetivado. Gonçalves Dias, auxiliado pelas demais seções, não esteve sozinho na busca pelos arquivos cearenses. Tais anotações foram assinadas pelo Dr. Théberge.³⁵⁹ Nos *Apontamentos sobre a marcha do corpo chamado de Cazumbá*, publicados logo depois dos extratos anteriormente mencionados, o autor, indicado como o mesmo Dr. Théberge, narrou os últimos momentos da vida de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe em 1824. O autor, dizendo-se um simples cronista e não historiador, pretendia apontar fatos e datas numa espécie de cronologia tão completa quanto possível. Eram fatos a contribuir para o futuro historiador. No texto sobre a malfadada república no Norte, José Martiniano de Alencar apareceu como o maquiavélico padre que lançara sobre o irmão toda a responsabilidade pela desventura. Toda culpa recaiu sobre Tristão que se portara como herói.³⁶⁰ Alencar Araripe, no prefácio à sua história, desmentiu a indução de seu pai pelo tio para adotar ideias que não compreendia: “irmãos modelos na amizade, jamais um deles sacrificaria o outro.”³⁶¹

À vista disso, no início da década de 1860, o Ceará debutou nas páginas da revista da mais importante instituição de estudos históricos do país vinculado às revoltas nas províncias do Norte antes e depois da Independência. Nessa região de instabilidade em contraposição ao centro, os sujeitos proeminentes figuraram como tiranos, maquiavélicos e heróis traídos. Ao longo da década de 1860 foi esta imagem de convulsão política no Norte que figurou na Revista.³⁶² Em 1866, nos *Documentos sobre a revolução pernambucana de 1817*, o Ceará e a

vila do Aracati, na província do Ceará e outras notícias. *RIHGB*, 2. ed., t. 20, p. 170-174, 1973 [1857]. Datado de 20 de maio de 1857 (Aracati).

³⁵⁹ Extratos dos assentos do antigo senado do Icó, desde 1738 até 1835. Do itinerário do presidente José Mariano em 1832. Breve notícia sobre a capitulação do juiz. Dita sobre a marcha de Tristão em 1824. Ditas sobre antiguidades do Cariri. Coligidos nos arquivos do Icó, Aracati, Fortaleza, etc, pelo Dr. Théberge. *RIHGB*, t. 25, p. 62-121, 1862. Esses documentos e tantos outros do Ceará foram remetidos ao Instituto por Manuel Ferreira Lagos e estão relacionados em: Manuscritos oferecidos ao Instituto durante as sessões ao ano de 1861. *RIHGB*, t. 24, p. 829, 830 e 852, 1861 e Manuscritos oferecidos ao Instituto durante o ano de 1862. *RIHGB*, t. 25, p. 758, 1862.

³⁶⁰ THÉBERGE, P. Apontamentos sobre a marcha do corpo chamado de Cazumbá. *RIHGB*, t. 25, p. 121-125, 1862.

³⁶¹ ARARIPE, 2002, p. 30-31.

³⁶² Precisamente sobre as revoltas de 1817, em Pernambuco, de autoria do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro foi publicado, em 1861, *Luís do Rego e a posteridade, estudo histórico sobre a revolução pernambucana de 1817*. Ele dialogou principalmente com dois trabalhos: *História da Rev. de Pernambuco em 1817* do monsenhor Muniz Tavares e a *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Fernandes Pinheiro não citou a

família Alencar apareceram na relação dos réus a perdoar e a punir.³⁶³ Em *Novos documentos sobre a administração de Luiz Rego em Pernambuco*, Fernandes Pinheiro continuou a publicar documentos de 1817 a 1821.³⁶⁴ No entanto, em dois outros artigos publicados nesse tomo da Revista, o conturbado Ceará apareceu como objeto de estudos. Antonio Pereira Pinto em *A Confederação do Equador, notícia histórica sobre a revolução pernambucana de 1824* contribuiu como um dos “obreiros subsidiários” para o grande edifício da história geral do Brasil. A narrativa foi construída com comparações entre o ocorrido no Ceará e em Pernambuco. O caráter republicano do movimento foi negado. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe foi apontado como “o vulto mais proeminente da agitação cearense”. Mas tal designação não lhe serviu de louvação. Ele foi, de acordo com o texto, integrante da arbitrária junta governativa, um dos facciosos na intriga contra o Imperador, propagandeador de calúnias contra o governo geral, um presidente intruso. A sua ação ao depor à força o representante do monarca na província do Ceará foi vista como desordeira, de total falta de consideração ao governo imperial, portadora de maneira irreverente, grotesca e linguagem incorreta.³⁶⁵

O Ceará esteve, prosseguiu Pereira Pinto, sob “as agonias de um movimento estreado sob tão infelizes auspícios”. Uma “fantástica utopia” que, embora encerrada, engendrou mais problemas para a região pela anarquia das classes baixas da província.³⁶⁶ O autor apontou o final da utópica e anárquica experiência em terras cearenses, influenciada pelos ventos que sopraram do Recife, com a fuga, captura e morte de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, “barbaramente trucidado”. Foi o final dos “embustes dos sagazes revolucionários”. E foi nesse ponto da narrativa que Pereira Pinto transcreveu o trabalho de “um cronista da revolta cearense”.³⁶⁷ Palavras que não me pareceram estranhas, pois já lidas em algum outro texto. Em qual escrita e por qual autor? Quem era o cronista? O autor não nos informou. Revendo minhas anotações, encontrei-as. A citação fora retirada da continuação da *História da*

experiência no Ceará, nem os nomes da família Alencar. Nas organizadas notas com referências bibliográficas ao final e na farta documentação em anexo, não houve informações sobre o Ceará. O problema do passado desagregador na revolução pernambucana de 1817 apareceu logo no primeiro ano de funcionamento do IHGB: GUIMARÃES, L. M. P. O tribunal da posteridade. In: PRADO, M. E. (Org.). *O Estado como vocação – ideias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 33-57.

³⁶³ Documentos sobre a revolução pernambucana de 1817, copiados de outros existentes no Arquivo Público. *RIHGB*, t. 29, parte 1, p. 201-292, 1866. Os Alencar são citados nas páginas: 231, 244, 267 e 268.

³⁶⁴ Novos documentos sobre a administração de Luiz Rego em Pernambuco, copiados doutros existentes no Arquivo Público. *RIHGB*, t. 29, parte 1 p. 293-334, 1866. Não há referências ao Ceará.

³⁶⁵ Referência ao ofício de Tristão Gonçalves ao Ministro do Império, João Severiano Maciel da Costa, que foi reproduzido em: PINTO, A. P. *A Confederação do Equador, notícia histórica sobre a revolução pernambucana de 1824*. *RIHGB*, t. 29, parte 2, p. 36-200, 1866. p. 97-99.

³⁶⁶ *Ibid.*, p. 120.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 118, nota 47.

província do Ceará de Tristão de Alencar Araripe no *Diário de Pernambuco* de 16 de dezembro de 1862. Pai e filho juntos: o filho historiógrafo do pai. Alencar Araripe (filho) estreou na historiografia do Sul do país como cronista das revoltas. Contudo, o anonimato lhe preservou da alcunha. Pereira Pinto encerrou a narrativa ao ressaltar a enorme culpa dos revoltosos de 1824, as suas ambições e responsabilidades por agitar as paixões da “população” e por colocar o nascente Império à borda do precipício. Afora a narrativa, vários documentos assinados por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, sobre “um dos mais sérios movimentos políticos” que agitou o país, estavam anexados.³⁶⁸ O Ceará, assim, apareceu no texto: terra de utópicos projetos políticos com dirigentes revolucionários de caráter dúbio e gente fomentadora da anarquia.

O tomo 29 da Revista do Instituto, em 1866, foi dedicado ao Ceará pois houve outro texto. Tratou-se de um dossiê Ceará? Em *Memória sobre a revolução do Ceará em 1821*, Brás da Costa Rubim abordou pontos ainda “escuros e duvidosos” por falta de averiguações. Para isso, se ocupou dos fatos e das causas da revolução, “descendo a particularidades”. Sua memória se constituía em “fonte histórica”, pois, segundo ele, não havia uma só proposição que não estivesse apoiada e sustentada por documentos e provas. Para ilustrar o estado caótico no início da década de 1820, quando seu pai Francisco Alberto Rubim presidira a província, o autor apontou: atraso da civilização; secas; desordens políticas; malícia, ignorância e arbítrio de escrivães de justiça; desprezo pelo culto da religião católica; restrição da instrução pública; escravidão indígena; falta de obras públicas. A partir de então, a situação melhorou em razão da ação de seu pai, “rígido observador das leis e ordens do governo”. Contudo, as agitações de além-mar, ressoadas e irradiadas da Corte para as províncias, tornaram conturbadas as administrações locais na manutenção da ordem pública. Com a Independência, as antigas autoridades foram alcunhadas de déspotas. O autor desmentiu as agressões recebidas pelo pai, burocrata, súdito fiel à Corte portuguesa e adverso à revolução. Nem os documentos, segundo o filho, corroboravam tais injúrias. A narrativa visou contribuir para a história do país com a versão legalista na terra dos revoltosos. Outro filho a historiar as ações do pai insultado.³⁶⁹

³⁶⁸ *Ibid.*, p. 137-142.

³⁶⁹ RUBIM, B. da C. *Memória sobre a revolução do Ceará em 1821*. *RIHGB*, t. 29, parte 2, p. 201-262, 1866. p. 220-221. Lida na sessão em 7 de outubro de 1864. No esboço histórico do Dr. Théberge publicado no *Diário de Pernambuco* a partir de 1859, Francisco Alberto Rubim é apontado como: “homem fraco, tímido e irresoluto; cedeu às primeiras instâncias dos sediciosos, e desistiu do governo.” THÉBERGE, P. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fund. Waldemar Alcântara, 2001. v. 2, p. 48. Tanto Antonio Pereira Pinto (1819-1880) como Brás da Costa Rubim (1817-1871) eram sócios do Instituto Histórico desde, respectivamente, 1844 e 1859. Apesar de escreverem sobre o Ceará, ambos não eram filhos da terra. Pereira Pinto nasceu no Rio de Janeiro e Costa Rubim, no Espírito Santo. Pereira Pinto foi beneficiado por sua função de Diretor do Arquivo Público no Rio de Janeiro, local que também serviu para as pesquisas de Rubim. Pereira Pinto e Costa Rubim têm outros trabalhos na Revista do Instituto, mas não relacionados ao Ceará.

Neste primeiro momento historiográfico, outros trabalhos sobre o Ceará e Pernambuco foram publicados na Revista do Instituto. Com exceção da narrativa de viagem recente do sócio Homem de Melo,³⁷⁰ os demais eram documentos de época. De um total de quatro, dois se referiam à Revolução de 1817 em Pernambuco.³⁷¹ Os trabalhos sobre a província mostravam o Ceará como uma terra de guerras onde guerreiros de caráter duvidoso encontravam expressão nos Alencar. O nome mais citado foi o de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Os tomos da Revista do Instituto de 1862 e 1866 deram especial destaque ao Ceará.³⁷² Dessa forma, a Comissão Científica de 1859 contribuiu significativamente para a representação do passado do Ceará na história do Brasil: exótico e bárbaro.³⁷³ Sobre a experiência dos viajantes da Corte, Lucia Guimarães afirmou: “o silêncio da Revista seria uma pista sintomática, de que os resultados da missão ficaram aquém do esperado”. Segundo a pesquisadora, dos trabalhos realizados pela Comissão Científica de 1859, a Revista do Instituto só deu publicidade em uma pequena síntese no relatório do secretário ao final de 1861.³⁷⁴ Pelo que pude verificar e expor acima, não se sustenta a informação quanto ao silêncio ou pouca publicidade na Revista.

Na imprensa provincial, o jornal *O Cearense* de 26 de novembro de 1860, por exemplo, dera destaque ao trabalho dos viajantes “para que na Corte se conheça que não somos tão

³⁷⁰ Na parte dedicada ao Ceará, constou a descrição da região, plantações, vegetação, rios, chuvas, secas, povoados, curiosidades, necessidades, falta de estrutura, dados estatísticos referente a 1865 (população, produtos de exportação, rendas provinciais, estradas). A memória foi lida no Instituto nas sessões em 2 de junho, 28 de julho e 25 de agosto de 1871. Sobre o passado da região, fez rápidas referências à criação de algumas vilas e cidades. Apesar de constar nos dados estatísticos, Homem de Melo fez a seguinte alusão aos escravos na província do Ceará: “No Ceará, está resolvido o problema do trabalho livre. E todo esse resultado se obteve sem abalo, espontaneamente, por força das cousas e pelos hábitos laboriosos da população. Atravessei diversas fazendas, muitas delas importantes. Não havia ali um escravo!”. MELO, F. I. M. H. de. *Excursões pelo Ceará, São Pedro do Sul e São Paulo. RIHGB*, t. 35, p. 80-170, 1872. p. 84.

³⁷¹ Documentos para a História da Revolução de 1817 em Pernambuco, interrogatórios mais importantes extraídos do processo existente no Arquivo Público. *RIHGB*, t. 30, parte 1, p. 357-499, 1867; Pernambuco: Revolução de 1817, interrogatórios mais importantes dos réus, extraídos do Arquivo Público. *RIHGB*, t. 31, parte 1, p. 213-263, 1868; Memória sobre a capitania do Ceará. *RIHGB*, t. 34, parte 1, p. 255-286, 1871 e Notas diárias sobre as revoltas que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí, e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841 escritas em 1854 à vista de documentos oficiais por J. M. Pereira de Alencastre. *RIHGB*, t. 35, parte 2, p. 423-483, 1872. Não houve menção à família Alencar.

³⁷² Na anotação do trabalho de Varnhagen por Rio Branco sobre os movimentos de contestação na década de 1820 no Ceará, os textos publicados nesses dois anos na Revista do IHGB (1862 e 1866) foram preferencialmente utilizados: VARNHAGEN, 1917, p. 427-428, 447-460.

³⁷³ Além dos documentos e artigos publicados, foram lidos nas sessões de 8 de agosto, 12 e 26 de setembro, 10 de outubro de 1862 no Instituto, advindos das experiências de pesquisa no Ceará, *Linguagem popular no Ceará* por Manuel Ferreira Lagos e *Apontamentos acerca das bebidas fermentadas usadas pelos indígenas do Ceará* por Guilherme Capanema. Nas sessões em 2, 16 e 30 de julho de 1869, Ferreira Lagos leu *Descrição do interior da província do Ceará*.

³⁷⁴ GUIMARÃES, L. M. P. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, n. 388, p. 459-613, 1995. p. 541. Semelhante caráter demeritório pude observar em: SÜSSEKIND, 1990. É pertinente, assim, a ressalva de Kaori Kodama sobre a “memória oficial” a respeito da expedição. KODAMA, 2009, p. 289, nota 1.

bárbaros como lá se acredita”.³⁷⁵ Contudo, foi essa a imagem do Ceará e dos cearenses que os provincianos viram exposta na Revista do IHGB. O periódico do Instituto, como grande acervo documental, arquivou e divulgou as “contribuições revolucionárias” coletadas no Ceará. Dos “cronistas” cearenses dois foram apontados, mas somente um nomeado: Dr. Théberge. Porém, Alencar Araripe, o “cronista anônimo”, veria nessa explosão de narrativas sobre o Ceará a oportunidade para publicar a primeira história da província. Se, anteriormente, no prefácio do livro, o candidato a historiador apontou dois motivos para escrever seu trabalho, a partir de agora, pelos textos coetâneos, podemos começar a situar a narrativa inaugural em perspectiva mais ampla: numa polifonia dissimulada.

A bibliografia sobre a Comissão Científica faz menção ao contato dos viajantes com as autoridades e os letrados locais. Alguns nomes devem ser destacados para relacionar publicações, pesquisas e contatos pessoais no restrito círculo letrado cearense. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, político de renome, não era estranho aos recém-chegados da Corte.³⁷⁶ Em sua casa em Fortaleza se reuniram as figuras mais graduadas da Comissão para longas palestras e debates sobre problemas fundamentais da província: o maior conhecedor das cousas do Ceará e um grupo eclético de profissionais de subido valor em um verdadeiro “comércio de ideias”.³⁷⁷ O intercâmbio facilitou a escolha do anfitrião para o Senado em 1864. A Comissão esteve bem assistida no interior da província com João Brígido dos Santos: “Guia melhor não poderia ser encontrado. Ninguém lhe levava a palma do conhecimento das cousas, das tradições e da história daquela região do Ceará”.³⁷⁸ O cicerone João Brígido, quer pelo jornal *Araripe*, de sua propriedade, quer pela correspondência enviada para *O cearense*, onde Tomás Pompeu foi redator, deu ampla cobertura às atividades da Comissão na região do Cariri. Ele serviu, igualmente, como “guia documental” para Gonçalves Dias e equipe nos arquivos municipais de Icó e do Crato.³⁷⁹ Essa atenção foi retribuída, logo a seguir, ao elegerem-no sócio do IHGB em 1862.

³⁷⁵ BRAGA, 2004, p. 84.

³⁷⁶ Em 1852, de Pernambuco, Gonçalves Dias havia enviado a Varnhagen o trabalho de Tomás Pompeu de Sousa Brasil intitulado *Elementos de Geografia oferecidos à mocidade cearense*. DIAS, A. G. Carta a Francisco Adolfo de Varnhagen (16 fev. 1852, Pernambuco). Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias. *ABN*, v. 84, ano 1964, 1971. p. 138.

³⁷⁷ BRAGA, 2004, p. 54.

³⁷⁸ *Ibid.*, p. 73.

³⁷⁹ Encontrei quatro cartas enviadas por Gonçalves Dias a João Brígido dos Santos. O poeta-futuro-historiador maranhense estimulou os estudos do obreiro no Ceará, reconhecendo os obstáculos envolvidos no trabalho. DIAS, A. G. Carta a João Brígido dos Santos (2 abr. 1859, Fortaleza). Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias. *ABN*, v. 84, ano 1964, 1971. p. 254. Enquanto esteve no Ceará, Dias escreveu 7 cartas que foram publicadas no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de 16 de fevereiro de 1859 a 16 de agosto de 1860. Desconheço se tais missivas incluíram as indicadas acima. A informação, sem indicação dos destinatários, constou em: SILVA, M. N. da. *Bibliografia de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 75-

Desconheço o contato de integrantes da Comissão com a família Alencar em Icó, mais especificamente, com Tristão de Alencar Araripe que se encontrava, no momento, em Pernambuco. Acredito, todavia, que ele esteve atento aos trabalhos científicos na terra natal. No Rio de Janeiro, havia outro Alencar, vigilante aos esquadrinhamentos dos viajantes em plagas cearenses. Em junho de 1862, após a publicação de parte do tomo 25 da Revista do Instituto Histórico, o literato e político José de Alencar entrou nos debates sobre o passado recente do Ceará. No artigo publicado em jornal, na cidade do Rio de Janeiro, José de Alencar se disse espantado ao ler no periódico do IHGB, que até então julgara “repositório e arquivo de documentos” para a história pátria, uma “diatribe como só na parte anônima da imprensa diária e ao fogo das paixões costumam por vezes surdir à tona da publicidade”. Ele se referia aos extratos dos documentos comentados pelo Dr. Théberge, que analisei acima. O motivo da alteração: “Os ofendidos foram dois nomes respeitáveis, para quem já começou, é verdade, o juízo severo da história; em compensação parecia que a terra devia guardá-los contra o dente e a baba da calúnia.” Os nomes dos injuriados: José Martiniano de Alencar e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, respectivamente, pai e tio de José de Alencar.

Reproduzindo trechos dos artigos da Revista, José de Alencar partiu em defesa do tio, da memória de um cidadão respeitável, exemplo de virtudes na vida particular e morto como um herói. Os erros políticos cometidos pelo tio, Tristão Gonçalves, foram justificados pelo ardor dos sentimentos patrióticos. Quanto ao seu pai, um nome puro na política, respeitado e estimado pelos adversários, repousava em paz na memória dos vivos e no jazigo dos mortos. A maior parte do texto acusatório de José de Alencar desqualificou o Dr. Théberge e a instituição onde foram publicados os comentários sobre sua família. Não contrapôs documentos. Sua opinião se baseou na força das palavras para inabilitar os outros: riqueza de maledicências. O Dr. Théberge foi apontado como cronista que mal conhecia o país, que ignorava a língua e a legislação, não tinha critério, escrevia do que não entendia, inventava romances de roubos e pilhagens, não apresentava provas, não mencionava as fontes de onde colheu os dados, e ouvia credulamente as injúrias póstumas inspiradas em ressentimentos políticos e ódios gratuitos. Alencar se disse admirado pelo Instituto Histórico acolher, em sua revista científica, um trabalho indigno de figurar em jornais de polêmica. Criticou a

76. O “comércio de ideias” continuou com Gonçalves Dias enviando suas poesias e João Brígido, as cópias de documentos dos arquivos locais. DIAS, A. G. Carta a João Brígido dos Santos (11 mar. 1860, Ceará). Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias. *ABN*, v. 84, ano 1964, 1971. p. 264. Seguindo as indicações propostas em sua viagem anterior aos arquivos maranhenses, Gonçalves Dias não esqueceu a importância dos processos judiciais. João Brígido tratou de enviá-los a Gonçalves Dias que, por sua vez, remeteu-os ao IHGB. Especificamente nessa carta, é possível observar como as trocas de favores acompanharam a permuta de documentos.

instituição por acobertar com a sua autoridade um escrito dessa ordem. Encerrou o artigo esperançoso pelo aparecimento de um letrado qualificado: “Alguém oportunamente há de tirar a limpo a história do Ceará de 1817 a 1824; e tenho fé que, apesar da Revista do Instituto e dos seus cronistas, a luz da verdade se fará para a opinião justa.”³⁸⁰ A proposta estava lançada e se aguardaria um letrado capacitado e um livro esclarecedor. E não seria do afamado Instituto que, para José de Alencar, viria a verdade sobre a sua terra natal.

As críticas de José de Alencar ao IHGB voltariam a ser pronunciadas na tribuna do Parlamento. Nas discussões sobre o orçamento do Império, em julho de 1871, o Deputado e Conselheiro Alencar não desperdiçou a oportunidade. Disse que o Instituto Histórico, antes uma associação notável onde trabalharam homens distintos, encontrava-se em “manifesta decadência”, o que provava os malefícios da proteção régia às letras. O político José de Alencar alardeou que era conveniente ao governo, pelos subsídios dados à instituição, exigir que a revista da associação funcionasse como repositório de manuscritos e restauradora de obras antigas, divulgando livros raros e compilando notícias. Ela não deveria se constituir em “periódico para escritos contemporâneos”, sem interesse algum.³⁸¹ A condenação ao mecenato de D. Pedro II estava relacionada à defesa pelo Imperador dos súditos nas letras, entre os quais, desafetos de José de Alencar.

Voltando ao atrito com o Instituto em 1862, a resposta de Théberge ao ilustre filho da família Alencar não tardou em chegar. Utilizando de igual modo a imprensa diária, Dr. Théberge respondeu da sua cidade, Icó no Ceará, pelo jornal de maior renome no Norte do país. No *Diário de Pernambuco* de 10 de novembro de 1862, o ofendido, antes de iniciar sua defesa, apresentou duas cartas trocadas entre ele e João Brígido. Na primeira, de 18 de agosto de 1862, Théberge se disse surpreso com a divulgação não autorizada de seus trabalhos na Revista do Instituto.³⁸² Essa “publicação traiçoeira” lhe rendeu a “terrível descondena” de José Alencar que lhe exigia resposta enérgica. Em razão disso, perguntou o motivo da traição de Brígido. A segunda carta exposta por Théberge, publicada com sua réplica a José de Alencar, foi a resposta de Brígido ao traído amigo. Nela, de 19 de agosto, Brígido disse que os extratos enviados por Théberge foram utilizados em suas pesquisas e estava ciente de que as anotações do colega lhe foram passadas, como era prática comum entre eles, em “regime de

³⁸⁰ ALENCAR, J. de. A Revista do Instituto Histórico. Carta de 5 de junho de 1862. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 156, jun. 1862 publicado em THÉBERGE, 2001, v. 2, apenso n. 3, p. 196-200.

³⁸¹ MENEZES, R. José de Alencar: literato e político. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 286.

³⁸² THÉBERGE, P. Resposta dada pelo Sr. Pedro Théberge ao artigo do Sr. Conselheiro José de Alencar. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 259, 10 nov. 1862 publicado em THÉBERGE, 2001, v. 2, apenso n. 3, p. 200-201.

confiança”, pois certas revelações não convinhavam ser divulgadas pela imprensa.³⁸³ O motivo de tal descuido esteve justamente na Comissão Científica que passou pelo Ceará no ano anterior. De acordo com Brígido, o escrito, que não deveria ser divulgado, mas apenas conhecido por alguns amigos, foi entregue por distração aos doutores da Corte juntamente com outros documentos para serem copiados.³⁸⁴ As pesquisas iniciais comentadas foram parar nas páginas da Revista do Instituto e caíram no dissabor de um dos maiores literatos do país.

Após a apresentação das provas de que não tinha a intenção de publicar seus trabalhos no periódico do IHGB, em texto de 8 de outubro do polêmico 1862, Théberge se defendeu da acusação de José de Alencar. Pela exposição das missivas, Théberge julgava desnecessário se contrapor ao Conselheiro José de Alencar, mas o fazia por respeito aos sócios do Instituto Histórico que tanto apreço deram ao escrito, aceitando e inserindo-o como “documento histórico” no conceituado periódico. O ponto de vista de Théberge, diferentemente da opinião de Alencar, estaria baseado em documentos e na autoridade de testemunhos. O tom irônico perpassou a réplica e exagerou na composição testemunhal. Théberge iniciou sua argumentação com o episódio ressaltado por José de Alencar sobre o assalto cometido por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe a barcos ingleses em 1824. Comprovou suas assertivas com a transcrição de dois documentos assinados por Tristão Gonçalves e a existência de dois ou três mil homens companheiros do líder revolucionário naquela expedição: “Mas o que vale o testemunho de toda essa gente ignara contra a palavra de um conselheiro?!...”. A fim de não levantar dúvidas sobre a autenticidade dos referidos documentos, Théberge mandou tirá-los por pública forma e enviou-os ao IHGB para que o Conselheiro José de Alencar os examinasse.

No entanto, apesar das acusações ao tio de José de Alencar, baseadas em documentos, Théberge foi cauteloso ao dar seu juízo. Não obstante a arbitrariedade do ato violento de Tristão Gonçalves em contravenção aos princípios do Direito, o ensaísta francês considerou-o homem de bem, de convicção forte, e o herói que se sacrificara pela malfadada República do Equador.³⁸⁵ O segundo episódio em 1824 que “maculou a memória” dos irmãos Alencar foi o saque a uma casa de negócios pelas tropas republicanas. Théberge novamente contra-argumentou com testemunhas e documentos: três ou quatro mil soldados e amigos do padre

³⁸³ Brígido destacaria, em 1879, a dificuldade de mencionar acontecimentos apontados em documentos dispersos, difíceis de coligar, e “repartidos por amigos das letras”. SANTOS, J. B. dos. Retificação a História do Brasil de 1831-1840 do Conselheiro J. M. Pereira da Silva. *RIHGB*, t. 42, parte 2, p. 207-212, 1879.

³⁸⁴ SANTOS, J. B. dos. Carta ao Dr. P. Théberge. 19 ago. 1862 (Crato). Publicada em THÉBERGE, 2001, v. 2, apenso n. 3, p. 201-202.

³⁸⁵ THÉBERGE, P. O Dr. Pedro Théberge e o conselheiro José de Alencar. Carta de 8 de outubro de 1862. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 259, 10 nov. 1862 publicado em THÉBERGE, 2001, v. 2, apenso n. 3, p. 205.

Alencar como possíveis provas testemunhais; o sobrinho, a viúva do negociante e “pessoas fidedignas” como provas efetivas. Amparou-se, também, no artigo “insuspeito” de João Brígido no jornal *Araripe* sobre a história do Cariri como prova documental. Sobre a possível relação com Brígido, Théberge perguntou: “Então ele se entendeu comigo para forjar esta história?” Outra injúria esteve na estratégia insufladora, mas “de bastidores” do então Senador Alencar, pai de José de Alencar. Sem documentos, porém baseado no que dizia “toda a população cearense”, Théberge reafirmou a maneira como o pai do famoso letrado comprometera os demais chefes da revolução. O padre fora o mentor, a alma do negócio.

Na presença de tantas provas, ainda restariam dúvidas? Do passado documentado, dos fatos e episódios comprovados, Théberge passou a atacar a autoridade de José de Alencar: não conhecedor da cidade de Icó ou do centro da província, interessado em encobrir os erros do pai e ignorante quanto aos fatos mais triviais da história da província.³⁸⁶ José de Alencar foi desacreditado por não conhecer o espaço onde se desenvolveram os acontecimentos e por querer silenciar o passado familiar. O oponente no estudo das cousas pretéritas foi insultado por desconhecer os episódios mais comuns aos provincianos. A última réplica historiográfica por Théberge teve como causa o processo crime e a morte de Pinto Madeira, inimigo da família Alencar. O IHGB foi escolhido novamente como lugar para solução de controvérsias: o tribunal proposto nos primórdios pelo Visconde de São Leopoldo. Théberge não aceitava a discussão, pois era “matéria julgada”; julgada nos tribunais da Corte, julgada, sem possibilidade de recurso, no Tribunal da História. Era indiscutível, pois o conhecimento dos autos encerrou a questão. Para facilitar a consulta a tais documentos, Théberge entregara os originais dos autos a um dos integrantes (não nomeado) da Comissão Científica para depositá-los nos arquivos do Instituto Histórico.³⁸⁷

Théberge encerrou a carta ensejando que o público, por efeito dos argumentos, ajuizasse sobre quem dos contendores era mentiroso, caluniador, estouvado (imprudente). Ele disse continuar na busca de outros documentos comprobatórios de suas proposições diante dos fatos “quase contemporâneos” que toda a população cearense “viu ou pelo menos ouviu contar por testemunhas oculares”. Se não tinha expressividade nos relatos dos fatos passados (histórias sem povo), a população teria na sua comprovação e julgamento. Dessa discussão, de maneira preliminar, podemos considerar que tanto José de Alencar como Théberge escreveram para serem lidos e ouvidos pelos demais letrados. Alencar escreveu no Rio de Janeiro com pesadas

³⁸⁶ *Ibid.*, p. 206-207.

³⁸⁷ O original do processo contra Joaquim Pinto Madeira acrescido de “notas curiosas” foi entregue ao sócio Manuel Ferreira Lagos, possivelmente por João Brígido, e ofertado ao Instituto Histórico conforme as atas das sessões em 9 e 23 de agosto de 1861. *RIHGB*, t. 24, parte 2, p. 733, 737, 1861.

críticas à instituição que lhe fechou as portas.³⁸⁸ Théberge, por sua vez, respondeu de Icó, terra natal dos Alencar, palco das ações dos revoltosos, no meio do fogo político-historiográfico. Aquele mais agressivo, este mais cauteloso.

No ano seguinte, de agosto a novembro de 1863, José de Alencar se envolveu em novas discussões historiográficas na imprensa, dessa vez com Homem de Melo.³⁸⁹ Escrevendo no *Jornal do Comércio*, José de Alencar criticou o livro *A Constituinte perante a História*.³⁹⁰ Diferentemente do debate travado com Théberge no ano anterior, José de Alencar não fez ataques pessoais, nem institucionais. A argumentação de José de Alencar destacou o difícil acesso às fontes, notícias e subsídios do passado. Outro ponto comum aos textos até agora analisados nesta pesquisa está na recentidade temporal e sua relação com as ações de provar e julgar.³⁹¹ Alencar iniciou o debate com a pergunta se já chegara o tempo da posteridade julgar a Constituinte, o Imperador e o golpe de 1823. Para ele, enquanto existissem atores desse grande drama político, descendentes e amigos dos falecidos, não era tempo para julgamentos. Seu pai, não citado, era um dos atores.

³⁸⁸ Em 1868, José de Alencar foi proposto como sócio correspondente do IHGB. Não havia referências aos livros que serviriam de título de admissão na instituição. Sem obras a serem analisadas, seu nome foi encaminhado diretamente à Comissão de admissão de sócios. E lá ficou para nunca sair. Proposta de 3 de julho de 1868 assinada por Luiz Francisco da Veiga, Miguel Antonio da Silva, José Maria da Silva Paranhos Junior, Epifanio Candido de Sousa Pitanga, Saldanha da Gama, Carlos Honório de Figueiredo, Antonio Alavares Pereira Coruja. Sessão em 7 de agosto de 1868. *RIHGB*, t. 31, parte 2, p. 338, 1868. As discussões literárias que envolveram os sócios Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre e o Imperador talvez não tivessem sido esquecidas e perdoadas. Em 1856, José de Alencar criticara o IHGB pelo uso de dinheiro público para patrocinar a publicação de *A Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães. HELENA, L. *A solidão tropical: o Brasil de Alencar e da modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 107. O título de recente publicação expressa a atitude polemista do literato: LIRA NETO, J. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006. O pai de José de Alencar também teve desavenças com alguns sócios do IHGB, como, por exemplo, com o presidente da instituição, Cândido Araújo Viana, Marquês de Sapucaí (gestão de 1847 a 1875). FARIAS, 2002, p. 128.

³⁸⁹ Elas foram reproduzidas posteriormente na Revista do Instituto: MELO, F. I. M. H. de. Assembleia Constituinte de 1823. *RIHGB*, t. 64, parte 1, p. 211-251, 1901a.

³⁹⁰ MELO, F. I. M. H. de. *A Constituinte perante a história*. Rio de Janeiro: Tipografia da Atualidade, 1863. O prefácio foi de 4 de novembro de 1862. A segunda edição corrigida e aumentada saiu inserida na primeira parte de: Id. *Escritos históricos e literários*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1868. Pela leitura que realizei das duas edições, tais escritos mereceriam análise mais detalhada a ser feita, quiçá, em outra oportunidade. Por ora, cabe destacar suas palavras que vão ao encontro de minhas problematizações sobre a escrita da história, os arquivos, os ressentimentos presentes e o tribunal da posteridade: “Em presença dos rancores contemporâneos, que se atiram implacáveis sobre o nosso passado, só há um meio de salvar a verdade histórica: é deixar falar os monumentos do tempo, reunir as provas, preparar o processo para a geração vindoura julgar”. MELO, 1863, página não numerada [apresentação dos documentos anexados]. A análise desse livro por Machado de Assis foi feita no *Diário do Rio* de 24 de agosto de 1863 e publicada em: MACHADO DE ASSIS, J. M. *Crítica literária*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1942. p. 46-47.

³⁹¹ A dificuldade de ser escrita a história contemporânea do país tem nas discussões ocorridas no IHGB, em 1863, um exemplo assaz significativo. Na sessão de 13 de março, o sócio Felizardo Pinheiro de Campos propôs o livro intitulado “Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. D. Pedro II”. Os pareceres de Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Norberto da Sousa e Silva sinalizaram o problema desse entrave cognitivo. *RIHGB*, t. 26, parte 2, p. 842, 854-860, 870-871, 1863.

Naquele momento, os partidos políticos – simples “sombras pálidas” dos que existiram – disputavam o espólio das glórias e tradições. Em meio à “memória viva e pulsante”, José de Alencar perguntou: que lugar tão alto se colocaria o historiador para que pudesse ver e julgar no meio do turbilhão de interesses e paixões? O sobranceiro e severo historiador fecharia os olhos às emoções e se esquivaria da “irradiação do passado”? De jeito algum respondeu, pois permaneciam abertos os poros em que os tempos pretéritos penetravam. As brechas não cicatrizadas eram “o amor da pátria, a misteriosa filiação das ideias, os laços da família política, enfim, as impressões da infância embaladas aos ecos vibrantes ainda dos júbilos da recém-nação”.³⁹² O estudioso do passado da pátria se mesclou com o filho do revolucionário do Norte, com o integrante da família Alencar, com o político conservador. E essa observação partidária foi reiterada por Alencar ao se intitular defensor de ideia vencida por outra vitoriosa do partido “todo poderoso na hora atual, que não tendo raízes no presente procura enxertar-se num passado, morto para a política, e só vivo para a história”.³⁹³ No resgate do passado liberal em tempos progressistas, Homem de Melo integrava o Partido Liberal.³⁹⁴

Os julgamentos futuros, para o Conselheiro Alencar, não poderiam se basear nos julgamentos passados. No processo da História, os vereditos dos tribunais eram suspeitos. Só à História competiria o direito de julgar as revoluções do povo.³⁹⁵ Alencar questionou: o historiador poderia invocar como prova de fatos as sentenças proferidas sobre crimes políticos “julgados sempre sob a pressão ou da autoridade vitoriosa ou da resistência entusiasta”?³⁹⁶ Tratou-se de uma crítica conveniente para Alencar no esforço de resgatar os feitos dos

³⁹² MELO, 1901a, p. 214.

³⁹³ Ibid., p. 248.

³⁹⁴ Dois trabalhos são importantes para identificar o conflito entre liberais e conservadores principalmente em 1863 e os reflexões na produção historiográfica: MATTOS, I. R. de. Luzias e saquaremas: liberdades e hierarquias. In: Id., 1990, p. 103-191 e CARVALHO, J. M. de. Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia. In: Id., 1996, p. 181-208. A situação política imperial foi rearticulada com o lançamento do programa do Partido Progressista, em 1862, por liberais históricos e conservadores dissidentes. De 1862 a 1868, os gabinetes ministeriais foram presididos por políticos progressistas. Durante esse período, tanto Tristão de Alencar Araripe como José de Alencar experimentaram o “ostracismo” parlamentar. Conforme Murilo de Carvalho, a década de 60 foi a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos, fossem conservadores, reformistas ou radicais. CARVALHO, J. M. de. Radicalismo e republicanismo. In: _____; NEVES, L. M. B. P. das (Org.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos, cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 31. No ano de publicação do trabalho de Araripe, 1867, também foi publicado o livro de Tito Franco de Almeida sobre as lutas entre os liberais históricos e progressistas: ALMEIDA, T. F. de. *O conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea*. São Paulo: Nacional, 1944 [1867]. Entre 1865 e 1868, José de Alencar (assinando Erasmo) escreveu, através do gênero retórico-político denominado “espelhos de príncipe” (*specula principis*), uma série de cartas condenando a situação política do momento. Transcritas em: ALENCAR, J. de. Cartas de Erasmo. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960. v. 4, p. 1049-1183 e Id. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008. Um panfleto escrito por José de Alencar e publicado em 1866 fez pesadas críticas à Liga Progressista, produto da Conciliação, e ao seu sucessor, o Partido Progressista: ALENCAR, J. de. *Página da atualidade. Os Partidos*. Rio de Janeiro: Tipofichic. de Quirino & Irmão, 1866.

³⁹⁵ MELO, 1901a, p. 213.

³⁹⁶ Ibid., p. 249-250.

revolucionários cearenses condenados pelos tribunais de então. Vale lembrar que, nas buscas nos arquivos do Norte por Gonçalves Dias, João Brígido e Pedro Théberge, os processos judiciais foram os mais cobichados. O outro ponto que destaque está na intenção de José de Alencar de provar o oposto do alegado com os mesmos documentos reproduzidos por Homem de Melo. A carência de pesquisa em Alencar foi suprida pela tradição, pelas histórias familiares e por oportunistas dissensões políticas na releitura dos documentos.³⁹⁷

Na resposta, Homem de Melo afirmou que, após quarenta anos da dissolução da Assembleia, era possível a “justiça histórica”. Não era preciso postergar o veredito para o tribunal da posteridade. Nas palavras anteriores de José de Alencar, a possibilidade de emitir julgamentos esteve relacionada às provas. A existência de atores vivos, seus descendentes e amigos impossibilitaria a atuação do historiador-juiz. Impossibilidade para Alencar, mas prova-chave para Homem de Melo. A alegação de Alencar de que D. Pedro I foi desrespeitado pelo povo era uma “impossibilidade histórica” para Homem de Melo, pois, afora “todos os documentos da época”, havia pessoas vivas que atestavam a admiração do povo pelo monarca. Como último ponto no diálogo entre Homem de Melo e José Alencar, houve uma eficaz estratégia argumentativa. Foi utilizada por Homem de Melo e fiquei com a nítida impressão que encerrou o debate. Um elemento inspirava e amaldiçoava os primos Alencar: as fortes tintas que a família cearense impregnara nos registros do passado recente. Homem de Melo, no penúltimo texto, para corroborar as considerações e provar sua tese histórica, transcreveu os diálogos de José Martiniano de Alencar, pai do romancista, “nome puro e ilibado nas lutas do passado”. Homem de Melo foi extremamente cauteloso antes de apresentar os depoimentos do então Deputado constituinte Alencar (pai). Constatou, não julgou. A força da introdução desse elemento no argumento maior, uma “prova irrecusável”, levou José de Alencar “às cordas”. Observa-se em vez do menosprezo pelo pai Alencar, como fora nas palavras de Théberge, o elogio nas de Melo. Em artigo posterior, Alencar disse que deixaria sem resposta as observações de Homem de Melo e relegaria o julgamento das ações dos constituintes para o futuro.³⁹⁸

Homem de Melo utilizou um liberal histórico em sua tese na defesa da força e decência do Parlamento em detrimento da figura do monarca. Ressalto, em razão disso, mais um

³⁹⁷ A sua não preocupação com a pesquisa em fontes foi defendida com ironia, em 1872, ao se referir aos que a ela se dedicavam: “o trabalho de andar cascavilhando papéis velhos em armários de secretarias; ou a cansaça de trocar as pernas pela Europa, cosido em fardão agalado a pretexto de representar o Brasil nas cortes estrangeiras. Que formidável ‘prosopopeia’.” ALENCAR, J. de. O Guaratuja. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1958. v. 2, p. 1268. Alencar preferia as histórias de vida (depoimentos orais) ao apontar as conversas com senhores de idade que costumavam frequentar o Passeio Público.

³⁹⁸ MELO, 1901a, p. 248.

elemento importante, não determinante, mas condicionante, nas possibilidades e impossibilidades da escrita da história: como os políticos conservadores Araripe e Alencar lidariam, no presente, com o peso liberal das ações paternas pretéritas?³⁹⁹ Essas ações marcavam (com bons e maus exemplos) o passado recente cearense. Após essa discussão, nas memórias escritas em 1873 e publicadas postumamente, José de Alencar retomou a dívida para com o passado recente, particularmente, do pai. Ninguém se lembrara de memorá-lo, nem mesmo em nome de rua. O filho disse não ter perdido as esperanças de escrever seu nome no frontispício de um livro a lhe servir de monumento. O vulto histórico de seu pai não fora atingido pelas calúnias póstumas acolhidas por pessoas que não estudavam conscienciosamente o passado.⁴⁰⁰ No início da década de 1860, enquanto o prólogo da *História da província do Ceará* era redigido e seu autor fugia da discussão, outro filho da família Alencar ingressava na polêmica nacional sobre os fatos pretéritos na província.

Ainda que observado em período posterior ao aqui aludido, é pertinente afirmar que “tais polêmicas se estabelecem por motivações pessoais e por disputas pelo poder intelectual, do que em razão de possíveis diferenças de perspectiva teórica ou ideológica”. Os letrados polemizavam “com o olhar voltado para as reações do público e a recepção do debate”. A distância com o público era reduzida nesse processo comunicativo: “o polemista ora debate com o adversário ora se dirige ao público, de modo a conquistar sua simpatia.”⁴⁰¹ O pequeno público leitor era disputado, “o que envolvia o grupalismo (salões), a guerra de ‘coterias’ literárias, a polêmica, os elogios mútuos, as metáforas bélicas, protecionismos e perseguições”.⁴⁰²

³⁹⁹ A conflituosa atuação de liberais e conservadores cearenses, a partir da década de 1860, foi analisada em: ARAÚJO, M. do C. R. *O processo político da província do Ceará, 1868-1889*. 1982. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 1982. Em José de Alencar, a defesa do Partido Liberal por “fecundar as instituições do país com o germe civilizador de sua ideia” e as explicações por ser deputado conservador estando ligado aos liberais por tradições familiares foram apontadas em: CANO, 2001, p. 252-260.

⁴⁰⁰ ALENCAR, J. de. Como e porque sou romancista. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959 [1873]. v. 1, p. 135. A biografia do Senador Alencar, ainda vivo, surgiu da pena do filho. Ela foi publicada na famosa *Galeria dos brasileiros ilustres* (1859-1861) de Sébastien Auguste Sisson. ALENCAR, J. de. José Martiniano de Alencar. In: SISSON, S. A. (Ed.). *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. v. 1, p. 247-255. Em 1876, Macedo traçou a biografia do Senador Alencar de maneira hagiográfica. MACEDO, J. M. de. *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876. v. 3, p. 296-301. No Catálogo da Exposição de história do Brasil (1881), constou *Memórias para a biografia do Sr. Alencar*. Rio de Janeiro: Impr. Americana de I. P. da Costa, 1837. É pequena (36 páginas) e não há autoria. Em nenhum outro lugar encontrei referências a esse título. Não consta no catálogo atual de obras da BN para consulta. No catálogo de 1881 foi relacionada uma publicação intitulada *História do Ceará*. Não havia data e autoria. Parece-me um esboço de livro não publicado, pois constava que algumas páginas estavam impressas, o que pressupõe que outras estavam manuscritas ou esboçadas. A última parte sobre o Senador Alencar era a mais ampla. Também não está disponível para consulta pelo catálogo atual da BN.

⁴⁰¹ VENTURA, R. *Estilo tropical, história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 146-148.

⁴⁰² MACHADO NETO, 1973, p. 164.

Após analisar as distintas e não unânimes propostas dos letrados no IHGB para as províncias, examinei a dinâmica troca entre o centro e a periferia no comércio de ideias, o envolvimento dos documentos e narrativas nos estudos exploratórios sobre a “Terra da luz” e a construção dos heróis, bandidos e traidores nos passados das províncias do Norte. No livro pioneiro e consagrado de Alencar Araripe, das três questões basilares, duas combinam com os programas emanados do Paço Imperial. Eu me refiro ao norte da bússola investigativa dos letrados, o estado de progresso a atingir, o tornar-se civilizado. Soma-se a isso, a preocupação em conhecer os grupos indígenas. Apesar de transitar nas elucubrações letradas nesse momento, a questão da propriedade assumiu um caráter muito peculiar no Ceará, tendo em vista a avançada expropriação das terras indígenas. As lacunas no poder-dizer de Araripe estiveram ligadas a dois problemas: o arquivo e o passado recente. Afora a inexistência de instituições preparadas para salvaguardar papéis velhos, o arquivo extrapolou a materialidade e contemplou tradições disseminadas e comentadas pelo sertão, considerando o que foi visto e ouvido.

O arquivo do passado remoto estava danificado pela ação do tempo enquanto o passado recente encetava sérias dissensões entre os estudiosos. Diante disso, Tristão de Alencar Araripe – o filho do herói/criminoso assassinado em 1824 – se sentiu à vontade em lidar com o passado distante. Ainda que abordar o trabalho dos jesuítas, o legado dos indígenas, o heroísmo de Camarão, o projeto de civilização e a legalidade da propriedade (jurídica e histórica) suscitasse alterações, o historiador cearense tratou de não polemizar tais assuntos. Na Corte, os sócios do Instituto Histórico encontraram um obreiro comedido a laborar no canteiro da grande obra. Araripe, no momento em que os olhos do Sul estavam voltados para o Ceará, apresentou a província menos exótica e bárbara, não revolucionária e rumo à civilização.

2.3 De romances a crônicas: registros das cousas passadas da província

Se o primeiro historiador provincial não foi o único a se preocupar com os passados locais, quem eram os outros e por quais meios conduziram os trabalhos? Sob a cultura histórica oitocentista, que outros narradores ingressariam nas disputas para acessar e apresentar os passados do Ceará? Os textos de Franklin Távora, José de Alencar, Tomás Pompeu, Pedro Théberge e João Brígido são os convidados a dialogar com o livro pioneiro de Tristão de Alencar Araripe para fechar este primeiro momento historiográfico.

No representativo 1862 foi publicado, no Recife, *Os índios do Jaguaribe* de João Franklin da Silveira Távora (1842-1888). O autor, formado em Pernambuco, mas nascido no Ceará, subintitulou sua escrita como *História do século XVII*. O romance narrou o dia-a-dia da aldeia indígena Aracati (tabajara), em 1602, na borda do rio Jaguaribe, no Ceará.⁴⁰³ O primeiro volume da tetralogia foi considerado como fundamento de sustentação do grande edifício. Os quatro tomos prenunciariam um marco na divulgação do passado cearense. O gênero da narrativa estava indefinido para o autor: quem fosse competente que o qualificasse. Entretanto, Távora afirmou que, ao escrever essa “história”, não pretendia fazer romance de costumes daquele tempo. Ciente da existência de defeitos, o autor aproveitou personagens históricos e colocou certos acontecimentos em ordem.⁴⁰⁴ Contudo, não obstante o desprendimento do autor, as notas abarcaram longas discussões sobre definições linguísticas e históricas. Para quem não almejava tanto, ao menos no primeiro tomo, Franklin Távora ancorou o texto em boas bases. Perante os “silêncios da história”, ele expôs suas ações criadoras. O projeto inacabado e mal recebido de Távora sobre o passado remoto cearense explica os poucos estudos sobre a publicação – o primeiro romance cearense – num momento importante da construção de narrativas sobre o passado local.⁴⁰⁵ Em que pese contestarmos a autoridade dos comentários sobre pesquisas, influências e maior peso dos fatos históricos em detrimento da imaginação na narrativa pioneira,⁴⁰⁶ parece-me mais razoável ver a construção do texto como lugar onde a história permitiu “maior desafogo da imaginação” do autor.⁴⁰⁷ O

⁴⁰³ Receberia a segunda edição pelo autor com alterações em 1870 pelas Oficinas do Jornal de Recife. Na 1ª edição não constava qualquer referência editorial. Prometido para quatro volumes, somente teve o primeiro publicado. Utilizei: TÁVORA, F. *Os índios do Jaguaribe: história do século XVII*. 3. ed. Fortaleza: Sec. Cult. e Desporto, 1984. Baseia-se na 2ª edição.

⁴⁰⁴ TÁVORA, 1984, p. 139.

⁴⁰⁵ Os primeiros livros de Távora, incluindo o de 1862, foram acolhidos com entusiasmo no Norte, mas não houve nenhuma repercussão na Corte e no Sul do Império. TAUNAY, A. de E. Discurso do Orador. Sessão em 15 de dezembro de 1888. *RIHGB*, t. 51, parte 2, p. 354, 1888.

⁴⁰⁶ Lucia Miguel Pereira teceu pesadas críticas a Franklin Távora. Se não lhe faltavam algumas qualidades de escritor, como dons de observação, e certa vivacidade e naturalidade de estilo, faltavam-lhe por completo as de romancista. PEREIRA, L. M. Três romancistas regionalistas: Franklin Távora, Taunay e Domingos Olímpio. In: MOISÉS, M. (Org.). *O romance brasileiro: de 1752 a 1930*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1952. p. 104. Afrânio Coutinho destacou o livro como exemplo de pesquisa pelo “mergulho no passado e no ambiente local”. COUTINHO, A. *A tradição afortunada, o espírito da nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. p. 108. Gomes Almeida classifica-o como romance histórico indianista com claras influências de José de Alencar. ALMEIDA, J. M. G. *A tradição regionalista no Romance Brasileiro (1857-1945)*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, [c1999]. p. 82. Aguiar, em estudo amplo sobre a vida e obra de Távora, situou a posição dúbia do autor no primeiro romance cearense. Inicialmente vacilante, o autor optou pela prevalência dos fatos históricos sobre a imaginação: “o tom preponderante da História em detrimento da persuasiva e necessária construção romanesca.” AGUIAR, C. *Franklin Távora e o seu tempo*. Rio de Janeiro: ABL, 2005. p. 123.

⁴⁰⁷ CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. v. 2, p. 302.

romance histórico *Os índios do Jaguaribe* apareceu em 1862 como uma “história contada em linguagem amena” da colonização do Ceará no século XVII.⁴⁰⁸

Três anos depois da narrativa sobre os indígenas no Ceará de Franklin Távora, foi publicado *Iracema, lenda do Ceará* (1865) de José de Alencar.⁴⁰⁹ O escritor se encontrava no apogeu da carreira.⁴¹⁰ O livro narrou a relação da índia Iracema com o guerreiro português Martim no início do século XVII, na região da futura província do Ceará. Foi em sua terra natal que o romancista escutara o que narrou: “Uma história que me contaram nas lindas várzeas onde nasci.”⁴¹¹ Na narrativa de José de Alencar, identificamos facilmente lugares, pessoas e períodos que transitaram na escrita da *História da província do Ceará* de Tristão de Alencar Araripe. Mas o esforço de contextualização foi desnecessário, pois o romancista, nas longas notas, guiou o leitor por entre os meandros históricos. E é aqui, mais do que nos trinta e três capítulos, que o livro se aproxima dos escritos de Araripe e Távora. Antecedendo as 127 notas, Alencar redigiu o “argumento histórico da lenda”. O nome completo de dois personagens importantes no romance nos foi declarado: Martim Soares Moreno e Antônio Felipe Camarão. O texto relatou, sinteticamente, o passado local no início do século XVII e a atuação de Soares Moreno, cuja memória o Ceará deveria honrar como a de um “varão prestante e seu verdadeiro fundador”.

⁴⁰⁸ Sessão em 18 de junho de 1880. *RIHGB*, t. 43, parte 2, p. 404, 1880. O romancista-historiador foi aprovado para sócio do Instituto Histórico pelo parecer de 27 de agosto de 1880 da Comissão de Admissão de sócios na sessão em 3 de setembro de 1880. *RIHGB*, t. 43, parte 2, p. 453, 1880. Comissão formada por Alfredo d’Escragnoille Taunay e Guilherme de Shüch de Capanema. O escrutínio secreto foi realizado na sessão seguinte e seu nome aprovado como sócio do Instituto. Sessão em 17 de setembro de 1880. *RIHGB*, t. 43, parte 2, p. 462, 1880. Compareceu pela primeira vez ao IHGB, como sócio, na sessão em 12 de novembro de 1880, na presença do Imperador. *RIHGB*, t. 43, parte 2, p. 474, 1880. O único texto de Távora, afora os discursos como orador da instituição, publicado na revista da instituição foi: A extinção da escravidão no Brasil, o jubileu do Instituto Histórico. *RIHGB*, t. 51, parte 1, p. XVIII-XXVII, 1888. Nas referências ao letrado Franklin Távora no IAGP, de maneira diferente do IHGB, se enalteceu o poeta, o romancista, o crítico, o orador. Sessão em 27 de janeiro de 1889. *RIAGP*, n. 36, p. 41, jan. 1890.

⁴⁰⁹ A primeira edição, publicada em 1865, no Rio de Janeiro, receberia, logo a seguir, a segunda em 1870. O texto de José de Alencar, que analisei, tomou como base essa última. Recentemente saiu publicada a edição fac-similar: ALENCAR, J. de. *Iracema, lenda do Ceará*. ed. fac. sim. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003 [1865]. Utilizei: Id. *Iracema, lenda do Ceará*. Cotia: Atêlie Editorial, 2006a. Na segunda edição, o autor fez muitas alterações no texto da narrativa e em algumas notas. José de Alencar preparou a terceira edição que sairia no ano seguinte a sua morte pela editora B. L. Garnier (Rio de Janeiro). A classificação do livro *Iracema* pelo seu autor foi feita em outro escrito, *Sonhos de Ouro* de 1872. Das três fases do passado do país a que se referiam seus trabalhos, Alencar localizou a narrativa sobre o Ceará na “primitiva ou aborígene”. Aqui se encontravam as lendas das terras selvagens, “as tradições que embalsamam a infância do povo” e que o autor teria escutado “no berço”. O segundo período de seus escritos era histórico ou colonial e o terceiro, a infância da literatura com a independência política. Id. [Sênio]. *Sonhos de Ouro*. Benção Paterna. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959 [1872]. v. 1, p. 692-702.

⁴¹⁰ MARTINS, W. *História da Inteligência Brasileira (1855-1877)*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v. 3. p. 211.

⁴¹¹ ALENCAR, 2006a, p. 95-96.

Assim como Araripe, José de Alencar se preocupou em definir “a pátria do Camarão”.⁴¹² Essa “questão histórica”, que compreendeu a maior parte do argumento inicial do autor, contestava a posição de escritores pernambucanos de tirar “a glória ao Ceará para dar à sua província”. Alencar se permitiu uma erudita observação por discutir fontes e narrativas para atestar a nacionalidade do índio Poti. O autor apontou a tradição oral como fonte importante da história e “às vezes a mais pura e verdadeira”, aproveitada por diversos escritores como Aires de Casal. No Ceará, segundo ele, além de existirem notícias sobre o Camarão entre o povo, havia uma velha mulher que se dizia sobrinha do insigne indígena. José de Alencar dialogou também com Manuel Calado e Pereira de Berredo; discutidos de forma muito semelhante por Araripe.⁴¹³ Os esforços argumentativos de José de Alencar e Tristão de Alencar Araripe eram muito similares a todos que asseveravam ao Ceará o berço do ilustre indígena.

Alencar confessou que, embora redigido no Sul, o livro era cearense, pois foi imaginado e escrito para ser lido no Ceará. Contudo, o autor se mostrou temeroso diante da recepção pelos patrícios: “receio, sim, que o livro seja recebido como estrangeiro e hóspede na terra dos meus.”⁴¹⁴ Machado de Assis, no *Diário do Rio* de 9 de janeiro de 1866, informou que as preocupações de José de Alencar com *Iracema* se concretizaram: “Se alguma vez se falou na imprensa a respeito dela mais detidamente foi para deprimi-la; e isso na própria província que o poeta escolheu para teatro do seu romance.”⁴¹⁵ José de Alencar e Tristão de Alencar Araripe, como estudiosos dos tempos pretéritos, se aproximaram não só por integrar o esforço coletivo de narrar o passado do Ceará mas pelas trajetórias profissionais similares. Entretanto, possíveis trocas de informações sobre arquivos, discussões bibliográficas ou leituras dos textos de um pelo outro não apareceram nos amplos levantamentos biobibliográficos e nas pesquisas perscrutadas até o momento.⁴¹⁶ Desde a sua publicação, *Iracema, a lenda do Ceará*, causou grandes discussões entre os literatos. João Brígido, cearense por opção, foi um deles.

⁴¹² Em texto da década de 1840, José de Alencar já mostrava preocupação em designar o Ceará como a pátria de Felipe Camarão. ALENCAR, J. de. A pátria de Camarão. *Ensaios Literários*, São Paulo, 1846. Essa informação consta em MENEZES, 1977, p. 374. O trabalho de Mirhiane Abreu datou-o, diferentemente, em 20 de maio de 1849: ABREU, M. M. *Ao pé da página, a dupla narrativa em José de Alencar*. 2002. 185 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - IEL, UNICAMP, Campinas, 2002. p. 132, nota 13.

⁴¹³ ARARIPE, 2002, p. 181.

⁴¹⁴ ALENCAR, 2006a, p. 93.

⁴¹⁵ MACHADO DE ASSIS, J. M. Semana literária. In: ALENCAR, J. de. *Iracema – edição do centenário*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. p. 186.

⁴¹⁶ Encontros e desencontros familiares, aproximações e afastamentos políticos entre Tristão de Alencar Araripe e José de Alencar podem ser pinçados nas pesquisas biográficas sobre este último. Contudo, como é recorrente na bibliografia, há confusão onomástica entre o Conselheiro Araripe e o filho. VIANNA FILHO, 1979. Não encontrei troca epistolar entre ambos: MENEZES, R. *Cartas e documentos de José de Alencar*. 2. ed. aum. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1967.

Criticou José de Alencar pela perpetuação de erros grosseiros e absurdos, por conhecer pouco as antiguidades cearenses e por mascarar falhas com seu estilo: “uma sedução viva” para os espíritos inexperientes.⁴¹⁷

A representatividade da escrita da lenda do Ceará para as letras nacionais é irrevogável. A exaltação pela contribuição para a literatura pátria é recorrente. E ela continua sendo lida, relida, analisada.⁴¹⁸ O périplo literário de *Iracema* aos dias atuais nos mostra que, quanto mais distante da primeira edição, com mais tenacidade são considerados os elementos históricos no texto. José de Alencar é consagrado historiador.⁴¹⁹ Apesar da leitura de *Iracema* como mito fundador da Nação, ela não deixa de ser, primeiramente, uma lenda do Ceará. Trata-se, antes de tudo, de mito sobre a origem da província cearense, que pode ser lida, igualmente, como narrativa fundadora da Nação. A narração da origem é uma genealogia, ou seja, uma narrativa da geração dos seres, das coisas, das qualidades, por outros que são seus antepassados. Ao conceber o mito fundador para o Brasil, *Iracema* conferiu relevância nacional para uma província até então inexpressiva. José de Alencar se esforçou em projetar o Ceará no cenário nacional.⁴²⁰ Vale lembrar que o jornalista José de Alencar, na década de 1850, ao debutar no ambiente letrado do Rio de Janeiro, no *Diário do Rio*, escreveu ao conterrâneo Tomás Pompeu com a pretensão de se tornar embaixador da “Terra da luz” no Sul. Disse estar resolvido a fazer o que nunca tinha sido feito até o momento: defender a província do Ceará

⁴¹⁷ SANTOS, 1919, p. 2.

⁴¹⁸ Para o sobrinho Tristão de Alencar Araripe Júnior, *Iracema* era o mais brasileiro dos nossos livros, aquele em que a alma de poeta com mais força e franqueza se revelou. ARARIPE JÚNIOR, T. de A. A crítica. In: ALENCAR, J. de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959. v. 3, p. 1332; Id. José de Alencar. In: _____. *Obras críticas (1868-1887)*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1958. v. 1, p. 205. Em José Veríssimo, Alencar se distinguia como primeiro a introduzir o índio no romance brasileiro. VERÍSSIMO, J. *História da Literatura Brasileira, de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 5. ed. Brasília: Editora UNB, 1998. p. 192. Em Antonio Candido, *Iracema*, brotando no limite da poesia, foi o “exemplar mais perfeito da prosa poética na ficção romântica”. CANDIDO, 1997, p. 200. Em Alfredo Bosi, *O Guarani e Iracema* fundaram o romance nacional. BOSI, A. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 179. A ênfase de Bosi recaiu na análise do livro *O Guarani*, pelo seu caráter feudal. Para Afrânio Coutinho, *Iracema* colaborou para Alencar ser considerado o criador do romance e do estilo brasileiro, o libertador da literatura, o legítimo intérprete das lutas pela criação da nacionalidade literária no Brasil. COUTINHO, 1968, p. 122. Para Wilson Martins, José de Alencar no romance e Gonçalves Dias na poesia foram os criadores do nosso Indianismo. MARTINS, 1996, v. 3, p. 214. E foram de Martins, em texto de 1959, as palavras mais significativas do debate sobre o escritor José de Alencar: “ainda hoje, José de Alencar é um problema para a crítica: não há, em nossas letras, exemplo mais impressionante de malogro do pensamento crítico em face de um autor.” E, especificamente sobre *Iracema* e a “leitura viciada” que fazemos dela: MARTINS, W. *Pontos de vista: crítica literária*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992/1994. v. 3, p. 502; v. 7, p. 88-93.

⁴¹⁹ Dos textos que alçam o escritor romântico a “historiador”, cito, por exemplo: MARCO, V. de. *A perda das ilusões: romance histórico de José de Alencar*. Campinas: Unicamp, 1993; NAXARA, M. R. C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2004 e ABREU, M. M., 2002.

⁴²⁰ Esta reflexão surgiu da leitura do texto: CAMILO, V. Mito e História em *Iracema*. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 78, p. 169-189, jul. 2007. O autor fez alusão ao livro de Tristão de Alencar Araripe publicado em 1867 para a “afirmação identitária” do Ceará.

na alta imprensa da Corte. Assim, o governo seria obrigado a dar atenção à terra natal.⁴²¹ Ao livro do literato famoso viria se juntar o do primo desconhecido na apresentação da província à Corte.

Os trabalhos de Tomás Pompeu de Sousa Brasil sobre o Ceará datam da década de 1840, como a *Memória estatística da província do Ceará, sobre sua relação física, política e industrial*.⁴²² Em 1851, *Estatística da população da província do Ceará* saiu publicada no jornal *O Cearense*.⁴²³ Seguiram-se outras mostrando que não foram poucas as pesquisas do letrado sobre a província.⁴²⁴ Líder do Partido Liberal no Ceará, Pompeu foi indicado e escolhido pelo Imperador para o Senado em 1864. Esse ano lhe foi benevolente na política e nas letras nacionais ao compor, pela primeira vez, uma das Comissões de trabalho no Instituto Histórico, no caso, a de Geografia.⁴²⁵ Colegas nas páginas do jornal *O Cearense* e compartilhando, num primeiro momento, de semelhantes “princípios liberais”, Pompeu e Araripe, a partir da década de 1850, começaram a se afastar profissional e politicamente. Deter-me-ei somente em dois livros do Senador Pompeu pela temática, período de finalização/edição, relação do autor com a Comissão Científica e por contar com a colaboração de outro letrado do Ceará.

O Ensaio estatístico da província do Ceará foi publicado em dois tomos (1863 e 1864), cada um dividido em duas partes.⁴²⁶ Surpreende a quantidade de quadros estatísticos, o detalhamento e a atualidade. O volume dois, apesar de mais reduzido, contém levantamento histórico. Após a síntese das 14 comarcas da província, a última parte apresentou um resumo cronológico da história do Ceará desde 1603 até 1861, ano a ano, com intervalos, e dentro

⁴²¹ ALENCAR, J. de. Carta a Tomás Pompeu de Souza Brasil (26 out. 1856) transcrita em MENEZES, 1977, p. 102. A troca epistolar entre ambos pode, igualmente, ser observada, desde 1855 até 1868, em: MENEZES, 1967.

⁴²² Ordenado padre e formado em Direito pela Faculdade de Olinda, Tomás Pompeu de Sousa Brasil foi um dos fundadores do Liceu do Ceará (e seu primeiro diretor) e professor de Geografia e História.

⁴²³ *Estatística da população da província do Ceará. O Cearense*, Fortaleza, n. 405, p. 1-2, 7 fev. 1851. Embora não assinado, pressuponho que a autoria seja de Tomás Pompeu.

⁴²⁴ De autoria do Senador Pompeu: *Memória sobre a estatística da população e indústria da província do Ceará em 1856* (1857), *Relatório do estado da instrução pública e particular da província do Ceará no ano de 1857* (1858), *População da província do Ceará* (1859), *Dicionário topográfico e estatístico da província do Ceará* (1861) e *Ensaio estatístico da província do Ceará* (1863-1864).

⁴²⁵ Sessão da Assembleia Geral em 21 de dezembro de 1864. *RIHGB*, t. 27, parte 2, p. 388, 1864. Foi reeleito nos anos seguintes. Apesar de constar seu ingresso no Instituto em janeiro de 1845, a informação está incorreta: TAPAJÓS, V. (Org.). *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, 1996. v. 3, p. 140. Não consegui apurar com exatidão a data, os proponentes da candidatura, a publicação avaliada e os pareceres das comissões encarregadas. Na ata da sessão em 28 de abril de 1854, há uma carta de Tomás Pompeu acusando a recepção do ofício em que lhe comunicaram sua aprovação como sócio correspondente do IHGB. *RIHGB*, t. 17, p. 857, 1854. Pompeu não teve trabalhos publicados no periódico da instituição. No entanto, vários foram remetidos ao Instituto como observei nas atas das sessões em 11 de maio e 20 de julho de 1860. *RIHGB*, t. 23, p. 609 e 629, 1860.

⁴²⁶ BRASIL, T. P. de S. *Ensaio estatístico da província do Ceará*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 [1863-1864]. 2 v. A apresentação ao leitor está datada de 28 de fevereiro de 1862, tendo como cidade de origem Fortaleza (Ceará), apesar de publicada no Maranhão.

desses o escalonamento dos acontecimentos por dia e mês. O resumo foi confeccionado por outro estudioso, não citado: João Brígido.⁴²⁷ O passado da região foi dividido por épocas. As referências à atuação do pai de Tristão de Alencar Araripe não foram depreciativas nem apologéticas. João Brígido, no livro de Pompeu, não citou os documentos consultados na elaboração de seu resumo cronológico.

No complexo e heterogêneo caminho de disciplinarização dos estudos históricos ao longo do século XIX, chamou-me atenção as considerações sobre o lugar de onde falava o pesquisador Pompeu e onde inseriu seu trabalho. Para ele, a ciência que descrevia os países era a Geografia. A História, por sua vez, estava incumbida de relatar a maneira como os países se constituíram e as fases pelas quais passaram. A Economia Política indagava como a riqueza deveria ser produzida, repartida e consumida no interesse da sociedade. E a Estatística era a ciência que se ocupava do exame das leis pelas quais se verificavam os diversos fenômenos sociais.⁴²⁸ Seus escritos foram enquadrados nesta última e ampla ciência com a colaboração das demais ciências auxiliares, como a História. Não era geógrafo, historiador, tampouco político: Pompeu era estatístico. A *História da província do Ceará* não fez referência alguma às suas pesquisas. Por esse abrangente e coetâneo trabalho foi infundado o reclame de Alencar Araripe, no capítulo terceiro do seu livro, da falta de dados estatísticos da província. Além de pesquisas específicas sobre o Ceará e entorno, a região receberia destaque em outro livro do autor.

Em 1864, estava na quarta edição o *Compêndio elementar de geografia geral e especial do Brasil, adotado no Colégio de Pedro II, nos Liceus e seminários do Império*. Após a capa há uma citação que nos é familiar.⁴²⁹ As mesmas palavras de Victor Cousin transcritas pelo Visconde de São Leopoldo no artigo *O Instituto Histórico é o representante das ideias de Ilustração*. A província do Ceará recebeu dedicada atenção no livro de Geografia. Pela quantidade e qualidade, as pesquisas não teriam servido para a narrativa de Alencar Araripe? Servindo ou não, Pompeu era mais um obreiro (colega ou adversário?) a fornecer materiais provinciais para a grande obra. E outro pesquisador a enviar documentos e análises para o centro coletor no Paço Imperial. No livro, houve exaustiva aferição de números com

⁴²⁷ No livro de João Brígido, houve referência a si como autor do resumo: SANTOS, 1919, p. 524. José Honório Rodrigues atestou essa autoria em: RODRIGUES, 1956, p. 185, nota 53.

⁴²⁸ BRASIL, 1997, v. 1, p. IX.

⁴²⁹ “Dai-me a carta de um país, sua configuração, seu clima, suas águas, seus ventos, e toda a sua geografia física, informar-me de suas produções naturais, de sua flora, de sua zoologia, etc..., e eu me comprometo a dizer-vos *a priori* qual será o homem deste país, e que lugar gozará na história; não accidental, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas; enfim a ideia que este país é chamado a representar’.” COUSIN. V. *Cours de Philosophie*. Paris: [s.n.], 1828 citado por BRASIL, T. P. de S. *Compêndio elementar de Geografia geral e especial do Brasil, adotado no Colégio de Pedro II, nos liceus e seminários do Império*. 4. ed. aum. cor. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1864. (página não numerada).

informações atuais. História, Geografia e Estatística estavam, contudo, “descasadas”. Apareceram frases curtas, tabelas e dados compartimentados para serem inseridos e amarrados numa narrativa maior. O historiador futuramente utilizaria a Estatística, enquanto ciência, para mostrar o progresso no sertão, o caminhar da província por meio de números ao encontro da civilização. O Senador Pompeu, autor de importantes trabalhos sobre o Ceará no início da década de 1860, não estava sozinho.

No *Diário de Pernambuco*, de 28 de novembro de 1859, ou seja, no mesmo periódico em que Alencar Araripe prosseguiria com a sua história do Ceará três anos depois, começou a publicação do *Esboço histórico sobre a província do Ceará* de Pedro Théberge.⁴³⁰ Witruvio Pinto Bandeira e Accioli de Vasconcelos fez a apresentação. Enaltecendo as aptidões letradas do pesquisador, o prefaciador ressaltou os quatorze anos que o Dr. Théberge, a partir da cidade de Icó, percorreu o Ceará. Foram muitas viagens dedicadas aos estudos geográficos e históricos.⁴³¹ Apesar das lacunas na investigação, o pesquisador esteve “completamente instruído” com os fatos ocorridos desde a revolução de 1817. Do passado recente ao distante, o seu nível de conhecimento se deveu a outra importante fonte divulgadora dos episódios da região: os artigos no jornal *Araripe*, publicados por pesquisadores acerca do “tempo fabuloso”, isto é, da descoberta e povoação da província do Ceará.⁴³² Esse periódico, cabe esclarecer, era editado na cidade do Crato por João Brígido. Os artigos de Pedro Théberge, no jornal pernambucano, foram além de 1859.⁴³³ Não houve referências a documentos. Os escritos sinalizaram lacunas de pesquisa e saberes já sistematizados na imprensa periodista que Alencar Araripe saberia aproveitar sem citá-los. A propósito, Icó, onde Accioli Vasconcelos encontrou Théberge, é terra natal de Tristão de Alencar Araripe.

Ao finalizar a publicação do esboço histórico, Witruvio Pinto Bandeira saudou Théberge por se aventurar num campo pouco “agricultado” até então: o campo da história pátria nas diferentes províncias.⁴³⁴ O cultivo das histórias provinciais pelos “agricultores locais” enfrentava problemas. Afora as inexatidões devido à “corrupção da tradição”, havia a

⁴³⁰ Pedro F. Théberge nasceu na cidade de Marcé, França, em 1811. Formado em Medicina pela Universidade de Paris em 1837, veio ao Brasil nesse ano. Em 1845, ele se fixou no Ceará.

⁴³¹ VASCONCELOS, A. W. P. B. e A. de. Apresentação. In: THÉBERGE, P. *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 2, 28 nov. 1859.

⁴³² Loc. cit.

⁴³³ Pelo estado de má conservação dos exemplares microfilmados, optei por prosseguir a consulta e análise do texto na publicação em livro, sabendo, mas não precisando, das diferenças entre esses dois escritos. Foram publicados em 1869, 1875 e 1895. Utilizei a publicação fac-símile: THÉBERGE, P. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 3 v.

⁴³⁴ Desconheço a data do último exemplar do *Diário de Pernambuco* em que foi publicada a última parte do trabalho de Théberge. Utilizei os recortes feitos pelo Conselheiro Araripe: Caderneta com recortes de jornal com “Esboço histórico sobre a província do Ceará pelo Dr. Pedro Théberge”. IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe* (ACP09). Lata 317, pasta 7.

luta contra grandes impeditivos difíceis de ser avaliados. A situação dos arquivos provinciais era um deles. Apesar de o esboço histórico abordar episódios do passado local até 1850, Witruvio advertiu que Théberge colecionara muitos dados do passado mais recente. Contudo, o ensaísta francês entendeu não lançá-los à publicidade, pois os personagens que nele figuravam ainda estavam vivos. Ele guardaria seus laboriosos esforços para ocasião mais conveniente em que o amortecimento das paixões e o estudo mais profundo de homens falecidos garantissem a verdade que lhes era devida.⁴³⁵ Cabe ressaltar que um desses personagens, o Senador Alencar, viria falecer em 1860.

Em 1862, Théberge preparava a publicação em livro de seus artigos quando faleceu. A apresentação ao leitor no primeiro dos três tomos do *Esboço Histórico sobre a província do Ceará* foi escrita pelo filho Henrique Théberge em 2 de abril de 1869 (Fortaleza).⁴³⁶ O prefaciador e organizador deu destaque ao árduo trabalho do pai de, embora estrangeiro (ênfático em duas ocasiões), escrever a história da província do Ceará. Considerava-o compulsador, leitor, decifrador, organizador e analista de fontes nos arquivos cearenses. A imagem com que os escritos deveriam passar à posteridade constou também no reclame do filho. O texto, ainda que imperfeito, era um alicerce para as construções subsequentes que visassem ao progresso material e moral da província. Era a base de um grandioso monumento cuja “decoreção” muitos deveriam se dedicar. A história da província poderia ser modificada, ampliada, limada para satisfazer e instruir, sublimada no estilo e purificada na linguagem. Porém, ao pai caberia a iniciativa de tal empresa, na aquisição e preparo dos materiais. As pesquisas paternas foram situadas numa concorrência arquivística e historiográfica. Ao pai caberia o papel de iniciador entre os concorrentes não nomeados.

No proêmio do autor, há dois elementos que julgo importantes para dialogarmos com o livro de Tristão de Alencar Araripe. A primeira questão está nas ações do pesquisador, tímidas no início, mas que assumiram proporção e demandaram grande amplitude. Théberge começou seu trabalho com o simples intuito de organizar em cronologia os acontecimentos mais importantes da província. Entretanto, a lista exigiu a consulta de documentos e lhe ensejou mais gosto por aumentá-los. Com receio de que se perdessem ou fossem destruídos pela “ação roedora do tempo”, agravada pelo pouco apreço dado nas repartições públicas, o pesquisador organizou os documentos em datas sucessivas e ensaiou uma espécie de

⁴³⁵ VASCONCELOS, 1859, p. 2.

⁴³⁶ THÉBERGE, H. Ao leitor. In: THÉBERGE, 2001, v. 1, p. VII-IX. Não há referência alguma pelo filho à iniciativa anterior, quando da publicação de parte do livro no *Diário Pernambucano* por Witruvio Pinto Bandeira. Percebo o desconhecimento da publicação anterior do Dr. Théberge no *Diário de Pernambuco* por outro comentarista: MENEZES, E. D. B. de. Os historiadores do Ceará. *RIC*, t. 115, p. 71-100, 2001. p. 78.

“memória histórica”. Como segunda questão, sem citar nomes, o autor aludiu aos *outros*, não só pesquisadores mas os personagens nas histórias a narrar. Ele estaria se reportando indiretamente aos descendentes de tais personagens? Ao escrever o proêmio, Théberge tinha ciência da publicação não autorizada de parte de suas pesquisas na Revista do IHGB e da “terrível descomponenda” de José Alencar.⁴³⁷

A elaboração do livro por Théberge foi uma resposta mais documentada à censura do literato famoso na Corte, José de Alencar. Havia um ambiente de tensão e cautela que interferia diretamente no poder-dizer dos letrados preocupados em estudar a história da província. Théberge disse estar sofrendo renhida guerra de personagens públicas cujas ações não gostariam de ver publicadas. Estava consciente de que escrevera sem paixão nem preconceito, sem ódio nem afeto. Como estrangeiro, não se deixou levar por opiniões políticas, pois não as partilhou tão intensamente quanto os nacionais. Seus esforços seriam reconhecidos por pessoas imparciais e os erros compreendidos pois gerados pela “maior boa-fé”.⁴³⁸ A origem estrangeira para o autor, antes de desmerecê-lo, credenciava-o a poder-dizer. Estava imune ou menos afetado pelo provincialismo. No entanto, os comentaristas não reconheceram a imparcialidade nos escritos: “Embora apaixonado em muitos de seus conceitos, que sua longa estadia na província e conseqüente convívio com os seus homens de maior representação não o deixaram olhar com a precisa imparcialidade os fatos sucedidos, mormente os de data recente.”⁴³⁹

As advertências de Théberge foram escritas a 20 de setembro de 1862, no Icó, menos de dois meses antes do prefácio de Tristão de Alencar Araripe escrito no Recife, e menos de um mês antes de ser publicada a sua resposta aos ataques de José de Alencar. À vista de tanto trabalho e renhida resistência, examinemos o que estava escrito no livro do pesquisador Pedro Théberge, francês de nascimento e cearense por opção. No primeiro volume, a cidade de Icó apareceu em demasia na trama. A discussão bibliográfica foi mínima. Apesar de não nomear a autoria, Théberge citou os *Apontamentos para a história do Cariri* de João Brígido.⁴⁴⁰ Ao longo do livro, além dos indígenas, jesuítas, rixas familiares, medidas administrativas de construção da burocracia imperial, Théberge apontou suas peregrinações nos arquivos em busca de traços, marcas, vestígios: eu achei, eu consultei, eu adquiri, eu coligi. E é sobre a situação arquivística no Ceará que o texto nos trouxe importantes constatações. Em razão da

⁴³⁷ Conforme capítulo 2.2 desta tese.

⁴³⁸ THÉBERGE, P. Proêmio do autor. In: _____. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. v. 1, p. XII.

⁴³⁹ STUDART, G. Estrangeiros e Ceará. *RIC*, t. 32, p. 204, 1918.

⁴⁴⁰ THÉBERGE, 2001, v. 1, p. 90.

absoluta e longa dependência do Ceará de Pernambuco, os arquivos do governo cearense eram insuficientes. Do pouco, o que havia se encontrava incompleto e maltratado. A matéria para escrever a história dos tempos distantes deveria ser buscada nos arquivos da Provedoria da Real Fazenda, livros de notas no arquivo da Ouvidoria, nas Câmaras, livros de capelas e igrejas, certidões de datas, termos de medições, apontamentos de famílias, tradições e outros documentos vários. Esse arquivo amplo e heterogêneo era incapaz de preencher as lacunas de seu trabalho. Mas Théberge se disse consolado, pois nas histórias locais ou gerais do Brasil havia semelhantes lacunas e esterilidades.⁴⁴¹ Afora esses elementos houve outro valioso: a “renhida questão” sobre a naturalidade de Felipe Camarão. Ao tratar da invasão holandesa, Théberge pausou a narrativa para discutir o que escritos anteriores sinalizaram sobre o assunto. Cearense ou pernambucano? Théberge não teve dúvidas: cearense. Afora a pequena digressão, mais adiante nesse capítulo, o autor se referiu aos muitos índios do Ceará que adquiriram “grande nomeada” na guerra, traçando a descendência do ínclito herói Felipe Camarão.⁴⁴²

O segundo tomo prosseguiu com os episódios da revolução de 1817 aos últimos momentos de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Na análise do volume publicado em 1875, é flagrante a proeminência do cenário e dos personagens principais: Icó e a família Alencar, os “corifeus das ideias patrióticas” e não menos propensos ao “fanatismo” republicano.⁴⁴³ E dessa vasta estirpe partícipe dos movimentos revolucionários, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe recebeu a maior atenção do autor. Um filho da família Alencar que esteve destinado a representar “um papel importante na história do país”. A campanha que empreendeu ao Piauí e Maranhão tornou “seu nome célebre em todo o Império do Brasil”.⁴⁴⁴ Tristão Gonçalves foi persuadido de que a população partilhava de seu frenesi republicano. Os acontecimentos em Pernambuco foram decisivos na sua conduta revolucionária. A narração de sua trágica morte foi narrada em dois momentos: triste fim para

⁴⁴¹ Ibid., p. 201-203.

⁴⁴² Ibid., p. 35-37, 51-54. O anotador do livro, além de sinalizar a discussão que houve entre Pedro Théberge e Antonio Joaquim de Melo (1794-1873), sócio correspondente do IHGB, nas páginas do *Diário de Pernambuco*, sobre o local de nascimento do herói indígena, transcreveu as respectivas missivas. Melo, de acordo com o que Théberge havia publicado naquele periódico, declarou estar incorreta a origem de nascimento de Camarão. A verdade deveria ser restabelecida. O estudioso francês, por sua vez, em longa correspondência ratificou a naturalidade cearense do herói na guerra contra os holandeses. Théberge citou como prova o que Berredo, Albuquerque Coelho e Calado haviam dito em seus livros. O texto *Valerozo Lucideno* do padre Manoel Calado também fora utilizado na argumentação de Melo, porém, segundo Théberge, ele não o havia analisado corretamente. Trata-se de uma narrativa a subsidiar duas opiniões díspares. A posição de Alencar Araripe foi muito semelhante a de Théberge pelo uso dos livros dos três autores citados. As correspondências de Antonio Joaquim de Melo e Pedro Théberge em fins de 1859 e início de 1860, no *Diário de Pernambuco*, foram reproduzidas ao final do segundo tomo (1875): THÉBERGE, 2001, v. 2, p. 173-194.

⁴⁴³ THÉBERGE, 2001, v. 2, p. 31.

⁴⁴⁴ Ibid., p. 99.

o insigne cearense, sozinho, abandonado e cercado de inimigos.⁴⁴⁵ Théberge o elegeu pelas convicções: bravura, constância, vontade forte e inabalável, fanatismo pela liberdade. Colocou-o acima do movimento que conduzira, mas não como herói.⁴⁴⁶ A alcunha era válida somente para Felipe Camarão. As ações desse disputado filho da terra nas guerras holandesas se sobrepôs às de Tristão Gonçalves, que, por enquanto, era somente um idealista fanático de causa mal amparada.

O cenário de 1817 a 1824, na narrativa, transpirava ódios e estava banhado de sangue: assassinatos, traições, vinganças, pilhagens, mutilações, represálias, emboscadas, carnificinas, saques, atrocidades, injustiças, imolações, rivalidades. Um rastro de barbárie em terras cearenses. Inicialmente, entre realistas e republicanos e, posteriormente, entre estes e os imperiais. Os figurantes, sem voz e sem rosto, agiram por se deixarem levar. O povo, conforme o autor, não compreendeu coisa alguma do que ocorrera. Foram antes levados pelo “espírito de Pernambuco” e pelos gritos dos chefes da rebelião.⁴⁴⁷ Os cearenses não compreenderam o ideal de república e se deixaram conduzir pelo vizinho. Participaram de causa que não lhes pertencia. Antes de republicanos convictos, republicanos amedrontados e insuflados pelos chefes. Segundo o autor, as gentes foram “unanimemente” monárquicas, pois grande parte da província abraçou de malgrado e constrangida as ideias republicanas. Do que fora aludido no prefácio, o autor novamente reiterou a existência de outras versões sobre o espírito republicano e mencionou o caráter monárquico do povo cearense e sua confiança no governo imperial. Esse caráter e confiança eram “prova evidente e irrefragável”, mesmo não aceita de bom grado por homens de credos políticos contrários.⁴⁴⁸

Em que pesem tais diatribes historiográficas sobre o passado do Ceará, que afloraram com intensidade na década de 1860, a narrativa no segundo tomo, ao contrário do primeiro, apareceu sem lacunas. Desapareceu o pesquisador. A história foi simplesmente contada. Não nos foi apresentada de forma constante a origem documental do narrado. Houve poucos documentos transcritos no corpo do texto. O périplo arquivístico nos passou despercebido. O ocorrido em tempos recentes estaria já entranhado na “tradição cearense”? Seria de conhecimento amplo? O parágrafo final no tomo adicionou mais mistério ao amparo arquivístico utilizado pelo ensaísta francês. Por portaria do Presidente da província (14 de novembro de 1824), foi ordenado às repartições riscarem atas e destruírem papéis relativos ao

⁴⁴⁵ Ibid., p. 142.

⁴⁴⁶ Ibid., p. 160.

⁴⁴⁷ Ibid., p. 13.

⁴⁴⁸ Ibid., p. 118.

governo republicano. Folhas foram arrancadas e cortadas “de tal forma que nada oficial se pode colher relativamente a esta época”.⁴⁴⁹

O apagamento dos vestígios do passado dificultaria a ancoragem documental dos obreiros envolvidos na difícil tarefa de reconstituição da experiência republicana. Poder-dizer de acordo com o quê? Da tradição? Das testemunhas? Do ouvir-dizer? Se o passado mais distante do Ceará corria o risco de não ser acessado pelo desleixo com que as repartições públicas arquivaram os documentos, agravado, outrossim, por estar grande parte em Pernambuco, o passado mais recente, embebido de partidarismos e ausente de provas, aguçava os litígios historiográficos. Em meio a esse fogo cruzado que a desconhecida segunda parte da *História da província do Ceará* de Tristão de Alencar Araripe foi publicada discretamente nos jornais de novembro de 1862, antes da primeira em 1867. O autor, filho do bravo varão revolucionário, antecipou seu relato para fazer frente, complementar e corrigir as versões sobre as ações do pai. Foi em razão das dificuldades arquivísticas e das paixões partidárias que Alencar Araripe, já sócio do IHGB em 1870, político influente e magistrado reconhecido, deixou cair no esquecimento a continuação do livro: o livro sim, o tema não. O conteúdo dos dois tomos do livro de Théberge veio a público no limiar da década de 1860 pelo *Diário de Pernambuco*. Quando Araripe escreveu, em 1862, da “injustiça das apreciações errôneas” para com a memória do pai e do tio, ele fez referências indiretas aos escritos de Pedro Théberge. O *Esboço histórico sobre a província do Ceará* e os extratos publicados na Revista do IHGB motivaram o ávido pesquisador e filho magoado a publicar os trabalhos em 1862 e 1867. Seu primo, José de Alencar já havia, de pronto, entrado na discussão.

O tomo final do esboço histórico de Théberge foi publicado somente em 1895 e também foi organizado pelo filho Henrique Théberge. Diferentemente do anterior, o volume começou com um documento em apenso. Que importância teria para merecer tamanho destaque? Tratou-se, *ipsis verbis*, da carta do padre José Martiniano de Alencar ao Imperador D. Pedro I. A missiva era uma súplica e seu remetente a figura mais proeminente da revolução de 1824. Ela foi oferecida pelo editor à apreciação dos leitores como documento histórico de “subido valor”. Na longa carta escrita em 20 de janeiro de 1825, antes de chegar para ser julgado na Corte, Martiniano de Alencar explicou seu comportamento e suas ações na revolução no Ceará após a dissolução da Assembleia Constituinte em 1823. Reiterou seus esforços nas províncias do Norte para defender a causa monárquica e mantê-las na “obediência e comunhão do Império”, longe da anarquia. Sobre o irmão assassinado, Tristão Gonçalves,

⁴⁴⁹ Ibid., p. 171.

disse que tentara convencê-lo a se demitir quando da instauração do governo republicano, pois temia que a falta de conhecimento e experiência o levassem a excessos políticos.⁴⁵⁰ José Martiniano de Alencar se eximiu da participação no movimento revolucionário e vilipendiou as convicções do irmão falecido. Cabe destacar que esse documento foi colocado em local de relevo pelo organizador da publicação (no início do volume terceiro) para reforçar os argumentos do pai (no final do volume segundo) aos ataques de José de Alencar. Os filhos novamente obravam em defesa da memória dos pais. No volume anterior de 1875, o editor disse que, por circunstância imprevista e alheia, não inserira a carta.⁴⁵¹ Provavelmente o filho de Théberge aguardou o falecimento do mais combativo e ilustre filho da família Alencar, o José, ocorrido em 1877.

O último tomo do *Esboço histórico* de Pedro Théberge abrangeu os acontecimentos do final de 1824 até o início de 1854. Escrito no início de 1860, o texto relatou episódios recentes do passado da região, em especial sobre Icó e a família Alencar. Essa recentidade esteve relacionada diretamente à “renhida guerra” que o autor sofreu de acordo com o prefácio no primeiro tomo. Os três capítulos iniciais deram destaque às ações de Joaquim Pinto Madeira, monarquista e legalista convicto, inimigo mortal da família Alencar. Pelas contestações, o conflituoso julgamento e morte de Pinto Madeira foi o episódio que recebeu maior ancoragem documental.⁴⁵² O processo constou na narrativa como o “mais odioso que se encontra nos fastos criminais desta província”. O processo foi levado adiante com o propósito de sacrificar o réu. Os integrantes do júri – pessoas que participaram do “assassinato judiciário” – estavam vivos enquanto o autor escrevia. De acordo com Théberge, no início de 1860, era conveniente deixá-los “lutar com os gritos da própria consciência” e deixar para a História denunciar no tribunal da posteridade a quais “figuras sinistras” os integrantes do júri obedeceram no tribunal dos homens.⁴⁵³ No momento do julgamento, quem governava a província era José Martiniano de Alencar, pai de José de Alencar. Porém o autor, em que pese o efeito denunciante, lançou sua posição de pesquisador. Apesar da “opinião geral” entre o povo de ser Martiniano de Alencar o verdadeiro responsável pela morte de Pinto Madeira,

⁴⁵⁰ ALENCAR, J. M. de. Carta ao Imperador D. Pedro I (20 jan. 1825, Vila da Barra no rio São Francisco). In: THÉBERGE, 2001, v. 3, apenso n. 2, p. 5-27.

⁴⁵¹ THÉBERGE, 2001, v. 2, p. 195. Desconheço se Pedro Théberge possuía esse documento quando faleceu, ou se foi encontrado posteriormente pelo filho que o publicou.

⁴⁵² THÉBERGE, 2001, v. 3, p. 125.

⁴⁵³ *Ibid.*, v. 2, p. 136.

Théberge disse não ser possível afirmar ou negar tal julgamento. Naquele momento, o que podia ser dito era que não existia documento autêntico para comprová-lo.⁴⁵⁴

Afora a súplica no início do volume e essa acusação opinativa e não documentada, o Senador Alencar também mereceu a atenção do autor ao longo da narrativa. Théberge afirmou que, apesar de ser um dos chefes mais ativos da revolução em 1824, Alencar se livrou de toda culpa. Ele se manteve “atrás da cortina”, salvo de riscos e comprometimentos enquanto mandou executar seus planos por outros.⁴⁵⁵ No entanto, esse demérito não caracterizou a abordagem que o autor fez das gestões de José Martiniano de Alencar no governo da província. A narrativa foi, assim, ambígua na avaliação do pai de José de Alencar e tio de Alencar Araripe. O pesquisador novamente confrontou a “opinião geral” com a documentação. A acusação de o Presidente da província ter usado meios arbitrários e pouco morais para alcançar seus intentos, perseguir aos inimigos de sua administração e de sua família era possível para Théberge por ser “tendência dos administradores”. Ao examinar a correspondência oficial, o autor observou que José de Alencar (pai) foi, na verdade, movido pelo firme desejo de acabar com os crimes que dilaceravam a província.⁴⁵⁶ A aguerrida oposição dos oponentes políticos justificou os “excessos deploráveis”. Théberge mencionou fatos que abonavam a “moralidade e probidade” da administração de Alencar: introdução de colonos, repreensão ao tráfico negreiro no Ceará, elevação da receita, perseguição de criminosos. O autor concluiu alegando que, “se fatos dessa ordem não caracterizam um *insigne administrador*, não sabemos que mais será preciso para merecer-se este título”.⁴⁵⁷ Para o passado recente, a denúncia veio acompanhada de cautela.

As dissensões políticas pautaram os trinta anos cobertos pela narrativa de Théberge, no tomo terceiro. E como constou no volume anterior do *Esboço histórico*, os papéis dos arquivos, cartórios e as atas das assembleias provinciais não foram poupados do ódio ao outro. Além de assassinados, os inimigos políticos e os cúmplices desapareceram dos registros. Passadas as disputas entre realistas ou imperiais *versus* republicanos, permaneciam as entre liberais e conservadores de diferentes matizes: guerra civil, fome hedionda, epidemia devastadora, escassez de víveres, arbitrariedade de magistrados, assassinatos, fuzilamentos, recrutamentos, crise monetária, represálias, perseguições, desordens, motins, rebeliões, sedições, espancamentos, secas, furto de gado, roubo de cavalos, morosidade de obras

⁴⁵⁴ Ibid., v. 3, p.145. As cartas entre José Martiniano de Alencar e o juiz do processo estão arroladas no apenso de número 4 e foram apostas pelo editor.

⁴⁵⁵ Ibid., p. 41.

⁴⁵⁶ THÉBERGE, 2001, v. 3, p. 122.

⁴⁵⁷ Ibid., p. 145 (grifo no original).

públicas, indefinições dos limites estaduais, proletário mal intencionado. A falta de civilização na província permanecia no problema indígena (tribos selvagens, catequese, aldeamento e uso da mão-de-obra) e nos focos de fanatismo místico (“reino encantado” do caboclo João Antônio). Grande parte desse estado de barbárie foi gerada, de acordo com o texto, pela falta de legislação, fraqueza das autoridades, proteção aos correligionários, vício do “patronato” pelas famílias ricas e influentes. O problema da ausência de leis ou a falta de respeito às existentes criava insegurança individual e da propriedade.

Significativamente, os letrados locais constaram na narrativa, não como pesquisadores, mas como sujeitos politicamente ativos no passado próximo. Além de Tomás Pompeu de Sousa Brasil como Deputado, consta anonimamente, no texto, um grande fomentador de discórdias contra o Presidente da província em 1850. O autor apontou que o Presidente da Assembleia, na época também redator do periódico do Partido Liberal, não contente em criticar o Presidente da província, levou o rancor ao extremo atacando o chefe de família e o negociante, cuja “probidade achava-se bem firmada, cobrindo-o de epítetos os mais injuriosos, e até inculcando sua casa comercial de falida”.⁴⁵⁸ O não nomeado presidente da Assembleia provincial e redator do periódico liberal *O Cearense* naquele período era o futuro historiador Tristão de Alencar Araripe. Por fim, afora os chefes políticos e militares de destaque, os demais – o povo da província – seguiam inconscientes. Os cearenses receberam a denominação de plebe ignorante, canalha, povo baixo, massa mal armada, esfarrapada e esfomeada.

Por fim, dialogarei com João Brígido, último partícipe do esforço coletivo e da disputada narração sobre o Ceará e, assim como Dr. Théberge, não nascera no Ceará, mas o escolheu para trabalhar e viver.⁴⁵⁹ Cicerone da Comissão Científica de 1859, causador da polêmica entre José de Alencar e Pedro Théberge, integrante do grupo letrado preocupado no registro dos passados cearenses: João Brígido não pode ser esquecido neste momento historiográfico. Suas pesquisas foram anteriores à chegada dos doutores do IHGB ao Ceará, porém, receberam maior divulgação após o retorno deles à Corte. Na sessão de 9 de maio de 1862, seu trabalho intitulado *Biografia do Padre Antonio Manoel de Sousa*, publicado no Crato em 1857, foi ofertado ao Instituto Histórico no Rio de Janeiro.⁴⁶⁰ Foi o mesmo trabalho

⁴⁵⁸ Ibid., p. 241.

⁴⁵⁹ Nascido em Campos, na província do Rio de Janeiro, João Brígido dos Santos (1829-1921) foi professor no Liceu do Ceará, publicista e advogado.

⁴⁶⁰ Ofertas. Sessão em 9 de maio de 1862. *RIHGB*, t. 25, p. 654, 1862. Não constou quem ofertara o livro. No parecer da Comissão de Admissão de Sócios, mencionou-se o envio por João Brígido ao Instituto de diversos manuscritos sobre a província do Ceará, entre os quais o processo original de Joaquim Pinto Madeira. Sessão em 22 de agosto de 1862. *RIHGB*, t. 25, p. 679, 1862. Foram publicados na Revista do IHGB dois artigos:

para o qual contribuíram as anotações de Théberge que, por sua vez, inadvertidamente, foram disponibilizadas para a Comissão Científica, publicadas sem autorização na Revista do Instituto e utilizadas nos ataques de José de Alencar ao ensaísta francês. Na sessão do IHGB de 27 de junho de 1862, Guilherme Schüch de Capanema e Manuel Ferreira de Lagos apresentaram a proposta para João Brígido ser aceito como sócio.⁴⁶¹ Ambos foram chefes de seções na Comissão Científica de 1859. A crônica dos índios Cariris, publicada no jornal *Araripe*, serviu como título de admissão ao candidato.

Em 22 de agosto de 1862, João Brígido dos Santos foi proclamado sócio correspondente do Instituto Histórico, no Rio de Janeiro, em sessão acompanhada por D. Pedro II.⁴⁶² A obra de João Brígido é vasta e muito instigante para analisarmos o processo de escrita da história no Brasil a partir da província do Ceará.⁴⁶³ Especificamente, interessa-me situá-lo no período de efervescência escriturária no início da década de 1860. O seu olhar retrospectivo sobre esse momento também deve ser levado em consideração, pois foi o único dos três a refletir mais longamente. Théberge faleceu em 1864, Pompeu em 1877 e Brígido em 1921. Em carta de novembro de 1859, podemos confirmar a prática de troca de informações sobre o passado recente do Ceará entre Brígido e Théberge. No relato das pesquisas sobre 1824, assassinatos, roubos, carnificinas, confusões, choros, inquietações, desespero, raiva e exaltação foram registrados por Brígido ao amigo no Icó. Como de praxe, a família Alencar constou nas linhas do relato.⁴⁶⁴

Do trabalho de Brígido, finalizado em 1858 e publicado a partir de fevereiro de 1859 no jornal *Araripe*, que lhe serviu de título para admissão no prestigiado Instituto Histórico, cabe destacar o aviso ao público. O professor Brígido alegou ter escrito, não segundo as impressões de testemunhas, mas de materiais recolhidos e dispostos em ordem. Apelou para a “tradição

Povoamento do Ceará. *RIHGB*, t. 88, suplemento, p. 65-71, 1888a e Retificação a História do Brasil de 1831-1840 do conselheiro J. M. Pereira da Silva. *RIHGB*, t. 42, parte 2, p. 207-212, 1879. Este último texto foi lido pelo autor ao final da sessão em 18 de junho de 1880. *RIHGB*, t. 43, parte 2, p. 407, 1880.

⁴⁶¹ Sessão em 27 de junho de 1862. *RIHGB*, t. 25, p. 668, 1862. A proposta foi encaminhada diretamente à Comissão de Admissão de Sócios e não à de estudos históricos, geográficos ou etnográficos. Sessão em 8 de agosto de 1862. *RIHGB*, t. 25, p. 673-674, 1862.

⁴⁶² Sessão em 22 de agosto de 1862. *RIHGB*, t. 25, p. 677 e 679, 1862. A Comissão de Admissão de Sócios era composta por Manuel Ferreira de Lagos e Agostinho Marques Perdígão Malheiro.

⁴⁶³ Pesquisa específica sobre *A construção de uma História para o Ceará por João Brígido: Escrita e Política (1855-1919)* por Renato de Mesquita Rios está em andamento, desde 2011, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Ceará (UECE) sob orientação de Lucili Grangeiro Cortez. Dessa pesquisa, tive até o momento acesso a dois textos: RIOS, R. de M. Estilos do projeto historiográfico de João Brígido (1859-1919). *Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade*. Ouro Preto: EdUFOP, 2007 e Id. Ideais Maçônicos na formação de João Brígido enquanto intelectual e produtor de textos (1874-1921). In: MATA, S. R. da; MOLLO, H. M.; VARELLA, F. F. (Org.). *Caderno de resumos & Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

⁴⁶⁴ SANTOS, J. B. dos. Carta ao Dr. P. Théberge. *RIC*, t. 2, p.109-120, 1888b.

pouco confiável” que não lhe permitiu apresentar um “quadro animado das verdadeiras cores de cada situação”. Deu a conhecer somente “notícia dos fatos” evidenciados por documentos em um labirinto de informações incoerentes, que muitas vezes se excluíram reciprocamente.⁴⁶⁵ Pela impossibilidade de escrever a história, Brígido disse ter escrito apontamentos para a história do Cariri ou, como constou na proposta para o IHGB, crônicas. Tal cautela fez com que João Brígido, de forma semelhante a Alencar Araripe, estabelecesse um diálogo com os leitores a fim de subsidiá-lo com informações ou certificá-lo da verdade. Rogou que o advertissem por carta de qualquer omissão ou erro, bem como da falta de alguma circunstância importante não exposta.⁴⁶⁶ Uma ampla rede de testemunhos foi acionada por meio dos periódicos locais para ratificar ou retificar informações apuradas até o momento. Pedidos, comumente, eram lançados a heterogêneo grupo de leitores na busca e confirmação de fatos ocorridos nos passados locais.

Em 1887, Brígido deu continuidade ao resumo publicado inicialmente no livro do Senador Pompeu. Conforme Perdigão de Oliveira, no momento em que a história do Ceará se encontrava em elaboração, com muitos fatos em contestação, o livro de Brígido, *Resumo cronológico para a história do Ceará*, surgiu como o melhor do gênero na província.⁴⁶⁷ João Brígido dos Santos era considerado autoridade no assunto: discutiu as origens sombrias de Felipe Camarão e, assim como Théberge, não correu das discussões com José de Alencar. O ilustre literato da família Alencar, conforme Brígido, “tanto se elevou como artista, escrevendo páginas primorosas, quanto andou de rastros, sempre que entrou pelos domínios da história nacional”.⁴⁶⁸ Pela análise das narrativas de Franklin Távora, José de Alencar, Tomás Pompeu, Pedro Théberge e João Brígido, observei que os textos de Tristão de Alencar Araripe – *História da província do Ceará* (1867) e sua continuação (1862) – dialogaram com outros textos no momento em que foram produzidos. Seja para corrigir, seja para complementar suas pesquisas, Alencar Araripe acompanhou os demais trabalhos sobre o passado cearense, apesar de aparentemente ignorá-los. Vários recortes de jornais de autoria de Pompeu, Théberge e Brígido constam na coleção Alencar Araripe, no fundo documental do

⁴⁶⁵ Id., 1919, p. 59.

⁴⁶⁶ Id., 1919, p. 60.

⁴⁶⁷ OLIVEIRA, J. B. P. de. *Resumo Cronológico para a História do Ceará pelo Sr. Major João Brígido dos Santos*, ligeira apreciação. *RIC*, t. 2, p. 25-79, 1888. Sobre o livro de João Brígido: Id. *Resumo cronológico para a história do Ceará*. Paris: Guillard, Aillaud & Cia, 1887. Não havia prefácio, introdução, apresentação ou conclusão no livro. As ações da família Alencar não foram adjetivadas.

⁴⁶⁸ SANTOS, J. B. dos. *Publicações diversas, os precursores da Independência (jornal Mororó, da Fortaleza, maio de 1899), homens e fatos do Ceará (diversos jornais da Fortaleza)*. Fortaleza: Tip. Universal, 1899. p. 165.

IHGB, colados em pequenas cadernetas de anotações com observações à tinta.⁴⁶⁹ Afora os artigos dos três pesquisadores, há grande quantidade de recortes de “ofícios históricos” transcritos dos jornais sem identificação da autoria.

Os estudos publicados sobre Alencar Araripe apresentam-no como figura-símbolo da historiografia provincial. Contra a tendência de parte dos estudos historiográficos de se manter na superfície de estereótipos, me permito questionar o destaque dado ao trabalho de Alencar Araripe como “o pioneiro”, “o primeiro”, “o fundador”. Mais do que o próprio conteúdo, construção narrativa e uso documental, a *História da província do Ceará* não teria sido a primeira história pelo seu título? Ou teria sido pela autodesignação do autor no prefácio? Após analisar as pesquisas no Ceará, critico o estabelecimento de ordem cronológica na historiografia ao mostrar, por meio de esquemas classificatórios, o caráter evolutivo na escrita da história na província.⁴⁷⁰ Por exemplo, Capistrano de Abreu, ao final do Dezenove, estabeleceu e qualificou a primeira geração de estudiosos cearenses: “Pompeu escreve na Fortaleza, Alencar Araripe no Recife, João Brígido no Crato, Théberge no Icó, os dois primeiros aproveitando, sobretudo arquivos, e os dois últimos saturando-se de tradições populares que encontraram e colheram vivazes.”⁴⁷¹

Os necrológios do Barão de Studart, quando do falecimento de Tristão de Alencar Araripe, funcionaram como proponentes do esquema classificatório da escrita da história do Ceará. Conforme o orador, coube a Alencar Araripe “sem dúvida a glória de haver sido o primeiro a entregar-se aos estudos e investigações da história cearense, e fazê-la conhecida na imprensa do país”.⁴⁷² Studart posicionou a *História da província do Ceará* de 1867 na cronologia historiográfica da província. A publicação foi resultado das primeiras pesquisas realizadas por Araripe nos arquivos daquela província “apesar dos que *posteriormente* apareceram de Théberge, Pompeu, João Brígido”.⁴⁷³ Nessas palavras delimitadoras das origens da historiografia cearense, Studart louvou o historiador, “um dos homens de letras que mais tem trabalhado no Brasil”, e o livro do progenitor, “a exegese dos documentos relativos à povoação da terra e à civilização dos índios constitui um dos melhores e mais completos subsídios para a *história definitiva* da aludida região”.⁴⁷⁴

⁴⁶⁹ IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Coleção Alencar Araripe (ACP09)*. Lata 317. Na lata 318, há mais 21 pastas com manuscritos, contendo documentos e extratos sobre a história do Ceará (DL 820.19).

⁴⁷⁰ Construo minha crítica de acordo com: GUIMARÃES, M., 2005.

⁴⁷¹ ABREU, J. C. de. Sobre uma História do Ceará. *RIC*, t. 13, p. 22-33, 1899. p. 22.

⁴⁷² STUDART, 1908a, p. 217. Esse necrológico foi modificado e publicado em: Id., 1908b.

⁴⁷³ Id., 1908a, p. 223 (grifo meu).

⁴⁷⁴ Loc. cit. (grifo meu).

Na década de 1940, embora sem a proposta de hierarquização da historiografia cearense, o descrédito das pesquisas de alguns desses letrados serviu para, indiretamente, enaltecer as de outros. Por exemplo, Luiz Teixeira de Barros em *A revolução de 1817 no Ceará* reafirmou a qualidade das pesquisas de Alencar Araripe, sem citá-lo, pelo demérito dos demais. Conforme Barros, Théberge e Brígido foram inventores de histórias, historiadores superficialíssimos, enfáticos e palavrosos. Com “meia dúzia de penadas” arquitetaram “histórias tétricas e horripilantes” e convenceram muitos leitores simplórios e sentimentais.⁴⁷⁵ Barros acusou-os de fazer da história romance e do romance história. A versão pioneira dos trabalhos de Araripe ganhou força nas décadas de 1950. No capítulo *O Ceará e sua historiografia de 1951*, José Honório Rodrigues apontou o nascimento da historiografia cearense nas décadas de 1850 e 1860. O Senador Pompeu foi o primeiro na lista pelos estudos de Geografia e de população. Entretanto, a obra de Pompeu foi concebida como variada e vizinha da História. Tristão de Alencar Araripe, por sua vez, foi reputado primeiro historiador cearense: “primeiro na ordem cronológica, um dos primeiros na orientação e nos rumos novos que tentou imprimir ao trabalho histórico.”⁴⁷⁶ Seguiram-no Brígido e Théberge, os “modestos pesquisadores, a colher pelo interior, ainda vivas, as vozes da consciência popular”.⁴⁷⁷ Nenhum dos dois apresentou o valor ou a contribuição de Pompeu e Araripe. A análise de José Honório se baseou, de acordo com as notas de rodapé, nas sinopses feitas por Sacramento Blake⁴⁷⁸ e no citado necrológico de Studart. Esta última citação não referenciada de José Honório é muito semelhante ao parecer de Capistrano de Abreu apontado acima, que julgo conhecido por aquele.

A repetição acrítica, carente de análise comparativa dos textos produzidos, integrou o prefácio à segunda edição da *História da província do Ceará* de 1958. José Aurélio Câmara destacou a reedição do livro pioneiro, localizou a publicação na primeira fase da historiografia cearense, dita descritiva, reforçou e enalteceu as pesquisas do Conselheiro Araripe. No “edifício da história cearense”, o prefaciador considerou Araripe “arquiteto das fundações, como o operário da obra rude e esquecida, a mais penosa e a menos lembrada, sobre a qual levantariam outros o edifício com melhor ferramenta e, por isso mesmo, com mais brilho e perfeição”.⁴⁷⁹ As contribuições de Pompeu, Théberge e Brígido, como arquitetos ou obreiros,

⁴⁷⁵ BARROS, L. T. de. *A revolução de 1817 no Ceará*. Recife: Tradição, 1944. p. 45.

⁴⁷⁶ RODRIGUES, J. H. O Ceará e sua historiografia. In: _____. *Notícia de Vária Historia*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951. p. 177-178. Texto semelhante foi publicado em: Id. Índice anotado da revista do Instituto do Ceará. *RIC*, t. 70, p. 179-185, 1956.

⁴⁷⁷ RODRIGUES, 1951, p. 185.

⁴⁷⁸ BLAKE, 1902, v. 7, p. 320-324.

⁴⁷⁹ CÂMARA, 1958, p. X.

não foram lembradas nessa periodização da historiografia cearense. Os erros cometidos por Araripe na publicação pioneira foram desculpáveis num momento caracterizado pela “ausência de investigação extensa e aprofundada”. Antes de situá-lo na disputada e laboriosa historiografia provincial, Câmara posicionou o livro de Araripe no cenário nacional ao lado da primeira edição da *História Geral do Brasil* (1854-1857) de Varnhagen, da edição em português da *História do Brasil* (1862) de Robert Southey e das pesquisas (1864-1865) de João Francisco Lisboa.

O prefácio de Tomás Pompeu Sobrinho ao livro de Carlos Studart Filho, *Páginas de história e pré-história* (1966), representou outra hierarquização das gerações de pesquisadores da história local. Das figuras principais, que iniciaram as investigações metódicas pioneiras da história cearense, aparecem, de acordo com Pompeu Sobrinho, Alencar Araripe pela *História da província do Ceará* (1867), Pedro Théberge pelo *Esboço Histórico sobre a província do Ceará* (1869) e o Senador Pompeu por contribuições diversas. A segunda geração de pesquisadores despontou com a fundação do Instituto do Ceará (1887) e nela foram incluídos o Barão de Studart e João Brígido dos Santos.⁴⁸⁰ Equivocadamente, houve a definição das origens da historiografia e sua hierarquização baseadas somente na cronologia dos principais livros publicados. Desconsideraram-se os trabalhos de pesquisa em arquivos e os escritos publicados nos jornais. Essa memória historiográfica, ao escalonar processos evolutivos e demarcar origens para a prática do ofício de historiador, se estende até os dias atuais em razão da autoridade dos estudiosos da historiografia, dos quais José Honório Rodrigues é a mais notória.

Eduardo Diatahy de Menezes, no artigo *Os historiadores do Ceará* (2001), seguiu sem discutir a disposição historiográfica propagada por José Honório Rodrigues.⁴⁸¹ João Alfredo de Sousa Montenegro, em texto recente, ratificou seus estudos anteriores e afirmou a inauguração de forma sistemática da historiografia cearense com o livro de Alencar Araripe.⁴⁸² E como os quatro, Pompeu, Théberge, Brígido e Araripe se consideraram nessa disputa? Nem todos se definiram explicitamente. Brígido e Théberge, justamente os preteridos do quarteto, foram os que situaram suas produções como iniciais no contexto local. Na análise que fiz anteriormente, Théberge reconheceu seu trabalho como base pela iniciativa na aquisição e preparo dos materiais a ser limados posteriormente. João Brígido, escrevendo no

⁴⁸⁰ POMPEU SOBRINHO, T. Prefácio. In: STUDART FILHO, C. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966. p. 7-11.

⁴⁸¹ MENEZES, 2001, p. 76-81. Texto publicado também em: Id. *Os historiadores do Ceará*. In: CHAVES, G. *Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 291-313.

⁴⁸² MONTENEGRO, 2003, p. 28.

jornal *A República*, em 1900, afirmou que a crônica da província fora feita por ele, antes de Théberge e Araripe.⁴⁸³ Teria sido o primeiro cronista, pois acreditava que o Ceará não tinha uma história propriamente dita. Tudo o que fora escrito, como memórias, notícias de jornais e crônicas, estava, de acordo com Brígido, muito disperso, sem método nem sistema.⁴⁸⁴ Brígido e Théberge apareceram como iniciadores, mas não historiadores.

Pelo que analisei dos escritos do Senador Pompeu, ele não esteve interessado em se colocar nesse ranking historiográfico, pois se dedicou à Estatística e à Geografia e cedeu espaço para o resumo cronológico de Brígido em sua obra. No necrológio lido no IHGB por Joaquim Manoel de Macedo, Pompeu foi considerado um “escritor suculento e de severos estudos”.⁴⁸⁵ De forma mais abrangente, recentemente, foi abordado como naturalista e geógrafo.⁴⁸⁶ Tristão de Alencar Araripe foi o único que declarou abertamente seu intento de escrever uma história do Ceará, “a minha história”.⁴⁸⁷ Vontade abonada pela divulgação e aceitação dos seus escritos pelos sócios do Instituto Histórico, na Corte, em 1870. O que não evitou que a geração seguinte de estudiosos locais, que gravitavam ao redor do Instituto Histórico do Ceará, rebaixasse as pretensões de Araripe, em 1892, designando-o “cronista” juntamente com Théberge e Brígido.⁴⁸⁸ Contudo, a força das palavras pronunciadas no lugar autorizador se sobrepôs aos epítetos engendrados na província. No necrológio lido em sessão magna no IHGB, o orador oficial designou-o “historiador”.⁴⁸⁹

Desse modo, não bastassem as conflituosas discussões sobre datas e fatos no passado do Ceará e sobre a recentidade ou não de divulgá-los, havia também a designação, apropriada ou não, dos estudos realizados pelos letrados. Autoridade, capacidade e reconhecimento pelos pares estavam em jogo. Trajetórias de pesquisa e escrita a serem construídas e pavimentadas (ou destruídas) foram intensamente discutidas. Se tomarmos o livro de Araripe como uma história, facilmente o diferenciamos das publicações de Pompeu e Brígido. Apesar de saber que o conteúdo nas publicações destes últimos integrou igualmente a narrativa de Araripe, elas não se designaram histórias. Contudo, não dispensaram método rigoroso de pesquisa,

⁴⁸³ SANTOS, J. B. dos. *A República*, [s.l.], 3 dez. 1900 publicado em CARVALHO, J. *Antologia de João Brígido*. Fortaleza: Terra do Sol, 1969. p. 38.

⁴⁸⁴ SANTOS, J. B. dos. *Resumo da história do Ceará para uso das escolas primárias*. Fortaleza: Libertador, 1885. p. 6 citado por RIOS, 2008, p. 6.

⁴⁸⁵ MACEDO, J. M. de. Discurso do Orador. *RIHGB*, t. 40, parte 2, p. 558-565, 1877. p. 560.

⁴⁸⁶ PAIVA, M. P. Os naturalistas e o Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. p. 107-124. Semelhante texto publicado em: Id. Os naturalistas e o Ceará: Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877). *RIC*, n. 112, p. 9-26, 1998; SOUSA NETO, M. F. de. *Senador Pompeu: um geógrafo do poder no império do Brasil*. 1997. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1997.

⁴⁸⁷ ARARIPE, 2002, p. 23.

⁴⁸⁸ STUDART, 2004, nota 5, p. 482.

⁴⁸⁹ CELSO, A. Discurso. Sessão em 21 de outubro de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 606-608, 1909. p. 607.

sistematização, apresentação, organização. Mas e a trilogia de Théberge? Faltou introdução com ampla descrição geográfica da província? Ou natureza para ser história? Não contemplou outros espaços para além da província? Estatísticas atualizadas deveriam ter sido consideradas? A primeira “história” do Ceará deveria pertencer a um filho da terra e Conselheiro do Imperador em vez de um estrangeiro? A narrativa de Araripe mostrou mais claramente a lei providencial da humanidade (raça caucasiana através dos portugueses) do Oriente para o Ocidente? Na crítica que Capistrano de Abreu teceu à obra de Varnhagen, em 1878, o historiador não deveria ficar somente escavando documentos, demonstrando a autenticidade e determinando fatos.⁴⁹⁰ Os fatos deveriam ser compreendidos na ligação com outros mais amplos para demonstrar as leis que os regiam. Tristão de Alencar Araripe foi lido como o único a interpretar a história do Ceará conforme essas leis mais gerais capazes de articular num todo o conjunto de fenômenos físicos, políticos, sociais, culturais, econômicos.

Afora as divergências na escrita, está o *lugar* onde tais trabalhos foram lidos, discutidos e julgados. Todos, Théberge, Pompeu, Brígido e Araripe, travaram relações com o Instituto Histórico e os consócios, variando, entretanto, a intensidade dos contatos e a respectiva circulação dos escritos nas páginas da revista da instituição. Neste momento historiográfico, as pesquisas do “historiador” Tristão de Alencar Araripe receberam maior aval, repercutiram por terras longínquas e silenciaram as dos demais “divulgadores das coisas do Ceará”. Das pinceladas de cor local na pinacoteca nacional, Araripe foi o pintor maior.

⁴⁹⁰ ABREU, J. C. de. Apenso, necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1906b. p. 507.

A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA – CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em 1862, Joaquim Manuel de Macedo ressaltou, no Instituto Histórico, que era mais fácil descobrir a verdade quando diversos autores se ocupavam do mesmo assunto.⁴⁹¹ Não me parece que tal esforço coletivo se aplicou à história do Ceará neste momento historiográfico. A busca pelo passado comum se deparou ante passados particulares, envoltos em mistérios e lendas. No incansável trabalho de poder-provar para poder-dizer, por tempos arredios em espaços em movimento, destaco dez pontos na análise historiográfica da narrativa pioneira de Tristão de Alencar Araripe.

O livro *a História da província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850* foi publicado num momento de intenso debate sobre a história do Ceará, do Norte e do Brasil. Antes de seguir o que muitos preconizavam na Corte – instinto ou espírito de nacionalidade e marcas de brasilidade⁴⁹² – vimos a primeira história do Ceará imersa em polêmicas alimentadas por argumentos de provincialismo. A intrínseca organicidade ao conjunto nacional, almejada pela instituição autorizadora (IHGB), foi afetada por tensões e disputas nas páginas do seu periódico.

A dificuldade de investigar e relatar os episódios ocorridos em terras cearenses seccionou o passado em dois: o recente e o distante. As fronteiras cronológicas não foram demarcadas precisamente. Envolveram documentos, poesias, escritos antigos e modernos, testemunhos, testemunhas, enfim, um arquivo heterogêneo, volúvel, inconstante. O passado remoto teve no indígena, no selvagem, no íncola, no não-civilizado, no bárbaro, a questão primordial enquanto o passado recente teve na família Alencar, com seus projetos revolucionários, o foco de contestações.

A escrita da história do Ceará não pode ser analisada sem levarmos em consideração as atividades envolvidas na fase documental do labor dos homens de letras, verdadeiros “ratos de arquivo”.⁴⁹³ As lacunas na narrativa derivaram consideravelmente das fontes. A tradição jogou um papel importante, servindo ou não conforme os argumentos dos autores. A poesia e a prosa ficcional preencheram tais lacunas e possibilitaram ver sombras e ouvir sussurros de outrora. As cartas régias permitiram reconstruir o passado provincial, independente se as ações ali determinadas foram efetivadas. Antecipou o que seria dito muito tempo depois: a

⁴⁹¹ MACEDO, J. M. de. Dúvidas sobre alguns pontos da história pátria. *RIHGB*, t. 25, p. 3-41, 1862. p. 4.

⁴⁹² ROUANET, M. H. Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991. p. 238.

⁴⁹³ Utilizo a designação dada por Antonio Candido a Joaquim Norberto da Sousa Silva e sua paixão pelos documentos. CANDIDO, A. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988. p. 21.

criação da realidade pela lei no “abstrato império das ordens régias”.⁴⁹⁴ Os processos judiciais entornaram o caldo das polêmicas diante dos julgamentos dos homens, da História e da posteridade. Entre fontes dispersas e voláteis, a narrativa arquivou documentos e depoimentos que não chegariam aos demais pesquisadores por outro modo.

O sumiço do índio no presente foi compensado pela narrativa farta de bárbaros e exaltadora das proezas do herói Poti no passado remoto. O selvagem foi exemplarmente convertido no roldão do processo civilizatório pelos sertões cearenses. Ao redor do guerreiro indígena giraram tempos históricos e tempos míticos. A escrita se preocupou em lhe dar um berço sem lhe conhecer a origem e o destino. O Ceará buscava se inscrever no panteão dos heróis “nacionais” enquanto seu herói estava sendo renhidamente disputado pelas províncias do Norte. Da busca no passado por vestígios legitimadores da “nacionalidade” de Felipe Camarão, valeu a tradição. Com poucos documentos se teve muitas narrativas.

A atuação da família Alencar, nos movimentos revolucionários contra o poder central, esteve imbricada no passado “quase contemporâneo” do Ceará. O registro e o debate, ainda que motivassem a pesquisa, silenciaram, impediram, cegaram, anuviaram, enervaram os investigadores. Mais que um embate local, provincial, regional, a escrita da história do Brasil, nos intentos unificadores, monárquicos, incruentos, providenciais, não seria levada adiante sem tocar no vespeiro da ação dos Alencar. E foi coincidência que, no seio dessa família, despontou o primeiro historiador cearense? Aquele que, pela imparcialidade, almejou a verdade? A escrita por Tristão de Alencar Araripe não se constituiu num “ritual de sepultamento” para o desmerecimento vivo de um morto ilustre?⁴⁹⁵ Não buscou a catarse para um ressentimento duradouro? Da busca no passado por vestígios legitimadores da boa fé dos intentos da tradicional família cearense, não valeu a tradição. Com mais documentos se teve menos narrativas.

O *povo*, entidade indefinida e menosprezada, foi convidado a colaborar na composição do conjunto de provas. O público leitor foi acionado pelos jornais a participar no julgamento dos episódios pretéritos. Foi o intermediador no repasse da gama de informações espalhadas pela província, naquilo que os literatos chamaram de tradição ou opinião geral. Tratou-se de agente importante a corroborar na narrativa dos grandes homens, mas que tangenciou a história do Ceará. O povo apenas suscitou atenção quantitativamente. Ficou para a prosa ficcional e a poesia o resgate do passado recente do sertanejo, do lavrador, do pescador, do

⁴⁹⁴ FAORO, 2008, p. 143.

⁴⁹⁵ CERTEAU, 2006, p. 107. O pensamento histórico segue a lógica do luto ao transformar o passado ausente, que é parte da identidade de alguém, em vida presente e atual. RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2, p. 163-209, 2009. p. 201.

soldado, do vaqueiro, do artesão cearense.⁴⁹⁶ O povo, literalmente, era ficção. A não-escrita do povo cearense esteve relacionada ao debate que atravessou o pensamento brasileiro por todo o século XIX: “com que povo contamos para construir o país.” A escrita da história do Ceará se aproximava da escrita da história do Brasil, onde o país era um lugar positivo; a negatividade advinha dos seus habitantes.⁴⁹⁷

Os passados recente e remoto do Ceará não foram privilégio dos historiadores; dos profissionais que passaram à posteridade como autoridades em falar dos tempos pretéritos. O acesso aos passados cearenses foi construído por um grupo heterogêneo de homens de letras sob aquilo que convencionamos chamar de cultura histórica oitocentista. Escritas plurais ou híbridas que propuseram, discutiram, interrogaram, auxiliaram a construir o conhecimento histórico de uma das províncias menos conhecidas do Império. Esse canteiro de obras é esquecido pelos historiadores da historiografia brasileira. Observo essa “ilusão historiográfica” ao problematizar o pioneirismo do livro de Tristão de Alencar Araripe. O historiador de Icó se situou numa prática solitária ao desmerecer as diligências do arredo Franklin Távora e as do grupo ativo e unido de Pedro Théberge, João Brígido dos Santos e Tomás Pompeu de Sousa Brasil. A necessidade de marcar origens, de mostrar progresso e evolução disciplinar ocupou (e ainda ocupa) os historiadores provinciais, regionais, estaduais na preparação do panteão escriturário ou cânon historiográfico: historiadores que selecionam historiadores, historiadores que esquecem historiadores. Trata-se de uma prática reducionista muito em voga, lembrada recentemente.⁴⁹⁸

A força da instituição e seu poder irradiador são admiráveis ao observarmos o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na cultura histórica cearense. Considerando as dificuldades de deslocamento pelo espaço e pelo tempo no Brasil do Dezenove, as discussões travadas no Paço Imperial ecoaram por cantões longínquos. Os debates nos mostraram a

⁴⁹⁶ Sílvia Romero destacou a “acertada intuição” que Távora teve de fazer das classes populares no passado e no presente a base de seus romances, como em *O Cabeleira* (1876). ROMERO, S.; RIBEIRO, J. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906. p. 300. Para o Ceará, a “gente miúda” figuraria no romance *O sertanejo* de José de Alencar publicado em 1875. Sobre o “cearense”, não obstante não ter espaço nas narrativas históricas, a passagem da Comissão Científica pelo Ceará teve influência marcante sobre o folclorista Juvenal Galeano da Costa e Silva (1836-1931) que escreveu o livro *Lendas e Canções Populares* (1865), no qual abordou de forma nostálgica e utópica um passado perdido, de fartura e trabalho, descrevendo tipos populares como o pequeno lavrador, o pescador, o vaqueiro e o artesão. ALEGRE, 1989, p. 215, nota 4. O personagem típico da região, as suas preocupações características, meios de vida, costumes, psicologia e formas de sociabilidade entraram na literatura pela mão desse poeta. Militante ativo no partido Liberal, além de numerosos poemas patrióticos inspirados na Guerra do Paraguai, Galeano foi autor de significativa poesia de protesto social. MARTINS, 1996, v. 3, p. 237-239.

⁴⁹⁷ MORAES, 2008, p. 94.

⁴⁹⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. O historiador naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 192-215.

pluralidade de critérios a ser observada pelos escritores de histórias. Foram propostas não unânimes, plurais, contraditórias. Contudo, não obstante esse vigor institucional, a produção do conhecimento histórico ultrapassou sua esfera de atuação. Houve muita pesquisa e escrita para além do lugar autorizador. Jornais, livros, revistas, institutos regionais e grupos de pesquisas no Norte (não institucionalizados) atestaram a dinâmica fora da Casa da História. O lugar privilegiado entrou em choque com as províncias. O Instituto foi criado quando o país buscava “proteção contra a revolução”. Os princípios republicanos, que explodiram pelos cantões do Império, deveriam ser rejeitados e combatidos.⁴⁹⁹ Não estaria justamente nesse forte espírito opositor a expressividade do provincial?

O autor Tristão de Alencar Araripe teve motivos para escrever a história do Ceará além dos expressos no prefácio de 1862. O escritor da narrativa pioneira não se despiu das formações e trajetórias jurídica e política. Escamoteou-as quando conveniente. Polêmico na tribuna, não foi polêmico na história. Praticou a história durante o ostracismo parlamentar. O historiador da história inconclusa mostrou receio de levar em frente o registro do passado recente da província e se restringiu a artigos de jornal por meio de criptônimo não reconhecido pela maioria dos coevos e pósteros. Deixou ao primo, José de Alencar, o embate em prol da memória do pai e do tio revolucionários. O livro em suspenso integrou uma gama de ações do literato visando à própria consagração na Corte. Fez-se e fizeram-no o primeiro historiador, pois elidiram os demais: Théberge ou Brígido poderia sê-lo.

Os dez pontos acima extrapolaram o livro em si de Alencar Araripe. Mergulhamos no caudaloso movimento de constituição disciplinar. A História para instruir e julgar. A História como processo pedagógico e jurídico a ser usado politicamente.⁵⁰⁰ Da intratextualidade passei para a transtextualidade. Dissequei narrativas e investiguei escritas para compreender como, em meio aos dilemas cognitivos, seu autor chegou a Conselheiro do Imperador. Em minha abordagem, reforcei a necessidade de ler diretamente os textos e não permanecer na leitura dos comentaristas. No entanto, tais leituras interpretativas foram importantes para entender como se constrói a historiografia brasileira desde o século da História. A partir de 1880, com essa experiência arquivística e escriturária no Norte, Tristão de Alencar Araripe teve publicada uma das primeiras narrativas sobre o mais longo conflito no Brasil Império: a

⁴⁹⁹ GUIMARÃES, M., 2011, p. 69.

⁵⁰⁰ De acordo com Araujo, um dos problemas mais difíceis de dimensionar na história da historiografia do Dezenove é o significado da permanência do topos *historia magistra vitae*. No entanto, parece-me precipitado afirmar que “ela estava efetivamente superada, ao menos no Brasil, por volta de 1840. ARAUJO, V. L. de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 7, p. 47-55, maio 2008b. p. 55. Redireciono a afirmação na pergunta: superada em que autor e/ou em qual texto?

Guerra dos Farrapos (1835-1845). Um passado recente e incômodo no extremo Sul do país. Houve novas pesquisas, novas narrativas, novas discussões, novas práticas, novos contatos, novos lugares, novos arquivos, novos argumentos de provincialismo. O quanto tais novos(as) estavam encharcados de antigos(as)? É o que tratarei no próximo momento historiográfico.

PARTE II

(Rio Grande do Sul – 1880)

Mais tarde, quando se for rastrear os depoimentos severos para o plenário da posteridade, pode ser que se encontre um ciclo de episódios romanescos e maravilhosos para um cancionista e não fundamentos seguros para sentenças convictas.

Desembargador Oliveira Bello em *Os Farrapos* (1877)

O historiador é juiz; e o juiz deve ser competente e julgar pelo processo. A competência dá o tempo; o processo organiza-se pelos depoimentos, acumulando-se os documentos, em que estes se contêm. Escrever antes do tempo é ser juiz ilegítimo; é proferir sentença sem processo regular. Os contemporâneos não são historiadores; são apenas testemunhas e organizadores do processo.

Conselheiro Araripe em *Guerra Civil do Rio Grande do Sul* (1880)

3

A PRIMEIRA MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE

Sexta-feira, 22 de agosto de 1879, final de tarde no Paço Imperial. Com a presença do Imperador D. Pedro II, realizou-se mais uma sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao final da reunião, o sócio Tristão de Alencar Araripe pediu a palavra e, com a permissão do monarca, iniciou a leitura do “ligeiro trabalho” sobre a primeira obra de pacificação que o Imperador enfrentara em seu reinado: a guerra civil do Rio Grande do Sul (1835-1845).⁵⁰¹ O historiador cearense estreou naquele espaço de leitura e discussão, fixando o texto por uma *formalidade ritual*.⁵⁰² O tema era assaz espinhoso para os obreiros envolvidos na preparação da escrita da História do Brasil. Essa leitura ensejou a publicação, por autor nacional, de um dos trabalhos mais longos nas páginas do periódico da instituição. Perscrutemos essa narrativa embaraçosa, analisemos seus meandros, sigamos as diferentes leituras e a experiência do historiador do Ceará, a partir de agora, estabelecido e reconhecido na Corte.

3.1 Pagamento da dívida: memória com documentos

Iniciada a publicação em 1880, na Revista do IHGB, a *Guerra Civil do Rio Grande do Sul* contou igualmente com uma edição em separado no ano seguinte. No primeiro plano, há a parte expositiva ou histórica e, no segundo, documentos.⁵⁰³ O livro publicado em 1881, no Rio de Janeiro, tem somente a primeira parte. Não obstante a pequena incongruência no título, “no” em vez de “do”, que altera a abrangência do conflito, a publicação em separado não dispensa a força do lugar onde foi apresentada a *memória*: constou na capa como lida no Instituto Histórico. Não só a editora, Tipografia Universal de Eduardo e Henrique Laemmert,

⁵⁰¹ Sessão em 22 de agosto de 1879. *RIHGB*, t. 42, parte 2, p. 242-244, 1879. A leitura prosseguiu nas sessões posteriores: 12 e 26 de setembro, 7 e 21 de novembro, 5 de dezembro.

⁵⁰² O ato de ler em voz alta para os ouvintes força “o leitor a se tornar mais metódico, a ler sem pular e sem voltar a um trecho anterior, fixando o texto por meio de uma certa formalidade ritual.” Ao ler o texto, o autor recobre as palavras com certos sons e interpreta-as com certos gestos, concedendo ao ouvinte a sensação de estar perto das intenções do autor. MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 146 e 28. Infelizmente as atas das sessões no IHGB não acusam tais indícios, mas creio ser importante não desmerecer a peculiaridade do ato da leitura perante os sócios, incluindo o Imperador.

⁵⁰³ Na Revista do Instituto, a parte expositiva do trabalho está publicada em: *RIHGB*, t. 43, parte 2, p. 115-364, 1880. A parte documental em: *RIHGB*, t. 45, parte 2, p. 35-236, 1882; t. 46, parte 2, p. 165-564, 1883; t. 47, parte 2, p. 47-238, 1884. A publicação em separado: ARARIPE, T. de A. *Guerra civil no Rio Grande do Sul, memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, 1881a. Utilizo: ARARIPE, T. de A. *Guerra civil no Rio Grande do Sul, memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. ed. fac. sim. Porto Alegre: CORAG, 1986.

como a placa litográfica foram as mesmas para os artigos na Revista e para o livro. Na parte expositiva, a memória se divide em 35 capítulos, nos quais os títulos são formados por pequenas frases com a ordem dos assuntos tratados.

O capítulo primeiro funcionou como prefácio ou apresentação. Intitulado *Observações acerca da revolução rio-grandense e sobre os documentos a ela referentes*, o introito realizou a apreciação geral do tema e do trabalho efetuado pelo autor (pesquisa, organização, narrativa). A “revolução” no Sul foi periodizada em três épocas segundo os princípios legais de integração ao Império: sedição, rebelião e sujeição. Grande parte do capítulo foi utilizada para desqualificar o movimento no seu caráter republicano e democrático: “a realidade da coisa bem longe estava de sua epígrafe.”⁵⁰⁴ Nesse intento, o autor argumentou que o povo não fora o chefe supremo: “nunca a democracia afastou-se mais de um governo do que do da república do Piratini.” Ela não passou de “fantástica criação de espíritos desejosos de inovações”. A população se deixou dominar pelos chefes revolucionários. Não houve voto público por eleições regulares. A suposta república foi exclusivamente militar, governada por atos ditatoriais. A população viveu sob o despotismo militar. Do movimento o leitor foi conduzido aos seus artífices: poucos caudilhos.

Nos chefes rebeldes esteve a finalidade do movimento; não a vitória da causa republicana, mas afetos pessoais: “A rebelião rio-grandense, pois, no nosso modo de pensar, teve caráter egoístico, e não caráter de patriotismo, em virtude do qual o cidadão guerreia pelo triunfo de princípios reputados como indispensáveis à felicidade geral.”⁵⁰⁵ Os interesses particulares, os orgulhos pessoais, as condições privadas vantajosas indicavam que a questão de princípios não foi o grande motor da revolução. Os sujeitos envolvidos na luta entre a república e o Império estiveram representados, na introdução, por dois nomes: Bento Gonçalves e o Duque de Caxias. O caudilho rio-grandense foi citado no início da narrativa pelas arbitrariedades na chefia da república, pelo suspeito duelo contra um companheiro de armas e pelas tratativas pessoais e estreitas de paz. Ao passo que o general vitorioso do Império foi enaltecido pelas várias virtudes. O primeiro, como veremos no prosseguimento da intriga, tende a ser apequenado, enquanto o segundo, engrandecido.

Na apreciação geral do movimento rio-grandense quanto aos intentos democráticos e republicanos, Araripe contrapôs dois exemplos. Dois movimentos revolucionários: o de 1817 e de 1824 no Norte do Império. Onde especificamente? No Ceará. Lá o primeiro pensamento foi recorrer ao povo. Os governos revolucionários cearenses buscaram legitimação pelas

⁵⁰⁴ ARARIPE, 1986, p. 4.

⁵⁰⁵ Ibid., p. 11.

eleições populares. Lá o sentimento democrático, aqui a ideia restrita de influência local. Lá o voto popular, aqui o espírito da caudilhagem. Lá o regime civil, aqui o governo militar. Lá olharam para os Estados-Unidos, aqui para os caudilhos do Prata. Como foi grande, de acordo com Araripe, a diferença entre os movimentos no Norte e no Sul. Lá foram suplantados pela força das armas e não cederam, aqui, sem se dar por vencidos, transigiram. O historiador cearense, sem citar o nome do pai, mencionou a experiência democrática no Ceará quanto à escolha do então Presidente da Confederação do Equador.

As considerações sobre a práxis política no Sul estavam acompanhadas de observações jurídicas. Despidos de ideais, os caudilhos mostraram incapacidade de manter a ordem. Apesar das normas legais do Império que vigeram em grande parte da república, a anarquia se fez presente. A violência contra os cidadãos, o confisco da propriedade e a falta de “aplicadores da lei” foram exemplos do estado de destruição na *república dos farrapos*. A visão do historiador-jurisconsulto não se colocou somente sobre os episódios locais. Ela, assim como no primeiro momento historiográfico desta tese, guiou o historiador na sua própria prática. Alencar Araripe começou a situar seu trabalho no Tribunal da História e se deparou com o obstáculo cognitivo da recentidade dos fatos. Não chegou o momento do “remanso das paixões” para que a História fosse escrita. Era cedo para escrever porque se corria o risco de “exagerar apologia pela amizade, ou engendrar censuras pelo ódio”. Conforme Araripe, quem escrevia a história antes do tempo se portava como juiz ilegítimo, pois acabava por julgar sem processo regular. O processo deveria ser organizado com depoimentos e documentos. Esse seria o trabalho dos contemporâneos. O historiador no futuro, como juiz, proferiria a sentença.⁵⁰⁶ Tal entendimento explicaria o livro inconcluso sobre o passado recente do Ceará que o ungiu historiador? Historiador lá, cronista aqui?

O IHGB foi fundado, segundo o autor, com o intuito de não escrever a história, mas sim, coligir documentos a fim de que fosse escrita oportunamente. De acordo com o historiador cearense, essa concepção foi um “lance de sabedoria dos beneméritos fundadores da nossa corporação”. Tristão de Alencar Araripe se despiria das vestes de juiz e historiador para labutar como sócio do Instituto na “preparação do processo histórico”; agora, como cronista-advogado. O autor passou, então, a expor os esforços na pesquisa e organização dos documentos, na peregrinação por registros particulares e oficiais, muitos em publicações da imprensa contemporânea de “incontestável autenticidade”. O trabalho divide-se em duas partes: narrativa histórica e documentos. Contudo, foi a exaltação das fontes que retumbou nas palavras iniciais do pesquisador. Os documentos proporcionariam aos leitores as

⁵⁰⁶ Ibid., p. 13.

minudências dos fatos, as peripécias dos acontecimentos, os sobressaltos dos reis e generais, o perigo dos soldados, a agitação do povo. Conhecendo mais minuciosamente as circunstâncias, os leitores julgariam melhor os casos particulares, pois, com o tempo, a fama engrandeceria e desnaturaria muitos episódios.⁵⁰⁷ No arroubo do pesquisador em acessar o passado recente da província sulina pelas fontes, o autor destacou os documentos aparentemente sem importância quando considerados isolados. A organização e disposição dos documentos em ordem cronológica e temática facilitariam a consulta e a análise e, de acordo com o pesquisador, permitiriam destruir a apreciação dos sucessos ante a distância dos tempos. Estava em jogo a fama de algum herói da província ou movimento? Mesmo diante do árduo trabalho, Araripe ressaltou, em dois momentos, a incompletude de sua pesquisa pela falta de documentos importantes a coligir. Cabe destacar que, na exposição prefacial de Alencar Araripe, a narrativa histórica (lembranças dos sucessos) funcionaria como complemento da parte documental e não o contrário como esperaríamos: “o nosso fim é, com a simples exposição narrativa, dispor o leitor a melhor compreender o valor e significação dos documentos, que, lidos desacompanhados da lembrança dos sucessos, não serão devidamente apreciados.”⁵⁰⁸ O cerne do trabalho sobre a guerra civil do Rio Grande do Sul estaria nas “peças instrumentárias”. Tristão de Alencar Araripe reiterou a defesa do caráter processual e não do julgamento de mérito dos eventos pretéritos e a omissão em expor, no desenvolvimento da narrativa histórica, suas considerações políticas e morais. Entretanto, no capítulo inicial do trabalho, já estava redigido o despacho do historiador-juiz. O julgamento sem apelação foi dado no início do processo.

A narrativa histórica seguiu pelos trinta e quatro capítulos restantes. Até o capítulo XXVI, a narrativa percorreu a ordem cronológica dos acontecimentos. Do capítulo XXVII ao XXXII, houve o exame de questões específicas pelo autor. Funcionando como anexos à narrativa, nos capítulos XXXIII e XXXIV, foram impressas, respectivamente, a tabela detalhada dos combates e a cronologia dos episódios por dia, mês e ano. A “nota deprecatória” no capítulo final funcionou como posfácio. Estava datada de 25 de julho de 1879 (Rio de Janeiro) e assinada pelo autor. Examinemos a primeira parte do trabalho de Alencar Araripe por blocos, segundo a organização textual dada pelo autor: exposição, análise, apêndice, pós-escrito. Os capítulos, nesta parte expositiva, seguiram a “ordem dos tempos”, a cronologia do influxo e refluxo revolucionários. Estavam divididos conforme a visão do autor sobre os acontecimentos na província austral. Seguiram a periodização

⁵⁰⁷ Ibid., p. 16.

⁵⁰⁸ Ibid., p. 17.

enunciada na introdução (sedição, rebeldia e sujeição): da abdicação do primeiro Imperador do país, afrouxamento do vínculo com a autoridade central, exaltação das ideias democráticas, proclamação da república, reorganização da província, aniquilamento das forças rebeldes e a normalização do regime constitucional com o regresso à união brasileira. A exposição dos fatos ao longo do tempo se deu, concomitantemente, ao longo do espaço com a dinâmica Corte-província. Os acontecimentos no Sul estiveram diretamente ligados ao Centro: “a fim de mostrar a concatenação dos sucessos de uma província com os da História Geral do Império”.⁵⁰⁹ No entanto, a tensão espacial na narrativa também colocou o Sul entre o Prata e as demais sublevações no Norte.

Os capítulos foram bem amarrados às partes anteriores e posteriores do texto por meio das locuções “já vimos” e “veremos”. Havia coesão textual na memória do Sul, ao contrário da história do Norte. Não se tratava de uma narrativa vacilante tampouco lacunar, apesar das ressalvas no capítulo introdutório. A deficiência de informações exposta pelo pesquisador foi suprida pela força do narrador: “é por certo”, “a verdade é”, “tornou-se assim evidente”, “daí fácil é de ver”, “tão verdade”, “quem apreciar os fatos que temos narrado, certamente achará”, “tudo mostra”, “é verdade”. O leitor raras vezes foi chamado diretamente ao diálogo. Parte dos documentos em anexo foi transcrita no corpo do texto; outros, apenas mencionados. O recurso de notas explicativas e documentais, no rodapé dos textos, ancorou e complementou a narrativa, pois as contestações nos campos de batalha passaram, logo a seguir, para as contendas verbais, como o autor sinalizou: fragorosas derrotas transformadas em capitulações, acusações de deslealdade e injustiça para com prisioneiros, pequenas vitórias apregoadas em proporções exageradas. O pesquisador entrou na luta: “nunca exibiram provas”, “jamais provada por documentos”, “foi tudo isto verdadeira farsa”, “não aparecem provas de acusação”. O autor contestou a tradição por meio de provas e documentos da própria república. E jogando com documentos e fatos, o tom irônico aflorou em alguns momentos com o uso do ponto de exclamação na narrativa.

Nitidamente, pela leitura do livro/artigos, existe uma questão basilar que perpassou, ou melhor, amarrou a narrativa: a legalidade. Um eixo de leitura proposto na sistematização das informações colhidas. Esse efeito fez surgir o *outro*. Da alteridade como fora trabalhada na história do Ceará, o não-civilizado no passado distante e o fora-da-lei no passado recente do sertão nortista, o Conselheiro Araripe passou a abordar os “súditos transviados” do Império da lei no passado recente das campanhas sulinas. Esse outro não surgiu apenas da demarcação dos lados em luta, pelas cores dos uniformes e das bandeiras; o narrador se colocou

⁵⁰⁹ Ibid., p. 77.

claramente em um deles: “nossa fronteira”, “nossas armas”, “nosso exército”, “nossas forças”. O homem da lei esteve ao lado da ordem, dos paladinos da causa legal, dos brasileiros. A escolha em qual das hostes se posicionar não impediu que a fraqueza, as dubiedades, as intrigas, as dissensões e as vaidades nas hostes imperiais aparecessem no texto. Foram, entretanto, pequenas falhas da legalidade que ficaram subsumidas nos grandes malefícios dos revolucionários.

Nesses vinte e seis capítulos iniciais, ditos expositivos, três questões são pertinentes para o diálogo com o trabalho anterior de Alencar Araripe: *propriedade, povo, família Alencar*. Na abordagem assentada no domínio da lei, a propriedade apareceu pelo desrespeito pelas forças da anarquia: “A república no intuito de vigorar a sua causa não duvidou de recorrer aos meios de suprema violência; foi assim, que ela, ao iniciar a sua carreira, decretou o confisco dos bens particulares.”⁵¹⁰ Confisco, corso, roubo, pirataria. Subentendido na narrativa do Norte, em razão do posicionamento do autor na tribuna, o escravo mereceu maior atenção nos relatos sobre a guerra civil no Sul. A escravaria apareceu como recurso eficaz para os rebeldes, ameaçando o direito da propriedade servil garantida pelas leis do Império.⁵¹¹ O povo e sua vontade também constaram na narrativa quando o assunto foram ideias e armas. Nestas, foi o figurante sem rosto e sem nome arregimentado nas forças em guerra. Naquelas, conforme prenunciado no capítulo introdutório, foi o elemento imprescindível para a verdadeira democracia e república; mas só quando estivessem prontos. O Conselheiro, ao entender que uma república deveria ter por base a ilustração do povo, questionou a proclamada no Sul, pois ali grande parte da população não tinha instrução nem “amenidade de costumes”. O povo era inapto para o regime da democracia.⁵¹² Quanto às eleições dos dirigentes e à confecção da Constituição da república, muita coisa se fez “em nome do povo” e “para representar o povo”. Entretanto, o que houve foi uma república sem a participação dele. Se o Ceará estava tão longe do Sul justamente pelo apoio popular às contestações verdadeiramente democráticas e republicanas em 1817 e 1824, a “Terra da luz” se aproximou da narrativa sobre os farroupilhas por outro filho da família Alencar. De forma direta, o autor citou o tio falecido, Senador José Martiniano de Alencar, como fonte nos últimos dias do primeiro governo imperial (1831); e de forma indireta na “revolução” da maioria do Imperador D. Pedro II (1840), no movimento revolucionário nas províncias de São Paulo e Minas Gerais (1842) e no grupo dos “homens notáveis” do Partido Liberal na época.⁵¹³ Como

⁵¹⁰ Ibid., p. 87.

⁵¹¹ Ibid., p. 49-50, 86-87, 121.

⁵¹² Ibid., p. 163.

⁵¹³ Ibid., p. 78, 105, 126, 173.

no primeiro momento historiográfico, o passado liberal voltou a soprar em tempos saquaremas.

Até o capítulo XXVI, a narrativa seguiu a “ordem dos tempos”. A seguir, o autor passou para o que chamou de parte analítica dentro da expositiva. Anteriormente, o intuito de Araripe fora apenas narrativo: “queremos tão somente expor as cousas em rápido sumário e não comentá-las.”⁵¹⁴ A partir de então, em seis capítulos o autor examinou algumas questões outrora aventadas, mas que não o foram pela “rapidez da narração”. Tratou-se de uma pausa analítica para “dar relevo a certas circunstâncias gerais da luta”.⁵¹⁵ Esse ato narrativo de reconduzir os leitores para determinados detalhes dos episódios passados sinalizou o quão destoante fora o ocorrido do que parecera ter ocorrido. Na república rio-grandense “havia mais aparências do que realidade”. A simulação foi uma arma do “arraial ambulante militar”. Araripe advertiu seguidamente para a “fraqueza com aparência de força”. Tal ato de reconduzir o leitor para os fatos, aumentando-lhe as lentes para enxergar a “verdade histórica”, fez com que o historiador cearense analisasse as seguintes circunstâncias: as causas da prolongada luta; o “valor político” da revolução e os partidos na Corte; os principais fatos bélicos; os meios empregados por Caxias; os sacrifícios impostos ao Sul pelos revoltosos; os revolucionários ante o Direito Criminal e a Justiça do Império. E foi na análise que surgiu a possibilidade de o autor destacar os juízos políticos e morais. Juízos que tentara omitir na parte anterior do trabalho.

A fim de estudar os motivos da prolongada luta, o primeiro capítulo analítico abarcou os “meios de vida e ação” da rebeldia no Sul e a capacidade dos generais. A força dos rebeldes esteve na fraqueza do governo. A ausência de meios pecuniários foi a principal causa de impotência do Império contra a rebelião. Faltaram recursos para aplicar a força da legalidade quando esta foi necessária. Porém, o autor reconheceu os méritos das hostes inimigas, não pelo valor dos soldados, mas pelo “esforço varonil” dos chefes. Antonio Neto, David Canabarro, Bento Gonçalves e Bento Manoel foram os homens da república “dotados de valor e atividade”.⁵¹⁶ Entretanto, ao longo da parte expositiva o nome deste último receberia destaque. Não foi Bento Gonçalves, como chefe ilegítimo, como líder contestado, o personagem revolucionário principal na intriga, mas sim, Bento Manuel. Junto ao seu nome giraram desgostos, divergências, covardia, opróbrios, defecção, abandono, desconfiança, insubordinação, simulação, discórdia, deslealdade, indisciplina, traição. Contrapôs-se às

⁵¹⁴ Ibid., p. 160.

⁵¹⁵ Ibid., p. 182.

⁵¹⁶ Ibid., p. 194-195.

virtudes alheias: a bondade do Imperador e os esforços sinceros dos delegados imperiais. O “Judas da campanha sulina” foi o rosto da rebeldia: o chefe *deles*, o que se voltou para o nosso lado, a arma de Caxias contra os rebeldes, o mal redirecionado contra o outro, o que vencera Bento Gonçalves. Apesar do reconhecimento dos esforços varonis dos chefes farroupilhas por Araripe, ao longo da narrativa a imagem pintada seria outra.

O segundo momento analítico se deteve no “valor político” da revolução rio-grandense ante o governo e o Parlamento imperiais. Abordou-o pelas ações dos governos conservadores e liberais. Ambos, de acordo com Araripe, nunca deixaram “de cuidar com empenho no acabamento fratricida do Sul”. No entanto, a política conservadora procedera com maior energia. Se o político saquarema via a força de seu partido nas questões passadas, algum mal-entendido requeria a resposta do historiador. Dizendo-se sabedor de que outrora culpavam o Partido Liberal de proteger a causa dos insurgentes, Araripe apontou que nenhum dos partidos pactuou com a rebeldia. Argumentou que houve indivíduos no partido que fraternizaram e desejaram o triunfo dos rebeldes, mas foram poucos e estiveram isolados. Seriam novas referências indiretas ao seu passado liberal ou ao do seu tio?

Esse capítulo analítico sobre o “valor político” retomou, outrossim, a força do “nunca esqueça” de Martius na sua dissertação. A organicidade das províncias foi reivindicada pelo historiador cearense quanto ao aspecto da nacionalidade e ao pernicioso exemplo da rebelião para o esfacelamento da união. Somente as “grandes nacionalidades” eram aptas na busca da “felicidade geral”. A constituição de uma nacionalidade pelo Rio Grande do Sul foi um erro, pois colocara a pequena agregação fora da “força do progresso” e sob a ação de meios morais e materiais menos valiosos. Se o Império era composto pelo pacto da união, não era lícito a uma pequena parte se insurgir para romper a convenção estatuída pela força: “Erguer-se uma das províncias da união para rompê-la por violência, é proceder contra o Direito e contra a prudência.”⁵¹⁷ As sugestões de Martius foram internalizadas como preceito em Araripe: “É para mim dogma de fé política a vantagem da nossa integridade territorial, *qualquer que seja a forma de governo*, sob que vivamos”.⁵¹⁸ Aqui, talvez, despontou um autor não tão monárquico e, quiçá, propenso a mudanças.

Na análise dos principais fatos bélicos da revolução, o autor realizou um exercício de conjecturas. Inseriu futuros possíveis em ações passadas não concretizadas: “se os rebeldes não tivessem”, “se os rebeldes possuíssem”, “se porventura conseguissem os rebeldes”. E a natureza, à vista de outros resultados admissíveis na ordem dos tempos, jogou um peso

⁵¹⁷ Ibid., p. 203.

⁵¹⁸ Ibid., p. 204 (meu grifo).

considerável. O autor passou da natureza exuberante no Norte à natureza restritiva no Sul. A força da natureza se aliou aos rebeldes e hostilizou os imperiais: frio rigoroso, montes escabrosos, torrentes impetuosas, medonhos atoleiros, ínvios bosques, densas florestas, prolongadas chuvas. A inclemência do tempo e a aspereza dos lugares apareceram como elemento bélico. Comparando a força da natureza à força das tropas rebeldes ao longo da narrativa, percebo que aquela foi apresentada como superior a esta. De acordo com Araripe: “fica patente qual era o sistemático procedimento dos rebeldes em não batalhar com as armas, mas em vencer pela procrastinação e pelo cansaço.”⁵¹⁹ As “sombras erradias” escaparam das forças legalistas pela campanha e deixaram a natureza combater por elas.⁵²⁰

Os meios com que Caxias finalizara a guerra e restabelecera a paz receberam atenção no quarto momento analítico. Combinando meios agressivos e conservadores, o “nosso general” se empenhou em fazer sensíveis as vantagens da legalidade para com a população. O virtuoso general foi o sujeito da legalidade, o rosto da “espada do Império” e recebeu seguidamente o adjetivo de “brasileiro”. A boa estrela do guerreiro prenunciava um passado de glórias e um futuro triunfante com o pleno êxito da causa imperial. Caxias abriu, perpassou e encerrou a narrativa sobre a guerra civil no Sul: no capítulo introdutório, a partir do décimo sétimo capítulo da exposição histórica, na parte analítica e no grande número de fontes documentais. Foi o nome que marcou a nova fase da revolução: o declínio e o aniquilamento do “estado periclitante” na província. Marcou, igualmente, o fim da luta do gládio e o começo da luta da razão.

Ao analisar o sacrifício de vidas e dinheiro com a rebelião do Sul, o autor chamou o leitor para o julgamento. Esse chamado se deteve na questão recorrente ao longo da narrativa: as batalhas nos tribunais desde 1836. Porém, agora, num tribunal fora da esfera jurídica, mais amplo, coletivo, nacional, em que a pátria deveria ou não lastimar o “sacrifício dado em holocausto à anarquia”. Foram palavras bíblicas de condenação ao ritual pagão. O imbricamento metafórico entre Religião e Direito pode ser observado, igualmente, na linguagem de Alencar Araripe quando, por exemplo, afirmou que durante a república no Sul “a justiça não tinha sacerdotes para aplicar a lei”.⁵²¹ Se os documentos não davam o “resultado exato”, possibilitariam ao menos a “aproximada noção das cousas”: destruição de cabedais públicos, aniquilação da vida de cidadãos, perturbação da economia. O historiador da ordem mostrou o preço pago por “quiméricas esperanças”. Se estava ruim em 1835,

⁵¹⁹ Ibid., p. 148.

⁵²⁰ Ibid., p. 116.

⁵²¹ Ibid., p. 7.

depois, para o autor, ficou ainda pior. O cronista fez a sua parte e a transferiu, posicionando o leitor no tribunal: “expomos os fatos; julgue o leitor segundo o seu critério.”⁵²² Que leitores e quais critérios? Tal abertura daria margem a muitas controvérsias historiográficas.

Dentro da leitura dos fatos e da escrita do texto pela legalidade, o final da parte analítica instituiu novo tribunal: os rebeldes do Rio Grande do Sul ante o Direito Criminal e a Justiça do país. Perante tantos julgamentos pela História em aberto, o autor passou ao julgamento pelos homens: sedição, rebelião, perpetração de delito, penas infligidas, leis, julgamentos, júris. Araripe apresentou a seguinte questão: o rebelde, quando vencido, era punido; quando vencedor se tornava herói. Por que, detendo-se na primeira premissa, os autores da rebelião no Sul foram vencidos e não castigados? Estaria subentendida a pergunta: por que foram vencidos e ainda se tornaram heróis? Do não-dito voltando ao dito, para responder a essa primeira pergunta, o autor historiou a marcha da anistia, ou seja, os acontecimentos tramitados nos processos judiciais com o reconhecimento da não punição dos crimes. A benevolência do Império recebeu destaque na volta do filho pródigo: “A salutar *providência* fez regressar a ordem legal, o sossego público e a tranquilidade para recomeçar o trabalho *civilizador*, com que vai prosperando esta parte do Império.”⁵²³ A ordem dos tempos e a ordem das cousas prepararam o caminho rumo à civilização. Em razão disso, não se aplica aqui a diferenciação sugerida de que, à medida que os Conservadores consolidaram posições no governo, “o tema da Ordem passou a ser secundário, sendo suplantado pelo da necessidade de difusão de uma Civilização”.⁵²⁴

A nota deprecatória ao final, como apontei, datou-se em 25 de julho de 1879, menos de um mês antes da memória começar a ser lida no IHGB. Isto demonstra pressa de Araripe em expor o trabalho sobre a revolução de 1835, diferentemente de suas pesquisas sobre as revoluções de 1817 e 1824. Duas questões dividem esta súplica aos leitores. Seguindo o exemplo dos “ratos de arquivo” no Ceará, Alencar Araripe apontou sua satisfação se as pessoas, ao lerem a presente memória e se interessarem pela “verdade histórica”, o auxiliassem corrigindo enganos, emendando erros e suprimindo lacunas. Disse saber da existência de “pessoas contemporâneas” e “testemunhas dos fatos da revolução” que poderiam prestar serviço à “causa da verdade”. Os leitores não tardariam em responder. A segunda questão nessa nota final ao livro esteve nos demais trabalhos escritos sobre os acontecimentos no Sul e que foram utilizados pelo autor. Foram designados de “opúsculos”,

⁵²² Ibid., p. 221.

⁵²³ Ibid., p. 226 (meu grifo).

⁵²⁴ MATTOS, 1990, p. 201.

talvez com a finalidade de diminuir-lhes o mérito investigativo e escriturário. O autor mencionou o *Bosquejo histórico e documentado das operações militares do Rio Grande do Sul* (1841) e *Operações do Passo Fundo* (1842) de Saturnino de Souza e Oliveira;⁵²⁵ *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias* (1845) de autoria desconhecida;⁵²⁶ e o *Dicionário Topográfico da província do Rio Grande do Sul* de Domingos de Araújo Silva.⁵²⁷ Não citadas, mas utilizadas por Araripe, constaram ainda as memórias de José Garibaldi

⁵²⁵ Saturnino de Souza e Oliveira (1803-1848) foi presidente da província do Rio Grande do Sul de 24 de junho de 1839 a 27 de julho de 1840. Voltou a presidir a província de 17 de abril de 1841 a 9 de novembro de 1842, e substituído pelo Barão de Caxias. Em 1840, ele ingressou no IHGB como sócio correspondente. A referência completa das publicações: *Bosquejo histórico e documentado das operações militares na província do Rio Grande do Sul, durante a presidência do Dr. Saturnino de Souza e Oliveira*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1841 e *Negócios do Rio Grande. Operações do Passo Fundo descritas pelo atual presidente do Rio Grande do Sul com 31 documentos oficiais*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1842. Ambas tiveram edição fac-similar em OLIVEIRA, S. de S. e. *Bosquejo histórico e documentado e negócios do Rio Grande*. ed. fac. sim. Porto Alegre: CORAG, 1986.

⁵²⁶ Não declarando o nome, Araripe afiançou a autoridade do desconhecido: “um escritor competente”. Ibid., p. 117. Segundo pude apurar, o opúsculo se intitulava *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias, sobre seu sistema militar e político; paralelo entre o nobre Conde e os diversos generais, seus predecessores*. Foi publicado em Porto Alegre, pela Tipografia de Isidoro José Lopes em 1846. Esta data retifica a apontada por Araripe, 1845, que é a mesma que consta no Catálogo nos Anais da Biblioteca Nacional e que pressuponho incorreta. De acordo com esse catálogo, a dedicatória foi assinada “por um rio-grandense” e na década de 1880 “este opúsculo já vai se tornando raro”. *ABN*, v. 11, ano 1883-1884, p. 435-436, 1885. Eugênio Vilhena de Moraes, estudioso de Caxias, em artigos no *Jornal do Comércio* (s. l.) de 25 de agosto e 8 de setembro de 1946, após exaustivo estudo, atribuiu a autoria a Antônio Manuel Correia da Câmara (1783-1849): RODRIGUES, J. H. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978. p. 364-366. Walter Spalding confirma a autoria e nos dá informações importantes sobre Correia da Câmara. Ele foi revolucionário farroupilha, ministro da República rio-grandense, embaixador no Paraguai, integrante da Constituinte republicana de Alegrete e, logo depois, agente diplomático dos imperiais junto a Oribe a fim de tratar da pacificação. Manteve longa correspondência com Caxias, do qual se tornou amigo dedicado. SPALDING, W. Correção necessária. *RIHGB*, v. 288, p. 310-311, jul./set. 1970. Pequena biografia, com destaque para os trabalhos sobre estatística, consta no volumoso texto dedicado ao sobrinho em: CÂMARA, R. P. da. *O Marechal Câmara, reflexões introdutórias a sua biografia*. Porto Alegre: Globo, 1964. v. 1, p. 31-35. No apenso I (p. 181-200), as cartas de Antônio Manuel Correia da Câmara com os farroupilhas e Caxias foram analisadas “à luz da metodologia e da crítica históricas”.

⁵²⁷ A referência completa deste trabalho: SILVA, D. de A. e. *Dicionário histórico e geográfico da Província de S. Pedro ou Rio Grande do Sul: contendo a história e a descrição da província em relação aos três reinos da natureza; sua descrição geográfica e hidrográfica bem como sua divisão política, judiciária e eclesiástica; os comandos superiores com as respectivas forças; os diversos governadores com as épocas de suas nomeações; a população, limites e superfície; a instrução pública, indústria e comércio; os montes, rios e lagos; as cidades, vilas, colônias e lugares principais com a data de suas fundações; etc., etc.* Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865. Há pouquíssimas informações sobre o autor nascido em Porto Alegre em 1834. BLAKE, 1896, v. 2, p. 194. Na folha de rosto da publicação utilizada por Araripe, constou abaixo do nome do autor: “Bacharel em ciências matemáticas e físicas; engenheiro geógrafo, civil e militar; capitão do estado-maior de 1ª classe; coadjuvante da Escola Central; professor honorário da Academia de Belas Artes; e sócio efetivo do Instituto Politécnico Brasileiro.” O *Ao leitor* estava datado de 30 de junho de 1865 (Rio de Janeiro). A publicação listou temas em ordem alfabética. No verbete *Rio Grande do Sul* (p. 86-147), constou a história da província desde 1715. Na parte sobre os acontecimentos entre 1835-1845, não se citou autores, publicações ou documentos.

publicadas por Alexandre Dumas.⁵²⁸ Duas “memórias especiais” de Araripe foram citadas de forma discreta: sobre a Cabanada no Pará (1834) e a “revolução” da maioria (1840).⁵²⁹

Apesar de transcritos no corpo da narrativa, a segunda parte da *Guerra civil do Rio Grande do Sul*, conforme anunciado no capítulo introdutório, destinou-se aos documentos coletados e organizados por Alencar Araripe, publicados somente na Revista do Instituto, com a promessa em aberto na capa do livro. Ao longo de três tomos da revista, a quantidade é imensa: 590 documentos divididos em 18 partes.⁵³⁰ As onze primeiras seguiram a ordem cronológica das presidências legalistas na província, as seis seguintes interromperam a ordem dos tempos e dispuseram os documentos por temas das repúblicas (Piratini e Catarinense); a última encerrou com a presidência de Caxias. Nesta se encontrou mais quantidade de fontes organizadas. Mais e, quiçá, maior autenticidade: “Para dar ideia do quanto então se passava, basta ler o que ao governo imperial expunha o Barão de Caxias.”⁵³¹

A heterogênea massa documental foi de dois tipos quanto à redação: impressos e manuscritos. Quanto à dimensão, houve os de poucas linhas até os de várias páginas. Igualmente diversificados foram os documentos quanto à origem: avulsos, ofícios entre autoridades, processos judiciais (de rebelião, de responsabilidades, de conselho de guerra), artigos de jornais, notícias, cartas particulares, decretos, ordens do dia, avisos, notas. Os extratos de documentos me deixaram em dúvida se fizeram parte da seleção realizada pelo pesquisador ou já foram encontrados em forma seleta. Seguidamente, mencionou-se “cópia do original”, “cópia autêntica”, “cópia avulsa”, “cópia particular”. De igual modo que os extratos, não há como discernir se foram copiados por Araripe ou transcritos por outrem. Dos documentos assinados em que pude averiguar a quais dos lados em conflito participou o(s) redator(es), temos 290 de legalistas, 261 de rebeldes e 39 não definidos. Cabe ressaltar que os processos judiciais levados adiante pelo Império e utilizados por Araripe reuniam um conjunto diversificado de documentos como os citados acima. Foram várias fontes,

⁵²⁸ ARARIPE, 1986, p. 98, 229. As *Memórias de José Garibaldi* foram traduzidas para o português por Bernardo Taveira Junior e publicadas em dois volumes pela Tipografia Ecos do Sul na cidade de Rio Grande (RS) em 1861.

⁵²⁹ ARARIPE, 1986, p. 104-105n. Essa última saiu publicada em: Notícias sobre a maioria. *RIHGB*, t. 44, parte 2, p. 167-268, 1881. Consta uma nota (p. 209) sobre as intervenções feitas pelo Imperador após a leitura. Em separata: Id. *Notícia sobre a maioria*. Rio de Janeiro: Tip. Universal de H. Laemmert & C., 1882. Publicado, posteriormente em: Id. *Notícia sobre a maioria*. In: ____; LELA, A. O golpe parlamentar da maioria. Brasília: Senado federal, 1978. p. 135-170.

⁵³⁰ Dentro de cada uma destas dezoito divisões, os documentos foram dispostos em datação sequencial de dia, mês e ano (nem sempre seguida) com o assunto a que se referia no cabeçalho. Os documentos sem data foram alocados pelo pesquisador em cronologia provável. Ao final de cada um se transcreveu o tipo, o lugar de arquivamento e/ou o periódico/livro de onde foi extraído.

⁵³¹ *Ibid.*, p. 148.

principalmente rebeldes, organizadas e arquivadas pelos legalistas. O pesquisador partiu, assim, de um arquivo pré-organizado.

Quanto às instituições onde estavam guardados os documentos, o Arquivo Público e o da Secretaria de Justiça, na Corte, foram os mais recorrentes. A Secretaria do governo do Rio Grande do Sul apareceu destacadamente na organização documental sobre a presidência de Caxias. Os arquivos do IHGB e de Câmaras municipais foram citados uma única vez. Conforme anunciado no capítulo introdutório, Araripe utilizou fartamente publicações da imprensa contemporânea de “incontestável autenticidade”.⁵³² A imprensa rebelde foi muito utilizada por Araripe, como os jornais *O Povo* (1838-1840), *O Americano* (1842-1843), *Estrela do Sul* (1843), *O Mensageiro* (1835-1836). Cabe destacar que muitas notícias ou documentos dos jornais da província foram transcritos nos da Corte. E na busca de mais informações sobre os acontecimentos, Araripe transcreveu, na parte documental, extratos dos opúsculos citados no capítulo final da narrativa. Não só ofícios e relatórios foram transcritos mas a narrativa dos outros, enquanto testemunhos, funcionou como documento em Araripe. Além do *Bosquejo histórico* e as *Operações de Passo Fundo* de Saturnino de Souza e Oliveira, e o *Generalato do Conde de Caxias*, apareceu a *Memória histórica da província de Santa Catarina* do major Manoel Joaquim de Almeida Coelho não citada na nota deprecatória.⁵³³

A remissão, por Araripe, aos opúsculos no interior das fontes documentais, suscitou-me uma suspeita. Será que, dos documentos sistematizados e que não continham a instituição de origem, alguns não teriam sido aproveitados de levantamentos e transcrições realizados por outros pesquisadores? Cotejando os documentos apresentados por Araripe, na Revista do IHGB, com os apresentados nas publicações de Saturnino de Souza e Oliveira, talvez pudesse afirmar que o historiador cearense teve o acesso facilitado aos arquivos. Os documentos organizados por Araripe sob as presidências de Saturnino de Souza e Oliveira (1839-1840) e Francisco Álvares Machado (final de 1840 e 1841), muitos sem ou com a mera identificação de “impresso”, “cópia autêntica”, “manuscrito” e “nota avulsa”, são idênticos aos apresentados nos opúsculos *Bosquejo histórico* (1841) e nas *Operações de Passo Fundo*

⁵³² Dos jornais de época declaradamente utilizados constavam: *Jornal do Comércio*, *Aurora Fluminense*, *Correio Oficial*, *Liberal Rio-grandense*, *Continentista*, *Mercantil do Rio Grande*, *Mensageiro*, *Paquete do Rio*, *O Povo*, *Gazeta Mercantil*, *Americano*, *Estrela do Sul*, *Gazeta de Notícias*. O quadro completo com jornais publicados na província até 1844 e o estudo dos jornais dos rebeldes: MACEDO, F. R. *Imprensa Farroupilha: antologia e índice*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. Quadro nas páginas 31-32.

⁵³³ Nas pouquíssimas informações sobre o autor e o livro, há somente que a 1ª edição foi de 1856 por tipografia não nomeada em Santa Catarina. Houve uma 2ª edição em 1877.

(1842).⁵³⁴ As compilações dos mapas das forças em combate feitas pelo cearense são semelhantes aos números apresentados por Souza e Oliveira. Entretanto, se essa similaridade documental, com ocultamento da origem, nos apresenta um atalho às fontes por Araripe, um extrato de relatório nos sinaliza que o pesquisador cearense cotejou alguns reproduzidos com os originais.⁵³⁵ Mesmo assim, nesse caso específico, Araripe somente indicou a fonte como “impresso” não nos dando a conhecer o arquivo onde estava depositado o original. Afora essa pesquisa de segunda mão, não se pode descartar, seguindo a pista deixada por Araripe, que colegas do Instituto Histórico lhe subsidiaram com documentos como foi o caso da cópia oferecida por Antonio Álvares Pereira Coruja (1806-1889).⁵³⁶ Esse sul-rio-grandense, sócio desde 1839, apareceu como redator de alguns documentos arrolados enquanto desempenhara a função de 1º secretário da Assembleia da província de São Pedro em 1836. Outro colega do historiador cearense, que assinara vários documentos, foi Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882). Ele exerceu o cargo de secretário do governo de Caxias na província.

⁵³⁴ Em 19 de novembro de 1839, o ofício de mesma data assinado pelo Presidente de Santa Catarina e que constava ao final somente “impresso” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 212-213, 1883) era o mesmo documento transcrito por Oliveira (1841, p. 9-10n). Em 2 de março de 1840, o documento de Antonio Neto para Gonçalves Chaves e que constava ao final somente “impresso” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 222, 1883) era o mesmo documento transcrito em Oliveira (1841, p. 19-20n). Em 3 de março de 1840, o documento de Bento Gonçalves para Mena Barreto e que constava ao final somente “cópia autêntica” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 22-223, 1883) era o mesmo transcrito por Oliveira (1841, p. 34n). Em 4 de março de 1840, a resposta de Saturnino de Souza e Oliveira e que constava ao final somente “impresso” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 224, 1883) era o mesmo documento transcrito por Oliveira (1841, p. 35). Em 26 de maio de 1840, a carta de Bento Gonçalves sobre a passagem da linha do Cati e que constava ao final somente “impresso” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 237, 1883) era a mesma carta em Oliveira (1841, p. 109-110). Em abril e maio de 1840, o documento sobre a passagem do Caí por Bento Gonçalves e que constava ao final somente “manuscrito” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 241-248, 1883) era transcrição de parte do relatório de Manoel Gomes em Oliveira (1841, p. 70-77). Em 2 de maio de 1840, o documento de Manoel Jorge Rodrigues para o Conde de Lages e que ao final constava como “impresso” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 231, 1883) era o mesmo em Oliveira (1841, p. 151-152). Em 3 de maio de 1840, o documento de Manoel Jorge Rodrigues para o Conde de Lages e que ao final constava como “impresso” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 232-235, 1883) era o mesmo em Oliveira (1841, p. 152-156). Os primeiros sete documentos da presidência de Francisco Álvares Machado (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 294-319, 1883) foram transcritos declaradamente do livro *Operações de Passo fundo*. O oitavo, mesmo sem declarar, também estava lá como “extrato do original”. Outros, igualmente indicados como “impressos”, foram transcritos do livro de Oliveira de 1842. Em 11 de agosto de 1840, a comunicação do coronel Manoel dos Santos Loureiro da proposta de conferência dos rebeldes para a paz, que aparecia como “impresso” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 276, 1883), era a mesma em Oliveira (1842, p. 22, nota 13). Em 5 de agosto de 1840, o documento do coronel Agostinho de Melo para o coronel Manoel dos Santos Loureiro e que constava ao final “impresso” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 277, 1883) era o mesmo em Oliveira (1842, p. 22, nota 13). Em 5 de agosto de 1840, o documento da missão de Agostinho de Melo junto ao coronel Manoel dos Santos Loureiro e que constava ao final “impresso” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 277-278, 1883) era o mesmo em Oliveira (1842, p. 22, nota 13). Em 5 de agosto de 1840, o documento com a garantia de posto oferecida aos rebeldes e que constava ao final “impresso” (*RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 278, 1883) era o mesmo em Oliveira (1842, p. 22, nota 13). Em todas essas cópias de documentos, a formatação do texto foi alterada por Araripe (disposta em outra diagramação), bem como a ortografia passou a ser a fônica.

⁵³⁵ No relatório em que expôs a situação da província ao Imperador (datado de 11 de outubro de 1840), Saturnino de Souza e Oliveira, agora como autor do opúsculo, suspendeu a transcrição do relatório e colocou várias reticências. Em nota apontou: “O interesse público, o estado atual da província, a continuação da luta exigem que eu suprima aqui algumas reflexões que acrescentei sobre este tópico.” OLIVEIRA, 1986, p. 146n. Na transcrição por Araripe, aparecia o trecho retirado: *RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 263-264, 1883.

⁵³⁶ *RIHGB*, t. 45, parte 2, p. 177, 1882.

Não ignoro que o Imperador pôde ter auxiliado Araripe, pois no arquivo privado da família imperial havia documentos sobre a guerra no Sul.⁵³⁷ Após toda essa gama de documentos, o que pagaria com folga sua dívida anterior no livro sobre o Ceará, Araripe novamente deixou aberta a publicação. Ao final, constou um “continua” para o leitor não perder o hábito da expectativa.⁵³⁸

A partir do texto *Guerra civil do [no] Rio Grande do Sul*, de 1879 a 1884, o trabalho do historiador Tristão de Alencar Araripe foi, paulatinamente, posto em discussão desde o privilegiado espaço de construção do conhecimento histórico no país. Imenso farnel documental foi coligido, metodizado e sistematizado na memória que condenou o ideal republicano/democrático dos próceres e dos seguidores no mais longo movimento rebelde em tempos monárquicos. Os argumentos do autor ancorados em documentos apontaram para o despotismo, egoísmo, militarismo dos chefes provinciais. O provincialismo foi derrotado, silenciado, abafado pelo patriotismo brasileiro. Contudo, os esforços arquivísticos e escriturários do Conselheiro Araripe não foram suficientes para sustentar julgamento definitivo do passado sulino. As dissensões historiográficas, antes de aplacadas, seriam acirradas.

3.2 Provocando controvérsias: itinerários da memória pelos textos

De acordo com as palavras de Araripe, proferidas na sala de reuniões do Instituto Histórico, “o mérito do trabalho não está no que escrevi, e sim na coleção dos documentos que formam a parte principal dele”.⁵³⁹ O historiador cearense disse cumprir com a obrigação de sócio da Casa ao contribuir para o “aumento do cabedal” dos futuros escritores. Interessante, sobretudo, nessa explanação, a explicação aos presentes do motivo da escrita do ensaio: quando encontrou na secretaria da Presidência, ao governar a província de São Pedro, um livro contendo o registro das correspondências de Caxias.⁵⁴⁰ Alguns anos depois, enquanto o colega Pereira Coruja lia no Instituto documentos sobre a revolução rio-grandense, o historiador cearense disse ter sido despertado pelo desejo de coordenar as suas cópias e anotações sobre o livro encontrado no Sul.⁵⁴¹

⁵³⁷ COSTA, 1997, p. 149.

⁵³⁸ *RIHGB*, t. 47, parte 2, p. 238, 1884.

⁵³⁹ Sessão em 22 de agosto de 1879. *RIHGB*, t. 42, parte 2, p. 242, 1879.

⁵⁴⁰ Possivelmente esteja se referindo a CÂMARA, A. M. C. da. *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias, sobre seu sistema militar e político; paralelo entre o nobre Conde e os diversos generais, seus predecessores*. Porto Alegre: Tipografia de Isidoro José Lopes, 1846.

⁵⁴¹ Sessão em 27 de setembro de 1878. *RIHGB*, t. 41, parte 2, p. 732, 1878. Coruja leu “alguns documentos importantes” (não especificados) sobre a revolução de 1835.

Não creio que, em tão pouco tempo, o Conselheiro Araripe conseguisse organizar e escrever a memória. A leitura por Coruja apressou um trabalho que já estava em andamento. Talvez, 1878 teve outro significado ao incentivar Alencar Araripe nas pesquisas. De 1878 a 1885, os ministérios permaneceram com os liberais. Iniciou com o gabinete Sinimbu (5 de janeiro de 1878) e perdurou até o gabinete Dantas (6 de maio de 1885). E com os liberais no poder, em especial na província de São Pedro, determinada visão do passado veio alimentar pretensões e rearranjos políticos. Em tempos liberais, Alencar Araripe, com a permissão do governo imperial e o auxílio do consócio pernambucano Joaquim Pires Machado Portela (1827-1908), diretor do Arquivo Público na Corte (gestão 1873-1896), se pôs a consultar os documentos ali depositados.⁵⁴² De agosto a dezembro de 1879, os sócios do Instituto Histórico, incluindo o Imperador, escutaram a narrativa do historiador do Norte sobre os episódios de rebeldia no Sul.

No relatório das atividades do Instituto Histórico, ao final de 1879, lido pelo secretário da instituição em sessão magna, José Ribeiro de Sousa Fontes, o “judicioso e imparcial” trabalho de Alencar Araripe foi elogiado.⁵⁴³ Afonso Celso, colega do historiador cearense na instituição, caracterizou-o como “livro de fôlego, rico de informes e apreciações originais”.⁵⁴⁴ Entretanto, as leituras fora da Casa da História não foram tão laudatórias. A partir de 4 de junho de 1881, na *Gazeta de Porto Alegre*, Karl von Koseritz (1830-1890)⁵⁴⁵ passou a escrever a série de artigos intitulada *O livro do Sr. Conselheiro Araripe*.⁵⁴⁶ Koseritz, como redator, disse que o jornal rebateria os “falsos juízos” sobre o caráter do movimento rio-grandense e sobre a honra e o patriotismo dos chefes. Deixaria, no entanto, para outros contrariarem as “questões de fato” apresentadas naquela que considerou a “primeira obra sobre a revolução”. Aos pósteros caberiam retificar os inúmeros erros e enganos, como também preencher as numerosas lacunas no livro. O redator não deixou, igualmente, de culpar os literatos da província pelo descuido no trato do assunto de tamanha importância. Acusou os

⁵⁴² Somente a partir de 1876, teve início uma tímida política de consulta no Arquivo Imperial, mediante permissão do Diretor. COSTA, 1997, p. 23.

⁵⁴³ Relatório do Secretário. Sessão em 15 de dezembro de 1879. *RIHGB*, t. 42, parte 2, p. 302-303, 1879.

⁵⁴⁴ Sessão em 21 de outubro de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 607, 1909.

⁵⁴⁵ Koseritz nasceu em Dassau, capital do ducado de Anhalt (na futura Alemanha) em 7 de junho de 1830. Chegou ao Rio de Janeiro em 1851 e no Rio Grande do Sul (Rio Grande e Pelotas) em 1852. Mudou-se para Porto Alegre em 1864.

⁵⁴⁶ Os artigos foram publicados em 12 partes nos seguintes exemplares: nº 125 (4 de junho de 1881), nº 127 (7 de junho de 1881), nº 132 (13 de junho de 1881), nº 135 (17 de junho de 1881), nº 139 (22 de junho de 1881), nº 142 (27 de junho de 1881), nº 143 (28 de junho de 1881), nº 146 (2 de julho de 1881), nº 150 (7 de julho de 1881), nº 153 (10 de julho de 1881), nº 157 (15 de julho de 1881), nº 160 (19 de julho de 1881). Estão disponíveis em: IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe* (ACP09). Lata 820, pasta 7. Seria extremamente importante acompanharmos as informações publicadas nos números seguintes desse periódico. Infelizmente não está disponível em arquivos no município de Porto Alegre e no Estado (RS) tampouco na Biblioteca Nacional (RJ). O jornal circulou de 1879 a 1884.

filhos do Rio-Grande pelo valioso tempo desperdiçado em estéreis lutas da “política de campanário”, palestras e polêmicas em efêmeras páginas da imprensa diária.

Da leitura que fiz dos artigos do publicista, quatro pontos são significativos para alcançar o objetivo da minha tese. A primeira questão está na crítica que Koseritz fez ao autor do livro como político, ex-presidente da Província, magistrado, filho do Norte e de revolucionário. Koseritz apresentou Araripe como não rio-grandense, monarquista de *velha rocha*, nortista *enragé* (raivoso, fanático), homem da lei, velho magistrado, conservador de *papo amarelo*, homem pertencente à escola autoritária, juiz parcial e apaixonado, espírito prevenido, acusador, possuidor de horror a tudo quanto era revolução ou a ela se prendia, estranho a tudo quanto escapasse aos estreitos limites dos códigos e bom filho cristão por respeitar as cinzas do pai. Nessa (des)caracterização, Koseritz rotulou o autor do livro para explicar os motivos das apreciações injustas ao movimento no Sul. E o crítico não se contentou em situá-lo de maneira distante e estranha aos acontecimentos provinciais. O que me leva à segunda questão.

Apesar de tê-lo como homem metódico e possuidor de amor aos estudos das “cousas pátrias”, Koseritz reforçou que a posição de Araripe na burocracia monárquica e como natural de longínqua região lhe embaçou a visão, afetou-lhe a voz, perturbou-lhe a audição, atrapalhou-lhe a argumentação e impossibilitou-lhe a compreensão como pesquisador. Para Koseritz, Araripe só ouviu a voz da legalidade e só enxergou os acontecimentos pelo prisma do governo legal; foi unilateral em todas as apreciações e críticas; teve golpe de vista restrito (acanhado prisma) aos termos do Código Criminal; teceu enganosa argumentação em prol do Império; não conheceu as tradições da província, pois nunca se sentara ao lar do povo rio-grandense, vivendo somente na atmosfera palaciana; desconheceu o caráter do povo rio-grandense; e, por ter consciência de magistrado habituado a julgar criminosos vulgares, não conseguiu compreender os sentimentos da república. Koseritz levantou a hipótese de que o Conselheiro “levou ressentimentos do Rio Grande e que estes influíram sobre seu pensamento”. Ao investigar a gestão de Araripe, não se pode relegar a forte oposição liberal que o então Presidente da província de São Pedro sofreu da Assembleia provincial. Nesse momento, os republicanos rio-grandenses ainda usavam o Partido Liberal para suas reivindicações. O lema partidário era: “A continuidade da legenda de 35”. Ao aludir aos farrapos, os liberais se identificavam com eles nas reivindicações. Após a saída de Araripe do

governo provincial e com a volta dos gabinetes liberais, terminou o domínio conservador no Rio Grande do Sul.⁵⁴⁷

Do contexto, volto ao texto. Os termos “não conheceu” e “não compreendeu” foram recorrentes nos artigos de Koseritz para declarar a incompetência do Conselheiro Araripe em levar em frente a essa tarefa historiográfica: “[o autor] que mede os sucessos da história dos povos pela estreita bitola da jurisprudência criminal não é por certo competente para semelhante tarefa.”⁵⁴⁸ Desmerecidos o autor e o pesquisador, chego ao terceiro ponto: a verdade histórica. Koseritz, no primeiro artigo da série, disse que trataria dos juízos do autor da *Guerra civil do Rio Grande do Sul* e não dos fatos ocorridos. Ele se permitiu a diferenciação da verdade dos fatos e da verdade dos juízos que, contudo, estiveram juntas na sua argumentação. Utilizou o termo “magistrado historiador” para mostrar o imbricamento das atividades de Alencar Araripe na busca da verdade. Com o resultado dessas práticas reunidas, “fez o Sr. Araripe um apanhado de dados parciais, tomados dos arquivos da legalidade; coordenou esses dados, esses capítulos e parágrafos com a metodicidade das obras de jurisprudência; encarou estes grandes feitos, filhos do entusiasmo e do amor à terra do Rio Grande, com o *criterium* do legista”.⁵⁴⁹ Koseritz sugeriu a Alencar Araripe consultar, além dos “arquivos da legalidade”, os decretos e comunicações oficiais no jornal oficial da República, *O Povo*, pois ali encontraria outras provas. Para auxiliá-lo a rever tais juízos, o publicista transcreveu documentos dos “arquivos republicanos” que o Conselheiro não encontraria nos “arquivos imperiais”. Araripe foi criticado pela unilateralidade arquivística. Tratou-se de uma crítica apressada de Koseritz, pois somente em 1882, 1883 e 1884 seriam publicados os documentos sobre a *Guerra civil do Rio Grande do Sul* na Revista do Instituto. O jornal *O Povo* foi utilizado por Araripe. Koseritz, desse modo, desmereceu o autor por estar preso ao julgamento da legalidade da época. Para o publicista alemão, o verdadeiro historiador não poderia, pela imparcialidade (estar longe das “paixões do momento”), desconhecer o “caráter ideal e principista” do movimento republicano no Rio Grande do Sul.

⁵⁴⁷ PICCOLO, H. I. L. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974. p. 77-96; Id. *A política rio-grandense no Império*. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Org.). *RS: economia & política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 112 e Id. *Vida política no século 19, da descolonização ao movimento republicano*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. p. 60. A violência política liberal sofrida por Tristão de Alencar Araripe, quando Presidente da província de São Pedro, é apontada em: CARNEIRO, N. L. G. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 191-194, 199, 202, 205-208.

⁵⁴⁸ KOSERITZ, K. von. O livro do Sr. Conselheiro Araripe, parte X. *Gazeta de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 153, 10 jul. 1881.

⁵⁴⁹ Id. O livro do Sr. Conselheiro Araripe, parte I. *Gazeta de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 125, 4 jun. 1881 (grifo no original).

Perguntou indignado: “E se [Araripe] reconhece que lhe faltavam elementos de imparcialidade, porque não se limitou a narrar fatos e a apresentar datas?”⁵⁵⁰

A relação do todo com as parte é o quarto ponto na argumentação de Koseritz que destaco. O publicista asseverou reiteradamente o caráter brasileiro dos republicanos rio-grandenses. Os rio-grandenses não fizeram guerra à Nação brasileira, mas ao governo desta. Combateram a monarquia, mas não renegaram os vínculos que os prendiam à “nacionalidade brasileira”. Os rio-grandenses nunca deixaram de se considerar brasileiros. Eles estavam prontos a voltar à comunhão brasileira, assim que o governo atendesse as reivindicações. Eles lutaram contra uma política injusta, desleal, retrógrada e perseguidora da Corte. A culpa pela revolução foi do governo imperial. Porém, ao passo que reiterou a não contradição entre a Nação e a província, Koseritz assegurou a esta última a peculiaridade do povo do Rio Grande de pelear durante cem anos sozinho contra os “inquietos vizinhos” do Prata. Um passado de lutas impregnara no “espírito do povo” pela tradição. Afora essa questão entre o local e o nacional, há similaridades e diferenças entre as partes. Koseritz, não desmerecendo os brios da “indômita coragem dos leões do Norte que valorosamente pelejaram contra a tirania”, apontou que existiram diferenças entre os movimentos de 1817/1824 no Norte e o de 1835 no Sul, mas não a ponto deste ser desmerecido em detrimento daquele. A análise do Conselheiro Araripe se deveu principalmente ao fato do pai do autor ter sido um dos chefes revolucionários no Norte. O direito às revoluções, o caráter heroico e democrático dos povos, a república com ideais, a não inferioridade das forças rebeldes diante das imperiais, o patriotismo e desinteresse dos chefes revolucionários deveriam ser reconhecidos, conforme Koseritz, tanto no Norte quanto no Sul. Koseritz, ao contrário de Araripe, aproximou os movimentos do Norte e do Sul.

A série de artigos de Koseritz auxiliou a divulgação do livro de Tristão de Alencar Araripe pela província de São Pedro. Divulgação que engendrou indignadas reações dos leitores. O advogado Trajano Viriato de Medeiros (1837 -?), também cearense e integrante do Partido Conservador, foi o intermediador do Conselheiro com o público sulino. Pelas informações constantes no acervo pessoal de Alencar Araripe, no IHGB, Medeiros foi o responsável pela venda do livro (100 exemplares) em Porto Alegre e encaminhou à Corte os recortes de artigos publicados nos jornais da província e as cartas endereçadas ao historiador do Norte. Conforme pude apurar no *Jornal do Comércio* (Porto Alegre), o livro do Conselheiro Araripe foi anunciado na imprensa local com uma peculiaridade: o título alterado. Em vez de *Guerra civil no Rio Grande do Sul*, a publicação foi anunciada como *A*

⁵⁵⁰ Id. O livro do Sr. Conselheiro Araripe, parte XII. *Gazeta de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 160, 19 jul. 1881.

República rio-grandense, memórias sobre a revolução rio-grandense. Um anúncio menos ofensivo e mais enobecedor, apesar do Conselheiro desconstruir o aspecto republicano do movimento.⁵⁵¹

Na troca de correspondências, Medeiros explicou a Araripe as intenções por trás das críticas do publicista alemão: “Os habitantes desta província gostam muito que as suas más paixões sejam louvadas; e daí [ilegível] originou-se a especulação do Koseritz julgando ganhar terreno na próxima eleição.”⁵⁵² Acredito, sim, que o efusivo discurso do redator do jornal contra o livro de Alencar Araripe integrou ações de divulgação política e, nesse caso, partidária. Muitos leitores na província de São Pedro tiveram acesso ao trabalho de Araripe somente pela leitura dos artigos na *Gazeta de Porto Alegre*. Ardoroso e polêmico liberal, Koseritz manteve estreitas ligações com o líder do Partido Liberal na província, Gaspar Silveira Martins (1835-1901), pelo jornal *A Reforma* e da bancada na Assembleia provincial. Koseritz foi eleito, posteriormente, para as legislaturas 1883-1885 e 1887-1888. Se a defesa dos valores democráticos da república do Piratini por Koseritz nos induz a acreditar que defendeu um regime de governo republicano, ledo engado. Ele foi defensor da organização monárquica. Seus artigos integraram a não-monolítica cultura histórica rio-grandense preocupada em dar destaque aos heróis de 1835. Tanto os republicanos gaúchos do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) como os liberais em torno de Silveira Martins procuraram raízes na Revolução Farroupilha e se disseram herdeiros de tais tradições. O movimento de 1835-1845 foi “instrumentalizado, mais tarde, a partir do seu discurso, para justificar os fins políticos perseguidos tanto por republicanos como por liberais.”⁵⁵³

Enquanto aguardamos uma biografia de maior fôlego a ser escrita sobre Koseritz,⁵⁵⁴ creio que, afora esse oportunismo político, havia outra intenção. Juntarei e cruzarei indícios. De 14 de abril a 4 de novembro de 1883, Koseritz esteve na Corte. No seu diário de viagem, não consta que tenha visitado o IHGB, apesar das seguidas e constantes visitas a outras

⁵⁵¹ Pequeno anúncio foi publicado na sessão “crônica geral”, fazendo alusão a Araripe como ex-Presidente da província: *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, ano 17, n. 155, p. 2, 14 jul. 1881. Até o final do mês, esporadicamente, apareceria a divulgação em grandes anúncios (10 por 14 cm), informando que se encontrava à venda na Livraria Americana, nas cidades de Porto Alegre e Pelotas, por 3\$000. Foram publicados em 15, 16, 19, 20, 21, 23, 29 e 30 de julho na sessão “anúncios repetidos”. Ao lado do anúncio do livro, constava a divulgação dos serviços advocatícios de Viriato de Medeiros.

⁵⁵² MEDEIROS, T. V. de. Carta a Tristão de Alencar Araripe, Porto Alegre, 3 ago. 1881. IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe* (ACP09). Lata 820, pasta 8.

⁵⁵³ PICCOLO, H. I. L. A guerra dos farrapos e a construção do Estado Nacional. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 60.

⁵⁵⁴ De acordo com o Prof. René Gertz, “uma biografia de Karl von Koseritz ainda está por ser escrita”. Nos escritos sobre Koseritz, há uma “preocupação básica com o ‘alemão’ Koseritz”. GERTZ, R. E. (Org.). *Karl von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 7 e 10. Em julho de 2010, o Prof. René assegurou-me que a biografia ainda não fora escrita. O acervo *Benno Mentz*, em Porto Alegre, tem todos os jornais em língua alemã e também uma coleção de almanaques de Koseritz.

entidades culturais.⁵⁵⁵ Contudo, não descarto tal presença e o contato com os sócios. No tomo 47 da Revista do IHGB (1884), o publicista alemão teve publicado o trabalho *Sambaquis da Conceição do Arroio*.⁵⁵⁶ Na sessão do Instituto de 11 de julho de 1884, houve o envio por Koseritz do trabalho *Bosquejos etnológicos*.⁵⁵⁷ Dois anos depois, o atuante sócio Alfredo d'Escragnolle Taunay distribuiu aos colegas presentes à sessão de 18 de junho de 1886 a biografia que von Koseritz lhe escrevera.⁵⁵⁸ Taunay foi apontado por Koseritz como “um dos melhores talentos do país”, “uma das mais brilhantes personalidades do *grand mond* brasileiro”, “um dos mais eminentes espíritos da nossa época”, “enciclopédico amigo”, “o maior escritor do Brasil”. Vejo que, pelos escritos apressados em 1881 e do laudatório de 1886, as pretensões letradas de Koseritz ultrapassavam os limites provinciais. Porém, pelas críticas contundentes a um dos sócios ou pela bajulação a outro, o publicista alemão não conseguiu passar pelos muros da cidade letrada. Não há como desconsiderar a forte atuação de Araripe no IHGB, nesse momento. O Conselheiro barrou as pretensões do candidato?

Voltando às correspondências arquivadas por Araripe, duas questões são relevantes. A primeira foi o embate entre a narrativa do Conselheiro e as testemunhas da guerra civil (1835-1845). Em carta assinada por “índio velho” e dirigida à redação da *Gazeta de Porto Alegre*, o remetente se apresentou como porta-voz dos veteranos da república rio-grandense. Protestou contra as falsidades publicadas pelo “estranho e apaixonado historiador”, mesmo sem ter lido o livro. Tomara conhecimento do trabalho pelo jornal e concordou com a “verídica contestação” de Koseritz ao defender “a causa dos filhos bastardos do extremo Sul do Império”. Outro exemplo do embate entre o historiador e as testemunhas dos episódios foi o caso de José Gomes Portinho (1814-1886) que terminou a guerra, em 1845, ao lado dos revoltosos, no posto de tenente-coronel. O livro lhe foi enviado por Viriato de Medeiros.

⁵⁵⁵ As cartas da viagem foram traduzidas por Afonso Arinos de Melo Franco e publicadas em 1941. Consulte: KOSERITZ, K. von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972. Em recente trabalho, Neves analisou a permanência de Koseritz no Rio de Janeiro, seus contatos e impressões. Não há referências a contatos com o IHGB ou sócios. NEVES, M. de S. Uma cidade entre dois mundos - o Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRINBERG, K.; SALLES, R.(Org.). *O Brasil Imperial (1870-1889)*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 119-153.

⁵⁵⁶ KOSERITZ, K. von. *Sambaquis da Conceição do Arroio*. *RIHGB*, t. 47, parte 1, p. 179-182, 1884a. Artigo publicado anteriormente no jornal *Gazeta de Porto Alegre*.

⁵⁵⁷ Sessão em 11 de julho de 1884. *RIHGB*, t. 47, parte 2, p. 567, 1884. O livro havia sido recentemente publicado: KOSERITZ, K. von. *Bosquejos etnológicos*. Porto Alegre: Gundlach, 1884b.

⁵⁵⁸ Sessão em 18 de junho de 1886. *RIHGB*, t. 49, parte 2, p. 433, 1886. Trata-se de KOSERITZ, K. von. *Alfredo d'Escragnolle Taunay, esboço característico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1886. Traduzido do alemão por Rodolfo Pau Brasil. Escrito em 1884 e publicado inicialmente no almanaque *Koseritz's Deutscher Volkskalender* (1885).

Portinho não demorou em responder ao autor, dizendo-se magoado, após leitura atenta da memória, por encontrar fatos alterados e apreciações injustas.⁵⁵⁹

A segunda questão que a leitura das correspondências suscita é a rápida resposta dos homens de letras na província ao historiador cearense. Trajano de Medeiros, em carta a Aquiles Porto Alegre (1848-1926) de julho de 1881, possivelmente provocada por artigo ou carta anterior, ressaltou o grande serviço prestado pelo livro de Araripe “à história pátria e sobretudo a desta heroica província”. E, em nome de Araripe, apontou que, com crítica justa e imparcial, ninguém lhe roubaria a “glória da iniciativa” ao escrever sobre a guerra civil do Rio Grande do Sul, “apesar de ser filho do Norte – como se isso fosse defeito que pudesse obscurecer o seu preclaro talento, como levemente se tem dito”.⁵⁶⁰ Medeiros não isentou o livro de possíveis “erros de fato” e de “apreciação” e aguardaria a publicação de monografias e documentos “que restabeleçam os fatos e a verdade histórica”, caso tivessem sido alterados. Houve uma carta no jornal *Mercantil* de agosto desse ano no qual, sem citar o trabalho do Conselheiro Alencar, Apolinário Porto Alegre (1844-1904) disse que escreveria um livro sobre a revolução “sob o ponto de vista democrático, sem excluir a verdade e a justiça para com os adversários”. Apolinário aproveitou para solicitar “toda a sorte de documentos às pessoas que os possuam e queiram auxiliar-me neste empreendimento”.⁵⁶¹

Outro literato em ascensão na província, Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), obteve o livro do Conselheiro por Capistrano de Abreu que, por sua vez, não perdeu a oportunidade de avaliá-lo: “não tenho gostado muito dele por causa de certos epítetos com que acompanha a narrativa, e que mostram verdadeira malevolência.”⁵⁶² Em carta a Alencar Araripe, Assis Brasil o felicitou por ser o “primeiro historiador brasileiro que apresentou um trabalho completo sobre a guerra dos farrapos”. Como rio-grandense, Assis Brasil lhe agradeceu pelo “importante serviço que prestou a minha província”. Colocou o livro como alicerce para todo aquele que quisesse “levantar mais amplo e completo edifício”. Entretanto, Assis Brasil fez menção (não pontual) às inexatidões e apreciações políticas em razão do

⁵⁵⁹ PORTINHO, J. G. Carta a Trajano Viriato de Medeiros (22 jun. 1881, Capoeira). IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe* (ACP09). Lata 820, pasta 13, doc. 10.

⁵⁶⁰ Carta de Trajano Viriato de Medeiros a Aquiles Porto Alegre (13 jul. 1881, Porto Alegre). *A Imprensa*, Porto Alegre, 14 jul. 1881. IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe* (ACP09). Lata 820, pasta 8.

⁵⁶¹ Carta de Apolinário Porto Alegre. *Mercantil*, [s.l.], 3 ago. 1881. *Acervo Alencar Araripe* (ACP09). Lata 820, pasta 8.

⁵⁶² Capistrano em carta a Assis Brasil de 5 de maio de 1881 anuncia a publicação do livro de Alencar Araripe, prometendo lhe enviar um exemplar, nem que tivesse de ir pessoalmente à casa do Conselheiro. RODRIGUES, 1977, v. 1, p. 80. No índice onomástico no volume 2 consta erroneamente referido Tristão de Alencar Araripe Junior.

“sistema de ideias do autor” e da unilateral deficiência de informações.⁵⁶³ Não só na imprensa da província de São Pedro houve manifestações sobre o livro de Araripe. Capistrano de Abreu, em artigo na *Gazeta de Notícias*, de 23 de outubro de 1881, na Corte, saudou o trabalho do conterrâneo, porém anonimamente:

O livro do Conselheiro Alencar Araripe sobre a revolução do Rio Grande não tem só o grande merecimento de ser a primeira tentativa histórica sobre um período tão importante de nossa vida nacional: tem também o de haver *provocado uma reação*, que há de deixar claramente elucidado o mais sério, o mais duradouro e o mais espontâneo de quantos movimentos liberais se têm dado no Brasil.⁵⁶⁴

A reação mais expressiva ocorreu, conforme Capistrano, no *Clube Vinte de Setembro*, recém-fundado por estudantes rio-grandenses na Faculdade de Direito de São Paulo.⁵⁶⁵ A agremiação tinha por finalidade “estudar e celebrar a história da república de Piratini, e mostrar sob luz verdadeira os homens e as coisas daquele tempo”. Pode-se imaginar a repercussão da publicação do livro de Tristão de Alencar Araripe entre eles e a partir deles, pois a Academia de Direito centralizava, em São Paulo, o movimento editorial de revistas e jornais literários.⁵⁶⁶ Alcides Lima (1859-1935), em discurso como presidente do Clube, na sessão solene de 1881, destacou a importância do momento, pois era a primeira vez que, depois de 1845, os rio-grandenses se congregavam para comemorar a república do Piratini.⁵⁶⁷ Embora não o nomeando, Alcides Lima dialogou com Alencar Araripe. O republicano rio-grandense asseverou que a república farroupilha “não foi uma república do egoísmo, como, modernamente escrevem *os curtos fazedores de Memórias*”.⁵⁶⁸ E, ao recordar e recomendar a

⁵⁶³ ASSIS BRASIL, J. F. de. Carta a Tristão de Alencar Araripe (27 jul. 1881, São Paulo). IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe* (ACP09). Lata 820, pasta 13, doc. 9.

⁵⁶⁴ ABREU, J. C. de. Livros e letras. In: _____. *Ensaaios e estudos: crítica e história, 4ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 317 (grifo meu).

⁵⁶⁵ O *Clube Vinte de setembro* foi fundado em 15 de abril de 1879. DOCCA, E. F. de. S. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954. p. 377. A listagem dos bacharéis sul-rio-grandenses formados no Largo do São Francisco foi apresentada em: FRANCO, S. da C. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX. *Justiça e História*, Porto Alegre, v. 1, n. 1/2, p. 107-129, 2001. Destaco a fundação de dois outros lugares similares de difusão do heroico passado farroupilha: o *Clube republicano de Porto Alegre* (29 de junho de 1878) e o *Clube Vinte de Setembro do Rio de Janeiro* (20 de setembro de 1885). Na imprensa local, em 1884, surgiu o jornal *A Federação* do Partido Republicano. Em fevereiro de 1882, os republicanos da província efetivaram sua primeira convenção organizando formalmente o Partido Republicano Rio-grandense. Em outubro do mesmo ano, pela primeira vez, esses republicanos ingressaram na arena eleitoral em base provincial: “Nenhum deles se elegeu, mas o entusiasmo permaneceu elevado.” LOVE, J. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 31. Assis Brasil foi o primeiro republicano a ser eleito para a Assembleia provincial, o que ocorreria em 1884.

⁵⁶⁶ BROCA, 2004, p. 308.

⁵⁶⁷ LIMA, A. *Discurso inaugural da sessão solene do Clube 20 de Setembro, proferido pelo Presidente efetivo*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1881. p. 11. A solenidade foi divulgada nos jornais de Porto Alegre como, por exemplo: *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, ano 17, n. 227, p. 1, 7 out. 1881.

⁵⁶⁸ LIMA, 1881, p. 7 (meu grifo).

veneração de Bento Gonçalves, Neto, Canabarro e demais chefes do movimento, Alcides Lima fez a ponte entre o passado e o futuro. Nas tradições, segundo ele, deveriam ser retomadas e rejeitadas as ideias dominantes sobre o passado: “aceitamos a causa dos vencidos como bandeira de futuras vitórias.” Conforme o Bacharel, futuro historiador, a revolução demonstrou a “espontaneidade e a aptidão” do povo rio-grandense para o regime republicano. A revolução foi vencida pois lhe faltara “espírito científico”, o que não era o caso nos primórdios da década de 1880. Os científico-positivistas de agora envidariam todos os esforços para que “um dia a vencida república de Piratini venha a ser a precursora da república rio-grandense”.⁵⁶⁹ O que ocorreria, a ferro e fogo, oito anos depois.

Para confrontar a memória do historiador cearense e retomar as tradições rio-grandenses foi escolhido pelos sócios do clube, naquele momento solene, o manifesto de Bento Gonçalves de 29 de agosto de 1838, como documento que expressava os desejos pretéritos e os anseios presentes.⁵⁷⁰ A leitura e publicação do documento, em 1881, foram antecedidas por palavras “À província do Rio Grande do Sul” assinadas, entre outros, por Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Álvaro Chaves, Alcides Lima, Borges de Medeiros. Conforme os letrados rio-grandenses em São Paulo, a geração atual deveria conhecer melhor esse manifesto, que fazia “honra ao tão adulterado passado da terra rio-grandense”. Com a publicação do documento, o grupo contribuiria para desvanecer “indignas imputações com que se tem pretendido nodoar a nossa brilhante história”. Reafirmando a convicção republicana, os letrados reivindicaram “o glorioso passado que muitos caluniam e que outros, mais ingratos ainda, repudiam envergonhados. Havemos de alevantá-lo, havemos de reabilitá-lo”.⁵⁷¹ Acredito que as palavras, além de dirigidas à memória do Conselheiro Araripe, estavam endereçadas às representações envergonhadas de alguns rio-grandenses, como analisarei a seguir. Ao final da publicação do documento, a Comissão de estudantes rio-grandenses da Academia de São Paulo explicou o adiamento do livro para comemorar o aniversário da revolução de 1835 previsto para 1881. Um dos motivos foi a “imprevista demora no recebimento de documentos e várias fontes de informação solicitados a diversos cidadãos rio-grandenses”.⁵⁷² Dos cidadãos que “prontamente” atenderam ao pedido, foram citados Apolinário Porto Alegre e José

⁵⁶⁹ Ibid., p. 15.

⁵⁷⁰ SILVA, B. G. da. *Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus Constituintes*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1881. Esse documento também foi transcrito por Araripe: *RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 406-421, 1883.

⁵⁷¹ SILVA, 1881, p. III-V.

⁵⁷² Ibid., p. 29.

Gomes Portinho. Conforme a Comissão, os documentos recebidos a habilitariam dizer “muita coisa que ainda não foi dita” sobre a história da república rio-grandense.⁵⁷³

Em 1882, a memória de Tristão de Alencar Araripe, *Guerra civil do Rio Grande do Sul*, sofreu rebates mais robustos não só do prometido livro pelo Clube Vinte de Setembro mas inicialmente de três. Antes da publicação completa na Revista do IHGB, o trabalho de Tristão de Alencar Araripe repercutiu estrondosamente na Corte e nas províncias. A reação inicial em cartas, artigos e discursos ganhou maior fôlego quando os letrados rio-grandenses seguiram os conselhos de Koseritz, cumpriram as promessas do Clube Vinte de Setembro e ultrapassaram as estéreis lutas da política de campanário, palestras e polêmicas em efêmeras páginas da imprensa diária. A ata da sessão no Instituto Histórico, em 10 de novembro de 1882, acusou o recebimento dos livros *História popular do Rio Grande do Sul* e *História da República Rio-grandense*.⁵⁷⁴ Os autores não foram declarados. As publicações foram doadas em nome do Clube Vinte de Setembro. Ambas vieram a público nesse 1882, na cidade do Rio de Janeiro, pela mesma editora (G. Leuzinger & Filhos), e com semelhante texto de apresentação: “O Clube Vinte de Setembro, composto dos estudantes republicanos rio-grandenses da faculdade jurídica de São Paulo, mandou imprimir esta obra para comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul no seu 47º aniversário, 20 de setembro de 1882”. O primeiro trabalho foi de autoria de Alcides Lima, então presidente da agremiação rio-grandense em São Paulo. Não mencionou as memórias de Alencar Araripe. No início da publicação, Alcides Lima apontou as características da sua história como não propriamente científica, pois não se destinava a “derramar sobre o passado das sociedades a luz vivificante das leis históricas”. O autor apresentou aos comprovincianos “uma apreciação resumida e sintética, o conjunto da elaboração social e a concatenação dos elementos que predisuseram o Rio Grande do Sul a desligar-se do Império brasileiro”.⁵⁷⁵

O segundo livro doado ao IHGB foi de autoria de Assis Brasil. Na introdução, ele apontou que se serviu principalmente “da excelente monografia do Sr. Desembargador Araripe, obra de grande mérito, porque era uma verdadeira construção com elementos que estavam dispersos e desconexos”. Apesar de estar em “fundamental discordância com as ideias do autor e mesmo quanto à exatidão de alguns fatos”, Assis Brasil confessou que, no livro do Conselheiro Araripe, aprendeu mais do que em parte alguma e nele se inspirou para

⁵⁷³ Ibid., p. 31.

⁵⁷⁴ Sessão em 10 de novembro de 1882. *RIHGB*, t. 45, parte 2, p. 477, 1882.

⁵⁷⁵ LIMA, A. *História popular do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1882. p. VII. Publicada também na *Gazeta de Porto Alegre* entre 23 de setembro e 9 de outubro de 1882.

escrever o seu.⁵⁷⁶ Ao longo do livro, Assis Brasil citou em três oportunidades o trabalho do Conselheiro como fonte e para corrigi-lo.⁵⁷⁷ Estava prevista a continuação desse primeiro volume. Não descarto que, se tal promessa fosse cumprida, novas referências ao historiador cearense seriam inseridas. No ano seguinte, Assis Brasil em outro livro, sem citar o historiador do Norte, mas contestando os seus argumentos, asseverou que “os republicanos de 1835 eram levados pelo patriotismo e não pelo desejo criminoso de abastardar a grande nacionalidade brasileira”.⁵⁷⁸ E num esforço de unir o Sul ao Norte, o literato em nova publicação, ao defender o valor da experiência em 1835 para justificar a oportunidade da república no país naquele momento, enalteceu os “valentes patriotas de 1824” e louvou a Confederação do Equador como “primeiro e mais definido ensaio de federalismo entre nós”.⁵⁷⁹

Em 1882, foi publicado outro livro sobre os “heróis de 1835”. *A revolução de 1835 no Rio Grande do Sul* de Ramiro Barcelos (1851-1916) foi inspirada ou provocada pelo livro do historiador cearense. Não declarado no início do trabalho e quase despercebido numa referência no texto de poucas notas, Barcelos criticou o escritor: “Negar, como já o fez *um historiador*, ideal político aos homens que levantaram a revolução do Rio Grande, é afirmar uma inexatidão.” Em nota, o autor nomeou o Conselheiro Araripe, o historiador-negador.⁵⁸⁰ Temos assim três autores, Alcides Lima, Assis Brasil e Ramiro Barcelos, que surgiram na arena literária para responder à pesquisa unilateral e à voz da legalidade no livro do “historiador palaciano”.⁵⁸¹ Cabe lembrar que os textos dos três letrados serviram de referência obrigatória na elaboração dos livros para a “educação cívica dos jovens rio-grandenses”.⁵⁸²

Houve mais uma leitura crítica feita pelo citado José Gomes Portinho que deve ser analisada. A peculiaridade dessa contraposição está no formato e na autoridade de quem fala. Ao receber o livro de Araripe do próprio autor, Portinho fez uma série de anotações no

⁵⁷⁶ ASSIS BRASIL, J. F. de. *História da República Rio-grandense*. ed. fac. sim. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1982. p. IX.

⁵⁷⁷ Ibid., p. 97n, 104n, 106n.

⁵⁷⁸ Id. *A unidade nacional*. Pelotas: Carlos Pinto & Cia, 1883. p. 44.

⁵⁷⁹ Id. *A República Federal*. 2. ed. São Paulo: Tipografia King, 1882 [1881]. p. 88.

⁵⁸⁰ BARCELLOS, R. F. de. *A revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. 2. ed. fac. sim. Porto Alegre: CORAG, 1987. p. 74, nota 11 (meu grifo). O autor não integrou o *Clube Vinte de setembro*. O texto constou inicialmente na *Gazeta de Porto Alegre*, em 1881, logo após a publicação dos textos de Koseritz. Foi publicado também no *Jornal do Comércio* de 22 de setembro a 22 de dezembro de 1882.

⁵⁸¹ Júlio de Castilhos, em carta a Apolinário Porto Alegre de 28 de maio de 1881, chamou Alencar Araripe de “escritor palaciano”. Transcrita em LAZZARI, A. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. 2004. 363 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2004. p. 217.

⁵⁸² Por exemplo: MAIA, J. *História do Rio Grande do Sul para o ensino*. Porto Alegre: Franco & Irmão, 1898. Após esta 1ª edição, várias a seguiram. Das 43 lições do livro, 12 foram dedicadas a louvar a revolução e os heróis de 1835.

exemplar. Esse exemplar passou por Álvaro José Gonçalves Chaves (1863-1890), integrante do Clube Vinte de Setembro, e Alfredo Varela (1864-1943), que muito dele se utilizou nos seus livros (apontados a seguir) e o declarou “arquivo do autor”. As notas de Portinho no livro de Araripe foram reunidas, organizadas, anotadas e publicadas muito depois por Mário Pacheco Dornelles.⁵⁸³ Por uma centena de achegas apostas pelo “herói da revolução farroupilha”, é possível analisar mais amplamente os fatos alterados e as apreciações injustas que Portinho leu em 1881 e apontou na carta a Araripe. A proeminência da testemunha foi ressaltada pelo organizador ao lembrar que Araripe, ao contrário de Portinho, não esteve presente ao teatro das operações.⁵⁸⁴ Nos vários comentários de Portinho à escrita de Araripe, o advérbio de negação foi recorrente: “não era”, “não tinha”, “não foi”, “não é verdadeiro”, “não aconteceu”, “não há”. Como também: “falso”, “inexatidão”, “invenção”, “romance”, “contradição”, “absurdo”, “história incorreta”. Portinho apontou o autor como suspeito nas apreciações por ser filho do Norte e por não conhecer o povo do Rio Grande. As impressões de Portinho se assemelham às de Koseritz. Araripe, conforme Portinho, escreveu baseado em documentos falsos e, dos poucos verdadeiros, somente o que lhe interessou: um historiador apaixonado e “deturpador da verdade”, um historiador que não conhecia a topografia da província, um estúpido historiador monarquista. Acusando Araripe por contar os fatos a seu modo, Portinho apareceu como sujeito nos episódios narrados: “como assisti aos fatos pessoalmente, posso narrá-los o que farei sem paixão; somente com a verdade.”⁵⁸⁵ Mas ficou somente nas retificações, pois outro historiador “mais consciencioso e imparcial” responderia à altura ao historiador do Norte. Assis Brasil, Ramiro Barcelos e Alcides Lima se prontificaram, como apontei, em contrapor o historiador do Norte. Outros mais viriam atender o chamado de Koseritz e Portinho.

Pereira Coruja, rio-grandense e sócio fundador do IHGB, citado como um dos desencadeadores da memória de Alencar Araripe, participou nos momentos iniciais da guerra civil ao lado dos rebeldes e se transferiu para a Corte após a anistia. Também escreveu

⁵⁸³ PORTINHO, J. G. *Achegas à Araripe (guerra civil no RGS)*. Porto Alegre: Editora do Organizador, 1990. Em forma reduzida, havia sido publicada em PORTINHO, J. G. Anotações de um chefe farroupilha. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 2, p. 147-154, set. 1945. A apresentação nesta revista (possivelmente seja de Moysés Vellinho) aponta que seriam publicadas, posteriormente, as anotações de outro partícipe do movimento de 1835, Manoel Alves da Silva Caldeira. Entretanto, nos números seguintes do periódico, não foram encontradas. Talvez fossem as mesmas publicadas anteriormente na Revista do Instituto local: CALDEIRA, M. A. da S. Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845. *RIHGRGS*, III trimestre, p. 345-438, 1927. O autor se apresentou como republicano e testemunha dos fatos: “Já contei 83 anos de idade e não me tem faltado a memória. Tudo o que acima está escrito é de memória” (p. 428). Segundo o texto, Caldeira trocou cartas com Alcides Lima e Alfredo Ferreira Rodrigues. O livro de Alencar Araripe não foi citado.

⁵⁸⁴ DORNELLES, M. P. Elucidação necessária. In: PORTINHO, 1990, p. 10.

⁵⁸⁵ PORTINHO, 1990, p. 59.

trabalhos históricos sobre o passado tumultuado da província e recorreu ao polêmico artigo de Araripe. Porém, a posição como literato estabelecido na Corte e no Instituto Histórico tornou suas referências ao passado sulino mais comedidas. Antes dos anos 1880, o autor de livros didáticos, como *Lições de História do Brasil*, fez menções breves à revolução do Rio Grande, arrolando datas e nomes, isentos de juízos.⁵⁸⁶ Na pesquisa de “fatos e notícias mais notáveis” do Continente do Rio Grande do Sul – as efemérides – Coruja utilizou em várias oportunidades os escritos e os documentos coligidos por Araripe publicados na Revista do Instituto ao abordar os acontecimentos revolucionários.⁵⁸⁷ Pelo destaque ao seu trabalho, Araripe cobrou dos consócios a publicação das efemérides de Coruja.⁵⁸⁸

Em 1883, o livro *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul* foi publicado precedido de uma “noção histórica”.⁵⁸⁹ O autor João Cezimbra Jacques (1849-1922) era militar do Exército nacional e um dos fundadores do Partido Republicano na província. Em *Ao leitor*, dos trabalhos consultados e listados por Jacques, não apareceu o livro de Alencar Araripe tampouco outros sobre os heróis farroupilhas. No entanto, ao expor a “reação do jugo que pesava sobre a província de 1835”, o autor rebateu as críticas ao movimento, reafirmou o caráter natural, exaltou o realizador e inverteu o lado do despotismo e da liberdade. Segundo Jacques, já houve quem chamasse a Guerra dos Farrapos de revolta de caudilhos, porém ela foi um acontecimento natural que a Sociologia chama de leis de ação e reação, e Bento Gonçalves, o principal agente. A guerra foi tão benéfica para o Rio Grande do Sul como fora a Revolução Francesa para o mundo ao garantir as liberdades individuais, até então cerceadas pelo despotismo. Ela abriu caminho para a marcha do progresso rio-grandense.⁵⁹⁰ O livro de Jacques, do futuro “patrono do tradicionalismo gaúcho”, surgiu na onda de reação ao trabalho do historiador cearense que nem ao menos mereceu ser designado. O historiador Araripe, que se tornava maldito, não foi nomeado.

Também em 1883, na comemoração do 48º aniversário da revolução rio-grandense, o Clube Vinte de Setembro voltou à carga congregando novos defensores do passado heroico de

⁵⁸⁶ CORUJA, A. A. P. *Lições de história do Brasil adaptadas a leituras das escolas*. Nova edição com alguns aumentos e correções. Rio de Janeiro: Tip. Esperança, 1873. A primeira edição foi em 1855.

⁵⁸⁷ CORUJA, A. A. P. *Ano histórico Sul-rio-grandense: em forma de efemérides*. Rio de Janeiro: Tip. de José Dias de Oliveira, 1887. Há outra edição de 1888, porém reduzida. Foram setenta referências ao trabalho de Araripe numa publicação de duzentas páginas. Parte do trabalho (creio em manuscrito) foi lido em sessão do IHGB por Moreira de Azevedo na sessão em 7 de dezembro de 1882. *RIHGB*, t. 45, parte 2, p. 488, 1882. O parecer da Comissão de História sobre esse texto de Coruja foi publicado na ata da sessão em 13 de novembro de 1885. *RIHGB*, t. 48, parte 2, p. 393-395, 1885.

⁵⁸⁸ Sessão em 3 de agosto de 1887. *RIGHB*, t. 50, parte 2, p. 301, 1887.

⁵⁸⁹ A primeira edição saiu pela Tipografia de Gundlach e Companhia em Porto Alegre. Consultei: JACQUES, J. C. *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*. ed. fac. sim. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1979.

⁵⁹⁰ *Ibid.*, nota **, p. 105.

1835. Foram 33 textos em prosa e verso de diferentes autores, além dos integrantes da sociedade. Ali constavam os expressivos nomes de Campos Sales, Raul Pompéia e Américo Brasiliense: um grande coro para abafar a voz do Conselheiro Araripe.⁵⁹¹ Desde então, passado esse momento inicial de ebulição, é raro encontrar algum estudo sobre a longa revolução em que não há referências (diretas e indiretas) ao texto de Tristão de Alencar Araripe, *Guerra Civil do Rio Grande do Sul*. Os comentários sobre o autor, as pesquisas, a narrativa construída ou os documentos coligidos vão do uso fundamental à crítica mais feroz. Oscila-se da pesquisa-alicerce, nota silenciosa, autoridade das fontes reunidas ao trabalho parcial e inverídico do historiador ou memorialista. É possível observar tal gradiente referencial nas leituras díspares de: Fernando Luís Osório em *História do General Osório* (1894);⁵⁹² Alfredo Ferreira Rodrigues no *Almanaque Literário e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul* (1889-1927);⁵⁹³ Souza Docca em *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* (1935),⁵⁹⁴ Dante de Laytano em *História da República rio-grandense, 1835-1845* (1936).⁵⁹⁵ Alfredo Varela, ao ensaiar a defesa dos ideais dos revolucionários na pequena descrição histórica do Rio Grande do Sul (1897),⁵⁹⁶ irá adensá-la em *Revoluções Cisplatinas*,

⁵⁹¹ CLUBE VINTE DE SETEMBRO. *Comemoração do 48º aniversário da Revolução Rio-Grandense: 20 de setembro de 1883*. São Paulo: Leroy kingbookwalter & Cia, 1883. O nome de Tristão de Alencar Araripe apareceu uma vez como um dos que escreveram sobre a revolução, mas não foi criticado.

⁵⁹² Reeditada especialmente para os festejos do centenário em OSÓRIO, F. L. *A guerra civil dos Farrapos*. Porto Alegre: Globo, 1935. p. 122n.

⁵⁹³ Os textos de Rodrigues, no almanaque que dirigiu, foram reunidos e publicados em RODRIGUES, A. F. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990. Houve referências ao trabalho de Araripe nas páginas 67-80, 183, 256-258n. Rodrigues publicou testemunhos de participantes da guerra sulina no almanaque com “o mais puro sentimento de justiça e o amor da verdade” visando a “reparação histórica”: Memória sobre a revolução de 20 de setembro de 1835 de Francisco de Sá Brito. *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, n. 16, p. 179-208, 1904 (escrita entre 1870 e 1879); Memória sobre a Revolução de 1835 até o combate do Passo do Rosário (17 de março de 1836) de Antonio Vicente da Fontoura. *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 18, p. 143-154, 1906; Estudo crítico sobre o Diário de Antonio Vicente da Fontoura. *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 22, p. 3-14, 1910. Os testemunhos foram apresentados concomitantemente aos estudos laudatórios das ações dos chefes farroupilhas. Na sessão em 10 de maio de 1896 no IHGB, foi apresentada a proposta para sócio de Alfredo Ferreira Rodrigues, tendo seus trabalhos sobre o passado sulino como títulos de admissão. Entre os proponentes da candidatura estava Alencar Araripe. O parecer da Comissão de História foi apresentado na sessão em 7 de junho daquele ano, recomendando o “escritor consciente e criterioso”. Foi eleito sócio correspondente na sessão em 30 de agosto de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 236-237, 243, 274, 1896.

⁵⁹⁴ DOCCA, E. F. de S. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935. O esforço na catalogação de documentos por Souza Docca começara nas páginas da Revista do IHGRGS (1923), em que anunciou: “A história da República rio-grandense ainda está por ser escrita e só o será convenientemente, depois de conhecidos os inúmeros e interessantes documentos, depoimentos e memórias, existentes sobre esse acontecimento e que jazem sepultados há quase um século nas entranhas dos arquivos.” Id. *República rio-grandense, subsídios para sua história*. *RIHGRGS*, I e II trimestres, p. 399, 1923.

⁵⁹⁵ LAYTANO, D. de. *História da República rio-grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Globo, 1936. O artigo de Araripe é apontado na bibliografia final (p. 346).

⁵⁹⁶ VARELA, A. *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*. Porto Alegre: Echenique & Irmão, 1897. Tratou da Revolução farroupilha (p. 110-188), louvando o passado heroico. Em nota (p. 114), registrou a existência de “versões muito debatidas e algumas delas positivamente menos verdadeira, com o fim de abrir discussão ampla”. Não citou diretamente o trabalho de Alencar Araripe, mas não há como negar na leitura do

a *República Riograndense* (1915)⁵⁹⁷ e *História da grande revolução, o ciclo farroupilha no Brasil* (1933), em que menciona a oscilação entre apologia e execração às vésperas do festivo centenário de 1935. De acordo com Varela, em 1881, foi publicado o livro do Conselheiro Araripe que produziu uma “surda tempestade de cóleras” na província que o recebeu como “ofensa proposital e desquite de recente mágoa”. Mesmo com erros e observações influenciadas por “coeficientes mentais e sentimentais”, o livro prestou “assinalado serviço” pelos documentos que reuniu e pela perspicácia apresentada, superior a muitos de seus críticos.⁵⁹⁸

Continuando a análise transtextual com as leituras bipolares da memória de Araripe, cito Aurélio Porto no volumoso *Processo dos Farrapos*;⁵⁹⁹ os participantes dos trabalhos apresentados no Primeiro Congresso sul-rio-grandense de História e Geografia;⁶⁰⁰ João Pinto da Silva em *A Província de São Pedro*;⁶⁰¹ Oliveira Vianna em *Populações meridionais do Brasil*;⁶⁰² Guilhermino Cesar na *História da literatura do Rio Grande do Sul*;⁶⁰³ Riograndino da Costa e Silva em *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*;⁶⁰⁴ Moysés Vellinho no *O Rio Grande e o Prata e Capitania d'El-Rei*;⁶⁰⁵ Walter Spalding nos *Farrapos, A*

texto de Varela que a argumentação visava corrigir as afirmações do historiador cearense. Por exemplo, Varela destacou o “regime da opinião pública em toda a sua plenitude” na república rio-grandense.

⁵⁹⁷ VARELA, A. *Revoluções Cisplatinas, a República Riograndense*. Porto: Chardron, 1915. v. 1, p. 95, 118-119, 493; v. 2, p. 519-975 *passim*.

⁵⁹⁸ VARELA, A. *História da grande revolução, o ciclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933. v. 2, p. 198 (meu grifo). As referências ao trabalho de Alencar Araripe nos três primeiros volumes (seis no total) eram similares àquelas no livro anterior de Varela. Ele solicitou, por intermédio do Visconde de Taunay, a coleção da Revista do IHGB como valioso auxiliar nas pesquisas. Sessão em 28 de novembro de 1890. *RIHGB*, t. 53, parte 2, p. 534, 1890.

⁵⁹⁹ PORTO, A. Notas. *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 377 e 571, 1935. Aludiu aos documentos publicados por Alencar Araripe, sem criticá-los.

⁶⁰⁰ IHGRGS. *Anais do Primeiro Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia, comemorativo da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1936. v. 2, p. 40, 98, 119.

⁶⁰¹ SILVA, J. P. da. *A Província de São Pedro, interpretação da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1930. p. 179.

⁶⁰² OLIVEIRA VIANNA, 1952, v. 1, p. 324n; v. 2, p. 206-207n, 225-226, 280, 352-353. Araripe foi chamado de “historiador rio-grandense” (p. 352).

⁶⁰³ Segundo Cesar, Araripe “coligiu abundante documentação, visando, sobretudo, à defesa da legalidade. Os críticos da guerra civil ressaltam a incompreensão com que o grave conselheiro apreciou a conduta e o idealismo dos rebeldes. Se bem que Araripe, da privança de Pedro II, que lhe confiou altos postos administrativos, não tenha revelado a isenção própria do historiador, a memória por ele escrita não deve ser olvidada, exatamente pelo tom faccioso de que se reveste”. CESAR, G. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 88.

⁶⁰⁴ O autor citou Araripe como “um dos mais autorizados historiadores daquele memorável decênio”. SILVA, R. da C. e. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968. p. 128.

⁶⁰⁵ Sobre Araripe, Vellinho oscilou entre injusto, “inimigo retardatário dos Farrapos” e “voz absolutamente insuspeita”. VELLINHO, M. *O Rio Grande e o Prata: contrastes*. Porto Alegre: IEL, 1962. p. 81, 83. Seguiram-se outras referências como fonte nas páginas 85-86. No livro seguinte, Vellinho, apesar de criticar o “zeloso funcionário do Império”, disse que ele “não andou longe da verdade”. VELLINHO, M. *Capitania d'El-Rei, aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 173, 197.

*revolução Farroupilha, Farroupilhas e caramurus, A epopeia farroupilha;*⁶⁰⁶ Moacyr Flores em *Modelo político dos Farrapos e República Rio-grandense;*⁶⁰⁷ Ieda Gutfreind em *A historiografia rio-grandense;*⁶⁰⁸ Sousa Montenegro na *A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe.*⁶⁰⁹ Essas pesquisas continuam a trazer o trabalho de Araripe aos leitores, embora de forma adjetivada e não analisada. Desde as críticas de Koseritz, em 1881, até hoje, a bibliografia teima em nos mostrar a figura caricata do autor e do trabalho: historiógrafo imperial, adversário da rebeldia, cronista do Império, tom faccioso, autorizado historiador, zeloso funcionário do Império, inimigo retardatário dos Farrapos, voz absolutamente insuspeita, defensor da legalidade, escritor monarquista, historiador palaciano. Mais do que a análise das práticas de um homem de letras no Oitocentos, fica latente o (des)caminho da crítica historiográfica até hoje. Atualmente, não como objeto principal, o livro de Tristão Alencar Araripe é citado nas pesquisas acadêmicas e nas publicações para o grande público no Estado do Rio Grande do Sul.⁶¹⁰

Nas pesquisas acadêmicas, alerta para a possibilidade de má compreensão pelo leitor quando Lucia Paschoal Guimarães apontou que Alencar Araripe escreveu o trabalho “baseando-se nos registros de Gonçalves de Magalhães”. A pesquisadora considerou Gonçalves de Magalhães o “cronista oficial da última fase da Farroupilha”. No entanto, esses registros, em meio a muitos outros, nada mais são do que alguns documentos assinados por Gonçalves de Magalhães, secretário de Caxias. Discordo igualmente da afirmação de Alexandre Lazzari ao assinalar que o republicanismo despertava em Araripe “certa simpatia

⁶⁰⁶ SPALDING, W. *Farrapos!* Porto Alegre: Selbach, 1934. p. 119n, 122n, 164n; Id. *A revolução Farroupilha*. São Paulo: Nacional, 1939. p. 368; Id. *Farroupilhas e caramurus: a brasilidade dos farrapos, história, documentos e bibliografia sobre o movimento reivindicador de 1835-1845*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944. p. 102. Nesse trabalho, Spalding apontou que: “O maior valor da presente memória [de Alencar Araripe] são os documentos – a parte ‘expositiva e histórica’ é falha e parcial.” Id. *A epopeia farroupilha: pequena história da grande revolução, acompanhada de farta documentação da época: 1835-1845*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963. p. 385. Aqui, o livro de Araripe foi destacado por divulgar “preciosa documentação da época”.

⁶⁰⁷ De acordo com Flores, “sendo um funcionário do Império e examinando farta documentação legalista, Araripe apresenta uma visão do movimento rio-grandense do ponto de vista monarquista, embora se esforçasse para ser imparcial”. FLORES, M. *Modelo político dos farrapos*. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 14-15. Mesmo com esse “ponto de vista monarquista”, os documentos apresentados por Alencar Araripe serviram ao pesquisador como fonte em: FLORES, M. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a. nota 45, p. 172; notas 79 e 80, p. 363; nota 83, p. 365; notas 86 e 87, p. 366.

⁶⁰⁸ GUTFREIND, I. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992. p. 18 e 151.

⁶⁰⁹ Assim como fez na análise da história do Ceará, Sousa Montenegro rotulou o texto de Alencar Araripe, enquadrando-o em categorias vagas: “aversão crônica do espírito liberal-conservador à subversão da ordem constituída”, liberalismo, monarquismo, “convicção notoriamente positivista”, “Romantismo, Iluminismo e Positivismo convivem bem na historiografia liberal” etc. O comentarista aceitou, parece-me sem uma leitura atenta da narrativa e dos documentos, as críticas feitas pelos detratores do historiador cearense: “relato parcial e desatento”, “defesa sem crítica ao regime monárquico”. MONTENEGRO, 1998, p. 165-179.

⁶¹⁰ URBIM, C. *Os farrapos*. Porto Alegre: Zero Hora, 2002. p. 151 e 173; COSTA, E. B. da; FONSECA, R.; SCHMITT, R. *História ilustrada do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004. p. 330.

retórica”. Entendo, porém, que Lazzari avaliou de maneira perspicaz o livro de Tristão de Alencar Araripe pela insistência em desautorizar “a memória da experiência da República rio-grandense como referência para as ideias republicanas no Brasil.” Mas isso mudaria após 1889 como mostrarei na terceira parte da tese.⁶¹¹

Ao estabelecermos o diálogo da memória de Alencar Araripe com uma série de outros textos dentro e fora do IHGB, e dentro e fora da província sulina, é possível observar a imensa repercussão que a narrativa gerou. A ampliação da visibilidade do trabalho do historiador cearense deveu-se ao lugar de onde foi anunciado e coincidiu com o momento de intenso debate na arena política, onde propostas reformistas alimentavam utopias revolucionárias. Não podemos esquecer que as discussões suscitadas pela historiografia da revolução farroupilha estavam articuladas a outras mais gerais que admitiam que, nos primórdios, a sociedade gaúcha se formara segundo princípios democráticos e igualitários.⁶¹² Embalado por saudosistas na tribuna do Parlamento, “o debate sobre o passado não se fazia descolado dos problemas e dilemas do momento”.⁶¹³ Foi pelo choque entre experiências remontadas e expectativas recriadas que o texto do autor cearense foi rotulado, estigmatizado e condenado. Tristão de Alencar Araripe podia ser consagrado historiador na Corte e até no Norte, mas não na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

3.3 Junto ao trono: historiador reconhecido e burocrata de prestígio

Na escrita da memória sobre a revolução rio-grandense, a experiência de Alencar Araripe na política, nas letras, nos arquivos, foi distinta quando da história do Ceará. As expectativas do autor também foram outras. Recordemos alguns fatos assinalados no primeiro momento historiográfico. Em agosto de 1875, o historiador cearense compareceu pela primeira vez a uma sessão no IHGB, após eleito sócio correspondente. Em fevereiro de 1876,

⁶¹¹ GUIMARÃES, 1995, p. 535 e 590. Semelhante referência ao livro de Araripe havia no capítulo da autora: O império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P.(Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 276. LAZZARI, 2004, p. 208-215. Nas remissões em trabalhos acadêmicos ao livro de Araripe, cito: ALVES, F. das N. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: Fundação Univ. Federal do Rio Grande, 2004; BOEIRA, L. F. *Entre História e Literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2009. p. 121. Agradeço à autora pela gentileza de me enviar o seu trabalho.

⁶¹² Cardoso, no clássico sobre a escravidão no Sul do país, estudou essas interpretações que partiram de uma “distorção ideológica que implica na [sic] reconstrução idílica do passado”. CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: DIFEL, 1962. Sobre a “democracia gaúcha”, p. 119-132.

⁶¹³ PACHECO, R. de A. Conservadorismo na tradição liberal: movimento republicano (1870-1889). In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2, p. 144.

o então Deputado à Assembleia Geral pela província do Ceará (3º mandato pelo Partido Conservador) foi nomeado Presidente da província do Rio Grande do Sul. Tristão de Alencar Araripe permaneceu na província de abril de 1876 até fevereiro do ano seguinte, antes de ser exonerado em março. Ao presidir a província de São Pedro, o Conselheiro Araripe se preocupou com os arquivos e a educação para ilustrar/civilizar o povo.

Araripe se lamentou da falta de recursos do cofre provincial para organizar convenientemente o importante serviço do arquivo na Secretaria do Governo. Entretanto, conseguiu reunir, num lugar mais espaçoso, os maços esparsos de ofícios, requerimentos, relatórios e lei, “facilitando-se assim a até então embaraçosa procura de papéis.” Além disso, mais funcionários foram contratados para o arquivo.⁶¹⁴ O burocrata facilitou o trabalho do historiador. Possivelmente, foi nessa organização que ele encontrou as correspondências de Caxias que tanto subsidiariam a escrita da sua memória sobre os farrapos. A administração de Alencar Araripe na província de São Pedro ensejou mudanças significativas na educação: alteração no regulamento da Instrução Pública (Lei nº 1108 de 8 de maio de 1877), criação de uma revista sobre o ensino, conferências pedagógicas, melhoria na direção e aumento da inspeção nas escolas primárias, obrigatoriedade do ensino, reorganização das classes (1º e 2º graus), novas exigências para o magistério, criação da escola noturna, instalação da Biblioteca Pública. Tais alterações não se deram sem atritos com a Assembleia provincial.⁶¹⁵ O burocrata instrumentalizou o processo civilizador apregoado pelo historiador.

Ele retornou à Corte, em 1877, para assumir as atribuições como representante da “Terra da luz” no Parlamento e na Casa da História. Reapareceu nas sessões periódicas do IHGB em 31 de agosto daquele ano. Participou timidamente das reuniões, o suficiente para ser eleito para a importante Comissão de Estatutos e Redação da Revista ao lado do colega nas leis, Olegário Herculano de Aquino e Castro. Araripe fez chegar à instituição seus trabalhos jurídicos e históricos, mais precisamente a palestra de 1876, *Como cumpre escrever a história pátria*. Em 1878, a participação de Araripe nos encontros do Instituto Histórico foi, igualmente, mínima. A oferta de trabalhos se resumiu à compilação jurídica das Relações do Império (1874). Aproveitou para ofertar os trabalhos do filho Araripe Júnior intitulados *Carta sobre literatura brasileira* (1869) e *O Reino encantado, crônica sebastianista* (1878). Araripe

⁶¹⁴ ARARIPE, T. de A. *Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º vice-presidente no dia 5 de fevereiro de 1877*. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Comércio, 1877. p. 57. Somente em 8 de março de 1906, pelo Decreto 876, o então Presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, determinou a criação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), compondo a Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, subordinada à Secretaria do Interior e Exterior.

⁶¹⁵ A análise dessas medidas na gestão de Araripe foi realizada por: SCHNEIDER, R. P. *A instrução pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993. p. 319-366.

foi reeleito para a mesma Comissão de trabalhos. 1879 não representou maior participação dele no Instituto. Somente na sessão de 22 de agosto, ele compareceu à instituição justamente para começar a ler a memória sobre a *Guerra civil do Rio Grande do Sul*.

A participação de Alencar Araripe cresceu no IHGB a partir de 1880, ao ser escolhido para participar da Mesa diretiva, como Tesoureiro, e de outras Comissões de trabalho, como a de Fundos e Orçamento e de Admissão de Sócios, afora aquela que já fazia parte, a de Estatutos e Redação da Revista. Além da extensa memória documentada sobre a guerra no Sul, no importante periódico da instituição, foram publicados outros de seus trabalhos sobre temas diversos. De 1880 até a derrocada do trono, não houve número da Revista do Instituto em que não aparecessem textos traduzidos, documentos organizados e artigos escritos por ele.⁶¹⁶ As leituras perante os colegas da agremiação continuaram e seus esforços administrativos e financeiros pela Casa foram louvados reiteradamente: “laborioso consócio”, “conspícuo indagador dos fatos da nossa história”, “pelo zelo, pela dedicação e inexcedível atividade”, “inteligência e dedicação”, “tem o nosso zeloso e ativo tesoureiro Conselheiro Alencar Araripe colocado em sólidos alicerces o cofre do Instituto”, “mão firme e segura do nosso consócio”, “um dos seus mais firmes, valiosos e ilustrados sustentáculos”.

A história do Ceará continuou a ocupar as páginas da Revista do IHGB, poucas vezes, mas de forma mais ousada após as inserções polêmicas nos tomos de 1862 e 1866.⁶¹⁷ Com o falecimento de Théberge, em 1862, e de Tomás Pompeu e José Alencar, em 1877, restaram Alencar Araripe, João Brígido e Franklin Távora como estudiosos (e defensores) dos passados cearenses na Corte. Com João Brígido⁶¹⁸ e Alencar Araripe, as narrativas provinciais corrigiram o temerário passado recente imerso nas narrativas nacionais. Távora também esteve no dilema que assolou os pesquisadores dos conturbados tempos pretéritos recentes no Norte. O seu trabalho sobre os patriotas de 1817 integrou um conjunto amplo de pesquisas sobre a história dos movimentos contestatórios nas primeiras décadas do século XIX (1817 e

⁶¹⁶ Foram publicados, além da “Guerra civil do Rio Grande do Sul” em 1880, 1882, 1883 e 1884: Notícias sobre a maioria. *RIHGB*, t. 44, parte 2, p. 167-268, 1881b; Ataque e tomada da cidade do Rio de Janeiro pelos franceses em 1711 sob o comando de Duguay Trouin. *RIHGB*, t. 47, parte 1, p. 61-85, 1884; Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do instituto histórico. *RIHGB*, t. 47, parte 2, p. 547-552, 1884; Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. *RIHGB*, t. 48, parte 1, p. 235-588, 1885; Independência no Maranhão. *RIHGB*, t. 48, parte 2, p. 159-171, 1885; Retificações históricas. *RIHGB*, t. 48, parte 2, p. 173-179, 1885; Primeiro navio francês no Brasil. *RIHGB*, t. 49, parte 2, p. 315-360, 1886; Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil. *RIHGB*, t. 50, parte 1, p. 213-294, 1887; Ideias de José Bonifácio sobre a organização política do Brasil, quer como reino unido a Portugal, quer como estado independente. *RIHGB*, t. 51, parte 2, p. 79-85, 1888.

⁶¹⁷ Sobre as turbulências no Norte, incluindo o Ceará, cito também ALENCASTRE, J. M. P. de. Notas Diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841. *RIHGB*, t. 35, parte 2, p. 423-483, 1872. Dois anos depois, vários documentos da revolução de 1817 no Ceará foram publicados no periódico do IHGB: Documentos para a história da revolução do Ceará em 1817. *RIHGB*, t. 37, parte 1, p. 123-194, 1874. Não constou quem os enviara à instituição.

⁶¹⁸ SANTOS, 1879, p. 207-212.

1824). Tal dilema o levou ao extremo, fazendo com que optasse por lançar os seus manuscritos ao fogo antes de publicá-los.⁶¹⁹ Já o Conselheiro Araripe, pacientemente, começou a inserir sua versão sobre a participação do pai nos tumultuosos momentos pós-Independência, o que deixara de fazer no livro de estreia. Do desconhecido artigo no jornal pernambucano (1862) à lacuna no livro pioneiro (1867), a participação da família Alencar tomou novo significado, no mais importante periódico científico do país. No artigo *Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão*, Araripe asseverou o Ceará como uma das províncias brasileiras que “mais entusiasticamente adotou a causa da Independência nacional”. O pai, como integrante do governo provisório, levou a solidariedade dos cearenses, em 1823, aos vizinhos. O artigo se restringiu à pequena apresentação das 351 fontes publicadas: “a leitura de tais documentos dará cabal ideia da parte que a província do Ceará teve no êxito glorioso da nossa independência política, e a posteridade não lhe negará os devidos encômios por seu patriotismo.”⁶²⁰ Em grande parte deles, constava a assinatura de Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, pai do historiador. Seriam oriundos do arquivo de família? Fariam parte dos documentos prometidos em 1867?

No segundo artigo publicado neste tomo, *Independência no Maranhão*, Alencar Araripe prosseguiu com a narração da “patriótica empresa” dos cearenses nas províncias vizinhas. Ele “restabeleceu a verdade” dos acontecimentos revolucionários narrados na *História da Fundação do Império Brasileiro* de Pereira da Silva, apontados na primeira parte da tese.⁶²¹ Essa leitura lhe rendeu o elogio na sessão magna do Instituto em 1885: “A crítica conscienciosa e apurada para elucidar os factos históricos é sempre útil, e não podemos deixar de render louvores ao digno consócio que servindo-se de fontes insuspeitas e puras procura apreciar os acontecimentos com justeza e verdade.”⁶²² A vontade de estudar outros episódios de contestações provinciais integrou o projeto de pesquisa do historiador cearense. Em sessões com a participação do Imperador, Alencar Araripe leu, no Instituto, o trabalho sobre a

⁶¹⁹ ROMERO; RIBEIRO, 1906, p. 299. Dois trabalhos parciais sobre o tema chegaram aos leitores: “Os patriotas de 1817” e “As obras de frei Caneca”.

⁶²⁰ *Encômio* tem aqui o significado de elogio. ARARIPE, T. de A. *Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão*. *RIHGB*, t. 48, parte 1, p. 235-588, 1885. A apresentação datou-se de 29 de março de 1885 (Rio de Janeiro). Esse estudo foi largamente utilizado como fonte em: RODRIGUES, J. H. *Independência: revolução e contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. v. 3 (As forças armadas), p. 42, 234, 248, 268, 269 e 270.

⁶²¹ ARARIPE, T. de A. *Independência no Maranhão*. *RIHGB*, t. 48, parte 2, p. 159-179, 1885. Em anexo a esse artigo, constou a carta de Araripe a Pereira da Silva, datada de 19 de novembro de 1872 (Rio de Janeiro), com retificações. Araripe apontou a existência de manuscritos da história do Ceará em que fazia referências a esses episódios recentes. Estaria preparando a tão esperada 2ª parte da *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850* (1867)?

⁶²² Relatório do Secretário. Sessão em 15 de dezembro de 1884. *RIHGB*, t. 47, parte 2, p. 623, 1884.

Cabanada, mencionado na *Guerra Civil do Rio Grande do Sul*.⁶²³ O colega de Araripe Manoel Duarte Moreira de Azevedo elogiou o trabalho como digno de um historiador imparcial e consciencioso: “exato em suas indagações e notável em suas reflexões vê-se que o nosso consócio procurou neste trabalho ter sempre diante de si a imagem cândida da verdade.”⁶²⁴ O passado recente da província do Ceará, como das demais desde a criação do Instituto, continuou a chegar aos arquivos institucionais pelos relatórios presidenciais, atos legislativos e coleção de leis/regulamentos. Entre as atividades do Conselheiro Araripe, no IHGB, resalto a organização do Catálogo de Manuscritos. Ele catalogou 1.847 conjuntos de manuscritos e os papéis da secretaria do Instituto como atas, correspondências e pareceres para servir de “guia e farol para podermos navegar nesse pélago de papéis velhos, porém, ricos e valiosíssimos”.⁶²⁵ O trabalho, segundo ele, deu continuidade ao executado por Varnhagen. Araripe organizou os manuscritos do Instituto em quatro classes: biografias, documentos, memórias e poesias.⁶²⁶ Igualmente os dividiu em categorias (História, Geografia e Etnografia), épocas principais (Colônia, Reino e Império) e classes, especificamente, quanto aos “fatos gerais do Império” e “fatos especiais de cada província”.⁶²⁷ Este último quesito, mostra a dificuldade e a protelação do casamento dos fatos gerais aos provinciais.

O esforço de organização documental pelo Conselheiro Araripe, perfeitamente identificável neste segundo momento historiográfico, deve ser ligado ao objetivo maior do IHGB e à própria cultura histórica. Pela primeira vez, colocou-se “ordem na casa”, por meio da ordenação de todas as representações sobre o país. Em dezembro de 1880, o Barão Homem de Melo, como Ministro do Império, aceitou o pedido de Ramiz Galvão, Diretor da Biblioteca Nacional, para a realização da *1ª Exposição de História do Brasil*. O evento foi aberto em 2 de dezembro de 1881, no natalício do Imperador. A exposição teve por objetivo a “ressurreição do passado e previsão de futuro” e o inventário geral de saberes para a história

⁶²³ Sessão em 7 de outubro de 1881. *RIHGB*, t. 44, parte 2, p. 413, 1881. Nos arquivos do IHGB, encontrei a caderneta intitulada “Antecedias, Cabanada do Pará”. É um esboço de uma memória-histórica de 38 páginas dividida em 4 capítulos. Havia vários documentos transcritos em anexo: IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe* (ACP09). Lata 316, pastas 7 e 15.

⁶²⁴ *RIHGB*, t. 44, parte 2, p. 439, 1881.

⁶²⁵ *Pélago*, como alto-mar, tem aqui o significado de espaço grande e profundo. Relatório do Secretário. Sessão em 15 de dezembro de 1883. *RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 654, 1883.

⁶²⁶ Se alocar papéis na primeira e quarta classificação era tarefa fácil, na segunda e terceira a atividade se complicava. Conforme Araripe, nem sempre era possível “guardar verdadeiro rigor na aplicação dessas denominações”. O que seriam documentos eram “dissertações desenvolvidas sobre a matéria” que descaracterizavam a classificação e deviam integrar as memórias. Foram considerados documentos as peças oficiais com “caráter puramente noticioso ou informatório” e redigidos com “razoável concisão”.

⁶²⁷ Catálogo finalizado conforme anunciou Araripe na ata da sessão em 5 de outubro de 1883. *RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 593, 1883. A organização do catálogo foi exposta pelo autor em: Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico. *RIHGB*, t. 47, parte 2, p. 547-552, 1884.

como mestra da vida.⁶²⁸ Com a colaboração de Alfredo do Vale Cabral, João Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Menezes Brum, foram confeccionados o Guia e o Catálogo: “a mais vasta, a mais completa, a mais exaustiva bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881.”⁶²⁹ O grande inventário abrangeu documentos, bibliografia e objetos (bustos, estampas, moedas, medalhas, retratos). Impressos e manuscritos se misturaram. Tratou-se de um guia de pesquisas arquivístico, bibliográfico e material (patrimonial).

Da análise do *Catálogo da exposição de história do Brasil*, destaco as questões envolvendo as províncias. Ramiz Galvão se queixou do pouco material remetido por elas. Confessou “a insuficiência de notícias em relação a fatos particulares de história local”.⁶³⁰ Somente as províncias do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram dignas de reconhecimento pelo organizador. Seria menosprezo das administrações locais ou falta de trabalhos dos provincianos? Acredito que a causa maior estivesse na falta de trabalhos relacionada à timidez arquivística e escriturária. A falta de condições para gerar essa competência em pessoas e lugares campeava pelas províncias. Sobre os escritos do Conselheiro Araripe, houve doze referências no Catálogo: oito publicações, três discursos, um documento oferecido. Nessas publicações, foram mencionadas a história do Ceará e a memória da guerra no Sul.⁶³¹ Curiosamente sobre o passado cearense, ao lado dos textos de Araripe, Pompeu, Théberge e Brígido, apareceu um trabalho incompleto, sem autoria, que narrava os episódios revolucionários de 1817. A última parte sobre o Senador Alencar era a mais extensa.⁶³² Nas ofertas, somente um documento foi oferecido pelo Conselheiro Araripe, especificamente sobre a situação política na província do Ceará e a atuação do senador Alencar.⁶³³ Dessa maneira, o receio sobre a recentidade provincial pairou sobre o Catálogo nacional.

⁶²⁸ GALVÃO, R. Discurso citado por RODRIGUES, J. H. Introdução. In: GALVÃO, R. (Coord.). *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1981. v. 1, p. X. Análise abrangente do catálogo foi feita por DUTRA, E. de F. A tela imortal: o catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 159-179, 2005b.

⁶²⁹ RODRIGUES, 1981, p. XII.

⁶³⁰ GALVÃO, R. Apresentação. In: _____. (Coord.). *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1981. v. 1, p. VI. A grande dificuldade de remessa de documentos “pertencentes à história” das províncias ao Arquivo do Império foi examinada por COSTA, 1997, p. 30-31 e 43 (quadro B).

⁶³¹ GALVÃO, 1981, v. 1, p. 462, 465, 614, 664, 687, 866, 886; v. 2, p. 1294.

⁶³² Na história das províncias em geral, para o Ceará, a primeira referência foi uma História do Ceará (nº 5485) oriunda do acervo da Biblioteca Nacional, sem autoria. Descreveu o conteúdo: 1) Preliminares da História do Cariri. Descoberta do Cariri; 2) Montes e Feitosas; 3) Povoação do Jardim; 4) Coronel João de Andrade Pessoa Anta; 5) Missão Velha; 6) Revolução de 1817; 7) José Martiniano de Alencar. Parece-me um esboço de livro não publicado, pois constava que algumas páginas estavam impressas, o que pressupõe que outras estavam manuscritas ou esboçadas.

⁶³³ GALVÃO, 1981, v. 1, p. 674.

Voltemos às produções do Conselheiro Araripe. Em outubro de 1883, começou a ser publicado na *Gazeta Literária* (Rio de Janeiro) o *Esboço histórico da Constituição brasileira* de Alencar Araripe.⁶³⁴ Essa publicação semanal, dirigida por Teixeira de Melo e Vale Cabral, contava com a colaboração de João Brígido, Capistrano de Abreu, Machado de Assis, Afonso Celso, Aluísio de Azevedo, Raul Pompéia, entre outros. Por todos esses esforços administrativos, arquivísticos e literários, o Conselheiro Araripe foi reconhecido pelos colegas ao elevar, em 1888, seu nome a sócio honorário do Instituto Histórico. Interessante observar que a proposta foi feita na sessão de 27 de junho de 1884, “pelos notáveis serviços prestados”, e aceita somente quatro anos depois. Houve resistências à proposta?⁶³⁵ Neste momento, outros cearenses vieram se juntar ao Conselheiro. Em setembro de 1889, o Instituto recebeu como sócio mais um filho da família Alencar: Leonel Martiniano de Alencar, Barão de Alencar (1832-1921). Ele era irmão do falecido literato José de Alencar e primo de Tristão de Alencar Araripe.⁶³⁶ Porém, ao contrário deles, o Barão de Alencar não se preocupou em historiar o passado da família. Não pertencente à família Alencar, mas conterrâneo e conhecido desta, Capistrano de Abreu também ingressou na Casa da História. Recém-chegado à Corte, Capistrano de Abreu foi recebido pelo estabelecido e reconhecido Conselheiro Araripe.⁶³⁷ O parecer que o apresentou como candidato a sócio do IHGB, na sessão de 17 de agosto de 1887, teve como primeira assinatura a do Conselheiro Araripe.⁶³⁸ Alencar Araripe tomou semelhante atitude para com Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1841-1908)⁶³⁹ e Rodolfo Marcos Teófilo (1853-1932).⁶⁴⁰ A ligação do Conselheiro com a terra natal continuou, mais especificamente com o recém-fundado Instituto do Ceará (1887). Araripe se comportou como verdadeiro “embaixador cultural” do Ceará na Corte.⁶⁴¹

⁶³⁴ Publicado, com interrupções, de 15 de outubro de 1883 a 20 de maio de 1884.

⁶³⁵ Sessão em 27 de julho de 1888. *RIHGB*, t. 51, parte 2, p. 242-243, 1888.

⁶³⁶ Nada constou na ata da sessão em 13 de setembro de 1889. Mas esta data foi apontada reiteradamente nas listas subsequentes dos sócios do Instituto.

⁶³⁷ Carta de Capistrano a Ana Nunes de Melo transcrita em MATOS, P. G. de. *Capistrano de Abreu, vida e obra do grande historiador*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1953. p. 59-60.

⁶³⁸ Sessão em 17 de agosto de 1887. *RIHGB*, t. 50, parte 2, p. 308-309, 1887. A proposta também foi assinada por César Augusto Marques, Franklin Távora e Augusto Fausto de Souza. O parecer da Comissão de História sobre os trabalhos de Capistrano de Abreu, *O Brasil no século XVI e a armada de D. Nuno Manoel e Descobrimiento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, foi apresentado em: Sessão em 21 de setembro de 1887. *RIHGB*, t. 50, parte 2, p. 321-322, 1887. O parecer da Comissão de Admissão de Sócios constou em: Sessão em 5 de outubro de 1887. *RIHGB*, t. 50, parte 2, p. 340, 1887. Declarado sócio correspondente conforme a sessão em 19 de outubro de 1887. *RIHGB*, t. 50, parte 2, p. 349, 1887.

⁶³⁹ Sessão em 15 de julho de 1887. *RIHGB*, t. 50, parte 2, p. 289, 1887.

⁶⁴⁰ Sessões em 17 e 27 de setembro de 1889. *RIHGB*, t. 52, parte 2, p. 463-464, 478, 1889. Teófilo não era cearense de nascimento, mas por adoção (1875), tendo várias pesquisas publicadas sobre as secas no Ceará.

⁶⁴¹ Araripe solicitou o envio das revistas do IHGB para a nova congênera no Ceará (RIC): Sessão em 1º de setembro de 1888. *RIHGB*, t. 50, parte 2, p. 318, 1888. O Presidente do Instituto do Ceará agradeceu diretamente a Araripe e não ao presidente do IHGB o envio da coleção da Revista: Sessão em 9 de novembro de 1887.

Das atividades desempenhadas por Araripe, fora do IHGB, cabe destacar a sua participação na fundação da *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, em 25 de fevereiro de 1883, no mesmo local onde ocorreram as “Conferências da Glória”. A instituição foi responsável por uma “renovação do debate geográfico local, estimulando a realização dos primeiros congressos e a criação do pioneiro curso superior da matéria no país”.⁶⁴² A presença do Imperador foi eventual. Nas páginas do periódico da associação, apareceu o Conselheiro Araripe ao lado de outros nomes importantes na política e nas letras; muitos colegas seus no Instituto Histórico. A Sociedade surgiu justamente porque o IHGB se concentrava majoritariamente nos estudos históricos.⁶⁴³ Este processo de autonomização pode ser observado na Revista do Instituto. Beaurepaire Rohan, vice-presidente do IHGB, propôs, em 1888, duas publicações complementares à revista: uma para a Geografia e outra para a Etnografia.⁶⁴⁴ Tal reorganização, segundo o consócio João Severiano Fonseca, visava compensar a “grande desproporção” de assuntos históricos sobre os geográficos e etnográficos.⁶⁴⁵ A participação do Conselheiro Araripe na Sociedade de Geografia foi desproporcional com o passar dos anos. Além de sócio fundador, ele foi redator da revista. Entre as quatro comissões científicas (Geografia Matemática, Geografia Política, Geografia Americanista, Geografia Física), o historiador cearense integrou as duas últimas, em momentos distintos. O comparecimento às reuniões periódicas decresceu após 1885, apesar de eleito para a 3ª vice-presidência. Afora a redação do periódico (até 1887), Araripe escreveu um dos primeiros trabalhos ali publicados. Foi o único.⁶⁴⁶ Apesar do paulatino afastamento, Araripe, assim como fez nos Institutos Históricos na Corte e o no Ceará, serviu de ligação

RIHGB, t. 50, parte 2, p. 357, 1888. Curiosamente, Araripe não constou como sócio daquela agremiação: Sócios fundadores, presidentes e sócios efetivos. *RIC*, v. 120, p. 368-373, 2006.

⁶⁴² MORAES, 2008, p. 123.

⁶⁴³ EDITORES. Introdução. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, tomo 1, n. 1, p. 4, 1885. O momento de inflexão dos estudos geográficos e a autonomia no país ao final do século XIX foram analisados por: SOUSA NETO, M. F. de. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? *Terra Livre*, São Paulo, n. 17, p. 119-138, 2º sem. 2001. Estudos específicos sobre a Sociedade: EVANGELISTA, H. de A. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Revista geo-paisagem*, n. 1, jan./ jun. 2002; CARDOSO, L. P. C. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: Identidade e Espaço Nacional (1883-1909)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ, Rio de Janeiro, 2003 (esta pesquisa de mestrado originou vários artigos sobre a instituição); ZUSMAN, P. B. *Sociedades geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. 1996. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 1996 e Id. O Instituto Histórico e Geográfico e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Continuidades e rupturas no marco do projeto geográfico imperial. In: SOUZA, M. A. A. de. et. al. *O novo mapa do mundo, natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 77-85.

⁶⁴⁴ Sessão em 26 de outubro de 1888. *RIHGB*, t. 51, parte 2, p. 296-298, 1888.

⁶⁴⁵ Sessão em 15 de dezembro de 1888. *RIHGB*, t. 51, parte 2, p. 341, 1888.

⁶⁴⁶ ARARIPE, T. de A. Neologia e neografia geográfica do Brasil. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, tomo 1, n. 2, p. 129-160, 1885.

entre as instituições dedicadas aos estudos geográficos.⁶⁴⁷ E nessa imbricada carreira de burocrata-político-historiador-geógrafo, 1886 foi significativo para o Conselheiro Araripe, pois, afora a segunda Presidência de província, recebida no ano anterior para o Pará, e a reeleição para representar o Ceará na Assembleia Geral, o jurisconsulto atingiu o ápice da carreira ao ser nomeado, em 27 de novembro, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.⁶⁴⁸

Na primeira memória da revolução rio-grandense, permaneceu a preocupação do Conselheiro Araripe em estabelecer laços entre o passado das províncias e a História Geral do Brasil. Aqui, ao contrário da primeira história do Ceará, ele não esteve interessado no passado distante, majoritário na narrativa anterior farta de indígenas. Contudo, o tema traidor/herói/bárbaro que afligiu a representação do guerreiro índio, Antonio Felipe Camarão, afligiu, igualmente, a representação dos guerreiros farrapos. O passado recente da província do Norte apareceu no texto sobre a província do Sul. Tristão de Alencar Araripe redirecionou e readequou para a república do Rio Grande do Sul a chuva de críticas que até então desabavam sobre as repúblicas no Ceará. Ao desmerecer os intentos republicanos e democráticos do movimento sulino, em bem embasada argumentação sob o viés nacional, o historiador cearense abriu as comportas dos argumentos de provincialismo. Paradoxalmente, enquanto foi louvado e certificado como historiador, sem apresentar documentos, foi desaprovado e desprezado como historiador ao apresentar fartos documentos. À medida que a carreira na História sofria abalos, sua atuação nos demais ambientes letrados, como também na burocracia, na política e na magistratura prosperava.

⁶⁴⁷ Na sessão em 12 de abril de 1888, a *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro* solicitou mapas, plantas e outros documentos para a Exposição de Geografia a ser realizada em 16 de setembro. Alencar Araripe fez considerações favoráveis ao pedido antes da votação que foi unanimemente aprovado pelos presentes. *RIHGB*, t. 51, parte 2, p. 209, 1888. Outra peculiaridade desse intercâmbio foi a candidatura do Marquês do Paranaguá ao IHGB. A proposta assinada por Araripe estava acompanhada dos relatórios de Paranaguá como Ministro de Estado, “contendo valiosos esclarecimentos e informações para a história pátria, com relação especialmente à guerra que teve o Brasil contra a república do Paraguai”. Para a aprovação, por contrariar os estatutos quanto à apresentação de obra específica, Araripe aludiu à importância do trabalho de Paranaguá ante a *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, dirigindo “os muitos e valiosos serviços em prol da geografia e etnografia do Brasil”. Sessão em 22 de junho de 1888. *RIHGB*, t. 51, parte 2, p. 221-222, 1888. O candidato foi aprovado nas sessões seguintes.

⁶⁴⁸ De 1879 até o final do regime monárquico, as publicações fora da esfera do IHGB foram, em grande parte, sobre os estudos jurídicos. Cito: *Julgamento de Nulidade na Relação* (1879); *Código criminal do Império do Brasil completado com as leis penais subsequentes* (1880); *Classificação das Leis do Processo Criminal e Civil do Império do Brasil, ou, Código do Processo posto em ordem de matérias com toda a Legislação referente nas suas duas partes, criminal e civil* (1884); *Código civil brasileiro ou leis civis do Brasil dispostas por ordem de materiais em seu estado atual* (1885); *Relação Autêntica* (1885).

4

ESCRITAS HÍBRIDAS SOBRE A REVOLUÇÃO PROVINCIAL

No esforço de pesquisa, sistematização e escrita sobre o convulsionado e heroico passado na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Tristão de Alencar Araripe não era um obreiro solitário tampouco foi o primeiro, apesar da percepção compartilhada pelos coevos e pelos pósteros. A memória de 1881 sobre a revolução se chocou contra lembranças e notícias registradas desde o “calor dos acontecimentos” em 1835. Se a publicação do livro do historiador do Norte acendeu o rastilho da crítica com Koseritz, desde a década de 1830, entretanto, entabular fatos e juízos sobre a revolução Farroupilha se mostrava uma tarefa delicada para os estudiosos do passado na Corte e na província. Ora na pena dos forasteiros, ora na pena dos provincianos, ficava cada vez mais difícil conciliar o passado local com a escrita da História Geral do Brasil. Perscrutemos como a guerra civil no Rio Grande do Sul foi tratada para entendermos as reações e releituras da memória do Conselheiro Araripe.

4.1 Na pena dos forasteiros: receio para com os vencidos e apologia do vencedor

Padre Lara, personagem de Erico Veríssimo na trilogia *O Tempo e o Vento*, refletindo no tumultuado período de 1835-1845, constatou quão curioso era ver a história no momento em que estava sendo feita. Como, dali a cem anos, perguntava o clérigo, os historiadores descreveriam aquela guerra civil? Porém, contemporâneos aos fatos começaram cedo a registrar a guerra, sem esperar tanto tempo. Devido a essa dificuldade, o romancista rio-grandense apontou como era custoso obter informações certas sobre o conflito sulino: “as pessoas dificilmente contavam as coisas direito.”⁶⁴⁹ E, em pleno fogo-cruzado de 1839, dois livros sobre a convulsão no Sul do país foram publicados para tentar contar as coisas direito.

No subtítulo de *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, Nicolau Dreys (1781-1843) inseriu a observação: “com um mapa reduzido do teatro da guerra presente”. Nas páginas de abertura, em “Ao público”, o estudioso francês apontou o “deplorável conflito militar” na província como determinante, após vinte anos de pesquisas, para a publicação do seu livro naquele momento. Na “notícia abreviada”, Dreys ressaltou seu papel de testemunha ocular estrangeira, como o Dr. Théberge anteriormente, para se situar não tão longe, mas, também, não tão perto dos trágicos acontecimentos. Disse que, ligado ao país por “simpatia e gratidão”, não tomou parte nas dissensões entre os brasileiros. Em razão

⁶⁴⁹ VERÍSSIMO, E. *O continente*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, c2007. v. 1, p. 349.

disso, recusara o pedido de alguns amigos (não nomeados) que desejaram um “apêndice tratando da origem da guerra presente e dos movimentos estratégicos consecutivos”.⁶⁵⁰ Neste momento, pelas palavras de Dreys, havia uma preocupação coletiva de estudar os homens dessa província distante e desconhecida que ameaçavam a integridade do incipiente Império: urgia a necessidade de informações organizadas para subsidiar os senhores da guerra. Após descrever a topografia física (montanhas, hidrografia e geografia) e a topografia política (cidades, indústria, comércio e navegação), o autor se deteve na população, no rio-grandense, mais particularmente no gaúcho, expressão local a que Dreys não pretendeu “dar acepção nenhuma desfavorável”.⁶⁵¹ Nada de passado, nada de história, somente elementos atuais. Os novos olhares e os registros iniciais sobre as plagas austrais tiveram no sócio do Instituto, José Joaquim Machado de Oliveira (1790-1867), outro incentivador. Como militar da Corte portuguesa (Campanha da Cisplatina) e burocrata do jovem Império (Presidente da província de Santa Catarina), ele peregrinou pelas províncias do Sul. Enquanto a luta era travada nas campanhas, Machado de Oliveira ofertou ao IHGB a carta corográfica de Santa Catarina e promoveu o livro de Nicolau Dreys para “encher um quase vazio histórico”.⁶⁵² O apoio de Oliveira a Dreys veio compensar as fortes críticas que o livro e o mapa do estudioso francês receberam, em 1840, da Comissão de Geografia da instituição.⁶⁵³

Voltemos a 1839. Nesse ano, foi publicada a segunda edição dos *Anais da província de São Pedro* de autoria do Presidente do IHGB, Visconde de São Leopoldo.⁶⁵⁴ De maneira semelhante ao livro de Dreys, os *Anais* estavam acompanhados de carta topográfica e política da região sulina, estendendo-se, inclusive, ao território argentino e uruguaio.⁶⁵⁵ O texto, como o mapa, não se deteve no Rio Grande do Sul, pois havia um “resumo histórico” de Santa Catarina. Vejo que, como os farrapos não agiam nos limites provinciais, tornou-se premente conhecer os espaços adjacentes. São Leopoldo, ao contrário de Dreys, recuou nos tempos

⁶⁵⁰ DREYS, N. *Notícia descritiva da província do Rio-Grande de S. Pedro do Sul, contendo, além da topografia física e política, e de um ensaio de estatística local, informações sobre o estado atual da população, suas subdivisões, e sobre o caráter e costumes dos habitantes. Com um mapa reduzido do teatro da guerra presente.* Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1839. p. xi.

⁶⁵¹ *Ibid.*, p. 166-241.

⁶⁵² Sessões em 19 de janeiro e 3 de abril de 1843. *RIHGB*, t. 5, p. 97-101 e 258, 1843. Em 1844, nas sessões do Instituto, os sócios aguardavam ansiosos a finalização da carta topográfica do Império pelo Coronel Conrado Jacob Niemeyer (1788-1862), fundador do IHGB. Dois anos depois, a carta foi ofertada aos consócios. *RIHGB*, t. 8, p. 552-556, 1846.

⁶⁵³ CARLOS, 2008, p. 39-42.

⁶⁵⁴ PINHEIRO, J. F. F. *Anais da Província de São Pedro*. 2. ed. cor. aum. Paris: Tip. de Casimir, 1839a. Essa segunda edição foi consultada, porém para facilitar consultas posteriores seguiu a formatação da quarta edição com o título de *Anais da Província de São Pedro. História da Colonização Alemão no Rio Grande do Sul*, publicada pela Editora Vozes em 1978.

⁶⁵⁵ Conforme Homem de Melo, a carta era de autoria do Coronel José Pedro César: MELO, F. I. M. H. de. Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história da capitania, depois, província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *RIHGB*, parte 2, t. 42, p. 138-139, 1879a.

longínquos e avançou até os mais recentes para mostrar o passado de guerras, no qual ele fizera parte como burocrata e militar da Corte portuguesa e, posteriormente, constituinte e Presidente da província no jovem país.

À autoridade de São Leopoldo como testemunha, narrador e pesquisador, acrescento o momento em que tal estudo foi publicado e as retificações das informações desde a primeira edição dos dois volumes dos Anais em 1819 e 1822.⁶⁵⁶ Nas páginas finais do livro de 1839, constou uma advertência em que o autor disse estar diante de um “quadro do mais horroroso aspecto”: o fogo revolucionário com injúrias e sarcasmos contra o governo era atizado por homens egoístas e ambiciosos, escondidos atrás de “afetado provincialismo”.⁶⁵⁷ Prosseguia a narrativa com duras palavras contra a anarquia que estava ocorrendo na campanha sulina. Conforme São Leopoldo, a lacuna de um nome de prestígio para encarnar o “espírito de demagogia” e dar início à sedição foi preenchida com o coronel Bento Gonçalves. Dos poucos documentos anexados ao trabalho, o analista não deixou de colocar o longo manifesto do chefe dos “sediciosos” de 25 de setembro de 1835.⁶⁵⁸ Não bastasse o teor do “documento justificativo” no apêndice, São Leopoldo esbravejava se o momento era propício para se analisar aquela “pérfida declaração” e as causas do movimento. Gentes atraídas pelo “engodo do saque”, habituados à rapina, deram exacerbados “exemplos horrendos de ferocidade”, declarando guerra de morte aos proprietários. Após levantarem impunemente a “máscara” e proclamarem a república do Piratini, os revolucionários fizeram padecer as povoações da província, desertificaram as estâncias e prejudicaram a imigração de colonos.

São Leopoldo, porém, não se estendeu na análise do momento de anarquia, pois, segundo ele, “recentes os ódios, a sedição em campo, não é sazão de coordenar memórias, que cuidadosamente ei coligido”.⁶⁵⁹ À rápida avaliação do momento presente seguiu uma fervorosa oração ao Deus misericordioso pedindo que despejasse ricas bênçãos nos “fiéis legalistas”, a fim de que regenerassem a província nas “bases sólidas da religião e da moral”. São Leopoldo finalizou a prece advertindo os rebeldes para que desconfiassem das paixões antes que fossem punidos.⁶⁶⁰ Na leitura do livro realizada pela Comissão de História do IHGB, apesar de não aludir aos atribulados momentos pelos quais passavam as províncias

⁶⁵⁶ PINHEIRO, J. F. F *Anais da capitania de S. Pedro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819. v. 1 e Id. *Anais da província de S. Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. v. 2.

⁶⁵⁷ PINHEIRO, 1978, p. 175.

⁶⁵⁸ Ibid., p. 203-211.

⁶⁵⁹ Ibid., p. 176.

⁶⁶⁰ Ibid. p. 177. O autor faz referência ao texto: *Entretenimentos de Phocion, sobre a relação da moral com a política: traduzidos do grego em francês, com observações pelo abade de Mably, e em língua vulgar etc.* Bahia: Tip. Imperial e Nacional, 1826.

sulinas, houve um clamor semelhante ao do Visconde para a sua solução.⁶⁶¹ Uma súplica pedindo um “chefe tão hábil general, como sensato e destro administrador”. Mas um pedido enviado a quem? Reivindicação para a rápida tomada de decisões pelo governo regencial? Seria o autor dos Anais novamente candidato ao posto na província? Durante o conflito, o governo imperial chegou a discutir a ideia de Fernandes Pinheiro para conduzir as medidas de Estado contra o levante. Porém, ela não se concretizou.⁶⁶²

Apesar do entrave cognitivo de não ser tempo próprio para coordenar memórias sobre o conflito, São Leopoldo amarrou o passado ao presente. Lembrou os coevos todo o sacrifício para manutenção de união com o restante do Reino e, posteriormente, do Império, em consideração ao delicado momento de rebeldia que assolava as províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, acercadas por caudilhos e ditadores castelhanos. De forma geral, na historiografia oitocentista, o projeto civilizatório no Brasil se deu em contraposição à cultura caudilhesca (representação da barbárie).⁶⁶³ Tínhamos um quadro de indefinições limítrofes que persistia por mais de cem anos: “hoje rodeado o Brasil de tantas repúblicas e Estados independentes, quantas eram as outrora Colônias Espanholas, que dificuldades para conciliar e entabular as diversas negociações!”⁶⁶⁴ Uma série de negociações estavam interrompidas, por ora, pela sedição da república do Piratini.⁶⁶⁵ O desabafo e a indignação do autor davam o tom emotivo da narração para a questão extremamente delicada: “Desgraçado Brasil! uma vez quebrado, quem será capaz de soldar este precioso vaso de porcelana!”⁶⁶⁶ O vaso estava trincado desde a perda da Cisplatina e ameaçava se espatifar com o conluio dos caudilhos platinos.

Se, em 1839, o momento era de ódios e rancores, o presidente do Instituto Histórico não deixou de excluir do texto original (1822) a análise que fez dos habitantes da província: inertes, ferinos, descendentes de degradados, mulheres imorais e banidas. Afora nas grandes povoações, com certo apuro de civilização, os roubos, mortes, atentados eram frequentemente perpetrados. Havia, de acordo com São Leopoldo, pouco progresso pela falta de moral, leis, espírito de sociedade e pelo sistema de vida, onde estancieiros e charqueadores, na constante matança de animais, se acostumaram com o espetáculo da dor que insensibilizava a alma. Nas

⁶⁶¹ PONTES, R. de S. da S.; PANTOJA, G. A. de A.; VIANNA, C. J. de A. Juízo sobre os ‘Anais da província de São Pedro’ publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro. *RIHGB*, t. 1, n. 4, p. 327-334, 1839. p. 332.

⁶⁶² GUIMARÃES, 2011, p. 89.

⁶⁶³ GUIMARÃES, M. L. S.; AZEVEDO, F. N. de. Imagens em confronto: as representações no Império brasileiro sobre as repúblicas platinas na segunda metade do século XIX. In: CARDIM, C. H.; HIRST, M. (Org.). *A visão do outro: soberania e cultura política*. Brasília: FUNAG, 2000b. p. 331-349.

⁶⁶⁴ PINHEIRO, 1978, p. 133.

⁶⁶⁵ *Ibid.*, p. 189.

⁶⁶⁶ *Ibid.*, p. 175.

estâncias, “por uma ordem imutável no Universo”, a moleza, a ociosidade e a devassidão espalhavam a miséria.⁶⁶⁷ Na segunda edição, esses designativos foram cortados e a rusticidade se transmutou em força a não ser desprezada pelos militares do Império: “A afoiteza e entusiasmo com que os naturais desta província afrontam as fadigas, ainda as mais rudes e arriscadas da campanha, conspiram para que ao primeiro grito de guerra bandos de paisanos corram voluntariamente às armas e zombem dos perigos”.⁶⁶⁸

Enquanto a notícia do francês Dreys e os Anais do paulista Fernandes Pinheiro tangenciaram o conflito com os farrapos, a memória do baiano Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855), sócio do IHGB, o teve como principal elemento de estudo.⁶⁶⁹ A *Memória histórica sobre as causas e acontecimentos que mais imediatamente antecederam a sedição de 20 de setembro de 1835* permaneceria escrita à mão, em oitenta e quatro tiras de papel almaço (frente e verso), depositada no acervo do Arquivo Público do Império e com cópias espalhadas por outros estabelecimentos durante quase cem anos.⁶⁷⁰ Datada de 21 de abril de 1844 (Rio de Janeiro), constou como escrita “por uma testemunha ocular a quem se comunicaram, além disso, por ordem superior diversos documentos oficiais”. No manuscrito não havia o nome do autor. Aurélio Porto nos advertiu de que, na *Exposição de História do Brasil* (1881), a memória continuava sem autoria declarada, apesar dos sócios do IHGB, como Araújo Porto Alegre, saberem quem a escreveu.⁶⁷¹ Sócio fundador do Instituto Histórico na Corte, Silva Pontes atuou na província sulina como juiz de 1828 a 1836 (principalmente na cidade de Rio Pardo) e foi o candidato eleito com o mais número de votos para a Assembleia provincial.⁶⁷²

⁶⁶⁷ PINHEIRO, 1822, p. 77-81.

⁶⁶⁸ PINHEIRO, 1978, p. 139.

⁶⁶⁹ O grau de participação de Silva Pontes no IHGB pode ser medido pelas propostas de programas de estudos históricos. Dos sessenta apresentados, Silva Pontes foi o autor de vinte e um. DIAS, 2009, p. 41n, 105-112.

⁶⁷⁰ No título original, constou *Memória histórica sobre as causas e acontecimentos que mais imediatamente antecederam a sedição de 20 de setembro de 1835 na cidade de Porto Alegre, capital da província do Rio Grande do Sul*. Foi publicada pela primeira vez com apresentação de Souza Docca na *RIHGRGS*, I e II trimestres, p. 401-460, 1923. Posteriormente, constou nas *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 237-270, 1935. Nessa publicação, organizada por Aurélio Porto, houve três outras memórias de testemunhas do conflito no Sul: “Memória sobre a revolução de 20 de setembro de 1835” de autoria de Francisco de Sá Brito, escrita em 1879 e já publicada no *Almanaque do Rio Grande* (p. 237-270); “Revolução de 1835, apontamentos sobre a revolução do Rio Grande até o deplorável ataque do Rio Pardo” de João da Cunha Lobo Barreto (p. 271-354) e “Breves considerações sobre a Revolução de 20 de setembro de 1835” de Sebastião Ferreira Soares de 29 de setembro de 1854 (p. 355-374). Recentemente, a fotocópia dos originais com transcrição do texto foi publicada com notas de Moacyr Flores: PONTES, R. da S. de S. *Memória histórica da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul/Departamento de Artes Gráficas, 2006.

⁶⁷¹ PORTO, A. Notas ao processo dos Farrapos. *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 503-505, 1935.

⁶⁷² Silva Pontes foi o mais votado com 138 votos. A expressividade da votação e a relevância da sua atuação na província pode ser medida comparando esse número com os votos recebidos por Bento Gonçalves: 69.

O narrador situou os acontecimentos revolucionários da província na “cadeia democrática” espalhada pelo país após a abdicação de D. Pedro I em 1831. Nesse ambiente, as “doutrinas do mais requintado demagogismo” receberam forte impulso. Iniciava-se a luta entre “Monarquia e a Demagogia, entre a integridade e a desmembração do Império”. A partir de então, Silva Pontes apontou e analisou as causas que explicavam a rebelião que estendeu o “espectro de ferro” pela província. Afora a demagogia, o “provincialismo” foi outra causa, pois, segundo o autor, em nenhum outro lugar do Brasil ele foi tão exaltado como no Rio Grande do Sul. Para confirmar essa singularidade, o autor retornou aos dias da guerra da Cisplatina, aos depoimentos de Sant-Hilaire, São Leopoldo e outros para declarar a ignorância dos homens do campo e a facilidade com que foram persuadidos. Contudo, conteve-se a seguir alegando não ter a intenção de “lançar a mais leve pecha sobre todos os habitantes e naturais da província”. Mas intercalando o tom das críticas, Silva Pontes foi incisivo: “Pretendo somente *provar* que o engodo do saque e da pilhagem atrai sectários à rebeldia e o *provarei* com fatos, mostrando que havia na província gente apropriada e disposta a entregar-se a esses crimes.”⁶⁷³

E nessa busca do poder-provar para poder-dizer, o pesquisador arrolou e transcreveu uma série de documentos de abril de 1832 a novembro de 1835 – provas ditas claras e palpáveis – que coletara: ofícios, artigos de jornais, notas, mensagens, cartas, avisos. O narrador exprimiu essa autoridade ao aludir à evidência dos documentos “que tenho perante mim”, compartilhada com as informações ministradas por “pessoas dignas de todo crédito consultadas sobre este assunto”. Não deixou também de mencionar a sua própria observação dos acontecimentos: “presenciamos”, “sabemos”, “alcançamos”, “todos sabem”, “é igualmente sabido”. Nessas referências coletivas estava implícita sua atuação entre os juízes nas comarcas sulinas. Inserido no texto de Silva Pontes, havia letras entre parênteses, parecendo sinalizar remissão a documentos a serem anexados futuramente. Como o trabalho não foi publicado, as fontes em apêndice não foram indicadas nas transcrições posteriores. Tratou-se de um ato deliberado dos organizadores ou, com o tempo, os documentos foram separados e/ou extraviados.

Na memória, entendida por ele como narração dos fatos mais notáveis, Silva Pontes, prosseguindo na análise da terceira causa do movimento, apontou a proximidade e a influência das repúblicas vizinhas. A quarta causa não isentou o “nosso governo [que] dormia

Murmúrios do Guaíba: revista mensal consagrada às letras e à história da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tip. do Rio-Grandense, 1870. p. 163.

⁶⁷³ PONTES, 2006, p. 18 (meu grifo).

o sono do desleixo e da ilusão”, havendo “entre nós” pessoas influenciadas pelo mal da demagogia. Talvez seja por isso que Araripe reforçaria o empenho de conservadores e liberais na solução do conflito. O *mea-culpa* do burocrata do Império e memorialista prosseguiu sinalizando os demais erros da Corte: fraqueza das forças militares; má interpretação do Código Criminal e debilitada organização judiciária; o não apoio do governo central que enfraqueceu e debilitou a ação do governo provincial; e os continuados saques do Tesouro Nacional sobre a Tesouraria de Porto Alegre que agravaram a dívida da província. A Corte protegera o “astuto conspirador” Bento Gonçalves cuja influência pessoal foi outra causa da rebelião. O governo imperial foi iludido em sua boa fé ao contentar a ambição do até então indisciplinado coronel.

Em meio aos assassinatos, roubos, anarquia, abusos de autoridade, espancamentos, intimidações, aliciamentos pelo terror, intrigas, espírito de deslealdade, salteamentos, maldades, crimes e demais ações demeritórias, apareceu reiteradamente o caudilho Bento Gonçalves. Silva Pontes não lhe poupou designativos: suspeito, astuto, conspirador, dissimulador, gênio dissipador, caráter perdulário, possuidor de sede de poder e dinheiro. E pela exposição dos fatos com documentos, Silva Pontes buscou, como disse, melhor analisar e refutar as “inventivas e falsidades do caudilho”. E, nesse confronto de palavras, o pesquisador apontou omissões, falta de rigor histórico, parcialidade, adulterações, falsidades e inexatidões do chefe dos rebeldes e de seus arautos (os escritores de facção) do partido ultraliberal ou anarquista nas “habituais declamações e lugares comuns de eloquência demagógica”.

Suponho que Alencar Araripe, em 1878, ao pesquisar no Arquivo Público do Império, se deparou com a memória de Silva Pontes e, em conversa com os consócios mais antigos do Instituto Histórico, foi informado do trabalho do falecido colega. Tais indícios me levaram a suspeitar que o Conselheiro Araripe agiu como fizera com os documentos transcritos no trabalho de Saturnino de Souza Oliveira. Na transcrição, sem origem, feita pelo historiador cearense das palavras do Presidente da província de então, sobre o plano de conspiração proferido perante a Assembleia provincial, com pequenas inserções, apareceram as mesmas palavras reproduzidas pelo memorialista baiano no interior da narrativa.⁶⁷⁴ Se havia documentos para 1835 em anexo à memória de Silva Pontes, como sinalizavam as letras entre

⁶⁷⁴ 20 de abril de 1835. Plano de conspiração denunciado perante a Assembleia provincial. *RIHGB*, parte 2, p. 38, 1882. Similar em PONTES, 2006, p. 230.

parênteses ao longo da narrativa, eles foram, possivelmente, consultados, sugeridos ou indicados a Alencar Araripe.⁶⁷⁵

A narrativa escrita pelo baiano Silva Pontes, assim como seria feito com a do cearense Alencar Araripe, suscitou leituras dúbias sobre a qualidade do texto. De acordo com Souza Docca, o autor aproveitou para desabafar ressentimentos causados pelo malogro de alguns de seus desejos políticos; porém, tal mote não tirou o valor do trabalho com “revelações interessantes, que projetam intensa luz sobre pontos obscuros ou controvertidos – é o depoimento de uma testemunha de vista, de um homem ilustrado e inteligente”.⁶⁷⁶ Alcides Bezerra, Diretor do Arquivo Nacional, por sua vez, apontou que o texto de Silva Pontes deveria ser lido com cautela, “dando-se o necessário desconto às suas paixões, que todavia sabe disfarçar com a máscara de uma fingida imparcialidade”. O memorialista realizara com argúcia a apreciação geral das causas, focalizando as preponderantes. Conforme Bezerra, Silva Pontes “foi o primeiro a lançar as bases para o julgamento filosófico daquela revolução”. Porém, ao descer das considerações gerais ao julgamento singular dos homens, o magistrado com vocação de historiador mostrou “antipatia aos indivíduos que foram arrastados na corrente revolucionária”.⁶⁷⁷ Aurélio Porto nos advertiu que o texto fora escrito a pedido do Imperador⁶⁷⁸ e que o autor participara dos acontecimentos da época, estando “eivado da natural paixão oriunda do momento”. Tais predicados, porém, não tirariam a notabilidade da obra.⁶⁷⁹

A leitura que Alfredo Varela fez do texto sintetizou pontos de vista e opiniões. Os depoimentos de Silva Pontes, “ator no drama revolucionário”, contra os adversários deveriam ser lidos com reserva. Silva Pontes foi uma “lúcida cabeça” num momento de “atrasada espiritualidade”. A análise das causas gerais do movimento mereceria “atenta leitura de juízes imparciais”. Porém, aquele processo histórico da rebelião, superior a muitos trabalhos

⁶⁷⁵ Por exemplo, os dois documentos de 5 de novembro de 1835: O presidente do Rio Grande do Sul ao Ministro da guerra dando conta de sua retirada para a corte; O presidente do Rio Grande do Sul ao governo expondo o estado da província. *RIHGB*, parte 2, p. 45-51, 1882.

⁶⁷⁶ DOCCA, 1923, p. 399.

⁶⁷⁷ BEZERRA, A. Apresentação. *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 31, p. V, 1935.

⁶⁷⁸ Pelas atas das sessões do IHGB, não consegui comprovar esse pedido do Imperador tampouco no prometido e não realizado necrológio de Silva Pontes. Conforme apontei, Pontes escreveu considerando “ordens superiores”, o que não implicou ordens diretas do monarca. Pelo que pude apurar, Silva Pontes, em 1843, esteve no Pará como Presidente de província. Para 1844, foi escolhido para compor a Comissão de História do Instituto. Em 15 de janeiro de 1845, foi nomeado Encarregado de Negócios e designado para a República do Uruguai. Em 22 de março de 1852, foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário e designado para Buenos Aires. BITTENCOURT, F. *Instituto Histórico: os fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 479-483. Nessa e noutras biografias não há referência alguma à memória sobre o conflito no Sul.

⁶⁷⁹ PORTO, 1935, p. 503.

posteriores, veio maculado por “visível propósito difamatório”.⁶⁸⁰ Alfredo Varela, num esforço de crítica conjunta, aproximou os nortistas. Nas advertências ao trabalho de Silva Pontes, Varela reuniu-os: “Estes descontos são indispensáveis. Araripe, não pelos mesmos motivos, mas, por outros, análogos, também precisa ser lido com cuidado.” Em que pese os relatos de dois expoentes do Instituto Histórico sobre a revolução farroupilha, São Leopoldo e Silva Pontes, o delicado tema pouco figurou nas páginas do periódico até a publicação do artigo do Conselheiro Araripe.

A leitura pelo sócio Sebastião Ferreira Soares (1820-1887), rio-grandense de Piratini, em 1854, foi o primeiro exemplo de trazer para discussão, no Instituto Histórico, uma das (senão a maior) cabeças da “hidra da guerra civil” no Império.⁶⁸¹ Joaquim Manoel de Macedo, ao se referir ao trabalho de Ferreira Soares, no relatório anual da instituição, não perdeu a oportunidade de ressaltar que, embora com a crítica minuciosa e a pretensão de “escrupulosa imparcialidade palpitam as prevenções e o espírito de partido em cada palavra que sai da pena do narrador”. De acordo com Macedo, trabalhos dessa ordem deveriam ter como destino, por mais alguns anos, o “asilo seguro no nosso arquivo”. Sob os cuidados da associação, oportunamente seria feito, pelos consócios, o devido parecer sobre a leitura dos documentos analisados por Ferreira Soares.⁶⁸² E, oportunamente, o tempo passou e a menção à revolução de 1835 não foi feita. A discussão sobre o mais longo conflito permaneceria suspensa e os documentos ficariam seguros no arquivo do Instituto. Somente, em 1935, Aurélio Porto publicou o trabalho dessa testemunha ocular.⁶⁸³

Quase despercebido nas inúmeras ofertas ao IHGB, constou o recebimento, na sessão de 25 de maio de 1860, de documentos (não especificados) relativos à revolução do Rio Grande

⁶⁸⁰ VARELA, 1933, v. VI, nota 62, p. 355. Nas páginas seguintes, Varela seguiu na crítica ao trabalho de Silva Pontes.

⁶⁸¹ Sebastião Ferreira Soares teve como título de admissão a memória *Apontamentos sobre a estatística financeira da província do Rio Grande do Sul*. O parecer foi lido na sessão em 22 de abril de 1853. Foi eleito sócio correspondente em 6 de maio desse ano. Na sessão em 17 de junho, foi lida a carta de Ferreira Soares em que prometia remeter importantes documentos sobre a revolução de 20 de setembro de 1835. Em 26 de agosto, Ferreira Soares foi autorizado pelo Instituto a receber manuscritos deixados pelo Visconde de São Leopoldo. Compareceu pela primeira vez ao Instituto em 26 de maio de 1854. Em 25 de agosto, Ferreira Soares submeteu à apreciação do Instituto dois documentos redigidos por Manuel Lucas de Oliveira (1797-1874), autoridade rebelde, para demonstrar que o final da guerra dependeu mais de meios brandos e conciliadores do que coercitivos e que a paz almejada por todos os dissidentes foi perturbada pela prepotência dos delegados do governo central. Nas sessões em 29 de setembro e 13 de outubro, Ferreira Soares leu as *Considerações sobre a revolução rio-grandense* e analisou os documentos anteriormente apresentados. *RIHGB*, t. 17, p. 82, 85, 87, 97, 591, 601, 604-605, 1854. No necrológio lido pelo Orador do Instituto, foi destacado o labor do “raro e paciente operário” para a nova ciência: a Estatística. TAUNAY, A. E. Discurso do Orador. *RIHGB*, t. 50, parte 2, p. 427, 1887.

⁶⁸² MACEDO, J. M. de. Relatório do Secretário. Sessão em 15 de dezembro de 1854. *RIHGB*, t. 17, p. 18-19, 1854. Encontra-se publicado no mesmo tomo da revista citado acima, mas com numeração reiniciada de páginas.

⁶⁸³ SOARES, S. F. Breves considerações sobre a Revolução de 20 de setembro de 1835. *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 355-374, 1935.

do Sul, enviados de Porto Alegre pelo jurista e político José de Araújo Brusque (1826-1900).⁶⁸⁴ Vê-se que documentos e desejo existiam, mas a discussão tardava em ocorrer.⁶⁸⁵ O asilo seguro do arquivo continuava a ser alimentado. Antonio Pereira Pinto, no citado artigo sobre a Confederação do Equador de 1866, ao desacreditar os ideais dos revoltosos do Norte, desmereceu igualmente os do Sul. A revolta que rebentara no Rio Grande do Sul, em 1835, não teve, de acordo com Pereira Pinto, tendências republicanas. Asseverou que os soldados da república do Piratini “não quebravam lanças por ideias, mas sacrificavam-se pelo chefe de sua segurança e dedicação, sem indagarem o norte a que esse chefe os dirigia, e encaminhava!”⁶⁸⁶ Em 1868, na biografia do polêmico Bento Manuel Ribeiro por Machado de Oliveira, publicada na Revista do IHGB, apareceram referências à revolução que maculara a “lealdade hereditária dos rio-grandenses”.⁶⁸⁷ O autorizado Oliveira, que pelas províncias em guerra circulara, ressaltou que trouxe para a biografia somente “trechos que possam dar luz à narrativa dos feitos do coronel Ribeiro”.

Por essa luz, podemos aclarar como a guerra sulina era abordada naquele momento, mais precisamente em 31 de julho de 1865, quando foi finalizada a escrita da tardia louvação. Bento Manuel, paulista de Sorocaba, falecera dez anos antes. De acordo com o biógrafo, o movimento revolucionário, alcunhado injuriosamente de rebelião, contou, na realidade, somente com “alguns grupos da força proletária, dessa força brutal operante que irrefletidamente acede a transbordamentos”. A propaganda política de Bento Gonçalves foi aceita por homens levados por insinuações errôneas. A parte “mais sensata e mais prestigiosa” da província não participou do movimento, repudiando as ideias falsas de Bento Gonçalves. Em razão disso, Oliveira foi cauteloso em colocar Bento Manuel ao lado dos revoltosos e explicou a sua passagem para as hostes revolucionárias em razão das atitudes desastradas, provocadoras e insultantes do novo Presidente da província, José Ferreira de Brito, e da rivalidade com o Comandante das Armas, Marechal Sebastião Menna Barreto. Bento Manuel

⁶⁸⁴ Sessão em 25 de maio de 1860. *RIHGB*, t. 23, p. 613, 1860.

⁶⁸⁵ Não era porque se tratava de um conflito recente contra a Corte que deixaria de receber estudos apropriados. Aponto três exemplos, afora os mencionados e analisados na primeira parte da tese sobre os movimentos de 1817 e 1824 no Norte: GONÇALVES DE MAGALHÃES, D. J. Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. *RIHGB*, 2. ed., t. 10, p. 263-362, 1870 [1848]; ALENCASTRE, 1872; os artigos sobre os conflitos na década de 1830, na Corte, por Manuel Duarte Moreira de Azevedo publicados na década de 1870, na Revista do Instituto. As narrativas de Moreira de Azevedo foram analisadas no subcapítulo “Motins, sedições e luta civil: a recente história do Segundo Reinado” em: SOUSA, 2008, p. 34-46.

⁶⁸⁶ PINTO, 1866, p. 50-52. Mencionei anteriormente esse trabalho no capítulo 2.2.

⁶⁸⁷ OLIVEIRA, J. J. M. de. Biografia dos brasileiros ilustres por armas, letras, virtudes, etc. O Tenente General Bento Manuel Ribeiro. *RIHGB*, t. 31, parte 1, p. 384-407, 1868. Datada de 31 de julho de 1865 e extraída da revista *Arquivo Literário* de São Paulo.

repelira, conforme o biógrafo, as ideias de Bento Gonçalves. Na biografia do velho guerreiro, não constaram insinuações de traição, somente gratidão e ufanias.

Outras pequenas e esparsas referências à guerra civil no Sul foram feitas nas sessões e nas páginas da Revista do Instituto Histórico embaladas pelos desejos de paz que deveriam ligar de Sul a Norte todas as províncias do Império.⁶⁸⁸ Somente com o trabalho de Tristão de Alencar Araripe, em 1880, que o confronto entre juízos e fatos, entre documentos e tradições, entre o oral e o escrito foi feito de forma mais intensa no centro do país. Os comprovincianos tinham semelhante receio em tratar do convulsionado passado recente da província? Antes de buscar respostas a essa indagação, é pertinente analisar uma questão importante na narrativa do Conselheiro Araripe: a construção da imagem de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.⁶⁸⁹ Ela perpassa a problemática espacial (Corte-províncias) e temporal (segundo momento historiográfico) que analiso. O Duque de Caxias faleceu em 3 de maio de 1880, alguns meses depois de o Conselheiro Araripe finalizar a leitura da *Guerra Civil do Rio Grande do Sul* no Instituto Histórico. Porém, se a louvação recrudescer após sua morte, as escritas laudatórias começaram bem antes. Seguindo o estudo de Arno Wehling sobre a oscilação das representações de Caxias, três períodos foram estabelecidos: 1) a visão dos contemporâneos; 2) a dupla face de Caxias: do falecimento em 1880 até o início da década de 1920; 3) o patronato e a “panteonização”: década de 1920 aos dias atuais. Interessa-me situar o trabalho de Alencar Araripe na transição do primeiro para o segundo períodos estabelecidos por Wehling.

Na pena de Gonçalves de Magalhães, na *Ode ao Pacificador* (1841), pela primeira vez Caxias foi enaltecido herói nacional por atuar na repressão à Balaiada (Maranhão) encerrada

⁶⁸⁸ Sessão em 10 de abril de 1845. *RIHGB*, t. 7, p. 265, 1845. No trabalho do sócio Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo intitulado *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história da capitania, depois, província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1737-1867)*, não há qualquer referência aos conflitos entre 1835 e 1845: *RIHGB*, t. 42, parte 2, p. 115-140, 1879a. O vazio na cronologia é observável na página 139. Em 1877 e 1879, foram publicados na Revista do IHGB vários documentos arquivados na Secretaria de Governo de Porto Alegre e “compulsados” por Homem de Melo quando governava a província de São Pedro (1867-1868). Apesar da menção ao passado de guerras no introito, os documentos se referiam aos séculos XVIII e XIX (até 1831). MELO, F. I. M. H. de. História da capitania, depois província, de S. Pedro do Rio Grande do Sul. *RIHGB*, t. 40, parte 1, p. 191-302, 1877 e t. 42, parte 1, p. 5-90, 105-156, 1879b. Como ao final consta um “continua”, pressuponho que haveria alguns sobre as décadas de 1830 e 1840. Minha suposição se baseia na informação de que Homem de Melo possuía documentos sobre a revolução farroupilha. Souza Docca apontou que Manuel Lucas de Oliveira enviou a Homem de Melo o manifesto de 18 de fevereiro de 1843 assinado pelos chefes farroupilhas. DOCCA, 1935, p. 47, 110-111. O contato de Lucas de Oliveira com Homem de Melo, Presidente da província, em julho de 1867, foi confirmada por: OLIVEIRA, M. L. de. *Diário*. Porto Alegre: EST, 1997. p. 17. Infelizmente, no IHGB, não há acervo pessoal de Homem de Melo.

⁶⁸⁹ A bibliografia (acadêmica e ao público leigo) é farta de referências sobre Caxias. No entanto, seguirei e apontarei somente um texto recente, pois fez um balanço historiográfico sobre o momento em pauta: WEHLING, A. Caxias e o imaginário nacional. A visão dos contemporâneos. *Da Cultura*, Brasília, ano 3, n. 5, p. 46-56, dez. 2003. Advirto para o caráter da publicação em periódico pertencente à Fundação Cultural do Exército.

nesse ano. A partir de então, a par da sua atuação nos combates aos sediciosos nas províncias de Norte a Sul do país, apareceram registros enaltecedores, dos quais *Reflexões sobre o generalato do Conde Caxias* (1846) foram utilizadas por Araripe em sua memória. Em 1847, no IHGB, novamente por Gonçalves de Magalhães, a perícia militar e administrativa de Caxias foi louvada na leitura da *História da última rebelião do Maranhão*.⁶⁹⁰ Nesse ano, Luís Alves de Lima e Silva, então Conde de Caxias, foi eleito sócio honorário da instituição.⁶⁹¹ Com o prosseguimento dos registros, o passado do militar foi alargado e a sua atuação desde as guerras da Independência, em 1822, destacada; igualmente, o escopo das qualidades: além de eficiente militar e administrador, o biógrafo louvou a atuação política na *Galeria dos brasileiros ilustres* (1859).⁶⁹²

Arno Wehling levantou outras tantas referências ao audaz guerreiro pelos coevos. No entanto, sinalizo uma questão suscitada pela leitura do periódico do Instituto Histórico que acrescenta mais um elemento a esta crescente panteonização. Em *Motins políticos e militares* (1874), o cônego Fernandes Pinheiro escreveu duras palavras contra o “militarismo”. A intervenção do elemento militar na vida das nações deveria ser condenada, apesar dos sacrifícios a que se submetiam. A dedicação do soldado, conforme Fernandes Pinheiro, deveria estar submetida à vontade dos chefes civis, pois os predicados exigidos pela disciplina eram “antinômicos com os direitos de cidadão de um país livre, que deve examinar e discutir a suprema direção dos públicos negócios”.⁶⁹³ Mesmo não tendo, aparentemente, ligação com a proeminência da representação de Caxias, é importante ressaltar que, a partir do início da década de 1880, os jornais declararam abertamente o direito dos militares de intervir na política.⁶⁹⁴ Observa-se, assim, o início do amplo e complexo processo que levaria à “questão militar” e à participação do Exército na proclamação do novo regime de governo. Quando o

⁶⁹⁰ Gonçalves de Magalhães começou a ler *História da última rebelião do Maranhão* na sessão em 18 de março e finalizou em 15 de abril de 1847. *RIHGB*, t. 9, p. 135, 266, 1847. Segundo as atas, o autor foi ouvido com atenção e aplaudido pelos consócios. Posteriormente, foi publicada como: Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. *RIHGB*, 2. ed., t. 10, p. 263-362, 1870 [1848]. Destaco o capítulo XXXV, “Observações gerais sobre o governo do Sr. Luís Alves de Lima e Silva, conclusão”.

⁶⁹¹ Sessão em 27 de março de 1847. *RIHGB*, t. 9, p. 136, 1847.

⁶⁹² PORTO ALEGRE, M. de A. Tenente General Marquês de Caxias. In: SISSON, S. A. (Ed.). *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999 [1859-1861]. v. 1, p. 85-98. Eugênio Vilhena de Moraes descobriu a autoria da biografia de Caxias na obra de Sisson como de Manuel de Araújo Porto Alegre. Esta informação consta em: RODRIGUES, 1978, p. 364-366. João Manuel Pereira da Silva não concedeu espaço à Caxias no *Plutarco Brasileiro* (1847) tampouco nos *Varões ilustres do Brasil* (1858), pois se reportou ao período anterior à Independência do país. Nas biografias dos brasileiros ilustres, *Ano Biográfico Brasileiro* (1876), de autoria de Joaquim Manuel de Macedo, também não há referências a Caxias.

⁶⁹³ PINHEIRO, J. C. F. *Motins políticos e militares no Rio de Janeiro. Prelúdios da Independência do Brasil*. *RIHGB*, t. 37, parte 2, p. 341-366, 1874.

⁶⁹⁴ SCHULZ, J. *O exército na política*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 93.

artigo de Fernandes Pinheiro foi publicado, Caxias encaminhava-se para ocupar, pela terceira vez, a presidência do Conselho de Ministros (1875-1878).

Desde a “guerra dos alfinetes”, isto é, desde as acusações que partiram da Corte por morosidade e inoperância nas operações militares no Paraguai, a imagem de Caxias não sofria desgastes como ao atuar na política palaciana.⁶⁹⁵ Para repará-la, em 1878, o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos (1819-1887), sócio do Instituto desde 1855, outro filho do Norte (Pernambuco), teve publicado o volumoso livro *Vida do grande cidadão brasileiro Luís Alves de Lima e Silva*.⁶⁹⁶ De acordo com Campos, escrever acerca da vida do Duque de Caxias “é sempre compor uma página da história do Brasil autônomo”.⁶⁹⁷ Afora as destacadas qualidades militares do “vulto imortal”, ele soube “administrar, combater, governar, tudo em máxima escala”.⁶⁹⁸ Campos forneceu uma informação importante nesse esforço de registrar a atuação de Caxias pelas províncias: a escrita do pequeno folheto por José de Alencar intitulado *Marquês de Caxias*, publicado em 1866 ou 1867.⁶⁹⁹ Temos aqui outro esforço conjunto da família Alencar em prol do passado (conservador) do país. Infelizmente, os poucos vestígios do texto não me permitiram analisá-lo.⁷⁰⁰

A tensão entre a representação literária do militar-administrador-político se desvaneceu com seu falecimento em 1880. A memória do Conselheiro Araripe foi lida em 1879, justamente, quando a representação de Caxias, como político conservador, começava a anuviar e arranhar a do general vitorioso e burocrata eficiente. Contudo, a morte foi e é uma ótima solução para amenizar ou silenciar as críticas. Olegário Herculano de Aquino e Castro, em discurso solene no IHGB em 1880, enalteceu as vitórias de Caxias nos campos de batalha e na política. Ao lado da representação do esforçado guerreiro se sedimentou a do estadista lúcido e perspicaz no exame e na solução dos problemas administrativos. Mas a fala de Olegário não deixou de tangenciar os desgostos e mágoas quando da última passagem de Caxias pela Corte. Mas os pequenos lapsos de vida estavam dispersos numa narrativa maior. Conforme o orador, se pretendíamos “historiografar” a vida do patriota leal e dedicado, deveríamos “escrever a história inteira do próprio país, nas suas diferentes fases, nos seus mais grandiosos feitos, nos acontecimentos de maior importância, porque em verdade se pode

⁶⁹⁵ GUIMARÃES, L. M. P. Luís Alves de Lima e Silva. In: VAINFAS, R. (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 492-494.

⁶⁹⁶ CAMPOS, J. P. de. *Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva, Barão, Conde, Marquês, Duque de Caxias: desde o seu nascimento em 1803 até 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

⁶⁹⁷ *Ibid.*, p. 12.

⁶⁹⁸ *Ibid.*, p. 419.

⁶⁹⁹ *Ibid.*, nota 1, p. 12.

⁷⁰⁰ No catálogo de obras raras da Biblioteca Nacional, consta: O *Marquês de Caxias* de José de Alencar pela Tip. Imp. e Const. De J. Villeneuve e C. Trata-se de um folheto de 16 páginas com duas datas de publicação: 1866 e 1867. Não está acessível para consulta.

dizer que a vida do Duque de Caxias foi também a vida do Brasil”.⁷⁰¹ Moreira de Azevedo, em artigo publicado no ano seguinte, falou da atuação política de Caxias, porém, deu ênfase à luta do denodado guerreiro pela ordem, segurança e integridade do Império. De acordo com o consócio, ao falecer, os feitos de Caxias já estavam “gravados nas páginas gloriosas da história da nação”.⁷⁰²

De acordo com Max Fleiuss, “a comemoração permanente do excepcional vulto brasileiro que foi o Duque de Caxias deve-se, em parte, ao Instituto Histórico”.⁷⁰³ Temos, neste momento, no IHGB, o lugar privilegiado de produção de panegíricos. Tais textos visavam louvar as qualidades morais dos grandes homens. Não o simples desejo de louvor, mas “a produção do exemplo virtuoso para a emulação das pessoas, de modo que a imitação dos melhores servisse ao propósito de superação excelente da condição particular e de reforço da concórdia e da saúde do organismo do Estado”.⁷⁰⁴ De forma mais sucinta que os textos anteriores, as pequenas escritas com manifestações no falecimento de Caxias reforçaram a imagem com que ele deveria passar à História do Brasil. Do Ministro da Guerra: “generoso e prudente pacificador do Rio Grande do Sul.” Dos Anais do Senado: “ilustre senador da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.” Dos Anais da Câmara dos Deputados: “ninguém o excedeu em patriotismo.” Do Presidente da província do Rio Grande do Sul: representante da província e o que “trouxe a paz ao seio da família rio-grandense, dilacerada por desastrosa e terrível guerra civil.” Do representante do IHGB no funeral: “o maior baluarte da ordem e o melhor apoio do trono.”⁷⁰⁵ Caxias foi o destacado personagem no passado da província sulina e do país.

Nos primórdios da República, Sílvio Romero, futuro sócio do IHGB, escreveu um livro em que o título é representativo da concepção de história: *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*.⁷⁰⁶ Em capítulo específico, o letrado do Norte amarrou o nome do Duque de Caxias aos movimentos provinciais no passado do país, durante o Segundo Reinado.⁷⁰⁷ E entre juízos e fatos, Sílvio Romero não economizou elogios ao personagem e

⁷⁰¹ CASTRO, O. H. de A. e. Discurso do Orador. *RIHGB*, t. 43, parte 2, p. 520-521, 1880.

⁷⁰² AZEVEDO, M. D. M. de. O Duque de Caxias. *RIHGB*, t. 44, parte 2, p. 163-166, 1881.

⁷⁰³ FLEIUSS, M. *Recordando ...*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. p. 117.

⁷⁰⁴ PÉCORA, A. A história como colheita rústica de excelências. In: SCHWARTZ, S. (Org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Siera (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 48.

⁷⁰⁵ Todas estas manifestações foram publicadas maio de 1880 e estão reproduzidas em: BENTO, C. M. Significação histórica do Duque de Caxias. *Revista da Academia Rio-grandense de Letras*, Porto Alegre, n. 1, p. 106-109, 1980.

⁷⁰⁶ ROMERO, S. *A história do Brasil: ensinada pela biografia de seus heróis (livro para as classes primárias)*. 9. ed. corr. aum. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915 [1890].

⁷⁰⁷ *Ibid.*, p. 157-163.

aos seus feitos: “braço direito da nação”, “distintíssimo marechal”, “bateu os revoltosos”, “garantia da unidade nacional pela repressão do caudilhismo provincial”, “reestabeleceu a ordem”, “honra eterna”, vencedor da “revolta dos ousados dissidentes”. Alguns anos depois, Sílvio Romero foi convidado a proferir uma conferência para “apreciação da individualidade de Caxias, prendendo-a ao desdobrar da nossa nacionalidade, estudando-a em suas relações com a nossa história”.⁷⁰⁸ Aproveitou o convite para criticar severamente o atoleiro político naquele momento.

Com Capistrano de Abreu, também no alvorecer do novo século, o herói nacional recebeu artigo específico na Revista do Instituto.⁷⁰⁹ José Honório Rodrigues apontou que o estudo de Capistrano foi o primeiro publicado por um historiador após vinte e três anos da morte de Caxias: “tempo suficiente, quase uma geração, para que sua figura e seu papel fossem examinados sem as paixões da época.” Capistrano de Abreu foi quem, conforme Rodrigues, iniciou na historiografia o exame do papel de Caxias, revelando poder de síntese e capacidade interpretativa.⁷¹⁰ Contudo, as paixões da época não estavam suficientemente distantes. A questão levantada por Capistrano de Caxias ser mais militar do que político, recorrente na segunda metade do Dezenove, continuava acalorada quando o país, nas primeiras décadas do século XX, passava pelo dilema entre o militarismo e o civilismo.

No exame da situação historiográfica em torno da memória do Conselheiro Araripe de 1881, observo que, apesar dos registros “no calor dos acontecimentos”, os documentos que comprovariam os fatos e alicerçariam juízos sobre a guerra no Sul estavam guardados no “asilo seguro” dos arquivos na Casa da História. Em vez de historiar as revoltas debeladas, os letrados louvaram o herói nacional que uniu o Império: Caxias, o unificador, o vencedor dos provincialismos e demagogismos. A história do general vitorioso, administrador habilidoso e político atuante, estava ligada à História do Brasil. Recoloco, assim, o texto de Tristão de Alencar Araripe, não no início, mas no final de uma série de tentativas de narrar o mais sério movimento revolucionário no Segundo Reinado. Isso feito, o livro se tornou um divisor de águas. A partir daquele momento se esboçaria, no horizonte historiográfico, uma tempestade contra juízos mal formulados e fatos mal contados século XX adentro. Ao lado da história do general vitorioso, urgia a história dos generais derrotados, mas não menos aguerridos, eficientes administradores e republicanos convictos. O nó górdio estava na ligação do

⁷⁰⁸ ROMERO, S. *O Duque de Caxias e a integridade do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1903.

⁷⁰⁹ ABREU, J. C. de. O Duque de Caxias. *RIHGB*, t. 69, parte 2, p. 73-92, 1906c. O artigo foi publicado na *Gazeta de Notícias*, sem o nome do autor, em 4 de agosto de 1903.

⁷¹⁰ RODRIGUES, J. H. Apresentação. In: ABREU, J. C. de. *Ensaios e estudos, crítica e história -2ª série*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 2003. p. 10.

patriotismo dos rebeldes ao provincialismo exacerbado. Mesmo assim, muitos tentariam desenredar a trama.

4.2 Na pena dos provincianos: tarda o tempo da História

A atividade literária na província foi inexpressiva até irromper o movimento farroupilha.⁷¹¹ Durante a contenda, jornais começaram a celebrar os feitos militares. Apareceram os primeiros poetas louvando o ardor guerreiro, os primeiros versos exaltando as armas rebeldes. A república e seus paladinos estimularam-nos. Bento Gonçalves e os companheiros foram “vitoriados pela musa local, que os compara a quanto herói insigne refere a história de Grécia e Roma”.⁷¹² Até hoje, na pena dos mais variados escritores, a experiência dos farrapos integra, majoritariamente, a cultura histórica no Rio Grande do Sul.

A reação provocada pelo trabalho de Alencar Araripe, em 1881, me levou a examinar como um tema tão controverso foi trabalhado pelos letrados na província. Que outros pontos de vista e métodos de registrar o passado farroupilha podemos encontrar, antes de 1880, no Continente de São Pedro? Quais argumentos de provincialismo foram defendidos para a escrita da História do Brasil? Quando a bibliografia faz menção à memória de autoria de Tristão de Alencar Araripe como a primeira sobre a república do Piratini, não podemos desconsiderar os registros anteriores (orais e escritos). Não é somente contra esta certificação de origem historiográfica que me coloco. Chamo atenção para o processo de transformação dos acontecimentos em fatos históricos, da culpa em louvação, do poder-provar em poder-dizer, do perdão em enaltecimento, do criminalizar em heroicizar, que transparece somente no longo tempo escritural.

Dois anos após a Paz de Ponche Verde, foi publicada *A divina pastora* de José Antonio do Vale, futuro Caldre e Fião.⁷¹³ A narrativa esteve centralizada em Edélia, apaixonada por Almênio, valente guerreiro farroupilha, que trocou de lado e passou para as forças imperiais. Ele era o filho rebelde de família abastada que retornou à casa paterna. As dissensões políticas

⁷¹¹ CESAR, G. A vida literária. In: VERÍSSIMO, E. et. al. *Rio Grande do Sul, terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 229-257. A revisão crítica das fontes bibliográficas para o estudo da literatura do Rio Grande do Sul foi feita por MAROBIN, L. *Painéis da literatura gaúcha*. São Leopoldo: UNISINOS, 1995. p. 9-57.

⁷¹² CESAR, 1971, p. 71. Vitoriado por uns e vilipendiado por outros, os poemas contra Bento Gonçalves também foram publicados na época, conforme: SANTOS, P. R. A. dos. *Da aurora ao crepúsculo: o tema da guerra na literatura sul-rio-grandense do século XIX*. 1996. 284 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras e Artes, PUCRS, Porto Alegre, 1996. p. 49; ZILBERMAN, R. *Um dia todas essas coisas hão de ser história: textos farroupilhas*. Porto Alegre: ERUS, 1985b. p. 99.

⁷¹³ Publicado em 1847, em dois tomos, pela Tipografia Brasilienses de F. M. Ferreira (Rio de Janeiro), o texto saiu com o título de *A divina pastora, novela rio-grandense*. Segui as referências de CALDRE E FIÃO, J. A. do V. *A divina pastora*. 2. ed. Porto Alegre: RBS Publicações, 1992.

na província receberam capítulo específico (o segundo). O narrador, embora pouco apto a explicar tais coisas e em “caminhar pela vereda da política”, esclareceu a atitude do filho rebelde. Se os filhos da terra fossem sábios, “as negras cores dos horrídeos fatos passados” nas outras províncias não teriam “manchado o quadro histórico de nossa pátria”. A ignorância foi a fonte da revolução que devastou a província durante nove anos, cinco meses e oito dias. Os partidos que disseminaram a desordem e a desconfiança foram condenados pela Razão.⁷¹⁴ Caldre e Fião explicou o motivo da guerra pela obediência cega da “gente baixa da campanha” aos chefes, sem se importar com a “cor política”; o individualismo de poucos caudilhos anteposto ao bem social; o auxílio de vizinhos ambiciosos e desleais; e o não uso, desde o princípio, de toda a força possível pelo governo imperial.

O autor explicou por que os provincianos foram levados a cometer tamanho erro. Apesar do capítulo específico, o debate político acompanhou o romance histórico. Sobre a liberdade, um ideal tão propalado naqueles tempos, Bernardo, pai de Almênio, censurou-lhe: “O que poderás tu entender por este vago som que vai ferir teus tímpanos?” Consistia, de acordo com o personagem, numa multidão de ideias sem nexos e carente de um tipo real.⁷¹⁵ Se Caldre e Fião criticou os possíveis ideais do movimento, não deixou, no entanto, de louvar um ideal maior: a harmonia universal.⁷¹⁶ Não só princípios e ideais despontaram no romance mas a narração de combates ocorridos em Porto Alegre e Rio Pardo.⁷¹⁷ Temos, então, na década de 1840, publicado na Corte, o primeiro romance escrito por um autor rio-grandense, um dos primeiros romances no Brasil independente, a primeira narrativa histórica sobre a revolução farroupilha. Tratava-se de texto inaugural que viraria “raridade bibliográfica quase lendária”.⁷¹⁸ A dificuldade de acesso na atualidade contrasta com a situação na ocasião, pois o livro “foi assunto de que se ocupou a imprensa da época”.⁷¹⁹ Há uma última peculiaridade pela data do livro que julgo importante. Aquele foi um bom momento para se relevar as ofensas ao Império e pregar a harmonia nacional: em 1847, faleceu Bento Gonçalves.

⁷¹⁴ Ibid., p. 45.

⁷¹⁵ Ibid., p. 49.

⁷¹⁶ Ibid., p. 50.

⁷¹⁷ Ibid., p. 162-163, 174.

⁷¹⁸ REVERBEL, C. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, J. A. do V. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS Publicações, 1992. p. 238. Consistia em “livro inexistente” ou no “mais intrincado enigma da literatura brasileira”: CHAVES, F. L. *Discurso de posse na cadeira 7 da Academia Rio-Grandense de Letras em 19 de novembro de 1998*. Porto Alegre: Academia Rio-grandense de Letras, 1999. p. 6.

⁷¹⁹ CESAR, G. Introdução. In: CALDRE E FIÃO, J. A. do V. *O corsário: romance rio-grandense*. 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1979. p. 6.

Em 1849, começou a publicação dos oito quadros de *O corsário* no jornal *Americano*, também no Rio de Janeiro.⁷²⁰ Esse segundo romance de Caldre e Fião teve como personagem principal Giuseppe Vanzini, o aventureiro italiano, o corsário, o dublê de Garibaldi. Da leitura do romance, destaco dois momentos em que foram feitas menções ao povo e aos ideais do movimento rio-grandense. O povo e os ideais foram, como analisei, duas questões centrais na argumentação de Alencar Araripe no seu trabalho. No sétimo quadro, na discussão entre Giacopo e Bento Gonçalves, este perguntou para aquele: “Quem poderia *julgar-me* hoje?” Ao que Giacopo respondeu: “O povo senhor! Aquele que todos os homens da revolta *iludem* para chegar aos seus fins!”⁷²¹ No desabafo e no alerta do personagem Filipe aos filhos, em 1839, Caldre e Fião externou o horror à revolução de um dos iludidos partícipes. Amaldiçoou a ambição e o egoísmo dos que “tentam valer-se do seu prestígio, e das suas antigas validades políticas e sociais para arrastar os homens incautos ao precipício voraz das desgraças de todos os infortúnios”. Aos “especuladores miseráveis”, não importaram as desgraças e a miséria da pátria. Um desses desvairados deveria ser considerado o “maior inimigo da Humanidade e do seu próprio país por todos aqueles que os olhassem antes de se cegarem”. Grande parte dos combatentes foi seduzida e pervertida “por ilusões mesquinhas e calculadas dos homens inconsiderados, rebeldes, criminosos e pertinazes”. As pessoas deveriam fugir do revolucionário “como de um inimigo tentador que vos arrasta com boas palavras ao abismo insondável dos perigos”. O desiludido guerreiro se disse arrependido e pediu perdão pela ambição de pegar em armas e de entregá-las aos companheiros para que lutassem antes de reconhecida “a malvadez daqueles que me incitavam”.⁷²²

A passagem de desabafo foi longa, mas significativa no texto de um provinciano publicado na Corte: o ponto de vista de um rio-grandense sobre o mais longo conflito que pôs em perigo a integridade do Império. Relatou uma revolução sem heróis e sem princípios. Seria Bento Gonçalves o desvairado, o maior inimigo da Humanidade e da pátria não nomeado pelo autor no trecho acima?⁷²³ Às explicações dadas no texto de 1847 se juntou a contrição expressa no de 1849. A força do que fora dito, por essas palavras, foi aumentada pela proximidade com o ocorrido e pela escrita da testemunha das “paixões do momento”.⁷²⁴

⁷²⁰ A primeira edição em livro apareceu como *O corsário: romance rio-grandense*, pela Tipografia Filantrópica (Rio de Janeiro), em 1851. Segui as referências de CALDRE E FIÃO, J. A. do V. *O corsário: romance rio-grandense*. 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1979.

⁷²¹ *Ibid.*, p. 194 (meu grifo).

⁷²² *Ibid.*, p. 222-223.

⁷²³ Minha leitura difere da de Marobin em que, segundo esta, Caldre e Fião louvou o heroísmo e a valentia de Bento Gonçalves. MAROBIN, 1995, p. 72-73, 209.

⁷²⁴ Na cronologia biobibliográfica preparada por Guilhermino Cesar, constou que, em 5 de outubro de 1849, no jornal *O Filantropo*, Caldre e Fião escreveu um artigo em que se denominava testemunha da guerra civil do Rio

A impropriedade das palavras sobre a mais delicada fase do Império corroborou com mais um elemento para o autor ser considerado “escritor maldito”.⁷²⁵

Se o aparecimento, na década de 1840, de narrativas sobre o decênio farroupilha pode nos sugerir, num primeiro momento, o não receio pelos letrados rio-grandenses em falarem sobre tema tão controverso, enganamo-nos. Foi necessário mais de vinte anos para um texto, escrito por um filho do Norte e editado na Corte, mostrar os valores dos soldados e dos líderes da revolução farrapa. Em 1870, veio a público *O gaúcho* do cearense José de Alencar. Nele, o primo do Conselheiro Araripe contou as aventuras de Manuel Canho, afilhado e companheiro de Bento Gonçalves, de setembro de 1832 a setembro de 1835.⁷²⁶ José de Alencar, em 1870, atendeu os reclames provinciais de 1869 nos quais sugeriam que “em nossas lendas, em nossas tradições, em nossos costumes, no valor dos nossos bravos encontreis uma fonte inexaurível para o romance, para o drama, para a história, para a epopeia”.⁷²⁷

O texto de José de Alencar, assim como o de Silva Pontes, investigou os prólogos da revolução. Na intriga montada por Alencar, havia dois sujeitos: o soldado e o líder. Através das ações de Manuel Canho conhecemos a destreza, o valor, a bravura deste ser híbrido: o centauro dos pampas, o gaúcho, o rio-grandense e também brasileiro. Porém, como ressaltou Lazzari, o engajamento de Manuel Canho na revolução foi por fidelidade ao padrinho, “sem manifestar qualquer idealismo ou compromisso com a causa em si mesma”.⁷²⁸ E, pelas ações de Bento Gonçalves, conhecemos o herói em construção: cavalheiro, franco, generoso, bravo com as armas, rei da campanha, símbolo da coragem, da honra, da justiça, da virtude. Pelo texto de José de Alencar, o coronel Bento Gonçalves apareceu não como o herói do decênio 1835/1845, mas como o veterano da Cisplatina e o comandante da fronteira de Jaguarão e Bagé. O chefe que esteve entre as conspirações dos caudilhos orientais e a pouca importância

Grande do Sul. CESAR, 1979, p. 21. A diferença na atitude narrativa de Caldre e Fião entre o romance de 1847 e o de 1849 foi analisada por GOMES, C. R. A. de S. *De Rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009. p. 67-115.

⁷²⁵ “O autor gaúcho encarnou assim, no Rio de Janeiro de meados do século XIX, o escritor maldito, na opinião dos capitalistas engordados à sombra do contrabando de escravos.” CESAR, 1979, p. 8. Tomasi caracterizou Caldre e Fião como “historiador” pelo registro da história da província. TOMASI, G. *Leituras na fronteira: um estudo sobre a relação entre literatura e história nas obras de Caldre e Fião*. 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) - Centro de Ciências Humanas, UCS, Caxias do Sul, 2006. p. 69.

⁷²⁶ A 1ª edição 1870 saiu pela Editora Garnier (Rio de Janeiro). Os cinquenta e três capítulos do romance foram divididos em quatro livros, publicados em dois volumes. Seguirei como referência: ALENCAR, J. de. *O gaúcho*. São Paulo: Martin Claret, 2006c. A farta bibliografia crítica sobre esse texto se baseia em estudos da etimologia empregada, da descrição dos costumes e das paisagens, da inserção do nacional no regional e vice-versa; cito, por exemplo: MEYER, A. Nota preliminar. In: ALENCAR, J. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. v. 3, p. 409-418.

⁷²⁷ TAVEIRA JÚNIOR, B. Reflexões sobre a literatura rio-grandenses. *Arcádia*, Rio Grande, p. 9-10, 1869 reproduzido em ZILBERMAN, R.; SILVEIRA, C. C. BAUMGARTEN, C. A. *O Partenon literário: poesia e prosa. Antologia*. Porto Alegre: EST, 1980. p. 144-146.

⁷²⁸ LAZZARI, 2004, p. 143.

dada à província pela Corte. E, em trecho específico, José de Alencar se tornou o primeiro letrado a encaminhar Bento Gonçalves ao tribunal da posteridade. A História faria justiça a Bento Gonçalves, pois a sua “energia, a lealdade de seu caráter, e o grande prestígio de seu nome contiveram a revolução, desde muito incubada no ânimo da população”. Superior às paixões, a História para José de Alencar “restabelecerá a verdade dos fatos”. Não tendo o propósito de antecipar julgamentos, o autor somente pretendia destacar “o vulto do homem que figurou como protagonista da tragédia política, em cuja cena também se representou o drama simples e obscuro que me propus narrar”.⁷²⁹

Nas notas ao final do romance histórico, Alencar nos informou sobre sua pesquisa. Examinara os jornais da época com as transcrições oficiais da revolução, pois não encontrara crônica ou memória sobre o importante acontecimento.⁷³⁰ José de Alencar mencionou os limites bibliográficos e o recorrente obstáculo cognitivo. Disse que, por escrúpulos, se atreveu somente a “atravessar de relance” os pródromos da revolução. Menos de meio século não bastavam, de acordo com Alencar, para “arquivar fatos e personagens tão ligados ainda ao presente pelos vínculos das paixões e da família”. O estudioso do passado, ao mencionar os homens de valor que participaram da guerra, deveria asseverar que “muitos há cuja memória sofre uma espécie de incubação antes de pertencerem à História”.⁷³¹ Porém, ciente de tais entraves, o cearense não se intimidou em afirmar que Bento Gonçalves fazia parte daquela categoria de homens que, ao sair do mundo, entravam logo na posteridade. Menos de dez anos depois, o Conselheiro Araripe que, ao contrário do primo, esteve na província de São Pedro, expressaria outra representação do chefe dos rebeldes. E, assim como o livro do primo, o romance histórico alencariano oscilou entre o maldito e o significativo. *O gaúcho*, apesar de “mau romance”, foi considerado a primeira obra de ficção, com alguma importância, em que a Revolução Farroupilha serviu de quadro de referência histórico e teve “significação intelectual superior aos seus méritos literários”.⁷³²

Enquanto, na Corte, o romance histórico de José de Alencar dava outra abordagem para o confronto sulino, fartos documentos sobre o controverso episódio, na província de São Pedro, começavam a ser apresentados ao público. José Bernardino dos Santos (1848/1849-1892), como editor e redator da efêmera revista *Murmúrios do Guaíba* (janeiro-junho 1870),

⁷²⁹ ALENCAR, 2006c, p. 109-110.

⁷³⁰ Ibid., nota VIII ao primeiro volume, p. 227.

⁷³¹ Ibid., nota IV ao segundo volume, p. 231.

⁷³² MARTINS, 1996, v. 3, p. 339 (grifo no original). As críticas de Bernardo Taveira Júnior, Augusto Meyer e Antonio Candido ao gaúcho alencariano são apontadas por GOMES, 2009, p. 227-230.

dedicou-se ao estudo das letras e da história da província.⁷³³ No editorial do segundo número da revista, antes de apontar o feito, ele explicou os motivos do não-feito. O publicista justificou sua desistência em escrever um resumo histórico da revolução na província: “uma das mais arrojadas empresas que pudésemos tentar.” Porém, ele desejou que as “longas e enfadonhas investigações” contribuíssem para outros levarem adiante tal missão em suspenso. Segundo Bernardino dos Santos, já era tempo de alguém escrever a história da revolução. Prometeu publicar em torno de trezentos documentos a fim de “servir de prova quando forem levados ao Tribunal da História essa época e os seus pró-homens, os personagens que figuraram nesse grande drama de sangue”.⁷³⁴ Bernardino dos Santos ressaltou a árdua tarefa de pesquisador ao salvar da destruição vários documentos entre “o pó, o esquecimento e as trevas”.

Com o intuito de “desentranhar do caos as peças sobre as quais se há de formular o processo dessa geração”, teve início, a partir do segundo número da revista *Murmúrios do Guaíba*, a *Coleção de documentos oficiais, peças autênticas e notas importantes relativas à história da revolução da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Intercalados em rápidos relatos e espaçada cronologia, dos tão prometidos documentos somente foram citados e transcritos trinta.⁷³⁵ A revista deixou de ser publicada antes que essa expressiva massa documental fosse apresentada. Foram publicadas algumas correspondências, ofícios, discursos, atas de sessões, decretos, relatórios, declarações, requerimentos entre agosto de 1834 e novembro de 1836.⁷³⁶ Se a escrita da história se mostrava temerosa e a compilação de

⁷³³ Foi publicada somente em 1870. Consultei o volume único: SANTOS, J. B. dos (Ed.). *Murmúrios do Guaíba: revista mensal consagrada às letras e à história da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tip. do Rio-Grandense, 1870. A menção a esse periódico provincial não pode nos induzir a considerá-lo como uma troca de informações restrita; um artigo de Homem de Melo, sócio do IHGB, foi ali publicado (p. 239-240). Estudo detalhado do periódico foi feito por: PÓVOAS, M. N. *Literatura e imprensa em Porto Alegre: a revista Murmúrios do Guaíba (1870)*. 2000. 346 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras e Artes, PUCRS, Porto Alegre, 2000.

⁷³⁴ SANTOS, 1870, p.81.

⁷³⁵ A reunião desse acervo publicado por Bernardino dos Santos, em 1870, me fez averiguar a hipótese de Alencar Araripe ter acessado o periódico quando esteve na província em 1876. Apesar de grande parte das fontes ser de 1834, há algumas de 1835 e 1836. Os compilados por Araripe na Revista do IHGB, entre 1882 e 1884, são documentos datados desde janeiro de 1835. Confrontando os documentos transcritos pelo rio-grandense Bernardino dos Santos e os do cearense Alencar Araripe, afirmo que não há documentos comuns em ambas as coleções.

⁷³⁶ Mesmo com a autoridade dos documentos, Bernardino dos Santos recorreu a outra narrativa sobre o passado da província. O pequeno resumo histórico no livro didático de Geografia de Eudoro Brasileiro Berlink (1843-1880) foi transcrito para relatar os acontecimentos entre 18 e 20 de setembro de 1835. *Ibid.*, 208-209. A edição não foi declarada. Na primeira edição, há referências ao decênio de lutas na lição vigésima, “traços históricos da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul”. Em tom conciliador, Berlink destacou o “sossego público pelo arraigamento progressivo das instituições constitucionais”. BERLINCK, E. B. *Compêndio de geografia da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tip. Deutsche Zeitung, 1863. p. 50. Na edição posterior, os episódios da revolução estão dispersos em mais de uma lição: *Id. Compêndio de geografia da província do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Tip. do Rio-Grandense, 1868. p. 80-84, 97.

documentos dificultosa, Bernardino preferiu usar os fatos para expor seu juízo sobre a revolução na província – o decênio nefasto ou período de sangue – de forma romaneada em *A Douda* (1870).⁷³⁷

Enquanto os documentos tardavam e a história calava, os romances históricos continuavam a aflorar. Publicado em 1872, *O vaqueano* de Apolinário Porto Alegre narrou a atuação de João Avençal como guia do exército rebelde sob as ordens do farrapo Canabarro.⁷³⁸ O autor não esteve ligado aos acontecimentos como testemunha, como o fora Caldre e Fião, porém, provinha de família materna que teve partícipes no movimento rebelde. Em *O vaqueano*, o autor caracterizou o soldado farroupilha como portador de “natureza admirável, não tanto pelas amplas manifestações dos músculos de ferro, como pela perícia e inteligência com que guiava os exércitos da república, e a lhanza e bondade de caráter”. Virtudes extensíveis aos integrantes das forças revolucionárias, pois, segundo Apolinário, esses traços eram encontrados em toda província “desde o posteiro até o senhor da estância, desde a existência errante do tropeiro até a existência sedentária do guasqueiro ou trançador de lonca”.⁷³⁹ Os líderes rebeldes Garibaldi e Canabarro apareceram seguidamente na intriga. Bento Gonçalves foi enaltecido na trova popular.⁷⁴⁰ Contudo, a ênfase recaiu no soldado farrapo, no guerreiro convicto de ideais, que morreu heroicamente defendendo a bandeira da república em Laguna.⁷⁴¹

Esse texto foi somente um pequeno recorte da vasta produção de Apolinário Porto Alegre em defesa do passado heroico da província. Afora a produção escrita, o letrado realizou considerável pesquisa de testemunhos orais que, infelizmente, pouco nos legou. Álvaro Porto Alegre, filho de Apolinário, disse que, nos momentos convulsionados de implantação da República em 1889, desapareceu o volumoso trabalho, “a sua importante *História da Revolução*”, em que empregara mais de 30 anos de labor insano.⁷⁴² Conforme Alexandre Lazzari, que pesquisou no acervo particular de Apolinário, escassos documentos e correspondências foram enviados por antigos combatentes farroupilhas. Pelas missivas, vê-se

⁷³⁷ O romance *A Douda* foi publicado na revista *Murmúrios do Guaíba* em 1870. O capítulo intitulado “O período de sangue” está reproduzido em ZILBERMAN, 1985b, p. 49-52.

⁷³⁸ Publicado inicialmente na *Revista da Sociedade Partenon Literário*, em julho de 1872, sob pseudônimo de Iriema. O livro foi publicado somente em: PORTO ALEGRE, A. *O vaqueano*. Porto Alegre: Globo, 1927.

⁷³⁹ *Ibid.*, p. 30-32.

⁷⁴⁰ *Ibid.*, p. 99.

⁷⁴¹ *Ibid.*, p. 102.

⁷⁴² PORTO ALEGRE, A. *Popularium sul-rio-grandense: estudo de filologia e folclore*. 2. ed. ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004. p. 29. Conforme Múcio Teixeira, a “História da Revolução dos Farrapos” de Apolinário teria 4 volumes. TEIXEIRA, M. *Os Gaúchos, estudo do meio físico, do momento histórico, da vida pampiana, do cancionero popular e síntese biográfica dos rio-grandenses ilustres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1920-1921. v. 2, p. 164.

a insistência e a dificuldade de Apolinário em reunir documentos, mostrando o “quanto o assunto se prestava a polêmicas e desconfianças”.⁷⁴³ Do que restou dos alfarrábios do pai, Álvaro Porto Alegre organizou a publicação, em 1935, do *Cancioneiro da Revolução de 1835*.⁷⁴⁴ Na louvação aos heróis farroupilhas, Apolinário esforçou-se por reunir traços daquele espinhoso, esquecido e contestado passado provincial no seu cancionero. Ele reuniu as poesias colhidas da tradição oral do povo rio-grandense: “a expressão espontânea dos grandes ideais duma raça”. Essas preciosas relíquias foram coligidas, “antes que a esponja do tempo as apagassem de todo”. Com poucos vestígios, Apolinário defendeu o ensinamento histórico nas “páginas avulsas de exemplos heroicos que é necessário por em coordenação e encadernar, como um patrimônio das glórias do passado”. À vista desse trabalho de investigação, o pesquisador perguntou indignado: “Por que de nossa história, de nossas tradições, de nosso heroísmo, não existem os arquivos guardados com solicitude e interesse criterioso? Por que desprezam o folclore de nosso povo?”⁷⁴⁵

O trabalho de Apolinário, embora publicado tardiamente, é importante para mostrar a complexidade por trás do debate no início de 1880 sobre juízos e fatos. A lacuna dos arquivos foi preenchida por canções e poemas colhidos nos mais diferentes rincões da província: o passado cantado que fugiu da pena dos cronistas, publicistas, memorialistas, analistas e historiadores. Apolinário também louvou o soberbo decênio dos “indômitos guerreiros” nos versos do *Canto do Campeiro*, *O Umbu*, *Gabila*, *Tobias* e *A Evasão*.⁷⁴⁶ Havia um espaço a ser preenchido e que acarretava a tensão entre textos monárquicos e textos arcaicos. Schüller analisou essas duas vertentes que brotaram do cancionero sul-rio-grandense. O texto monárquico (de monarca) exaltava os homens e destacava a elevação de caráter, o desejo de liberdade, a virilidade, a belicosidade. Esse tipo de texto foi alimentado pela Revolução Farroupilha. O texto monárquico operava a mitificação do gaúcho. O texto era grandiloquente, retórico. Ele escondia a crueza, a miséria, a guerra na sua face mutiladora. O texto arcaico (de origem) abrigava o cotidiano, os pequenos conflitos individuais e coletivos, a luta pela sobrevivência. Utilizava linguagem ordinária. O texto arcaico e o texto monárquico

⁷⁴³ LAZZARI, nota 82, p. 215, 2004.

⁷⁴⁴ PORTO ALEGRE, A. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. 2. ed. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1981.

⁷⁴⁵ *Ibid.*, p. 27-28.

⁷⁴⁶ O *Canto do Campeiro* foi publicado no jornal *Arcádia* (1867-1870) de Rio Grande, em 1869. *O Umbu* (1873), *Tobias, episódio da revolução* (1874), *Gabila* (1874-1875) e *A evasão, episódio da revolução* foram publicados na revista do Partenon Literário.

entravam em conflito. O leitor, ao acreditar herdeiro do monarca, sofreu o “sequestro de uma invenção literária”.⁷⁴⁷

Nesse ímpeto de mostrar as glórias dos republicanos rio-grandenses na década de 1870, outro livro foi publicado. Contudo, despejou um balde de água fria na crescente e calorosa apologia. Publicado inicialmente em folhetim, *Os Farrapos, esboço de um romance brasileiro* do Desembargador Luiz Alves Leite de Oliveira Bello (1851-1914) recebeu, em 1877, a primeira edição em livro na Corte.⁷⁴⁸ A trama, iniciada em setembro de 1836, narrou o difícil cotidiano dos soldados da república pelas ações de Juca Silva. Os chefes rebeldes, apesar de capítulo específico, tangenciaram o romance.⁷⁴⁹ Fazendo coro aos escritores que lhe antecederam, Oliveira Bello se deparou com a dificuldade de escrever sobre o episódio. O caráter enigmático da rebelião não foi decifrado. Sombras cobriam a “luz escrutadora das investigações históricas” e a razão julgadora. Talvez fosse cedo para escrever a história do movimento insurrecionista, pois a História era póstuma. Ainda viviam velhos atores da tragédia que não perderam os antigos entusiasmos. A anistia, que os absolvera da lei criminal, não cicatrizou as feridas abertas, pois naquele momento havia “pontos melindrosos que se doem na mais tênue pressão”. Entretanto, a História instruiria o processo com documentos. O tempo urgia, conforme Oliveira Bello, pois os testemunhos desapareciam e a tradição “começa já a bordar as ramarias fantásticas da lenda na tela das narrativas revolucionárias”. A fidelidade austera às fontes se rendia “às seduções das musas, que inspiram os cânticos populares”. O autor advertiu que, quando fossem rastrear os depoimentos para o plenário da posteridade, encontrariam um “ciclo de episódios romanescos e maravilhosos para um cancionero e não fundamentos seguros para sentenças convictas”.⁷⁵⁰ Nenhum historiador ou candidato à função foi mais claro e direto que o romancista-magistrado Oliveira Bello. O raciocínio diante dos acontecimentos, dos sujeitos envolvidos, da escrita, da pesquisa de documentos, da coleta de testemunhos é digno de menção. Tais palavras foram publicadas dois anos antes da leitura do Conselheiro Araripe. A falta de proteção legal, a fraqueza e a precariedade da propriedade e da segurança individual despontavam, também, como preocupação comum aos juriconsultos.

⁷⁴⁷ SCHÜLER, D. O texto monárquico e o texto arcaico. In: _____. *A poesia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 46-50.

⁷⁴⁸ A 1ª edição de 1877 saiu pela Tipografia da Reforma (Rio de Janeiro). Seguirei como referência: BELLO, L. A. L. de O. *Os Farrapos*. 5. ed. Porto Alegre: Movimento, 1985.

⁷⁴⁹ Por exemplo, o diálogo entre Bento Gonçalves, João Ramiro, Canabarro, Garibaldi no capítulo XVI, *Os chefes*. Ibid., p. 74-81.

⁷⁵⁰ Ibid., p. 26.

A análise das práticas de escrita e pesquisa de Caldre e Fião, José de Alencar, Bernardino dos Santos, Porto Alegre e Oliveira Bello, buscou visualizar o terreno sobre o qual germinou a crítica e se enraizou a pesquisa do trabalho de Alencar Araripe. Acredito que o historiador cearense, estabelecido na Corte, teve conhecimento, se não de todos, ao menos da maioria das publicações examinadas acima. O acesso aos textos foi facilitado pela estada de dez meses na província entre 1876-1877. O Conselheiro sabia da disputa pelo passado “gaúcho” e de qual tradição a sua escrita iria afrontar. A conversão do que se propagava oralmente na província em textos ancorados em documentos não se restringiu a iniciativas individuais. A minha pesquisa estaria incompleta se não apontasse o debate coletivo em lugares nos quais a grande parte dos referidos letrados, ufanistas e ressentidos, estava inserida.

Após tentativa fracassada em 1855, foi fundado, em fevereiro de 1860, o primeiro congênere do Instituto Histórico da Corte nas províncias do Império: o *Instituto Histórico e Geográfico da província de São Pedro* (IHGSP). Pelo periódico (1860-1863), os letrados reunidos na instituição consideravam que a história do passado e do porvir não era exclusiva da província. Os sucessos mais notáveis ocorridos aqui estavam intimamente ligados à “vida do Império” e deveriam ser lidos na “história geral do país”.⁷⁵¹ Mesmo com tão ilustre missão, o reconhecimento do Instituto da província pelo da Corte não foi rápido tampouco tranquilo. Requereu forte interseção do sócio (de ambas as instituições) Pereira Coruja. O IHGB pareceu surpreso pela criação da filial em 1860, pois a demora em reconhecer a congênere deveu-se à aprovação de legislação específica para regulamentação das sociedades nas províncias.⁷⁵² A concessão da filiação pelo IHGB e o ânimo patriótico dos consócios provincianos, entretanto, não foram suficientes para impedir o fim das atividades do instituto local em 1863. Coincidentemente, nesse ano, o governo autorizou as atividades da sociedade na província pelo Decreto Imperial nº 3.167. Em meio aos estudos históricos, geográficos, estatísticos, etnográficos, nas páginas da revista da instituição provincial foram recorrentes “as queixas dos rio-grandenses quanto a pouca importância que o Império conferia à província”.⁷⁵³ Entre os discursos de exaltação do passado local e de ressentimento pela desatenção central, similar ao visto no Ceará, o decênio farroupilha deixou de merecer estudos. A memoração dos feitos ilustres dos homens de 1835 deveria aguardar mais tempo. Pela heterogeneidade de pontos de vista e formações políticas nos quadros do Instituto provincial, tínhamos na presidência Manuel Marquês de Souza (então Barão de Porto Alegre), chefe imperial em 1835, e, como

⁷⁵¹ *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 1, v. 1, agosto 1860 reproduzida na *RIHGRGS*, IV trimestre, p. 171, 1945.

⁷⁵² BOEIRA, 2009, p. 43-46.

⁷⁵³ *Ibid.*, p. 57.

sócios correspondentes, os chefes farroupilhas David Canabarro e Vicente da Fontoura. O referido Caldre e Fião também fazia parte da instituição.

Cruzando informações entre o central e o provincial, deparei-me com o político liberal José de Araújo Brusque, sócio e diretor do IHGPSP. O mesmo que, em 1860, enviou documentos (não especificados) sobre a revolução de 1835 ao IHGB. Como sócio comum a ambas instituições havia, além de Pereira Coruja, que residia no Rio de Janeiro, o vigário João Pedro Gay (1815-1891), que ingressaria nos quadros do IHGB em agosto de 1862. Na revista do instituto provincial constou, ainda, o trabalho de Henrique de Beaurepaire Rohan, Visconde de Beaurepaire, sócio do IHGB desde 1847,⁷⁵⁴ e a louvação ao Visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, falecido em 1847, primeiro Presidente da província de São Pedro, fundador e primeiro Presidente do IHGB.⁷⁵⁵ No início da década de 1860, com a proximidade do decênio farroupilha, com os ares de guerra no Prata, com uma filiação institucional forçosamente retribuída e com um quadro social (politicamente) tão díspar, foi melhor aguardar outro momento para ligar os acontecimentos da província com os sucessos mais notáveis do Império e lê-los como uma História Geral do Brasil.

Em torno de nossos conhecidos letrados, Caldre e Fião e Apolinário Porto Alegre, surgiu em junho de 1868, na cidade de Porto Alegre, a mais importante associação literária da província: a *Sociedade Partenon Literário* (1868-1885). Partindo da tese de que existe literatura quando há autores, obra e público leitor numa sequência reconhecível, no Rio Grande do Sul, foi com o *Partenon* que eles se reconheceram, leram-se e deflagram a formação do sistema local. Por volta de 1870, passou a existir o fenômeno chamado “literatura gaúcha”.⁷⁵⁶ Confiando na “nova geração de obreiros do progresso”, Apolinário exaltou o centro irradiador da “ideia civilizadora” entre a mocidade do Rio Grande do Sul.⁷⁵⁷ Pelo irregular periódico (1869-1879), os letrados ali reunidos tinham como ideia geral “a do combate literário, no qual o rio-grandense guerreava com a intenção de colocar sua produção

⁷⁵⁴ ROHAN, H. de B. Variedade, influência do nome Pedro nos principais acontecimentos do Brasil desde a sua descoberta até a sua Independência. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 1, v. 1, agosto 1860 reproduzida na *RIHGRGS*, IV trimestre, p. 243-244, 1945.

⁷⁵⁵ *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, Porto Alegre, ano 3, v. 3, 1862 reproduzida na *RIHGRGS*, II trimestre, n. 102, p. 210, 1946.

⁷⁵⁶ Fisher utilizou o termo “literatura gaúcha” para abranger o pertencimento ao Rio Grande do Sul geográfico e para designar um traço identitário construído ao longo de várias gerações. Não é necessário o autor ter nascido no Rio Grande do Sul. O escritor precisa ter “ligação orgânica” com o circuito local. Fischer abandonou a expressão “literatura sul-rio-grandense”, pois é uma designação meramente geográfica e não alcança a dimensão simbólica da identidade autônoma. O pesquisador reservou a expressão “literatura gauchesca” para o fenômeno recente, pós-Segunda Guerra, com o advento aos centros de tradição gaúcha. FISCHER, L. A. Como assim, literatura gaúcha? In: _____. *Literatura gaúcha: história, formação e atualidade*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. p. 11-17.

⁷⁵⁷ PORTO ALEGRE, A. J. G. Partenon literário, discurso de instalação reproduzido em ZILBERMAN; SILVEIRA; BAUMGARTEN, 1980, p. 49-52.

escrita lado a lado àquela proveniente do centro do país”.⁷⁵⁸ Entre os assuntos políticos discutidos pelo grupo do Partenon, a abolição da escravidão negra recebeu o maior tratamento literário. E a celebração da liberdade, naquele momento, vinha atrelada à celebração da liberdade no passado: “nesta medida, servirá mais uma vez a exaltação dos Farrapos, em cuja plataforma estavam unidos os propósitos libertários e republicanos”.⁷⁵⁹ Entre as teses discutidas pelos letrados no Partenon, houve uma de especial interesse para minha pesquisa: “Quais as causas que trouxeram a revolução de trinta e cinco na província? A revolução foi necessária? A revolução exprimia a real manifestação do povo?”⁷⁶⁰

No entanto, aparentemente unidos no estudo do passado provincial para combater com a Corte de igual para igual nas letras, o grupo não ficou isento de disputas e tensões sobre o material que deveria ser reunido e publicado na revista da instituição.⁷⁶¹ Perscrutando a relação de sócios da instituição e dos autores de trabalhos publicados na revista, alguns nomes, além dos de Caldre e Fião e Porto Alegre, nos são conhecidos: José Bernardino dos Santos, Karl von Koseritz, Eudoro Berlinck, Francisco Isidoro de Sá Brito, Assis Brasil, Aquiles Porto Alegre, Oliveira Bello, Machado de Oliveira, Homem de Melo. Afora esse grupo que pesquisou e escreveu sobre o passado sulino, de posse das minhas análises anteriores, cabe complementar: a biografia de Bento Manuel, escrita por Machado de Oliveira e publicada na Revista do IHGB em 1868, foi reproduzida em duas partes no periódico do Partenon em 1875 (nº 2 e 3). Francisco de Sá Brito (1808-1875), Ministro da Justiça da república do Piratini, deixou de publicar na revista do Partenon a *Memória sobre a revolução de 20 de setembro de 1835*; talvez por receio ou falta de tempo hábil.

Houve outro exemplo de como os letrados tangenciaram o conflito de 1835 pelos textos publicados na revista. A “tese histórica” de Francisco Antunes Ferreira da Luz (1851-1896), intitulada *Combate de Ponche Verde* (1869), restringiu-se a uma pequena apresentação de documento de época: aditamento à ordem de 3 de junho de 1843 do Barão de Caxias.⁷⁶²

⁷⁵⁸ BOEIRA, 2009, p. 92.

⁷⁵⁹ ZILBERMAN, R. O Partenon Literário: literatura e discurso político. In: ____; SILVEIRA; BAUMGARTEN, 1980, p. 25-32. Outro importante trabalho sobre a instituição: HESSEL, L. et. al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976.

⁷⁶⁰ BOEIRA, 2009, p. 136-137, nota 32.

⁷⁶¹ Luciana Boeira, pelo difícil trabalho de pesquisa do universo oral, analisou as discordâncias entre os letrados nas atas das sessões no Partenon Literário entre 1872-1873. BOEIRA, 2009, p. 136-142. Cássia Silveira, por meio da análise das redes de relações dos agentes sociais, evidenciou a pluralidade da instituição, ressaltando a necessidade de matizarmos as generalizações que tais estudos de grupos podem nos conduzir. SILVEIRA, C. D. M. da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2008. p. 27.

⁷⁶² LUZ, F. A. F. da. *Combate de Ponche Verde* transcrito em *Revista do Partenon Literário: ano de 1869*. Porto Alegre: Impr. Oficial, 1951. p. 210-212. Artigo datado de agosto de 1868 (Porto Alegre).

Porém, nas palavras introdutórias de Ferreira da Luz, a culpa passou a ser dos outros. O autor se disse tentado a considerar como principal e verdadeira causa da revolução “a política astuciosa e traiçoeira do governo” que infiltrou a discórdia na província.⁷⁶³ O letrado expôs seu juízo, mas recuou ao dizer que não tinha por objetivo comentar os fatos da revolução. Contudo, os juízos do autor sobre o passado e o presente foram expressos na crítica à centralização da Corte. No texto esquivo, o que importava no momento era registrar a “paz digna e honrosa” de 1845.

Outro texto que passou rente aos fatos passados foi *Um farrapo não se rende* (1874-1875). O autor, Alberto Coelho da Cunha (1858-1939), mostrou o desapontamento do devotado chefe farrapo Coronel B. (de Bento?) com o retorno do servilismo à província após a luta pela democracia.⁷⁶⁴ Afora a biografia reeditada, o pequeno texto de apresentação a um único documento e a ressentida novela, do grupo do Partenon Literário não partiu nenhum “trabalho de peso” de pesquisa e escrita sobre o passado recente e turbulento da província. Não discutiram as causas da revolução de 1835, se ela fora necessária ou se exprimira a real manifestação do povo. O passado recente da província encontrou outro modo de aparecer no periódico: pelas biografias dos homens ilustres. E no embate entre legalistas e farroupilhas, o placar foi desigual: 9 x 2. Neto e Canabarro do lado rebelde e Barão de São Gabriel, Felipe Nery, José Fernandes dos Santos Pereira, Barão de São Borja, Barão do Triunfo, Bento Manoel, Conde de Porto Alegre, Marechal Menna Barreto e Visconde do Rio Grande do lado imperial.⁷⁶⁵ Afora as narrativas biográficas, setenta e cinco documentos (do período de 1837 a 1844) foram transcritos no periódico como manifestos, correspondências, decretos, ofícios, ordens do dia, circulares, atas e proclamações dos chefes farroupilhas.⁷⁶⁶

Os primos Alencar não estiveram tão longe da instituição literária. Tristão de Alencar Araripe e José de Alencar foram diferentemente referidos: um pelo roubo de arquivos e o outro pela inserção do provincial no nacional. De acordo com o partenonista Múcio Teixeira (1857-1928), o arquivo do Partenon sobre o “glorioso decênio” estaria completo se o Conselheiro Araripe, “abusando do seu cargo administrativo, não tivesse retirado da secretaria do governo de Porto Alegre uma grande parte, que remeteu ao primo José de Alencar, que os

⁷⁶³ Ibid., p. 210.

⁷⁶⁴ Publicado sob o pseudônimo de Vitor Valpério, foi publicado na revista do Partenon (1874-1875) e reproduzido, parcialmente, em MOREIRA, M. E. (Org.). *Narradores do Partenon literário*. Porto Alegre: IEL, 2002. p. 50-54.

⁷⁶⁵ LAZZARI, 2004, p. 70, nota 125.

⁷⁶⁶ Transcritos na seção “Dados históricos sobre a província”, de agosto de 1875 a maio de 1879. Não há indícios de documentos similares entre o periódico do Partenon e aqueles organizados por Araripe e publicados na Revista do IHGB.

pedira para documentar um livro que nunca escreveu”.⁷⁶⁷ Essa afirmação não foi comprovada em documento ou narrativa, incluindo missivas, de e sobre os primos Alencar. Falsificaríamos tal asserção ao lembrar que a grande parte dos documentos consultados por Alencar Araripe pertencia ao Arquivo Público da Corte ou foram transcritos de publicações anteriores. Mas não descarto a hipótese de Alencar Araripe ter levado alguns documentos, pois basta lembrar a prática de pesquisa e coleta por Gonçalves Dias, Homem de Melo e pelos doutos da primeira expedição nacional ao Norte em 1859. Não descarto que, afora anotações redigidas no Sul, Araripe levou documentos para utilização na futura memória, principalmente no que concerne à administração de Caxias.

Se a produção de José de Alencar é importante pela maneira como representou o conflito no Sul com *O gaúcho*, o “ilustre filho do Ceará” recebeu de Apolinário Porto Alegre, nas páginas do periódico do Partenon, um estudo biográfico (1873-1874).⁷⁶⁸ Mas ao contrário do que sugeria o título, o texto do partenonista buscou defender Alencar das pesadas críticas que vinha recebendo, entre elas as de Franklin Távora, sobre a liberdade linguística, a falta de rigor histórico e as não presenciais observações sobre os costumes locais. Apolinário, além de agir como árbitro na contenda entre os filhos do Norte e propagandear os méritos de *O gaúcho*, pretendia “transformar o texto numa declaração dos rio-grandenses nos temas sobre a literatura nacional”. Engajando-se na discussão e nas propostas literárias dos “românticos brasileiros”, o letrado rio-grandense indicou aos literatos locais que José de Alencar era o modelo a ser tomado por aqueles que estavam empenhados na “concretização do processo artístico da região sulina”. Assim, o projeto para a literatura da província foi “regido pelo signo da integração, e não da separação”.⁷⁶⁹ Em 1880, chegou a ser fundada, em Porto Alegre, a *Sociedade José de Alencar*.⁷⁷⁰

Embora minha abordagem fuja da análise da singularidade identitária e do gênero romântico, não há como negar que, a reboque da “concretização do processo artístico da região sulina”, veio a representação dos chefes e dos soldados de 1835, que Alencar empregara no romance de 1870. Até o século XX, no Rio Grande do Sul, o modelo para fixar a imagem do gaúcho foi “invariavelmente aquele legado pela ficção alencariana e incorporado

⁷⁶⁷ TEIXEIRA, 1921, v. 1, nota 59, p. 72. O acervo particular de Alencar Araripe no IHGB contém documentação sobre a guerra no Sul.

⁷⁶⁸ PORTO ALEGRE, A. José de Alencar, estudo biográfico reproduzido em ZILBERMAN; SILVEIRA; BAUMGARTEN, 1980, p. 98-121. O maranhense Gonçalves Dias também recebeu uma biografia de Hilário Ribeiro na *Revista do Partenon Literário* (nº 3, mar. 1875).

⁷⁶⁹ MOREIRA, M. E. Os rio-grandenses. In: _____. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1991b. p. 170-171.

⁷⁷⁰ Na cidade de Porto Alegre (RS), em julho de 1890, há a criação da Revista do Grêmio Literário José de Alencar. MARTINS, W. *História da inteligência brasileira (1877-1896)*. 3. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. v. 4, p. 352.

à tradição”.⁷⁷¹ Curiosamente, “o verdadeiro pampa não foi observado pelo romancista; este que aí fica, esboçado nas páginas do livro, não passa de um sonho, de um pesadelo: pintura mais exata das desolações, das tristuras que povoam a mente do escritor”.⁷⁷² Segundo Araripe Júnior, tudo quanto José de Alencar disse sobre a província do Rio Grande do Sul foi baseado em informações obtidas de pessoas que por ali passaram. As notas mais importantes foram escritas de acordo com o que um parente militar lhe contara na volta da campanha contra Rosas (1852).

Dessa forma, ao contrário do projeto para a literatura, o projeto para a escrita da história foi regido pela tensão entre o signo da separação e da integração. Não esqueçamos que, enquanto se dava o processo de panteonização de Caxias, processo semelhante ocorria com os chefes rebeldes contras os quais ele havia lutado.⁷⁷³ A memória do Conselheiro Araripe situou-se nessa disputa entre patriotas nacionais e patriotas provinciais. Mesmo com as críticas dos detratores, dentro e fora da província, a revolução farroupilha foi (e ainda é) o “carro-chefe da alma regional” e sintetiza todos os valores em discussão.⁷⁷⁴ A revolução farroupilha é o tema de grande predileção dos historiadores rio-grandenses. A revolta se encontra plenamente justificada na imputação despótica à dominação do Império sobre o Sul. Por ela, o gaúcho é idealizado e seus atos elevados à categoria de epopeia. Os gaúchos só têm motivos para se orgulharem de seu passado.⁷⁷⁵ Quando a escrita da história, na década de 1880, apareceu tardiamente na província, as narrativas literárias e poéticas já haviam elaborado “um núcleo fundante” de afirmação da coletividade sulina.⁷⁷⁶ A decodificação do ficcional, pela abordagem interdisciplinar entre História e Literatura, nos mostra que, depois

⁷⁷¹ CHAVES, F. L. *Simões Lopes Neto: regionalismo e literatura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 31.

⁷⁷² ARARIPE JÚNIOR, T. de A. José de Alencar. In: _____. *Obra crítica (1868-1887)*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1958. v. 1, p. 217, nota 82.

⁷⁷³ A construção do panteão concomitante à constituição da escrita da história na província é analisada no capítulo 3.2 em BOEIRA, 2009, p. 152-179.

⁷⁷⁴ PESAVENTO, S. J. Nação e região: diálogos do ‘mesmo’ e do ‘outro’ (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: _____. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003. p. 229.

⁷⁷⁵ PESAVENTO, S. J. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Org.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 69-70.

⁷⁷⁶ PESAVENTO, 2003, p. 233. Infelizmente, a autora ignorou o texto de Araripe no debate. As possíveis relações entre os conflitos armados no Rio Grande do Sul, no século XIX, e as contribuições não apenas para a variação do significado da palavra *gaúcho*, mas também na força simbólica da guerra como produtora de significados históricos e culturais na prosa literária de ficção e a literatura de viagem: GOMES, 2009. A tendência à celebração da Revolução Farroupilha como o episódio mais importante do passado regional, durante o qual se manifestaram valores insígnies que elevaram a civilização sulina: ZILBERMAN, R. História e poder. In: _____. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia*. Porto Alegre: L&PM, 1985a. p. 41-59. A ascensão e queda do monarca das coxilhas foram abordadas por MAROBIN, 1995, p. 205-244.

do ciclo de lutas internas e no Prata, os soldados-peões receberam loas de um discurso ideológico sobre o gaúcho valente e herói.⁷⁷⁷

Foi neste momento, quando a economia e a política do Rio Grande do Sul sofriam alterações, que os atributos épicos do “continentino” de 1835 deram substância ao herói paradigmático que se forjaria no transcurso do século.⁷⁷⁸ Assim, é possível afirmar que, a partir da década de 1870, houve o alvorecer de um ajuste de contas com o passado num momento em que a efervescência liberal e republicana, na província e no Centro, necessitava de referências para os projetos futuros. Se a narrativa do Conselheiro Araripe foi escrita para criticar um determinado discurso político em construção na província, não há como desconsiderar que o trabalho do historiador do Norte feriu profundamente o ressentido orgulho de gerações de rio-grandenses. E, do estopim do embate entre história e tradição, de 1879 até hoje, tendo o trabalho de Tristão de Alencar Araripe como fagulha, os “gaúchos” permanecem em franco gládio para compensar a “frustração histórica” do Rio Grande.⁷⁷⁹

No exame da cultura histórica anterior à memória do Conselheiro Araripe de 1881, pude observar que ela ensejou o desaguar de expressões individuais e coletivas não uniformes reprimidas na província desde a assinatura da “paz honrosa” de 1845. A família Alencar manteve relações com a província sulina, entretanto, a maneira como os provincianos reconheceram o valor das escritas de cada um dos Alencar foi distinta. Ao contrário do primeiro momento historiográfico, quando da recepção aos primos no Instituto Histórico na Corte, agora, o José se saiu melhor que o Tristão na instituição cultural da província. Ademais, os esforços de coletar e sistematizar documentos, testemunhos e narrativas provinciais ocorreram com vigor fora da esfera de atuação do IHGB e dos consócios. Os

⁷⁷⁷ TORRONTÉGUY, T. O. V. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 99.

⁷⁷⁸ GONZAGA, S. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: _____.; DACANAL, J. H. (Org.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 118-119. Cito também: FLORES, M. Mito do gaúcho. *Revista da Academia Rio-grandense de Letras*, Porto Alegre, n. 17, p. 147-158, out. 2002b.

⁷⁷⁹ PESAVENTO, S. J. Da frustração histórica do Rio Grande. In: GONZAGA, S.; FISCHER, L. A. (Coord.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. p. 19-21. Sobre a mitificação da revolução farroupilha desde o final do século XIX até a década de 1930, destaco a síntese em: ALVES, 2004. Em especial os três últimos capítulos. A incorporação da revolução farroupilha na construção historiográfica sul-rio-grandense foi analisada em ALVES, F. das N. *Revolução heroica X revolução fratricida: historiografia & memória*. In: _____. (Org.). *Rio Grande do Sul: história, historiografia e memória*. Rio Grande: Fundação Univ. Federal do Rio Grande, 1999. p. 97-105. Cabe destacar as polêmicas quanto às publicações de GOLIN, T. *Bento Gonçalves: o herói ladrão*. Santa Maria: Artes Gráficas, 1983 e Id. *A tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tchê!, 1989, mais especificamente o capítulo: “Lutas e traições entre as frações farroupilhas” em que apontou: “O movimento farroupilha *perdeu a sua historicidade* para servir de inspiração a um dinâmico processo de ideologização sem precedentes, moldado sob a arbitrariedade dos interlocutores das últimas décadas. A *manipulação da história* conformou uma visão de senso comum na sociedade rio-grandense: no imaginário coletivo, a *Revolução Farroupilha manifesta-se de forma distorcida*, como se fosse uma espécie de ‘guerra de libertação’, assumida pela totalidade dos habitantes da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.” (p. 81-82, meu grifo).

argumentos de provincialismo se aproximaram e se afastaram dos argumentos de nacionalidade para a escrita da futura História do Brasil. Era tortuoso o caminho da historiografia para ajeitar vencedores e vencidos.

A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO – CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em 1883, ao discursar no Instituto Histórico sobre a diversidade nas letras, especificamente quanto a História, Franklin Távora afirmou que vários eram os pontos de encará-la e vários os métodos para escrevê-la.⁷⁸⁰ Como era possível exprimir tão diversas perspectivas sem sacrifício de alguma delas? O conterrâneo do Conselheiro Araripe não fez referência à escrita da revolução de 1835 que começava a ser discutida. Porém, tais indagações se aplicam perfeitamente à dificuldade de narrar a guerra no Sul. No árduo trabalho de poder-provar para poder-dizer sobre o mais expressivo momento no passado dos rio-grandenses, destaco dez pontos na análise historiográfica da primeira memória da revolução de autoria de Tristão de Alencar Araripe.

Os artigos e o livro *Guerra civil do [no] Rio Grande do Sul* foram escritos e publicados num momento de intenso debate sobre o passado e o futuro da província. A busca de inserção política de pequenos, heterogêneos e atuantes grupos de liberais e republicanos do extremo Sul do Império se fez com críticas a um passado adulterado que não era vergonhoso, mas sim glorioso para os provincianos. Entretanto, antes que tais grupos pudessem reunir e sistematizar documentos e testemunhos, colocando-os em uma narrativa, Alencar Araripe apresentou a sua memória e rompeu com a almejada ligação de experiências e expectativas: contra a retórica dos publicistas e tribunos, a argumentação do historiador. Novamente, colidiam tempos saquaremas e tempos liberais.

O texto do Conselheiro, com análise apurada e amparada em grande número de documentos, fez com que os estudiosos se debruçassem mais detidamente sobre um passado constantemente visitado e invocado, mas pouco estudado. A reação dos letrados da província foi vigorosa e duradoura. O afã de contradizer a memória de 1880 incentivou a coleta de fontes e a escrita de histórias que ultrapassaram o festejado centenário de 1935. O texto redigido e os documentos compilados por Araripe, mesmo atacados, replicados, desmerecidos, foram e são consultas recorrentes cento e trinta anos depois de publicados. Contudo, a análise e a pesquisa realizadas pelo cearense, naquele momento, foram soterradas por leituras posteriores preocupadas em demasia com questões identitárias, surgimento de regionalismos, (des)construção de heróis e (des)mitificação do movimento rebelde. A crítica historiográfica, assim como no primeiro momento, prescindiu de leitura própria, aderiu a comentários de terceiros e perpetuou-os.

⁷⁸⁰ TÁVORA, F. Discurso do Orador. Sessão em 15 de dezembro de 1883. *RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 658, 1883.

A publicação em 1880 rompeu com décadas de representações tímidas e frustradas dos episódios ocorridos em 1835/1845. Os registros escriturários, acompanhados dos cartográficos, surgiram, concomitantemente, aos acontecimentos. Contudo, o ímpeto se desvaneceu na década de 1850, apesar das referências incipientes em romances e biografias.⁷⁸¹ O desencontro entre fatos e apreciações impôs o dever da prova aos estudiosos interessados em falar sobre o decênio revolucionário. As fontes começaram a ser reunidas, na Corte e na província, mas ficaram protegidas no asilo seguro dos arquivos. E, assim, tardava o momento de escrita da história. O passado recente e desagregador do Império em construção após outro obstáculo cognitivo. A calma e a imparcialidade deveriam orientar o trabalho do historiador, longe do calor dos episódios. Enquanto isso, culpa, ressentimento, vergonha e, por que não, veneração contida e silêncio reprovador tangenciavam as linhas escritas sobre a guerra do Sul. Com o passar do tempo, ficava mais difícil ligar os fatos mais notáveis da província à História Geral do Brasil. E, quando foi feita por Araripe, não agradou aos provincianos.

Na década de 1880, jazia distante a imagem do retirante e do candidato cearense a um “lugar ao sol” na cidade letrada, dez anos antes. Vimos o Deputado geral reeleito em várias legislaturas, o Presidente de duas províncias, o magistrado no ápice do poder judiciário, o Conselheiro do Imperador, o letrado reconhecido e fomentador de novos espaços de produção do conhecimento, o pesquisador obstinado, o sócio atuante na Casa da História, o “embaixador cultural” do Ceará na Corte. Porém, tais predicados foram utilizados nos argumentos de provincialismo para desmerecê-lo ante os leitores na província de São Pedro. Ser filho de revolucionário, morto na defesa da república no Norte, não o credenciou a escrever sobre a república no Sul, pelo contrário, desabonou-o. Tristão de Alencar Araripe foi desautorizado pela crítica mais incisiva por não conhecer a província, enquanto o primo, sem nunca ter colocado os pés por essas plagas, foi louvado pelos letrados rio-grandenses. Talvez o cearense mais autorizado a falar sobre o Rio Grande não fosse nem o Tristão e nem o José, mas o João.⁷⁸²

Esboçado no texto de 1867 e elogiado por Homem de Melo por isso, o imbricamento do jurisconsulto com o estudioso do passado atingiu um ponto indivisível. Apesar da cautela em

⁷⁸¹ Póvoas apontou a publicação das biografias na revista *O Guaíba* (1856-1858), como as do Visconde de São Leopoldo e do Marechal Gaspar Francisco Mena Barreto. Não há menção ao passado heroico nesse periódico pelo pesquisador. Segundo ele, *O Guaíba* caracterizou o período da literatura em que os letrados “ainda não aplicavam com intensidade as tintas campesinas, em nome de um projeto para a província, a fim de marcar os seus habitantes e os seus respectivos hábitos como distintos do resto do país”. PÓVOAS, M. N. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*. 2005. 703 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Artes e Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2005. p. 91-92, 158.

⁷⁸² João Capistrano de Abreu viajou pelo Rio Grande do Sul a convite de Assis Brasil.

afastar o historiador do julgamento dos fatos contemporâneos, essa contemporaneidade não conseguiu ser demarcada, delimitada, e serviu para desmerecer os juízos de outrem, como precipitados, parciais ou incompletos. Historiador era juiz do processo instruído com documentos e depoimentos. O método de um era o método de outro para alcançar a verdade (*méthodos* como “caminho para”). O processo ia dispor de forma regulamentar os elementos constituintes reunidos por cronistas, analistas, memorialistas e historiadores parciais para servir no julgamento futuro e final do historiador. Porém, o tribunal continha várias alçadas e júris, pois os leitores eram convidados, seguidamente, a fornecer o julgamento e responder aos pedidos dos estudiosos do passado. Esse justicamento historiográfico, sempre recorrente no clichê *Tribunal da História*, se aproximou ou se afastou do tribunal dos homens de acordo com os usos do passado. Especificamente sobre os episódios de contestação ao Império, tal ligação foi direta, pois os pesquisadores recorreram aos documentos em melhores condições nos arquivos do Império, como os processos de rebelião, de responsabilidade, de conselho de guerra etc. Não obstante ter reunido heterogêneo número de “peças instrumentárias”, o pesquisador Araripe foi criticado pela unilateralidade. Não querendo pronunciar seu julgamento, fê-lo incisiva e comprovadamente. O trabalho *Guerra civil do [no] Rio Grande do Sul*, como processo de condenação do movimento provincial, foi apresentado e julgado *sine ira et studio* (sem ódio e sem paixão) pelo Conselheiro na Corte.

O passado do movimento rebelde, no texto de Araripe, era indissociável da atuação de determinados sujeitos. As ações dos homens ilustres se contrapunham às dos homens vis. Ambos forneceriam exemplos; uns a serem seguidos, outros, rechaçados. À exaltação de uns seguia a condenação de outros. E é aqui que as coisas se complicam. Como realocar, na representação escriturária, vencedores e vencidos? Legalistas e rebeldes? Homens da ordem e anarquistas, assassinos, saqueadores, demagogos? Em 1880, os chefes farroupilhas e o general vitorioso do Império estavam mortos e com a morte física vinha o fenecimento das críticas e a ressurreição imaculada em textos louvativos. Na construção e institucionalização da História como campo do conhecimento, é pertinente lembrar que “o século XIX foi o ‘século da História’, porque foi igualmente o ‘século do culto dos mortos’”.⁷⁸³ Nas biografias e panegíricos, os homens ilustres apareceram com passados depurados. Num momento de purificação escriturária, o passado despontou sem máculas. Araripe polemizou ao louvar uns e

⁷⁸³ CATROGA, F. *O céu da memória, cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1856-1911)*. Coimbra: Minerva, 1999. p. 315.

condenar outros. Esses outros, contudo, também eram registrados, na província, como brasileiros, patriotas e vitoriosos gerais.

À sombra dos homens ilustres esteve o *povo*. Aquele que foi necessário para sustentar um legítimo movimento revolucionário, republicano e democrático. Aquele que abraçou a causa rebelde. Aquele que seguiu (consciente ou inconscientemente) os chefes. Aquele que portava testemunhos e documentos necessários para comprovar o que se dizia do passado. Aquele com poder judicativo sobre os fatos e juízos registrados pelos letrados. Àquele a quem foi dado voz e proeminência somente pelos romances. Entretanto, é aquele que, no século XXI, festeja o movimento paramentado de estancieiro-militar da fronteira, louva os revolucionários e não se importa com documentos e leituras críticas posteriores. Exalta os vencidos em vez dos vencedores.⁷⁸⁴

Entre a publicação da *História da província do Ceará e Guerra civil do [no] Rio Grande do Sul*, há bem mais que treze anos. Nas escritas de Alencar Araripe para a História do Brasil, a partir dos extremos cardeais, é notável a diferença entre os trabalhos. Percebo, contudo, a permanência de determinadas questões e o esboço de um projeto de pesquisas do historiador cearense. O trabalho de 1880 apresentou uma narrativa mais coesa e fluida, com pausas analíticas e diversificado uso de fontes. A polêmica a ser evitada na década de 1860 veio com força na reação da década de 1880. O lugar de onde falava lhe permitia isso. O trabalho sobre o passado do Norte jogou com a publicação em livro e em jornal, de forma comedida, e lançou uma promessa nunca cumprida. O trabalho sobre o passado do Sul, igualmente, jogou com a publicação em livro e em periódico, mas foi alavancado pela proeminência do Instituto Histórico e se utilizou da divulgação em anúncios nos jornais locais. Essa divulgação se deu alterando o título do livro. O conflito foi transformado em ideal. Tratou-se de título similar ao que seria adotado nos trabalhos dos letrados rio-grandenses a partir de 1882 (*república e revolução* em vez de *guerra, rebelião e revolta*). Os trabalhos sobre o Ceará e sobre o Rio Grande do Sul visavam integrar tempos e espaços locais a um tempo dito geral ou nacional estabelecido na Corte. A distância temporal dos episódios narrados, a existência de personagens vivos e a não cicatrização de feridas colocaram o letrado entre a história e a memória: história sem documentos e memória com documentos. Entretanto, se ambas procuraram, através das letras, alçar o Império a um estágio de civilização, os dois relatos mostraram que os brasileiros nas províncias estavam mergulhados

⁷⁸⁴ Pesquisa recente em vinte municípios, no Rio Grande do Sul, sobre referências, hábitos e como se vê quem mora no Estado mostra que na pergunta – qual figura histórica tem mais a cara de sua região – Bento Gonçalves lidera com 37% contra 3% de Duque de Caxias: Imagem do Estado, cara a cara com o gaúcho. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 26-27, 3 out. 2010.

na barbárie. Nesse sentido, a defendida integridade territorial, política, cultural do país se viu confrontada com a constante desintegração e busca por autonomia das frágeis unidades sem fronteiras. Os ideais de civilização, ordem e integridade não passaram de especulação, pois não encontravam respaldo nos estudos sobre o passado recente do país. E foi o passado revolucionário que começou a ser recorrente nas pesquisas do historiador cearense. Para onde o levaria esse projeto de estudos?

As escritas para a futura escrita da História do Brasil, tendo o Sul como mote, apareceram como retardatárias na cultura histórica. No Norte, ao contrário, deram-se concomitantemente. Quando as escritas sobre o passado farroupilha começaram a ser publicadas, já estava arraigado o ciclo de episódios romanescos e maravilhosos. A busca por documentos para asseverar o passado heroico, feita de forma tímida inicialmente, foi incentivada quando a crítica do historiador nortista, amparada por documentos, deturpou o decênio glorioso. E os novos historiadores rio-grandenses partiram na busca de novos documentos e convidaram novas testemunhas para embasar as narrativas. Antigos personagens, que lutaram na guerra, apareceram como autoridades por terem estado lá. Aqui a imparcialidade, o afastamento das paixões do momento, não foi considerada. Parcial foi o Conselheiro Araripe, juiz apaixonado e político conservador, que não era filho do Sul. Quando a tradição era atacada, ia-se aos arquivos. Se esses estavam incompletos e não comprovavam o que se gostaria de dizer/venerar, voltava-se à tradição pelo cancionero ou lembranças dos combatentes. E parte da lacuna nos arquivos rio-grandenses foi atribuída ao furto pelo ex-Presidente da província, como se Araripe quisera apagar (para macular) os rastros documentais do decênio glorioso.

Assim como foi ressaltado no primeiro momento da tese, o Instituto Histórico, na Corte, tem um papel de destaque na trajetória do historiador cearense e na dos que com ele dialogam. Em 1867, foi o lugar para onde se dirigiu o olhar, para onde se direcionou a voz de Tristão de Alencar Araripe; em 1879, foi o lugar de onde partiu seu olhar, de onde ecoou sua voz. Tratando-se de construir heróis nacionais, amenizar as discussões sobre as revoltas provinciais e autorizar os discursos sobre elas, a Casa da História se comportou como ponto aglutinador (juntar e cicatrizar) e irradiador. Foi o lugar para onde rio-grandenses enviaram documentos sobre a revolução, foi o lugar visado pelo vigoroso crítico de Araripe (Koseritz), foi o lugar para onde a associação republicana de maior expressão no período prontamente enviou suas publicações (Clube Vinte de Setembro), foi o lugar que elogiou o trabalho do ex-Presidente da província e lhe franqueou as páginas do periódico. Do primeiro para o segundo

momento historiográfico, o historiador cearense passou de leitor da Revista do IHGB para um dos mais constantes e expressivos colaboradores.

Por essas dez questões, no diálogo de variadas práticas e escritos entre as províncias e a Corte, é possível observar a construção de disciplinas para organizar seus preceitos. O que caberia a cada uma delas (História, Geografia, Literatura, Estatística)? Todas, sem limites definidos, auxiliaram os artífices no acesso ao passado (distante e recente), embora fosse de glória para uns e de desonra para outros. Parti de texto específico para alcançar o contexto mediante o diálogo com outros textos, lidos diretamente, mas não perdendo a oportunidade de analisar as apropriações. Cheguei ao e parti do segundo texto de maior expressão de Alencar Araripe, o último publicado em tempos monárquicos. Lugares, práticas e textos nos mostraram a trajetória do estudioso do passado amarrada ao trono. O Conselheiro Araripe cairia com ele? As suas pesquisas chafurdariam perante a leitura republicana do passado monárquico? Buscarei respostas a essas perguntas no terceiro e último momento historiográfico.

PARTE III

(Capital da República – 1895)

Império vasto, sossego e felicidade no interior, respeito e estima no exterior, tal o fruto da Monarquia Constitucional fundada por nossos pais e justificada pelo tempo.

Conselheiro Araripe em Discurso (1874)

Nenhuma revolução surge sem causa poderosa. A análise da História ensina-nos esta máxima.

Ministro Araripe em Indicações sobre a História Nacional (1895)

5

O PRIMEIRO ENSAIO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA REPÚBLICA

Após o tumultuado momento de instauração do novo regime no país, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro retornou aos auspícios do governo. Na sessão aniversária em 15 de dezembro de 1894 houve pela primeira vez a presença da mais alta autoridade da República: o recém-eleito Presidente Prudente de Moraes.⁷⁸⁵ Cinco dias depois o sócio Tristão de Alencar Araripe terminou de reescrever o artigo *Indicações sobre a História Nacional*.⁷⁸⁶ Destacado burocrata monárquico, ativo colaborador do IHGB e fiel súdito registrador das glórias do trono na campanha sulina, o historiador cearense orientaria os colegas nas sendas historiográficas sob os novos tempos da República. Contudo, o ensaio mergulhou abruptamente no esquecimento. Demoraria mais de um século para merecer a atenção tímida e imprecisa dos pesquisadores. Perscrutemos essa narrativa propositiva, analisemos os meandros e as leituras, sigamos a atuação do Conselheiro Araripe, a partir de agora, burocrata e ardoroso defensor do novo governo, como também, de uma longa experiência republicana no passado do Brasil.

5.1 Como cumpre escrever a História na jovem República

Datado de 20 de dezembro de 1894 e escrito na Capital Federal, o artigo divide-se em 12 partes: utilidade da História, necessidade da instrução, modo de escrever a História, diferença entre História antiga e moderna, fontes de informação, missão do historiador, glorificação do patriotismo, valor do gênio da paz sobre os feitos da guerra, admiração pelos primeiros exploradores, método comprobatório, nossos historiadores e conclusão. Ao final, consta uma nota de rodapé em que o autor ressaltou que o texto adveio do discurso realizado por ele, dezoito anos antes, na *Associação Promotora da Instrução* na Corte. Analisarei o texto de 1894, examinarei o comprometido adendo impresso no tomo posterior e compararei o artigo com o discurso original de 1876.

⁷⁸⁵ Entre as ações que demonstram a peculiaridade de 1894, além do comparecimento pela primeira vez do chefe do novo Estado à instituição, há a nomeação do presidente do IHGB como Presidente do Supremo Tribunal Federal; a concessão do aumento de 100% no subsídio governamental ao Instituto; a presença de informações sobre a instituição nos relatórios do governo; o auxílio documental e a assessoria técnica a diferentes setores do governo quanto às questões cartográficas. As ações de reaproximação do Instituto com o novo regime, o peso dos deveres para com o passado (representado no sentimento de devoção e gratidão ao Imperador D. Pedro II) e as críticas aos projetos propostos e impostos pelos distintos governos republicanos, apesar dos reiterados discursos de neutralidade dos sócios, são analisados em: HRUBY, 2007, p. 31-83.

⁷⁸⁶ ARARIPE, T. de A. *Indicações sobre a História Nacional*. *RIHGB*, t. 57, parte 2, p. 259-290, 1895a. O tomo se refere a 1894, mas só foi publicado no ano seguinte. O autor seguiu a ortografia fônica (fonética).

Os parágrafos iniciais do ensaio, enunciados pelo chamativo subtítulo *Utilidade da História*, serviram para ligar os tempos (o passado ao presente e este ao futuro) e o povo ao “torrão natal”, à pátria e às demais nações. Somente a História, entendida como campo do conhecimento, poderia satisfazer um dos primeiros sentimentos despertados no homem: o de saber “o que foi essa região, onde nos achamos, e porque modo chegou à presente situação”. O historiador cearense acautelou e orientou os congêneres. Para que a História satisfizesse os verdadeiros intuitos, ela deveria ser escrita com critério, instruir pelas grandes ações de patriotismo e advertir contra os perigos dos erros políticos.⁷⁸⁷ Nessa ligação temporal e espacial, não isenta de emoções, o bem e o mal traziam lições que não deveriam ser esquecidas para o “desenvolvimento do povo”. Araripe não utilizou o termo *civilização*, mas tal processo estava implícito na relação desse desenvolvimento com a História, entendida como elemento fundamental para o melhoramento dos destinos sociais da comunhão humana. Ao ultrapassar as fronteiras nacionais, a postura de Araripe, quanto à utilidade da História, pode ser relacionada à posição mais cosmopolita dos estudos históricos ao final do século XIX. Ela foi asseverada na alteração dos estatutos do IHGB de 1906 em que os fins passaram a ser de investigar, coligir, estudar, divulgar e arquivar os documentos inerentes à História, Geografia, Etnografia e Arqueologia não só do Brasil como propunha os estatutos anteriores.⁷⁸⁸ Enquanto essa postura mostrava a utilidade da História para a jovem República, na busca de reconhecimento, a mensagem principal da admoestação inicial esteve no desenvolvimento do povo e no incremento do sentimento mais elevado: o patriotismo.

Na segunda parte, *Necessidade da instrução*, o autor argumentou mais detidamente sobre a mensagem principal sinalizada anteriormente. Ele esbanjou o termo *civilização* ao mencionar a responsabilidade do Brasil no concerto das nações. Nesse processo, no “grandioso espetáculo da civilização”, duas ideias perenes eram indispensáveis à vida das sociedades: instrução e justiça. E a História seria o meio fomentador por excelência de tais desígnios: “a lição dos fastos nacionais ensina aos cidadãos a eficácia das máximas políticas e o esclarece sobre a marcha dos públicos negócios, dando-lhe experiência e tino preventivo.”⁷⁸⁹ Após asseverar a imprescindibilidade da História, na terceira parte o autor se deteve na maneira de escrevê-la. O historiador brasileiro deveria ter por objetivo dois fins supremos advindos das lições emanadas do passado: enaltecer o mérito dos heróis e estimular, assim, a imitação de tais modelos de patriotismo. Ao escrever a história nacional, ao ser o

⁷⁸⁷ ARARIPE, 1895a, p. 260.

⁷⁸⁸ Art. 1. *Estatutos do IHGB, aprovados em 16 de abril de 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 3.

⁷⁸⁹ ARARIPE, 1895a, p. 262-263.

“fiel intérprete” do passado e ao examinar com “escrupulosa diligência a verdade”, o historiador brasileiro deveria se focar nos nobilíssimos exemplos dos homens beneméritos. Ao pintar com perfeição, dar ao retrato os traços característicos do verdadeiro herói e oferecer à imaginação do leitor as feições íntimas do homem egrégio, o historiador-pintor, para Araripe, conseguiria exibir modelos a imitar. Ao manejar a pena com desenvoltura, escolher assuntos e colocá-los em grandes moldes, o historiador-escritor fundiria o patriotismo brasileiro.⁷⁹⁰ Nessa pugna pictórica e escriturária, na qual Araripe igualmente compareceu (verbos na primeira pessoa do plural), o historiador das províncias enlaçaria os registros parciais e os artífices no espectro (imaginário) do nacional.

Na quarta seção, após defender a utilidade, mostrar as ideias que a instrumentalizam e apontar o foco ao escrevê-la, o autor advertiu sobre a “notável diferença” entre a História na antiguidade e na atualidade. Os historiadores antigos se restringiam às individualidades. Não tinham elementos de crítica e davam preferência aos atos mais estrondosos. Celebravam os generais pelas guerras com seus horrores, estragos, morticínios e devastações. Escreviam a história de reis e heróis. Não escreviam a história dos povos, mas dos protagonistas mais notáveis nos acontecimentos passados: “por isso tão somente o guerreiro tinha mérito, tão somente o general alcançava os aplausos do historiador”.⁷⁹¹ Os historiadores modernos, por sua vez, extrapolariam tais limites e estudariam mais amplamente os fatos. Em vez dos heróis da guerra, os historiadores modernos celebrariam os heróis da paz (estadistas, sábios, pesquisadores, industriais) em seus esforços nos gabinetes e nas indústrias. Eles se ocupariam igualmente dos povos e da confraternização entre eles, sem desprezarem o sentimento moral: “o verdadeiro elemento da História moderna”. Enfim, se a História antiga individualizava, a História moderna, por sua vez, generalizaria.

A limitação dos historiadores de outrora estava no que Araripe chamou de *Fontes de informação*. Nesse quinto conjunto, o autor prosseguiu na argumentação e inseriu a problemática arquivística. Antigamente, os escritores falseavam a História. As fontes eram escassas e estavam escondidas nas “sombras do segredo”. As narrações eram incompletas, pois destacavam principalmente as partes política e guerreira de determinadas vidas passadas. Para o historiador dos “nossos tempos”, tais tarefas de coleta e escrita seriam facilitadas pela necessidade dos governos se justificarem e pela “superabundância” de materiais e notícias. Nesse trabalho complexo, a História seria auxiliada pela Estatística, a nova ciência que exibia os fatos da “atividade de um povo em todas as suas manifestações, sem o enredo do drama, e

⁷⁹⁰ Ibid., p. 264.

⁷⁹¹ Ibid., p. 266.

sem o interesse das reflexões do escritor”.⁷⁹² Contudo, o autor advertiu para a ilusão do poder dos arquivos naquele momento de graves desencontros entre os projetos para o país. Os partidos contrários, os interesses individuais, as comoções políticas, as especulações financeiras criavam conceitos inexatos e notícias falsas, ampliadas pela imprensa, e exigiam do escritor “muita investigação, muita paciência e grande imparcialidade e critério”.⁷⁹³

Na sexta parte, o autor ampliou a missão do historiador. O Conselheiro Araripe enumerou elementos que não poderiam ser desprezados pelo moderno historiador brasileiro. Afora as façanhas políticas e belicosas, as duas faces da história “mais sedutoras”, reclamariam a atenção do historiador: a legislação do país, a administração pública, a indústria, a religião, a colonização europeia e asiática, a miscigenação. Essa questão da nacionalidade era importante, pois Araripe, mesmo não citando o aclamado trabalho de Martius, ampliou o debate restrito ao português-indígena-africano. Ele reiterou a introdução do emigrante italiano, alemão, francês, espanhol, asiático, e a alteração do caráter nacional pela fusão de raças diversas. Apesar de nos prendermos, numa primeira leitura, a essa questão importante – a origem de nossa nacionalidade e suas transformações antropológicas – parece-me que há algo mais.⁷⁹⁴ A modernidade nas práticas dos historiadores estaria ligada às mudanças advindas do desenvolvimento e progresso em que o povo e as instituições ficariam sujeitos a transformações. Sem estudar essas mudanças, não haveria como explicar “a razão de certas revoluções”. O historiador poderia ser levado a considerá-las como “desatinos populares”. Segundo Araripe, a análise da História ensinava que revolução alguma surgia sem causa poderosa. Os historiadores antigos, por não compreenderem o caráter da História ou por serem hostis ao “espírito popular”, não mostraram o que esteve por trás desses movimentos. Os historiadores justificaram as ações dos governos à custa do povo. Ao mencionar as “leis da Nação” e a “lei nacional”, não fica claro se o autor se referiu às mudanças jurídicas e/ou à explicação por leis históricas dos movimentos contestatórios.⁷⁹⁵ Em trabalho anterior, Araripe também embaralhara as leis: as do espírito humano e as constitucionais (legislativas).⁷⁹⁶

A questão nomológica de legitimação do novo governo, mesclada ao reordenamento jurídico, indicaria o longo processo no passado do país com a ativa participação popular, não se restringindo pontualmente aos acontecimentos de 15 de novembro de 1889. Na sétima seção, o autor voltou aos dois objetivos expostos na terceira parte: heróis e patriotismo. Foi a

⁷⁹² Ibid., p. 267.

⁷⁹³ Ibid., p. 268.

⁷⁹⁴ Ibid., p. 271-273.

⁷⁹⁵ Ibid., p. 270.

⁷⁹⁶ ARARIPE, T. de A. Esboço histórico da Constituição brasileira. *Gazeta Literária*, Rio de Janeiro, p. 26-27, 15 out. 1883.

mais longa do artigo. O historiador brasileiro deveria apresentar a memória dos varões beneméritos para veneração dos pósteros. A leitura das ações heroicas inspiraria nobres sentimentos. As ações provenientes das façanhas pacíficas, e não das devastações da guerra ou do sangue das batalhas, fomentariam sentimentos sinceros e verdadeiros de amor à pátria: “o mérito das obras da paz é superior aos resultados do gênio dos combates.”⁷⁹⁷ E, entre a majestade de Alexandre Magno, Júlio César e Napoleão Bonaparte, o autor afirmou que o presidente George Washington foi o “tipo verdadeiro de herói”. Ao lado dele, os republicanos estado-unidenses Benjamin Franklin e Tomas Jefferson figurariam como modelos de patriotismo e grandeza política. Veríamos o verdadeiro patriotismo desses heróis da paz na abnegação em prol do povo. E, entre modelos republicanos, o autor lançou uma indagação ao se referir aos acontecimentos de 1848 na França: “O que vale uma coroa? A coroa é o símbolo do poder; e se o poder não é bem desempenhado, o trono em que fulgura a coroa reduz-se [...] a alguns pedaços de tábua cobertos de veludo.”⁷⁹⁸ A grandeza dos republicanos foi contraposta à caducidade do símbolo monárquico. O Conselheiro Araripe finalizou a sétima seção reiterando os deveres do historiador brasileiro de “dar valor aos nossos concidadãos pelo mérito real das suas ações e pela moralidade dos seus intuitos”.

Na oitava parte, o autor apontou exemplos no passado do Brasil para mostrar o valor do gênio da paz sobre os feitos da guerra: os fundadores de São Vicente e Olinda, os introdutores das culturas de cana de açúcar e do café. Na seção seguinte, subtitulada *Admiração pelos primeiros exploradores*, entre vários modelos de amor pátrio, o autor colocou a “malograda revolução de 1817” como lição de patriotismo brasileiro, coragem, civismo e deu destaque ao tio José Martiniano de Alencar nos atribulados momentos após a abdicação do primeiro Imperador do Brasil em 1831. O autor explicou aos leitores que não poderia deixar de destacar a participação e a cooperação do ativo político liberal na defesa da pátria e da liberdade.⁷⁹⁹ Araripe realizou uma dobra temporal de cinquenta e oito anos no passado do país. Ao destacar o patriótico desinteresse dos varões para preservar os direitos constitucionais do futuro imperante em 1831, Araripe disse que a “obra mal firmada do nascente Império subsistiu para *preparar-se* para o evento *definitivo* da República, como sucedeu pela *incruenta* revolução de 15 de novembro de 1889”.⁸⁰⁰ Esse trecho exemplificou o que o autor vinha argumentando desde o início do artigo: a lei histórica que mostrava o

⁷⁹⁷ ARARIPE, 1895a, p. 276.

⁷⁹⁸ Ibid., p. 278. Revolução iniciada em 22 de fevereiro de 1848, na França, com intensa participação popular que levou à abdicação do “rei burguês” e à proclamação da II República sob a presidência de Luís Napoleão.

⁷⁹⁹ Ibid., p. 285.

⁸⁰⁰ Loc. cit. (meu grifo).

desenvolvimento e o progresso político da Monarquia para a República. E na superioridade da paz sobre a guerra, o recente episódio na agora Capital Federal foi apontado como acontecimento pacífico. Essa frase sobre preparação, conclusão e não contestação demorou por aparecer no texto de 1894. Uma frase gestada, vindo à tona somente na antepenúltima parte do texto. Mas e os nomes dos verdadeiros heróis, dos varões beneméritos, dos modelos de patriotismo envolvidos no episódio de 1889 não seriam pronunciados?

Na décima seção do artigo, o Conselheiro Araripe retomou os assuntos das partes anteriores: o modo de escrever os pátrios acontecimentos, historiadores antigos e modernos, e as fontes de informação. Em *Método comprobatório*, o autor deu continuidade ao que defendera nos parágrafos introdutórios de seus dois trabalhos analisados na primeira e segunda partes da tese: leitores, crítica e julgamento. Os historiadores de outrora não se preocuparam em fornecer aos leitores as fontes utilizadas na narração e nos juízos. Os leitores não encontraram elementos de crítica quanto à exatidão da censura ou ao merecimento de louvor. O futuro historiador deveria documentar a história para que “não pareça árbitro das reputações, mas juiz imparcial, embora severo”. Os leitores julgariam os bons e maus cidadãos no “tribunal da sua consciência”. O Conselheiro acreditava que se poderia, com isso, ultrapassar a “censura individual do escritor” e alcançar a justiça histórica como “opinião universal”.⁸⁰¹ De posse de ampla gama documental e de narração generalizada, e não das “minudências da crônica”, concatenavam-se os julgamentos: do historiador, do leitor e da História. O Conselheiro Araripe finalizou a seção lembrando que o historiador (e por que não o leitor?), por mais isenção aos ódios particulares, “nem sempre está livre do espírito de seita, ou do influxo de ideias políticas e religiosas”. Isso explicava o triunvirato das instâncias judicativas que evitaria a comprometida autoridade do escritor ou do leitor.

Na última seção, o autor analisou os *Nossos historiadores*, com atenção especial a Southey, Pereira da Silva e Varnhagen. Os três foram reconhecidos não só mas principalmente pela escrita de textos de síntese. Araripe criticou os dois primeiros por não considerarem plenamente o “lado moral da História”. A História era um dos meios de transmissão daqueles regramentos norteadores das relações sociais e da conduta dos homens. Varnhagen foi alvo de questionamentos mais incisivos pela escrita sem crítica e sem estilo, ênfase excessiva a fatos menores e ignorância de acontecimentos mais notáveis. Possivelmente a crítica do historiador cearense deveu-se à abordagem (com disposição desfavorável) dos episódios revolucionários no Norte pelo Visconde de Porto Seguro.⁸⁰² As

⁸⁰¹ Ibid., p. 286.

⁸⁰² VARNHAGEN, 1857, p. 373-393. Para maiores detalhes, ver minha análise no cap. 1.3.

palavras na conclusão do artigo exortaram o “futuro historiador do Brasil” a excitar o sentimento patriótico nos brasileiros e mostrar que a devoção à pátria aconselhou todas as reformas desde 1822. O anseio das províncias para com o centro governativo se condensou, para o autor, na Constituição da República de 1891 que reconheceu tais necessidades. Como “propugnador da unidade nacional”, Araripe apontou seu desejo de que a Carta Maior do país derivasse dos recíprocos interesses entre o centro e os Estados, “porque desta forma a união jamais perigará”.⁸⁰³

Nesse momento atribulado de consolidação da República, as palavras de Tristão de Alencar Araripe se assemelhavam àquelas pronunciadas por outrem quando da tumultuada consolidação da Monarquia. De acordo com Martius, o historiador patriótico deveria aproveitar toda ocasião para mostrar que as províncias se pertenciam mutuamente por lei orgânica. O progresso das partes só seria alcançado pela “íntima união” entre elas. O historiador não poderia esquecer que, para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria, deveria escrever “como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”.⁸⁰⁴ Não tenho dúvidas de que o texto do Conselheiro Araripe teve um objetivo político claro, como tivera o de Martius. Talvez tivéssemos, cinquenta anos depois, a revitalização do texto deste por aquele. E, não menos importante, foi ver o apelo de Alencar Araripe à união harmoniosa se contrapondo a outro discurso. Raul Pompeia, por exemplo, letrado radicalmente florianista cuja exacerbação patriótica foi levada ao extremo, via a tradição republicana como um chamado às armas. Deveria acender nos corações das pessoas a “flama do ódio vivificante”.⁸⁰⁵

As duas referências legitimadoras dos recentes episódios de novembro de 1889 pelo historiador cearense, contudo, não eram suficientes no texto normativo. Faltavam nomes. Eles não tardariam em aparecer. No tomo seguinte (tomo 58), constou a nota avulsa omitida (ou retirada) do final do artigo anterior.⁸⁰⁶ De acordo com a pequena declaração, se houve nos tempos passados “exemplos memoráveis de civismo”, na atualidade já tínhamos exemplos de virtude cívica e abnegação patriótica: os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. O autor teceu comentários sobre as ações iniciais desses “grandes cidadãos da República” e isentou-os de abusos e interesses próprios. Nas de Deodoro, Araripe destacou a eleição pelo “voto dos representantes populares”, a “injustificável” agressão do Congresso e a sua saída do

⁸⁰³ ARARIPE, 1895a, p. 289.

⁸⁰⁴ MARTIUS, 1991, p. 54-55.

⁸⁰⁵ POMPEIA, R. *Carta ao autor das festas nacionais*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos 1893. p. 27. O texto constou como prefácio do livro de Rodrigo Otávio: *Festas Nacionais*. Rio de Janeiro: Briguirt, 1893.

⁸⁰⁶ ARARIPE, T. de A. Indicações sobre a História Nacional, nota. *RIHGB*, t. 58, parte 1, p. 343, 1895b.

poder para evitar a violência. Nas de Floriano, apontou a salvação da “causa democrática”, a condução da primeira “eleição popular” e a entrega do poder ao sucessor dentro do prazo constitucional. A nota ao final bem poderia figurar no introito de *Indicações da História Nacional*; assim, os leitores reconheceriam os motivos da reescrita da conferência de 1876.

A pequena nota condensou as propostas do ensaio: estimular a imitação dos grandes modelos de patriotismo; enaltecer o mérito dos heróis; mostrar a eficácia das máximas políticas; oferecer à imaginação do leitor as feições íntimas da alma do homem egrégio; celebrar os heróis da paz pela abnegação em prol do povo; atestar um evento definitivo com ações morais a serem seguidas; reavaliar as contribuições das histórias escritas em tempos monárquicos; nomear os dois agentes na consecução da revolução incubada desde os momentos iniciais do Império; confirmar a defesa da Constituição pelos dois chefes. Caberia igualmente questionar onde estavam as indicações de: escrever com critério; ser o fiel intérprete do passado; examinar com escrupulosa diligência a verdade; escrever a história do povo; generalizar em vez de individualizar; mostrar a superabundância de fontes de informação; fugir das façanhas políticas; documentar os juízos do autor; escapar do perigo de estar aprisionado ao espírito de seita e às ideias políticas.

Na análise do artigo do Conselheiro Araripe, compete averiguar as diferenças entre o discurso de 1876 e o artigo de 1894. A conferência *Como cumprir escrever a História pátria* foi proferida em 7 de fevereiro de 1876 na Associação Promotora de Instrução.⁸⁰⁷ Semelhantes encontros ocorriam com regularidade, desde 1873, no salão do edifício da escola pública na freguesia da Glória na Corte, sob iniciativa e coordenação do Conselheiro Manoel Francisco Correia, senador do Império e sócio do IHGB.⁸⁰⁸ Cotejando os dois textos se percebe que os parágrafos foram reorganizados. A conferência não foi dividida por capítulos. No discurso, Araripe começou a explanação pela instrução do povo e não pela utilidade da História. A sexta seção, *Missão do historiador*, também não seguiu a ordem do discurso e foi a que mais sofreu inserções. Termos foram substituídos, como por exemplo, “escritor” por “cidadão” e “terra” por “nacionalidade”. Outras tantas palavras, frases e parágrafos foram inseridos, mas grande parte do discurso original se manteve.

⁸⁰⁷ Foi impressa de forma avulsa em: ARARIPE, T. de A. *Como cumprir escrever a história pátria, conferência em 7 de fevereiro de 1876*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1876. E juntamente com as outras conferências na instituição em: Id. *História pátria como cumprir escreve-la, 162ª conferência em 7 de fevereiro*. In: *Conferências populares, fevereiro, n. 2*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1876. p. 47-76.

⁸⁰⁸ O funcionamento e a importância de tais eventos foram analisados por: FONSECA, M. R. F. da. As ‘Conferências Populares da Glória’: a divulgação do saber científico. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-166, 1996.

O Conselheiro Araripe reutilizou trabalho anterior em que, como educador, se apresentara aos letrados na Corte. Readequou o texto e se apresentou como habilitado pesquisador aos letrados na República. Remodelou sua escrita, ressignificou-a. Num ensejo propício, transformou o discurso sobre a instrução do povo para os educadores na Monarquia em ensaio teórico-metodológico para os historiadores na República. Entretanto, nem tudo era novo. Por mais que o texto de 1894 sofresse alterações, as justificativas das revoluções pelo historiador cearense vinham desde os seus primeiros momentos na Corte. Tínhamos outrora um conservador monarquista (antigo liberal) com contas a acertar com o passado republicano. Na narrativa de Araripe sobre o conflito farroupilha em 1880, ao criticar a experiência republicana no Sul, louvou-a no Norte. Cabe destacar que o receio do Conselheiro de registrar os acontecimentos contemporâneos na história do Ceará em 1867 foi superado em 1894. As críticas aos historiadores, incluindo aqueles que esboçaram as primeiras histórias gerais do Brasil (Pereira da Silva), apareceram em 1870.

O discurso e o artigo estão muito próximos do prefácio escrito por Araripe na *História da província do Ceará*. Naquele texto de apresentação (1862), o então candidato a historiador reiterou a necessidade de recordarmos “a memória de nossos antepassados”, “as nobres ações dos seus maiores”. Ao desperdiçarmos o exemplo do passado, nos faltaria experiência. O autor, de semelhante forma, diferenciou os historiadores antigos e modernos. Antigamente, a História registrava crimes, loucuras e infortúnios. O guerreiro nos campos de batalha e os conselhos dos reis eram valorizados. Sem documentos, os escritores antigos ajuizavam sem fundamentos. Na atualidade a História exaltaria o sábio, as obras pacíficas e proveitosas à sociedade. O historiador moderno narraria e ajuizaria pelos documentos. Aparentemente insignificantes ao mostrar “fatos pequeninos”, os documentos conteriam “valiosa matéria de costumes e práticas” e serviriam como intermediários entre o que seria escrito pelo narrador e lido pelo leitor. No preâmbulo de 1862, Tristão de Alencar Araripe mostrou o respeito que deveria ser prestado à memória de dois cidadãos no movimento republicano de 1824, “tantas vezes deturpada por inexatas narrações”: a do pai e a do tio. Na nota ao texto de 1894, Deodoro e Floriano assumiram tal referência no momento em que as ações ditatoriais à frente do movimento republicano de 1889 eram severamente criticadas. Araripe falou de documentos, porém não os mostrou. A preocupação documental passou a figurar como uma ladainha historiográfica. Para os dois grandes cidadãos da República, o reconhecimento pelo historiador e sua dívida moral bastaram como prova. Araripe louvou os méritos e julgou as ações sem apor documentos.

Ao dialogar com os três textos de Tristão de Alencar Araripe, em momentos historiográficos distintos, não há como deixar de tecer comparações. Não busco coerências tampouco me arvoreo descobridor de incongruências (sempre presentes) entre pensamentos e práticas. Entendo que havia um projeto de pesquisas (antigo e perseverante) do Conselheiro Araripe pela reunião de provas, publicação de textos e arrolamento de argumentos nas narrativas. Os textos geradores foram perpassados pelas revoluções com intentos republicanos: os movimentos no Norte (1817/1824), no Sul (1835-1845) até o da Corte (1889). Da lei providencial da civilização chegou-se à lei do progresso na política; não seriam a mesma? O novo regime não obedeceria à marcha inexorável da civilização? Essa lei asseveraria a irreversibilidade do novo regime baseado nas duas ideias permanentes na Humanidade: instrução e justiça. O desenvolvimento do povo, preconizado por Araripe, seria concomitante ao progresso das instituições. A atuação da família Alencar, desde o início do século XIX, particularmente do pai e do tio do autor, imbricava-se no caminho da defesa da pátria e da liberdade que culminaria na proclamação da República em 1889. Os passados provinciais, remotos e recentes, foram unificados num passado nacional no texto de 1894. A unificação explicava o presente revolucionário e apontava um futuro de concórdia.

A imprensa, considerada suspeita de dar curso a falsos conceitos em 1894, foi de largo uso pelo pesquisador nas décadas de 1860 e 1880. A paz na instauração da República em 1889 se contrapôs às guerras da Monarquia contras as repúblicas provinciais. O colega de Araripe no IHGB, Tito Franco de Almeida, fazendo coro com tantos outros, confrontou-lhe diferente ponto de vista, pois a Monarquia era a paz, à medida que a República, a luta intestina, a guerra civil.⁸⁰⁹ Araripe teceu elogios aos estadistas (heróis da paz) Deodoro e Floriano, enquanto seus trabalhos anteriores noticiaram as façanhas políticas e belicosas dos guerreiros Alencar e Caxias (heróis da guerra), bem como louvaram o Imperador. Visto pelo autor na república dos farrapos, o militarismo ditatorial não compareceu na sua República de 15 de novembro. Considerando que o escritor Araripe andou pelas “minudências da crônica” e nem sempre o pesquisador Araripe mostrou documentos, ele figurava como historiador antigo e moderno oscilando em sua classificação. Pelo que expus, mesmo que o artigo *Indicações sobre a História Nacional* tenha sido publicado em 1895, na sua análise não se pode prescindir da discreta nota apresentada em separado, das alterações do discurso de 1876 e da colocação do texto na ordem dos discursos do autor sob projeto de pesquisas mais amplo.

⁸⁰⁹ ALMEIDA, T. F. de. Passado-presente-futuro. In: _____. *Monarquia e Monarquistas*. 2. ed. rev. atual. Recife: Massangana, 1990 [1895]. p. 272.

Ampliarei o exame ao seguir as diferentes leituras do texto do Conselheiro do Imperador, agora, transformado em conselheiro dos escritores-cidadãos.⁸¹⁰

5.2 Deixado no esquecimento: vestígios esmaecidos do ensaio pelos textos

O artigo *Indicações sobre a História Nacional*, ao contrário do polêmico trabalho sobre a república do Piratini, não foi lido nas sessões do Instituto Histórico nem mereceu qualquer referência (censura ou elogio) pelos consócios. Diferentemente dos seus dois trabalhos que analisei, ele não recebeu publicação em separado. De acordo com José Honório Rodrigues, o artigo foi, sim, publicado em separado em 1895 pela Tipografia do Brasil (Rio de Janeiro). Seja no IHGB, seja na Biblioteca Nacional, não há como confirmar essa informação. O comentarista citou erroneamente 1873 como o ano da primeira edição em vez de 1876.⁸¹¹ Não encontrei menção alguma ao trabalho do Conselheiro Araripe ou a um possível debate em cartas, jornais, revistas e livros no período. Na Casa da História, o silêncio foi constrangedor. No necrológico de 1908, quando o orador do Instituto mencionou os trabalhos do falecido sócio, o ensaio não foi arrolado.⁸¹² No amplo histórico da instituição e seus principais colaboradores, preparado pelo bibliotecário José Vieira Fazenda em 1911, nenhum dos trabalhos de Araripe foi apontado, somente seu papel na administração da instituição, diferentemente das menções aos demais consócios.⁸¹³ Em 1921, o secretário perpétuo Max Fleiuss propôs que o falecido sócio fosse homenageado na ata daquela sessão em razão do seu centenário de nascimento: “a vida do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe acha-se indissolúvelmente vinculada à do Instituto.” Fleiuss sugeriu que informações biobibliográficas fossem anexadas ao tomo da revista para servir de elementos à “futura biografia desse varão digníssimo”.⁸¹⁴ Nelas apareciam o discurso de 1876 e o artigo de 1894/1895, quase despercebido junto a outro publicado naquele ano na Revista do IHGB.⁸¹⁵ Apesar dessa homenagem em 1921, Fleiuss minimizou a atividade do Conselheiro Araripe

⁸¹⁰ Pelas obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto, Sevcenko defendeu o apagamento da diferença entre o homem de letras e o homem de ação. Esses literatos foram metamorfoseados em “escritores-cidadãos”. SEVCENKO, N. *Literatura como missão, tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁸¹¹ RODRIGUES, 1956, p. 183, nota 49.

⁸¹² CELSO, A. Discurso do Orador. Sessão em 21 de outubro de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 606-608, 1909.

⁸¹³ FAZENDA, J. V. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, subsídios para a sua história (1838-1911). *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 277-439, 1911. p. 341-342, 427.

⁸¹⁴ Sessão em 10 de outubro de 1921. *RIHGB*, t. 90, v. 144, p. 850, 1925 [1921].

⁸¹⁵ *Ibid.*, p. 854.

nas *Páginas de História* (1924).⁸¹⁶ Na volumosa biobibliografia realizada pelo IHGB, ao final do século XX, constou somente o discurso de 1876.⁸¹⁷

Fora do Instituto Histórico, no longo verbete no dicionário de Sacramento Blake, no alvorecer do século XX, não apareceu o ensaio de 1894/1895, tão só o discurso de 1876.⁸¹⁸ Em 1908, no falecimento de Araripe, Guilherme de Studart fez menção apenas ao discurso.⁸¹⁹ O silêncio foi quebrado com o ímpeto historiográfico na década de 1950, quando José Honório Rodrigues, em sucinta análise, disse que o discurso foi republicado em 1895. Entretanto, a crítica feita pelo pesquisador às concepções e método do historiador cearense não desmereceu o texto: “Num país pobre de teoria histórica, de ensino superior da história, onde qualquer um se aventura às atividades históricas, Alencar Araripe merece ser discutido por ter sido um dos poucos que procurou analisar as novas direções da História no fim do século XIX.”⁸²⁰ Preocupação não compartilhada por outros estudiosos da historiografia brasileira, a partir desse período, que nem ao menos citaram o nome do historiador cearense em pequenas e discretas notas.⁸²¹ Pela menção aos historiadores brasileiros no ensaio de 1894/1895, José Honório Rodrigues colocou o historiador da província do Ceará como crítico de Francisco de Varnhagen num momento em que Capistrano de Abreu reabilitava o escritor da *História Geral do Brasil*.⁸²² Nas análises revisionistas dos estudiosos no Ceará, nessa década, Araripe foi estudado prioritariamente pelas contribuições locais.⁸²³

⁸¹⁶ FLEIUSS, M. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: _____. *Páginas de história*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. p. 353-397. Araripe apareceu somente como organizador dos documentos pertencentes ao Instituto pelo Catálogo de 1884 (p. 383). Na longa lista de pesquisadores do IHGB, antes e após 1889, não constou o nome do historiador cearense (p. 370-371).

⁸¹⁷ TAPAJÓS, V. (Org.). *Dicionário Biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. v. 4, p. 15-16. O índice geral da revista da instituição contemplou todas as publicações de Tristão de Alencar Araripe, inserindo outras erroneamente pela similaridade onomástica. *RIHGB*, n. 400, p. 650-651, jul./set. 1998.

⁸¹⁸ BLAKE, 1902, v. 7, p. 320-324.

⁸¹⁹ STUDART, 1908b; Id., 1908a e Id. *Dicionário biobibliográfico cearense*. Fortaleza: Tipo Litografia a vapor, 1910-1915. v. 3, p. 159-160.

⁸²⁰ Não tenho como comprovar a “influência teórica” sobre Araripe mencionada por Rodrigues nessa análise. As ideias de William Robertson, Louis Adolphe Thiers e George Bancroft teriam sido decisivas na formação do espírito de Araripe. RODRIGUES, 1956, p. 183-184.

⁸²¹ Cito por exemplo a ausência em publicações de síntese historiográfica como: IGLÉSIAS, 2000; LACOMBE, A. J. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1974; CAMPOS, P. M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLENISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. p. 250-293; MORAIS, R. B. de; BERRIEN, W. (Dir.). *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. CD-ROM.

⁸²² RODRIGUES, 1977, v. 1, p. XXXVII- XXXVIII. A análise da reabilitação da contribuição historiográfica da obra do Visconde de Porto Seguro por Capistrano de Abreu: OLIVEIRA, M. da G. de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2006. Em especial no capítulo 2.1: *A reescrita da história e os “quadros de ferro” de Varnhagen*. O discurso de 1876 de Araripe foi citado pela autora.

⁸²³ STUDART FILHO, 1966.

Maria Helena Rouanet tomou por iguais os dois textos de Araripe.⁸²⁴ Souza Montenegro citou o ensaio como a segunda edição do discurso e ignorou as alterações realizadas por Araripe.⁸²⁵ A abrangente pesquisa de Lucia Guimarães sobre o Instituto Histórico, de 1838 a 1938, não mencionou os trabalhos de Alencar Araripe, seja o discurso, seja o ensaio.⁸²⁶ Rebeca Gontijo, na tese referente à identidade do conterrâneo Capistrano de Abreu, mencionou as mudanças entre o artigo na Revista do IHGB e o discurso nas Conferências da Glória, porém disse somente que a primeira parte – *Utilidade da História* – foi inserida no ensaio de 1894/1895.⁸²⁷ No estudo realizado sobre a produção de Araripe a fim de mostrá-la atrelada aos cânones do IHGB, Ítala Morais da Silva cotejou os dois textos e mencionou a existência de diferenças. Contudo, se restringiu em apontar que em 1876 a História foi apresentada como um meio para a construção da nação numa monarquia; ao passo que, em 1895, numa república.⁸²⁸ Isabel Lustosa citou o texto de 1894/1895 ao lado do ensino da disciplina de História, no Colégio Pedro II, como integrante do projeto de escrita da história com o fito de criar uma “mítica nacional, de enaltecer os personagens fundadores da nacionalidade”.⁸²⁹ Glória de Oliveira, na análise dos trabalhos biográficos no IHGB, fez leitura atenta do texto, colocou-o no oportuno momento de início do novo regime e sugeriu a significativa mudança de ênfase quanto às demandas dirigidas ao conhecimento histórico. De acordo com a pesquisadora, mais do que a memorização de nomes e feitos, o que estava em primeiro plano era a expectativa de que a História fosse um instrumento de inteligibilidade do presente e de projeção de futuro.⁸³⁰

Raquel Gonçalves Campos, ao investigar a concepção de história dos literatos contemporâneos a Machado de Assis, sinalizou que Araripe revisou o texto de 1876 para

⁸²⁴ ROUANET, 1991, p. 113 e 122.

⁸²⁵ MONTENEGRO, 1998. O comentarista, seguindo José Honório Rodrigues, citou erroneamente 1873, como o ano da 1ª edição em vez de 1876.

⁸²⁶ GUIMARÃES, 1995; Id. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

⁸²⁷ GONTIJO, R. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. 2006. 323 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 2006. p. 35, nota 76. O ensaio de Araripe foi mencionado também nas páginas 50, 84 (nota 66), 236 (nota 30). Agradeço à autora pela gentileza de enviar o seu trabalho inspirador. Em artigo recente, a pesquisadora voltou a citar o texto de Araripe, mas dessa vez pela crítica a Varnhagen: GONTIJO, R. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15-36, 2010.

⁸²⁸ SILVA, 2006a, p. 98, nota 25.

⁸²⁹ LUSTOSA, I. D. *Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 17.

⁸³⁰ OLIVEIRA, M. da G. de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. 2009. 218 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. p. 63-67, 70-72. Agradeço à autora pela gentileza de me enviar seu trabalho modelar.

publicá-lo em 1894/1895. No entanto, não detalhou as reconsiderações.⁸³¹ Nas amplas pesquisas sobre a historiografia na Primeira República, Angela de Castro Gomes não contemplou a produção de Araripe.⁸³² Em recente livro, o Prof. Manoel Salgado Guimarães incluiu o trabalho do historiador cearense na coleção de “textos de fundação”. As *Indicações sobre a História Nacional* integraram o conjunto de contribuições apresentadas ao IHGB e publicadas pela revista, tendo como temática central a concepção de modelos para a escrita da história do Brasil.⁸³³ O texto de Alencar Araripe foi colocado junto aos de Januário da Cunha Barbosa, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Karl Friedrich Phillip von Martius, Henrique Julio de Wallenstein, Raimundo José da Cunha Matos.⁸³⁴ A atual iniciativa de colocar tais textos à disposição dos pesquisadores permanece incipiente. Espero que, com as novas pesquisas, esse tipo de trabalho se sobreponha aos estudos sobre a historiografia europeia. Talvez, com o aumento dessas publicações, os textos acabem por receber apresentação, comentários e anotações para “deslindar as tramas que tornam operativas e necessárias essas escolhas num leque de outras possíveis”, como ressaltou o organizador. A organização dos textos fundadores se contrapôs à apresentação do Prof. Manoel Guimarães, pois segundo ele, a historiografia pretende reconstituir as condições de produção e de possibilidade do texto através da reinscrição no cenário em que foi produzido, em diálogo com outros textos e supondo certo tipo de leitor.⁸³⁵ Infelizmente, as 107 notas colocadas ao final do texto de Araripe tão só esclareceram a biobibliografia dos autores citados pelo cearense e não permitiram que acessássemos os embates e as tensões quando da sua publicação. Mas isso não desmerece a iniciativa, pois provoca os pesquisadores a partirem de tal modelo de crítica historiográfica e a superarem. O equívoco que comprometeu a inserção do texto na coletânea foi a troca onomástica. Guimarães dedicou a autoria de *Indicações sobre a História Nacional* ao filho do historiador cearense, o Júnior.⁸³⁶

Pelo exposto, somente no alvorecer do século XXI, no recrudescimento das investigações historiográficas, em especial sobre o IHGB e a atuação dos sócios, o ensaio de Tristão de Alencar Araripe começou a merecer, timidamente, a atenção dos estudiosos. Porém, as análises prescindiram da discreta nota apresentada em separado, das efetivas

⁸³¹ CAMPOS, R. M. G. *Entre ilustres e anônimos: a concepção de História em Machado de Assis*. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, UFG, Goiânia, 2009. p. 39, nota 88. A pesquisadora prosseguiu a análise nas p. 40-42, 44 e 58.

⁸³² GOMES, A. de C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996 e Id. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

⁸³³ GUIMARÃES, M., 2010, p. 208-264.

⁸³⁴ Analisados na 1ª parte, capítulo 2 nesta tese.

⁸³⁵ GUIMARÃES, M., 2010, p. 11.

⁸³⁶ *Ibid.*, nota 2, p. 246.

alterações do discurso de 1876, da colocação do texto na ordem dos discursos do autor sob um programa de estudos mais amplo e da correta atribuição autoral. O texto nos foi apresentado de forma deslocada e descolada. A dúvida persiste: o que explicaria o descrédito ao trabalho do Conselheiro Araripe – um texto de fundação – sob os novos tempos da República? Qual a razão do seu nome atravessar os séculos como autor monárquico de História e como burocrata republicano na História? A sua atuação à frente do primeiro governo eleito e da direção do Instituto Histórico pode sugerir algo mais para esse descaso historiográfico.

5.3 Caindo no ostracismo: historiador monarquista e burocrata republicano

Antes de a República completar um ano, o magistrado Tristão de Alencar Araripe foi nomeado, apesar das resistências, Ministro do recém-criado Supremo Tribunal Federal, e reconduzido ao ápice da burocracia do novo regime.⁸³⁷ Depois dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, ser Ministro do Supremo Tribunal Federal era uma das posições sociais e políticas mais destacadas da República.⁸³⁸ Em janeiro de 1891, ele atingiu a alta esfera do Executivo Federal ao tomar posse no Ministério da Fazenda. Assumiu o lugar de Rui Barbosa, homem forte do governo e “republicano de 16 de novembro”. E, com o esvaziamento do primeiro escalão ante a primeira grande crise no Governo Deodoro, Araripe ocupou interinamente o Ministério das Relações Exteriores em substituição a Quintino Bocaiúva.⁸³⁹ Um dos motivos da crise foi a concessão da obra no porto de Torres no Rio Grande do Sul. Julgada escandalosa, em 20 de janeiro de 1891, os Ministros renunciaram coletivamente.⁸⁴⁰ A concessão fora dada ao amigo íntimo de Deodoro, Trajano Viriato de

⁸³⁷ Na aprovação de Tristão de Alencar Araripe, em julho de 1891, como Ministro do STF pela Comissão de Justiça do Senado Federal, de acordo com o relator, Araripe era membro do governo e abusava de suas “vocações políticas e da confiança do Presidente da República, violando acintosa e caprichosamente muitas disposições da Constituição. Quem viola a Constituição não pode ser o guarda vigilante das leis e dos próprios preceitos constitucionais”. Após a discussão e com a interferência de Rui Barbosa, o nome de Alencar Araripe foi aprovado. BARBOSA, R. *Obras completas: discursos parlamentares - 1891*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. v. 18, t. 1, p. 147-153; RODRIGUES, L. B. *História do Supremo Tribunal Federal, defesa das liberdades civis (1891-1898)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. v. 1, p. 12-13.

⁸³⁸ FREYRE, G. *Ordem e Progresso. Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. t. 1, p. LXXXVI. A importância que esse tribunal (STF) assumiu no início da República, bem diferente do congêneres no período imperial, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), na construção da “cidadania” foi analisada em RIBEIRO, G. S. *Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal*. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 101-117, jan. 2009.

⁸³⁹ CASTRO, F. M. de O. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 152.

⁸⁴⁰ SILVA, H. *Nasce a República*. Rio de Janeiro: Três, 1975. p. 80-81.

Medeiros, o advogado que intermediara a publicação da memória do Conselheiro Araripe em 1881. Ao passar a pasta da Fazenda para o Barão de Lucena, o Conselheiro Araripe assumiu o Ministério da Justiça e Negócios do Interior e nele permaneceu até a queda de Deodoro da Fonseca.⁸⁴¹ Ele integrou o Gabinete Lucena, o “Ministério dos áulicos”, composto por “monarquistas encapotados, conselheiros caricatos, ilustres desconhecidos”.⁸⁴² À vista desse trânsito pelo novo poder instituído e indefinido, o historiador monarquista e burocrata reconvertido teve papel destacado na principal instituição dedicada aos estudos históricos.

De 1881 até 1896, Araripe foi eleito no IHGB para a Tesouraria e a Comissão de Estatutos e Redação da Revista, dois postos-chave no funcionamento da associação. Enquanto o novo governo não se manifestava quanto à continuidade do repasse de subsídios, o Instituto começou a procurar alternativas. E nisso Alencar Araripe teve atuação preponderante. A organização do Instituto por classes de sócios sofreu seguidas alterações desde os primeiros estatutos estabelecidos em 1838. Com os aprovados em 1º de agosto de 1890, além da expansão no número de sócios efetivos e da flexibilidade nos requisitos para os correspondentes, criou-se a classe de sócios *beneméritos*. Antecedendo a proposta de criação da categoria, o Presidente da instituição, Joaquim Norberto da Souza e Silva, arrolou as dificuldades pelas quais se encontrava o Instituto: dívidas e falta de verbas para impressão da revista, transcrição de documentos, reimpressão de mapas e de obras, compra de livros, conservação de objetos. O discurso assumiu tons ameaçadores, pois os sócios deveriam ter cautela diante da “nova ordem de cousas”. Afora o receio de deixar as instalações onde se encontravam, temiam perder a subvenção do orçamento nacional.⁸⁴³ As expectativas do presidente do Instituto para com a República não eram das melhores.

Para sócios beneméritos seriam eleitos os candidatos que não sendo “homens de letras” se achavam contudo, pela elevada posição, em condições de prestar serviços relevantes ao aumento do patrimônio, da biblioteca, do arquivo e do museu do Instituto, como também, à construção da nova sede.⁸⁴⁴ Defensor da proposta, o tesoureiro Tristão de Alencar Araripe destacou que não só a literatos profissionais caberia lugar nas associações literárias. As letras seriam “nobremente servidas” por todos aqueles que se dedicassem ao seu progresso, pois nem todas as pessoas dadas ao cultivo da ciência eram suficientemente ricas para custearem

⁸⁴¹ Há muito desencontro de informações sobre as datas que Tristão de Alencar Araripe ocupou tais Ministérios, como também à quantidade de pastas ocupadas. Segui, então, o que constava em: ABRANCHES, D. de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: [s.n.], 1918. p. 43-45 passim. A reorganização dos serviços da Administração Federal capitaneada por Araripe foi citada em: BULHÕES, A. de. *Ministros da Fazenda do Brasil (1808-1954)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955. p. 107.

⁸⁴² CARONE, E. *A República Velha, evolução política*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1983. v. 2, p. 53.

⁸⁴³ Sessão em 4 de julho de 1890. *RIHGB*, t. 53, parte 2, p. 456, 1890.

⁸⁴⁴ *Ibid.*, p. 457.

despesas essenciais aos trabalhos literários e nem todos os homens ricos poderiam se entregar aos estudos. No reforço de seus argumentos, o tesoureiro citou as associações literárias nos Estados Unidos e na França, onde havia “capitalistas opulentos” como protetores e sócios titulares. Receber “cidadãos abastados” não representaria prática indecorosa, de acordo com o tesoureiro, pela convivência da riqueza com o estudo. Segundo ele, duas forças seriam necessárias para o serviço das letras: o trabalho intelectual dos seus cultores e o capital para vulgarização das produções literárias.⁸⁴⁵ A nova classe dos sócios beneméritos, por fim, foi aprovada mediante a reforma dos estatutos em 1º de agosto de 1890. Essa manobra estatutária, que não pode ser desvinculada do cenário econômico do país, não escapou às palavras sarcásticas de um dos sócios que abandonaram a instituição durante a reconversão das atividades. De acordo com o Visconde de Taunay, o IHGB abriu as portas aos “grandes e quase analfabetos argentários, crismando-os sócios beneméritos, mas chupando-lhes bons cobres”. A política econômica do encilhamento foi aplicada na instituição.⁸⁴⁶ Quais foram os resultados práticos da admissão dos novos “sócios argentários”? Do mecenato imperial ao mecenato do capital: a receita de 12:818\$410 em 1889 passou a 49:719\$570 em 1890.⁸⁴⁷ Nos anos seguintes, a subvenção do governo ao Instituto foi intermediada por Tristão de Alencar, bem como a obtenção de concessão federal para reimpressão na Imprensa Nacional dos volumes esgotados da Revista.⁸⁴⁸ Compreendo a solução de Araripe – o capital nas letras – sob a “nova filosofia financeira” nascida com a República, em que as relações sociais passaram a ser medidas pelos padrões econômicos e mercantis.⁸⁴⁹ O tesoureiro, com isso, ajudou a salvar o cofre da instituição.

Porém, o IHGB lhe é devedor por outra intervenção crucial, além da recuperação financeira, do ativo envolvimento para obtenção de auxílio do governo para impressão da Revista, da reorganização da biblioteca e da representação institucional em solenidades oficiais. Nos momentos iniciais da República, a Casa da História esteve a ponto de desaparecer. O Instituto incorreu na antipatia de certo Ministro do Governo Provisório que o viu como “ninho de sebastianistas” e “centro disposto a combater as novas instituições”. Ele defendeu a dissolução do Instituto, a distribuição dos livros à Biblioteca Nacional e os objetos ao Museu Nacional. Os avisos estavam prontos a ser despachados quando houve a forte

⁸⁴⁵ Sessão em 18 de julho de 1890. *RIHGB*, t. 53, parte 2, p. 465-466, 1890.

⁸⁴⁶ TAUNAY, A. de E. *O encilhamento cenas contemporâneas da bolsa em 1890, 1891 e 1892*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971. p. 192. Esse romance foi publicado em folhetins na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro em 1893 antes de sair em livro no ano seguinte. Taunay, cauteloso, utilizou o criptônimo de Heitor Malheiros.

⁸⁴⁷ Balanço da Tesouraria de 1889. *RIHGB*, t. 52, parte 2, p. I-IV, 1889 e Balanço da Tesouraria de 1891. *RIHGB*, t. 54, parte 2, p. I-VIII, 1892.

⁸⁴⁸ Conforme as sessões em 17 de março e 16 de junho de 1893. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 145-146, 175, 1894.

⁸⁴⁹ SEVCENKO, 2003, p. 40 e 55.

resistência de Tristão de Alencar Araripe.⁸⁵⁰ Lucia Guimarães mencionou o episódio e nomeou o Ministro que viu o Instituto Histórico como uma herança típica do *ancien régime*: Aristides Lobo (1838-1896). Contudo, Guimarães assinalou que a intervenção fora feita por Araripe Júnior e não pelo pai.⁸⁵¹ A pesquisadora incorreu na reiterada troca onomástica. Em 1921, na menção ao centenário de nascimento de Araripe, no IHGB, o secretário perpétuo, Max Fleiuss, fez alusão “à sua intervenção valiosa que do agastamento governamental dos primeiros dias do novo regime escapou incólume o Instituto”.⁸⁵² O sócio Araripe ajudou a salvar a instituição.

Alencar Araripe, além de escritor das histórias provinciais, foi reconhecido no IHGB pelo árduo trabalho em prol da organização de livros e documentos: “à sua operosidade eficiente coube a verdadeira organização do nosso arquivo e biblioteca.”⁸⁵³ Entretanto, destaco sua singular ação em prol dos arquivos nacionais, não mencionada pelos comentaristas. Em 14 de dezembro de 1890, Rui Barbosa, à frente do Ministério da Fazenda, ordenou a queima dos arquivos sobre a escravidão no Brasil.⁸⁵⁴ O despacho foi posto em execução pela circular nº 29 do Ministério da Fazenda de 13 de maio de 1891, assinada por Alencar Araripe.⁸⁵⁵ A medida louvava a evolução histórica no país por eliminar a “instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, infeccionou-lhe a atmosfera moral”. Mesmo com a integração desses cidadãos (ex-escravos) na comunhão brasileira, alguns vestígios ainda manchavam a honra da pátria e deveriam ser apagados. Assim, foi decretada a requisição de todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições das Tesourarias da Fazenda quanto ao elemento servil, como, por exemplo, as matrículas dos escravos, dos ingênuos, dos filhos livres de mulheres escravas e dos libertos sexagenários. Os arquivos deveriam ser enviados à Capital Federal e queimados na casa de máquinas da Alfândega. Coligir, metodizar e... queimar. Uma placa de bronze no local fez constar as seguintes palavras: “13 de maio de 1891. Aqui foram incendiados os últimos documentos da escravidão no Brasil.”

Apesar do desmedido receio de Nina Rodrigues, em 1906, a destruição se resumiu aos registros de escravos para pagamento dos impostos e aos livros de entrada em poucas

⁸⁵⁰ FAZENDA, 1911, p. 431.

⁸⁵¹ GUIMARÃES, L., 2007. p. 23.

⁸⁵² Sessão em 10 de outubro de 1921. *RIHGB*, t. 90, v. 144, p. 850, 1925 [1921].

⁸⁵³ Loc. cit.

⁸⁵⁴ Decisão s/n de 14 de dezembro de 1890. BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos políticos da História do Brasil*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 3, p. 263-264.

⁸⁵⁵ Reproduzido em BARBOSA, F. de A.; LACOMBE, A. J.; SILVA, E. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988. p. 123.

alfândegas.⁸⁵⁶ José Alípio Goulart chegou ao extremo de iniciar seu livro com a reprodução da ordem ministerial de 1890 sob o título: “Eis a razão pela qual jamais se poderá escrever a história completa da escravidão negra no Brasil.”⁸⁵⁷ A iniciativa pela destruição de tais vestígios do passado não pode ser creditada unicamente a Rui Barbosa e Alencar Araripe. Como lembrou Lacombe, na primeira metade do século XX, ao criticar o julgamento dos pósteros a essa decisão extremada: “Com fogo, ou sem fogo, a maioria dos nossos arquivos está desfalcada, pelo bicho e pelo desleixo, de peças fundamentais.” A medida teve por finalidade eliminar os comprovantes de natureza fiscal que pudessem ser utilizados pelos antigos senhores no pleito de indenização ao governo da República. A Lei Áurea extinguiu a escravidão sem reconhecer o direito de propriedade servil. O assunto era recorrente desde a segunda metade do Dezenove e, no novo regime, foi acolhido com entusiasmo no Congresso Nacional.⁸⁵⁸ Entre os signatários da monção do Parlamento ao ato do Governo, havia sócios e candidatos ao Instituto Histórico. A instituição, por sua vez, também se fez representar em uma dessas solenidades de incineração dos documentos.⁸⁵⁹

O historiador-ministro-juiz Tristão de Alencar Araripe labutou em apagar os vestígios de barbárie no país rumo à civilização, bem como em poupar os cofres públicos, ignorando os direitos de propriedade tão ardorosamente defendidos por ele em outros tempos. Ao menos a “superabundância” de informações para o historiador moderno, preconizada no seu artigo em 1894, não se aplicaria à escravidão negra na História do Brasil. Ficaria difícil escrever com critério e sem documentos após os “autos-de-fé republicanos”.⁸⁶⁰ No romance machadiano de 1908 as palavras do Conselheiro Aires bem poderiam ser direcionadas ao congênere, o Conselheiro Araripe: “Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não podemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição [escravidão] da história ou até da poesia.”⁸⁶¹ Mesmo com a vigência de leis escravagistas, a presença de milhares de escravos, o testemunho dos contemporâneos, a produção de documentos (incluindo a imprensa) e o intenso debate político e econômico na Corte, o historiador Alencar Araripe não dedicou muitas linhas ao elemento servil. A proposta de estudar o papel dos negros foi desmerecida na escrita da história do Ceará de 1867. Naquele momento, a

⁸⁵⁶ RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1982. p. 23.

⁸⁵⁷ GOULART, J. A. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia do escravo no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

⁸⁵⁸ LACOMBE, A. J. Rui e a história política do Império e da República. *RIHGB*, v. 205, p. 26-31, out./ dez. 1949; RODRIGUES, 1982, p. 203-204; ETZEL, E. *Escravidão negra e branca*. São Paulo: Global, 1976. p. 78-96; BARBOSA; LACOMBE; SILVA, 1988.

⁸⁵⁹ Solenidade de 13 de maio de 1893. BARBOSA; LACOMBE; SILVA, 1988, p. 38, 119-122, 124.

⁸⁶⁰ FREYRE, G. *Sobrados e mocambos, decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15 ed. rev. São Paulo: Global, 2004 [1936]. p. 384.

⁸⁶¹ MACHADO DE ASSIS, J. M. *Memorial de Aires*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009. p. 42.

escravidão foi tratada pelo publicista, desembargador e parlamentar e não pelo historiador cearense. A ardorosa defesa da propriedade por Alencar Araripe no livro pioneiro, citando os casos dos indígenas e das disputas de terras no Ceará, implicou igualmente a defesa velada da continuidade da escravidão negra. A escravidão dos negros se encontrava sob a égide do direito constitucional à propriedade privada. Cabe lembrar a observação de Joaquim Nabuco de que, no decênio de 1860, a escravidão começou a sofrer as primeiras investidas sérias. Repentinamente, quase sem transição, a questão da escravidão irrompeu em 1866 nos Conselhos do governo.⁸⁶² Em janeiro desse ano estava pronto, a pedido do Imperador, estudo preliminar para ação legislativa visando à emancipação dos escravos. A guerra com o Paraguai suspendeu as discussões. Com o fim do conflito, retomaram os debates sobre a questão servil em março de 1870 na Câmara dos Deputados.

Em 1870, Alencar Araripe, letrado recém-chegado à Corte, escreveu sete artigos no *Diário do Rio de Janeiro* sobre a instituição da escravidão e o direito de propriedade que foram publicados em *O elemento servil, artigos sobre a emancipação*.⁸⁶³ Em 1871, Alencar Araripe, como Deputado no Parlamento central, compôs a Comissão presidida pelo Senador Cândido Mendes de Almeida que tratou do projeto de resposta à Fala do Trono. Nele se ratificou a propriedade servil como elemento indispensável de trabalho naquele momento.⁸⁶⁴ Ao tratar da guerra no Sul do país, a partir de 1879, os negros e a escravidão na escrita do historiador Araripe ficaram imbricados na defesa das leis do Império que garantiam a propriedade, desrespeitada pelos rebeldes ao pregarem a libertação dos cativos. Tristão de Alencar Araripe e o primo José de Alencar foram dois políticos determinados a estorvar a passagem de leis para a reforma servil.⁸⁶⁵

No discurso na Sociedade Abolicionista no Rio de Janeiro para comemorar a libertação total dos escravos do Ceará, em 25 de março de 1884, há alguns elementos para analisarmos a recolocação do Conselheiro Araripe no debate.⁸⁶⁶ O autor apontou o Ceará como terra da liberdade, sempre infensa à escravidão. Nunca carregamento algum de negros vindos da África aportou nas plagas cearenses. Ali, a escravidão africana se baseou em poucos indivíduos trazidos da cidade do Recife. Como o Ceará se desenvolveu com o trabalho da

⁸⁶² NABUCO, J. *Minha formação*. São Paulo: IPE, 1949. v. 3, p. 24, 26, 62.

⁸⁶³ ARARIPE, T. de A. *O elemento servil, artigos sobre a emancipação*. Paraíba do Sul: Tip. do Paraibano, 1871.

⁸⁶⁴ HOLANDA, 1985, p. 139.

⁸⁶⁵ Sobre a discussão parlamentar e a atuação de José de Alencar quanto à questão servil: CHALHOUB, S. José de Alencar e a experiência da derrota. In: _____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 192-203.

⁸⁶⁶ ARARIPE, T. de A. *25 de março, o Ceará no Rio de Janeiro. Discurso histórico na grande festa da sociedade abolicionista no Rio de Janeiro*. Fortaleza: Tip. do Libertador, 1884.

indústria pastoril, ele dependia do braço de homens livres; o trabalho doméstico, por sua vez, exigia pouca escravatura. A província, governada na ocasião pelo tio, foi a primeira que “sincera e lealmente” executou a lei de 1831 ao declarar livres os escravos vindos de fora. O autor afirmou que sua terra natal operou a redenção dos escravos “sem violência, sem desordens e sem tumulto”, pois ela nasceu espontaneamente no senso popular. Assim, o autor cearense defendeu oportunamente na Corte que: “A província do Ceará, distinta pelo arrojo de suas concepções e pela energia na execução das suas empresas nunca hesitou ante as grandes ideias de progresso e civilização.”⁸⁶⁷ Antes da queda da Monarquia, não havia o que escrever sobre os escassos escravos na província de acordo com os argumentos de Tristão de Alencar Araripe. A exposição histórica do político conservador, arauto do fim da escravidão, serviria aos futuros historiadores. Oito anos depois, com o “auto de fé” assinado por Rui Barbosa e levado adiante por ele, nem documentos se encontrariam, caso houvesse intenção de narrar a história dos afrodescendentes no país.

Em 1891, nos chamados “anos entrópicos”, a festejada República passou por problemas graves. A primeira década se caracterizou pela ausência de mecanismos institucionais minimamente rotineiros e pelo comportamento errático dos atores que acabaram por introduzir mais incerteza e confusão.⁸⁶⁸ O mandatário supremo entrou em choque com os representantes dos Estados no Parlamento. A Mesa do Congresso Constituinte enviou um ofício ao Conselho de Ministros, em 24 de fevereiro de 1891, informando que naquela data fora promulgada a Constituição. Em reunião do Conselho foi sugerido o decreto para dar publicidade ao texto legal a ser enviado a todas as autoridades da República a fim de que o cumprissem e o fizessem executar. Contra a sugestão se posicionaram Deodoro e Tristão.⁸⁶⁹ A lei maior do país, tão defendida por Araripe no artigo de 1894/1895, não deveria ser aplicada. Em 3 de novembro de 1891 ocorreu o primeiro golpe (civil-militar) contra a democracia no novo regime. Com o Decreto nº 641, o Congresso Nacional foi dissolvido pelo Presidente da República: “Não posso por mais tempo suportar esse Congresso: é de mister que ele desapareça para a felicidade do Brasil”.⁸⁷⁰ Assinaram o documento, Deodoro da Fonseca e Tristão de Alencar Araripe, o responsável por colocar em execução a determinação presidencial.⁸⁷¹ Congresso dissolvido, estado de sítio instituído, imprensa censurada, queda de

⁸⁶⁷ Ibid., p. 8.

⁸⁶⁸ LESSA, R. *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 15.

⁸⁶⁹ SILVA, H. *O primeiro século da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 21.

⁸⁷⁰ Transcrito em SILVA, 1975, p. 96.

⁸⁷¹ Decreto nº 641 de 3 de novembro de 1891. BONAVIDES; AMARAL, 2002, v. 3, p. 284.

braço com os governos estaduais: teve início o regime ditatorial de Deodoro.⁸⁷² Contra o perigo monarquista, o decreto autoritário permitia julgar sumariamente os “inimigos da República” e deportá-los. Ao golpe se seguiu um contragolpe, levando o Generalíssimo a renunciar em 23 de novembro. Deodoro e Tristão assinaram a renúncia.⁸⁷³ Destituído do Executivo Federal, o Conselheiro do Presidente foi logo a seguir aposentado do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Fico a conjecturar aonde o atuante republicano cearense chegaria se os planos de Deodoro vingassem ou se ele tivesse abandonado oportunamente o Generalíssimo e integrado as hostes de Prudente de Moraes e Campos Sales? Ao escolher a opção derrotada ao final de 1891, terminou a vida pública de Tristão de Alencar Araripe. A sua trajetória burocrática deixaria rastros documentais na história do país. A defesa da “República de espada” e de seus chefes pelo aposentado burocrata prosseguiria por mais alguns poucos anos noutra arena.

O Ministro Araripe (na Justiça e no Executivo), além da injeção pecuniária e da continuidade dos serviços do IHGB, desempenhou arduamente o papel de historiador da República. Dando continuidade às ininterruptas publicações na Revista da instituição desde 1880, Alencar Araripe prosseguiu sob os novos tempos até 1897. Mesclavam-se trabalhos antigos e novos, não desconsiderando a reescrita ou a inserção de nova datação.⁸⁷⁴ A prática

⁸⁷² SILVA, 1987, p. 24.

⁸⁷³ Renúncia de Deodoro da Fonseca. BONAVIDES; AMARAL, 2002, v. 3, p. 306. Os episódios foram relatados por ABRANCHES, D. de. *O golpe de estado, atas e atos do governo Lucena*. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do jornal do Brasil, 1954 e MELLO, C. J. de. *O governo provisório e a revolução de 1893: de 29 de novembro de 1889 a 6 de setembro de 1893*. São Paulo: Nacional, 1938.

⁸⁷⁴ De autoria de Tristão de Alencar Araripe, além do analisado artigo *Indicações sobre a História Nacional* (e nota), foram publicados: Tradução da Vida do Padre Estanslao de Campos, da Sociedade de Jesus, da Província do Brasil. *RIHGB*, t. 52, parte 2, p. 5-109, 1889 [datado de 20/04/1889]; Tradução da História de uma viagem feita à terra do Brasil por João Leri. *RIHGB*, t. 52, parte 2, p. 111-371, 1889 [datado de 05/08/1887]; Evocação aos manes de Cláudio Manuel da Costa. *RIHGB*, t. 53, parte 1, p. 35, 1890; Episódio acadêmico, um processo de estudantes. *RIHGB*, t. 53, parte 1, p. 267-288, 1890 [datado de 26/06/1890; não está assinado]; Visconde de Rio Branco na Maçonaria. *RIHGB*, t. 53, parte 1, p. 304-307, 1890 [discurso em 02/11/1880]; Tradução e apresentação de Navegação dos normandos para o Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 53, parte 1, p. 309-325, 1890 [datado de 25/12/1890]; Tradução do Sermão do padre José de Anchieta. *RIHGB*, t. 54, parte 2, p. 109-130, 1892 [datado de 29/10/1891]; Tradução da Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás, por Hans Staden. *RIHGB*, t. 55, parte 1, p. 267-360, 1892 [datada de 26/10/1881]; Pater-famílias nos tempos coloniais. *RIHGB*, t. 55, parte 2, p. 15-23, 1893 [lido em sessão de 04/09/1880 e publicado em separado em 1880]; Tradução de Escravos fugidos do Pará para Caiena e Relações dos padres das duas localidades. *RIHGB*, t. 56, parte 1, p. 165-166, 1893. [texto de 1773]; Tradução de Comentários de Álvaro Nunes Cabeça de Vaca, adelantado e governador do Rio de Prata, redigidos por Pedro Fernandes. *RIHGB*, t. 56, parte 1, p. 193-344, 1893 [datado de 15/03/1893]; Movimento colonial da América. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 91-115, 1894 [datado de 12/11/1890]; Embaixada e tratado. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 123-124, 1894 [datado de 12/04/1893]; Patriarcas da Independência nacional. *RIHGB*, t. 57, parte 1, p. 167-184, 1894; Preliminares da Guerra do Paraguai. *RIHGB*, t. 59, parte 1, p. 263, 1896 [datado de 20/03/1895]; Tradição sobre a palavra Brasil. *RIHGB*, t. 59, parte 1, p. 421-422, 1896 [lido na sessão de 05/10/1883]; Notas na Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 75-101, 1897 [notas de 05/09/1896]; Notas na História da Revolução em Pernambuco em 1817. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 103-291, 1897 [lido na sessão de 04/09/1880]; Três cidadãos beneméritos da República. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 385-396, 1897 e Apresentação às Notas de João Guilherme

de tradução com a “hospitalidade linguística” assumiu relevância, mas não o suficiente para desarmar outras tantas inconclusas e esquecidas.⁸⁷⁵ De todos os trabalhos de Araripe publicados após 1889, a quase totalidade se encontrava na Revista do Instituto. Dessa produção, dois textos são pertinentes para dialogarmos com o primeiro ensaio teórico-metodológico. Publicado em 1893, *Movimento colonial da América* foi escrito em novembro de 1890, alguns meses antes do autor assumir os afazeres no governo federal.⁸⁷⁶ Houve alusão a três leis históricas no texto. As duas primeiras estavam no prólogo de 1862: a lei de emigração, ou seja, a marcha do Oriente para o Ocidente; e a lei providencial da fusão das raças, em que o homem caucasiano, o “mais poderoso pelos dotes da inteligência é o instrumento dessa operação providencial”.⁸⁷⁷ Tais argumentos se relacionavam ao debate fundamental na segunda metade do século XIX, ampliado após a abolição da escravatura negra: o problema da mão de obra que, por sua vez, implicava a miscigenação/branqueamento. A vinda de chineses foi uma das opções aventadas e defendidas por Araripe: seguiria a marcha dos povos orientais e não afetaria a formação do povo brasileiro, pois aqueles seriam absorvidos pela raça mais forte.⁸⁷⁸ Sob a nostalgia da escravidão, a imigração chinesa nada mais era que uma escravatura dissimulada.⁸⁷⁹

A terceira lei histórica que apareceu na argumentação de Araripe foi a da emancipação individual na sociedade doméstica aplicada à associação política.⁸⁸⁰ Essa lei ficou demonstrada pelo crescimento dos sentimentos e dos movimentos independentistas na América espanhola e portuguesa. O autor deu o exemplo da *Conjuração Mineira* em que Tiradentes apareceu como “protomártir” da liberdade e símbolo da fé republicana.⁸⁸¹ Ao citar a experiência de 1817 em Pernambuco, o historiador cearense não perdeu a oportunidade de mostrar que, ao se estender às capitâneas vizinhas, a revolução encontrou no Ceará o padre

Ratcliff escritas no livro intitulado “Principes éternels de politique constitutionnelle”. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 235-281, 1897.

⁸⁷⁵ RICOEUR, P. *Sobre la traducción*. Buenos Aires: Paidós, 2005. p. 28. Entre as traduções encontradas no acervo pessoal de Alencar Araripe, no IHGB, e as que são a ele creditadas pelos comentaristas estão: *Elogio da Loucura* de Erasmo de Roterdã; *A vida dos homens ilustres* de Plutarco; *História do Parlamento inglês* (sem autoria); *Institutos do Imperador Justiniano* (sem autoria); *Poética* de Aristóteles; *Princípios de Filosofia* de René Descartes; *Princípios metafísicos* de Kant; *Razões em favor da permanência da família real portuguesa no Brasil* (sem autoria); *Reflexões sobre a utilidade da História* de Frederico Oncilon; *História da fundação de Roma*; e *Diálogo sobre a existência de Deus* com textos de Heródoto, Plutarco e um ensaio de Alexandre Humboldt sobre geografia das plantas.

⁸⁷⁶ ARARIPE, T. de A. *Movimento colonial da América*. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 91-115, 1894a.

⁸⁷⁷ *Ibid.*, p. 98.

⁸⁷⁸ *Ibid.*, p. 97. Nesse número da Revista do IHGB, logo após o texto *Movimento colonial da América*, foi publicado um artigo, também de autoria de Araripe, sobre as discussões da vinda de trabalhadores chineses desde 1878 até a lei de 5 de outubro de 1892, que aprovou a entrada deles no país. ARARIPE, T. de A. *Embaixada e tratado*. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 123-124, 1894c.

⁸⁷⁹ MARTINS, 2010, v. 4, p. 440.

⁸⁸⁰ ARARIPE, 1894a, p. 94.

⁸⁸¹ *Ibid.*, p. 103.

José Martiniano de Alencar e o irmão Tristão Gonçalves de Alencar Araripe que levantaram “o pendão democrático acompanhando os patriotas pernambucanos”.⁸⁸² Esse movimento no Norte criou, segundo o autor, a república federativa. A derrota dos ideais não evitou que as “aspirações republicanas” fossem bem pronunciadas no país em 1822. Conforme Araripe, no Brasil, a Monarquia foi fundada porque existia a escravidão. Quando ela terminou, logo se proclamou a República, “não havendo atualmente, nem privilégios políticos, nem privilégios de raça”.⁸⁸³ A proclamação do novo regime no país, em 1889, veio atender à lei histórica que continuaria seu movimento mundo afora: “o governo da igualdade é uma aspiração tendente à generalização entre os povos da Terra, sempre adversos ao privilégio social.”⁸⁸⁴ Na parte final do texto, ao mostrar as lutas da nossa emancipação, o autor disse que trataria, em outra ocasião, do progresso do “sentimento republicano em nossa pátria, do início até o seu final com a proclamação da República Federativa do Brasil em 15 de novembro de 1889”.⁸⁸⁵

O artigo *Movimento colonial da América* foi o preâmbulo não de um, mas de dois textos nos quais Araripe cumpriu sua promessa. Um deles foi o discurso adaptado de 1876, finalizado em 1894, publicado em 1895 e analisado na primeira parte deste capítulo. O outro, intitulado *Três cidadãos beneméritos da República*, finalizado possivelmente em junho de 1896, foi publicado em 1897.⁸⁸⁶ Minha leitura me levou a dividi-lo em três blocos para análise: sujeitos, sentimentos, documentos. De acordo com o autor, o povo brasileiro começou naquele momento a reconhecer os méritos de três eminentes varões, heróis, compatriotas, benemerentes, ilustres brasileiros, egrégios cidadãos. Deodoro da Fonseca foi o braço potente, no momento supremo da crise monárquica: “sem a decidida vontade do ínclito Marechal a República se não faria nesse dia memorável, e a consagração do voto nacional teria adiamento.” Benjamin Constant foi o prestante doutrinador emérito que incutiu no ânimo da mocidade das classes militares os generosos princípios da democracia. Floriano Peixoto foi o gênio da firmeza e do valor, que debelou a insurreição contra a nascente República, ameaçada pela restauração monárquica, “condenada e abolida pelo espírito nacional”. O reconhecimento do valor deles foi atestado pelo *instinto popular* que “jamais se ilude na apreciação dos fatos e dos homens”.⁸⁸⁷

⁸⁸² Ibid., p. 108.

⁸⁸³ Ibid., p. 113-114.

⁸⁸⁴ Ibid., p. 114.

⁸⁸⁵ Ibid., p. 115.

⁸⁸⁶ ARARIPE, T. de A. Três cidadãos beneméritos da República. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 385-396, 1897. Conston erroneamente a data de 4 de junho de 1889. Pelo texto e pelos anexos, suspeito que o ano correto fosse 1896.

⁸⁸⁷ Ibid., p. 386.

Esses três patriotas foram os instrumentos do espírito republicano gestado no Brasil desde os tempos coloniais. O sentimento republicano (ou pensamento democrático) despertou em 1710 e, como um rastilho, foi queimando pelas províncias em 1789, 1817, 1824, 1835, 1837, 1848 e 1889. Respectivamente, Guerra dos Mascates (Pernambuco), Inconfidência Mineira (Minas Gerais), Revolução de 1817 (Norte), Confederação do Equador (Norte), Revolução Farroupilha (Sul), Sabinada (Bahia), Praieira (Pernambuco) e, por fim, no Brasil como um todo. Particularmente, o autor de *Guerra civil do Rio Grande do Sul* afirmou em 1897 o que negara em 1880: o caráter republicano do movimento farrapo. A “intermitência sempre acelerada” do pensamento democrático percorreu o passado e o interior do país: “éramos colônia e cedo começamos a lutar pela independência da pátria e pela República.”⁸⁸⁸ Conforme o autor, o passado mostrou que, com a aprovação popular, a instauração da República do Brasil era fato consumado. O autor atestou que a “apreciação dos fatos da nossa história” explicava a Revolução de Quinze de Novembro. Ela não consistiu em “motim de quartéis, em uma sedição militar, em uma imposição violenta ao povo brasileiro por surpresa da força armada”. O exame retrospectivo dos acontecimentos passados no país apontava para o atendimento das aspirações nacionais. Assim, conforme Araripe, não se poderia desacreditar a “causa democrática recentemente triunfante”.

Tínhamos um passado disperso que explicava o presente irreversível. Tínhamos o presente uno que Araripe ancorava solidamente no passado fragmentado das províncias e que apontava o futuro promissor: a República como “obra de melhoramento político e de dignidade”.⁸⁸⁹ De acordo com o autor, “a voluntariedade comprova-se por acontecimentos antecedentes e por sucessos subsequentes”.⁸⁹⁰ Tais “sucessos subsequentes” naquele momento eram tímidos e severamente contestados. Nesse movimento temporal ajustado à visão republicana, não foi somente o juízo do autor sobre a experiência no Rio Grande do Sul que mudou. Alencar Araripe não poupou palavras para desprestigiar as “armas imperiais”, as “leis bárbaras do sistema monárquico”, o “regime do privilégio”. Os documentos em anexo ao texto *Três cidadãos beneméritos da República* compuseram o terceiro elemento na argumentação do autor. Se a revolução de novembro de 1889 foi explicada pela visão posterior, não documentada e anacrônica dos movimentos anteriores, a gratidão popular foi provada por decretos presidenciais de monumentalização da memória dos beneméritos cooperadores do patriótico feito de 15 de novembro. Em meio a decretos, provas,

⁸⁸⁸ Ibid., p. 387.

⁸⁸⁹ Ibid., p. 385.

⁸⁹⁰ Ibid., p. 391.

informações, testemunhos, apareceu a assinatura de Alencar Araripe como proponente.⁸⁹¹ O historiador Araripe usou documentos do burocrata Araripe.

Em 1897 os três estavam mortos: Benjamin em 1891, Deodoro em 1892 e Floriano em 1895. Entre os dois primeiros, na dúvida de quem foi o fundador da República, Machado de Assis caracterizou o debate na imprensa envolvendo os cadáveres de homens célebres: “Quando muito podia apelar para a História. Mas a História é pessoa entrada em anos, gorda, pachorrenta, mediativa, tarda em recolher documentos, mais tarda ainda em os ler e decifrar.”⁸⁹² O historiador Tristão de Alencar Araripe, no entanto, sem tardar em ler e decifrar documentos e em julgamento precoce, elegeu a “santíssima trindade republicana”. Essa tríade diferia da “trindade inalterável” dos positivistas: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant.⁸⁹³ Nos moldes dos panegíricos escritos ao Duque de Caxias, o artigo de Araripe visou à produção de exemplo virtuoso para a emulação das pessoas, de modo que a imitação dos melhores servisse ao propósito de superação da condição particular e de reforço da concórdia do Estado.⁸⁹⁴ O autor ligou as repúblicas à democracia, ao patriotismo, ao voto popular, ao povo brasileiro. Os diversos acontecimentos locais (os distintos provincialismos) foram reunidos na pena do Conselheiro como legitimadores da revolução na Corte. Os incipientes Estados estavam unidos pelo sentimento longo de formação da república federativa. E *pari passu* ao registro e enredamento das províncias, houve o registro e o enredamento dos três egrégios cidadãos, desconsiderando a acintosa relação entre eles e a disparidade de propósitos. E, pelos documentos comprobatórios de Araripe, observamos que,

⁸⁹¹ Esses documentos consistem em reproduções do Decreto Federal de 3 de agosto de 1894 para se erguer a estátua do Marechal Deodoro da Fonseca; da notícia do Jornal do Comércio de 28 de outubro de 1892 sobre o túmulo de Deodoro da Fonseca; do Decreto Federal de 24 de janeiro de 1891 para se erigir a estátua de Benjamin Constant; da transcrição do Diário Oficial da União de 20 de outubro de 1894 sobre o assentamento da pedra fundamental da estátua de Benjamin Constant; do Decreto Federal de 1 de junho de 1895 sobre os funerais do Marechal Floriano Peixoto; do Decreto Estadual de São Paulo de 12 de agosto de 1895 para se erigir a estátua do Marechal Floriano Peixoto.

⁸⁹² MACHADO DE ASSIS. 28 de agosto de 1892. In: _____. *A semana*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1946. v.1, p. 114. As abordagens cômica e patética dos heróis de 15 de Novembro e da tradição republicana nesse período: FLORES, E. C. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v. 1) p. 58-59.

⁸⁹³ Vítima do autoritarismo e do estado de sítio, os positivistas não perdoaram o passado monarquista de Deodoro e a pretensa fidelidade ao monarca. FERREIRA NETO, E. L. A elaboração positivista da memória republicana. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 87, p. 79-103, out./ dez. 1986. Alencar Araripe não pode ser caracterizado como um “positivista” ou ter sido “influenciado” pelo Positivismo como a historiografia indica para outros sócios do IHGB: Tristão de Alencar Araripe Júnior, Capistrano de Abreu, Clóvis Beviláqua, Américo Brasiliense, José Veríssimo, José Isidoro Martins Júnior, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Barbosa Lima. Mas sua abordagem do passado o aproxima do Apostolado de Teixeira Mendes: os mortos despertam sentimentos de otimismo nos vivos; a República não foi um evento do acaso, mas um ideal observado nas diversas etapas de desenvolvimento do país; leis históricas; importância da estatutária. O Conselheiro Araripe justamente compôs o ministério (Lucena) que alijou do primeiro escalão os positivistas e republicanos históricos.

⁸⁹⁴ PÉCOR, 2002, p. 48.

na cultura histórica, os primeiros textos sobre o passado republicano surgiram concomitantemente às primeiras estátuas. O bronze e o mármore reforçavam as escritas, materializando sentimentos democráticos. Coligir, metodizar, registrar e... estatuar.

Ao finalizar a escrita desse artigo em fins de 1896, Tristão de Alencar Araripe deixou de lado a intensa discussão, após novembro de 1891, sobre a legitimidade e a legalidade do poder assumido por Floriano Peixoto. Porém, acredito que não tenha deixado de lado a sua visão republicana para a instabilidade presente no primeiro mandato do presidente civil. Anteriormente, no governo do Marechal de Ferro (1891-1894), houve o cisma entre os intelectuais quando alguns dos antigos admiradores da República fugiram da capital para evitar a prisão. O governo de Floriano Peixoto foi marcado por longos e sérios conflitos. A sua permanência na Presidência da República foi questionada com vigor por sócios do Instituto Histórico. Caso exemplar foi o Manifesto dos 13 Generais de 31 de março de 1892, enviado em 6 de abril a Floriano Peixoto e assinado pelo então 2º vice-presidente do Instituto Histórico, General João Severiano da Fonseca.⁸⁹⁵ Todos os envolvidos foram reformados. Perseguições, prisões, estados de sítio, manifestações populares, empastelamento de jornais, revoltas armadas, fuzilamentos e degolas mancharam, nas páginas da Revista do IHGB, a República tão festejada por Araripe. E, para encobrir as cisões entre os republicanos, o Marechal de Ferro proclamava a existência de manobras contrarrevolucionárias pelos monarquistas. No entanto, mais forte que a ação monarquista era o receio que dela se tinha e, em seu nome, eram justificados os atos de violência que consolidassem o novo regime.⁸⁹⁶ Em testamento político, Floriano Peixoto advertiu que o grande perigo vinha dos monarquistas, sempre em atividade para restaurar o regime deposto: “O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta mas contínua e surda. Alerta, pois”.⁸⁹⁷ Essa firmeza contra a suposta restauração monárquica foi louvada por Araripe no trecho transcrito acima.

Ao substituir Floriano Peixoto, o primeiro Presidente civil, Prudente de Moraes, recebeu a difícil herança do jacobinismo: “era esmagador o peso da herança florianesca”.⁸⁹⁸ A questão do “espectro do militarismo” assustava tanto a republicanos como a monarquistas. Após a

⁸⁹⁵ BONAVIDES; AMARAL, 2002, v. 3, p. 327.

⁸⁹⁶ JANOTTI, M. de L. M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 56.

⁸⁹⁷ *O Jacobino*, Rio de Janeiro, 29 set. 1895 citado por QUEIROZ, S. R. R. *Os radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 89.

⁸⁹⁸ SILVA, 1987, p. 30. De acordo com Rodrigo Octavio, sócio do IHGB e secretário de Prudente de Moraes, por “espírito jacobino” se entende o exaltamento político, partidário e intolerante. OCTAVIO, R. *Minhas memórias dos outros: 1ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 118. Esse entendimento, que caracteriza a atitude de Alencar Araripe na ocasião, não pode ser estendido à utopia da democracia direta com a participação de todos os cidadãos (o extremismo revolucionário, o radicalismo republicano) como foi visto o jacobinismo em: CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas, o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a. p. 9.

saída de Floriano do poder, “um surdo rumor de espadas e sabres pairava no ar”.⁸⁹⁹ Em agosto de 1895 nova questão militar foi esboçada, mas malogrou. Ao final desse ano, no discurso do Presidente do IHGB, constaram palavras de aversão ao “despotismo militar” e às “tirantias revolucionárias”.⁹⁰⁰ Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Sílvio Romero e Afonso Celso foram exemplos de intelectuais que escreveram no período, condenando o militarismo como “enfermidade da República”.⁹⁰¹ Em novembro do ano seguinte, o vice-Presidente da República Manoel Vitorino assumiu a presidência. Deslumbrado pelo poder, ele atraiu as simpatias dos jacobinos. As ameaças de deposição de Prudente de Moraes aumentaram e chegaram à tentativa de assassinato do Presidente. Batalhões patrióticos intitulados *Tiradentes*, *Benjamin Constant*, *Deodoro* foram reorganizados. Em artigos publicados, a partir de 1890, o ex-colega de Araripe no IHGB e monarquista convicto Visconde de Taunay derramou toda sua mágoa pela situação. Ele aproximou Tristão de Alencar Araripe das hordas republicanas mais radicais: “outrora Conselheiro e hoje muito propenso ao jacobinismo”, como também “às exagerações terroristas e jacobínicas”.⁹⁰² Foi nesse contexto de retorno ao militarismo e de intransigente jacobinismo que o Conselheiro Araripe finalizou a escrita do texto *Três cidadãos beneméritos da República* em 1896.

Esse artigo de Araripe sobre Deodoro, Benjamin e Floriano, publicado em 1897 na Revista do IHGB, quando o autor integrava a Comissão de Redação, gerou indignações e constrangimentos na associação. Os sócios Tomás Garcez Paranhos Montenegro, Barão de Santa Ana Nery e Barão Homem de Melo protestaram contra a publicação de trabalhos sem a prévia aprovação da maioria da Comissão de Redação.⁹⁰³ Henrique Raffard, secretário do Instituto, destacou que, apesar do espírito de imparcialidade da maioria da Comissão, os demais integrantes não tomaram conhecimento do conteúdo do artigo. Os outros dois integrantes da Comissão, afora Araripe, eram o próprio Raffard e Homem de Melo. O 1º secretário do IHGB apontou que as páginas da Revista estavam franqueadas aos artigos de louvor não só a D. Pedro II. Contudo, no entendimento de Raffard, até aquele momento, ou

⁸⁹⁹ FAORO, 2008, p. 632.

⁹⁰⁰ Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1895. *RIHGB*, t. 58, parte 2, p. 402-403, 1896. Sobre a militarização da política: FLORES, 2003, p. 64.

⁹⁰¹ MARTINS, 2010, v. 4, p. 545-594. Ao longo de 1892-1893, o Presidente Floriano Peixoto esteve no cerne de várias polêmicas entre os grupos que se definiram rapidamente ao seu redor: de um lado se colocaram escritores como Pardal Mallet e Olavo Bilac que investiram furiosamente contra seu governo; do outro, estiveram os chamados jacobinos e/ou florianistas que defenderam nas ruas e nos jornais a política do Marechal. SILVA, A. C. F. da. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. 2001. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2001.

⁹⁰² TAUNAY, A. de E. *Império e República*. São Paulo: Melhoramentos, 1933. p. 6 e 9. A posição contrária ao jacobinismo, militarismo, florianismo e republicanismo exaltado dos letrados na época, por Euclides da Cunha e Lima Barreto, foi analisada por: SEVCENKO, 2003.

⁹⁰³ Sessão em 8 de agosto de 1897. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 350, 1897.

seja, até 1897, nem ao finado Imperador tinham sido dirigidos escritos laudatórios como os redigidos por Alencar Araripe para os cidadãos beneméritos da República. Henrique Raffard encerrou o relatório lembrando a todos que o Instituto Histórico não era sectário de nenhum credo político.⁹⁰⁴ Pelo visto, Araripe escreveu, aprovou e publicou seu trabalho de duvidoso espírito de imparcialidade.

Tristão de Alencar Araripe não perdeu a oportunidade de inserir em 1897, nas páginas do periódico: o trabalho de Antonio José da Silva Paulet sobre o Ceará que deu destaque para a então vila de Icó, “a mais povoada e civilizada da comarca”,⁹⁰⁵ e a íntegra da história de Francisco Muniz Tavares sobre “as sevícias praticadas contra os nobres esforços dos patriotas de 1817” no Norte.⁹⁰⁶ Não desconsidero que talvez tenham sido publicados sem autorização da Comissão de Redação do Instituto, como ocorrera com o artigo *Três cidadãos beneméritos da República*. A memória de Paulet, possivelmente, subsidiara Araripe, que não a citou, na *História da província do Ceará* (1867). O autor da história da democrática revolução de 1817, publicada em Recife (1840), foi coparticipante do movimento e, segundo Araripe, “testemunha presencial dos acontecimentos que escreveu, apresentando depoimento consciencioso e leal”.⁹⁰⁷ Nas eleições ao final de 1897, Tristão de Alencar Araripe não foi reeleito para a Comissão de Estatutos e Redação da Revista, somente para a Tesouraria e para a Comissão de Pesquisa de Manuscritos.⁹⁰⁸ Na primeira sessão de 1898 o sócio solicitou dispensa da Tesouraria do Instituto.⁹⁰⁹ Como prêmio de consolação, recebeu parecer favorável para ser alçado a sócio benemérito do IHGB.⁹¹⁰ Afastou-se das discussões e compareceu eventualmente às reuniões periódicas. A avançada idade igualmente não pode ser desconsiderada na aposentadoria compulsória de Araripe na política, na magistratura e nas letras. Da Comissão de Pesquisa de Manuscritos (1897 e 1899) foi colocado nas de Arqueologia e Etnografia (1899-1904, 1907) e Fundos e Orçamento (1906). Essas comissões

⁹⁰⁴ RAFFARD, H. Relatório dos trabalhos de 1897. Sessão em 15 de dezembro de 1897. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 443, 1897.

⁹⁰⁵ PAULET, A. J. da S. Descrição Geográfica abreviada da Capitania do Ceará. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 75-101, 1897. Na página final, constou uma nota de Alencar Araripe explicando detalhes do texto e o proveito para utilização da memória inédita. Foram feitas retificações a esse trabalho em: CARREIRA, L. de C. Descrição Geográfica abreviada da Capitania do Ceará. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 109-133, 1897.

⁹⁰⁶ TAVARES, F. M. História da revolução em Pernambuco em 1817. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 103-291, 1897. A participação do Ceará na revolução foi relatada no capítulo oitavo pelas ações do padre José Martiniano de Alencar. O pai de Tristão de Alencar Araripe não foi mencionado por Tavares, contudo, o filho tratou de inserir seu nome em uma nota apropriada na defesa do movimento democrático (p. 157n). Francisco Muniz Tavares (1793-1876) foi colega do pai de Tristão de Alencar Araripe nas sublevações do Norte, e foi fundador e presidente do IAGP. Eleito sócio do IHGB em 1845, Tavares renunciou em 1860.

⁹⁰⁷ *Ibid.*, p. 291n.

⁹⁰⁸ Sessão de eleição da Mesa e Comissões para 1898. Sessão em 23 de dezembro de 1897. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 493-496, 1897.

⁹⁰⁹ Sessão em 6 de março de 1898. *RIHGB*, t. 61, parte 2, p. 569, 1899.

⁹¹⁰ Sessão em 15 de maio de 1898. *RIHGB*, t. 61, parte 2, p. 592, 1899.

poucas vezes foram chamadas a atuar. Após os constrangedores textos no tomo de 1897, nenhum outro trabalho de Tristão de Alencar Araripe apareceu na Revista do IHGB.⁹¹¹ O panegírico a Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto permaneceria como o texto de despedida do historiador do Instituto Histórico.

Em 1908, onze anos depois das publicações dos textos no tomo que funcionaria como epílogo de sua produção, faleceu o Conselheiro Araripe na Capital da República. Após sua morte, vários documentos sobre o conturbado passado recente do Ceará aportaram nos arquivos dos Institutos Históricos no Rio de Janeiro e em Fortaleza: outros pesquisadores, a partir de agora, poderiam utilizá-los para narrar a história das revoluções no Norte.⁹¹² Embora fosse aventada a escrita da “futura biografia desse varão digníssimo” na discreta menção pelo secretário perpétuo do IHGB nos cem anos de seu nascimento, até o momento ela não foi redigida. O nome se confunde com o do pai, filho e descendentes; a produção continua esparsa, pouco e mal analisada. A contribuição do letrado cearense para a cultura histórica oitocentista não se restringiu às histórias provinciais, às memórias de contestações ao poder monárquico, aos estudos geográficos, às traduções de clássicos da historiografia europeia, às compilações jurídicas. Os ventos da República lhe inspiraram outra verve escriturária: a poesia patriótica.

Dois dias depois de proclamado o novo regime, Araripe terminou os versos de *Viva a lei republicana*.⁹¹³ O autor festejou a queda do trono, o surgimento da liberdade, a união na federação e a paz sem guerra. Em março de 1894 escreveu o soneto *República triunfante*, dedicado à mocidade da Escola Militar e dos Batalhões Voluntários na Revolta da Armada.⁹¹⁴ O autor condenou a traição dos “íngratsos filhos”, louvou a república gentil e desejou o caminho da paz. Em 1895, a nobreza, o heroísmo, a candura, o galardão do Marechal Floriano foram registradas nos versos ao salvador da Pátria.⁹¹⁵ Dois anos depois, a pena de Araripe

⁹¹¹ Após esses episódios, três trabalhos publicados na Revista do IHGB foram republicados no periódico do Instituto do Ceará: Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. *RIC*, t. 27, p. 243-248, 1913; Independência no Maranhão. *RIC*, t. 15, p. 77-83, 1901 e t. 27, p. 249-260, 1913; Retificações Históricas. *RIC*, t. 27, p. 261-267, 1913.

⁹¹² Dos documentos encaminhados pelo filho Tristão de Alencar Araripe Júnior a Max Fleiuss, então secretário do Instituto: IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe (ACP09)*. Lata 317. Igualmente, vários documentos sobre a história do Ceará, entre 1817 e 1845, foram encaminhados por Araripe Júnior ao Instituto do Ceará: Relação dos documentos e notas sobre a História do Ceará coligidos pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe oferecidos ao Instituto Histórico do Ceará por seu filho Dr. T. A. Araripe Júnior. *RIC*, t. 25, p. 58-60, 1911.

⁹¹³ ARARIPE, T. de A. *Viva a lei republicana*. 17 de novembro de 1889 (Rio de Janeiro). IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe (ACP09)*. Lata 331, pasta 1.

⁹¹⁴ Id. *República triunfante*. 13 de março de 1894 (Rio de Janeiro). IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe (ACP09)*. Lata 331, pasta 1. Foi publicado no jornal *Paiz* de 15 de março de 1894.

⁹¹⁵ Id. *Ao Marechal Floriano Peixoto*. Maio de 1895 (Rio de Janeiro). IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe (ACP09)*. Lata 331, pasta 1.

homenageou aquele que erguera o gládio e fizera cair a Monarquia, o bom soldado que guiara a República sem violência: o egrégio Marechal Deodoro, o gênio perfeito.⁹¹⁶ No alvorecer do novo século, ao se comemorar os dez anos de falecimento do fundador da República, o historiador-poeta voltou a louvar o gênio do Brasil, o ínclito varão.⁹¹⁷ Como se observa, afora a burocracia e a história, Araripe redobrou os esforços em prol do novo regime com a poesia.

Ainda que a verve poética de Araripe não tenha comparecido nas páginas da Revista do IHGB, a inspiração patriótica orientou o discurso para louvar os méritos de Deodoro da Fonseca, eleito Presidente Honorário do Instituto, na primeira sessão após o falecimento do Generalíssimo. Antes de Araripe se pronunciar, o resistente Manoel Francisco Correia leu a notícia de falecimento do “valente cabo de guerra”, mas lembrou aos presentes que “não é quando estão ainda palpitantes os memoráveis feitos de momentoso alcance político, em que tomou proeminente parte o nosso finado consócio, que se pode proferir o juízo da História sobre o seu procedimento”. Seria necessária a intervenção do tempo para amortecer as paixões.⁹¹⁸ Logo a seguir, Araripe tomou a palavra para louvar o Generalíssimo e se candidatou representante do IHGB na missa de passamento do antigo chefe. Em meio às paixões e interesses políticos, de acordo com Araripe, não seria possível o julgamento imparcial e sincero daquele cidadão. Deodoro da Fonseca guiou o povo num momento crítico “sem convulsões sanguinosas, nem gravame dos direitos dos seus compatriotas”. Ele firmou a República Federativa que constituía “a grandeza sem par do Brasil, para a qual o predestinou a Providência ante a América e o mundo inteiro”.⁹¹⁹ Dizendo não lavrar o elogio do “egrégio cidadão”, Araripe apontou que Deodoro foi “a mais conspícua figura da proclamação das instituições republicanas”, sob cujo regime o país vivia e se desenvolvia. Exaltado na ocasião como patriota, no futuro ele seria sagrado herói. Após parágrafos de admiração ao primeiro Presidente do país, Araripe disse saber que aquele recinto era uma arena literária e que era regra da Casa o afastamento de manifestações políticas. Contudo, não deixaria de aplaudir “a nobreza das ações e a generosidade dos sentimentos dos cidadãos beneméritos, a cuja memória as letras se consagram”. De acordo com o historiador, “a magnanimidade d’alma do preclaríssimo general brasileiro será devidamente reconhecida e burilada na História”.⁹²⁰ O

⁹¹⁶ Id. *Ao Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, reminiscência*. 23 de agosto de 1897 (Rio de Janeiro). IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe* (ACP09). Lata 331, pasta 1.

⁹¹⁷ Id. *Estátua do Marechal, soneto*. 23 de agosto de 1901 (Rio de Janeiro). IHGB. Arquivo e coleções particulares. *Acervo Alencar Araripe* (ACP09). Lata 331, pasta 1. A louvação de Deodoro como militar na defesa da República procurou apagar a imagem do falecido em seu funeral. O primeiro Presidente do Brasil, diante do desgosto, pediu para ser enterrado em trajes civis e sem homenagens oficiais.

⁹¹⁸ Sessão em 26 de agosto de 1892. *RIHGB*, t. 55, parte 2, p. 345, 1893.

⁹¹⁹ *Ibid.*, p. 346.

⁹²⁰ *Ibid.*, p. 348.

decorso do tempo não foi muito longo para o reconhecimento das ações do Generalíssimo pela História. Em 1895, na nota ao texto *Indicações sobre a História Nacional*, o historiador cearense apontou, julgou e perpetuou a heroicidade e o mérito moral da ação de Deodoro da Fonseca.

Essa exacerbação patriótica me fez retomar algumas palavras do então obscuro historiador. Tristão de Alencar Araripe, no pequeno texto que explicou sua mudança do Partido Liberal para o Conservador em 1869 no Recife, defendeu o princípio monárquico “que assegura a majestosa união do grande Império, pelo vigor de sua ação; que firma a paz pública pelo amortecimento das ambições desregradadas; que protege o desenvolvimento da liberdade do cidadão pela isenção de contrários interesses, que leva a dignidade nacional pela representação de um grande povo; e que, portanto nos afiança lisonjeiro e próspero futuro”.⁹²¹ Antes de ser recebido na Corte, o candidato a historiador asseverou que a Monarquia Constitucional dignificava o homem e engrandecia o cidadão. Só havia motivos de aplausos para o regime. Em 1822, de acordo com Araripe, o Brasil quis ser monárquico. Nossa índole era afeta à realeza. Na nossa terra, a ideia monárquica era “forte, arraigada e preponderante”. *A Confederação do Equador* não teve por fim a república; ela foi simples meio. O autor foi categórico: “Condeno, e condeno fortemente a revolução.”⁹²² O trono brasileiro estava firmado na consciência e no amor do povo. Não havia causa para revolução no Brasil. De acordo com o cearense, o povo sabia que as revoluções sacrificavam seus interesses.⁹²³ Cinco anos depois, em São Paulo, recebido e reconhecido na Corte, o recém-intitulado Conselheiro seguia convicto. Conclamava os congêneres a cultivar a Monarquia democrática que nos abrigava do “excessivo ardor das paixões” e nos trazia abundância e prosperidade, base de uma civilização pujante: “Império vasto, sossego e felicidade no interior, respeito e estima no exterior, tal o fruto da Monarquia Constitucional fundada por nossos pais e justificada pelo tempo.”⁹²⁴ Fundada por nossos pais? Ou contestada por eles? Justificada ou caducada pelo tempo? Em dez anos muita coisa mudaria: a situação no país e o ponto de vista do autor.

Para finalizar esse capítulo, cabe ressaltar que as *Indicações sobre a História Nacional* foram publicadas quando Tristão de Alencar Araripe Júnior, que tantas vezes ofusca as referências letradas ao pai, ingressou no Instituto Histórico. O Júnior chegou ao IHGB no

⁹²¹ ARARIPE, T. de A. *Ligeira análise do folheto publicado na Corte sob o título O Rei e o Partido Liberal*. Recife: Tip. do Correio Pernambucano, 1869. p. 3. O folheto foi escrito por Saldanha Marinho em 1869. Em 1885, esse folheto foi reimpresso com alguns comentários adicionais e recebeu o título de *A monarquia ou a política do rei*.

⁹²² *Ibid.*, p. 9.

⁹²³ *Ibid.*, p. 19.

⁹²⁴ *Id.* *Discurso proferido na instalação da relação de São Paulo no dia 3 de fevereiro de 1874 pelo seu presidente*. São Paulo: Tip. Alemã, [1874?].

momento em que, segundo ele, “as letras pátrias parecem receber um poderoso impulso e, com as agitações políticas, todas as forças vivas da nação se levantam para amparar o futuro”.⁹²⁵ Mas as contribuições do neto do herói das revoluções de 1817 e 1824 para a cultura histórica e afirmação da República não foram feitas pelas crônicas, memórias, ensaios. Ele não se envolveu nos assuntos familiares e no provincialismo republicano cearense.⁹²⁶ No parecer da Comissão de História, Araripe Júnior foi apresentado como filho do probo tesoureiro da Casa e como escritor diferenciado ao lado de historiadores, geógrafos, etnógrafos: “De há muito que em todos os países cultos busca-se propagar conhecimentos históricos e geográficos por meio do *Romance*, que com forma mais amena atrai a atenção dos leitores, e destrói a aridez própria de estudos d’essa ordem”.⁹²⁷ Tais palavras faziam coro às de José Veríssimo quando, ao analisar a produção de Machado de Assis, disse que “os romancistas são a seu modo historiadores e sociólogos e não sei se não serão os melhores”.⁹²⁸ Araripe Júnior, o romancista propagandeador de conhecimento histórico, teve somente um trabalho publicado na Revista do Instituto,⁹²⁹ porém a Casa da História foi responsável por envolvê-lo no erro que perdura até hoje. Fonte de consulta obrigatória para os pesquisadores interessados no IHGB, o *Dicionário Biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros* lhe atribuiu a autoria do trabalho do pai: as *Indicações sobre a História Nacional*.⁹³⁰

Ao examinar e recolocar o texto de 1894/1895, deparei-me com um texto renegado que caiu num limbo autoral. As opções políticas do escritor bloquearam a disseminação das contribuições apresentadas ao IHGB e publicadas pela Revista, tendo como temática central a concepção de modelos para a escrita da história do Brasil após a queda do antigo regime. Apesar de modificar sua postura perante os regimes de governo, assim como fizera com a sua opção partidária, expondo ou reprimindo ideais de família, Tristão de Alencar Araripe passou para a História como historiador monarquista e burocrata republicano. A produção historiográfica publicada sob os novos tempos da República feneceu diante dos estudos de

⁹²⁵ ARARIPE JÚNIOR, T. de. Um romancista do Norte [1894]. In: _____. *Obra crítica (1868-1887)*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1958. v. 5, p. 255.

⁹²⁶ O clima jurídico em que o bacharel Araripe Júnior vivia o levou, como o pai, aos estudos sobre as obras de Direito: “o crítico e o jurista aí nitidamente se confundem”. MOREIRA, T. M. Prefácio. In: ARARIPE JÚNIOR, 1958, v. 4, p. VII.

⁹²⁷ Sessão em 12 de maio de 1893. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 166, 1894 (grifo no original). Araripe Júnior foi aprovado sócio efetivo em votação na sessão de 30 de junho de 1893.

⁹²⁸ VERÍSSIMO, J. Machado de Assis. In: _____. *Estudos de literatura brasileira: 6ª série*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977b. p. 106.

⁹²⁹ ARARIPE JUNIOR, T. de. Anchieta: a doença eucarística do noviço José. *RIHGB*, t. 75, parte 2, p. 51-67, 1912b.

⁹³⁰ TAPAJÓS, V. (Org.). *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros (1881-1920)*. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. v. 4, p. 17.

legitimação da Monarquia nos trópicos e de sua ativa participação burocrática na consolidação do novo regime militar. Ao considerarem textos e contexto, os leitores lhe negaram as qualidades de historiador republicano e ignoraram o ensaio teórico-metodológico. A propalada imparcialidade teve limites. O Conselheiro Araripe ultrapassou-os. Com os servos do poder não poderia vir tão declaradamente a prática da História servil. A manobra historiográfica de Araripe exemplificava o que Brás Cubas ironicamente proclamou em 1880: “Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo.”⁹³¹

Se isso sucedeu com um dos obreiros mais prestimosos na Casa da História, como os demais praticantes do ofício, ali reunidos, seriam afetados pelos novos ventos da República? O que tornava alguém historiador antes de 1889 continuaria a certifica-lo depois? O texto normativo de Araripe consubstanciaria questões unânimes discutidas nas sessões e publicadas no periódico da instituição? Que sujeitos e episódios afetados por passados republicanos seriam discutidos quando não mais se teria a presença constante do Imperador nas suas reuniões? Seria aquele o momento adequado para a escrita do tão esperado grande livro sobre o passado do país? De posse de tais indagações, passo para o capítulo final.

⁹³¹ MACHADO DE ASSIS, J. M. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Globo, 2008. p. 46. A 1ª edição em livro foi de 1881, mas fora publicado em folhetim no ano anterior.

6

COMO CUMPRE ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL APÓS 1889

Nesse esforço de reflexão e escrita da história sob o tumultuado período de instauração do novo regime no país, Tristão de Alencar Araripe não foi um obreiro solitário. O ensaio *Indicações sobre a História Nacional*, reescrito para legitimação da República no Brasil e para normatização de seu registro, integrou a cultura histórica quando novas exigências estavam sendo imputadas àqueles que se interessavam pelos tempos pretéritos nos mais distantes rincões do país. O autor – do candidato de historiador ao letrado reconhecido e em vias de esquecimento – integrou um grupo muito peculiar ao transitar por dois regimes de governo, problematizando o conhecimento histórico, em que passados, presentes e futuros estavam tendo os significados alterados e as temporalidades reordenadas. Além disso, a extinção das províncias, a criação dos Estados e a pretensa união ao redor da recente revolução republicana não arrefeceram os sentimentos de outrora: os provincialismos. Perscrutemos como as experiências passadas foram resgatadas, coletadas, documentadas, imaginadas, inventadas, amalgamadas, regionalizadas, julgadas e contestadas a partir da Casa da História.

6.1 No Instituto Histórico: diretrizes em desarmonia para os estados⁹³²

Pelas fortes ligações com o regime deposto e o monarca exilado, o Instituto Histórico foi açoitado por incertezas, retaliações e cerrou suas portas temporariamente. Apesar dos discursos de submissão pronunciados pelos sócios mais atuantes e da adesão dos “viracacas”, como a do Barão Homem de Melo⁹³³ por exemplo, a instituição passou a ser vista como “ninho de sebastianistas”. Os esforços da diretoria para minimizar essa pecha,

⁹³² Neste subcapítulo recupero e sintetizo as pesquisas expostas na minha dissertação de mestrado: HRUBY, 2007. Julguei necessário repassá-las partindo do texto gerador de Araripe. A falta de notas para melhor explicar o texto de agora, como os dados biobibliográficos dos sócios citados, convida o leitor a consultar a citada pesquisa. Após a defesa de minha dissertação, foi lançado o livro de Lúcia Guimarães sobre o tema, ou seja, o IHGB após a queda da Monarquia. Valendo-se de uma abordagem institucional, a autora privilegiou a retomada dos trabalhos, principalmente, a partir da gestão do Barão do Rio Branco (1908-1912) e a atuação da tríade Afonso Celso, Max Fleiuss e Ramiz Galvão: GUIMARÃES, L., 2007.

⁹³³ O Barão Homem de Melo, então 1º secretário do IHGB, apesar de não estar presente à primeira sessão após a queda do trono, enviou uma proposta para que se nomeasse uma comissão, da qual desejava fazer parte, para ir cumprimentar em nome do Instituto o Governo Provisório. Sessão em 29 de novembro de 1889. *RIHGB*, t. 52, parte 2, p. 529, 1889. Homem de Melo teve “convivência íntima” com Deodoro da Fonseca. No discurso como orador oficial na sessão de 1º aniversário da República na Intendência Municipal, suas palavras exaltaram o “primeiro cidadão” e o 15 de novembro como já pertencente ao juízo imparcial da História. MATTOS, 1937, p. 331-333.

principalmente pelo empenho do Presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro e do tesoureiro Tristão de Alencar Araripe, se enquadram na estratégia de sobrevivência para que o Instituto não encerrasse as atividades. A direção se esmerou, afora disponibilizar saberes aos novos dirigentes e trazer para o plantel importantes nomes de políticos vinculados ao governo, por estabelecer amplos laços com letrados avessos ao regime instaurado. Em razão disso, expressivo número de nostálgicos e de atuantes restauradores se sentou lado a lado com simpatizantes, dependentes, adesistas e ardorosos defensores republicanos. Apesar do esforço da diretoria por delimitar os espaços de discussão, os tumultos do lado de fora acabaram por perturbar a neutralidade, a calma e o silêncio tão defendidos no lado de dentro.

Nocauteados ante a rapidez do desmoronamento do regime a quem fervorosamente serviam, os sócios do Instituto reavaliaram paulatinamente aquele projeto de escrita da História Nacional gestado desde 1838 a fim de que o Instituto Histórico não se tornasse uma instituição obsoleta. As concepções sobre a História e as atividades do historiador se fragilizaram perante a alteridade de reflexões oriunda da heterogeneidade do quadro social. Após o Quinze de Novembro, houve a necessidade de adaptar as diretrizes de Cunha Barbosa, São Leopoldo, Varnhagen, Silva Pontes, Martius ou confeccionar novas para orientar os sócios na substituição dos outrora historiadores monárquicos-constitucionais-unitários. Ao lado do ensaio de Araripe, amplas e controvertidas propostas surgiram por pesquisadores afetados pela crise de consciência histórica. Com o surgimento de divergências e para que as partes em litígio chegassem a um acordo, se fez necessário que cada posição estivesse consciente do “caráter particular de suas perspectivas”. A consciência histórica *moderna* assumia, assim, uma posição reflexiva com relação a tudo que lhe era transmitido pela tradição, pois o historiador não mais escutaria “beatificamente a voz que lhe chega do passado”.⁹³⁴ Considerando a delicada e indefinida situação institucional e política, e as controvérsias e o reexame dos tempos pretéritos, investigarei o possível diálogo no interior do Instituto Histórico entre as novas diretrizes e as *Indicações sobre a História Nacional*.

Nos discursos, a partir de 1889, houve várias referências à História como facho de verdade abrindo espaço ao vivificante influxo da civilização e do progresso; para fazer previsões sobre o futuro, visto que pelas lições do passado distinguiríamos o raio matinal do porvir; no aperfeiçoamento moral da sociedade; como um saber para prever a fim de prover; para descobrir a rota seguida pela Humanidade na marcha progressiva e conhecer a sua

⁹³⁴ GADAMER, H. G. *O problema da consciência histórica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 17-18. Pierre Nora, na organização de trabalhos de ego-história, aponta a nova idade da consciência histórica que nasce do abalo das referências clássicas da objetividade histórica e da investigação pelo olhar presente do historiador. NORA, P. (Org.). *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 9.

trajetória futura; dar ao homem a vidência do futuro através das névoas do presente; ver os erros dos antepassados e corrigir os nossos com as lições que nos legaram; buscar a consciência nacional, dar estabilidade no presente e base para a confiança no futuro.⁹³⁵ Em tal modo de relação temporal, o exemplar ligava o passado ao futuro pelas lições a serem seguidas: *historia magistra vitae*. A História, como mestra da vida, era, e assim os sócios não cansavam de reafirmar, o princípio coerente com aquele lugar de culto ao passado, imprescindível, independente da forma de governo, às classes dirigentes e aos cidadãos para que o país pudesse se tornar grande no concerto das nações (civilizadas).

Nessa concepção, os grandes sujeitos e seus atos serviam de exemplo às gerações futuras. Aquino e Castro, Presidente do IHGB e peça-chave na reorientação dos trabalhos pós-1889, falou que à História caberia delinear o caráter pessoal e político dos homens que mais se distinguiram e descrever a influência que exerceram sobre a época e o meio social em que atuaram. Os exemplos dados pelos grandes homens não morreriam e sobreviveriam na História para instruírem os pósteros. Esses “homens de caráter” eram vistos nos grandes chefes, reis, sacerdotes, sábios, estadistas e patriotas que constituíam a “legítima aristocracia do gênero humano”.⁹³⁶ Entretanto, o sócio João Coelho Gomes Ribeiro tinha ponto de vista diferente do de seu Presidente: os grandes homens não tinham nenhum influxo real sobre a evolução geral da Humanidade, pois o “individualismo histórico” estava decaindo pela “marcha avassaladora da teoria coletivista”. Tais sujeitos sempre seriam resultantes do estado geral do desenvolvimento do meio.⁹³⁷ Pedro Lessa, de maneira semelhante, discordava do “paradoxo de Carlyle” – Thomas Carlyle autor de *Sobre os heróis, o culto do herói e o heroico na história*, 1841 – para quem a História Universal consistia, essencialmente, nas biografias reunidas dos heróis. O grande homem era produto do meio social porque “antes que um grande homem possa refazer uma sociedade, é preciso que a sociedade o faça”.⁹³⁸ A essa questão havia outra diminuta proposta em meio aos brasileiros ilustres: o *povo*, entidade imprecisa mencionada desde o primeiro momento historiográfico, mas importante nos

⁹³⁵ Frases presentes em: Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1892. *RIHGB*, t. 55, parte 2, p. 427, 1893; CASTRO, O. H. de A. e. O Quarto Centenário do Brasil. In: IHGB. *Suplemento Especial*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1901. p. 77; Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1898. *RIHGB*, t. 61, parte 2, p. 735, 1899; Sessão em 10 de outubro de 1911. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 639, 1911; Sessão em 15 de julho de 1911. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 522, 1911; Sessão em 9 de novembro de 1900. *RIHGB*, t. 63, parte 2, p. 512, 1902; Sessão em 6 de novembro de 1903. *RIHGB*, t. 66, parte 2, p. 272, 1905 e Sessão em 1º de julho de 1907. *RIHGB*, t. 70, parte 2, p. 727-728, 1908.

⁹³⁶ Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1898. *RIHGB*, t. 61, parte 2, p. 733, 1899.

⁹³⁷ Sessão em 10 de outubro de 1911. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 639-641, 1911.

⁹³⁸ LESSA, P. A. Reflexões sobre o conceito da História. *RIHGB*, t. 69, parte 2, p. 263, 1908. A produção historiográfica do autor, com estudo específico sobre esse texto, foi analisada de maneira não tão aprofundada como o texto merece na recente publicação: GOMES, 2009a, p. 21-52.

argumentos dos letrados. Alfredo do Nascimento Silva fez interessantes reflexões sobre esses sujeitos na História. A finalidade da mestra da vida continuava a mesma; necessária para prevenir pela instrução e moralização. Contudo, os indivíduos a observar seriam outros, os “náufragos do mundo”: os operários, as viúvas carregadas de filhos, órfãos, filhas da pobreza, desgraçados inválidos pela moléstia, homens, mulheres e crianças no fundo do lodaçal dos vícios. Seria indispensável estudá-los no funcionamento do organismo social. Em vez de “se iludir pelas aparências e se fascinar pelas pompas e fastos” e se limitar a narrar crônicas de reis, nobres e vultos, a verdadeira História deveria se preocupar com o povo sempre esquecido.⁹³⁹ O citado sócio Gomes Ribeiro, por sua vez, ressaltou que somente os povos cultos forneciam a matéria-prima das indagações históricas.⁹⁴⁰

Outro ponto a destacar nos princípios orientadores discutidos na instituição está na maneira como os sócios acreditavam que o estudioso da História deveria se portar naqueles dias difíceis. Para Aquino e Castro, a História tinha de ser realizada pelo estudo sério, profundo e refletido, pela análise discreta e esclarecida, pela crítica severa dos fatos e acontecimentos mais notáveis da vida das nações, com exata e fundamentada apreciação de causas e efeitos.⁹⁴¹ Ela deveria se expressar pela linguagem fria, imperturbável, certa, imutável, íntegra e pura, não traduzindo os ímpetos da paixão ou o ardor dos sentimentos. A História deveria se caracterizar pela imparcialidade honesta, inalterável calma, rigorosa exatidão e incontestável justiça. No entanto, essa distância do historiador das questões estudadas, apregoada por Aquino e Castro e, como vimos, também por Araripe, não impedia que o amor à pátria fosse compatível com o amor da verdade que inspirava o historiador.⁹⁴² Por exemplo, na proposta para sócio de André Peixoto de Lacerda Werneck, constou a recomendação pela imparcialidade e vibração patriótica.⁹⁴³

Aos que diziam que o requisito essencial do historiador era não ter opinião, não ter admiração e nem amor, estudando “um fato como um mineralogista estuda uma pedra”, Afonso Arinos de Melo Franco contrapôs a necessidade de a História ser instrumento de patriotismo. Era necessário ter justamente as qualidades que alguns designavam como as do mau historiador: opinião política e patriotismo.⁹⁴⁴ Porém, esse forte sentimento de devoção à pátria atrapalhava os estudos históricos, como a advertência no parecer para admissão do

⁹³⁹ SILVA, A. do N. Um átomo da História pátria, histórico da Sociedade Amante da Instrução. *RIHGB*, t. 55, parte 2, p. 98-102, 1893.

⁹⁴⁰ Sessão em 10 de outubro de 1911. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 642, 1911.

⁹⁴¹ Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1892. *RIHGB*, t. 55, parte 2, p. 428, 1893.

⁹⁴² Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1902. *RIHGB*, t. 65, parte 2, p. 541, 1902.

⁹⁴³ Sessão em 25 de outubro de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 317, 1897.

⁹⁴⁴ Sessão em 21 de agosto de 1903. *RIHGB*, t. 66, parte 2, p. 216, 1905.

candidato Bernardino Guimarães de se levar para a História a perigosa influência dos preceitos da política e do patriotismo.⁹⁴⁵ Bernardo Leite Velho, de forma semelhante, como relator da Comissão de História no parecer sobre a obra de Carlos de Laet *A Imprensa*, declarou que faltavam as características essenciais para classificá-la no grupo dos estudos históricos. Os comentários feitos por Laet deram ao trabalho “uma feição acentuadamente partidária, incompatível com a indispensável neutralidade das obras puramente históricas”.⁹⁴⁶ Leite Velho, no discurso de posse, fez advertências ao historiador sobre as imperfeições na busca da verdade, pois havia “muita mentira, desconfiança e preconceitos de seitas manchados de partidarismos”.⁹⁴⁷ Nessa direção foram as admoestações de Barbosa Lima sobre o risco de o historiador, quando a serviço das paixões subalternas, desfigurar fatos, forjar conjecturas, omitir aspectos significativos, acabando por pintar um quadro que seduzia, transviava, corrompia, desanimava e enfurecia.⁹⁴⁸

Embora o patriotismo para alguns sócios não se mostrava incompatível com o caráter de imparcialidade do historiador, a efervescência política pós-1889 preocupava a outros, pois os sentimentos de amor à pátria eram externados em distintas e muitas vezes contraditórias propostas monarquistas e republicanas de vários matizes partidárias. Em razão disso, a relação entre patriotismo e imparcialidade se tornou tensa e permeou os discursos no IHGB. Como fazer a história sem concebê-la como instrumento de ação e devoção políticas? Apesar dessa relação se ver afetada pelo embate de projetos antagônicos, Manoel Francisco Correia foi conciliador com exemplo bem significativo. Fazendo alegoria ao passado de Roma, mas com claras referências à situação do Brasil, disse que o historiador não poderia ver somente virtudes e austeridade na Roma republicana e vícios e crimes na Roma Imperial. Os historiadores monarquistas deveriam ter palavras de admiração para republicanos egrégios, assim como os demais deveriam mostrar a indignação com monstros republicanos.⁹⁴⁹

Se a missão do historiador era difícil e grandiosa e requeria condições de tempo e lugar a ser atendidas, como repetia Aquino e Castro, no Instituto Histórico de forma geral, desde os primórdios, havia o acordo tácito de que a busca pela pretensa imparcialidade estava no estudo de temas mais distantes no passado. A História não poderia ser escrita pelos coevos. Aos contemporâneos não lhes caberia pronunciar o julgamento definitivo da História. Deveriam unicamente preparar os elementos seguros e esclarecidos para um juízo futuro.

⁹⁴⁵ Sessão em 12 de junho de 1906. *RIHGB*, t. 69, parte 2, p. 381, 1908.

⁹⁴⁶ Sessão em 15 de maio de 1911. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 482, 1911.

⁹⁴⁷ Sessão em 22 de maio de 1903. *RIHGB*, t. 66, parte 2, p. 154, 1905.

⁹⁴⁸ Sessão em 5 de outubro de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 572, 1909.

⁹⁴⁹ Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1897. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 419-420, 1897.

Referindo-se à situação atual, Aquino e Castro manifestou que os sócios reunidos no Instituto se achavam muito próximos dos homens e dos fatos para apreciação imparcial, pois “a voz imperiosa das paixões não consente que escutemos por enquanto a grande voz da História”. Apenas quando se alargar a distância temporal, se poderia julgar sem ilusões, porque os contemporâneos, interessados nos sucessos relatados, impressionados pelas cenas presenciadas e dominados pelo sentimento, pelo afeto, pelas paixões e pela opinião popular, estavam sujeitos ao engano, à precipitação e à iniquidade. Mesmo aqueles que não tomaram parte, mas foram testemunhas, tinham o espírito de observador transviado e a isenção de ânimo turvada para presidir os julgamentos da História. Conforme Aquino e Castro, por mais que o escritor se esforçasse por ser imparcial na narração dos fatos de que foi testemunha, haveria de predominar a influência das ideias, preconceitos e opiniões, como também, os daqueles que o circundavam.⁹⁵⁰

Manoel Francisco Correia, de maneira semelhante, destacou que os fatos relevantes a serem registrados pela História eram envenenados no momento em que ocorriam pelas argúcias da política e pelo alarido dos interesses opostos. A verdade, segundo ele, não seria apurada durante o “torvelinho vertiginoso das paixões”, pois era raro o historiador que dele não participasse.⁹⁵¹ Essa dificuldade no trabalho do historiador na presença de acontecimentos recentes foi exemplificada por Alfredo do Nascimento Silva, no final do século XIX, ao dizer que os registros sobre os fastos no reinado de D. Pedro II e sobre a fase republicana seriam elementos a ser apreciados pela História somente dali a um século.⁹⁵² Até lá os sócios do Instituto Histórico continuariam a auxiliar na preparação da síntese sobre a história do Brasil. A partir da Revista do Instituto, os futuros historiadores teriam sólidas bases para assentar a grande obra que haveria de ser construída. No periódico os pósteros encontrariam os subsídios e dados seguros acumulados pelos sócios para que pudesse ser escrita com “verdade, indefectível retidão, judiciosa crítica e severa imparcialidade a brilhante e instrutiva História do Brasil”.⁹⁵³

A História geral e completa do país ainda não tinha sido feita. Conforme Aquino e Castro, muito já se escreveu, mas uma obra que satisfizesse todas as condições exigidas para o perfeito conhecimento da história do país só mais tarde teria condições de ser publicada.⁹⁵⁴ Alfredo Ferreira de Carvalho, ao tomar posse em 1907, defendeu que era muito cedo para os

⁹⁵⁰ Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1892. *RIHGB*, t. 55, parte 2, p. 429-432, 1893.

⁹⁵¹ Sessão em 19 de maio de 1895. *RIHGB*, t. 58, parte 2, p. 318, 1895.

⁹⁵² SILVA, A. do N. O quarto centenário do Brasil. In: *IHGB. Suplemento especial*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1901. p. 144.

⁹⁵³ CASTRO, O. H. de A. e. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 201, 1897.

⁹⁵⁴ Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 357, 1897.

sócios do Instituto serem arquitetos, devendo continuar como “obreiros diligentes e zelosos” no preparo dos materiais para o grandioso monumento que as gerações futuras ergueriam. Segundo ele, qualquer generalização no presente era estéril por ser prematura; deveriam esperar pelo menos um século até que, após a publicação de documentos, crônicas e monografias, se pudesse ter o livro que satisfaria “as exigências contemporâneas do saber”.⁹⁵⁵ O Barão do Rio Branco aludiu ao papel da Casa da História de coligir e publicar a documentação e os estudos parciais que serviriam, no futuro, para grandes e seguros trabalhos de conjunto sobre o passado do Brasil.⁹⁵⁶ Às gerações vindouras de historiadores caberia tão grandiosa tarefa pela necessidade de grande distância temporal entre o que foi relatado e seu estudo crítico e imparcial. O tempo propiciaria, além da isenção de partidarismos, o levantamento de documentos sobre o passado do Brasil que, até aquele momento, no alvorecer do século XX, era insuficiente. Severiano da Fonseca ressaltou que no passado do país, tal qual “edifício iluminado em noite de festa”, havia muitos intervalos preenchidos por sombras e vultos difíceis de distinguir. Não apareceu nenhum escritor que consubstanciasse em “molde duradouro e correto” o longo trabalho de cronistas e historiadores parciais.⁹⁵⁷ Rio Branco, por sua vez, alegou que, mesmo com os trabalhos de Robert Southey, Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, existiam grandes lacunas no passado brasileiro e muito ainda a se pesquisar.⁹⁵⁸

Em razão de tais lacunas, de acordo com Zeferino Candido, “a boa História brasileira” pedia novo, valioso e definitivo impulso. Era necessário voltar aos arquivos, rever os documentos originais conhecidos e procurar outros, para então, com firmes provas e definitivos exames afirmar a verdade. Deveríamos ter o estudo crítico mais aperfeiçoado e firmado na documentação, a fim de conhecer melhor, saber mais e deduzir menos, como também, ter novas monografias e repositórios de documentos até então desconhecidos.⁹⁵⁹ Tínhamos de abandonar como “joias arqueológicas de museus” tudo o que circulava em livros e monografias baseado em opiniões falsas e irrefletidas, no sobrenatural, no milagre, na metafísica e no acaso. O estudo do passado carecia de profundas remodelações para dotar o país da História real, legítima e incontroversa.⁹⁶⁰ O primeiro trabalho a ser feito, na construção da História Nacional, segundo Zeferino Candido, seria de destruição das lendas

⁹⁵⁵ Sessão em 8 de julho de 1907. *RIHGB*, t. 70, parte 2, p. 733, 1908.

⁹⁵⁶ Sessão em 30 de janeiro de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 423-424, 1909.

⁹⁵⁷ Sessão em 25 de outubro de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 305, 1897.

⁹⁵⁸ Sessão em 30 de janeiro de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 424, 1909.

⁹⁵⁹ Sessão em 12 de dezembro de 1899. *RIHGB*, t. 62, parte 2, p. 398-399, 1900.

⁹⁶⁰ CANDIDO, A. Z. O 4º centenário do descobrimento do Brasil. In: *IHGB. Suplemento especial*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1901. p. 153-208.

pelo grande poder de sedução que tinham. Na única obra sintética e geral que tínhamos no momento, a *História Geral do Brasil* de Varnhagen, havia “muito que retocar, muito que destruir”.⁹⁶¹ A fim de levar em frente esse projeto, o Instituto o enviou aos arquivos e bibliotecas da Espanha e Portugal. Outro sócio envolvido nessa retomada de pesquisas foi o auxiliar da secretaria do Instituto, Norival Soares de Freitas, ao ir trabalhar nos arquivos e bibliotecas de Portugal.⁹⁶² Ele reforçou a necessidade de “verdadeira peregrinação científica” por vários países pela insuficiência de nossos arquivos e bibliotecas.⁹⁶³ Os sócios do Instituto buscavam sanar a falta dos arquivos e preencher as incompletas narrativas.

A escrita da História do Brasil seria delegada aos pósteros e os sócios continuariam com a árdua tarefa de reunir documentos e registrar os acontecimentos. Se o empreendimento não se mostrava tão elevado quanto à consecução do grande livro, havia em comum grandes dificuldades. A tarefa de preparar os elementos seguros e esclarecidos para o julgamento futuro não era tão simples. A própria seleção dos documentos, o mero relato e os estudos parciais eram prejudicados pelas paixões partidárias que, naquele momento, grassavam pelas cidades do país. Para alguns, o amor à pátria ou a alegada tradição não mais bastavam para provar a verdade. Apesar de mais de cinquenta anos de coleta, organização e armazenamento de fontes sobre o passado do país, havia muito trabalho a (re)fazer. Mediante a busca de mais documentos e da revisão de forma crítica dos já levantados, os sócios do IHGB colaborariam com os vindouros. E, para isso, alguns foram adiante e buscaram nas Ciências a força para legitimar a *mãe da verdade*. A *história científica*, como referenciada ao longo das páginas da Revista do Instituto, não propôs a verdade objetiva em que o sujeito se neutralizaria para fazer aparecer o objeto. Os sócios não relacionaram cientificidade com objetividade, neutralidade e imparcialidade. No IHGB, falar de ciência implicou se reportar a leis, ou seja, encadear os fatos culminantes no passado da pátria para verificar as relações de subordinação e dependência entre eles.⁹⁶⁴ A História, assim, seria considerada científica embora imbricada a

⁹⁶¹ Sessão em 12 de dezembro de 1899. *RIHGB*, t. 62, parte 2, p. 398, 1900. O dever do historiador como destruidor de lendas esteve presente nos pronunciamentos de Oliveira Freitas na sessão em 9 de novembro de 1900. *RIHGB*, t. 63, parte 2, p. 512, 1902; Leite Velho na sessão em 22 de maio de 1903. *RIHGB*, t. 66, parte 2, p. 154, 1905; Gomes Ribeiro na sessão em 10 de outubro de 1911. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 642, 1911 e Viveiros de Castro na sessão em 23 de abril de 1912. *RIHGB*, t. 75, parte 2, p. 239, 1912.

⁹⁶² Sessão em 18 de março de 1907. *RIHGB*, t. 70, parte 2, p. 680, 1908.

⁹⁶³ Sessão em 5 de outubro de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 566, 1909. As pesquisas do sócio Manuel de Oliveira Lima, no Museu de Londres, também integraram essa peregrinação arquivística.

⁹⁶⁴ Seja como ciência mista, ciência moral, ciência cosmopolita e ciência social, a cientificidade dos estudos históricos foi aventada por Francisco Correia no Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1897. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 417-419, 1897; Souza Pitanga no Elogio do Orador. Sessão em 15 de dezembro de 1901. *RIHGB*, t. 64, parte 2, p. 388, 1901; Ferreira de Carvalho na sessão em 8 de julho de 1907. *RIHGB*, t. 70, parte 2, p. 732, 1908; Gastão Rauch na sessão em 12 de agosto de 1907. *RIHGB*, t. 70, parte 2, p. 747, 1908; Barbosa Lima na sessão em 5 de outubro de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 573-575, 1909; Gomes Ribeiro na

projetos políticos e discussões teológicas.⁹⁶⁵ A despeito de ser mestra da vida, não haveria incompatibilidade com a confecção da síntese geral e a descoberta de leis. As lições a serem tiradas dos tempos idos seriam reforçadas pelas leis históricas.

Considerando as contribuições dos sócios para o grande livro, retomo as discussões sobre fatos e personagens no passado e presente do país, a fim de examinar como os escritos estavam (des)articulados às práticas do lugar onde eram produzidos. Para isso, dividi os debates por períodos: 1º) 1710-1848, 2º) 1848-1889, 3º) a partir de 1889. A divisão arbitrária me propiciou melhor observar as polêmicas historiográficas ocorridas no Instituto, levando em consideração a participação dos sócios naquilo que relataram, o dever de gratidão a D. Pedro II, a legitimação do novo regime de governo e a narração de acontecimentos recentes. Dos vários assuntos relativos ao 1º período que suscitaram conflitos entre os sócios da instituição quatro foram recorrentes: D. João VI, D. Pedro I, a Independência Nacional e os diversos movimentos contestatórios que eclodiram durante o período colonial e monárquico (1710-1848). Contudo, apesar dessa aparente separação, todos esses personagens e episódios têm intrínsecas ligações, sobrepondo-se nas narrativas publicadas.

Aos louvores a D. João VI e sua administração nos escritos de Lacerda Werneck, Visconde de Ouro Preto, Antônio da Cunha Barbosa e Max Fleiuss se sucederam as críticas de Euclides da Cunha e Felisbello Freire. O outrora “iniciador de nosso progresso e prosperidade”⁹⁶⁶ e “verdadeiro fundador da nossa nacionalidade”⁹⁶⁷ passou a ser visto como “mediocre”⁹⁶⁸ e “braganção imbecil e cínico”.⁹⁶⁹ Seu governo, considerado como portador de liberdade “sem limites e sem graves perturbações”⁹⁷⁰ e “o primeiro capítulo de formação social de nossa pátria”,⁹⁷¹ que propiciou ao Brasil ser “quase que um país livre”,⁹⁷² veio a ser chamado de “ditadura”.⁹⁷³ A despeito de ser majoritária, a imagem enaltecida desse monarca e seu reinado se constituiu em experiência a ser desprezada e em ponto de vista a ser

sessão em 10 de outubro de 1911. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 641-645, 1911. As reflexões de dois sócios destoavam dos demais quanto à busca das leis históricas: Ferreira Gualberto na sessão em 5 de outubro de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 561-562, 1909 e em LESSA, 1908, p. 283.

⁹⁶⁵ Analisei os debates envolvendo a fé católica e a razão na construção do conhecimento histórico, no Instituto, nesse período em que a relação do Estado com a Igreja estava fragilizada em: HRUBY, H. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2, p. 50-66, mar. 2009.

⁹⁶⁶ BARBOSA, A. da C. Marechal Raimundo José da Cunha Matos. *RIHGB*, t. 66, parte 2, p. 108, 1905.

⁹⁶⁷ Visconde de Ouro Preto na sessão em 23 de outubro de 1903. *RIHGB*, t. 66, parte 2, p. 269-270, 1905.

⁹⁶⁸ CUNHA, E. da. Da Independência à República. *RIHGB*, t. 69, parte 2, p. 12-13, 1908.

⁹⁶⁹ FREIRE, F. História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil (1894) citado por FLEIUSS, M. Centenários do Brasil. *RIHGB*, t. 64, parte 2, p. 113, 1901.

⁹⁷⁰ BARBOSA, Op. cit.

⁹⁷¹ FLEIUSS, 1901, p. 119.

⁹⁷² Lacerda Werneck na sessão em 13 de junho de 1897. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 335, 1897.

⁹⁷³ CUNHA, 1908, p. 18.

contestado. O processo de Independência e a ação de D. Pedro I estiveram também entre os temas controversos discutidos na Revista após a proclamação do novo regime em 1889. Rocha Pombo apontou que o Império fora o prolongamento da Colônia sob o ponto de vista econômico e político. A proclamação da Independência foi desprestigiada perante a instauração da República, essa sim um momento de reação emancipacionista.⁹⁷⁴ Pinto Peixoto, por sua vez, acreditou que, em 1822, não houve protagonistas ou patriarcas, pois os fatos encaminharam os homens e não estes àqueles.⁹⁷⁵ Para Moreira de Azevedo, a ideia independentista surgiu no ânimo de todos os brasileiros, operando-se rapidamente porque era voto popular.⁹⁷⁶ A ação de D. Pedro em 1822, de acordo com Garcez Palha, foi realizada contra a sua vontade. Os intentos para depô-lo ganharam força: o povo desconfiado e desgostoso dera vivas a D. Pedro II e à república.⁹⁷⁷

Escragnole Dória narrou a maneira como o primeiro Imperador se impopularizara. Os seus erros e os dos ministros se misturaram com desastres militares e apuros financeiros. Em meio ao tumulto das ideias e à confusão das vontades, o autor realçou a atuação do *povo*. À medida que a participação das massas crescia, a majestade de D. Pedro diminuía: “defeitos, maus hábitos, inconsistência de ideias, pequenezas, amor pelo dinheiro se manifestaram.”⁹⁷⁸ O autor trouxe à tona a experiência de sujeitos que estivera escondida sob o manto das glórias não tão gloriosas da Monarquia. Se essas narrativas, a que podemos acrescentar outras, não ficaram incólumes a réplicas, destaco uma pelo tom peculiar da argumentação. Visto que a documentação dava margem a versões conflituosas, o sócio Melo Franco sugeriu outra fonte como testemunho de admiração pelos grandes homens: a que estava no coração e na consciência do povo pelo ensino oral. Uma vez que a História crítica e a exegese eram “artes de destruição”, ele propôs confrontar a imagem de D. Pedro I, que a imaginação popular tinha e transmitia de boca em boca, com a fornecida pelas fontes mais puras da crítica documental. O retrato heroico de D. Pedro estava presente na tradição popular, isto é, na “fantasia do povo miúdo”.⁹⁷⁹ As ações daquele povo contestador e realizador apontadas por Azevedo, Palha e Dória foram, desse modo, contrapostas à memória adulatora do povo súdito. A tradição oral se sobrepôs à crítica documental.

⁹⁷⁴ Parecer da Comissão de História sobre as obras de José Francisco da Rocha Pombo, *Compêndio da História da América e Paraná no Centenário 1500-1900* na sessão em 6 de julho de 1900. *RIHGB*, t. 63, parte 2, p. 453, 1902.

⁹⁷⁵ PEIXOTO, J. M. P. Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 6, 1894.

⁹⁷⁶ AZEVEDO, M. D. M. de. A Independência do Brasil. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 98, 1897.

⁹⁷⁷ GARCEZ PALHA, J. E. Um episódio da Revolução de Abril de 1831. *RIHGB*, t. 63, parte 2, p. 275, 1902.

⁹⁷⁸ DORIA, L. G. de E. Uma testemunha diplomática do Sete de abril. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 189, 1912.

⁹⁷⁹ Conferência de Afonso Arinos de Melo Franco sobre D. Pedro I na sessão em 16 de outubro de 1911. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 674-676, 1912.

Ao engrandecimento dos dois maiores representantes nesse distante passado monárquico nas páginas da Revista, se seguiram outras abordagens, a partir de 1889, que trataram de questionar não só a conduta pessoal mas também os feitos de D. João VI e D. Pedro I. Além de desmerecer esses sujeitos pelo que representavam sob regime adverso ao que foi recentemente instaurado no país, alguns sócios mostraram que a Monarquia (a do governo colonial ou a constitucional imperial após 1822) fora acossada por alternativas republicanas. As discussões passaram a abranger os movimentos contestatórios locais, desejando colocá-los como antecedentes nacionais da ação de Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889. Na sessão de 6 de fevereiro de 1890 do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, o futuro sócio do IHGB José Domingues Codeceira apresentou o trabalho intitulado *Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional*. O texto seria publicado na Revista do IHGB naquele ano. O autor condenou o decreto do Governo Provisório da República que organizara o calendário das festas nacionais. Por limitar as comemorações destinadas aos precursores da Independência brasileira somente à figura de Tiradentes (21 de abril), Codeceira protestou para que essa glória fosse concedida a Pernambuco, a quem de direito pertencia como a primeira província em que se plantara a ideia da independência. Segundo ele, Pernambuco possuía quatro datas gloriosas: 27 de janeiro de 1654, lembrada pelo autor pela libertação do domínio holandês; 10 de novembro de 1710, destacada pelas disputas entre Olinda e Recife (guerra dos Mascates) e a instauração da república, onde o pernambucano Bernardo Vieira de Melo foi o primeiro que em solo americano pôs em prática a independência nacional e com ela o governo republicano; 6 de março de 1817 pela revolução que proclamou o governo republicano em solo brasileiro; e 24 de julho de 1824 pela proclamação da Confederação do Equador.⁹⁸⁰ O decreto que Codeceira fez alusão era o de nº 155-B de 14 de janeiro de 1890, instituído com o objetivo de normatizar o calendário cívico do novo regime, tornando-se, conforme Ferreira Neto, no “marco fundamental da elaboração da memória republicana”.⁹⁸¹

Quanto ao reclamo contra o referido decreto da República, o parecer da Comissão Subsidiária de História sobre o trabalho intitulado *Uma reivindicação improcedente* de Alfredo de Toledo destacou que foi provada, com maior evidência, a improcedência da

⁹⁸⁰ CODECEIRA, J. D. *Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional*. *RIHGB*, comemoração do centenário de Cláudio Manuel da Costa em 4 de julho de 1889, t. 53, parte 1, p. 327-342, 1890. Codeceira ingressou no Instituto, em 1891, como sócio correspondente. Foi publicado na *RIAGP*, n. 37, p. 53-69, abr. 1890. A discussão prosseguiu nas páginas da Revista do IAGP nos anos seguintes.

⁹⁸¹ FERREIRA NETO, 1986, p. 83.

reivindicação feita anteriormente por José Domingues Codeceira quanto à prioridade da ideia republicana para a província de Pernambuco. A Comissão disse que as fontes utilizadas pelos autores eram as mesmas, porém Toledo combatera vitoriosamente em oposição a Codeceira. Conforme a Comissão, Toledo se mostrou senhor da história da época ao apresentar “erudição e lógica nas suas deduções”. Mesmo que não tenha escrito uma história, ele apurou a verdade do fato “que jamais poderá ser posta em dúvida, à vista dos argumentos que apresenta, tornando-o merecedor de ocupar um lugar entre os cultores da História da pátria”.⁹⁸² Documentos idênticos, pontos de vista distintos. Apesar desses questionamentos, não era somente José Domingues Codeceira que lutava pelo reconhecimento de Pernambuco como “berço das aspirações republicanas” e como precursor do governo instaurado em novembro de 1889.

Os trabalhos de Adelino Antônio de Luna Freire sobre a guerra dos Mascates reforçaram igualmente a prioridade da ideia republicana no Brasil para Pernambuco.⁹⁸³ A Comissão de Admissão de Sócios, composta pelo Barão de Alencar (primo de Tristão de Alencar Araripe) e Manoel Francisco Correia, ao avaliar o ingresso de Luna Freire no Instituto, apesar de ser responsável em se pronunciar somente pela idoneidade e conveniência do candidato, teceu longa análise dos pontos expostos pelo autor. A comissão defendeu em nome da verdade histórica que a causa real de todos os movimentos revolucionários ocorridos no Brasil, antes da Independência, foi o pensamento de emancipação política. Não se podia negar, segundo ela, que os movimentos arvoraram bandeira oposta à da Metrópole, mas era dever do historiador não desconhecer que agiram assim por ato de hostilidade para assinalar a intensidade do movimento separatista e não por existir espírito republicano no Brasil. Esses movimentos recorreram a “processos democráticos”, pois, conforme o parecer, as revoluções não dispuseram de príncipe ou dinastia. De acordo com o argumento da Comissão, a prova estava no fato de a Independência do país em 1822 ter se revestido da forma monárquica com a aceitação geral da Nação. Outro elemento foi apresentado: nenhuma revolução ameaçou a instituição monárquica desde a promulgação da Constituição de 1824 até 15 de novembro de 1889. E vários exemplos foram arrolados no parecer: a revolução de 1824 se constituiu unicamente em protesto pelo receio infundado da instauração da monarquia absoluta após a dissolução da Constituinte; o movimento de 7 de abril de 1831 e a Maioridade em 1840 colocaram em evidência que a aspiração de liberdade política não ultrapassou a Monarquia Constitucional representativa; e a guerra civil de 1835 no Rio Grande do Sul foi uma

⁹⁸² Sessão em 8 de novembro de 1901 *RIHGB*, t. 64, parte 2, p. 301, 1901.

⁹⁸³ Sessão em 30 de setembro de 1898. *RIHGB*, t. 61, parte 2, p. 690, 1899.

revolução local sem intuítos de mudança na forma de governo do Império. De acordo com o parecer, apesar da denominação de República do Piratini, o movimento foi uma ditadura militar semelhante à ditadura aristocrática de Pernambuco em 1710. Uma e outra foram, para a Comissão, a negação da forma democrática. E, finalmente, as revoluções de 1842 e 1848, de maneira semelhante às anteriores, também não visaram à mudança da forma de governo.⁹⁸⁴

Henrique Raffard em *Apontamentos acerca de pessoas e cousas do Brasil*, publicado em 1899, voltou a argumentar contra esse espírito republicano nas províncias. Citou a obra *A Confederação do Equador notícia histórica sobre a Revolução Pernambucana de 1824* no qual o autor, Antônio Pereira Pinto, afirmara que, por testemunhos autênticos, as ideias republicanas não estiveram na “consciência dos motores ostensivos” do movimento de 1817, nem no espírito do povo pernambucano. O republicanismo não se encontrava nem nos dirigentes, em razão da curta inteligência que não alcançava a extensão e desenvolvimento das ideias democráticas, nem no espírito do povo, pois as recebia por “coação ou exaltação revolucionárias”. Henrique Raffard, ao se referir à Confederação do Equador, afirmou que o entusiasmo republicano foi pequeno e restrito a Pernambuco, apesar das simpatias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Para os chefes desses frustrados movimentos, Raffard transcreveu citação contundente de Pereira Pinto que ecoava nos ouvidos de Alencar Araripe desde 1866 quando fora publicada na Revista do IHGB: “O ilustrado historiador inglês Macaulay diz que a democracia não necessita do apoio da tradição para impor-se; é por isso que, ao desabrochar das revoluções, os mais ignorantes e os mais audazes ocupam quase sempre os altos cumes, enquanto que os espertos conservam-se à sombra espreitando atentos a hora dos despojos.”⁹⁸⁵ A referência de Pereira Pinto aos ignorantes, audazes e espertos em 1824 foi relida por Raffard para os ignorantes, audazes e espertos em 1889?

Cito também o texto de João Carlos de Souza Ferreira *Visconde de Mauá, esboço biográfico* por destacar que o governo estável de D. Pedro II, “aceito e respeitado por todo o país”, assegurou-lhe a integridade. Apesar do movimento de contestação de Pernambuco, em 1848, Souza Ferreira afirmou que não se dirigira contra a forma de governo.⁹⁸⁶ O parecer da Comissão de História sobre o texto de Braz Hermenegildo do Amaral *A Sabinada, história da revolta da cidade da Bahia em 1837*, também publicada na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1909, veio igualmente desmerecer as pretensões dos historiadores que

⁹⁸⁴ Sessão em 25 de novembro de 1898. *RIHGB*, t. 61, parte 2, p. 715-716, 1899.

⁹⁸⁵ RAFFARD, H. *Apontamentos acerca de pessoas e cousas do Brasil*. *RIHGB*, t. 61, parte 2, p. 5-567, 1899. p. 19, 120-121. Esse trabalho de Antônio Pereira Pinto foi publicado na Revista do IHGB e examinado no primeiro momento historiográfico desta tese (cap. 2.2). Thomaz Macaulay (1800-1859) foi o autor de *History of England* (1849).

⁹⁸⁶ FERREIRA, J. C. de S. *Visconde de Mauá, esboço biográfico*. *RIHGB*, t. 62, parte 2, p. 86, 1900.

viam o gérmen do regime instaurado em 1889 nos conflitos ocorridos no passado do país. A Comissão ressaltou o erro de se considerar o movimento ocorrido na Bahia como tentativa de independência da província, pois se na época fora cogitada a formação da república seus partícipes recuaram em consideração à opinião da maioria e à necessidade de se angariar adeptos no povo e na tropa.⁹⁸⁷

As contendas sobre a existência ou não de ideais republicanos nos movimentos de contestação ocorridos nas províncias se prolongaram no periódico do Instituto Histórico. Para Manuel Duarte Moreira de Azevedo, o movimento ocorrido em Pernambuco em 1817 foi sim uma “revolução republicana” e muito concorreu para a emancipação política do Brasil.⁹⁸⁸ O sócio Argemiro Antônio da Silveira no trabalho *Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró e crônica do seu assassinato perpetrado na cidade de São Paulo em 20 de novembro de 1830*, publicado na Revista em 1890, além de ressuscitar o passado republicano, contribuiu com novo herói oriundo de outra região do país no panteão que começava a ser esboçado. Esse artigo, como o próprio título menciona, fez alusão à morte de Libero Badaró, “venerado campeão das liberdades do povo”. A data de sua morte não poderia, segundo o autor, passar despercebida após a proclamação da República. Para ele, Tiradentes, Badaró e os mártires da Confederação do Equador foram vingados com a proclamação da República em novembro de 1889, da qual eram dignos precursores. Nessa oportunidade, Antônio da Silveira aproveitou para atacar o que ele chamou de “imperialismo ferrenho” (monarquismo), cujos resquícios perduravam ao amesquinhar Tiradentes, os mártires da Confederação do Equador e o próprio Badaró.⁹⁸⁹

Ao corroborar com Domingues Codeceira, Luna Freire, Moreira de Azevedo e Antônio da Silveira, Tristão de Alencar Araripe resgatou ideais republicanos no passado do país. As províncias do Norte foram vistas como berço do espírito republicano no Brasil. Nas novas interpretações sob novos argumentos, os movimentos rebeldes foram transformados em prelúdios libertadores e democráticos, bem como, os outrora sediciosos e traidores em heróis. Com a readequação das experiências foram trazidos à tona vários projetos políticos derrotados. Descortinaram-se “futuros passados” que, violentamente reprimidos, também foram silenciados ou menosprezados pela naturalidade com que muitos homens nas letras legitimaram a instauração e a continuidade do regime monárquico nos trópicos. Esses futuros passados vinham agora justificar o presente e orientar os planos para o porvir. Mais do que

⁹⁸⁷ Sessão em 15 de maio de 1911. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 480, 1911.

⁹⁸⁸ AZEVEDO, 1897, p. 98.

⁹⁸⁹ SILVEIRA, A. A. Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró e crônica do seu assassinato perpetrado na cidade de São Paulo em 20 de novembro de 1830. *RIHGB*, t. 53, parte 2, p. 309-384, 1890.

desmerecer o passado, os estudos publicados na Revista após 1889 mostravam que ele estava fortemente ligado aos acontecimentos presentes. O novo regime não se caracterizava pelo ineditismo. O republicanismo tinha tradição ao embalar as esperanças de Independência Nacional antes de 1822. Novas tradições começavam a ser construídas e princípios de legitimidade estabelecidos com a ressignificação dos tempos pretéritos. A estreita historiografia dos vencedores, de uma Monarquia incontestada, se desintegrava pelo efeito da dos derrotados de ontem, mas vitoriosos hoje. E, em nome da “verdade histórica”, provas e contra-argumentos também foram apresentados a fim de defender que tais homens e fatos não tiveram pretensões amplas e democráticas.

Se nesses passados mais distantes foi possível observar diferentes pontos de vista e opiniões, de que forma a proximidade dos acontecimentos amenizaria ou acentuaria tais discrepâncias? Pelo dever de gratidão ao Imperador D. Pedro II, pela efetiva participação dos sócios na administração do Estado monárquico e pela recentidade desse governo, os letrados se eximiriam de registrar o reinado do protetor perpétuo? Para o concurso de biografias sobre D. Pedro II, anunciado em março de 1892, apenas um trabalho foi apresentado. Após fervorosas e saudosas discussões, a biografia foi reprovada por conter incorreções, referências inverídicas, frases nada delicadas e não condizer com o objetivo do Instituto de colocar em relevo as qualidades de D. Pedro II que o tornaram “digno de universal estima”.⁹⁹⁰ A análise dos discursos dos sócios durante as sessões mostra a premência, para alguns, de registrar o mais rápido possível os fastos do reinado do augusto protetor e o receio, para outros, pela conveniência de maior distância temporal entre o acontecido e o respectivo relato.⁹⁹¹

Afora esse debate em aberto sobre o momento adequado para se registrar os episódios recentes, a inserção de referências a D. Pedro II e seu governo nos artigos publicados na Revista foi feita de forma cautelosa. Salvo o tomo especial da Revista organizado pelo Instituto em 1894, que não conteve trabalhos dos sócios, somente em 1897 apareceu o primeiro artigo com alusões ao “governo sábio, justo e honesto” de D. Pedro II.⁹⁹² Para Max Fleiuss, em 1901, após mais de dez anos, ainda era cedo para se enunciar opinião sobre o

⁹⁹⁰O trabalho *Biografia de D. Pedro de Alcântara, 2º Imperador do Brasil* estava assinado somente por A. A autoria era do não sócio Cristiano Benedito Otoni e não foi publicado na Revista conforme as atas das sessões em 2 e 16 de junho de 1893. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 171-175, 1894. Afora as menções feitas pelos sócios do IHGB, pode-se ter uma noção do trabalho de Otoni escrito sob o “espírito republicano” pela crítica em: ARARIPE JÚNIOR, 1958, v. 3, p. 181-182.

⁹⁹¹ Para Henrique Raffard, no início do século XX, se poderia estudar somente a primeira metade do XIX. Relatório do Secretário. Sessão em 15 de dezembro de 1899. *RIHGB*, t. 62, parte 2, p. 428, 1900. Para Joaquim Nabuco, os trabalhos sobre o reinado de D. Pedro II, o apogeu moral em nosso passado e derrubado por uma circunstância fortuita (acaso), devem ser feitos imediatamente. Sessão em 25 de outubro de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 310-314, 1897.

⁹⁹² DÓRIA, F. A. de M. A Independência do Brasil, ensaio histórico. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 203, 1897.

reinado de D. Pedro II, apesar de muitos a terem, mas recearem de expressá-la. Os últimos tempos se caracterizavam, conforme Fleiuss, pelo terror em tratar com respeito e estima os homens do regime anterior. A reverência ao que era “indiscutivelmente admirável” não se constituiria em delito. As novas crenças para se enraizarem não deveriam perseguir as anteriores, tidas como notáveis pela “honradez e benemérita atividade”.⁹⁹³ Outra questão a ressaltar na postura de alguns sócios: escrever sobre a administração do monarca implicaria o registro dos seus testemunhos sobre os fatos ocorridos. Devido à presença de vários ex-dirigentes do antigo regime no quadro social do Instituto, como Araripe, a Revista foi utilizada como instrumento de divulgação e silenciamento, ataque e defesa ante os acontecimentos desse passado recente.

No IHGB, naquele momento, ser testemunha garantia de forma “poderosa e brilhante” a restauração e a análise dos fatos históricos e dava autoridade à atividade de historiar. Max Fleiuss, por exemplo, ao recepcionar o Visconde de Ouro Preto, destacou a experiência e observação direta do chefe do último gabinete monárquico para a restauração e análise históricas de um dos períodos mais fecundos da vida nacional. Além de “restauração histórica”, “restituição” foi outro termo utilizado no sentido de reparação.⁹⁹⁴ O registro da época estava sendo feito pelos partícipes dos acontecimentos relatados. Cada um deles era uma “prova viva” do período. As intervenções de Cândido de Oliveira e os artigos de Manoel Francisco Correia, dois atuantes políticos do antigo regime, são exemplos dessa postura. Apesar de todos os receios pelo uso dos testemunhos – impressionados pelas cenas presenciadas e dominados pelo sentimento, pelo afeto, pelas paixões, pela opinião popular, sujeitos ao engano, à precipitação e à iniquidade, às influências de ideias, preconceitos e opiniões – os anciões apareceram ante os mais jovens contrapondo argumentações autorreferenciais por “terem estado lá”. No entanto, se o registro dos fatos pelos discursos de exaltação ao monarca ou testemunho vivo de ex-dirigentes destacou o Segundo Reinado de forma laudatória, não tardariam em aparecer relatos apontando problemas e contestações àquela fase no passado do país. As críticas em três artigos foram ínfimas no espaço de 23 anos de publicações (1889-1912), embora feitas de maneira contundente.⁹⁹⁵ Enquanto o passado monárquico era motivo de orgulho para alguns como fonte de ensinamentos, para outros, porém, se constituía em opróbrio a servir de mau exemplo a fim de não se repetirem os erros

⁹⁹³ FLEIUSS, 1901, p. 124.

⁹⁹⁴ Sessão em 7 de dezembro de 1900. *RIHGB*, t. 63, parte 2, p. 527-528, 1902.

⁹⁹⁵ AZEVEDO, M. D. M. de. Imposto do vintém. *RIHGB*, t. 58, parte 1, p. 321-326, 1895 (lido em sessão por Alencar Araripe); LIMA, A. J. B. Um grande brasileiro, frei Vital Bispo de Olinda. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 145-152, 1909 e CUNHA, 1908.

do antigo regime. Cabe ressaltar que os desmerecimentos não foram feitos diretamente à pessoa do monarca, mas a episódios esparsos ocorridos no seu governo. Os ataques a D. João VI e a D. Pedro I foram mais diretos. Considero, pois, que houve a intenção deliberada de fazer constar, ao contrário dos discursos, poucas referências à pessoa e ao reinado do monarca nos artigos publicados para não dar margem a ataques que desconstruiriam aquela imagem criada e preservada pelo Instituto. Apesar das menções ao dever de gratidão, foram poucos os artigos envolvendo D. Pedro II. A quantidade dos trabalhos publicados foi inversamente proporcional à recorrência e à força dos discursos pronunciados nas sessões. A conservação daquela representação se deu antes em quadros, bustos, fotografias, documentos esparsos (cartas e relatórios), nomes de salas, enfim, em ampla gama de objetos do que em estudos exaustivos. De protegido, o IHGB passou a ser o protetor do antigo mecenas.

A escravidão, que Alencar Araripe e Rui Barbosa tentaram apagar, era a mácula maior no reinado do último Imperador. Esquecer a “instituição funestíssima” que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade e lhe infeccionou a “atmosfera moral”, conforme as palavras do auto-de-fé republicano, era uma manobra possível. Contudo, quando episódios passados foram resgatados nos argumentos pró e contra o antigo e o novo regimes, outros pontos de vista surgiram nos debates. O sócio Conde de Afonso Celso nas comemorações dos vinte anos da Abolição apontou que nenhuma desonra havia para o país pelo fato de ter mantido a “maldita instituição”, pois a França e a Inglaterra fizeram o mesmo e, ainda naqueles dias, os Estados Unidos lidavam com o “problema negro”. Em nenhuma parte do mundo, segundo ele, a escravidão fora contestada como no Brasil por “atos de caridade, filantropia e dos belos costumes da população”. Nunca o país defendera a escravidão e a tolerara apenas “por altas conveniências do momento”, não se opondo radicalmente ao movimento libertador. Não poderíamos esquecer, de acordo com Afonso Celso, que o processo abolicionista no país se revestira de excepcional inteligência e ponderação e evitara abalos e atritos com sábias medidas gradativas. Enfim, todos os brasileiros, incluindo os proprietários, os ex-escravos, os poderes públicos e o povo concorreram para o glorioso final e não deixaram ódios nem prejuízos irremediáveis, “desvendando-se a uma raça inteira os vastos horizontes de prosperidade”.⁹⁹⁶

Embora, para Afonso Celso, ninguém tivesse escrito a história completa da “maldita instituição”, era falso dizer que o Brasil foi o último país católico a aboli-la, pois fora feita em 1871 (Lei do *Ventre Livre*). Contudo, ainda que alguns teimassem em ter o Brasil por derradeiro, tal pecha se devia às dificuldades, muito superiores às dos outros, mas que

⁹⁹⁶ Sessão em 13 de maio de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 460-461, 1909.

soubemos resolver de modo mais inteligente e honroso. Nunca houve no Brasil verdadeiros escravocratas, pois ninguém, segundo Afonso Celso, amou o regime servil ou pregou sua conveniência. Os denominados escravocratas quiseram apenas que a emancipação fosse gradativa e mediante indenização para não desorganizar o serviço agrícola no país. A fim de ser escrita a história da escravidão, Afonso Celso apresentou um quadro de fontes e sugestões para sua consecução. Disse que, apesar do “entusiasmo irrefletido de um governo revolucionário e provisório” ao mandar queimar os documentos inerentes à escravidão, que antes nos “recomendavam do que deprimiam em face do mundo”, havia os Anais do Legislativo, os fastos da imprensa, as bibliotecas e, sobretudo, a memória e a gratidão populares.⁹⁹⁷ Os papéis que escaparam às chamas e a lembrança do povo mostrariam ações nobres em vez de atos de barbárie na História do Brasil.

Se a discrição dos relatos sobre o reinado não tão distante do protetor do Instituto se explica pela proximidade temporal e pelas polêmicas a ser evitadas, os demais sócios, ao contrário de Araripe, teriam cautela no registro dos acontecimentos ocorridos após 1889? Em fins de 1891 Sacramento Blake alegou que o Instituto não deveria esperar passivamente pelos livros publicados com referências à nova fase política do país. Encaminhou, para isso, relação de textos e apontou que se alguns dos autores fossem admitidos no Instituto provavelmente ofereceriam trabalhos à biblioteca.⁹⁹⁸ Afora coligir documentos e trabalhos sobre a jovem República, o Instituto deveria contribuir com estudos sobre os acontecimentos recentes para o grande livro a ser escrito. No entanto, alguns sócios se mostraram titubeantes quanto ao registro de fatos hodiernos nas páginas da Revista. Maximiano Marques de Carvalho sugeriu a nomeação de Comissão para escrever a *história contemporânea do Brasil republicano*.⁹⁹⁹ Essa proposta não foi debatida nem teve continuidade. Ainda assim, Belarmino José Souza expressou o desejo por ler trabalhos sobre “a nossa civilização presente” a fim de se conhecer as causas do “recente abalo interno que tão sérios embaraços têm trazido à vida civil, política e econômica da nação”. Preocupado, o sócio encerrou o discurso perguntando se viria outra revolução.¹⁰⁰⁰ Às intenções de estudos recentes de Sacramento Blake, Marques de Carvalho e Belarmino Souza, Max Fleiuss apontou a sua impossibilidade, pois, faltando a calma, fator essencial dos estudos históricos, não era permitido analisar os últimos sucessos. Enquanto tais episódios ofereciam, para alguns, aspectos lisonjeiros, para outros, representavam exatamente

⁹⁹⁷ Sessão em 28 de setembro de 1909. *RIHGB*, t. 72, parte 2, p. 371-374, 1909.

⁹⁹⁸ Sessões em 6 e 20 de novembro de 1891. *RIHGB*, t. 54, parte 2, p. 282 e 296, 1892.

⁹⁹⁹ Sessão em 3 de abril de 1891. *RIHGB*, t. 54, parte 2, p. 178, 1892.

¹⁰⁰⁰ Sessão em 27 de setembro de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 288-292, 1897.

o contrário, e era repugnante, conforme Fleiuss, “a análise de fatos impossíveis de serem tratados sem o perigo da acirrada polêmica”.¹⁰⁰¹

Não obstante todos os receios, o passado quase presente foi objeto de estudos nos trabalhos publicados na Revista. Desses acontecimentos, a Campanha de Canudos (1896-1897) recebeu atenção especial. Ainda que achasse cedo para escrever sobre ela, Aristides Milton aceitou o convite dos consócios. Por mais que a característica de imparcialidade fosse aventada pelo autor e pelo voto de louvor dos colegas, o trabalho legitimou a ação do governo federal ao levar a *Ordem e o Progresso* para o sertão baiano e serviu de manifesto em prol do governo e da população da Bahia diante dos preconceitos da imprensa do Rio de Janeiro que os taxaram de monarquistas.¹⁰⁰² Ademais a recentidade de certos artigos publicados na Revista, alguns fatos deveriam aguardar a “purificação de certas paixões” para serem conhecidos. Criada nos tempos monárquicos, a *Arca do Sigilo* foi requisitada com a mudança do regime de governo. Dois sócios fizeram uso desse mecanismo: os convictos monarquistas Manoel Francisco Correia e Visconde de Taunay. Outras duas questões devem ser consideradas na cisão da relação acontecido-relatado: a Comissão de Censura e o direito de veto do Presidente do Instituto quanto às deliberações tomadas nas sessões, incluindo publicações. Mas, apesar dessa cautela, questionamentos aos governos republicanos foram feitos, não recorreram a mecanismos temporizadores e escaparam aos censuradores.

A imagem da República e de seus beneméritos formulada por Araripe se contrapôs às versões monárquicas dos momentos iniciais do novo regime publicadas na Revista do IHGB: desordens, injustiças, imoralidades, violências, perseguições, criminalidade, delações imorais, falta de liberdade de imprensa, sombra do terror sob o militarismo ditatorial, iconoclasmo irresponsável e laicização imprevidente. O Conselheiro Araripe saudou fervorosamente a República e os artífices reconhecendo-os, após julgá-los, como heróis. Contra a readequação do panteão desses heróis e beneméritos cidadãos naquele momento, o discurso de posse em 1896 de Joaquim Nabuco de Araújo foi o mais significativo. Entre os motivos que ele citou para aceitar o ingresso no IHGB estava o de “piedade nacional”. Nossa história, segundo Nabuco de Araújo, atravessava uma crise que a levaria à “mutilação definitiva”. Ele criticou a escola, mais política que religiosa, que pretendia reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Joaquim Nabuco não concordava com os

¹⁰⁰¹ FLEIUSS, 1901, p. 132.

¹⁰⁰² MILTON, A. A. A Campanha de Canudos. *RIHGB*, t. 63, parte 2, p. 5-147, 1902. Após quase três anos de pesquisas, o trabalho começou a ser lido nas sessões do Instituto, em agosto de 1900 pelo autor e se estendeu ao longo de todo o segundo semestre daquele ano. O trabalho constou no tomo de 1900 da Revista, que somente foi publicada em 1902. Essa especificação de datas de redação e publicação serve para mostrar a anterioridade da obra em relação àquela publicada por Euclides da Cunha sobre o tema: *Os Sertões*.

positivistas de datarem as tradições do país pela trindade. Não discutia o papel de Benjamin Constant, como “Fundador da República”, mas advertia que: “Não hoje, mas dentro de vinte ou cinquenta anos é que se poderá julgar a sua iniciativa, a obra de 15 de Novembro, do ponto de vista da Humanidade, que é o da civilização geral do mundo.” Nabuco prosseguiu não acreditando que Tiradentes resumiu em si todo o esforço pela Independência e que a atuação de José Bonifácio pesou mais nas “balanças da História” do que a de D. Pedro I, cuja figura foi encoberta: “A ideia é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamin Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos, a que posso dar o nome de deserto do esquecimento.” Não se poderia escrever, de acordo com Joaquim Nabuco, a História do Brasil esquecendo o reinado de D. Pedro II.¹⁰⁰³

O novo governo foi legitimado pelo esboço de panteão republicano e por ser colocado sob o devir histórico. O estudo de Augusto Milton, lido em sessão e publicado no periódico da instituição, inscreveu os episódios recentes no fluxo permanente, no movimento ininterrupto, atuante desde outrora como lei geral, que transformava todas as realidades existentes. Milton reafirmou as palavras de Araripe em *Movimento colonial da América, Indicações sobre a História Nacional e Três cidadãos beneméritos da República*, ao explicar nomologicamente os acontecimentos recentes. Partindo da “reconhecida lei da evolução social”, ele comparou as leis do mundo físico com as da política. A constante adaptação progressiva dos sistemas de governo resultou na revolução de 15 de novembro de 1889. A proclamação da República não causou surpresa, pois não foi produto do acaso. Ela resultou de lei da História.¹⁰⁰⁴ No elogio a Américo Brasiliense, tido como um dos primeiros signatários do Manifesto Republicano de 1870, o orador Alfredo do Nascimento Silva fez longa dissertação sobre o sentimento republicano desde a Revolução Francesa e asseverou que o constitucionalismo monárquico não era a aspiração definitiva do povo. Consistia em fase natural na grande evolução até que os “elementos esparsos revolucionários” estivessem reunidos.¹⁰⁰⁵ Essas reflexões integraram discussão mais ampla sobre a República como filha da ciência e sinônimo de evolução. O novo regime representava um salto civilizacional, a tradição americana de liberdade, a fatalidade das leis inexoráveis da História.¹⁰⁰⁶

¹⁰⁰³ Discurso de posse. Sessão em 25 de outubro de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 310-314, 1897.

¹⁰⁰⁴ MILTON, A. A. A República e a Federação no Brasil, acontecimentos na Bahia. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 5-33, 1897.

¹⁰⁰⁵ Discurso do Orador. Sessão em 15 de dezembro de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 400, 1897.

¹⁰⁰⁶ MELLO, M. T. C. de. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. 2004. 294 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Centro de Ciências Sociais,

As explicações de Araripe, Milton e Silva se defrontaram com as do ferrenho monarquista Conde de Afonso Celso. A partir de 1907, as tradições imperiais passaram a ser destacadas nas suas palavras como Orador ao se mostrar mais atuante nas sessões do IHGB. Na recepção aos novos sócios, ele pedia aos novatos para continuarem aquilo que “constitui a nossa glória, o nosso orgulho, a nossa força – as nossas *velhas* tradições!”¹⁰⁰⁷ O Instituto, segundo Afonso Celso, era cultor da antiguidade, verdadeiro “santuário da tradição”. Advertia que “desprezar o passado demonstra ignorância no repúdio à experiência”. O termo *evolução*, usado para explicar a nova ordem das coisas, consistia em sofisma para justificar “inconseqüências ou funestos empreendimentos subversivos”. Citando o contrarrevolucionário francês Conde Josef de Maistre, Afonso Celso apontou que, em qualquer processo evolutivo, havia o esforço para que permanecessem certos elementos, adaptando-os. Sem permanências não haveria evolução, mas sim, destruição.¹⁰⁰⁸ Fora do Instituto, Afonso Celso escrevia artigos em jornais, nos quais propalava a inexorabilidade da restauração, pois a República no Brasil, ao contrário do que afirmavam, não possuía nenhuma tradição: “todos os países monárquicos que se converteram em república volvem após um período mais ou menos longo à monarquia”.¹⁰⁰⁹ Quando estudante de Direito em tempos monárquicos, o jovem Afonso Celso apresentara o trabalho final intitulado *Direito da revolução*: “sob o Império, a tese soava como republicana e dessa maneira foi entendida; agora, sob a República, o antigo liberal Afonso Celso continuava tacitamente a defendê-la – em favor da restauração monárquica.”¹⁰¹⁰ A escrita de Afonso Celso era o reverso da de Alencar Araripe.

Nos vários trabalhos publicados na Revista do IHGB, ainda que mencionar determinados eventos recentes apresentasse limitações, alguns sócios, incluindo Tristão de Alencar Araripe, não conseguiram se calar quando da adoção do novo regime para o país. Esse comportamento resultou do fato de a afirmação da República não ser restrita à implantação do novo projeto de governo. A sua legitimação passou por lançar novos olhares, levantar novos documentos, esboçar novos registros sobre o passado do Brasil, do qual o IHGB se outorgou a função de guardião. E, à vista disso, as controvérsias tão desejosas de ser evitadas por alguns adentraram ruidosamente sob os umbrais da Casa da História. Buscando

PUCRio, Rio de Janeiro, 2004. p. 166-190. A pesquisa foi publicada com alterações em: Id. *A República consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹⁰⁰⁷ Sessão em 4 de fevereiro de 1907. *RIHGB*, t. 70, parte 2, p. 653, 1908 (meu grifo).

¹⁰⁰⁸ Sessão de posse da Diretoria e das Comissões Permanentes em 30 de janeiro de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 428-431, 1909.

¹⁰⁰⁹ Citado por JANOTTI, 1986, p. 92-93.

¹⁰¹⁰ MARTINS, 2010, v. 4, p. 451.

relatar “assuntos neutros” para a pátria, os homens de letras reunidos no Instituto Histórico não conseguiram esconder as opiniões e pontos de vista ao pegarem a pena para narrar os tempos pretéritos, provocando acirradas polêmicas. Pelo exposto, o texto de Tristão de Alencar Araripe, *Indicações sobre a História Nacional*, foi reescrito e publicado sob discussão mais ampla na tradicional oficina de produção do conhecimento histórico. A posição do autor, seja pela participação na Diretoria da casa, seja pelo trânsito na burocracia do novo regime, seja pela escrita de trabalhos sobre o passado nacional, foi a mais incisiva naquele momento e a única que consubstanciou em texto as propostas e contrapropostas fragmentadas.¹⁰¹¹ E em razão da estratégia da direção do IHGB de continuar as atividades em tempos conturbados propensos a golpes e contragolpes, as contribuições de Araripe em 1894-1897 para o grande livro extrapolaram os limites mascarados da subserviência historiográfica.

O texto de Araripe em diálogo com os debates no Instituto Histórico permite, igualmente, que observemos que o passado não foi desmerecido diante da situação presente. O passado de glórias da monarquia passou a ser desacreditado pelo efeito dos passados de glórias republicanas nas províncias. Tais ações ilustram a afirmação de que, em tempos de crise, quando os homens mais procuram criar o novo, a relação de dependência em relação ao passado se torna mais forte e necessária: “Quanto mais se busca o novo, mais somos conduzidos, parece, a retornar com ansiedade ao passado.”¹⁰¹² A História, como mestra da vida, teve a utilidade asseverada, embora os exemplos tivessem sido reconsiderados. A exacerbação patriótica que bastava desde os primórdios da Instituição para assegurar a verdade, nesse momento, utilizando-me das palavras de Barbosa Lima, seduzia, transviava, corrompia, desanimava e enfurecia. A postura comedida e criteriosa do historiador, propagandeada desde outrora, foi colocada em cheque quando o processo civilizador e a crítica moralizadora ainda embalavam as práticas dos estudiosos do passado com posturas partidárias distintas. Conquanto diferentes pontos de vista pudessem ser tirados do mesmo documento, a sanha arquivística impeliu os letrados a embasar melhor os seus juízos.

Ante o esgotamento do lugar central de produção do conhecimento histórico (o IHGB), além do retorno aos arquivos europeus, despontou no horizonte dos historiadores o caminho de volta para as antigas províncias na busca de outros documentos para escrever novos relatos a fim de compor o prometido livro que conteria a síntese sobre o passado do Brasil. A

¹⁰¹¹ Somente em 1908, falecimento de Araripe, seria publicado na Revista do IHGB outro texto mais teórico do que metodológico: LESSA, 1908, p. 193-285. As questões da cientificidade da História, da moral, do progresso da Humanidade, das aproximações e afastamentos da História, Filosofia e Sociologia, feitas por Lessa, são muito instigantes.

¹⁰¹² HARTOG, F. A Revolução Francesa e a Antiguidade: futuro de uma ilusão, ou desenrolar de um quiprocó? *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 13-44, 2000. p. 33.

pesquisa e a escrita das histórias pelo país acompanharam uma tendência da cultura histórica, agravada pelo novo ordenamento político das partes no todo. Na República, na pena dos escritores de província, a “consciência aguda dos valores mineiros, paulistas, gaúchos – que deixa para a retórica da ideologia geral o vago amor à brasilidade – é traço cultural e emotivo que não encontrara condições felizes para espessar-se durante o Império”. Essa consciência envolveria certa “práxis literária” na busca por reproduzir as realidades mais próximas do escritor.¹⁰¹³

6.2 Novas sínteses: chegou o momento de escrever o grande livro?

Após examinar o texto propositivo de 1894/1895, seguir as tímidas leituras, averiguar a experiência do autor e do burocrata, retomei no capítulo acima alguns pontos expostos em minha dissertação de mestrado, a fim de reconstituir as condições de produção e de possibilidade do texto de Tristão de Alencar Araripe pela sua reinscrição no cenário em que foi produzido, em diálogo com outros textos e supondo certos leitores. Contudo, o cenário tumultuado da cultura histórica foi obviamente além das discussões no Instituto Histórico. Aqui, no caminho da pesquisa, me deparei numa encruzilhada: 1) colocar em diálogo o texto de Araripe com vários outros publicados no período que reorientaram a produção do conhecimento histórico, explicaram a revolução de novembro de 1889, resgataram uma longa tradição ou buscaram explicações imediatas;¹⁰¹⁴ 2) visando retomar as discussões no IHGB e no entorno, e segundo a problematização do item anterior, selecionar textos de determinados sócios que se abstiveram de debater no interior e polemizaram fora da instituição;¹⁰¹⁵ 3) com a proliferação de institutos históricos estaduais, analisar a aproximação e o afastamento das suas

¹⁰¹³ BOSI, A. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da civilização Brasileira. O Brasil republicano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985. t. 3, v. 2, p. 299.

¹⁰¹⁴ Nesse sentido foram as pesquisas de: COSTA, E. V. da. Sobre as origens da República. A proclamação da República. In: _____. *Da monarquia à república, momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 385-490; JANOTTI, M. de L. M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 119-143. A defesa do novo regime, segundo uma legitimidade assentada na tradição histórica, foi feita pelos periódicos na época. A análise da elaboração do mito de origem republicano como processo histórico inevitável nos jornais *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *Revista Ilustrada*: SIQUEIRA, C. V. de. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas, 1890/1922*. 1995. f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Sociais, PUCRio, Rio de Janeiro, 1995. Parte da pesquisa está publicada em: Id. A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 161-181, 1994. A noção da efervescência editorial, por autores e obras publicadas no período, tendo como mote o confronto entre diferentes visões republicanas e monárquicas, pode ser observada no levantamento bibliográfico em: MENDES, E. M. F. *Bibliografia do pensamento político republicano (1870-1970)*. Brasília: Editora da UNB, 1981. p. 5-22, 123-131, 145-146.

¹⁰¹⁵ Como, por exemplo, os trabalhos do Visconde de Taunay, Visconde de Ouro Preto, Euclides da Cunha, Sívio Romero, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Rui Barbosa, Conde de Afonso Celso, Felisbello (Felisberto) Freire.

diretrizes com as propostas na, até então, proeminente Casa da História; 4) levantar e examinar como os textos de síntese, publicados após 1889, acomodaram os passados locais e leram os trabalhos do Conselheiro Araripe depois de tantos argumentos de provincialismo. Os prazos da pesquisa não me permitiram trilhar todos esses caminhos. Para finalizar a tese e amarrar os três momentos historiográficos, creio que seguir por esse último percurso contribuirá mais efetivamente com os estudos atuais sobre a cultura histórica oitocentista.

Nas discussões geradas no IHGB, como analisei anteriormente, falar de ciência implicava se reportar a leis. Essa abordagem, independentemente das expectativas de monarquistas e republicanos, se consubstanciaria nas páginas do prometido grande livro de História do Brasil. Essa proposta fomentou o debate sobre a própria função do Instituto Histórico ao não se resumir em armazenar documentos e lançá-los à publicidade. Sua função deveria ser mais extensa e profícua. Os documentos deveriam ser ligados e analisados para lhes extrair a síntese histórica. Essa função era condizente com o que se denominava *moderna concepção da história*, ou seja, “a exposição dos fatos culminantes da vida da Humanidade na sua marcha através das idades, encadeados uns aos outros e explicados por causas diversas acumuladas pelo passado e subordinadas às condições do meio”.¹⁰¹⁶ O IHGB não assumiria tal função; porém, alguns sócios sim.

Convém lembrar que, em 1878, Capistrano de Abreu, ao analisar a produção de Varnhagen, perguntou se apareceria alguém que, ao contrário do Visconde de Porto Seguro, conseguiria ir além de “escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios”. Esperava-se a vinda do escritor de história pátria que conseguiria compreender e ligar os fatos mais amplamente, generalizar as ações pretéritas e inscrevê-las em “duas ou três leis basilares”. O futuro escritor, “conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos”, deveria apontar a *evolução* na história do país.¹⁰¹⁷ Nessa terceira e última parte de minha pesquisa, os diálogos estabelecidos a partir de *Indicações sobre a História Nacional* se concentram na tão aguardada História do Brasil, depois de muitas e incompletas publicações de escritores nacionais e estrangeiros. O esperado escritor deveria compreender, ligar, generalizar e eleger leis. O livro de síntese, fruto da moderna concepção de História, simbolizaria os esforços dos obreiros em alçar o campo de conhecimento ao estatuto de ciência. Enquanto essas discussões envolviam os sócios do Instituto Histórico no Rio de Janeiro, a confecção da síntese em

¹⁰¹⁶ Sessão em 21 de agosto de 1905. *RIHGB*, t. 68, parte 2, p. 606, 1907.

¹⁰¹⁷ Publicado no *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro) de 16 a 20 de dezembro de 1878 reproduzido em ABREU, 1906b. Capistrano via na Sociologia a ciência capaz de levar adiante tal poder de generalização. Analisei o debate da subordinação da História à Sociologia no IHGB em: HRUBY, 2007, p. 111-117 e 122-123.

História era debatida por um grupo de letrados em Paris, reunidos na *Revue de synthèse historique*, fundada em 1900. A confecção da síntese histórica foi apresentada, em 1911, no livro *La synthèse en Histoire* de Henri Berr (1863-1954), um dos expoentes do grupo.¹⁰¹⁸

Concebido como um tratado para estudantes de História e Filosofia, o texto foi a resposta para quem dizia que a História conduzia a nada. A refutação da inutilidade desse campo do conhecimento foi feita pela noção de *sintese*. Assim como tantas outras palavras, síntese também se aplicava a usos diversos e exigia dos autores delimitações mais precisas. A *sintese erudita* era empregada para as obras que reuniam e classificavam fatos muito numerosos e diversos. Se bem feita, ela ajudaria a avançar o trabalho histórico e evitaria que recomeçasse constantemente: “é ao mesmo tempo um confinante e uma etapa, um inventário e um programa.”¹⁰¹⁹ Ao evitar a dispersão de trabalhos, esse tipo de síntese se constituiria em matéria para a ciência, mas não seria ciência. Somente a *sintese científica* poderia alcançar tal status. De acordo com Berr, “ao mesmo tempo que a síntese erudita acumula os materiais, reúne os fatos, a síntese científica deve cuidar de os unificar, deve conduzi-los a princípios explicativos”.¹⁰²⁰ Tais preceitos se traduziriam em leis gerais: “o terreno da História e das leis é o mesmo.”¹⁰²¹ A expressão *lei histórica* designava o desenvolvimento por meio dos fatos humanos de caráter geral em estreita ligação com fatos singulares. E aqui surge o problema capital na síntese histórica que era o de encontrar a maneira pela qual as generalizações poderiam ser separadas, confirmadas e coordenadas. Para Berr, o trabalho dos futuros historiadores seria orientado pelo aprofundamento da noção de *causa*: “aí está o próprio caráter da verdadeira ciência em História – comportar, para a explicação integral, a pesquisa de causalidades diversas e da relação que entre si mantêm essas causalidades.”¹⁰²²

Dessa maneira, segundo o autor, a síntese histórica se aproximaria, satisfaria a mesma necessidade e substituiria a Filosofia da História. A análise viria tomar o lugar da especulação. O erro da Filosofia da História foi realizar a síntese buscando elementos explicativos no passado da Humanidade, quando os fatos não estavam reunidos em número

¹⁰¹⁸ BERR, H. *La Synthèse en histoire. Essai critique et théorique*. Paris: Félix Alcan, 1911. A redação foi finalizada em 1905. O livro materializa as reflexões do autor expostas em sua tese de doutorado: *La Synthèse des connaissances et l'histoire. Essai sur l'avenir de la philosophie*. Paris: Hachette, 1898. Consultei: BERR, H. *Síntese em história*. São Paulo: Renascença, 1946. Sobre o autor e sua produção: LEROUX, R. *Histoire et sociologie en France, de l'histoire-science à la sociologie durkeimienne*. Paris: PUF, 1998. p. 97-149; REIS, J. C. Henri Berr. In: MALERBA, J. (Org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 413-423.

¹⁰¹⁹ BERR, 1946, p. 17.

¹⁰²⁰ Ibid., p. 27.

¹⁰²¹ Ibid., p. 32.

¹⁰²² Ibid., p. 55.

suficiente nem as ideias diretoras maduras.¹⁰²³ Contudo, as hipóteses dos filósofos da História deveriam ser reaproveitadas, pois algumas eram consistentes.¹⁰²⁴ Berr afirmou que, para a construção da ciência, haveria mais em se aproveitar das Filosofias da História do que da metodologia oriunda da prática dos historiadores alemães. A *civilização*, como imposição da Filosofia da História, foi uma tentativa de hierarquizar valores, relacionar felicidade, sociabilidade e conhecimento para estabelecer o progresso. Mas era a História que deveria fazer aparecer o valor dos valores.¹⁰²⁵ Henri Berr finalizou o livro resumindo os resultados práticos e abrangentes da síntese para os futuros historiadores: “Será a mestra da vida, fará compreender melhor o sentido da ação, as possibilidades da ação, as resistências que interditam as transformações muito rápidas.”¹⁰²⁶

As reflexões de Henri Berr estavam muito próximas das práticas dos historiadores brasileiros na transição do século XIX para o XX. Desconheço o quanto e como elas foram lidas pelos letrados no Brasil. O certo é que as *sínteses eruditas* de Varnhagen e Pereira da Silva deveriam ser superadas pelas *sínteses científicas*. A produção das escritas da história sob o tumultuado período de instauração do novo regime no Brasil envolveu justamente os elementos debatidos pelos historiadores franceses: a utilidade da História, civilização, síntese, causas e leis históricas, mestra da vida, Filosofia da História. Esses debates, recuperados desde o ignoto Ceará, acabaram por aproximar a *Terra da Luz* da *Cidade Luz*. Na primeira década do século XX, a aspiração do Instituto Histórico e, particularmente, de Capistrano de Abreu de ver publicada a tão esperada grande obra parecia estar prestes a ser atendida: “A História do Brasil, agora empreendida, depois de muitas e incompletas publicações de escritores nacionais e estrangeiros, é a feliz realidade de uma patriótica aspiração há muito ardentemente pronunciada.”¹⁰²⁷ Essas palavras do Presidente do IHGB se referiam à volumosa *História do Brasil* do sócio paranaense José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933).¹⁰²⁸ Com dez volumes, o trabalho começou a ser publicado na Capital Federal em 1905 e finalizado em 1917.¹⁰²⁹ Pela expectativa gerada no IHGB, seria a primeira síntese científica sob os novos tempos.

¹⁰²³ Ibid., p. 216.

¹⁰²⁴ Ibid., p. 42-43.

¹⁰²⁵ Ibid., p. 189.

¹⁰²⁶ Ibid., p. 216.

¹⁰²⁷ Discurso do Presidente. Sessão em 15 de dezembro de 1905. *RIHGB*, t. 68, parte 2, p. 639-640, 1907.

¹⁰²⁸ Rocha Pombo foi eleito sócio efetivo do IHGB na sessão em 3 de agosto de 1900. *RIHGB*, t. 63, parte 2, p. 472, 1902.

¹⁰²⁹ Os três primeiros volumes foram publicados pela Editora J. Fonseca Saraiva e os restantes pela Benjamin de Aguilã, ambas localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

O prefácio, datado de maio de 1905 (Rio de Janeiro), é um texto privilegiado para dialogar com o ensaio de Tristão de Alencar Araripe e com as controvérsias no Instituto Histórico. Divide-se em duas partes: *a concepção moderna da História e como escreveremos a nossa história*.¹⁰³⁰ Nessa primeira, o autor perguntava se a História era ciência. Segundo ele, tratava-se de discussão entre os que defendiam o “predicamento de ciência” à História e os que lhe recusavam essa categoria, e até a possibilidade de que viesse a assumir tal caráter. Rocha Pombo se posicionava no debate ao lado dos primeiros, pois o progresso contínuo e indefinido do espírito humano e, portanto, o próprio desenvolvimento da civilização no planeta se constituía em lei histórica.¹⁰³¹ A dificuldade de organizar a História como ciência estava na desordem aparente na vida dos povos: “Como é possível sistematizar, ou surpreender entre os fatos humanos um nexo de qualquer natureza, ou distinguir nitidamente relações entre esses fatos no meio da infinita variedade em que eles se apresentam?”¹⁰³² Somente o exame em esfera mais ampla faria com que a desordem perdesse seu aspecto, ou seja, tão só pelo estudo dos fatos sociais em muitas sociedades se poderia induzir as leis que regiam esses fatos. A ampliação do campo de observação, similar entre historiadores e naturalistas, permitiria a sistematização da desordem. Foi necessário, conforme Rocha Pombo, chegar aos dias atuais para que o espírito humano compreendesse que a História tinha as suas leis e, portanto, era uma ciência em formação.

Se podíamos explicar o presente pelo passado, poderíamos também, de acordo com o intelectual, explicar o futuro pelo presente. Seria possível compreender e explicar melhor grande número de fatos até então inexplicáveis e prever “muito mais e cada vez com segurança crescente”. Para isso, seria necessário destacar as grandes sínteses, a direção dos acontecimentos, “sem dar aos incidentes mais que o valor que eles têm como partes de um todo.”¹⁰³³ O espírito do historiador deveria apanhar o desdobramento de toda série de fatos capitais no ciclo histórico. O fato geral seria o mesmo por mais variadas que fossem as

¹⁰³⁰ POMBO, J. F. da R. Prefácio. In: _____. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva, 1905-1917. v. 1, p. V-XXXV.

¹⁰³¹ Rocha Pombo comentou, transcreveu e usou como referência o trabalho do historiador inglês Thomas Buckle, *História da Civilização na Inglaterra* (1857-1861), que procurou determinar as leis da História para alçá-la à ciência. O colega de Rocha Pombo no IHGB, Pedro Lessa escreveu a introdução do livro de Buckle quando foi traduzido e publicado no Brasil em 1900. Essa introdução recebeu, posteriormente, o título de *É a história uma ciência?* e serviu-lhe de admissão ao IHGB em 1901. Conforme apontei em notas anteriores, o texto com o título de *Reflexões sobre o conceito da História* foi publicado na Revista do Instituto Histórico. Rocha Pombo não fez alusão alguma ao comentarista de Buckle no prefácio. Ele mencionou Lessa somente no interior da obra (v. 1, nota 1, p. 385) e contestou Buckle – falso, contraditório, absurdos, inverdades – em suas referências ao atraso do Brasil (v. 1, p. 478-479).

¹⁰³² POMBO, 1905-1917, v. 1, p. IX.

¹⁰³³ *Ibid.*, p. XVI.

particularidades.¹⁰³⁴ Essa concepção faria com que a História deixasse de ser tratada como simples narrativa ou mero registro dos fatos. Afora constatar, o historiador deveria “apanhar o sentido” em que foi exercida a ação coletiva. Para apanhá-lo, o interesse do historiador moderno não poderia ser o dos antigos, pois para estes a História foi o registro dos grandes acontecimentos, das façanhas militares, das ações dos príncipes e dos heróis a fim de que tais fatos “se não apagassem da memória dos homens”. Para os modernos, a tarefa do historiador consistiria em “apanhar cada vez com mais precisão e o mais nitidamente possível as relações entre os fatos humanos, para sabermos cada vez melhor e com mais segurança, em que sentido eles vão desdobrando”.¹⁰³⁵ O historiador moderno deveria estudar, além da guerra e da política, o que constituía a essência da vida do povo: costumes, opiniões, crenças, legislação, ideias, tendências, instituições, moral, atividade, riqueza.

Depois de expor o entendimento sobre os estudos históricos, gerando nos leitores a expectativa de ver em ação um historiador moderno, Rocha Pombo lhes frustrou. Disse que sua tarefa era secundária, semelhante à dos que lhe precederam, ou seja, dos antigos. Assumiu o refrão dos sócios do IHGB, repetido desde 1838, de consubstanciar elementos para o historiador futuro, ou seja, condensar crônicas e monografias para o grande livro. Abdicou, portanto, voluntariamente de fazer história no sentido moderno segundo o debatido conceito da ciência histórica. E, em pleno raiar do século XX, ele apontou que o Brasil não tinha história, pois somente agora o país estava reagindo contra os males e vícios do regime colonial. Esse ponto de vista o aproximava da leitura de seus trabalhos apresentados como título para admissão ao IHGB e criticados pela Comissão responsável em avaliá-los, conforme expus no subcapítulo anterior.

Se não era possível sistematizar a desordem de fatos num passado curto demais (e sem rupturas), Rocha Pombo negou outra possibilidade de enfeixe. O intelectual paranaense negou o enfeixe temporal e espacial do passado do Brasil para lhe extrair uma síntese. Ele apontou a tendência geral dominante entre os povos americanos do “espírito regionalista” que tornava a vida local mais independente. Estávamos numa fase de transição com o parcelamento das nações atuais do continente. Pequenas pátrias estavam sendo criadas pela tendência descentralizadora. A História mostrava, de acordo com Rocha Pombo, a impossibilidade de se fazer uma grande nação sem unidade. Apenas no futuro as pequenas pátrias se organizariam em vastas combinações políticas. No Brasil, “a unidade política futura há de se assentar sobre

¹⁰³⁴ Ibid., p. XIX.

¹⁰³⁵ Ibid., p. XX-XXI.

a aliança federativa das pequenas pátrias que ainda temos de fundar”.¹⁰³⁶ A História do Brasil necessitava de mais tempo para alargar e romper com o passado colonial, como também para desatar e depois unir as unidades. Isso deveria ser feito contando não somente com a língua, raça, crenças, e sim com o temperamento, tendências e o espírito das partes.

Contra esse “espírito regionalista” apregoado por Rocha Pombo, o colega Afonso Arinos criticou na Revista do IHGB a descentralização política em meio ao “fermento de desagregação” no país. Todas as forças, segundo ele, tomavam direções opostas: não havia mais unidade política, solidariedade de interesses e unidade de leis. A divisão em estados autônomos se assemelhava às “baronias da Idade Média, até porque em cada estado se plantou uma dinastia de príncipes, menos brilhante e mais rapace”.¹⁰³⁷ Contra esse movimento localista e as possíveis repercussões, assim se posicionou o citado defensor das tradições no Instituto, Conde de Afonso Celso:

Unir... unir... bradava Bonaparte na batalha das Pirâmides. Eis o nosso lema, o nosso empenho, o nosso ideal, o nosso imprescritível programa de cada momento. Tudo, história, tradições, costumes, religião, língua, condições geográficas, elementos sociais, tudo no Brasil nos une. Não nos separem e descoordenem, não nos debilitem paixões subalternas e desprezíveis interesses.

É preciso que o brasileiro, nascido no Acre, no Amapá ou nas Missões, na proximidade das Guianas ou na da Argentina, seja sempre o mesmo, e em qualquer recanto do nosso variado território sinta idêntico amor e dedicação até o sacrifício por esta imensa pátria incomparável.¹⁰³⁸

Rui Barbosa no governo em 1890 se alarmou com o “desvairado espírito autonomista”. Pelo país grassava o “apetite desordenado e doentio de federalismo”. Não havia federação que bastasse para a “diátese federalista” desde os primórdios da República.¹⁰³⁹ O federalismo político descambaria na compartimentação do passado do país, tão longamente costurado sob o seio do Instituto Histórico. As mudanças introduzidas pela República, conforme novas pesquisas sobre a articulação do provincial ao Estado nacional, não foram tão inovadoras como se supõe: “o federalismo republicano continuava aprofundando a diferenciação regional, da mesma forma que vinha acontecendo no Império”. O aumento do grau de autonomia dos estados se devia mais a um rearranjo: “A República redefiniu os termos do pacto federalista em favor dos governos estaduais, mas não o instituiu originalmente.”¹⁰⁴⁰ De

¹⁰³⁶ Ibid., p. XXII-XXIII.

¹⁰³⁷ Sessão em 21 de agosto de 1903. *RIHGB*, t. 66, parte 2, p. 217-218, 1905.

¹⁰³⁸ Sessão em 28 de setembro de 1909. *RIHGB*, t. 72, parte 2, p. 375, 1909.

¹⁰³⁹ MARTINS, 2010, v. 4, p. 389. *Diátese* tem o sentido de disposição moral.

¹⁰⁴⁰ DOLHNIKOFF, M. *O pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. p. 297-299.

acordo com o Presidente da República, responsável pela “política dos estados”, a ideia de descentralização no sentimento brasileiro era atestada pela História.¹⁰⁴¹ É questão basilar nesse momento historiográfico que, com a instauração do novo regime, a tensão entre as partes e o todo aumentou significativamente.

Depois de expostas a concepção moderna de História, a atuação como historiador antigo e a segmentação espacial naquele momento de transição, Rocha Pombo abordou na segunda parte do prefácio a maneira como escreveria a sua *História do Brasil*. O homem e a terra eram, segundo ele, os dois fatores da História, os grandes objetos, sendo impossível escrever a história sem confrontar um com o outro. O historiador, ao narrar, deveria abrir o cenário para, depois, fazer entrar os atores.¹⁰⁴² Tratava-se de estratégia narrativa utilizada por muitos escritores, dentre eles Alencar Araripe na *História da província do Ceará* (1867). E a partir disso, o historiador deveria mostrar de qual “estofa étnica da sociedade que aqui se formou” advieram os protagonistas da história. O balanço das contribuições raciais de Rocha Pombo aproximava-o da dissertação de Martius. A raça superior despontava nos estudos históricos. E, assim como Araripe, Rocha Pombo fez o seu julgamento: “O triunfo da raça superior – seja qual for a atitude do nosso espírito em presença da dolorosa colisão – perante a História é perfeitamente legítimo.”¹⁰⁴³

Antes de escrever a história do Brasil, Rocha Pombo apontou que fora necessário esboçar um programa com método, ordem, delimitações e um inventário do material a ser trabalhado. Consistia numa proposta coerente e cautelosa pela quantidade considerável de materiais que, por exemplo, a *1ª Exposição de História do Brasil* (1881) levantara e organizara. Na divisão dessa “literatura histórica”, ele trabalhou com: 1) crônicas e memórias avulsas dos contemporâneos (as testemunhas presenciais dos fatos que narram); 2) monografias e teses sem nexos histórico e com lacunas; 3) histórias gerais, ainda muito incompletas.¹⁰⁴⁴ A questão na formação do arquivo nacional se defrontava com a distância de importantes documentos além-mar e com a proliferação, nas capitais dos estados, das “sociedades de eruditos” que se dedicavam a estudar pontos de nossa história. Diante dessa riqueza de informações e da limitação do autor como pesquisador (ao escrever sem viajar), Rocha Pombo disse que “só os trabalhos de consubstanciação parcial já representam regular

¹⁰⁴¹ CAMPOS SALES, M. F. de. *Da propaganda à presidência*. São Paulo: [s.n.], 1908. p. 236 e 261. Segundo ele, mais acertado era declarar “política dos estados” em vez de “política dos governadores”.

¹⁰⁴² POMBO, 1905, p. XXIV.

¹⁰⁴³ *Ibid.*, v. 3, nota 1, p. 41.

¹⁰⁴⁴ Rocha Pombo partiu da classificação da literatura histórica feita na *Historia General de Chile* (1884-1902, 16 v.) por Diego Barros Arana (1830-1907); outro intelectual latino-americano produtor de síntese do passado de seu país ao final do Dezenove.

contribuição cujo proveito não se pode desconhecer”.¹⁰⁴⁵ De acordo com eles, o pesquisador reuniria material para o historiador do futuro que deveria fazer a análise e a dissecação rigorosa e científica. Apesar disso, ele disse que não iria se limitar a narrar “secamente sem alma a variedade de sucessos”, pelo contrário, faria mais do que simples exposição, ao “apanhar a diretriz dos acontecimentos, medir, entender, ponderar o valor e a significação dos fatos”. Isso seria feito de maneira sincera e isenta de ânimo para, no futuro, outros darem obra completa.¹⁰⁴⁶ Embora fazendo o trabalho prévio, secundário, não há como negar que a seleção dos fatos por Rocha Pombo, não isenta de juízos de valor, e o desfecho final mostravam ao futuro historiador para qual direção o passado do país apontava.

As contribuições daquela história do Brasil para a História do Brasil foram organizadas em onze partes por dez volumes em ordem cronológica.¹⁰⁴⁷ Apesar de atuar como historiador antigo, Rocha Pombo, timidamente, esboçou sínteses ao final de alguns capítulos.¹⁰⁴⁸ A observação mais ampla para dali extrair a síntese ao final da obra constou em *A civilização do Brasil nos fins do século XIX*.¹⁰⁴⁹ Segundo o autor, esse seria o fechamento da sua história com a recapitulação de todo o trabalho em linhas gerais. No entanto, foi necessário reduzir a síntese a simples esboço da situação do país ao final do Dezenove. Faltou fôlego, tempo, recursos, capacidade após tamanho esforço ou o intento de historiador antigo, como atividade secundária, prevaleceu ao final em Rocha Pombo, podendo-lhe as pretensões de historiador moderno. A décima segunda parte, em que tratava dos episódios contemporâneos, apareceu como suplementar à história e se intitulou “documentos”, como se a recentidade não pudesse ser historiada. Mas não se tratavam de documentos e sim de transcrições exageradas de textos de outros pesquisadores que abordaram o primeiro decênio do novo regime. A intenção de Rocha Pombo, com essa parte suplementar, era mostrar “antes de tudo, como os sucessos de 15 de novembro de 1889 só podiam ter surpreendido aos homens da alta política do Império, alheios à vida e ao *espírito regionalista* das províncias”.¹⁰⁵⁰ A desatenção ao que ocorria nas províncias explicava por que a Monarquia no Brasil se conservou artificialmente.¹⁰⁵¹ Embora Rocha Pombo apontasse não ter condições de “apanhar o sentido” em que foi exercida a ação coletiva, a proclamação do novo regime não representaria o resultado do encadeamento dos

¹⁰⁴⁵ POMBO, 1905, p. XXVIII.

¹⁰⁴⁶ Ibid., p. XXVIII-XXIX.

¹⁰⁴⁷ A História do Brasil de Rocha Pombo está dividida em: 1) O descobrimento; 2) A terra; 3) As raças que se fundiram; 4) Conquista e colonização do litoral; 5) Formação do espírito nacional; 6) Integração do território e primeiras ideias independentistas; 7) O Brasil como sede da monarquia portuguesa; 8) A Independência; 9) O período regencial; 10) O Segundo Reinado; 11) Documentos para a história do primeiro decênio da República.

¹⁰⁴⁸ Como na terceira (volume 2), quinta (volume 5) e sétima partes (volume 7).

¹⁰⁴⁹ POMBO, J. F. da R. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar, 1917. v. 9, p. 525-550.

¹⁰⁵⁰ Ibid., v. 1, p. XXXIII (meu grifo).

¹⁰⁵¹ Ibid., p. XXXIV.

vários movimentos provinciais no passado do país? A síntese não se traduziria no espírito nacional ligado pelo passado de lutas locais para implantação da República no país?

Ao ler a extensa publicação, chama a atenção as reiteradas e longas notas de rodapé em que o autor, em texto paralelo, usou, contrapôs, discutiu, dialogou com a literatura histórica selecionada. As “incompletas” histórias gerais, quanto ao passado distante, compareceram seguidamente por meio de “diz Varnhagen”, “diz p. Galanti”.¹⁰⁵² O trabalho de consubstanciação de textos parciais por Rocha Pombo se tornou mais complexo por abranger várias publicações oriundas de instituições estaduais dedicadas aos estudos históricos. O recurso aos periódicos do IHGB, Biblioteca e Arquivo Nacional, bem como aos Anais do Parlamento, foi usado seguidamente, mas se vê claramente a busca e o confronto de informações fora da Capital Federal. A impossibilidade de Rocha Pombo de viajar e consultar os papéis velhos arquivados em instituições foi compensada pelo acesso à considerável transcrição de documentos nos periódicos das sociedades provinciais/estaduais para difusão do conhecimento histórico.¹⁰⁵³ Tratava-se de arquivo já coligido, sistematizado e transcrito que pouparia o historiador moderno das fadigas arquivísticas. Esse conjunto organizado de fontes aportava, seguida e sem muita demora, no Rio de Janeiro.¹⁰⁵⁴ As recentes transcrições de José Higino Duarte Pereira (1845-1901) dos arquivos europeus sobre as invasões coloniais holandesas estavam disponíveis por essas contribuições locais.¹⁰⁵⁵

Se a síntese sobre o passado do país estava distante, a síntese das escritas plurais poderia ser realizada por meio de grande balanço historiográfico, como o de Rocha Pombo no início do século XX. Contudo, o esforço de síntese pelo paranaense na Capital se mostrava na contracorrente historiográfica que fluía pelas antigas províncias. As pesquisas e as escritas, como as próprias notas de Rocha Pombo denunciaram, se proliferavam em diversas partes do

¹⁰⁵² Referências à *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen e à *História do Brasil* do padre Rafael Maria Galanti.

¹⁰⁵³ Institucionalmente, foram arrolados: Anais do Arquivo Público do Pará, Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Revista do Arquivo Público de São Paulo, Revista do Instituto do Ceará, Revista da Academia Cearense, Revista do Instituto Paraibano, Revista do Arquivo Público Mineiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Anais da Biblioteca do Pará. A partir destas instituições e fora delas, Rocha Pombo descortina uma grande quantidade de compêndios históricos, dicionários, jornais, cronologias, quadros-históricos, memórias, crônicas, datas e fatos, lições de história, publicadas nas províncias e estados além daqueles onde havia sociedades letradas específicas, como Maranhão, Amazonas, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Sergipe.

¹⁰⁵⁴ No século XIX, o Código Penal ordenava que as oficinas gráficas do país deveriam enviar um exemplar dos impressos confeccionados à biblioteca pública do respectivo município. Em dezembro de 1905, foi decretado que todas as obras lançadas pelas editoras no Brasil deveriam ser enviadas à Biblioteca Nacional. O decreto foi regulado por instruções baixadas em junho de 1907: BROCA, 2004, p. 210. O IHGB recebia seguidamente considerável número de ofertas de pessoas e instituições dos mais distantes lugares do país.

¹⁰⁵⁵ Conforme José Honório Rodrigues, “pode-se dizer que, depois de Varnhagen, esta pesquisa foi a mais sistemática e a que resultou na melhor contribuição à História do Brasil”: RODRIGUES, 1951, p. 153. Os documentos coligidos por José Higino começaram a ser publicados na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, após 1883, nos números 28, 30 a 33, 34 e 35. José Higino ingressou no IHGB em 1886.

território nacional, não se restringindo aos estudos dos intelectuais no Rio de Janeiro. Rocha Pombo se encontrava numa realidade muito diferente daquela da escrita da história geral por Varnhagen no início da segunda metade do Dezenove, em que os estudos provinciais eram incipientes. A *História do Brasil* de Rocha Pombo se apresentou como a “história dos pontos de vista” sobre o passado do país. Eram perspectivas que acomodavam e confrontavam visões gerais e particulares, exigindo do autor maior perspicácia para extrair os resultados mais das narrativas do que dos acontecimentos.

Da (re)colocação das partes no todo e a fim de averiguar o mencionado “espírito regionalista” por Rocha Pombo, examinemos o caso do Ceará na *História do Brasil*. De que forma os argumentos de provincialismo se mostravam vigorosos em pleno século XX? O intenso debate analisado no primeiro momento historiográfico, que estava em aberto e envolvia vários obreiros cearenses, não apareceu nas referências aos episódios ocorridos no Norte. Guilherme de Studart, “laborioso investigador das coisas históricas do Norte”, era a autoridade para a história do Ceará.¹⁰⁵⁶ Rocha Pombo utilizou os trabalhos publicados principalmente na Revista do Instituto do Ceará (Coleção Studart) e no resumo cronológico intitulado *Datas e factos para a História do Ceará*.¹⁰⁵⁷ A *História da província do Ceará* (1867) de Tristão de Alencar Araripe, a primeira história provincial, não foi citada por Rocha Pombo. Os passados cearenses perpassaram vários volumes da *História do Brasil*, da expansão colonial no Norte, em fins do século XVI, às recentes mudanças urbanísticas no final do XIX. No passado mais distante, além do “intrépido e benemérito” Martin Soares Moreno, dos jesuítas Luiz Filgueira e Francisco Pinto, recebeu destaque a atuação de Antônio Felipe Camarão, o convertido índio Poti, narrada e discutida outrora pelos primos Alencar e pelos sócios do IHGB. Ao mencionar a possível versão de traição do chefe indígena, Rocha Pombo condenou essa interpretação e defendeu a lealdade do valoroso caudilho.¹⁰⁵⁸ No entanto, no debate sobre a naturalidade de Camarão, Rocha Pombo não se posicionou diretamente, transcrevendo as pesquisas de José Higino e do padre Galanti que asseveravam ao Rio Grande do Norte a naturalidade do disputado herói.¹⁰⁵⁹ Como diria Varnhagen, que

¹⁰⁵⁶ POMBO, 1905-1917, v. 5, p. 94.

¹⁰⁵⁷ Os volumes 1 (período de 1603 a 1822) e 2 (de 1822 a 1889) foram publicados em 1896. O terceiro e último (de 1889 a 1924) em 1924. Não há notas de rodapé e nem o intuito de debate historiográfico. Consultei: STUDART, G. de. *Datas e factos para a História do Ceará*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 3 v. A análise dessa coleção a fim de verificar o “cotidiano do fazer historiográfico”, como a troca de experiências através das correspondências de Studart com diversos intelectuais brasileiros, incluindo Rocha Pombo, está sendo realizada pelas pesquisas de doutoramento em História Social, desde 2010, de Paula Virginia Pinheiro Batista na Universidade Federal do Ceará.

¹⁰⁵⁸ POMBO, 1905-1917, v. 4, p. 346-347, nota 1.

¹⁰⁵⁹ Ibid., p. 593-595, nota 2. A discussão não estava terminada e cada província/estado acreditava ter provado a origem do herói indígena. Em 1882, o biógrafo asseverava: “hoje, acham-se vantajosamente destruídas as

defendera semelhante posição em 1867, tal certidão deserdava os demais Estados que disputavam o berço do indígena.

A não menção ao trabalho de Alencar Araripe nos estudos sobre o passado distante do Ceará se contrapôs à leitura pelo historiador paranaense de outros textos do historiador cearense. Rocha Pombo mencionou, afora as traduções, o “excelente estudo” *Movimento colonial da América* e a “preciosa memória” *Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais*.¹⁰⁶⁰ Contudo, o grande préstimo dos estudos de Araripe para a *História do Brasil* de Rocha Pombo esteve nos documentos sistematizados em *Guerra civil do Rio Grande do Sul* (1880-1884). A narrativa do autor paranaense sobre a “revolução rio-grandense”, tratada em dois momentos, se abeberou do trabalho de Araripe publicado na Revista do IHGB. Rocha Pombo citou seguidamente, em notas não muito específicas, as contribuições do “cons. Araripe, a cujo trabalho quase que *exclusivamente* nos socorremos”.¹⁰⁶¹ Porém, Rocha Pombo evitou adentrar na análise reacionária (contrarrevolucionária) de Araripe, antes de 1889, ao movimento rebelde no Sul. Dos trabalhos publicados pelos letrados sul-rio-grandenses, que justamente despontaram para criticar a memória do Conselheiro conservador, somente apareceram os publicados por Alfredo Ferreira Rodrigues no *Almanaque Literário e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul*.¹⁰⁶² Rocha Pombo não escondeu sua simpatia pela revolução, ainda que desconsiderasse os textos dos defensores da nobreza do movimento, como os de Assis Brasil, Koseritz, Alcides Lima, Ramiro Barcelos e Cezimbra Jacques. Ao transcrever o manifesto de Bento Gonçalves de 29 de agosto de 1838, o autor declarou que: “É impossível disfarçar a alta importância desse documento [...]. Já não é, dir-se-ia, uma rebelião de caudilhos ciosos de mando, ou agitadores de insânia: há por ali uma consciência afrontada que insurge, uma alma comovida de povo que clama, que se afirma, e aspira a ser.”¹⁰⁶³ Seria uma resposta à afirmação de Araripe, em 1880, de que os interesses particulares, os orgulhos pessoais, as condições privadas vantajosas foram o grande motor da revolução no Sul? Esse manifesto do chefe republicano também foi publicado pelo Clube

ambiciosas pretensões do Ceará e Rio Grande do Norte”. COSTA, F. A. P. da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Tip. Universal, 1882. v. 1, p.78. No início do século XX, os debates prosseguiram nas páginas da Revista do IAGP com artigos de Francisco Augusto Pereira da Costa e Oliveira Lima.

¹⁰⁶⁰ Rocha Pombo mencionou as traduções de Alencar Araripe: *História de uma viagem feita à terra do Brasil por João Leri, Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás por Hans Staden, Ataque e tomada da cidade do Rio de Janeiro pelos franceses em 1711 sob o comando de Duguay Trouin*. Todas foram publicadas na Revista do IHGB. No trabalho de Rocha Pombo, as referências se encontram no segundo volume: p. 21, nota 1; p. 165-166, nota 1; p. 589, nota 2; p. 590-591, notas 1 e 2.

¹⁰⁶¹ POMBO, 1905-1917, v. 8, p. 692-694, nota 1 (meu grifo). A revolução rio-grandense consta, nesse volume, nas páginas 427-490 e 624-694.

¹⁰⁶² Mencionado no cap. 3.2.

¹⁰⁶³ POMBO, 1905-1917, v. 8, p. 634-635.

Vinte de Setembro na Faculdade de Direito de São Paulo em 1881.¹⁰⁶⁴ A leitura e a publicação do documento, naquela oportunidade, foram antecedidas por palavras “À província do Rio Grande do Sul” e assinadas por intelectuais sulinos para desvanecer as indignas imputações contra o tão adulterado passado da terra rio-grandense em sua “brilhante história”. A leitura seletiva, por Rocha Pombo, da memória *Guerra civil do Rio Grande do Sul* não mencionou o ponto de vista de Araripe contrário ao caráter revolucionário e democrático. A leitura de Rocha Pombo acomodou o texto do historiador monarquista ao sentido da síntese sobre as revoluções que antecederam e legitimaram o 15 de novembro de 1889.

No índice geral ao final da obra, *revolução* foi o verbete com as maiores remissões,¹⁰⁶⁵ apesar das menções às “primeiras manifestações formais do espírito de pátria” (revoltas coletivas) a partir do sexto volume. Dessas revoltas políticas, as ocorridas no Norte entre 1817 e 1824 receberam especial atenção do autor. O Ceará e a família Alencar transitaram por aquele cenário de lutas, traições, crimes e assassinatos. A Revolução de 1817 foi relatada em cem páginas, mas o Ceará figurou somente em três. O movimento representou “formal e violenta manifestação de tendências e aspirações, que andam, mais ou menos latentes, em todos os ânimos nas diversas províncias”.¹⁰⁶⁶ Rocha Pombo confrontou a historiografia publicada principalmente na Revista do IHGB, em 1862 e 1866 (analisada no primeiro momento historiográfico desta tese), justamente a que maculara a lealdade dos irmãos Alencar, tendo-os como tiranos. Foram os textos que incitaram José e Tristão de Alencar a pesquisar, estudar e escrever suas narrativas argumentando sob o ponto de vista da hombridade dos chefes republicanos cearenses. No balanço historiográfico entre os que condenaram e os que louvaram o movimento, entre os que contrapuseram os ideais democráticos a uma lista de traições, crimes e roubos, Rocha Pombo inseriu seu ponto de vista para o futuro Tribunal da História e que contrariava o tribunal dos homens na época: “É evidente que se cometeram erros; era isso muito natural [...]. O que é certo, porém, é que se não ouviu naqueles dias, contra os homens do governo provisório, uma increpação sequer por abusos, violências, desatinos ou excessos de qualquer natureza”.¹⁰⁶⁷

Os momentos atribulados das guerras de Independência no Norte, narrados por Rocha Pombo, desconsideraram a ativa participação dos cearenses, tão destacada por Alencar

¹⁰⁶⁴ SILVA, B. G. da. *Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus Constituintes*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1881. Esse documento também foi transcrito por Araripe: *RIHGB*, t. 46, parte 2, p. 406-421, 1883.

¹⁰⁶⁵ POMBO, 1917, v. 10, p. 527-532.

¹⁰⁶⁶ *Ibid.*, v. 7, p. 339.

¹⁰⁶⁷ *Ibid.*, p. 405.

Araripe. O nome do pai do historiador cearense foi apontado discretamente em nota de rodapé.¹⁰⁶⁸ A devoção dos “voluntários do Ceará” para libertar as províncias vizinhas foi obscurecida pelo deslocamento alvoroçado e desordenado, bem como pelas ameaças em usar a força a fim de receber soldos e vantagens.¹⁰⁶⁹ A Revolução de 1824 não recebeu tanta atenção de Rocha Pombo como a de 1817, mas o passado cearense obteve maior destaque e, em especial, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. O pai do Conselheiro Araripe apareceu na narrativa como autoridade suprema no Ceará, não havendo “dissimulações com que naquelas outras províncias ainda se vacilava no caminho a seguir”.¹⁰⁷⁰ Essa firmeza de propósitos contrariou a posição de Pereira da Silva na volumosa *História da fundação do Império brasileiro* (1864-1868) sobre a posição dúbia de Tristão Gonçalves entre a lealdade ao Imperador e aos revoltosos de Pernambuco.¹⁰⁷¹ Contudo, o registro da atuação do convicto presidente revolucionário na “heroica província” destoou da fonte utilizada por Rocha Pombo. O historiador da *História do Brasil* mencionou a memória *A Confederação do Equador* de Antonio Pereira Pinto publicada na Revista do IHGB, em 1866, como “a mais completa e melhor escrita entre os documentos que temos à vista sobre a revolução de 1824; dela principalmente nos serviremos aqui”.¹⁰⁷²

Cabe retornarmos ao primeiro momento historiográfico, em que essa memória foi analisada, para examinarmos a leitura que Rocha Pombo fez dela. Antonio Pereira Pinto em *A Confederação do Equador, notícia histórica sobre a revolução pernambucana de 1824* deu sua contribuição como um dos “obreiros subsidiários” para o grande edifício da História Geral do Brasil. A narrativa foi construída fazendo comparações entre o que ocorrera no Ceará e em Pernambuco. O caráter republicano do movimento foi negado. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe foi apontado como “o vulto mais proeminente da agitação cearense”, mas a designação não lhe serviu de louvação. Foi, de acordo com o texto, integrante da arbitrária junta governativa, um dos facciosos na intriga contra o Imperador, propagandeador de calúnias contra o governo geral, o presidente intruso. Sua ação ao depor à força o representante do monarca na província foi considerada desordeira, de total falta de consideração ao governo imperial, portadora de maneira irreverente, grotesca e linguagem incorreta. O Ceará, em 1824, viveu sob “as agonias de um movimento estreado sob tão infelizes auspícios”. A “fantástica utopia”, influenciada pelos ventos que sopravam do Recife,

¹⁰⁶⁸ Ibid., nota 1, p. 804.

¹⁰⁶⁹ Ibid., p. 834.

¹⁰⁷⁰ Ibid., v. 8, p. 33.

¹⁰⁷¹ SILVA, 1868, v. 7, p. 277-278.

¹⁰⁷² POMBO, 1905-1917, v. 8, p. 24, nota 1.

engendrou problemas para a região pela anarquia das “classes baixas”. O autor apontou o final da utópica e anárquica experiência em terras cearenses com a fuga, captura e morte de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, “barbaramente trucidado”. Foi o final dos “embustes dos sagazes revolucionários”.¹⁰⁷³ O trecho em que Pereira Pinto citou o anônimo “cronista da revolta cearense” – na realidade Tristão de Alencar Araripe – também foi transcrito por Rocha Pombo, desconhecendo sua correta autoria. Assim como procedeu na memória *Guerra civil do Rio Grande do Sul*, Rocha Pombo fez a leitura seletiva da notícia histórica sobre 1824 e não mencionou o ponto de vista contrário ao caráter revolucionário e democrático, acomodando o texto de Pereira Pinto ao sentido de sua síntese sobre as revoluções que antecederam e legitimaram o 15 de novembro de 1889.

Nessa consubstanciação de histórias parciais, Rocha Pombo mencionou o episódio comum nas províncias apaziguadas do furor revolucionário que interferia diretamente nas sendas arquivísticas e escriturárias na cultura histórica oitocentista. Em 1824, com a debacle das forças rebeldes e a aproximação das tropas imperiais, o colega e substituto de Tristão Gonçalves no governo cearense ordenou a todas as autoridades da província que desaparecessem com livros, ofícios, diplomas, portarias, impressos, proclamações, escritos apoiadores do sistema confederativo e quaisquer outros papéis que lembrassem a república: “de sorte que não apareça nem o menor vislumbre dessa tristíssima luz hoje de todo apagada e que tanto mal causou à província inteira.”¹⁰⁷⁴ O apagamento dos vestígios pelos revolucionários arrependidos prejudicaria a própria atividade de historiar tais movimentos. Os papéis dos tribunais dos homens se tornariam fontes privilegiadas: os documentos do vencedor.

Não bastassem a denegação dos ideais revolucionários pelos reminiscentes das forças vencidas, o apagamento dos rastros documentais e a proeminência do ponto de vista jurídico (contrarrevolucionário), os moradores se encarregaram de julgar e punir os outrora idealistas democráticos a quem seguiram. Rocha Pombo mencionou que as adesões aos imperiais ocorreram por toda a província do Ceará. Na vila do Icó (moradia da família de Tristão de Alencar Araripe) o movimento restaurador teve grande entusiasmo. Chegou a ser formada, pelos moradores, a “Comissão Matuta” para julgar e punir os revoltosos republicanos. O povo se mostrou ferrenho monarquista. Temos aqui mais um motivo para que os filhos da família Alencar se lançassem com ímpeto em pesquisar sobre o passado para exporem-no com cautela

¹⁰⁷³ PINTO, 1866.

¹⁰⁷⁴ POMBO, 1905-1917, v. 8, p. 49-50, nota 2. Possivelmente, a transcrição foi retirada dos documentos da Coleção Studart.

e em defender a nobreza do caráter dos chefes, ou seja, dos seus pais: os “monstros traidores” acusados de roubo, devastação de propriedades e difusão de utopias revolucionárias.

Da (re)colocação das partes no todo e a fim de averiguar o mencionado “espírito regionalista”, entendo que o final da narrativa mostrou novo tensionamento entre as forças centrífugas (afastam-se do centro) e centrípetas (aproximam-se do centro). A análise que Rocha Pombo fez ao final de sua *História do Brasil*, na parte intitulada *A civilização do Brasil nos fins do século XIX*, foi de encontro ao prefácio quando mencionou a tendência descentralizadora das pequenas pátrias. O historiador paranaense apontou que, entre os que estudavam a sociedade brasileira, havia os que acreditavam que o Rio de Janeiro era o Brasil, ou seja, “acha-se aqui tudo o que temos feito de mais valioso neste trecho do continente”; outros havia, para os quais o Brasil estava nas províncias, ou seja, “na alma das populações rurais que guardam quase inalterado o velho espírito da colônia”. Conforme Rocha Pombo, havia exageros e falsos pontos de vista “nuns e noutros, mas bem notadamente nestes últimos”.¹⁰⁷⁵ Para o historiador fixado no Rio de Janeiro desde 1897, “aqui está incontestavelmente o coração do Brasil histórico”. Em contato direto com o mundo, a cidade irradiaria a cultura por todo o país: “Tomemos, portanto, o Rio de Janeiro como o expoente máximo da civilização do Brasil”.¹⁰⁷⁶

Com essa perspectiva, o autor encerrou a *História do Brasil* e deixou o último volume para os documentos do primeiro decênio da República. Embora, no prefácio, Rocha Pombo apontasse para um período de transição caracterizado pela descentralização, após historiar os movimentos revolucionários nas províncias, ele fechou a narrativa na cidade do Rio de Janeiro. Ampliou o campo de observação, estudou a desordem pelas províncias, deu-lhe nexos, direcionou os acontecimentos e restringiu as partes ao todo representado pela Capital Federal. Como mencionei anteriormente, a parte final dos volumes não continha documentos, mas a transcrição de trechos em que outros escritores contemporâneos relatavam e ajuizavam os episódios recentes. A parte suplementar divide-se em treze pontos, dos antecedentes históricos do novo regime à presidência de Campos Sales (1898-1902). Nesses pontos o burocrata Tristão de Alencar Araripe apareceu na parte dedicada ao primeiro Presidente constitucional como personagem na trama histórica.¹⁰⁷⁷ Naquela que seria a primeira grande síntese no alvorecer do novo século, o Conselheiro Araripe foi apresentado como historiador monarquista e burocrata republicano.

¹⁰⁷⁵ POMBO, 1905-1917, v. 9, p. 529-530.

¹⁰⁷⁶ Ibid., p. 530.

¹⁰⁷⁷ Ibid., v. 10, p. 353 e 362.

De forma semelhante ao que fez Araripe nos artigos pós-1889, Rocha Pombo dispersou o “espírito regionalista” pelas províncias do antigo regime, sob os provincialismos, e afunilou-os para legitimar a recente ruptura do ciclo histórico proclamada no Rio de Janeiro. O “velho espírito da colônia”, segundo o autor, ainda estava presente em algumas províncias, mas não o espírito revolucionário, independentista, democrático, e sim aquele perpetuador dos “males e vícios do regime colonial”, do atraso, distante da civilização da capital. Apesar desse grande esforço do autor e das palavras de grande expectativa do Presidente do IHGB em 1905, a vasta publicação de Rocha Pombo recebeu pouca atenção no Instituto ao ser finalizada em 1917 sob a nova presidência do Conde de Afonso Celso, ardoroso defensor das tradições monárquicas e, segundo Araripe Júnior, um “diletante reacionário”.¹⁰⁷⁸ Essa *História do Brasil* não se concretizou na esperada História real, legítima e incontroversa. Rocha Pombo não foi o escritor que consubstanciou em “molde duradouro e correto” o longo trabalho de cronistas e historiadores parciais e incompletos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na segunda década do século XX, continuaria contribuindo para e esperando pelo futuro historiador por meio do laborioso trabalho dos obreiros.

A escolha de trabalho específico do polígrafo Rocha Pombo para dialogar com os textos de Alencar Araripe neste terceiro momento historiográfico, além de se tratar de uma das primeiras sínteses no novo regime, deveu-se à leitura da recente e instigante pesquisa intitulada *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*.¹⁰⁷⁹ Essa pesquisa ratificou minha escolha. Nela, o autor analisou as concepções multifacetadas de Rocha Pombo acerca da História. De acordo com Ivan Norberto dos Santos, o historiador paranaense apresentou posições cambiantes e complexas sobre a escrita da história.¹⁰⁸⁰ Santos não se restringiu à volumosa *História do Brasil*, o “esforço de maior fôlego” de Rocha Pombo, mas priorizou sua análise. A dissertação trouxe alguns elementos para eu dialogar com os trabalhos de Araripe e dos consócios.

O historiador paranaense oscilou entre a preponderância dos indivíduos sobre a sociedade e a relevância dos movimentos coletivos sobre as ações individuais. Sobre o fato de não narrar os recentes episódios, Santos mencionou um “recoo estratégico” da história do

¹⁰⁷⁸ ARARIPE JÚNIOR, T. de A. *Literatura brasileira: movimento de 1893*. Rio de Janeiro: Empresa Democrática Editora, 1896. p. 168.

¹⁰⁷⁹ SANTOS, I. N. dos. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

¹⁰⁸⁰ *Ibid.*, p. 38.

presente por Rocha Pombo.¹⁰⁸¹ As leituras acerca de sua produção pelos congêneres mostravam concepções políticas variadas e contraditórias: republicano e abolicionista ferrenho; republicano platônico; liberal e conservador no Império; socialista utópico; anarquista; monarquista na República.¹⁰⁸² Era palpável a necessidade dos leitores de sintetizar a obra pela adjetivação da autoria.

Santos citou um episódio na trajetória de Rocha Pombo relevante para a minha análise tendo em vista os argumentos de provincialismo. Entre julho e dezembro de 1917, o historiador paranaense empreendeu viagem ao Norte do país: “nos lugares onde chegava procurava estabelecer contato com os Institutos Históricos e Academias Literárias locais”.¹⁰⁸³ Rocha Pombo lamentou não viajar antes de escrever a *História do Brasil*: “Eu não sabia que o Brasil era tudo isto!”¹⁰⁸⁴ Após visitar a região, o letrado do Sul “acreditava que teria que escrever de modo diferente muito daquilo que havia enunciado em sua grande obra.”¹⁰⁸⁵ Varnhagen empreendeu semelhante viagem após a primeira edição de sua *História Geral do Brasil*, porém, ao contrário de Rocha Pombo, teve tempo para incluir na segunda edição as impressões que semelhante observação *in loco* lhe causou.

É possível pensar, também, o quanto Rocha Pombo teria de incluir no debate bibliográfico, pois as escritas plurais sobre os episódios de 1817 a 1824 vicejavam nos institutos e academias nos estados do Norte. No ano em que ele aportou por aquelas plagas, o *Instituto Histórico do Ceará* e o *Instituto Arqueológico Pernambucano* comemoravam o movimento de 1817 com o resgate de muitos documentos e a escrita de várias narrativas. Foi a única revolução brasileira, proclamava Oliveira Lima em 1916, “digna deste nome e credora de entusiasmo pela feição idealista que a distinguiu e lhe dá foros de ensinamento cívico”.¹⁰⁸⁶

¹⁰⁸¹ A cautela de historiadores, como Rocha Pombo, ao abordar a representatividade da República na história geral do país, se contrapôs às sínteses sarcásticas e debochadas nesse período. Em 1917 começou a ser publicada, em jornais e revistas no Rio de Janeiro, a *História do Brasil pelo método confuso*. Os textos, em 1922, foram reunidos e publicados em livro e se tornaram sucesso editorial. O autor, José Madeira de Freitas, assinando Mendes Fradique, ridicularizava a República como “causa da civilização”. FRADIQUE, M. A República. In: _____. *História do Brasil pelo método confuso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 164-169.

¹⁰⁸² Ibid., p. 114. A questão da adjetivação do autor assumia relevância, pois na crítica literária regular no início do século XX a indagação das obras era preterida pela vida dos autores. BROCA, 2004, p. 289.

¹⁰⁸³ Ibid., p. 126. Rocha Pombo já era sócio correspondente do Instituto Histórico do Ceará antes de sua viagem. Teve somente um pequeno texto publicado naquele periódico: POMBO, J. F. da R. Em atitude de culto. *RIC*, t. XXXVI, p. 74-76, 1922. Escrito por Rocha Pombo em março daquele ano, no Rio de Janeiro, no centenário da Independência, especialmente para o Instituto do Ceará, o texto louva as “terras do norte, por onde a conquista foi mais penosa e a vida da colônia mais acidentada” e seus nomes ilustres no passado distante.

¹⁰⁸⁴ POMBO, J. F. da R. *Notas de viagem: Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar, 1918. p. 7-8.

¹⁰⁸⁵ Ibid., p. 127.

¹⁰⁸⁶ Por iniciativa do IAGP, foi reeditada com longas anotações de Manuel de Oliveira Lima a *História da Revolução Pernambucana de 1817* de Francisco Muniz Tavares. O livro mereceu uma resenha na nova seção “bibliografia” na *Revista do IHGB*, t. 80, p. 871-873, 1917 [1916]. A transcrição acima, no meu texto, integrou o prêmio de Oliveira Lima, datado de julho de 1916, à terceira edição do livro. Nele, Tavares foi destacado pelo

O autor da *História do Brasil*, que seria concluída naquele ano, estava consciente que, ao menos sobre a região setentrional do país, seu trabalho estava ultrapassado pela dinâmica arquivística e escriturária lá encontrada. Quiçá sua visão civilizacional do Rio de Janeiro também deveria ser revista.

Desinteresse inicial pela crítica e pelo público, leituras díspares da posição política do autor, acusação de falta de pesquisa em arquivos, grande volume da narrativa, reedições alteradas que mutilaram o debate bibliográfico nos textos e enfatizaram a abordagem factual, e novo ímpeto arquivístico nos estados levaram o autor e seu volumoso texto a ser ignorados pela história da historiografia.¹⁰⁸⁷ A releitura da volumosa *História do Brasil* de Rocha Pombo serve, entretanto, para resgatar do ostracismo um projeto de História que feneceu antes de concluído.¹⁰⁸⁸ Considerada como “vasto celeiro de documentos e de informações preciosas”,¹⁰⁸⁹ a grande obra do autor paranaense surgiu no momento em que muitos letrados, sabendo da impossibilidade desse tipo de trabalho, teimavam em acreditar na sua viabilidade no futuro. Retornemos brevemente às discussões no IHGB.

Alfredo Ferreira de Carvalho, ao tomar posse na instituição em 1907, proclamou que qualquer generalização no presente era estéril, por ser prematura, devendo-se esperar pelo menos um século até que, após a publicação de documentos, crônicas e monografias, um livro viesse satisfazer “as exigências contemporâneas do saber”.¹⁰⁹⁰ Ramiz Galvão, em 1911, disse que se comporia com monografias minuciosas sobre curtos períodos e vultos isolados do passado brasileiro “o grande livro” ainda não escrito para o qual o Instituto vinha reunindo os indispensáveis materiais desde 1839.¹⁰⁹¹ Os sócios do Instituto desconsideravam que a intensificação escriturária e arquivística tornava inexequível o trabalho de síntese nos moldes nomológicos e não lacunar esperados. Nos debates sobre as (im)possibilidades presentes e

testemunho ocular e pela imparcialidade da narração, apesar das ingenuidades, arrebatamentos e preconceitos liberais. Oliveira Lima mencionou as duas edições anteriores (1840 e 1884 pelo IAGP), ignorando a impressão e anotação do texto de Muniz Tavares por Alencar Araripe na Revista do IHGB em 1897. Oliveira Lima dedicou, em suas notas, atenção à atuação dos irmãos Alencar nos episódios de 1817 e 1824, sem recrimina-los e ressaltando o espírito republicano no Ceará, onde as adesões não foram unânimes. LIMA, M. de O. Proêmio. In: TAVARES, F. M. *História da revolução de Pernambuco de 1817*. 3. ed. Recife: Imprensa Industrial, 1917. p. III-X e nota LXXII, p. 181-182. Na introdução de Maximiano Lopes Machado, datada de novembro de 1883, foi ressaltado o perigo das apreciações inexatas e da falta de documentos nas histórias de Pereira da Silva e de Varnhagen sobre a revolução de 1817, o fim moralizador e instrutivo da História, o maior grau de certeza pelo testemunho em vez “de outro que nada viu e se inspirou em tradições vagas”. MACHADO, M. L. Introdução. In: TAVARES, 1917, p. XI-LXXIII. Sobre as discordâncias dos historiadores sobre o movimento de 1824, incluindo a discussão entre o IHGB e o IAGP, ver discurso de Pedro Lessa na sessão em 2 de julho de 1918 e os documentos em anexo. *RIHGB*, t. 83, p. 336-339 e 353-426, 1919 [1918].

¹⁰⁸⁷ Na dissertação de Ivan Norberto dos Santos, a recepção da *História do Brasil* foi analisada no capítulo 3.3 intitulado *Combates nas sombras: as trajetórias de uma recepção* (p. 148-168).

¹⁰⁸⁸ *Ibid.*, p. 169-170.

¹⁰⁸⁹ GALVÃO, R. Necrológio de Rocha Pombo. *RIHGB*, v. 168, p. 784, 1933.

¹⁰⁹⁰ Sessão em 8 de julho de 1907. *RIHGB*, t. 70, parte 2, p. 733, 1908.

¹⁰⁹¹ Sessão em 30 de maio de 1911. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 487, 1911.

futuras, dois sócios foram taxativos nas avaliações sobre a escrita desses trabalhos de síntese científica.

No entendimento do sócio Luís Antônio Ferreira Gualberto a procura do “laço misterioso”, que ligava e prendia a complexidade dos acontecimentos, sempre foi a preocupação do entendimento humano. Ele disse estar ciente que, em razão das “influências filosóficas” daquele momento, acentuava-se dia a dia a tendência do espírito humano em explicar, pelas observações, as causas que determinavam os fenômenos históricos. Contudo, Ferreira Gualberto se mostrava cético quanto às deduções a serem tiradas do passado. Para ele, o fator primordial dos fatos históricos era o elemento humano que se mostrava móvel e inconstante. As paixões humanas caracterizavam a coletividade. Conforme Ferreira Gualberto, todos os fenômenos da psicologia social concorriam para desmanchar a mais bem arquitetada doutrina que explicaria os fatos históricos por uma lei. Aos filósofos caberiam as generalizações, não aos historiadores. O Instituto deveria, segundo ele, se limitar ao papel de “registrador dos fatos do seu meio”.¹⁰⁹² Sobre esse esforço de generalização para extrair a síntese, o sócio Antônio Zeferino Candido ressaltou que o número de pontos com que um determinado acontecimento se relacionava era muito grande. O estabelecimento diferencial dessas relações, segundo ele, era muito difícil. As derivações sucessivas e de diversas ordens, com a integração final na grande síntese, ainda não poderiam ser feitas com rigor.¹⁰⁹³ A área da História era, conforme Zeferino Candido, muito extensa, por isso, “passou de vez a quadra das histórias gerais”. A monografia deveria se constituir na forma expositiva e transmissiva do especialista.¹⁰⁹⁴ Pelos Anais do *Primeiro Congresso de História Nacional*, realizado em 1914, se pode observar a segmentação mencionada por Candido na área da História.¹⁰⁹⁵

Apesar desse debate no interior do IHGB e da expectativa do Presidente da instituição para com o livro de Rocha Pombo em 1905, a busca da síntese no passado do país fora feita por outro letrado. Entre a produção do sergipano João Ribeiro (1860-1934), aceito como sócio do IHGB em 1914, há livros didáticos sobre a história do Brasil.¹⁰⁹⁶ Especificamente para a

¹⁰⁹² Sessão em 5 de outubro de 1908. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 561-562, 1909.

¹⁰⁹³ CANDIDO, A. Z. Colombo. *RIHGB*, t. 62, parte 2, p. 39-73, 1900. p. 39.

¹⁰⁹⁴ CANDIDO, 1901, p. 155-156.

¹⁰⁹⁵ GUIMARÃES, L. M. P. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 147-170, jun. 2005 e Id., 2007, p. 227-231.

¹⁰⁹⁶ Esse gênero de escrita está fora dos parâmetros desta pesquisa. Um estudo comparativo entre os manuais de Joaquim Manuel de Macedo e de João Ribeiro foi feito em: MELO, C. F. de C. B. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. São Paulo: Argumentvm, 2008. Trata-se da tese defendida pelo autor na USP em 1997. A inserção de João Ribeiro nos lugares de sociabilidade na época: GOMES, 1996, p. 107-112. Sobre a produção de João Ribeiro no Almanaque Garnier: DUTRA, E. de F. A história nas entrelinhas. In: _____. *Rebeldes literários da República, história e identidade nacional no Almanaque Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005a. p. 213-237.

discussão aqui levada adiante, selecionei apenas o que diz respeito ao trabalho de síntese e ao passado cearense. Na introdução, datada de 22 de abril de 1900 e publicada no Rio de Janeiro, João Ribeiro colocou a sua *História do Brasil* numa evolução historiográfica desde a vencedora dissertação de 1844 para ultrapassá-la. Martius, ao tratar do sentido que deveria ser dado à história do país, incorreu, conforme o historiador sergipano, em indicações vagas e inexatas. Ribeiro se autointitulou o primeiro a “escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese”. Antes, historiadores e cronistas seguiram pelo caminho da cronologia e da sucessão de governadores. Somente ele delineou “os focos de irradiação da cultura e civilização do país”. A história do país ocorrera “ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos”.¹⁰⁹⁷ A nova síntese de João Ribeiro, assim como o livro de Rocha Pombo, também buscou “apanhar o sentido” da ação coletiva. Alertou o leitor de que não passara da proclamação da República, pois “os sucessos são ainda do dia de hoje e seria prematuro julgá-lo em livro destinado ao esquecimento das paixões do presente e à glorificação da nossa história”.¹⁰⁹⁸ Ao final, porém, o autor não se furtou em ligar o presente ao passado do país para lhe assegurar o futuro: “toda a América era republicana e a exceção que era a monarquia não se justificava por nenhuma excelência. [...] A República é a forma política definitiva.”¹⁰⁹⁹ O livro de João Ribeiro abordou fatos e não se deteve no debate bibliográfico, como fizera Rocha Pombo. A ausência da indicação de leituras, de reinterpretação de documentos e de alusões aos demais estudiosos do passado limitou as suas contribuições para minha pesquisa. Pelo visto, o intelectual sergipano se dedicou mais à polêmica e promoção pessoal do que à pesquisa.

Há mais um elemento pertinente na *História do Brasil* de João Ribeiro para refletirmos sobre os argumentos de provincialismo na produção do conhecimento histórico no alvorecer do século XX. Após a leitura da primeira edição do livro, o passado despertou a atenção de um letrado cearense estabelecido na Capital Federal: Tristão de Alencar Araripe Júnior. Dos comentários inseridos na segunda edição do livro, datados de 15 de junho de 1900, destaco duas questões no diálogo com a escrita do pai. Segundo o filho do historiador cearense, os competentes já tinham condenado “a mania de empregar a história como instrumento de exaltação patriótica ou do lealismo”. Araripe Júnior citou o livro *Introdução aos Estudos Históricos* de Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, publicado na França (1898), em

¹⁰⁹⁷ RIBEIRO, J. Introdução. In: _____. *História do Brasil: curso superior*. 4. ed. rev. mel. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912. p. 23.

¹⁰⁹⁸ *Ibid.*, p. 25.

¹⁰⁹⁹ *Ibid.*, p. 530.

que, segundo sua leitura, não mais se exigia lições de moral da História.¹¹⁰⁰ Apesar da crítica, era muito difícil escapar dessa instrumentalização. Seu pai, no debate no interior do IHGB, não economizou palavras para tal propósitolouvaminheiro. Sobre o tumultuado passado cearense, Araripe Júnior se preocupou com a representação dos tempos idos. Ao se referir ao malogro da Confederação do Equador (1824), João Ribeiro mencionou que “as adesões foram mais palavrosas que efetivas desde Alagoas ao Ceará”. De acordo com o Júnior, houve na escrita de Ribeiro “grave injustiça aos patriotas do Ceará”, pois na província “as coisas não se passaram precisamente como diz o historiador”.¹¹⁰¹ Ele citou o caso do avô Tristão Gonçalves de Alencar Araripe ao proclamar a infelicidade do Ceará para com os historiadores gerais, porque raras vezes faziam referências ao sacrifício dos cearenses pelo país. Ele não citou as pesquisas do pai e, numa inversão dos pontos de vista, aludiu aos trabalhos de Théberge e Brígido que, como vimos no primeiro momento historiográfico, justamente macularam a reputação da sua família nos movimentos revolucionários.¹¹⁰²

A queixa de Araripe Júnior contra os historiadores gerais se somava à dos letrados no Ceará desde a década de 1860 contra as histórias gerais ainda muito incompletas (e injustas). A consecução do grande livro no século XX deveria ultrapassar os limites das histórias gerais publicadas no século anterior. Paradoxalmente, nas primeiras décadas do novo século, um desses historiadores gerais voltou a merecer atenção sob o novo regime. Em 1906, por iniciativa de Capistrano de Abreu, começou a vir a público a terceira edição da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen. Em razão do incêndio na oficina de impressão, somente o tomo primeiro (um terço da obra) foi publicado com notas e comentários do historiador cearense. Na ocasião, dentro e fora da Casa da História, passados, presentes e futuros de diferentes matizes estavam tendo os significados alterados, temporalidades reordenadas e as experiências passadas eram regionalizadas e contestadas. Nesse momento, as palavras de Varnhagen de devoção ao Imperador e de fidelidade ao antigo regime voltavam a ser publicadas. O historiador Tristão de Alencar Araripe reaparecia, por Varnhagen, como o ilustre magistrado e desembargador dos tempos de outrora, e escritor das memórias do

¹¹⁰⁰ ARARIPE JUNIOR, T. de A. Prefácio. RIBEIRO, 1912a, p. 8. O prefácio de Araripe Júnior foi também publicado em: ARARIPE JÚNIOR, 1958, v. 4, p. 3-13. A condenação pelo crítico contemporâneo José Veríssimo da preocupação dos historiadores em efetuar o julgamento moral das personagens históricas, nesse momento historiográfico, pode ser observado em suas resenhas reunidas e publicadas posteriormente em: VERÍSSIMO, J. Movimento literário de 1906 a 1910. In: _____. *Últimos estudos de literatura brasileira: 7ª série*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. Em especial nas p. 240-241.

¹¹⁰¹ ARARIPE JUNIOR, 1912a, p.16-17.

¹¹⁰² Após essa observação de Araripe Júnior, o referido trecho nas edições seguintes do livro de João Ribeiro foi omitido. A carta de Araripe Júnior dirigida a João Ribeiro retificando o recente passado cearense está publicada em: ARARIPE JÚNIOR, 1958, v. 4, p. 11-12n.

Ceará.¹¹⁰³ E nessa edição, o historiador Tristão de Alencar Araripe ressurgia, agora por Capistrano, pela prometida (e esquecida) continuação da *História da província do Ceará* com os episódios revolucionários.¹¹⁰⁴ Em 1906, Araripe estava vivo para rever, após tanto empenho em prol da República, seus primeiros esforços historiográficos na verve patriótica de Varnhagen em prol da Monarquia e ser lembrado das promessas não cumpridas em historiar o passado recente e tumultuado no Norte. Naquela época, sob a sombra do trono, ambos comungavam de semelhantes fé e método. De acordo com Varnhagen, a História era um ramo da crítica e não da eloquência. Perante o Tribunal da História, o “historiógrafo” deveria se portar como juiz ao sentenciar “na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça”, após averiguar os fatos e ouvir as testemunhas. O historiógrafo não deveria se portar como um “advogado verboroso e florido”.¹¹⁰⁵

Desde a metade do século XIX, como repassei pelos três momentos historiográficos, essa imagem de juiz foi arvorada pelos estudiosos do passado, mesmo que tenha sido para reverter as jurisprudências dos congêneres. Enquanto o Visconde de Porto Seguro afirmava que vários pontos no passado do país estavam esclarecidos “pelos argumentos incontestáveis que resultam das provas que, mediante aturado [perseverante] estudo, conseguimos reunir”, os argumentos de provincialismo, igualmente ancorados em provas, mostravam os tempos

¹¹⁰³ VARNHAGEN, 1877, v.1, p. VII e XV. Esse prólogo foi publicado nas edições posteriores.

¹¹⁰⁴ O texto de Capistrano de Abreu sobre Varnhagen publicado na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro) de 21 a 23 de novembro de 1882 foi reproduzido na edição de 1906 da *História Geral do Brasil* de Varnhagen: ABREU, J. C. de. Apenso sobre o Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1906a. p. 444. A anotação do livro de Varnhagen, em sua terceira edição, por Capistrano e as condições existentes na execução desse trabalho são analisadas por: AMED, F. *Atravessar o oceano para verificar uma vírgula: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) lido por João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2008. 220 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008.

¹¹⁰⁵ VARNHAGEN, 1877, v. 1, p. XII. Os dicionários no século XIX faziam a distinção entre estes dois literatos. Historiador e historiógrafo escreviam histórias, mas de diferente modo e por diversas circunstâncias. Historiógrafo era um literato pensionado do Estado ou de um príncipe para escrever a sua história e corresponde quase sempre ao que se chamava cronista. O historiador, por sua vez, era um literato que compunha uma história sem ser pensionado e quase sempre “não contemporânea”. O historiógrafo constituía-se num simples analista, que referia acontecimentos, reunia materiais, ao passo que o historiador escolhia-os, colocava-os em ordem, examinava os fatos, julgava os homens e as coisas; costumava ser “menos adulator e mais imparcial” que o historiógrafo: SILVA, A. de M. *Dicionário da língua portuguesa*. 6. ed. aum. por Agostinho de Mendonça Falcão. Lisboa: A. José da Rocha, 1858. v. 2, p. 144. Semelhante descrição há em FARIA, E. de. *Novo Dicionário da língua portuguesa: para uso dos portugueses e brasileiros*. 2. ed. Lisboa: Tipografia Lisboense de José Carlos D’Aguiar Vianna, 1850. v. 3, p. 678-679. Nos dicionários no início do século XX, o termo *historiador* passa a englobar essas duas acepções: “Que escreve história ou escreve sobre a vida da humanidade. O que conta ou narra um acontecimento, um fato ou sucesso. Historiógrafo, escritor de história. Cronista, cronógrafo; o que é encarregado oficialmente pelo Estado ou por um príncipe de escrever a história de uma época.” VALENTE, A. L. dos S. (Dir.). *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa: feito sobre um plano inteiramente novo*. Lisboa: Tipografia da Parceria Antonio Maria Pereira, 1911. v. 1, p. 901-902. Em dicionário posterior, o *historiador* é: “Aquele que escreve sobre história; o que escreve história; narrador. Historiógrafo, aquele que escreve a história de uma época; cronista; historiador.” MORENO, A. *Dicionário complementar da língua portuguesa: ortoépico, ortográfico e etimológico, com um glossário de arcaísmos*. Porto: Educação Nacional, 1936. p. 705.

pretéritos sob outro viés. Os estudiosos nas províncias buscavam reavaliar, quando não desatar, o “primeiro enfeixe” tramado por Varnhagen. Não só pelo prólogo de Varnhagen e pelo apenso de Capistrano que Alencar Araripe veio integrar essa que foi a primeira síntese do passado do país por um brasileiro. As anotações e comentários posteriores de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia fixaram os estudos do Conselheiro Araripe primordialmente como tradutor na *História Geral do Brasil*.¹¹⁰⁶

A justaposição dos trabalhos de Araripe aos de Varnhagen seria feita por Eduardo Prado e pelo Barão do Rio Branco em nova oportunidade. Em 1917, nas comemorações do centenário de um dos maiores movimentos sediciosos no Norte, foi publicada por iniciativa do IHGB a *História da Independência do Brasil* de Varnhagen, finalizada em 1876 e que dava continuidade à sua história geral.¹¹⁰⁷ Apesar de alguns “senões” apontados pela Comissão do Instituto, por essa história a “acatadíssima autoridade [de Varnhagen], cujo prestígio, longe de ficar diminuído, vai ser antes aumentado com a publicação de sua nova obra, até então desconhecida dos doutos”.¹¹⁰⁸ Ao final do livro, havia capítulos referentes às províncias: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará. De acordo com a Comissão, convencido Varnhagen da “incontestável magnitude dos acontecimentos que se desenrolaram, por ocasião do surto da nossa definitiva autonomia, nas províncias do Reino-luso-americano, deliberou em boa hora consagrar a cada qual delas um capítulo particular”.¹¹⁰⁹ Possivelmente, Varnhagen examinaria a situação nas demais províncias: São Paulo, Minas Gérias, Rio Grande do Sul. Sobre a Confederação do Equador, em especial sobre a atuação em Pernambuco de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, a Comissão declarou o “juízo severo, mas justo” de Varnhagen contra o revoltoso

¹¹⁰⁶ VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1949-1952. 5 v. No volume 1, página 55, seção IV (X da 1ª edição), *Ideias religiosas e organização social dos tupis: sua procedência*: nota 17 por Capistrano de Abreu: “Algumas das inscrições encontradas em pedras foram reproduzidas por Alencar Araripe na Rev. do Inst. Hist., 50, parte 1, p. 213-295, Rio, 1887, num artigo sob o título Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil.” Na seção VI, página 120, *Explorações primitivas da costa brasílica*, em nota de Rodolfo Garcia: “veja-se [...] Alencar Araripe, Primeiro navio francês no Brasil, in Revista do Instituto Histórico, 49, parte 2, p. 315-360, com a tradução portuguesa da Relação Autêntica que d’Avezac publicou.” Na seção XVII, página 361, *Governo de D. Duarte da Costa, tentativa de Villegaignon*: nota 38 de Capistrano de Abreu sobre o livro que Varnhagen citou. Era o livro de Jean de Léry: “Trad. por Alencar Araripe, na Revista do Instituto Histórico, 52, parte 2, reimpressa em dois pequenos volumes por Gaffarel, Paris, 1880.” No volume 3, página 297, seção XXXVIII, *Consequências da liga de 1703 até as pazes de Utrecht (1715)*, nota 28 de Rodolfo Garcia: “O capítulo das memórias de Duguay-Trouin, relativo ao ataque e tomada do Rio de Janeiro, foi traduzido por Tristão de Alencar Araripe e impresso na Revista do Instituto Histórico, 47, parte 1, 61-85, 1884.”

¹¹⁰⁷ VARNHAGEN, 1917. O exame, conferência e coordenação dos originais (com preenchimento das lacunas) foram feitos por uma comissão do IHGB composta por Ramiz Galvão, Pedro Lessa, Max Fleiuss, Basílio de Magalhães, Rodolfo Garcia e Pedro Souto Maior. A *História Geral do Brasil* como “preâmbulo” da *História da Independência* consta na dedicatória do autor a D. Pedro II.

¹¹⁰⁸ VARNHAGEN, 1917, p. 19.

¹¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 17.

do qual ela subscrevia “sem hesitação”. O IHGB, em 1917, acatava o julgamento de 1876 sobre 1824.

O Ceará compareceu nessa história, quando “a unidade não existia”, em treze páginas com fartas notas de Rio Branco. Os comentários feitos pelo historiador, diplomata e ex-Presidente do IHGB foram avaliados pela Comissão como mais copiosos que o texto de Varnhagen.¹¹¹⁰ Pelas longas anotações, os diferentes pontos de vista sobre o tumultuado passado recente do Ceará foram integrados à narrativa maior. Tanto no texto de Varnhagen como no paratexto de Rio Branco se esclareceu a ordem cronológica dos acontecimentos com a nomeação correta dos autores. Os textos demeritórios à atuação, principalmente, do pai do Conselheiro Araripe, publicados na Revista do IHGB em 1862 e 1866, foram colocados ao lado das contraversões de Araripe no periódico em 1885.¹¹¹¹ O texto de Varnhagen englobou os episódios de 1820 até 1825. Neles, o cearense Tristão Gonçalves apareceu acatando as ordens do príncipe-regente em 1821, aclamando a Independência e o Imperador em 1822, auxiliando a proclamação da Independência no Piauí em 1823.

Sobre 1824, o texto de Varnhagen mencionou somente “desordens” pelo aceite da Constituição e a proclamação da Confederação do Equador sob o “presidente intruso”, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Não foram citadas nessa condensação extrema por Varnhagen as aspirações democráticas e republicanas como fizera ao estudar a “guerra civil” em Pernambuco, que sacrificara a lei, a ordem e a integridade do Império. Somente nas notas de Rio Branco constaram as menções (duas vezes) à organização republicana no Ceará.¹¹¹² Assim como ocorrera com a síntese de Rocha Pombo, o trabalho anotado de Varnhagen foi publicado quando a efervescência arquivística e escriturária nos estados tornou mais complexa e destoante os estudos sobre as revoluções provinciais durante a Monarquia. Os textos publicados na Capital Federal caducavam por efeito de viçosas iniciativas dos letrados locais, muitas vezes com pontos de vista e juízos de valor destoantes. Curiosamente, 1917 não foi somente a data em que Varnhagen foi celebrado no IHGB em razão do centenário de seu nascimento (1816).¹¹¹³ Von Martius, o autor da famosa dissertação orientadora dos estudos históricos foi igualmente comemorado na Instituição com a exposição de suas obras.

Para finalizar essa pesquisa transtextual no terceiro momento historiográfico, examinei aquela que foi a primeira síntese escrita logo após a publicação do texto de Alencar Araripe

¹¹¹⁰ Ibid., p. 20.

¹¹¹¹ Os artigos “Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão” e “Independência no Maranhão” publicados no tomo 48 (1885) da *RIHGB* foram analisados na 2ª parte da tese, capítulo 3.3.

¹¹¹² Ibid., p. 447-460.

¹¹¹³ Na sessão solene em homenagem a Varnhagen, cabe destacar o discurso de Pedro Lessa: Sessão em 17 de fevereiro de 1916. *RIHGB*, t. 80, p. 614-666, 1917 [1916].

Indicações sobre a História Nacional. O Compêndio de História do Brasil começou a ser publicado em 1896 e finalizado em 1910. Seu autor foi o jesuíta italiano Rafael Maria Galanti (1840-1917), sócio do IHGB, educador e sacerdote que atuou no Brasil principalmente a partir de 1874. O livro me passaria despercebido se não fosse utilizado seguidamente por Rocha Pombo em sua volumosa história. O texto de Galanti não gerou expectativas no Instituto Histórico como gerara o trabalho do congênere paranaense. Seu autor tampouco se arvorou no primeiro a escrever integralmente a história do país segundo nova síntese como fizera o historiador sergipano.¹¹¹⁴ Contudo, em grande parte do prefácio, Galanti se dedicou a ressaltar as suas discordâncias para com a síntese anterior de maior expressão: “pelo fato de termos aqui e ali confutado Varnhagen”.¹¹¹⁵

Pela extensão da narrativa, o compêndio de cinco volumes se situou entre o franzino livro alardeador de Ribeiro e os volumosos balanços historiográficos de Pombo. Diferentemente destes, não buscou legitimar a proclamação do novo regime dentro do processo evolutivo nem mostrar sua compatibilidade com nossas tradições. O *Compêndio de História do Brasil* foi escrito para explicar suas *Lições de História do Brasil*, publicadas quatro anos antes. Esse trabalho anterior do autor sintetizou o passado do país em 37 lições, do descobrimento do país até a Guerra do Paraguai: exemplarmente, a história como mestra da vida, o passado do país em lições.¹¹¹⁶ Apesar de constar no título a indicação de “compêndio”, o trabalho foi referenciado como *História do Brasil*, enquanto a segunda edição, logo a seguir, passou a ter o título reduzido.¹¹¹⁷ As *Biografias dos homens ilustres*, de 1911, também foi citado como integrante do compêndio, perfazendo o sexto volume do trabalho.¹¹¹⁸

O primeiro volume serviu como um dos títulos de admissão do padre Galanti no IHGB; candidatura proposta por Alencar Araripe em 1896.¹¹¹⁹ O parecer da Comissão de História foi

¹¹¹⁴ Nessa disputa entre os escritores de uma *História do Brasil*, após 1889, João Ribeiro suplanta os demais de acordo com as listagens de obras enviadas pelo Itamaraty a instituições argentinas e portuguesas nas décadas de 1930 e 1940. SILVA, A. P. B. R. da. *Diálogos sobre a escrita da história: ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940)*. 2011. 456 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 2011. p. 401-430, anexo 1.

¹¹¹⁵ GALANTI, R. M. Prefácio. In: _____. *Compêndio de História do Brasil*. São Paulo: Tipografia da Industrial de São Paulo, 1896-1910. p. IV. *Confutado* tem o sentido de reprovado, contestado, provado a inexistência.

¹¹¹⁶ Id. *Lições de História do Brasil*. 2. ed. ref. São Paulo: Tipografia da Industrial de São Paulo, 1895. Na contracapa há um aviso: “No prelo, pelo mesmo autor, *Compêndio de História do Brasil*, trabalho destinado a explicar as lições.” A primeira edição foi de 1892. Infelizmente não houve introdução, prólogo, prefácio ou apresentação alguma nas duas edições.

¹¹¹⁷ Id. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Duprat, 1911-1913. 4 v. A 2ª edição, apesar de muitos catálogos de bibliotecas mencionarem, não teve o quinto volume.

¹¹¹⁸ Id. *Biografias de brasileiros ilustres*. São Paulo: Duprat, 1911.

¹¹¹⁹ Foi proposto sócio correspondente do Instituto na sessão em 13 de setembro de 1896, servindo de título de admissão os trabalhos *História do Brasil* e *História Universal*. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 276, 1896.

apresentado após ler “refletidamente” o *Compêndio de História do Brasil*; na verdade, se restringiu ao tomo inicial. No primeiro volume, Galanti abordou os episódios no passado do país até 1624. Conforme a avaliação dos consócios, o compêndio foi escrito “com todo o critério” e revelou “profundos conhecimentos da história pátria”. A Comissão de História, “não entrando na indagação de sua discordância com as opiniões de nosso sempre saudoso Varnhagen”, fez votos para Galanti “ajudar-nos nas nossas tarefas e contribuir para o engrandecimento da história pátria”.¹¹²⁰ O parecer da Comissão de Admissão de Sócios, assinado pelo Barão de Alencar, Manoel Francisco Correia e Afonso Celso, reforçou a questão da publicação da nova síntese que ia de encontro àquela de outrora. O parecer foi favorável “julgando que a discordância de um escritor com as opiniões individuais de qualquer membro desta Associação não o torna incompatível para pertencer a ela”.¹¹²¹ Aceito como sócio correspondente da instituição em 1896, a primeira e segunda edições da narrativa de Galanti não mereceram atenção dos colegas nas páginas da Revista.¹¹²² Essa *História do Brasil* não se concretizou na esperada História real, legítima e incontroversa, tão alardeada nas sessões da instituição. Não foi o padre Galanti o escritor que consubstanciou em “molde duradouro e correto” o longo trabalho de cronistas e historiadores parciais e incompletos.

Ao adentrarmos no texto, o pesquisador jesuíta informou ao leitor que não declinaria nomes tampouco juízos, pois “o grande prestígio de uns e a multidão concorde dos outros nos confundem e humilham”.¹¹²³ Galanti usou o preâmbulo como alerta antes de narrar os movimentos sediciosos durante o período monárquico. Ao se referir aos fatos da revolução pernambucana em 1817, o autor reforçou a cautela antes de seguir por caminho conturbado: “achamos conveniente declarar desde já que ficaremos na altura da imparcialidade evitando mais que nunca, com o maior cuidado, não só toda a palavra injuriosa mas até mostrar propensão para qualquer dos dois partidos”.¹¹²⁴ O Ceará recebeu rápidas remissões pela atuação do tio de Alencar Araripe. Quanto às leituras realizadas para confecção da síntese sobre a revolução de 1817, Galanti citou as observações de Pereira da Silva, Varnhagen e Muniz Tavares, “aos quais daremos de onde em onde explicitamente a palavra e até os copiaremos sem escrúpulo”. Mas Galanti se apoiou principalmente no trabalho do

¹¹²⁰ Sessão em 11 de outubro de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 300-301, 1896.

¹¹²¹ Sessão em 8 de novembro de 1896. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 321, 1896. Tanto no prefácio do autor como nos pareceres das Comissões do IHGB não foram revelados os pontos de discórdia entre a *História Geral* de Varnhagen e a *História do Brasil* de Galanti. Essa análise necessitaria do cotejamento entre ambas.

¹¹²² Galanti teve somente um texto publicado no periódico da instituição: *Descobrimto do Brasil, sua data, seu aniversário* na *RIHGB*, t. 62, parte 2, p. 24-27, 1900 [1899].

¹¹²³ GALANTI, R. M. Ao leitor. In: _____. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Duprat, 1911-1913. v. 2, p. III.

¹¹²⁴ *Ibid.*, v. 4, p. 48.

“insuspeito” e “imparcial” cronista e testemunha presencial, Muniz Tavares.¹¹²⁵ Ao tratar da Independência Nacional nas províncias do Norte, Galanti não citou o nome do pai do Conselheiro Araripe quando mencionou o Ceará e a invasão das tropas cearenses no Maranhão e Piauí. Quanto à Confederação do Equador, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe apareceu como “o principal e mais prestigioso dos chefes cearenses da revolta”.¹¹²⁶ Contudo, como João Ribeiro, Galanti menosprezou a extensão e aprofundamento do movimento republicano ao indicar a rapidez com que fora debelado.

As pesquisas e as escritas do Conselheiro Araripe apareceram no texto de Galanti em dois momentos. Sobre a questão da maioridade de D. Pedro II, foi apontada “a bela dissertação” de Araripe publicada na Revista do IHGB em 1881 e “que nós aproveitamos sem escrúpulo.”¹¹²⁷ Quanto à revolução de 1835 no Sul, antes de narrar os episódios, o autor explicitou novamente sua cautela. Ao se referir brevemente à história da revolta no Rio Grande do Sul, Galanti disse conhecer as “dificuldades especiais” envolvidas no assunto. As dificuldades se agravavam na escrita de uma história geral, pois o autor não podia descer às particularidades. Porém, era justamente nesses pequenos incidentes que dependia o juízo do historiador, a fim de transmiti-lo com toda a clareza e imparcialidade aos leitores.¹¹²⁸ Parece-me que a posição precavida do historiador encobria na realidade outra dificuldade: o levantamento, a leitura e a acareação de ampla bibliografia. Na síntese, antes de sintetizar, o autor selecionou um relato anterior e dele fez um resumo.

Na narração dos episódios da revolução Farroupilha havia vários trechos entre parênteses sem identificação da fonte. Ao final do relato, o autor mencionou em nota o trabalho de Pereira da Silva, “que infelizmente contém muitas inexatidões”, o de Alencar Araripe, “em que se acham numerosos e interessantíssimos documentos”, e principalmente diversos folhetos remetidos por Alfredo Ferreira Rodrigues em que “nos aproveitamos francamente, quanto nos foi possível”.¹¹²⁹ Ao contrário do que observei no trabalho de Rocha Pombo, no de Galanti as pesquisas do Conselheiro Araripe foram preteridas por pesquisas mais recentes, porém a grande discussão historiográfica sobre a república do Piratini, desde 1882, permaneceu ignorada. Essa síntese histórica, abarcando os regimes monárquico e republicano, reforçou a representação de Tristão de Alencar Araripe como historiador

¹¹²⁵ Ibid., p. 48-71.

¹¹²⁶ Ibid., p. 202-230 e 206.

¹¹²⁷ ARARIPE, T. de A. Notícias sobre a maioridade. *RIHGB*, t. 44, parte 2, p. 167-268, 1881b.

¹¹²⁸ GALANTI, 1911-1913, v. 4, p. 414. Sobre os mencionados trabalhos de Alfredo Ferreira Rodrigues, creio que faziam parte dos textos publicados no *Almanaque Literário e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul* (1889-1927). Rodrigues era sócio do IHGB e ingressara na instituição no mesmo ano que Galanti.

¹¹²⁹ Ibid., p. 448.

monarquista e burocrata republicano, pois no registro dos primeiros anos da República estava inscrito o nome do “ilustre brasileiro”, o Ministro Alencar Araripe.¹¹³⁰

A *História do Brasil* do padre Rafael Maria Galanti, cronologicamente, foi a primeira tentativa de sintetizar o passado do Brasil sob os novos tempos da República. Situou-se entre seus textos sobre as lições do passado e as biografias dos brasileiros ilustres. Contudo, ao contrário dos trabalhos de Rocha Pombo e João Ribeiro, Galanti não se preocupou em explicitar o sentido dos acontecimentos, em apanhar o desdobramento de toda série de fatos capitais em um ciclo histórico. Da função educadora do autor nas escolas confessionais surgiu o resumo didático muito parcial. Apesar de se apresentar nas contracapas de suas publicações como sócio do IHGB e dos institutos da Bahia, Ceará, Santa Catarina e Pernambuco, Galanti pouco utilizou os trabalhos recentes publicados nos periódicos dessas associações. No discurso de posse em 1897, o historiador jesuíta disse conhecer “suficientemente bem os 59 volumes de que consta a Revista do Instituto”.¹¹³¹ Entretanto, não mostrou conhecer as polêmicas sobre os movimentos no Ceará publicados em 1862 e 1866. A escolha dos textos de Muniz Tavares sobre 1817 talvez tenha sido consequência de suas viagens pelo Norte em missões catequéticas na segunda metade do século XIX. A versão dos historiadores de histórias gerais da Corte foi preterida pela dos letrados regionais. O silêncio sobre a obra historiográfica do padre Galanti pode estar relacionado à produção de simples compêndios escolares, ausência de pesquisas em arquivos, não ser brasileiro para escrever a História do Brasil e por contrapor outro historiador de histórias gerais como estratégia de afirmação profissional num momento em que Varnhagen era resgatado. Em 1916, “a obra de Varnhagen deveria transmitir lições para enfrentar o presente com otimismo em relação ao futuro do país”.¹¹³² Os predicados de Galanti, ou a falta deles, fizeram com que o Instituto Histórico visse o autor somente pela dedicação à instrução de nossa juventude.¹¹³³

Pelo exame de textos específicos de Rocha Pombo, João Ribeiro, Varnhagen e Galanti, foi possível verificar as tentativas de sintetizar o passado do país após a instauração do novo regime. Porém, o ensaio do Conselheiro Araripe, reelaborado como orientador para tais escritas da história do Brasil, não teve a aplicabilidade almejada. *Indicações sobre a História*

¹¹³⁰ GALANTI, R. M. A República, primeiros anos. In: _____. *Compêndio de História do Brasil*. São Paulo: Tipografia da Industrial de São Paulo, 1896-1910. v. 5, p. 135-319. Em trabalho posterior, Galanti, entre 433 referências biográficas, citou Tristão de Alencar Araripe. Não mencionou suas obras. Destacou-lhe por ser o filho do “malfadado presidente da República do Equador”. Deteve-se na relação de suas funções parlamentares, burocráticas e participações em instituições culturais. GALANTI, R. M. *Biografias de brasileiros ilustres*. São Paulo: Duprat, 1911. p. 336-337.

¹¹³¹ Sessão em 2 de maio de 1897. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 315, 1897.

¹¹³² GUIMARÃES, M., 2011, p. 171.

¹¹³³ GALVÃO, R. Discurso do Orador. *RIHGB*, t. 82, p. 847-848, 1918 [1917].

Nacional se aproximou dos trabalhos com viés nomológico de legitimação do novo regime, mas se afastou do ímpeto arquivístico e escriturário estaduais. A própria razão de ser desses textos de síntese e da instituição que os viabilizaria foi colocada em xeque. Os discursos, a partir do IHGB, caducaram na presença dos argumentos de provincialismo. Assim, as palavras do Conselheiro Araripe – o historiador como benfeitor da pátria para fundir o patriotismo brasileiro – se desvaneceram à vista da fragmentação historiográfica. E diante do insucesso de se afirmar como escritor e pesquisador sob os novos tempos de República, Tristão de Alencar Araripe passou à História como historiador monarquista e burocrata republicano.

A SÍNTESE NA REPÚBLICA – CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em 1894, o sócio Tito Franco de Almeida, diante da ebulição discursiva entre monarquistas e republicanos de variadas matizes, perguntou aos leitores: “Até quando as paixões do momento tentarão prejudicar a verdade histórica?”¹¹³⁴ Paixões antigas e paixões recentes, alimentadas por ressentimentos diversos, deram o tom nas pesquisas e escritas das histórias neste último momento historiográfico na análise da obra de Tristão de Alencar Araripe. Esse ano era sinalizado justamente como um momento de inflexão em determinados grupos literários pela desilusão quanto aos “sonhos de república”.¹¹³⁵ O Centro, até então contentor da exacerbação dos sentimentos locais, explodiu no movimento revolucionário que, afora derrubar o trono e expulsar o Imperador e a família real, fustigou os letrados a reavaliarem o passado do país. Araripe, em 1894, alimentou, inflamou, deu esperanças aos sonhos de república com novas leituras das experiências passadas. No árduo trabalho de poder-provar para poder-dizer, em que também se afirmava sem provar, no mais intenso debate sobre a reordenação temporal da Nação, destaco dez pontos na minha análise historiográfica das *Indicações sobre a História Nacional*; o primeiro ensaio, após a proclamação da República, tendo como temática central a concepção de modelos para a escrita da História do Brasil.

O ensaio de 1876, reescrito e publicado nos primeiros tempos do novo regime, integrou o acalentado projeto de pesquisas, rascunhado desde 1840, bem como fez parte do conjunto recente de textos do autor que aflorou nas páginas da Revista do IHGB. *Indicações sobre a História Nacional* (e notas), *Movimento colonial da América* e *Três cidadãos beneméritos da República* do Conselheiro Araripe dialogaram com discursos e artigos dos demais sócios do Instituto que buscavam resgatar, coletar, documentar, criar, imaginar, inventar, amalgamar, regionalizar, julgar e contestar experiências passadas. Porém, entre esses, foi o único a consubstanciar as orientações em texto sobre a “história nacional” para o “historiador brasileiro”, a fim de alimentar o “patriotismo brasileiro” e propor a “unidade nacional”. O autor provinciano almejou convencer os leitores do passado comum. Buscou tornar o passado inteligível e compreensível, selecionando e focalizando algumas de suas partes para adquirir relevância e permanência. O ensaio orientador antecipou a publicação de compêndios, resumos, histórias gerais e sínteses que não tardariam em surgir. Entretanto, ele não conseguiu servir como modelo para narrativas obsoletas diante da dinâmica arquivística e escriturária

¹¹³⁴ ALMEIDA, 1990, p. 283.

¹¹³⁵ PEREIRA, L. A. de M. Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. In: SILVA, F. T. de et. al. (Org.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003. p. 53-72.

nos estados. A História do Brasil era mais ampla, mais complexa: a consciência histórica de tempos e espaços díspares estava abalada. Antigos argumentos de provincialismo, até então abafados em enredamentos forçados, despontavam com vigor pelo ensejo político (republicano e descentralizado).

O silêncio sobre o texto de 1894/1895 destoou da polêmica que a memória de 1880 provocara. Ultrapassar os limites da servidão intelectual e propor unidade diante da fragmentação podem explicar a desconsideração posterior. Apesar da recomendação de José Honório Rodrigues de Araripe ser discutido como um dos poucos que analisou as novas direções da História no fim do século XIX, observamos rápidas, confusas e imprecisas menções ao texto deslocado e descolado com autoria negada. Os esforços historiográficos do autor em prol da República desapareceram na representação com que passou à História: sócio atuante do IHGB, historiador monarquista, devoto burocrata no primeiro governo republicano, promotor da continuação da *História da província do Ceará* e suas revoluções.

Ao se propor registrar o passado quase presente ou contemporâneo, o historiador Araripe se defrontou com a falta de documentos consistentes para basear os argumentos em prol dos egrégios cidadãos da República. A lacuna foi suprida pelo amparo em documentos oficiais assinados por ele como Ministro. O enaltecimento republicano ante a maculação monárquica fez com que antigos burocratas e fiéis súditos contrapusessem pontos de vista e opiniões por terem vivido naqueles tempos. Em tempos de crise, quanto mais se busca o novo, mais somos conduzidos a retornar com ansiedade ao passado. Foi lá que o heterogêneo grupo de letrados se baseou para pregar a irreversibilidade da revolução ou a inevitabilidade da restauração. A escravidão era um problema pendente e unânime, pois se tratava da instituição que maculava o processo civilizatório em nosso país. A solução foi a mesma tomada para com as fontes nas províncias convulsionadas. Para não constar nas páginas da História do Brasil, documentos sobre os escravos foram lançados ao fogo.

Às vésperas da proclamação da República, Tristão de Alencar Araripe representava o Ceará no Parlamento, tinha a experiência de viajar pelo país de Norte a Sul como burocrata, estava no mais alto cargo do Judiciário, era reconhecido no Instituto Histórico pela atuação na Diretoria, na organização dos arquivos, na publicação e no debate de trabalhos historiográficos. A queda do trono não lhe impôs o afastamento da práxis jurídica, política e literária: assumiu no Supremo Tribunal Federal, compôs o gabinete da crise na Presidência de Deodoro da Fonseca, atuou decisivamente no IHGB. O primeiro golpe no novo regime que restringiu a participação “democrática” e instaurou medidas repressivas teve no Conselheiro ativo participante. O contragolpe do Marechal de Ferro derrubou o Generalíssimo e seu

séquito, catapultando Alencar Araripe do poder. Restou-lhe somente a arena literária que ainda tinha no Instituto o lócus privilegiado de difusão do conhecimento histórico. Ali, ele louvou as experiências democráticas nos passados distante e recente. Contudo, o reordenamento da República (caráter civil) e a posição mais comedida da Diretoria do IHGB (e simpatia pelo regime deposto) limitaram os espaços de atuação do jacobino Araripe, conduzindo-o ao ostracismo. Policarpo Quaresma bem poderia ser visto como a caricatura de Tristão de Alencar Araripe. O romance de Lima Barreto abordou o nacionalismo, o pátrio ufanismo, a adesão incondicional num contexto otimista e inseguro dos primeiros anos da República. Leitor ávido da Revista do IHGB, o personagem Policarpo Quaresma lutou pela valorização do passado nacional, pelo culto das tradições, pela exaltação dos próceres republicanos e pelo apoio ao governo de Floriano Peixoto. Criticou os literatos absorvidos nas coisas estrangeiras, contagiou os demais com o entusiasmo de ideólogo e abominou o sufrágio universal. Fico a imaginar se Araripe, nos últimos dias de vida, não agiu como Quaresma que, desiludido, “reuiu a história” e se indagou se a pátria que quisera não passou de um mito, de uma ilusão.¹¹³⁶

A legitimação da República no país passou pelo resgate de experiências políticas semelhantes no passado colonial e monárquico. Os movimentos rebeldes e os líderes condenados pelo tribunal dos homens tiveram a oportunidade de novo julgamento no Tribunal da História. Entretanto, grande número de documentos nos processos judiciais serviu para depreciar os ideais e as ações democráticas dos sediciosos. Para confrontá-los, testemunhos e outros papéis foram reunidos no processo a fim de reverter a jurisprudência dos historiadores gerais, tão injusta com os provincianos. A figura do historiador como juiz permaneceu. Essa disputa entre os tribunais dos homens e da História não arrefeceu o ânimo dos obreiros que não demoraram em julgar os episódios recentes em ritos sumários. O 15 de novembro e seus próceres já estavam absolvidos e enaltecidos pela justiça histórica, em razão da moralidade dos atos e do atendimento das leis históricas.

O *povo* foi recorrente nos discursos e nos estudos. Faltou defini-lo com mais clareza: na sua instrução sob o debate mais amplo da educação nacional (povos cultos); na utilidade da História para nele fomentar o sentimento de patriotismo; na abnegação dos heróis a seu favor e na retribuída gratidão do “amor do povo”; na sua participação nos movimentos revolucionários; na internalização de sentimentos (monárquicos ou republicanos) no “espírito do povo”; no resgate historiográfico do “povo sempre esquecido” em vez das

¹¹³⁶ LIMA BARRETO, A. H. de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 23. ed. São Paulo: Ática, 2002. Publicado inicialmente em folhetins do *Jornal do Comércio* em 1911.

individualidades; na sua memória, no seu testemunho para corroborar, confrontar ou preencher a lacuna dos documentos; na formação do “povo brasileiro” pela miscigenação das raças e pela integração dos habitantes das províncias. Talvez, o tímido aparecimento do povo nas histórias, dos “náufragos do mundo”, viesse compensar a sua permanente exclusão na sociedade. Entretanto, no início do século XX, a maior participação do povo nas ruas daria motivos de sobra para provocar seu ingresso nas histórias.

Se era difícil escriturar o povo, sem nome e sem rosto, mais fácil seria narrar as ações dos homens egrégios. Eles inspiravam o patriotismo pelas atitudes nos momentos decisivos. Como heróis da paz ou da guerra, beneméritos monarquistas ou republicanos, deles advinham os ilustres brasileiros celebrizados em crônicas, memórias, biografias, panegíricos, compêndios e histórias gerais. O que se observou após 1889 foi o reajuste dos heróis no panteão brasileiro. Os “bandidos” e “traidores” de outrora foram enaltecidos como heróis provinciais e dignos de receber o reconhecimento nacional. Questionou-se que as antigas personalidades monárquicas não foram tão decisivas como narradas. Para desmitificar e mitificá-las, argumentos não faltaram. Sob novo impulso unificador e reacionário contra o “federalismo caudilhista”, o herói Caxias – o soldado monarquista – voltou a ser enaltecido na história pátria por representar a integridade moral e territorial.¹¹³⁷ E diante do comedimento ou contrariedade de juízos, o Conselheiro Araripe resumiu os episódios recentes na unção da tríade militar republicana. E dos três eleitos, somente Deodoro figuraria no livro dos heróis da pátria.¹¹³⁸

Entre a publicação da memória *Guerra civil do [no] Rio Grande do Sul* e o ensaio *Indicações sobre a História Nacional*, há bem mais do que a diferenciação de gênero. Se ambos vieram a público em contexto político propício, entre eles, no entanto, houve quebra da cautela e imparcialidade reafirmada pelo fazer-se historiador nos três momentos

¹¹³⁷ ROMERO, S. *O Duque de Caxias e a integridade do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1903. O processo de instituição de cultos a Osório (Marquês do Herval) e a Caxias (Duque) nas primeiras décadas do novo regime como estratégia de legitimação de projetos distintos de república: SOUZA, A. B. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 25, p. 231-251, jul./ 2001. O monumento a Caxias no Rio de Janeiro foi inaugurado em agosto de 1899. Somente em 1923, sob iniciativa do IHGB, foi proposta a instituição de uma cerimônia oficial em homenagem a Caxias (25 de agosto). O processo de institucionalização do culto a Caxias como ponto focal de um conjunto de investimentos simbólicos da elite militar nas décadas de 1920, 30 e 40: CASTRO, C. C. P. de. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 103-117, 2000. [Dossiê Heróis Nacionais.]

¹¹³⁸ Em Brasília (DF) existe no *Panteão da Liberdade e da Democracia* um livro com os nomes dos heróis nacionais. O *Panteão da pátria* foi inaugurado em 1986 e a lei nº 11.597 de 29 de novembro de 2007 dispõe sobre a inscrição dos nomes no livro ali depositados. Também é chamado de *Livro de Aço* (nada mais indicado para que os exemplos perdurem). Atualmente, tramita no Congresso Nacional, um projeto de lei para inscrever no livro o nome de dois recentes revolucionários, Luiz Carlos Prestes e Carlos Marighela. Dos sediciosos no passado distante, constam os nomes de Tiradentes e de Frei Caneca, colega do pai de Alencar Araripe nos movimentos de 1817 e 1824.

historiográficos. O texto orientador alcançaria legitimidade se, na ocasião, os demais textos do Conselheiro Araripe e sua postura acintosa não tivessem ido de encontro ao que propunha: escrever com critério, ser o fiel intérprete do passado, examinar com escrupulosa diligência a verdade, escrever a história do povo, generalizar em vez de individualizar, usar a mencionada superabundância de fontes de informação para documentar os juízos, fugir das façanhas políticas, não estar aprisionado ao espírito de seita. Se a contestação à memória de 1880 partira de um pequeno grupo provincial, a hostilidade após 1897 à exacerbação militar-republicana de Araripe veio da instituição que se intitulava guardiã da história nacional. A verve patriótica do historiador cearense fez com que os intuitos democráticos de sua família fossem colocados lado a lado com os ideais dos caudilhos sul-rio-grandenses, anteriormente negados. A partir de então, não só o passado uniu os filhos do Norte aos do Sul; na arena política para consolidação do 15 de novembro, a antiga turma do largo de São Francisco se uniu ao antigo historiador palaciano.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criticado como “ninho de sebastianistas” e contestado em sua utilidade, sobreviveu aos novos tempos. Ao voltar a cair nas graças do governo, a instituição, entretanto, começaria a perder a influência preponderante como guardiã do passado. A fragmentação política ensejaria o fortalecimento de entidades estaduais e municipais responsáveis em investigar, coligir, estudar, divulgar e arquivar os documentos sobre a história do país. O Brasil deixaria de ser o Rio de Janeiro.¹¹³⁹ Ao contrário dos Estatutos de 1890 e anteriores, os novos de 1906 estabeleceram que o IHGB não se comprometeria com a criação de sociedades filiais e se restringiria apenas a se corresponder com elas. Ficaria cada vez mais difícil sistematizar as várias histórias no grande livro de História do Brasil. O IHGB deixaria de ser a *cidade letrada* privilegiada diante das várias estabelecidas na República das Letras. Das palavras de Campos Sales de que nos estados residia a “verdadeira força política”, penso se igualmente não estaria neles a verdadeira força historiográfica?¹¹⁴⁰ À homogeneização de visão do Brasil, perseguida pelo Instituto no

¹¹³⁹ Nesse movimento de interiorização, diversificação e complexidade nas relações centro-periferia, cito que, conforme Araripe Júnior, para aquilatar o movimento intelectual de um povo era necessário procurar nas “*coteries* provincianas as diversas manifestações do pensamento com todos os seus desvios e idiossincrasias, porque nem sempre essas tendências se refletem espontaneamente nos grandes centros literários”. ARARIPE JÚNIOR, 1896, p. 1. A eliminação ou neutralização da influência da Capital Federal na política nacional por meio da retirada dos militares, da redução da participação popular, do fortalecimento das oligarquias estaduais: CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998b. p. 32-33. O aparente paradoxo em que a cidade-capital ingressou na era do progresso e da civilização e, ao mesmo tempo, foi despolitizada: NEVES, M. de S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v. 1) p. 40-41.

¹¹⁴⁰ CAMPOS SALES, 1908, p. 252.

decorrer do século XIX, se contraporiam a fragmentação. E *pari passu* à busca pela maior racionalidade histórica, em que os argumentos estariam ancorados em provas documentais, as lendas e os mitos embalados pelo canto da tradição sobreviveriam no forte e abrangente movimento regionalista que começava a despontar para unir os provincialismos.¹¹⁴¹ 1912 foi significativo pelo lançamento de *Terra do Sol* de Gustavo Barroso sobre o Ceará e *Contos Gauchescos* de Simões Lopes Neto sobre o Rio Grande do Sul, pois neles se observa a “encruzilhada” do regionalismo, nacionalismo, folclore e história.¹¹⁴²

A evocada diferenciação entre historiadores antigos e modernos perpassou o último momento historiográfico e os nove pontos apontados acima. A demarcação entre uns e outros, presente no prefácio da *História da província do Ceará* (1862), retornou não só nos escritos do Conselheiro mas nos discursos e nos escritos dos sócios do Instituto Histórico após 1889. Os historiadores antigos se restringiram às individualidades; não tiveram elementos de crítica, dando preferência aos atos mais estrondosos; celebraram os generais pelas guerras e escreveram a história de reis e heróis. Os historiadores modernos, por sua vez, extrapolavam tais estreitos limites e estudavam mais amplamente os fatos. Em vez dos heróis da guerra, os historiadores modernos celebravam os heróis da paz. Eles se ocupavam igualmente dos povos e da confraternização entre eles, sem desprezarem o sentimento moral, “o verdadeiro elemento da História moderna”. Enfim, se a História antiga individualizou, a História moderna, por sua vez, generalizava. Esses elementos alimentaram o que os sócios chamaram de “concepção moderna de História”, ou seja, a sistematização dos fatos humanos em um nexos no meio da variedade em que se apresentam. Por ter suas leis, a História era uma ciência em formação. Porém, ter leis pressupunha um sentido que a aproximava da Filosofia da História.¹¹⁴³ Tal concepção levaria alguns letrados a reunir em narrativas sintéticas os vários episódios e personagens da história do Brasil. Almejava-se integrar tempos e espaços díspares no momento em que a fragmentação ditava a pauta dos pesquisadores. E entre os vários caminhos seguidos pelos estudiosos ao final do século XIX, essa concepção moderna da História visava legitimá-la sob o movimento mais amplo de autonomização e disciplinarização dos campos do conhecimento, como o que ocorria com a Geografia e a Sociologia.

¹¹⁴¹ O *Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo* ocorreu em Recife em fevereiro de 1926. O movimento de reabilitação de valores regionais e tradicionais pode ser observado em: FREYRE, 1976.

¹¹⁴² MARTINS, W. *História da inteligência brasileira (1897-1914)*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2001. v. 5, p. 501.

¹¹⁴³ Sobre as concepções da história filosófica diante de sua cientificidade no IHGB: HRUBY, 2007, p. 135-137.

A análise do texto *Indicações sobre a História Nacional*, sintetizados nos dez pontos acima, não só me subsidiou com mais elementos para responder a pergunta inicial: o que tornava alguém historiador no Brasil do Dezenove? Ou, como alguém deixaria de sê-lo? A crítica historiográfica, articulando *texto, autor, contexto e leituras*, me permitirá ultrapassar o questionamento precípua para dialogar com tantos outros estudos que visam “defender e postular uma necessária e urgente revisão historiográfica do período, ou seja, sua retomada de forma inteiramente diversa, assinalando-se sua importância e riqueza para o debate de ideias e a experimentação de ações políticas e culturais no Brasil”.¹¹⁴⁴ E para essa retomada, acredito que o estudo da operação historiográfica nos textos de autores de “ordem secundária”¹¹⁴⁵ nos permitirá observar os projetos intensamente discutidos na cultura histórica do período, mas banidos pois derrotados. Cumprirei, assim, com uma das tarefas da história da historiografia ao reconstituir os embates que geraram a vitória de uns e a consequente deslegitimação de outras formas de escrita.¹¹⁴⁶

¹¹⁴⁴ GOMES, A. de C.; ABREU, M. A nova ‘Velha’ República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 1-14, jan. 2009b. O dossiê é um convite a novas pesquisas e abordagens sobre o período.

¹¹⁴⁵ Tristão de Alencar Araripe foi citado como autor de ordem secundária diante dos pares por: ROMERO; RIBEIRO, 1906, p. 320.

¹¹⁴⁶ GUIMARÃES, M. L. S. Memória, história e historiografia. In: BITTENCOURT, J. N.; BENCHETRIT, S. F.; TOSTES, V. L. B. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003a. p. 87.

NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

*E adveio então, num instante predeterminado,
um momento no tempo e do tempo,
Um momento não para além do tempo,
mas no tempo, a que chamamos história:
seccionando, dividindo a esfera do tempo,
um momento no tempo, mas não como um momento do tempo,
Um momento no tempo, mas o tempo foi criado a partir
daquele momento, pois não há tempo sem significado,
e aquele momento deu sentido ao tempo.¹¹⁴⁷*

Pela análise da escrita de três textos de Tristão de Alencar Araripe foi possível investigar quem eram e como atuavam os letrados interessados no passado do país a partir das províncias. As narrativas do historiador cearense me permitiram conhecer o que tornava alguém historiador no século da História, bem como o que se fazia para deixar de sê-lo. A obra de Araripe, contudo, não é compacta nem unitária; é contraditória, cheia de ambiguidades, como as convicções próprias do autor. Aos importantes estudos sobre reconhecidos historiadores brasileiros, dentro e fora do Instituto Histórico, e constantemente revisitados, aponto a minha pesquisa sobre um obreiro distante do panteão historiográfico. Não reivindiquei a sua introdução no cânone, mas demandei maior atenção às escritas parciais subsumidas em escritas gerais, pois nacionais, e, por isso, dogmaticamente responsáveis em abafar os ruídos provinciais.

A autoridade de ser ou não historiador no século XIX se assentou nas contribuições dos pesquisadores para a escrita do grande livro que conteria a História geral ou filosófica do Brasil, ampliada, reformulada, reinterpretada, ressignificada, reenfaixada. Os debates colocaram os estudiosos das províncias em choque com os doutos da Corte. Os letrados de Norte a Sul, considerando as evidências geradas pela experiência arquivística e escriturária local, apresentaram argumentos como elementos de sustentação dos pontos de vista para rebater os discursos (sínteses com poucas fontes ou análises com robusta documentação) construídos por um grupo encastelado na cidade letrada – IHGB. Para essas constatações, estabeleci o diálogo dos textos do Conselheiro Araripe com os de outros estudiosos em três momentos historiográficos, de acordo com problemas semelhantes de pesquisa e escrita, analisando sincrônica e diacronicamente a experiência (conhecimento) do tempo pela experiência (prática) arquivística e escriturária local.

¹¹⁴⁷ ELIOT, T. S. A rocha. In: _____. *Poesia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981[1934]. p. 188.

Pretendi que as considerações parciais ao final de cada momento historiográfico suprissem a necessidade de conclusão ou considerações finais nesta tese. Para encerrar a escrita de minha pesquisa pretendo refletir nestas linhas finais sobre a escrita da história de forma mais ampla até os dias atuais, imbricada a interesses, ideias e métodos de pesquisa. Todas as questões agora aventadas não são inéditas, pois foram problematizadas na introdução e capítulos anteriores. Quero ratificar o que pode parecer incoerência: a racionalidade histórica no Brasil a partir de ressentimentos. O conhecimento histórico em nosso país adveio de ressentidos e metódicos pesquisadores e escritores nas províncias/estados e na Corte/Capital Federal.

A constatação, aparentemente trivial, de que nem todo passado (humano) é histórico principia o exame da fundamentação do pensamento histórico, ou seja, o conhecimento das regras e dos princípios desse pensar. O passado para ser alçado à categoria de histórico deverá ser direcionado para o agir, interpretado, superado nos limites de tempo natural e estabelecida a continuidade entre as ações passadas e presentes para abrir perspectivas futuras. O caráter pré-histórico do passado encontra na tradição sua constituição. Tradição tem por significado o modo pelo qual o passado está presente nas referências de orientação na vida prática. Somente a crítica da tradição pela consciência histórica torna possível a visão do passado como passado.¹¹⁴⁸ A história emerge, então, da tradição, na qual os limites estreitos da relação do passado com o presente são ultrapassados. Enquanto crítico da tradição, o pensamento histórico a transforma em vestígios.¹¹⁴⁹

A elaboração do pensamento histórico para ultrapassar o passado amarrado à tradição se alicerça em princípios de racionalidade. É racional todo pensamento que se exprime sob a forma de argumentação. O pensar historicamente orientado não se limita em afirmar algo sobre o passado, mas indica sempre as razões para tanto. O pensamento histórico se processa na forma de um debate movido pela força dos argumentos. Os historiadores não discutem apenas se determinada asserção está fundamentada empiricamente; polemizam igualmente sobre as perspectivas (pontos de vista) em que se inserem os fatos.¹¹⁵⁰ A fundamentação argumentativa faz a racionalidade desse pensar.¹¹⁵¹ A construção do pensamento histórico ou a existência de uma consciência histórica se dá pela relação de cinco princípios: carências de orientação no

¹¹⁴⁸ RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história I, os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001. p. 82.

¹¹⁴⁹ Mais recentemente, essa relação primeva com o passado foi ampliada, substituindo o termo tradição por memória, uma forma pré-elaborada de história. Id. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2, p. 163-209, 2009. p. 165-167.

¹¹⁵⁰ Reflexão sobre o referencial: Id., 2001, p. 109-111.

¹¹⁵¹ *Ibid.*, p. 21.

tempo, ideias (conceitos), métodos, formas de apresentação, funções de orientação existencial (cultural). Esses elementos alçam o passado na vida prática em história científica que poderá retornar, pelo aprendizado (didática), ao cotidiano das pessoas.

A fim de satisfazer a carência de orientação no fluxo do tempo, as pessoas têm interesses precisos de se assenhorar, no presente, do passado pelo conhecimento.¹¹⁵² Na busca por suprir essa falta, há necessidade de critérios de sentido para organizar a reflexão: “eles decidem como deve ser interpretada a mudança do homem e de seu mundo.”¹¹⁵³ A ideia de progresso, por exemplo, recorrente no Dezenove, é um desses critérios orientadores da experiência sob os quais os significados são produzidos. Entretanto, interesses e ideias não bastam para criar a especificidade científica da consciência histórica pois também aparecem na tradição, isto é, no pensamento histórico comum. Através de um “sistema de crenças” (recurso básico de sentido), o passado lembrado adquire um sentido. À vista disso, a argumentação racional não destrói as tradições, mas “eleva-as a um determinado nível cognitivo”.¹¹⁵⁴ Um campo semântico começa a ser construído levando em consideração designações linguísticas apropriadas (universais históricos, conceitos não históricos, categorias e conceitos históricos). A tradição consiste num relacionamento imediato entre passado e presente, ao passo que a consciência histórica é mediada.¹¹⁵⁵ O pensamento histórico se torna científico quando interesses e ideias são trabalhados pela pesquisa pautada por regras metódicas e transformados em saber histórico com conteúdo empírico.¹¹⁵⁶ Esse conhecimento histórico científico é expresso na historiografia, em que as formas de apresentação são tão importantes quanto os interesses, as ideias e os métodos de pesquisa. O pensamento histórico, pela historiografia, utiliza a linguagem para responder a uma pergunta e cumprir, assim, sua função de orientar as pessoas nas carências na vida prática.

As carências de orientação no tempo, ideias, métodos, formas de apresentação e as funções de orientação existencial compõem uma *matriz disciplinar*, ou seja, princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da História como disciplina especializada. Os fatores podem mudar ao longo do tempo, porém, a relação de um com outro permanecerá a mesma. Todos dependem de um princípio central: o critério de sentido.¹¹⁵⁷ Cada vez que a

¹¹⁵² Ibid., p. 30.

¹¹⁵³ Ibid., p. 31.

¹¹⁵⁴ Id. *História viva: teoria da história III, formas e função do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UNB, 2007b. p. 70.

¹¹⁵⁵ RÜSEN, 2009, p. 166.

¹¹⁵⁶ Id., 2001, p. 33.

¹¹⁵⁷ Em texto mais recente, o relacionamento específico de cada um deles na matriz disciplinar foi estabelecido por estratégias e discursos: entre interesses e ideias (discurso semântico de simbolização), entre ideias e métodos (estratégia cognitiva de produção do conhecimento histórico), entre métodos e formas de apresentação (estratégia

condição de vida dos homens sofre mudanças significativas, desafios, rupturas, desordens, dissonâncias, a matriz disciplinar é afetada. A consciência histórica é guiada pela intenção das pessoas de dominar o tempo sob a ameaça de se perderem na transformação. As intenções do agir se conformam com a experiência do tempo através das interpretações. A narrativa historiográfica, o saber histórico redigido, almeja organizar a relação das três dimensões temporais (passado, presente, futuro) numa representação de continuidade.¹¹⁵⁸ É possível, assim, entendermos por que e como a história é reescrita: “toda narrativa (histórica) está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu tempo, mas de manterem-se seguros e firmes no fluxo do tempo.”¹¹⁵⁹

O pensamento histórico se torna científico quando interesses e ideias são trabalhados pela pesquisa pautada por regras metódicas e transformados em saber histórico com conteúdo empírico. Ciência, assim, é método. As histórias são especificamente científicas quando narradas de forma continuamente fundamentadas.¹¹⁶⁰ O pensamento histórico-científico se distingue de outras formas de conhecimento sobre o passado, não pelo fato de pretender a verdade, mas pelo modo como a reivindica.¹¹⁶¹ Pela metodização, os fundamentos da pesquisa, que garantem a verdade, são sistematizados e ampliados.¹¹⁶² Nesse processo de disciplinarização, de validação, de metodização, de fundamentação, de se tornar ciência, as formas de apresentação se constituem em veículos de uma argumentação histórica discursiva. A escrita da história dá forma ao conhecimento histórico, a fim de que ele possa “apelar à capacidade de raciocinar daqueles a quem se destina ou por quem é utilizado”. Para isso, a elaboração discursiva “renuncia aos meios retóricos, que só servem para persuadir seus destinatários, e se contenta com os meios de argumentação para convencer os outros”.¹¹⁶³

Do alçamento do passado comum ao histórico, da orientação na tradição, da formação do pensamento histórico científico, da escrituração da consciência histórica, do abalo da matriz disciplinar sob o vento das mudanças na sociedade, dos critérios de verdade no narrado, chegamos à questão basilar do sentido que perpassa todos os pontos anteriores. A fundamentação do pensamento histórico se assenta na questão clássica da razão na História: o sentido cognoscível. Sentido articula percepção, interpretação, orientação (interna e externa) e

estética da representação histórica), entre apresentação e funções de orientação (estratégia retórica de provisão de orientação cultural), entre funções e interesses (discurso político de memória coletiva). Id., 2009, 187-188.

¹¹⁵⁸ Id., 2001, p. 65.

¹¹⁵⁹ Ibid., p. 66.

¹¹⁶⁰ Ibid., p. 99.

¹¹⁶¹ Ibid., p. 97.

¹¹⁶² Id. *Reconstrução do passado: teoria da história II, os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora UNB, 2007a. p. 13.

¹¹⁶³ Ibid., p. 17.

motivação, de tal forma que a “relação do homem consigo e com o mundo possa ser pensada e realizada na perspectiva do tempo”. O sentido histórico, por sua vez, significa uma representação (narrativa) da evolução temporal do mundo baseada na experiência para orientar e motivar o agir das pessoas.¹¹⁶⁴ Pelo critério de pertinência narrativa, o conteúdo factual é unido à existência de significado num discurso com sentido.¹¹⁶⁵ Arte, religião e ideologia, por exemplo, se distinguem da História ao reivindicar a competência para criar sentido. A escrita da história, por sua vez, não deve criar sentido, mas rememorar, organizar, constituir sentido.¹¹⁶⁶ Chegamos de onde partimos: as diretrizes de sentido para suprir as carências de orientação no tempo, transpostas para as questões históricas, estão na origem do pensamento histórico. O discurso sobre a consciência histórica inclui a racionalidade nos procedimentos de constituição de sentido. As determinações de sentido não surgem somente após a pesquisa e a reflexão metódicas, mas estas são provocadas e tensionadas por aquelas.

Ter consciência de um sentido cognoscível nos leva a perguntar o que constitui uma história com mais ou menos sentido. A constituição de sentido em uma história pode ser avaliada pelo grau de êxito em estabilizar a *identidade* dos destinatários ao longo das mudanças no tempo.¹¹⁶⁷ Identidade se trata de um processo social de interpretação recíproca de sujeitos que interagem entre si numa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos e grupos, e “que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver.”¹¹⁶⁸ Essas identidades se consolidam pela acumulação de experiências significativas das mudanças do homem e de seu mundo com as quais e pelas quais as pessoas exprimem quem são e o que pensam sobre os outros. As histórias gerais podem ser preconceituosas para com as identidades de outrem. Não menos importante nesse processo são as relações complexas do poder político com a ciência, pois “os participantes do poder e da dominação estipulam suas relações mútuas ao longo do tempo com argumentos históricos, e as internalizam sob a forma de identidade histórica”.¹¹⁶⁹ Historiadores e público-alvo (coautores) são conectados, então, em discursos nos quais o agir e a constituição da identidade são orientados no tempo. A argumentação do historiador não pode se eximir de buscar o reconhecimento da “alteridade do outro na singularidade de si mesmo”.¹¹⁷⁰

¹¹⁶⁴ Id., 2001, p. 156.

¹¹⁶⁵ Ibid., 92-93.

¹¹⁶⁶ Id., 2007b, p. 77-78.

¹¹⁶⁷ Id., 2001, p. 125.

¹¹⁶⁸ Ibid., p. 87.

¹¹⁶⁹ Id., 2007b, p. 127.

¹¹⁷⁰ Id., 2007a, p. 18.

Conceber a escrita da história inserida numa matriz disciplinar abre um leque de alternativas para pensarmos a produção do conhecimento histórico para, se possível, iniciar e não encerrar um debate, levantar perguntas e encaminhar futuras pesquisas. Estou ciente de que é possível elaborar uma Teoria da ciência da História (metateoria) totalmente externa à práxis da pesquisa e da escrita da história.¹¹⁷¹ Até chegar lá, pois ainda estou longe de dissociá-las, creio que estudar a história da historiografia atada prioritariamente à europeia estava me conduzindo a um desvirtuamento da Teoria da História e ao conseqüente desleixo com o surgimento da consciência histórica no Brasil. Por isso, em cada texto de Tristão de Alencar Araripe escutei uma polifonia de vozes numa área difusa que principiava o estabelecimento de regras, não muito claras para o saber fazer, para se tornar uma disciplina e, quiçá, uma ciência. A História era construída concomitantemente à criação da Nação. Uma buscava legitimação na outra sem a qual uma não existiria sem a outra. E a escrita dessa História se processava dentro de um projeto palimpséstico sobre as escritas provinciais: um texto escrito sobre outro, apagando-o.

É com esse caráter incluso, lacunar, controlador/controlado que o conhecimento histórico no Brasil saiu do século da História. À luz das reflexões acima, é possível situar obreiros e arquitetos nesse século decisivo em que foram erigidos princípios do pensamento histórico, determinantes da ciência da História como disciplina especializada. Embora eles entendessem que, segundo expus no último capítulo, a História somente alcançaria o status de ciência por critérios nomológicos (em conflito com as explicações intencionais de sujeitos e do povo), os debates de outrora, promovidos por argumentos fundamentados, permitiram aos historiadores de agora se reconhecerem como cientistas. A construção de uma matriz disciplinar no Brasil se deve aos esforços iniciais desses letrados, muito antes da década de 1930.

A busca da orientação cultural pelas “pessoas”, termo muito amplo para o Brasil do Oitocentos, estava restrita a um pequeno grupo letrado preocupado em criar uma Nação para um recém-proclamado Estado. O que não invalidou a tentativa desse grupo de proclamar que o *povo* tinha tais carências. Suprir a função de orientação cultural foi um esforço conjunto de letrados como burocratas, políticos, publicistas, magistrados, professores. O interesse de se assenhorar do passado pelo conhecimento fez com que certas ideias orientassem a experiência e produzissem significados, isto é, criassem sentido. Os homens de letras estavam longe da advertência de a história não deve criar sentido, mas organizá-lo, constitui-lo. O nacional se assentava no progresso em direção ao estado civilizacional pelo caminho da Moral. Esses elementos nos mostram a tentativa de determinado grupo de dominar o tempo sob a ameaça de

¹¹⁷¹ Id., 2001, p. 15.

se perder na transformação. Nos primórdios da historiografia brasileira, os letrados estavam envoltos com a pergunta básica: o que é o Brasil? Nela estaria intrínseca outra: há um passado nacional? Ou melhor, o que deve compor o registro dos tempos pretéritos do incipiente Estado na busca do tornar-se Nação? Ser ou não historiador dependeria da capacidade de respondê-las. Entretanto, a constituição do nacional, enfaixando os provincianos, antes de unanimidade, consenso, consentimento, provocou acirrados debates. A fundamentação dos argumentos, sob perspectivas diversas, ensejou o levantamento, a organização, a sistematização de fontes de arquivos heterogêneos. A discussão não envolveu somente os pesquisadores das províncias com os da Corte, mas dentro delas e sob um espaço amplo, o regional. Por existir antes do Brasil, as províncias já haviam esboçado um pensamento histórico comum pela tradição. Ao longo do Dezenove, nas províncias de Norte a Sul, articular interesses e ideias com a pesquisa pautada por regras metódicas e transformadas em saber histórico não fez cessar o robustecimento de um conhecimento ancorado na tradição. O pensamento histórico foi construído tanto pela metodização como pela tradição. O saber histórico foi redigido numa miríade de escritas plurais ou híbridas.

O dar sentido, como o significar a experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro, mobilizou os sócios do Instituto Histórico num momento de contingência, isto é, ao ocorrerem fatos imprevisíveis ou fortuitos que escapavam ao controle, como a proclamação da República. A antecipação do futuro pode ser feita por profecias ou prognoses em explicações nomológicas, em que quanto mais generalizadas forem as leis da História, tanto mais se preverá o futuro e controlará a mudança do homem e de seu mundo no tempo mediante planejamento. Três tipos de crise de produção de sentido podem ser encontrados nos debates que examinei no terceiro momento historiográfico. A proclamação da República provocou crises – *normal*, *crítica* e *catastrófica* – nos escritos publicados na Revistado do IHGB.¹¹⁷² Para alguns pesquisadores simpáticos ao movimento republicano, como Alencar Araripe, a crise *normal* fomentou narrativas nas quais o 15 de Novembro fez sentido na mudança temporal. Pelas experiências passadas, o espírito democrático não era novidade. Já para outro pequeno grupo no interior do IHGB, a crise *crítica* somente seria superada se novos padrões de significado fossem constituídos na interpretação do passado. A pesquisa em novas fontes, o exame crítico dos documentos levantados e superação das narrativas redigidas deveriam pautar a escrita de novos trabalhos historiográficos. Os “guarda-chuvas” do patriotismo conciliador e do passado republicano ou monarquista legitimador passavam a ser vistos como caricatos. O futuro, como expectativa ou esperança fundamentada,

¹¹⁷² Id., 2009, p. 170-171.

poderia ser antecipado. E para a direção do Instituto Histórico, a crise atingiu o nível *catastrófico* ao destruir o potencial de consciência histórica de processar a contingência em narrativas portadoras e provedoras de sentido. Alguns sócios, fora do IHGB, pregaram o sem sentido histórico e o iminente retorno ao sentido do “Império encantado”.¹¹⁷³ Levaria algum tempo para que a redação do periódico encontrasse uma linguagem adequada para articular a mudança dos tempos nas páginas da Revista.

Pode parecer anacronismo acreditar em argumentos fundamentados com tantas escritas que não dispensavam a persuasão retórica, os ressentimentos, os juízos de valor. É equivocado afirmar que a escrita da história, nos três momentos historiográficos, apelou unicamente para a capacidade de raciocinar daqueles a quem se destinava, renunciando aos meios retóricos persuasivos e se contentando com os meios do convencimento argumentativo. É questão basilar na escrita da história no Brasil oitocentista a produção de um discurso destinado a persuadir os brasileiros de que partilhavam um passado em comum e um presente com a mesma identidade. Porém, a reflexão sobre a construção do pensamento histórico científico não pode ignorar o poder crescente dos discursos argumentativos junto à retórica da nacionalidade. Diante da proximidade dos estudos históricos e dos jurídicos, os bacharéis-historiadores ou historiadores-bacharéis atuaram no tribunal dos homens e no Tribunal da História. Buscaram convencer tanto pela argumentação eficaz quanto pela persuasão da ilusão da realidade (o nacional, o brasileiro). E, não desmerecendo a heterogeneidade de percepções dentro do IHGB, julguei levar ao extremo a força dos argumentos onde o enfrentamento me pareceu mais palpitante: nas províncias do Ceará e do Rio Grande de São Pedro.

Os ressentimentos pessoais, familiares, coletivos forneceram o combustível para as discussões entre os letrados, cobertos muitas vezes pelo véu da imparcialidade. A compulsão arquivística, o gosto pelo arquivo, pautou a pretensão de validade pelo critério de pertinência empírica, ou seja, os acontecimentos narrados ocorreram de acordo com as fontes. A mágoa do jovem Alencar Araripe o encaminhou para a pesquisa e a escrita, contudo, o ressentimento não se esvaneceu e ele encontrou pelo caminho mais desses sentimentos sobre o tempo mal resolvidos, fomentando mais contendas: “não há argumentos contra antipatias emocionais poderosas.”¹¹⁷⁴ Os juízos de valor, por uma severa crítica moralizadora, foram utilizados para condenar ou absolver as ações de determinados sujeitos no passado do país. A questão desse tipo de juízo, que orienta as pesquisas e a escritas, não é problemática por existir, mas pela

¹¹⁷³ Versão da história do Império, escrita e aceita como única e oficial baseada num passado irreal. RODRIGUES, 1976, p. 135.

¹¹⁷⁴ WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UNB, 1999. v. 2, p. 574.

intensidade em que aparece. Não há como pensar o conhecimento histórico completamente livre de juízos de valor. O preço que se pagaria seria alto: “sem juízos de valor, os constructos de sentido de uma história não poderiam mais ser elaborados, mas ter-se-ia apenas um amontoado de fatos sem sentido ou significado, sobre o qual ninguém poderia dizer a que veio, nos espaços da memória humana.”¹¹⁷⁵ Conforme um contemporâneo ao terceiro momento historiográfico, o conhecimento histórico é objetivo nos resultados, mas não na gênese pois a força motriz da pesquisa é dada por valores (ideias ou juízos de valor).¹¹⁷⁶

As carências de orientação no tempo transpostas para as questões históricas foram supridas pela escrituração da evolução temporal dos homens baseada na experiência para orientar e motivar o agir. Narrativas historiográficas organizaram as dimensões temporais numa representação de continuidade buscando sentido. No século XIX, a historiografia visou criar sentido a fim de estabilizar a identidade dos autores e destinatários ao longo das mudanças no tempo. Nessa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos e grupos, nos três momentos historiográficos, as identidades se consolidariam pela experiência. A busca por ser brasileiro implicaria também ser sul-rio-grandense, gaúcho, cearense, sertanejo; ser civilizado não excluiria o guerreiro, o indígena, o revolucionário; ser um Estado nacional contemplaria o monarquista, o republicano, o liberal, o conservador, o militarista, o civilista, o radical, o vencedor, o vencido. Enquanto o dogma monárquico-constitucional-centralista orientou a pesquisa e a escrita, as discussões tentavam se basear num critério único mas ambíguo de sentido.

A relação entre mesmidade e alteridade perpassa os três textos do Conselheiro Araripe. Pela *História da província do Ceará, Guerra civil do [no] Rio Grande do Sul e Indicações sobre a História Nacional* é possível observar o processo constituinte de identidade em dois níveis. O primeiro, de reconhecimento de indivíduos e grupos no espaço do Estado nacional: nós e os outros, os nacionais e os provinciais, o brasileiro e o sul-rio-grandense e o cearense, o sulista e o nortista. O segundo nível de reconhecimento de indivíduos e grupos se dá no espaço disciplinar: historiador, cronista, memorialista, estatístico, geógrafo, romancista. E o que pode ser feito para encontramos princípios que possam mediar e sintetizar diferentes perspectivas? A tarefa se torna dificultosa, pois é impossível sair de nosso contexto cultural para assumir outros pontos de vista. Na Universidade, os preceitos de universalidade são “reivindicações de verdade da cognição histórica, que se originam da racionalidade metódica do pensamento

¹¹⁷⁵ RÜSEN, 2001, p. 131.

¹¹⁷⁶ WEBER, M. *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

cultural e que são válidas através das diferenças culturais”.¹¹⁷⁷ Entretanto, esses princípios não são suficientes para resolver o problema da multiperspectividade. O discurso acadêmico permanece distante das questões da vida prática. É necessário repensar o modo ou a lógica de produção de sentido nos estudos históricos: “os historiadores devem explicar e refletir sobre suas próprias perspectivas e conceitos de interpretação.”¹¹⁷⁸

Finalizada a escrituração desta tese, pretendo seguir na tarefa de decomposição do conhecimento histórico brasileiro e de sua reavaliação diacrônica e sincrônica. É premente avançar das narrativas mestras com pontos de vistas generalizantes, pois “sem a percepção dos outros, a estreiteza das atitudes históricas é reforçada.”¹¹⁷⁹ Após essa longa caminhada com Tristão de Alencar Araripe pela construção da consciência histórica, por um acerto de contas com a paternidade familiar e disciplinar, pela constituição de sentido para historiadores e brasileiros, permanece a indagação do poeta como um embaraço a todos que se debruçam sobre as cousas passadas: onde ficou a *sabedoria* que perdemos no conhecimento histórico, onde ficou esse *conhecimento* que perdemos na pesquisa e no registro da *informação*?¹¹⁸⁰

¹¹⁷⁷ RÜSEN, 2009, p. 180.

¹¹⁷⁸ Ibid., p. 181.

¹¹⁷⁹ Ibid., p.193.

¹¹⁸⁰ ELIOT, 1981, p. 175.

BIBLIOGRAFIA

PERIÓDICOS

- Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul (1904-1910) – Porto Alegre.
- Anais da Biblioteca Nacional (ABN) – Rio de Janeiro.
- Diário de Pernambuco (1862) – Recife.
- Gazeta de Porto Alegre (1881) – Porto Alegre.
- Jornal do Comércio (1881) – Porto Alegre.
- Murmúrios do Guaíba (1870) – Porto Alegre.
- O Cearense – Fortaleza.
- Publicações do Arquivo Nacional (1935) – Rio de Janeiro.
- Revista da Academia Cearense – Fortaleza.
- Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1885-1889) – Rio de Janeiro.
- Revista da Sociedade Partenon Literário (1869-1879) – Porto Alegre.
- Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (RIAGP) – Recife.
- Revista do Instituto do Ceará (RIC) – Fortaleza.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) – Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1923, 1927, 1945) – Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 4 v.
- ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nuevo diccionario de la lengua castellana*. 2. ed. Paris: Librería de Don Vicente Salvá, 1847.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. *Presidentes do poder legislativo do Ceará (1835-2002)*. 3. ed. Fortaleza: INESP, 2001.
- ASSIS BRASIL, L. A. de; MOREIRA, M. E.; ZILBERMAN, R. (Org.). *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.
- AULETE, F. J. C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: feito sobre um plano inteiramente novo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. 2 v.
- BELCHIOR, E. de O. (Org.). *Dicionário biobibliográfico de sócios estrangeiros (século XIX)*. Rio de Janeiro: IHGB, 2001.
- BLAKE, A. V. A. do S. *Dicionário Bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902. 7 v.
- BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos políticos da História do Brasil*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002. 3 v.

- BULHÕES, A. de. *Ministros da Fazenda do Brasil (1808-1954)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.
- BURGUIERE, A. (Org.). *Dicionário de Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CDPB (Org.). *Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- COSTA, F. A. P. da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Tip. Universal, 1882. 2 v.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise de discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- FARIA, E. de. *Novo Dicionário da língua portuguesa: para uso dos portugueses e brasileiros*. 2. ed. Lisboa: Tipografia Lisboense de José Carlos D'Aguiar Vianna, 1850. 4 v.
- FONSECA, M. A. da. *Subsídios para um dicionário de pseudônimos*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1896.
- HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.
- IHGB. *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil, comemorativo do primeiro centenário da Independência*. 2. ed. Nendeln: Kraus Reprint, 1972. 2 v.
- JANCSÓ, I. (Org.). *Cronologia de História do Brasil Monárquico, 1808-1889*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LACOMBE, A. J. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1974.
- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LAYTANO, D. de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul: levantamento crítico*. Porto Alegre: UFRGS, 1979.
- MACEDO, J. M. de. *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876. 3 v.
- MARTINS, A. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978.
- MELHORAMENTOS. *Novo dicionário de história do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1971. 5 v.
- MENDES, E. M. F. *Bibliografia do pensamento político republicano (1870-1970)*. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- MENEZES, R. *Dicionário literário brasileiro*. São Paulo: Edições Saraiva, 1969. 5 v.
- MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.
- MORAIS, R. B.; BERRIEN, W. (Dir.). *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. CD-ROM.
- MORENO, A. *Dicionário complementar da língua portuguesa: ortoépico, ortográfico e etimológico, com um glossário de arcaísmos*. Porto: Educação Nacional, 1936.

- NUEVO DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA, que comprende la ultima edicion de la Academia Española; aumentado ... con un suplemento que contiene el diccionario de la rima y el de sinonimos. Paris: Libreria de Rosa y Bouret, 1864.
- PAES, M. L. *Arquivo, teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- PAIVA, T. de B. *Achegas a um dicionário de pseudônimos*. Rio de Janeiro: J. Leite & C., 1929.
- PIANTA, D. *Personalidades rio-grandenses*. Porto Alegre: [s.n.], 1962.
- PORTO ALEGRE, A. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, [1985?].
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. 17. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1947.
- _____. *Diccionario de la lengua española*. Madrid: D. Gregorio Hernando, 1884.
- REIS, A. S. dos. *Pseudônimos brasileiros: pequenos verbetes para um dicionário*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1941-1943.
- REIS, C. *Dicionário de narratologia*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1990.
- REIS, L. O arquivo e arquivística evolução histórica. *Biblios*, Évora, n. 24, abr./ jun. 2006.
- RIBEIRO, R. F. *Dicionário de pseudônimos, cognomes e títulos famosos*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1983.
- RODRIGUEZ NAVAS, M. *Diccionario completo de la lengua española*. Madrid: Saturnino Calleja, 1906.
- SILVA, A. de M. *Dicionário da língua portuguesa*. 6. ed. aum. por Agostinho de Mendonça Falcão. Lisboa: A. José da Rocha, 1858.
- SISSON, S. A. (Ed.). *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. 2 v.
- SOUSA, J. G. de. *Índice de biobibliografia brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1963.
- SPALDING, W. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1969-1973. 3 v.
- STUDART, G. *Dicionário biobibliográfico cearense*. 2. ed. Fortaleza: Tip. Minerva, 1915. 3 v.
- TAPAJÓS, V. (Org.). *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991-1998. 6 v.
- TODOROV, T.; DUCROT, O. *Dicionário das ciências de linguagem*. Lisboa: Dom Quixote, 1982.
- VAINFAS, R. (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- _____. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- VALENTE, A. L. da S. (Dir.). *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa, feito sobre um plano inteiramente novo*. Lisboa: Tipografia da Parceria Antonio Maria Pereira, 1911. 2 v.
- VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário Biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937. 2 v.
- VILLAS-BOAS, P. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1974.

PUBLICAÇÕES DE TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE*

ARARIPE, T. de A. *História da província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. 3. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

_____. *Guerra civil no Rio Grande do Sul, memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. ed. fac. sim. Porto Alegre: CORAG, 1986.

_____. Notícia sobre a maioria. In: _____; LELA, A. *O golpe parlamentar da maioria*. Brasília: Senado federal, 1978. p. 135-170.

_____. *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. 2. ed. anot. Fortaleza: Minerva, 1958.

_____. Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. *RIC*, t. 27, p. 243-248, 1913.

_____. Retificações Históricas. *RIC*, t. 27, p. 261-267, 1913.

_____. Independência no Maranhão. *RIC*, t. 15, p. 77-83, 1901.

_____. Carta a Joaquim Pinto de Campos. In: LEITE, A. A. de S. *Fanatismo religioso, memória sobre o reino encantado na comarca de Villa Bella*. 2. ed. Juiz de Fora: Tipografia Mattoso, 1898. p. 7-14.

_____. História da Revolução em Pernambuco em 1817. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 103-291, 1897. [notas]

_____. Três cidadãos beneméritos da República. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 385-396, 1897.

_____. Notas de João Guilherme Ratcliff escritas no livro intitulado “Principes éternels de politique constitutionnelle”. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 235-281, 1897. [apresentação]

_____. Preliminares da Guerra do Paraguai. *RIHGB*, t. 59, parte 1, p. 263, 1896.

_____. Tradição sobre a palavra Brasil. *RIHGB*, t. 59, parte 1, p. 421-422, 1896.

_____. Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 75-101, 1897. [notas]

_____. Indicações sobre a História Nacional. *RIHGB*, t. 57, parte 2, p. 259-290, 1895a.

_____. Indicações sobre a História Nacional, nota. *RIHGB*, t. 58, parte 1, p. 343, 1895b.

_____. Movimento colonial da América. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 91-115, 1894.

_____. Patriarcas da Independência nacional. *RIHGB*, t. 57, parte 1, p. 167-184, 1894.

_____. Embaixada e tratado. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 123-124, 1894.

_____. Escravos fugidos do Pará para Caiena e Relações dos padres das duas localidades. *RIHGB*, t. 56, parte 1, p. 165-166, 1893. [tradução]

_____. Comentários de Álvaro Nunes Cabeça de Vaca, adelantado e governador do Rio de Prata, redigidos por Pedro Fernandes. *RIHGB*, t. 56, parte 1, p. 193-344, 1893. [tradução]

_____. Pater-famílias nos tempos coloniais. *RIHGB*, t. 55, parte 2, p. 15-23, 1893.

_____. Sermão do padre José de Anchieta. *RIHGB*, t. 54, parte 2, p. 109-130, 1892. [tradução]

* Das publicações de Tristão de Alencar Araripe citadas ao longo da tese, arrolei aqui somente as que pude localizar e consultar.

- _____. Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás, por Hans Staden. *RIHGB*, t. 55, parte 1, p. 267-360, 1892. [tradução]
- _____. Evocação aos manes de Cláudio Manuel da Costa. *RIHGB*, t. 53, parte 1, p. 35, 1890.
- _____. Episódio acadêmico, um processo de estudantes. *RIHGB*, t. 53, parte 1, p. 267-288, 1890.
- _____. Visconde de Rio Branco na Maçonaria. *RIHGB*, t. 53, parte 1, p. 304-307, 1890.
- _____. Navegação dos normandos para o Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 53, parte 1, p. 309-325, 1890. [tradução e apresentação]
- _____. Vida do Padre Estanislao de Campos, da Sociedade de Jesus, da Província do Brasil. *RIHGB*, t. 52, parte 2, p. 5-109, 1889. [tradução]
- _____. História de uma viagem feita à terra do Brasil por João Leri. *RIHGB*, t. 52, parte 2, p. 111-371, 1889. [tradução]
- _____. Ideias de José Bonifácio sobre a organização política do Brasil, quer como reino unido a Portugal, quer como estado independente. *RIHGB*, t. 51, parte 2, p. 79-85, 1888. [compilação]
- _____. Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil. *RIHGB*, t. 50, parte 1, p. 213-294, 1887.
- _____. Primeiro navio francês no Brasil. *RIHGB*, t. 49, parte 2, p. 315-360, 1886.
- _____. Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. *RIHGB*, t. 48, parte 1, p. 235-588, 1885.
- _____. Independência no Maranhão. *RIHGB*, t. 48, parte 2, p. 159-171, 1885.
- _____. Retificações históricas. *RIHGB*, t. 48, parte 2, p. 173-179, 1885.
- _____. Neologia e neografia geográfica do Brasil. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, tomo 1, n. 2, p. 129-160, 1885.
- _____. *Código civil brasileiro ou leis civis do Brasil dispostas por ordem de materiais em seu estado atual*. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., 1885.
- _____. *25 de março, o Ceará no Rio de Janeiro. Discurso histórico na grande festa da sociedade abolicionista no Rio de Janeiro*. Fortaleza: Tip. do Libertador, 1884.
- _____. *Guerra civil do Rio Grande do Sul, memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. *RIHGB*, t. 43, parte 2, p. 115-364, 1880; t. 45, parte 2, p. 35-236, 1882; t. 46, parte 2, p. 165-564, 1883; t. 47, parte 2, p. 47-238, 1884.
- _____. Ataque e tomada da cidade do Rio de Janeiro pelos franceses em 1711 sob o comando de Duguay Trouin. *RIHGB*, t. 47, parte 1, p. 61-85, 1884.
- _____. Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico. *RIHGB*, t. 47, parte 2, p. 547-552, 1884.
- _____. Esboço histórico da Constituição brasileira. *Gazeta Literária*, Rio de Janeiro, out. 1883/maio 1884.
- _____. *Notícia sobre a maioridade*. Rio de Janeiro: Tip. Universal de H. Laemmert & C., 1882.

- _____. *Guerra civil no Rio Grande do Sul, memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, 1881.
- _____. Notícias sobre a maioridade. *RIHGB*, t. 44, parte 2, p. 167-268, 1881.
- _____. *Código criminal do Império do Brasil completado com as leis penais subsequentes*. Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1880.
- _____. *Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º vice-presidente no dia 5 de fevereiro de 1877*. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Comércio, 1877.
- _____. *Patriarcas da Independência, conferência em 12 de março de 1876 na Escola da Glória na Corte*. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Comércio, 1876.
- _____. História pátria como cumpre escrevê-la, 162ª conferência em 7 de fevereiro. In. *Conferências populares, fevereiro, n. 2*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1876. p. 47-76.
- _____. *Consolidação do Processo Criminal do Brasil*. Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho, 1876.
- _____. *Como cumpre escrever a história pátria, conferência em 7 de fevereiro de 1876*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1876.
- _____. *Relações do Império, compilação jurídica*. Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho, 1874.
- _____. *Discurso proferido na instalação da relação de São Paulo no dia 3 de fevereiro de 1874 pelo seu presidente*. São Paulo: Tip. Alemã, [1874?].
- _____. *Questão religiosa, o beneplácito e a desobediência, considerações pelo verdadeiro crente*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1873.
- _____. *Negócios do Ceará em 1872*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1872.
- _____. *O elemento servil, artigos sobre a emancipação*. Paraíba do Sul: Tip. do Paraibano, 1871.
- _____. *Ligeira análise do folheto publicado na Corte sob o título O Rei e o Partido Liberal*. Recife: Tip. do Correio Pernambucano, 1869.
- _____. *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1867.
- _____. *Males presentes*. Fortaleza: [s.n.], 1864.
- _____. *Eleições de 1863 em Pernambuco*. [s.l.]: Tipografia de Manoel Figueroa de Faria & Filho, 1863.
- _____. História do Ceará. *Diário de Pernambuco*, Recife, nov. 1862/fev. 1863.
- _____. Anúncios: vida dos homens ilustres, publicação literária. *O Cearense*, Fortaleza, n. 144, p. 4, 24 abr. 1848.
- _____. Quadro sinótico da revolução da regeneração da Grécia. *O Cearense*, Fortaleza, n. 145, p. 1-2, 27 abr. 1848.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

- ABRANCHES, D. de. *O golpe de estado, atas e atos do governo Lucena*. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do jornal do Brasil, 1954.
- _____. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: [s.n.], 1918.
- ABREU, J. C. de. *Ensaio e estudos, crítica e história -2ª série*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 2003.
- _____. *Ensaio e estudos: crítica e história, 4ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. *Ensaio e estudos, crítica e história, 1ª série*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. Apenso sobre o Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1906a. p. 435-444.
- _____. Apenso, necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1906b. p. 502-508.
- _____. O Duque de Caxias. *RIHGB*, t. 69, parte 2, p. 73-92, 1906c.
- _____. Sobre uma História do Ceará. *RIC*, t. 13, p. 22-33, 1899.
- ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. Civilização. In: VAINFAS, R. (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 141-143.
- ABREU, M. M. *Ao pé da página, a dupla narrativa em José de Alencar*. 2002. 185 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - IEL, UNICAMP, Campinas, 2002.
- ADORNO, S. *Os aprendizes do poder, o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGUIAR, C. *Franklin Távora e o seu tempo*. Rio de Janeiro: ABL, 2005.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. O historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 192-215.
- ALEGRE, M. S. P. *Comissão das Borboletas: a ciência do Império entre o Ceará e a Corte*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.
- _____. O Brasil descobre os sertões, a expedição científica de 1859 ao Ceará. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 200-216, 1989.
- ALEMÃO [de Cisneiros], F. F. Os manuscritos do botânico Freire Alemão. *ABN*, v. 81, 1961.
- ALENCAR, J. de. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.
- _____. *Iracema, lenda do Ceará*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006a.
- _____. *Ubirajara*. Porto Alegre: L&PM, 2006b.

- _____. *O gaúcho*. São Paulo: Martin Claret, 2006c.
- _____. José Martiniano de Alencar. In: SISSON, S. A. (Ed.). *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. v. 1, p. 247-255.
- _____. Cartas de Erasmo. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960. v. 4, p. 1049-1183.
- _____. Como e porque sou romancista. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959. v. 1, p. 125-155.
- _____. Sonhos de Ouro. Benção Paterna. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. v. 1, p. 692-702.
- _____. O Guaratuja. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1958. v. 2, p. 1265-1381.
- _____. *O sistema representativo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1868.
- _____. *Página da atualidade. Os Partidos*. Rio de Janeiro: Tipofichic. de Quirino & Irmão, 1866.
- ALENCASTRE, J. M. P. de. Notas Diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841. *RIHGB*, t, 35, parte 2, p. 423-483, 1872.
- ALENCASTRO, L. F. Modelos da história e da historiografia imperial. In: _____. *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 7-10.
- ALMEIDA, C. M. de. *Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias*. Rio de Janeiro: Litografia do Instituto Filomático, 1868.
- ALMEIDA, J. M. G. *A tradição regionalista no Romance Brasileiro (1857-1945)*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, [c1999].
- ALMEIDA, T. F. de. *Monarquia e Monarquistas*. 2. ed. rev. atual. Recife: Massangana, 1990.
- _____. *O conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea*. São Paulo: Nacional, 1944.
- ALVES, F. das N. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: Fundação Univ. Federal do Rio Grande, 2004.
- _____. Revolução heroica X revolução fratricida: historiografia & memória. In: _____. (Org.). *Rio Grande do Sul: história, historiografia e memória*. Rio Grande: Fundação Univ. Federal do Rio Grande, 1999. p. 97-105.
- AMED, F. *Atravessar o oceano para verificar uma vírgula: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) lido por João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2008. 220 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008.
- AMORA, M. A. *A academia cearense de letras: síntese-histórica 1894-1956*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1957.
- ARARIPE JÚNIOR, T. de A. A crítica. In: ALENCAR, J. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959. v. 3, p. 1327-1337.

- _____. *Obra crítica (1868-1887)*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1958. 5 v.
- _____. Prefácio. In: RIBEIRO, J. *História do Brasil: curso superior*. 4. ed. rev. mel. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912a. p. 5-17.
- _____. Anchieta: a doença eucarística do noviço José. *RIHGB*, t. 75, parte 2, p. 51-67, 1912b.
- _____. *Literatura brasileira: movimento de 1893*. Rio de Janeiro: Empresa Democrática Editora, 1896.
- ARAÚJO, M. do C. R. *O processo político da província do Ceará, 1868-1889*. 1982. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 1982.
- ARAÚJO, V. L. de. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: NEVES, L. M. B. P. das et. al. (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 75-92
- _____. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008a.
- _____. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 7, p. 47-55, maio 2008b.
- ARÓSTEGUI, J. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.
- ARRUDA, J. J.; TENGARRINHA, J. M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ASSIS BRASIL, J. F. de. *História da República Rio-grandense*. ed. fac. sim. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1982.
- _____. *A unidade nacional*. Pelotas: Carlos Pinto & Cia, 1883.
- _____. *A República Federal*. 2. ed. São Paulo: Tipografia King, 1882.
- AZEVEDO, A. N. de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. 2003. 327 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Centro de Ciências Sociais, PUCRio, Rio de Janeiro, 2003.
- AZEVEDO, M. D. M. de. A Independência do Brasil. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 97-104, 1897.
- _____. Imposto do vintém. *RIHGB*, t. 58, parte 1, p. 321-326, 1895.
- _____. O Duque de Caxias. *RIHGB*, t. 44, parte 2, p. 163-166, 1881.
- BANN, S. *As invenções da história, ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.
- BARBATO, L. F. T. Natureza, ciência e progresso: a natureza brasileira no debate letrado do IHGB (1839-1845). *Aedos*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 97-114, 2009.
- BARBOSA, A. da C. Marechal Raimundo José da Cunha Matos. *RIHGB*, t. 66, parte 2, p. 83-120, 1905.
- BARBOSA, F. de A.; LACOMBE, A. J.; SILVA, E. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988.
- BARBOSA, J. da C. Qual seria o melhor sistema de colonizar os Índios entranhados em nosso sertões; se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperam melhores resultados do que os atuais. *RIHGB*, t. 2, n. 5, p. 3-18, 1840.

- _____. Discurso. *RIHGB*, t. 1, p. 10-21, 1839a.
- _____. Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. *RIHGB*, t. 1, p. 141-143, 1839b.
- _____. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira? *RIHGB*, t. 1, n. 3, p. 159-172, 1839c.
- BARBOSA, R. *Obras completas: discursos parlamentares - 1891*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. v. 18.
- BARCELLOS, R. F. de. *A revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. 2. ed. fac. sim. Porto Alegre: CORAG, 1987.
- BARLEUS, G. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, conde de Nassau*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.
- BARROS, L. T. de. *A revolução de 1817 no Ceará*. Recife: Tradição, 1944.
- BARROSO, J. L. Criação da vila do Aracati, na província do Ceará e outras notícias. *RIHGB*, 2. ed., t. 20, p. 170-174, 1973.
- BASTIDE, R. *Brasil, terra de contrastes*. 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1980.
- BELLO, L. A. L. de O. *Os Farrapos*. 5. ed. Porto Alegre: Movimento, 1985.
- BENTO, C. M. Significação histórica do Duque de Caxias. *Revista da Academia Rio-grandense de Letras*, Porto Alegre, n. 1, p. 104-123, 1980.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1991.
- BERLINCK, E. B. *Compêndio de geografia da província do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Tip. do Rio-Grandense, 1868.
- _____. *Compêndio de geografia da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tip. Deutsche Zeitung, 1863.
- BERR, H. *Síntese em história*. São Paulo: Renascença, 1946.
- BEZERRA, A. *O Ceará e os cearenses*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.
- _____. Apresentação. *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 31, p. III-X, 1935.
- _____. *Os historiadores do Brasil no século XIX. Separata do Relatório anual da Diretoria do Arquivo Nacional referente a 1926, apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, 1927.
- BITTENCOURT, F. *Instituto Histórico: os fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *História e historiadores*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.
- BOEIRA, L. F. *Entre História e Literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. 2009. 196 f.

Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da civilização Brasileira. O Brasil republicano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985. t. 3, v. 2, p. 295-319.

BOTELHO, T. R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, jun. 2005.

_____. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998. 248 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1998.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 107-132.

BRAGA, R. *História da Comissão Científica de Exploração*. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2004.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Coleção das leis do império do Brasil*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>>

BRASIL. *Coleção das decisões do governo do Império do Brasil - 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

_____. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1860. t. 2.

BRASIL, T. P. de S. *Ensaio estatístico da província do Ceará*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. 2 v.

_____. *Compêndio elementar de Geografia geral e especial do Brasil, adotado no Colégio de Pedro II, nos liceus e seminários do Império*. 4. ed. aum. cor. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1864.

BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. R. C. (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

BRETON, P. *Elogio da palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. *A argumentação na comunicação*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2003.

_____. *A manipulação da palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil, 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

CADIOU, F. et. al. *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CALDEIRA, M. A. da S. Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845. *RIHGRGS*, III trimestre, p. 345-438, 1927.

CALDRE E FIÃO, J. A. do V. *A divina pastora*. 2. ed. Porto Alegre: RBS Publicações, 1992.

_____. *O corsário: romance rio-grandense*. 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1979.

CALVINO, Í. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Editora Página Viva, 2003.

- CÂMARA, A. M. C. da. *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias, sobre seu sistema militar e político; paralelo entre o nobre Conde e os diversos generais, seus predecessores*. Porto Alegre: Tipografia de Isidoro José Lopes, 1846.
- CÂMARA, J. A. S. Apresentação. In: ARARIPE, T. de A. *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. 2. ed. anot. Fortaleza: Minerva, 1958. p. VII-XII.
- CÂMARA, R. P. da. *O Marechal Câmara, reflexões introdutórias a sua biografia*. Porto Alegre: Globo, 1964. v. 1.
- CAMILO, V. Mito e História em Iracema. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 78, p. 169-189, jul. 2007.
- CAMPOS, J. P. de. *Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva, barão, conde, marquês, duque de Caxias: desde o seu nascimento em 1803 até 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.
- CAMPOS, P. M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLENISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. p. 250-293.
- CAMPOS, R. M. G. *Entre ilustres e anônimos: a concepção de História em Machado de Assis*. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, UFG, Goiânia, 2009.
- CAMPOS SALES, M. F. de. *Da propaganda à presidência*. São Paulo: [s.n.], 1908.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. v. 2.
- _____. et. al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- _____. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988.
- CANDIDO, A. Z. O 4º centenário do descobrimento do Brasil. In: IHGB. *Suplemento especial*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1901. p. 153-208.
- _____. Colombo. *RIHGB*, t. 62, parte 2, p. 39-73, 1900.
- CANO, J. *O fardo dos homens de letras: o 'orbe literário' e a construção do império brasileiro*. 2001. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2001.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. História e análise de textos. In: _____. (Org.). *Domínios da História, ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: DIFEL, 1962.
- CARDOSO, G. P. *As Repúblicas das Letras Cearenses, literatura, imprensa e política (1873-1904)*. 2000. 263 f. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH, PUCSP, São Paulo, 2000.
- CARDOSO, L. P. C. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: Identidade e Espaço Nacional (1883-1909)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ, Rio de Janeiro, 2003.
- CARLOS, L. B. *Uma relação a dois: a História e a Geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2008. 81 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

- CARNEIRO, N. L. G. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- CARONE, E. *A República Velha, evolução política*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1983. v. 2.
- CARR, E. H. *Que é história?* 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CARREIRA, L. de C. Descrição Geográfica abreviada da Capitania do Ceará. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 109-133, 1897.
- CARVALHO, J. *Antologia de João Brígido*. Fortaleza: Terra do Sol, 1969.
- CARVALHO, J. da C. *Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Visconde de Monte Alegre (1851)*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1852.
- CARVALHO, J. M. de; NEVES, L. M. B. P. das. (Org.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos, cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. *A formação das almas, o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.
- _____. *Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998b.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996.
- CASTRO, C. C. P. de. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 103-117, 2000.
- CASTRO, F. M. de O. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- CASTRO, O. H. de A. e. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 171-201, 1897.
- CATROGA, F. *O céu da memória, cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1856-1911)*. Coimbra: Minerva, 1999.
- CATUNDA, J. *Estudos de história do Ceará*. Fortaleza: Tipo-Lito Gadelha, 1919.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (CRL). Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras. *Ministerial reports (1821-1960)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>> Acesso em: 9 fev. 2008.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.
- CESAR, G. Introdução. In: CALDRE E FIÃO, J. A. do V. *O corsário: romance rio-grandense*. 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1979. p. 5-32.
- _____. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.
- _____. A vida literária. In: VERÍSSIMO, E. et. al. *Rio Grande do Sul, terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 229-257.
- CEZAR, T. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, L. M. B. P. das et. al. (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 93-124.

- _____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul./ dez. 2007.
- _____. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 29-41.
- _____. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 79-99, jan./ jun. 2005.
- _____. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 43-80.
- CHALHOUB, S. José de Alencar e a experiência da derrota. In: _____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 192-203.
- CHAVES, F. L. *Discurso de posse na cadeira 7 da Academia Rio-Grandense de Letras em 19 de novembro de 1998*. Porto Alegre: Academia Rio-grandense de Letras, 1999.
- _____. *Simões Lopes Neto: regionalismo e literatura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- CHIARAMONTE, J. C. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANOTTI, M. de L. M. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 61-91.
- CLUBE VINTE DE SETEMBRO. *Comemoração do 48º aniversário da Revolução Rio-Grandense: 20 de setembro de 1883*. São Paulo: Leroy kingbookwalter & Cia, 1883.
- CODECEIRA, J. D. Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional. *RIHGB*, comemoração do centenário de Cláudio Manuel da Costa em 4 de julho de 1889, t. 53, parte 1, p. 327-342, 1890.
- COMPAGNON, A. *O leitor*. In: _____. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 139-164.
- CORDEIRO, C. *Antigos e modernos, progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume, 1997.
- CORUJA, A. A. P. *Ano histórico Sul-rio-grandense: em forma de efemérides*. Rio de Janeiro: Tip. de José Dias de Oliveira, 1887.
- _____. *Lições de história do Brasil adaptadas a leituras das escolas*. Nova edição com alguns aumentos e correções. Rio de Janeiro: Tip. Esperança, 1873.
- COSTA, C. M. L. O Arquivo Público do Império, o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.
- _____. *Memória e administração: o arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. 1997. 242 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.
- COSTA, E. B. da; FONSECA, R.; SCHMITT, R. *História ilustrada do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.
- COSTA, E. V. da. Sobre as origens da República. A proclamação da República. In: _____. *Da monarquia à república, momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 385-490.

- COSTA LIMA, L. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *A aguarrás do tempo, estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- _____. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- _____. (Coord.). *A literatura e o leitor. Textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- COUTINHO, A. *A tradição afortunada, o espírito da nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- CROCE, B. História e crônica. In: GARDINER, P. *Teorias da História*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 275-283.
- CUNHA, E. da. Da Independência à República. *RIHGB*, t. 69, parte 2, p. 5-71, 1908.
- CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. *Revista Regional de História*, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000.
- CUNHA, M. C. da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DAHER, A. Cultura escrita, oralidade e memória: a língua geral na América portuguesa. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 17-29.
- DERRIDA, J. *Mal de arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- DIAS, A. G. Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias. *ABN*, v. 84, ano 1964, 1971.
- _____. Amazonas. *RIHGB*, t. 18, p. 5-66, 1896.
- _____. Brasil e Oceania. *RIHGB*, t. 30, parte 2, p. 5-192, 257-396, 1867.
- _____. *Dicionário da língua Tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil*. Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858.
- _____. Catálogo dos capitães mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. *RIHGB*, t. 17, n. p. 22-55, 1854.
- _____. Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão. *RIHGB*, t. 16, p. 370-384, 1853.
- _____. Introdução. In: BERREDO E CASTRO, B. P. de. *Anais históricos do Estado do Maranhão: em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718 ao Augustíssimo Monarca D. João V, Nosso Senhor*. 2. ed. [São Luís do Maranhão]: Tip. Maranhense, 1849. p. V-XX.
- DIAS, F. R. *Entre legados e demandas: considerações sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) - UERJ, Rio de Janeiro, 2009.
- DOCCA, E. F. de S. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.
- _____. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.

_____. República rio-grandense, subsídios para sua história. *RIHGRGS*, I e II trimestres, 1923.

DOLHNIKOFF, M. *O pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

DOMINGOS, S. T. *Política e memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial*. 2009. 323 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2009.

DOMINGUES, H. M. B. Viagens científicas e colonização no Brasil no Século XIX. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 55-75.

_____. As ciências naturais e a construção da Nação brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, p. 41-60, 1996.

_____. A noção de civilização na visão dos construtores do Império. 1989. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 1989.

DÓRIA, F. A. de M. A Independência do Brasil, ensaio histórico. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 151-203, 1897.

DORIA, L. G. de E. Uma testemunha diplomática do Sete de abril. *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 181-191, 1912.

DORIGUELLO JÚNIOR, C. A. *Os indígenas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1873)*. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2008.

DREYS, N. *Notícia descritiva da província do Rio-Grande de S. Pedro do Sul, contendo, além da topografia física e política, e de um ensaio de estatística local, informações sobre o estado atual da população, suas subdivisões, e sobre o caráter e costumes dos habitantes. Com um mapa reduzido do teatro da guerra presente*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1839.

DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./ mar. 2009.

DURÃO, J. de S. R. *Caramuru, poema épico do descobrimento da Bahia*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

DUTRA, E. de F. *Rebeldes literários da República, história e identidade nacional no Almanaque Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005a.

_____. A tela imortal: o catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 159-179, 2005b.

ELIAS, N. *O processo civilizador, formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *A sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

ELIOT, T. S. *Poesia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ENDERS, A. *A História do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

ETZEL, E. *Escravidão negra e branca*. São Paulo: Global, 1976.

- EVANGELISTA, H. de A. A Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. *Revista geo-paisagem*, n. 1, jan./ jun. 2002. Disponível em: < www.feth.ggf.br/SOCGEORIO.htm#ftn1 > Acesso em: 24 ago. 2007.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FARGE, A. *O Sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FARIAS, A. *Senador Alencar*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.
- FAZENDA, J. V. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, subsídios para a sua história (1838-1911). *RIHGB*, t. 74, parte 2, p. 277-439, 1911.
- FEBVRE, L. *Combates pela história*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FERES JÚNIOR, J. (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- FERNANDES, A. C. S. Entre papéis, pennas e livros: os arquivistas na Província do Ceará. In: SCHMIDT, B. B.; PESSI, B. S. (Org.). *Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2008. p. 357-370.
- FERREIRA, J. C. de S. Visconde de Mauá, esboço biográfico. *RIHGB*, t. 62, parte 2, p. 74-136, 1900.
- FERREIRA, L. M. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 271-292, abr./jun. 2006.
- FERREIRA NETO, E. L. A elaboração positivista da memória republicana. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 87, p. 79-103, out./ dez. 1986.
- FERRO, M. *O ressentimento na História*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.
- FISCHER, L. A. *Literatura brasileira: modos de usar*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- _____. *Literatura gaúcha: história, formação e atualidade*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- FIUZA, R. P. *A produção literária do Ceará*. Fortaleza: [s.n.], 2001.
- FLEIUSS, M. *Recordando ...*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- _____. *Páginas de história*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.
- _____. Centenários do Brasil. *RIHGB*, t. 64, parte 2, p. 91-132, 1901.
- FLORES, E. C. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v. 1) p. 45-88.
- FLORES, M. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a.
- _____. Mito do gaúcho. *Revista da Academia Rio-grandense de Letras*, Porto Alegre, n. 17, p. 147-158, out. 2002b.
- _____. *Modelo político dos farrapos*. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

- FONSECA, M. R. F. da. As 'Conferências Populares da Glória': a divulgação do saber científico. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-166, 1996.
- FONSECA, P. N. B. Execução de Pinto Madeira perante a História. *RIHGB*, t. 50, parte 1, p. 125-212, 1887.
- FONSECA, S. C. P. de B. O conceito de República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigação das ideias políticas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 323-350, jan./ dez. 2006.
- FRADIQUE, M. *História do Brasil pelo método confuso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FRANCO, S. da C. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX. *Justiça e História*, Porto Alegre, v. 1, n. 1/2, p. 107-129, 2001.
- FREYRE, G. *Sobrados e mocambos, decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15 ed. rev. São Paulo: Global, 2004.
- _____. *Manifesto regionalista*. 6. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.
- _____. *Ordem e Progresso. Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. t. 1.
- FUNES, E. A. Negros no Ceará. In: SOUZA, S. (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007. p. 103-132.
- GADAMER, H. G. *O problema da consciência histórica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- GALANTI, R. M. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Duprat, 1911-1913. 4 v.
- _____. *Biografias de brasileiros ilustres*. São Paulo: Duprat, 1911.
- _____. *Compêndio de História do Brasil*. São Paulo: Tipografia da Industrial de São Paulo, 1896-1910. 5 v.
- _____. Descobrimto do Brasil, sua data, seu aniversário. *RIHGB*, t. 62, parte 2, p. 24-27, 1900.
- _____. *Lições de História do Brasil*. 2. ed. ref. São Paulo: Tipografia da Industrial de São Paulo, 1895.
- GALVÃO, R. (Coord.). *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1981. 3 v.
- _____. Necrológio de Rocha Pombo. *RIHGB*, v. 168, p. 784-785, 1933.
- GAMA, J. S. da. Biografia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Alemão. *RIHGB*, t. 38, p. 51-126, 1875.
- GARCIA, R. História das explorações científicas. In: IHGB. *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil, comemorativo do primeiro centenário da Independência*. 2. ed. Nendeln: Kraus Reprint, 1972. v. 1, parte 2, p. 856-910.
- GARCEZ PALHA, J. E. Um episódio da Revolução de Abril de 1831. *RIHGB*, t. 63, parte 2, p. 275-280, 1902.

- GENETTE, G. *Palimpsestos, a literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006.
- GERTZ, R. E. (Org.). *Karl von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- GINZBURG, C. *Relações de força, história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Olhos de madeira, nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *El juez y el historiador: consideraciones al margen del proceso Sofri*. Madrid: Anaya, 1993.
- GODOY, J. M. T. de. Formas e problemas da historiografia brasileira. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 66-77, jan./ abr. 2009.
- GOLIN, T. *A tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tchê!, 1989.
- _____. *Bento Gonçalves: o herói ladrão*. Santa Maria: Artes Gráficas, 1983.
- GOMES, A. de C. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009a.
- _____.; ABREU, M. A nova ‘Velha’ República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 1-14, jan. 2009b.
- _____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- GOMES, C. R. A. de S. *De Rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.
- GONÇALVES DE MAGALHÃES, D. J. Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. *RIHGB*, 2. ed., t. 10, p. 263-362, 1870.
- _____. Os indígenas do Brasil perante a história. *RIHGB*, t. 23, p. 3-66, 1860.
- GONZAGA, S. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: _____.; DACANAL, J. H. (Org.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 113-132.
- GONTIJO, R. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15-36, 2010.
- _____. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. 2006. 323 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 2006.
- GOULART, J. A. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia do escravo no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.
- GUIMARÃES, L. M. P. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- _____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 147-170, jun. 2005.
- _____. Luís Alves de Lima e Silva. In: VAINFAS, R. (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 492-494.

- _____. O império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 265-285.
- _____. O tribunal da posteridade. In: PRADO, M. E. (Org.). *O Estado como vocação – ideias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 33-57.
- _____. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, n. 388, p. 459-613, 1995.
- GUIMARÃES, M. L. S. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- _____. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- _____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, J. M. de. (Org.). *Nação e cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-122.
- _____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./ jun. 2005.
- _____. Memória, história e historiografia. In: BITTENCOURT, J. N.; BENCHETRIT, S. F.; TOSTES, V. L. B. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003a.
- _____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003b. p. 9-24.
- _____; AZEVEDO, F. N. de. Imagens em confronto: as representações no Império brasileiro sobre as repúblicas platinas na segunda metade do século XIX. In: CARDIM, C. H.; HIRST, M. (Org.). *A visão do outro: soberania e cultura política*. Brasília: FUNAG, 2000b. p. 331-349.
- _____. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 135-143, jan./ jun. 1989.
- _____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUTFREIND, I. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- HADDOCK, B. A. *Uma introdução ao pensamento histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- HARTOG, F. *O século XIX e a História, o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003a.
- _____. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora UNB, 2003b.
- _____. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001a.
- _____. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001b. p. 11-41.
- _____. A Revolução Francesa e a Antiguidade: futuro de uma ilusão, ou desenrolar de um quíproco? *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 13-44, 2000.
- _____. *O espelho de Heródoto, ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HELENA, L. *A solidão tropical: o Brasil de Alencar e da modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

HESSEL, L. et. al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976.

HOLANDA, S. B. de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico: do Império à República*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. t. II, v. 5.

HRUBY, H. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2, p. 50-66, mar. 2009.

_____. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

IHGB. *Estatutos do IHGB, aprovados em 16 de abril de 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

_____. *Novos estatutos*. Rio de Janeiro: Tip. Domingos Luiz dos Santos, 1862.

_____. *Novos estatutos*. Rio de Janeiro: Tip. de F. de Paula Brito, 1851.

IHGRGS. *Anais do Primeiro Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia, comemorativo da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1936. v. 2.

IGLÉSIAS, F. *Os historiadores do Brasil, capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. Comentário, a narrativa em questão. In: RIEDEL, D. C. (Org.). *Narrativa, ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 137-148.

ISER, W. *O ato da leitura, uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 1.

JACQUES, J. C. *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*. ed. fac. sim. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1979.

JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: história*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 127-175.

JANOTTI, M. de L. M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 119-143.

_____. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *João Francisco Lisboa, jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977.

JAUSS, H. R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JUCÁ, G. N. M.; SILVA, Í. B. M. da; BATISTA, P. V. P. A trajetória de um acervo: explanação sobre a organização dos Fundos Capistrano de Abreu e Sociedade Capistrano de Abreu. *RIC*, v. 120, p. 115-127, 2006.

KANTOR, I. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec, 2004.

- KODAMA, K. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado, contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006a.
- _____. *historia/Historia*. Madrid: Editorial Trotta, 2004.
- _____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.
- _____. *Crítica e crise, uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- _____. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1997.
- KOSSERITZ, K. von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- _____. *Alfredo d'Escragnoille Taunay, esboço característico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1886.
- _____. Sambaquis da Conceição do Arroio. *RIHGB*, t. 47, parte 1, p. 179-182, 1884a.
- _____. *Bosquejos etnológicos*. Porto Alegre: Gundlach, 1884b.
- _____. O livro do Sr. Conselheiro Araripe. *Gazeta de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 125-160, jun./ jul. 1881.
- KRISTEVA, J. A intertextualidade. In: _____. *O texto do romance: estudo semiológico de uma estrutura discursiva transformacional*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. p. 154-194.
- _____. A palavra, o diálogo e o romance. In: _____. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 61-90.
- KURY, L. (Org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2009a.
- _____. Explorar o Brasil: o Império, as ciências e a nação. In: _____. (Org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2009b. p. 19-50.
- _____. A comissão científica de exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 29-53.
- LACERDA, A. C. de. *O Monarca das Coxilhas: drama em três atos: de costumes da província do Rio Grande do Sul no Império do Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: IEL, 1991.
- LACOMBE, A. J. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1974.
- _____. J. Rui e a história política do Império e da República. *RIHGB*, v. 205, p. 26-31, out./ dez. 1949.
- LAYTANO, D. de. *História da República rio-grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Globo, 1936.
- LAZZARI, A. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. 2004. 363 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2004.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

- LEITÃO, C. de M. *História das expedições científicas no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941.
- LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LEMOS, R. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). *O Brasil Imperial (1870-1889)*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 401-444.
- LESSA, P. A. Reflexões sobre o conceito da História. *RIHGB*, t. 69, parte 2, p. 193-285, 1908.
- LESSA, R. *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988.
- LEVY, N. *Ética & história*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- LIMA, A. *História popular do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1882.
- _____. *Discurso inaugural da sessão solene do Clube 20 de Setembro, proferido pelo Presidente efetivo*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1881.
- LIMA, A. A. *Estudos Literários*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966. v. 1.
- LIMA, A. C. de S. *Um grande cerco da paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LIMA, A. J. B. Um grande brasileiro, frei Vital Bispo de Olinda. *RIHGB*, t. 71, parte 2, p. 145-152, 1909
- LIMA, Israel S. *Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: ABL, 2005.
- LIMA, Ivana. S. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.
- LIMA, J. I. de A. e. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843. 2 v.
- LIMA BARRETO, A. H. de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 23. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- LINHARES, M. *História literária do Ceará*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1948.
- LIRA NETO, J. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- LISBOA, J. da S. *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil Dedicada ao Sr. D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional, 1826/1830. 4 v.
- LISBOA, J. F. *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão*. São Luiz do Maranhão: Tip. de B. de Mattos, 1864-1865. 4 v.
- LOBO, L. Leitor. In: JOBIM, J. L. (Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 231-251.
- LOPES, M. M. Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 50-64, mar./ jun. 1996.
- LORAUX, N. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, A. (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 57-70.

- LOVE, J. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUSTOSA, I. D. *Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MACEDO, A. M. C. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- MACEDO, F. R. *Imprensa Farroupilha: antologia e índice*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- MACEDO, J. M. de. Dúvidas sobre alguns pontos da história pátria. *RIHGB*, t. 25, p. 3-41, 1862.
- MACHADO, M. H. P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da História nacionalista do século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 63-80, 2000.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Memorial de Aires*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- _____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Globo, 2008.
- _____. Semana literária. In: ALENCAR, J. de. *Iracema – edição do centenário*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. p. 185-193.
- _____. *A semana*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1946.
- _____. *Crítica literária*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1942.
- _____. Instinto de nacionalidade. In: _____. *Crítica*. Rio de Janeiro: Garnier, [1940?]. p. 7-28.
- MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da república das letras, sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo: Grijalbo; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- MAGNOLI, D. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, I. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 285-296.
- _____. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP, 1997.
- MAIA, J. *História do Rio Grande do Sul para o ensino*. Porto Alegre: Franco & Irmão, 1898.
- MALERBA, J. *Ensaio: teoria, história & ciências sociais*. Londrina: Eduel, 2011.
- _____. (Org.). *A história escrita, teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MARCO, V. de. *A perda das ilusões: romance histórico de José de Alencar*. Campinas: Unicamp, 1993.
- MAROBIN, L. *Painéis da literatura gaúcha*. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.
- MARTINS, W. *História da inteligência brasileira (1877-1896)*. 3. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. v. 4.
- _____. *Pontos de vista: crítica literária*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991/2002. 13 v.

_____. *História da inteligência brasileira (1897-1914)*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2001. v. 5.

_____. *História da Inteligência Brasileira (1855-1877)*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v. 3.

MARTIUS, K. F. P. von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

_____. *O direito entre os indígenas do Brasil*. São Paulo: EPB, 1938.

_____. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, v. 219, p. 187-205, 1953.

_____. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, t. 6, p. 389-411, 1844.

_____; SPIX, J. B. von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]. v. II.

MATOS, P. G. de. *Capistrano de Abreu, vida e obra do grande historiador*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1953.

MATOS, R. J. da C. Épocas brasileiras - província da Bahia. *RIHGB*, v. 311, p. 122-186, abr./ jun. 1976.

_____. Épocas brasileiras ou sumário dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil. *RIHGB*, v. 302, p. 218-351, jan./ mar. 1974.

_____. Corografia histórica da província de Goiás. *RIHGB*, t. 37, parte 1, p. 213-398, 1874; t. 38, parte 1, p. 5-150, 1875.

_____. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil. *RIHGB*, t. 26, p. 121-143, 1863.

MATTOS, A. *O Barão Homem de Melo perante a história: apontamentos históricos, bibliográficos, e críticos de sua vida e de sua obra*. São Paulo: [s.n.], 1937.

MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MELLO, C. J. de. *O governo provisório e a revolução de 1893: de 29 de novembro de 1889 a 6 de setembro de 1893*. São Paulo: Nacional, 1938.

MELLO, M. T. C. de. *A República consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. 2004. 294 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Centro de Ciências Sociais, PUCRio, Rio de Janeiro, 2004.

MELO, C. F. de C. B. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. São Paulo: Argumentvm, 2008.

MELO, F. I. M. H. de (Barão Homem de Melo). Assembleia Constituinte de 1823. *RIHGB*, t. 64, parte 1, p. 211-251, 1901a.

_____. *Necessidade de uma coleção sistemática de documentos da história do Brasil*. *RIHGB*, t. 64, parte 2, p. 149-151, 1901b.

_____. Juízo crítico sobre a 'História do Ceará'. *RIHGB*, t. 59, parte 2, p. 211-213, 1897.

_____. Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história da capitania, depois, província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1737-1867). *RIHGB*, t. 42, parte 2, p. 115-140, 1879a.

- _____. História da capitania, depois província, de S. Pedro do Rio Grande do Sul. *RIHGB*, t. 40, parte 1, p. 191-302, 1877 e t. 42, parte 1, p. 5-90, 105-156, 1879b.
- _____. Excursões pelo Ceará, São Pedro do Sul e São Paulo. *RIHGB*, t. 35, p. 80-170, 1872.
- _____. *Escritos históricos e literários*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1868.
- _____. *A Constituinte perante a história*. Rio de Janeiro: Tipografia da Atualidade, 1863.
- MENEZES, E. D. B. de. Os historiadores do Ceará. In: CHAVES, G. *Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 291-313.
- _____. Os historiadores do Ceará. *RIC*, t. 115, p. 71-100, 2001.
- MENEZES, R. *José de Alencar: literato e político*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.
- _____. *Cartas e documentos de José de Alencar*. 2. ed. aum. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1967.
- MEYER, A. Nota preliminar. In: ALENCAR, J. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. v. 3, p. 409-418.
- MILTON, A. A. A Campanha de Canudos. *RIHGB*, t. 63, parte 2, p. 5-147, 1902.
- _____. A República e a Federação no Brasil, acontecimentos na Bahia. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 5-33, 1897.
- MONTEIRO, J. *Tupis, tapuias e historiadores*. 2001. 233 f. Tese (Livre Docência em Etnologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2001.
- MONTEIRO LOBATO, J. B. R. O dicionário brasileiro. In: _____. *A onda verde. O presidente negro*. São Paulo: Brasiliense, 1946. p. 101-107.
- MONTENEGRO, J. A. de S. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2003.
- _____. *A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- MONTESQUIEU, C. de S. (Barão de). *O espírito das leis*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MORAES, A. C. R. *Território e História do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- MORAES, A. J. de M. *História do Brasil-reino e do Brasil-império*. São Paulo: Itatiaia, 1982. 2 v.
- MOREIRA, M. E. (Org.). *Narradores do Partenon literário*. Porto Alegre: IEL, 2002.
- _____. (Org.). Os rio-grandenses. In: _____. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1991. p. 145-189.
- NABUCO, J. *Minha formação*. São Paulo: IPE, 1949. v. 3.
- NAXARA, M. R. C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2004.
- NERHOT, P. No princípio era o Direito... In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998. p. 91-103.

NEVES, L. M. B. P. das. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, J. M. de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 43-70.

NEVES, M. de S. Uma cidade entre dois mundos - o Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). *O Brasil Imperial (1870-1889)*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 119-153.

_____. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v. 1) p. 13-44.

NICOLAZZI, F. F.; ARAUJO, V. L. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: VARELLA, F. F.; MOLLO, H. M.; MATA, S. R. da; ARAÚJO, V. L. de (Org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 7-14.

NÓBREGA, M. *Ocultação e disfarce de autoria: do anonimato ao nome literário*. Fortaleza: Edições UFC, 1981.

NOGUEIRA, A. *O pensamento cearense na segunda metade do século XIX*. Fortaleza: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1978.

NOGUEIRA, J. L. de. *A Academia de S. Paulo, tradições e reminiscências, 2ª série*. São Paulo: [s.n.], 1907.

NORA, P. (Org.). *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989.

OCTAVIO, R. *Minhas memórias dos outros: 1ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

OLIVEIRA, J. B. P. de. Um capítulo da História do Ceará, ligeiras retificações. *RIC*, t. 4, p. 118-154, 1890.

_____. Resumo Cronológico para a História do Ceará pelo Sr. Major João Brígido dos Santos, ligeira apreciação. *RIC*, t. 2, p. 25-79, 1888.

OLIVEIRA, J. J. M. de. Biografia dos brasileiros ilustres por armas, letras, virtudes, etc. O Tenente General Bento Manuel Ribeiro. *RIHGB*, t. 31, parte 1, p. 384-407, 1868.

OLIVEIRA, L. N. *Os índios bravos e os Sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. 2000. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2000.

OLIVEIRA, M. da G. de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. 2009. 218 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, M. L. de. *Diário*. Porto Alegre: EST, 1997.

OLIVEIRA, M. R. de. Novos indícios da existência de uma antiga povoação abandonada no interior da província da Bahia. *RIHGB*, t. 10, p. 363-373, 1870.

_____. Arqueologia Brasileira. *O Cearense*, Fortaleza, n. 544, p. 3-4, 4 jul. 1850.

OLIVEIRA, S. de S. e. *Bosquejo histórico e documentado e negócios do Rio Grande*. ed. fac. sim. Porto Alegre: CORAG, 1986.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. de *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1952. 2 v.

OSÓRIO, F. L. *A guerra civil dos Farrapos*. Porto Alegre: Globo, 1935.

PACHECO, R. de A. Conservadorismo na tradição liberal: movimento republicano (1870-1889). In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2, p. 139-153.

PAIM, A. *Escola eclética, estudos complementares à história das ideias filosóficas no Brasil*. Londrina: Edições CEFIL, 1999.

_____. *Modelos éticos: introdução ao estudo da Moral*. São Paulo: IBRASA, 1992.

PAIVA, M. P. *Os naturalistas e o Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

_____. Os naturalistas e o Ceará: Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877). *RIC*, n. 112, p. 9-26, 1998.

PALTI, E. J. *A nación como problema. Los historiadores y la cuestion nacional*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica S.A., 2002.

PAULET, A. J. da S. Descrição Geográfica abreviada da Capitania do Ceará. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 75-101, 1897.

PÉCORA, A. A história como colheita rústica de excelências. In: SCHWARTZ, S. (Org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Siera (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 47-65.

PEIXOTO, J. M. P. Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 5-31, 1894.

PEIXOTO, R. A. *A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. 2005. 427 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos e escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

PEREIRA, L. A. de M. A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do Império. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). *O Brasil Imperial (1870-1889)*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 271-312.

_____. Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. In: SILVA, F. T. de et. al. (Org.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003. p. 53-72.

PEREIRA, L. M. Três romancistas regionalistas: Franklin Távora, Taunay e Domingos Olímpio. In: MOISÉS, M. (Org.). *O romance brasileiro: de 1752 a 1930*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1952. p. 103-114.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Argumentação. In: ROMANO, R. (Coord.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987. v. 11, p. 234-265.

- PESAVENTO, S. J. Nação e região: diálogos do ‘mesmo’ e do ‘outro’ (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: _____. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003. p. 209-244.
- _____. Da frustração histórica do Rio Grande. In: GONZAGA, S.; FISCHER, L. A. (Coord.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. p. 19-21.
- _____. Do Brasil para o Mundo: o Universo está em Londres. In: _____. *Exposições universais: espetáculos da modernidade de século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 98-115.
- _____. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Org.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 60-88.
- PICCOLO, H. I. L. *Vida política no século 19, da descolonização ao movimento republicano*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- _____. A guerra dos farrapos e a construção do Estado Nacional. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 30-60.
- _____. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Org.). *RS: economia & política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 93-117.
- _____. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.
- PIMENTEL FILHO, J. E. *Urbanidade e cultura política, a cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1998.
- _____. História e literatura na província: Ceará nos anos 1860. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, v. 51, p. 141-162, 1995/1996.
- _____. *A aristocratização provinciana em Fortaleza (1840-1890)*. 1995. 253 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPe, Recife, 1995.
- PINHEIRO, F. J. Introdução. In: ARARIPE, T. de A. *História da Província do Ceará, dos tempos primitivos até 1850*. 3. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. p. 7-21.
- PINHEIRO, J. C. F. (Cônego). Motins políticos e militares no Rio de Janeiro. Prelúdios da Independência do Brasil. *RIHGB*, t. 37, parte 2, p. 341-366, 1874.
- _____. Biografia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. D. Antonio Felipe Camarão. *RIHGB*, t. 32, parte 1, p. 201-208, 1869.
- _____. Luiz do Rego e a posteridade. Estudo histórico sobre a Revolução Pernambucana de 1817. *RIHGB*, t. 61, 2. ed., p. 353-490, 1973.
- _____. O Brasil holandês. *RIHGB*, t. 23, p. 67-111, 1860.
- PINHEIRO, J. F. F. (Visconde de São Leopoldo). *Anais da Província de São Pedro. História da Colonização Alemão no Rio Grande do Sul*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Anais da Província de São Pedro*. 2. ed. cor. aum. Paris: Tip. de Casimir, 1839a.
- _____. Programa histórico. O Instituto Histórico é o representante das ideias de Ilustração: que em diferentes épocas se manifestam em nosso continente. *RIHGB*, t. 1, n. 2, p. 77-87, 1839b.
- _____. *Anais da Província de S. Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.
- _____. *Anais da Capitania de S. Pedro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.

PINTO, A. P. A Confederação do Equador, notícia histórica sobre a revolução pernambucana de 1824. *RIHGB*, t. 29, parte 2, p. 36-200, 1866.

PINTO, E. P. (Org.). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos. Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: EDUSP, 1978.

PIRES, F. M. Tucídides: a retórica do método, a figura de autoridade e os desvios da memória. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. R. C. (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 95-128.

PLANTIN, C. *A argumentação: história, teoria, perspectivas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POMBO, J. F. da R. Em atitude de culto. *RIC*, t. XXXVI, p. 74-76, 1922.

_____. *Notas de viagem: Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar, 1918.

_____. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva/Benjamin de Aguiar, 1905-1917. 10 V.

POMPEIA, R. *Carta ao autor das festas nacionais*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos 1893.

POMPEU SOBRINHO, T. Prefácio. In: STUDART FILHO, C. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966. p. 7-11.

PONTES, R. da S. de S. *Memória histórica da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul/Departamento de Artes Gráficas, 2006.

_____. *Memória histórica sobre as causas e acontecimentos que mais imediatamente antecederam a sedição de 20 de setembro de 1835 na cidade de Porto Alegre, capital da província do Rio Grande do Sul. Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 237-270, 1935.

_____. *Memória histórica sobre as causas e acontecimentos que mais imediatamente antecederam a sedição de 20 de setembro de 1835 na cidade de Porto Alegre, capital da província do Rio Grande do Sul. RIHGRGS*, I e II trimestres, p. 401-460, 1923.

_____. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? *RIHGB*, t. 3, n. 10, p. 149-157, 1841.

_____; PANTOJA, G. A. de A.; VIANNA, C. J. de A. Juízo sobre os 'Anais da província de São Pedro' publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro. *RIHGB*, t. 1, n. 4, p. 327-334, 1839.

PORTINHO, J. G. *Achegas à Araripe (guerra civil no RGS)*. Porto Alegre: Editora do Organizador, 1990.

_____. Anotações de um chefe farroupilha. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 2, p. 147-154, set. 1945.

PORTO, A. Notas. *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 31, 1935.

PORTO ALEGRE, A. *Popularium sul-rio-grandense: estudo de filologia e folclore*. 2. ed. ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.

_____. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. 2. ed. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1981.

_____. *O vaqueano*. Porto Alegre: Globo, 1927.

- PORTO ALEGRE, M. de A. Tenente General Marquês de Caxias. In: SISSON, S. A. (Ed.). *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. v. 1, p. 85-98.
- PÓVOAS, M. N. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*. 2005. 703 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Artes e Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2005.
- _____. *Literatura e imprensa em Porto Alegre: a revista Murmúrios do Guaíba (1870)*. 2000. 346 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras e Artes, PUCRS, Porto Alegre, 2000.
- PUNTONI, P. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÓ, I. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 633-675.
- QUEIROZ, B. M. de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): a pena e a espada a serviço da pátria*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, UFJF, Juiz de Fora, 2009.
- QUEIROZ, S. R. R. *Os radicais da República: jacobismo, ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAFFARD, H. Apontamentos acerca de pessoas e cousas do Brasil. *RIHGB*, t. 61, parte 2, p. 5-567, 1899.
- REIS, J. C. Henri Berr. In: MALERBA, J. (Org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 413-423.
- REVERBEL, C. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, J. A. do V. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS Publicações, 1992. p. 237-253.
- RIBEIRO, G. S. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 101-117, jan. 2009.
- RIBEIRO, J. *História do Brasil: curso superior*. 4. ed. rev. mel. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- _____. *Sobre la traducción*. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- RIOS, R. de M. Ideais Maçônicos na formação de João Brígido enquanto intelectual e produtor de textos (1874-1921). In: MATA, S. R. da; MOLLO, H. M.; VARELLA, F. F. (Org.). *Caderno de resumos & Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.
- _____. Estilos do projeto historiográfico de João Brígido (1859-1919). *Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade*. Ouro Preto: EdUFOP, 2007.
- RODRIGUES, A. F. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990.
- RODRIGUES, J. H. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Nacional, 1982.

- _____. Introdução. In: GALVÃO, R. (Coord.). *Catálogo da exposição de História do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1981. v. 1, p. VII-XVII.
- _____. *História da História do Brasil, historiografia colonial*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1979.
- _____. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- _____. (Ed.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 3 v.
- _____. História e ideologia. A década de 1870 a 1880. In: _____. *História, corpo do tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 133-162.
- _____. *Independência: revolução e contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. v. 1 e 3.
- _____. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. *RIC*, t. 71, p. 244-446, 1957.
- _____. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. *RIC*, t. 70, p. 166-349, 1956.
- _____. *Notícia de Vária História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.
- RODRIGUES, J. P. C. de S. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. 2002. 314 f. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP, Campinas, 2002.
- RODRIGUES, L. B. *História do Supremo Tribunal Federal, defesa das liberdades civis (1891-1898)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 2 v.
- RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1982.
- ROMERO, S.; RIBEIRO, J. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- _____. Conceito de crítica. In: COUTINHO, A. (Org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Americana, 1974. p. 68-84.
- _____. *A história do Brasil: ensinada pela biografia de seus heróis (livro para as classes primárias)*. 9. ed. corr. aum. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.
- _____; RIBEIRO, J. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.
- _____. *O Duque de Caxias e a integridade do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1903.
- ROUANET, M. H. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- ROUDINESCO, E. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 1-7, 1996.
- RUBIM, B. da C. Memória sobre a revolução do Ceará em 1821. *RIHGB*, t. 29, parte 2, p. 201-262, 1866.
- RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2, p. 163-209, 2009.

- _____. *Reconstrução do passado: teoria da história II, os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora UNB, 2007a.
- _____. *História viva: teoria da história III, formas e função do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UNB, 2007b.
- _____. *Razão histórica: teoria da história I, os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001.
- SANCHEZ, E. C. T. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. 2003. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003.
- SANTOS, I. N. dos. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- SANTOS, João B. dos. *Ceará: homens e fatos*. Rio de Janeiro: Tip. Besnard Frères, 1919.
- _____. *Publicações diversas, os precursores da Independência (jornal Mororó, da Fortaleza, maio de 1899), homens e fatos do Ceará (diversos jornais da Fortaleza)*. Fortaleza: Tip. Universal, 1899.
- _____. Povoamento do Ceará. *RIHGB*, t. 88, suplemento, p. 65-71, 1888a.
- _____. Carta ao Dr. P. Théberge. *RIC*, t. 2, p.109-120, 1888b.
- _____. *Resumo cronológico para a história do Ceará*. Paris: Guillard, Aillaud & Cia, 1887.
- _____. Retificação a História do Brasil de 1831-1840 do Conselheiro J. M. Pereira da Silva. *RIHGB*, t. 42, parte 2, p. 207-212, 1879.
- SANTOS, José B. dos (Ed.). *Murmúrios do Guaíba: revista mensal consagrada às letras e à história da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tip. do Rio-Grandense, 1870.
- SANTOS, P. R. A. dos. *Da aurora ao crepúsculo: o tema da guerra na literatura sul-rio-grandense do século XIX*. 1996. 284 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras e Artes, PUCRS, Porto Alegre, 1996.
- SCHNEIDER, R. P. *A instrução pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.
- SCHÜLER, D. O texto monárquico e o texto arcaico. In: _____. *A poesia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 46-50.
- SCHULZ, J. *O exército na política*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SCHWARCZ, L. M. *As barbas do Imperador, D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão, tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SHADEN, E.; PEREIRA, J. B. B. Exploração antropológica. In: HOLANDA, S. B. de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico, reações e transações*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. t. 2, v. 3, p. 434.

- SILVA, A. C. F. da. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. 2001. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2001.
- SILVA, A. do N. Um átomo da História pátria, histórico da Sociedade Amante da Instrução. *RIHGB*, t. 55, parte 2, p. 97-140, 1893.
- SILVA, A. P. B. R. da. *Diálogos sobre a escrita da história: ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940)*. 2011. 456 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 2011.
- SILVA, B. G. da. *Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus Constituintes*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1881.
- SILVA, D. de A. e. *Dicionário histórico e geográfico da Província de S. Pedro ou Rio Grande do Sul.....* Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.
- SILVA, H. *O primeiro século da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- _____. *Nasce a República*. Rio de Janeiro: Três, 1975.
- SILVA, Í. B. M. da. A História em folhetim: 'função autoral' e Historiografia de Tristão de Alencar Araripe no periódico 'O Cearense' (1846-1853). *Moanga*, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 45-59, jul. 2007.
- _____. *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006a.
- _____. A trajetória de um bacharel no Império: uma análise da produção historiográfica de Tristão de Alencar Araripe (1846-1870). *Anais do I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea*, UFOP, Mariana, 2006b.
- SILVA, J. A. da. *Arquivo Nacional (1838-2004)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.
- SILVA, J. M. P. da. *Historia da fundação do Império brasileiro* Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864-1868a. 7 v.
- _____. *Os varões ilustres do Brasil: durante os tempos coloniais*. 3. ed. aum. cor. Rio de Janeiro: Garnier, 1868b. 2 v.
- _____. *Os varões ilustres do Brasil: durante os tempos coloniais*. Rio de Janeiro: Garnier, 1858. 2 v.
- _____. *Plutarco Brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1847. 2 v.
- SILVA, J. N. da S. Biografia dos brasileiros ilustres distintos por letras, armas, virtudes, etc. D. Clara Felipa Camarão. *RIHGB*, t. 10, p. 387-389, 1870.
- SILVA, J. P. da. *A Província de São Pedro, interpretação da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1930.
- SILVA, M. A. da. *República em migalhas. História regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SILVA, M. N. da. *Bibliografia de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- SILVA, R. da C. e. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.

- SILVEIRA, A. A. Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró e crônica do seu assassinato perpetrado na cidade de São Paulo em 20 de novembro de 1830. *RIHGB*, t. 53, parte 2, p. 309-384, 1890.
- SILVEIRA, C. D. M. da. *Dois pra lá, dois prá cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2008.
- SIQUEIRA, C. H. R. de. *Poética, política e poder: a emergência da etnografia brasileira no século XIX*. 2001. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, UNB, Brasília, 2001.
- SIQUEIRA, C. V. de. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas, 1890/1922*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Sociais, PUCRio, Rio de Janeiro, 1995.
- _____. *A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 161-181, 1994.
- SOARES, S. F. Breves considerações sobre a Revolução de 20 de setembro de 1835. *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 355-374, 1935.
- SOIHET, R. et. al. (Org.). *Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SOUSA, F. G. *Entre fronteiras e nações: Um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1870 a 1890*. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Centro de Ciências Sociais, PUCRio, Rio de Janeiro, 2008.
- SOUSA NETO, M. F. de. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? *Terra Livre*, São Paulo, n. 17, p. 119-138, 2º sem. 2001.
- _____. *Senador Pompeu: um geógrafo do poder no império do Brasil*. 1997. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1997.
- SOUTHEY, R. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862. 2 v.
- SOUZA, A. B. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 25, p. 231-251, jul./ 2001.
- SOUZA, A. F. de. Estudo sobre a divisão territorial do Brasil. *RIHGB*, t. 43, parte 2, p. 27-113, 1880.
- SOUZA, S. (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.
- SPALDING, W. Correção necessária. *RIHGB*, v. 288, p. 310-311, jul./set. 1970.
- _____. *A epopeia farroupilha: pequena história da grande revolução, acompanhada de farta documentação da época: 1835-1845*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.
- _____. *Farroupilhas e caramurus: a brasilidade dos farrapos, história, documentos e bibliografia sobre o movimento reivindicador de 1835-1845*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.
- _____. *A revolução Farroupilha*. São Paulo: Nacional, 1939.
- _____. *Farrapos!* Porto Alegre: Selbach, 1934.

- STARLING, H. M. M.; LYNCH, C. E. C. República/ republicanos. In: FERES JÚNIOR, J. (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 225-242.
- STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- STUDART, G. (Barão de). *Notas para a História do Ceará*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- _____. *Datas e factos para a História do Ceará*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 3 v.
- _____. Estrangeiros e Ceará. *RIC*, t. 32, p. 203-204, 1918.
- _____. Tristão de Alencar Araripe. *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, t. 13, p. 217-225, 1908a.
- _____. Os mortos do Instituto: Tristão de Alencar Araripe. *RIC*, t. 22, p. 403-409, 1908b.
- STUDART FILHO, C. O revisionismo histórico e a história do Ceará. *RIC*, t. 80, p. 166-176, 1966.
- SÜSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TÁVORA, F. *Os índios do Jaguaribe: história do século XVII*. 3. ed. Fortaleza: Sec. Cult. e Desporto, 1984.
- _____. *O Cabeleira*. São Paulo: Melhoramentos, [1930?].
- _____. A extinção da escravidão no Brasil, o jubileu do Instituto Histórico. *RIHGB*, t. 51, parte 1, p. XVIII-XXVII, 1888.
- TAUNAY, A. de E. *O encilhamento cenas contemporâneas da bolsa em 1890, 1891 e 1892*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.
- _____. *Império e República*. São Paulo: Melhoramentos, 1933.
- TAVARES, F. M. *História da revolução de Pernambuco de 1817*. 3. ed. Recife: Imprensa Industrial, 1917.
- _____. História da revolução em Pernambuco em 1817. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 103-291, 1897.
- TEIXEIRA, M. *Os Gaúchos, estudo do meio físico, do momento histórico, da vida pampiana, do cancionero popular e síntese biográfica dos rio-grandenses ilustres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1920-1921. 2 v. em 1.
- THÉBERGE, P. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fund. Waldemar Alcântara, 2001. 3 v.
- _____. Apontamentos sobre a marcha do corpo chamado de Cazumbá. *RIHGB*, t. 25, p. 121-125, 1862.
- TODOROV, T. *As morais da historia*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1991.
- TOMASI, G. *Leituras na fronteira: um estudo sobre a relação entre literatura e história nas obras de Caldre e Fião*. 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) - Centro de Ciências Humanas, UCS, Caxias do Sul, 2006.
- TORRES, J. C. de O. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

TORRONTÉGUY, T. O. V. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

TURIN, R. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

URBIM, C. *Os farrapos*. Porto Alegre: Zero Hora, 2002.

VAMPRÉ, S. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977. v. 1.

VASCONCELOS, A. W. P. B. e A. de. Apresentação. In: THÉBERGE, P. Esboço histórico sobre a Província do Ceará. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 2, 28 nov. 1859.

VARELA, A. *História da grande revolução, o ciclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933. 6 v.

_____. *Revoluções Cisplatinas, a República Riograndense*. Porto: Chardron, 1915. 2 v.

_____. *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*. Porto Alegre: Echenique & Irmão, 1897.

VARNHAGEN, F. A. de. *Correspondência ativa coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

_____. História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. *RIHGB*, t. 79, parte 1, p. 5-598, 1917.

_____. *História Geral do Brasil*. 2. ed. cor. aum. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1877. 2 v.

_____. Biografia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Filipe Camarão. *RIHGB*, t. 30, parte 1 e 2, p. 501-508, 419-424, 1867.

_____. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. J del Rio, 1857.

_____. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. V. de Dominguez, 1854.

_____. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. *RIHGB*, t. 3, p. 53-63, 1841.

VELLINHO, M. *Capitania d'El-Rei, aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1970.

_____. *O Rio Grande e o Prata: contrastes*. Porto Alegre: IEL, 1962.

VENTURA, R. *Estilo tropical, história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, E. *O continente*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, c2007. v. 1.

VERÍSSIMO, J. *História da Literatura Brasileira, de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 5. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

_____. *Últimos estudos de literatura brasileira: 7ª série*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

_____. *Estudos de literatura brasileira: 6ª série*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

VIANNA, H. A primeira versão da Introdução à História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil, do Visconde de Cairu. *Revista de História*, São Paulo, v. XXVI, n. 53, p. 35-51, jan./mar.1963.

- VIANNA FILHO, L. *A vida de José de Alencar*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- VIEIRA, A. *Sermões*. Erechim: Edelbra, 1998. v. 12.
- VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *O texto: escrita e leitura*. Campinas: Pontes, 1988. p. 31-37.
- WALLESTEIN, J. de. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. *RIHGB*, t. 45, parte 1, p. 159-160, 1882.
- WEBER, M. *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UNB, 1999. v. 2.
- WEHLING, A. Caxias e o imaginário nacional. A visão dos contemporâneos. *DaCultura*, Brasília, ano 3, n. 5, p. 46-56, dez. 2003.
- WEINSTEIN, B. Regional vs. National history: rethinking categories from a comparative perspective. *Territórios e fronteiras*, Cuiabá, v. 4, n. 1, p. 23-31, jan./ jun. 2003.
- WHITE, H. *El contenido de la forma, narrativa, discurso y representación*. Barcelona: Paidós, 1992.
- _____. A questão da narrativa na teoria contemporânea da História. *RH Revista de História*, Campinas, n. 2/3, p. 47-89, 1991.
- ZERO HORA. Imagem do Estado, cara a cara com o gaúcho. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 26-27, 3 out. 2010.
- ZILBERMAN, R. *Estética da recepção e História da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. História e poder. In: _____. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia*. Porto Alegre: L&PM, 1985a. p. 41-59.
- _____. *Um dia todas essas coisas não de ser história: textos farroupilhas*. Porto Alegre: ERUS, 1985b.
- _____; SILVEIRA, C. C. BAUMGARTEN, C. A. *O Partenon literário: poesia e prosa. Antologia*. Porto Alegre: EST, 1980.
- ZUSMAN, P. B. O Instituto Histórico e Geográfico e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Continuidades e rupturas no marco do projeto geográfico imperial. In: SOUZA, M. A. A. de. et. al. *O novo mapa do mundo, natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 77-85.
- _____. *Sociedades geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. 1996. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 1996.